RELATÓRIO ÚNICO INTEGRADO DE GESTÃO

2025

FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808

Mensagem do Conselho de Administração - Comissão Executiva 3

1. O Grupo Fidelidade 6
Indicadores-chave 2025 7
Destaques do ano 8
História do Grupo Fidelidade 9
Missão e valores 13

2. O nosso compromisso com o futuro 14
A estratégia da Fidelidade 15
Pilares de negócio 16
Pilares de sustentabilidade 17

3. O Mercado 21
Contexto de mercado 22
Inovação e disrupção digital 25
Longevidade 25
Alterações climáticas 26
Gestão de talento 26

4. Os nossos resultados em 2025 27
Desempenho financeiro 28
Contas consolidadas 28
Contas individuais 31
Relação com key stakeholders 32
Clientes 32
Colaboradores 39
Investidores 51
Fornecedores e parceiros 53
Comunidade 54
Planeta 64
Inovação e digitalização 72
Modelo de inovação 72
Inovação no negócio segurador 74
Inovação beyond insurance 76
Transformação tecnológica 79
Reconhecimentos e prémios 80

5. O Modelo de governo 84
Estrutura acionista 85
Organograma e normativos internos 87
Ética e compliance 89
Governo 90
Governo de sustentabilidade 90
Governo de investimentos 91
Governo de cibersegurança 92
Gestão de risco 93

6. Demonstrações de sustentabilidade 94
Divulgações gerais 95
Divulgações ambientais 119
Divulgações sociais 155
Divulgações de governação 173
Outras divulgações 180
Anexos 197
Relatório de garantia limitada do auditor 205

7. Proposta de aplicação de resultados 210

8. Eventos subsequentes 212

9. Sobre o relatório 214

10. Glossário 217

11. Demonstrações financeiras consolidadas 221
Demonstrações financeiras consolidadas 222
Relatório e pareceres às contas consolidadas 442

12. Demonstrações financeiras separadas 456
Demonstrações financeiras separadas 457
Relatório e pareceres às contas separadas 648

13. Relatório sobre o governo da sociedade 659

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808
2025

Mensagem do Conselho de Administração - Comissão Executiva

O fim do ano de 2025 marcou um ponto de viragem no percurso da Fidelidade, consolidando e **concluindo o ciclo estratégico 2023-2025**, centrado em quatro ambições claras: **crescer, reforçar a rentabilidade, colocar os clientes no centro e mobilizar a organização**. Em paralelo, **definimos novas metas** para a etapa seguinte, em termos de prémios, número de clientes e ativos sob gestão, a nível global. É este o percurso que queremos consolidar nos próximos anos.

Num ano marcado por **eventos de grande impacto – como a tragédia do Elevador da Glória**, em Lisboa, a **Tempestade Martinho, bem como tempestades, inundações e incêndios florestais** em várias geografias – a Fidelidade foi chamada a cumprir a sua missão: **estar ao lado das pessoas e das empresas quando mais precisam de nós**. Esse compromisso esteve sempre no centro das nossas decisões, fossem elas financeiras, operacionais ou estratégicas.

Reforçámos a nossa vocação de sermos um Grupo cada vez mais global. Não só em Portugal como nas operações internacionais, confirmámos a relevância da Fidelidade enquanto parceiro de longo prazo para milhões de pessoas e empresas, investindo em soluções que abrangem todas as dimensões da longevidade e acompanham as pessoas em todas as etapas das suas vidas.

Em 2025, a Fidelidade manteve a sua trajetória de crescimento e de melhoria estrutural dos indicadores de solidez, num quadro de compromisso com a criação de valor para todos os *stakeholders*.

Os prémios de seguro cresceram 5,8% e atingiram, a nível global, **6.529 milhões de euros**, com uma dinâmica positiva de **7,1% no segmento Não-Vida** e de **4,4% no segmento Vida**. A Fidelidade continua a afirmar-se como **líder no mercado** nacional, com uma **quota de mercado global de prémios de 28,1%, 29,6% no segmento Não-Vida e 26,7% no segmento Vida**. O **resultado líquido** alcançou **201 milhões de euros**.

Considerando o desempenho recorrente – excluindo eventos extraordinários – o **resultado líquido ajustado** ascendeu a **338 milhões de euros**, refletindo um **ROE recorrente de 13,0%**, em linha com o esforço continuado de reforço da rentabilidade operacional.

Importa igualmente sublinhar o **bom desempenho das operações internacionais**, cuja relevância para o Grupo tem vindo a aumentar. **Em dez anos, multiplicámos por dez o negócio internacional** e, **em 2025**, estas operações atingiram cerca de **1.969 milhões de euros** em prémios, um crescimento de **7,3%**. Esta diversificação geográfica constitui um pilar fundamental da nossa resiliência e da capacidade de gerar valor de forma sustentada.

Na área dos cuidados de saúde, através do **Grupo Luz Saúde**, atingiu igualmente um nível de **receita** ímpar, com um crescimento de **10,1%**, para **804 milhões de euros**, e um **resultado líquido** de **62 milhões de euros**, o que corresponde a um aumento de **65,7%** face a 2024. Este desempenho confirma a relevância estratégica da área da saúde no ecossistema Fidelidade. Destacamos o acordo alcançado com a **Macquarie Asset Management** para a venda de uma participação de 40% no capital da Luz Saúde, numa operação que avaliou a empresa em mais de **1,1 mil milhões de euros** (Enterprise Value), permitindo a entrada de um novo parceiro estratégico e abrindo novas avenidas de crescimento numa área prioritária para o Grupo.

De um ponto de vista de solidez financeira, a agência **Fitch reafirmou os *ratings* 'A+' IFS** (Insurer Financial Strength) e **'A' IDR** (Issuer Default Rating) da Fidelidade, o mais elevado atribuído a empresas nacionais. Adicionalmente, a **S&P Global Ratings avaliou pela primeira vez a Fidelidade, atribuindo o *rating* 'A'** (Issuer Credit Rating e Financial Strength Rating), com *outlook* estável. Estes *ratings* são um reconhecimento da robustez do Grupo e constituem um selo de confiança para clientes, mediadores, parceiros institucionais e investidores.

Jorge Magalhães Correia
Presidente do Conselho de Administração

Transformação e inovação

A transformação digital foi, mais uma vez, um eixo fundamental deste percurso. Hoje contamos com mais de **2 milhões de clientes digitais em Portugal, que se relacionam com a Fidelidade através dos nossos canais e aplicações digitais**, beneficiando de soluções mais simples, personalizadas e disponíveis a qualquer momento.

A *app* **MySavings** tem vindo a reforçar o seu percurso de crescimento, afirmando-se como uma solução relevante no apoio à poupança das famílias. Com uma **poupança acumulada superior a 650 milhões de euros**, tem vindo a contribuir de forma significativa para que os portugueses preparem, com maior segurança, o seu futuro financeiro.

Em parceria com a Reorganiza, **lançámos a FinEasy**, uma empresa dedicada à intermediação de crédito e vocacionada para apoiar as famílias na gestão do seu equilíbrio financeiro. Atualmente, a Fidelidade gere cerca de 3% das poupanças dos portugueses e temos a ambição de alcançar os 6% nos próximos anos.

Através da plataforma digital Sofia, desenvolvida para apoiar a população com mais de 60 anos, as suas famílias e cuidadores, a Fidelidade tem vindo a desenvolver um **ecossistema de serviços personalizados de bem-estar, cuidados em casa e apoio à autonomia**, tendo sido distinguida com o prémio "**Best Insurance Project**" nos Portugal Digital Awards, **e com um prémio internacional de inovação**.

A par destas iniciativas, **reforçámos também a aposta na inteligência artificial (IA)** enquanto prioridade estratégica de inovação. Este caminho está a ser desenvolvido a partir de um centro especializado – o Center for Artificial Intelligence and Analytics (CAA) – que está a impulsionar a aplicação de IA ao negócio, na modernização tecnológica e na eficiência operacional.

A inovação esteve igualmente presente no relacionamento com o ecossistema empreendedor. Lançámos a **8ª edição do Protechting**, em parceria com a Fosun, o Hospital da Luz Learning Health e, pela primeira vez, a La Positiva, mantendo o foco em *Insurtech, Healthtech, Tech Enablers* e *Sustainability*.

A **longevidade** continua a afirmar-se como eixo central da nossa estratégia. Para além do reforço da oferta dirigida à população 60+, demos um passo adicional com a criação do **"Longevity Research Center powered by Fidelidade"**, em parceria com a Nova SBE.

Envolvimento com a comunidade e sustentabilidade: parte do nosso ADN

Em 2025, aliado ao negócio segurador, a Fidelidade reafirmou o tema da sustentabilidade e do seu impacto social como parte essencial do seu ADN.

Enquanto seguradora, a Fidelidade tem um papel particularmente relevante na resposta às alterações climáticas, não só ao contribuir para a mitigação dos riscos através das suas decisões de investimento e subscrição, mas também ao apoiar a adaptação de pessoas, empresas e comunidades a um contexto de risco climático crescente. Por este motivo, demos continuidade ao ***Transition Plan*** da Fidelidade, que define metas de redução de emissões em toda a cadeia de valor – operações, seguros e investimentos – com o objetivo de sermos ***net zero*** **em 2050**, com metas intermédias para o mesmo âmbito.

O **Impact Center for Climate Change (ICCC)**, lançado no final de 2024, consolidou-se como centro de competências do Grupo para o estudo do risco climático e para a integração das alterações climáticas nos modelos de risco, na oferta de seguros e na estratégia de investimento. O ICCC concentrou o seu trabalho em três áreas prioritárias para o contexto português — **incêndios florestais, vulnerabilidade habitacional e inundações** — e assumiu um papel central na participação da Fidelidade na **COP30, em Belém, no Brasil**.

Ainda no domínio ambiental, concretizámos em 2025 o primeiro investimento do **Fundo Florestas de Portugal** — um fundo de investimento imobiliário fechado, classificado como artigo 9.º do SFDR — através da **aquisição da Herdade de Vale Figueiras**. Este marco reforça o compromisso do Grupo Fidelidade com soluções baseadas na natureza, essenciais para alcançar as metas *net zero.*

Em 2025, associámo-nos à **ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável –** na campanha **"Um Bebé, Uma Árvore"**, ligando simbolicamente a chegada de uma nova vida à recuperação ecológica da Mata Nacional de Leiria.

No pilar social, o **Prémio Fidelidade Comunidade** continuou a afirmar-se como um dos mais relevantes programas de apoio a organizações da economia social em Portugal.

Em matéria de educação financeira, o programa **"Finanças para Todos"**, desenvolvido em parceria com a Nova SBE, foi distinguido com o prémio internacional **"Best Non-Profit Adult Education Project"** nos **Money Awareness and Inclusion Awards 2025**, consolidando-se como uma referência mundial em literacia financeira.

O compromisso com a transparência e o desempenho ambiental é reconhecido através das avaliações da Fidelidade por três entidades internacionais de referência em *ratings* ESG (Environmental, Social and Governance): **Sustainalytics, Sustainable Fitch e Carbon Disclosure Project (CDP)**.

Aposta nas nossas equipas

Em 2025, continuámos a afirmar o capital humano como pilar central do Grupo, promovendo a capacitação, a aprendizagem contínua e apoiando a evolução das competências técnicas e comportamentais das nossas equipas, reforçando a cultura Fidelidade nas diferentes geografias onde estamos presentes.

Voltámos a ser reconhecidos como **Great Place to Work**, com certificações em **7 das 9 empresas do Grupo em Portugal, e em 9 países a nível internacional**, demonstrando a consistência da nossa cultura e práticas de gestão de pessoas. Estes resultados sustentam a qualidade do ambiente de trabalho que estamos a construir, mas também o compromisso e o envolvimento dos colaboradores com os valores da Fidelidade.

Prosseguimos o investimento em programas de mobilidade interna, formação em liderança, diversidade e inclusão, bem como em iniciativas que promovem a conciliação entre vida profissional e pessoal.

Perspetivas para 2026

O ano de 2026 marca o início de um novo capítulo para o Grupo Fidelidade.

A **mudança para a nova sede, em Entrecampos**, Lisboa, simboliza uma transição cuidadosamente preparada: um edifício ambientalmente mais eficiente, aberto à comunidade e concebido para novas formas de trabalhar e para aproximar equipas que se encontram dispersas na cidade de Lisboa. Este novo espaço será um catalisador para maior colaboração, inovação e partilha de conhecimento entre as várias unidades de negócio e os vários países onde estamos presentes.

No evento **"Pensar Maior"** foram definidas metas ambiciosas para os próximos anos: **atingir 10 mil milhões de euros em prémios, servir 15 milhões de clientes e gerir 25 mil milhões de euros em ativos**. Estes objetivos refletem a vontade de consolidar o crescimento dos últimos anos.

No plano estratégico, iremos prosseguir o caminho de aumento do retorno sobre o capital investido com a ambição de **alcançar**, nos próximos anos, um **ROE entre 13% e 15%**, mantendo níveis robustos de solvência.

Continuará a ser prioritário o desenvolvimento da nossa estratégia orientada para a **longevidade**, aprofundando sinergias entre empresas, setores de atividade e diferentes competências.

Iremos preparar novos passos na nossa trajetória de internacionalização e de reforço do ecossistema Fidelidade, avaliando oportunidades em **novos mercados**, aprofundando a integração das operações existentes e consolidando o papel da Fidelidade enquanto uma empresa eminentemente global, que faz a diferença nos mercados onde está presente.

Entramos em 2026 conscientes da incerteza do contexto económico e geopolítico, mas confiantes na trajetória que traçámos. As prioridades estão claras, os objetivos definidos e dispomos hoje de capacidades – humanas, tecnológicas e financeiras – que nos permitem olhar para o futuro com ambição.

Agradecemos a todos os colaboradores, clientes, parceiros, mediadores e acionistas a confiança que depositam na Fidelidade todos os dias.

Rogério Campos Henriques
Presidente da Comissão Executiva

O GRUPO FIDELIDADE

1.1. Indicadores-chave 2025

Prémios Brutos Emitidos[1]

6.529 M€

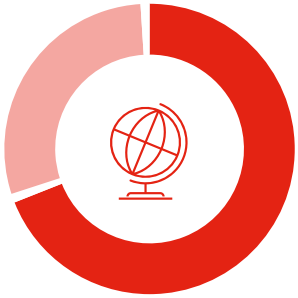
+5,8% face a 2024

52% Não-Vida

48% Vida

Portugal 70%

Internacional 30%



Rácio Combinado

95,7%

+4,9 p.p. face a 2024

Resultado Líquido

201 M€

+15,8 % face a 2024

Ativos sob Gestão

21.225 M€

+10,8% face a 2024

Quotas de mercado em Portugal

Prémios Brutos Emitidos (Total)

28,1%

29,6% Não-Vida (#1)

26,7% Vida (#1)

Provisões Matemáticas Negócio Vida

25,6%

+0,2 p.p. face a 2024

Ratings de crédito

Fitch Ratings	S&P Global Ratings
Insurer Financial Strength (IFS): **'A+'**	Financial Strength Rating (FSR): **'A'**
Long-Term Issuer Default Rating (IDR): **'A'**	Long-Term Issuer Credit Rating (ICR): **'A'**

Ratings ESG

Sustainalytics
12,2 – Low Risk

Sustainable Fitch
2 – Mostly aligned

Carbon Disclosure Project (CDP)
'B' – Management (Clima)

14.434

Colaboradores

Dos quais 7.048 são colaboradores do Grupo Luz Saúde

72% Portugal

28% Internacional

Emissões de âmbito 3 da categoria 15 – Subscrição e Investimentos

868.470 tCO_2e (-14% vs 2022)

[1] Inclui montantes relativos a contratos de investimento.

1.2. Destaques do ano

Lançamento da FinEasy

A Fidelidade e a Reorganiza lançaram a FinEasy, empresa de intermediação de crédito criada para tornar o acesso ao crédito mais simples, transparente e competitivo. A nova marca atua como parceira financeira dos clientes, com uma abordagem centrada na literacia financeira e na oferta de soluções personalizadas. Nasce do propósito que sempre guiou a Fidelidade: proteger e apoiar as famílias portuguesas, agora também nas suas decisões de financiamento, beneficiando da solidez da rede comercial da Fidelidade e do apoio especializado da Reorganiza.

Prémio programa "Finanças para Todos"

O programa gratuito de literacia financeira "Finanças para Todos", desenvolvido pela Nova SBE e pela Fidelidade, foi reconhecido nos Money Awareness and Inclusion Awards 2025 como o melhor programa mundial de literacia financeira na categoria "Best Non-Profit Adult Education Project". O programa, que já formou mais de 6 mil portugueses e está alinhado com a prioridade estratégica da Fidelidade de reforçar a literacia financeira da população portuguesa, visa capacitar a sociedade para tomar decisões financeiras mais conscientes.

Longevity Research Center powered by Fidelidade

A Fidelidade e a Nova SBE formalizaram a criação do Longevity Research Center powered by Fidelidade. O centro tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre longevidade e apoiar o desenvolvimento de soluções concretas que promovam uma vida mais longa e saudável, com foco nas áreas da saúde, demografia e finanças pessoais, através da investigação, inovação e educação. Como primeira iniciativa, o centro lançará um estudo nacional destinado a identificar necessidades, desigualdades e oportunidades relacionadas com a longevidade.

Projeto EntreCampos nos MIPIM Awards 2025

O projeto EntreCampos, da Fidelidade Property, foi eleito "Best New Mega Development" nos prestigiados MIPIM Awards 2025, destacando-se entre mais de 300 projetos de 30 países. Este reconhecimento reforça a dimensão e a inovação do empreendimento, considerado visionário e disruptivo a nível mundial. A sustentabilidade tem sido uma prioridade estratégica do projeto e foi determinante para a escolha do júri.

Ratings S&P e Fitch

Em julho, a S&P Global Ratings atribuiu, pela primeira vez, *rating* à Fidelidade e à Fidelidade Re, classificando-as com a notação 'A' (Issuer Credit Rating e Financial Strength Rating), reconhecendo o sólido perfil financeiro e a crescente diversificação internacional do Grupo. Este novo *rating* representou um marco importante para o Grupo, reforçando a validação independente da sua solidez financeira. Mais tarde, em outubro, a Fitch Ratings reafirmou os *ratings* Insurer Financial Strength e Issuer Default Rating da Fidelidade e da Fidelidade Re em 'A+' e 'A', respetivamente.

Campanha institucional "A Fidelidade às Gerações do Futuro e ao Futuro das Gerações"

A campanha, lançada em maio, reflete o compromisso do Grupo com o futuro, destacando a importância de proteger, apoiar e preparar as próximas gerações. A iniciativa sublinha a nossa responsabilidade social, sustentabilidade e inovação, reforçando a conexão entre a missão da Fidelidade e as necessidades de um mundo em transformação.

Resposta rápida no Acidente do Elevador da Glória

O dia 3 de setembro de 2025 ficou marcado pelo trágico acidente no Elevador da Glória. Desde o primeiro momento, a Fidelidade, enquanto seguradora da Carris, empenhou-se em dar uma resposta rápida e apropriada, criando uma linha de apoio às vítimas e famílias e constituindo uma comissão técnica independente para garantir que as indemnizações sejam avaliadas de forma justa, célere e em total conformidade com a lei.

Pensar Maior

Realizámos o evento Pensar Maior, que reuniu cerca de 4.000 colaboradores, mediadores e parceiros do Grupo. No encontro foi apresentada a visão estratégica da Fidelidade para 2030, com foco em poupança, longevidade e inovação. Foi também uma oportunidade para reforçar a coesão e o alinhamento institucional, consolidando o compromisso coletivo na execução da estratégia e no fortalecimento da cultura do Grupo.

Venda de 40% do capital da Luz Saúde[1]

A Fidelidade alienou 40% do capital da Luz Saúde à Macquarie Asset Management, numa operação que valorizou a empresa em mais de 1,1 mil milhões de euros. A transação, concluída em janeiro de 2026, marcou o início de uma parceria estratégica orientada para acelerar o crescimento, impulsionar a inovação clínica e reforçar a oferta de cuidados de saúde em Portugal. Na sequência da operação, a Fidelidade manteve o controlo da sociedade, conservando uma participação de aproximadamente 60% do capital.

Aquisição de 30% do capital da The Prosperity Company[1]

No dia 19 de dezembro, a Fidelidade acordou o reforço da sua participação na The Prosperity Company (TPC) de 70% para 100%, consolidando uma parceria de longo prazo e reforçando a sua estratégia na área da longevidade, com um foco claro na poupança de longo prazo, no planeamento da reforma e no desenvolvimento de soluções financeiras e seguradoras para a fase pós-vida ativa.

Aquisição de 70% do capital da IMGA[1]

No dia 30 de dezembro, a Fidelidade acordou a aquisição de 70% do capital da IM Gestão de Ativos (IMGA), uma das maiores gestoras de fundos de investimento do mercado português, que detém atualmente mais de 6 mil milhões de euros em ativos sob gestão. Com esta operação, a Fidelidade torna-se acionista maioritária da IMGA e reforça a sua posição nas áreas de poupança e investimento, ampliando a capacidade de oferecer soluções de longo prazo a uma sociedade mais longeva e financeiramente exigente.

Consolidação dos ratings ESG

A Fidelidade reforçou o seu sistema de métricas para avaliar a estratégia de ESG. À classificação 'Low Risk' atribuída pela Sustainalytics – que, à data da avaliação, a posicionou como a 5ª seguradora com melhor *rating* ESG a nível mundial. Em dezembro, recebemos a classificação 'B' do Carbon Disclosure Project (CDP) no pilar Clima, que integra a Fidelidade no grupo 'Management'. Em novembro, obtivemos o *rating* '2 – Mostly Aligned' da Sustainable Fitch, que nos colocou entre as seguradoras mais bem avaliadas por esta entidade.

Lançamento do Fundo Florestas de Portugal

Em 2025, o Fundo Florestas de Portugal concretizou o seu primeiro investimento com a aquisição da Herdade de Vale Figueiras, tendo igualmente angariado os seus primeiros investidores institucionais. O fundo e a sua captura natural de carbono são um componente do Transition Plan da Fidelidade.

[1] Esta transação não teve impacto nas demonstrações financeiras de 2025.

1.3. História do Grupo Fidelidade

Em mais de dois séculos de história, são mais de 50 as seguradoras que contribuíram para a atual credibilidade, dimensão e solidez da Fidelidade

A nossa história remonta a **1808**, com a **fundação da Companhia de Seguros Bonança.** Desde então, o Grupo Fidelidade tem evoluído e crescido de forma orgânica, impulsionado por fusões e aquisições estratégicas, tendo sido integradas mais de 50 seguradoras e 4 marcas nucleares: Bonança, Fidelidade, Mundial e Império. Este percurso culminou, em **2013**, na criação de uma marca única: a **Fidelidade**.

A privatização da Fidelidade, através da venda de 85% do capital ao Grupo Fosun em 2014, marcou um ponto de viragem na trajetória da Companhia. A partir desse momento, iniciou-se uma fase de forte crescimento e consolidação internacional. A expansão além-fronteiras tornou-se um pilar estratégico, assente tanto em operações *greenfield* como em aquisições, que têm vindo a reforçar a nossa presença global.

1800

1808
Fundação da Bonança

1835
Fundação da Fidelidade

1900

1913
Fundação da Mundial

1942
Fundação da Império

1975
Nacionalização do setor de seguros em Portugal

1990
Reprivatização da Bonança

1992
Privatização da Império

1995
CGD passa a deter todo o capital social da Fidelidade

1998
Lançamento da marca Multicare
Início da atividade da Fidelidade em França

1999
Início da atividade da Fidelidade em Macau
Início da atividade da Fidelidade em Espanha

2000

2001
Fusão da Império e da Bonança dando origem à Império Bonança

2002
Fusão da Fidelidade com a Mundial Confiança dando origem à Fidelidade Mundial

2007
Aquisição da Companhia Portuguesa de Resseguros (atual Fidelidade Re)

2011
Início da atividade em Angola com a Universal Seguros (atual Fidelidade Angola)

2012
Fusão da Império Bonança e Fidelidade Mundial e constituição da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.

2013
Lançamento da marca única Fidelidade

2014
Privatização e entrada da Fosun no capital
Início de atividade da Fidelidade em Moçambique
Aquisição da Espírito Santo Saúde, atual Luz Saúde
Aquisição da Garantia (Cabo Verde)

2019
Aquisição de participação maioritária no grupo latino-americano La Positiva

2020
Início da operação da FID Chile e aquisição da Tenax, empresa de gestão de ativos no Reino Unido

2021
Aquisição de 70% da Ímpar de Moçambique

2022
Aquisição de 70% da *holding* The Prosperity Company
Reforço da posição maioritária no Grupo Luz Saúde
Reforço da participação maioritária na La Positiva

2023
Aquisição da Veterinários Sobre Rodas

2025
Lançamento da FinEasy, negócio de intermediação de crédito

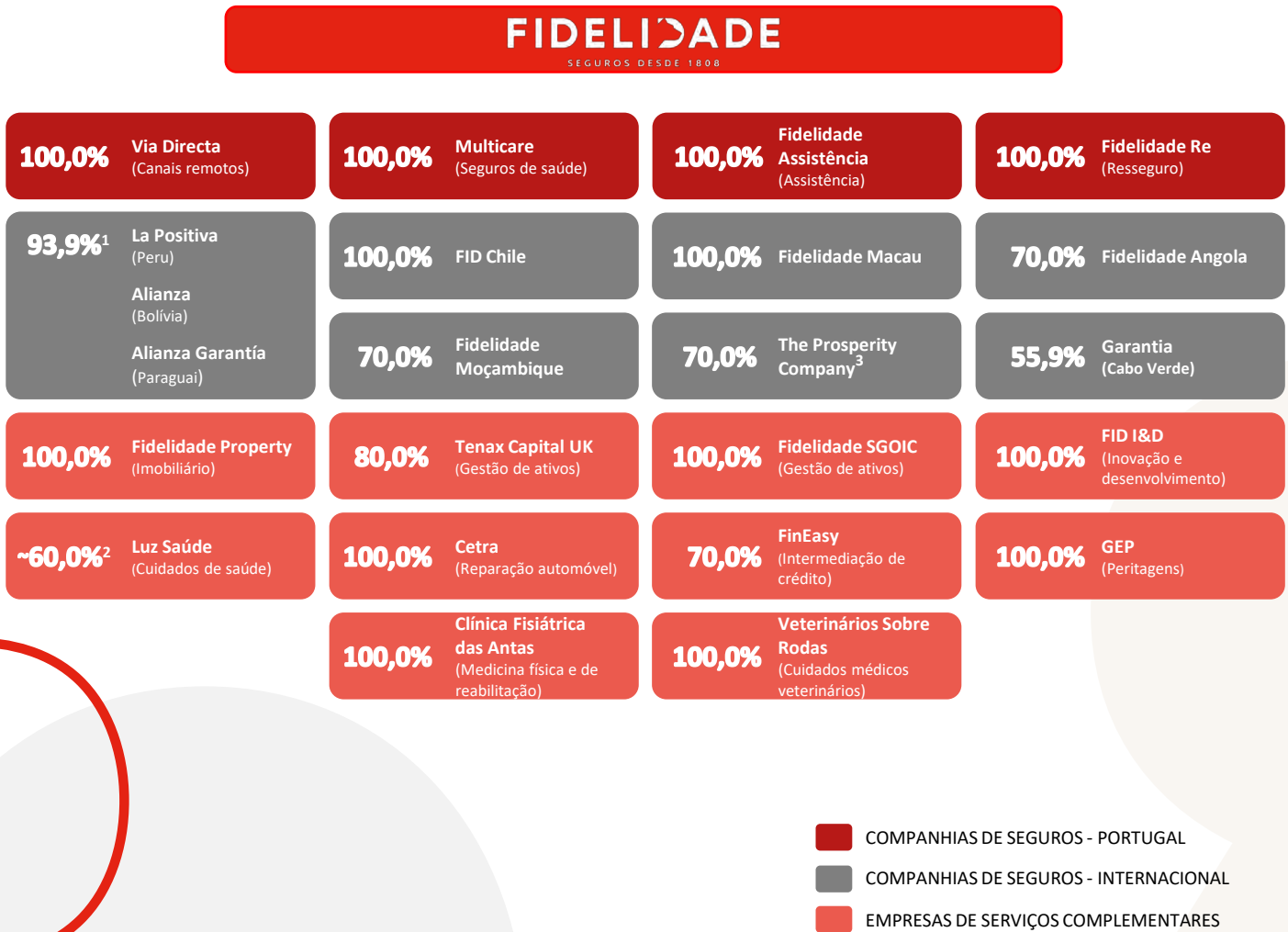
A Fidelidade no Mundo

O Grupo Fidelidade desenvolve operações de seguros e presta serviços a milhões de clientes, distribuídos por **14 países**, incluindo Portugal, em 4 continentes. A presença internacional da Fidelidade combina mercados maduros, plataformas de crescimento e operações *greenfield*, assegurando diversificação geográfica e resiliência do negócio.

O Grupo desenvolve a sua atividade seguradora, internacionalmente, nos seguintes continentes:

- **Europa:** sucursais em Espanha e França; Alemanha, Suíça e Liechtenstein, países onde a The Prosperity Company (TPC) está presente;
- **África:** Cabo Verde, Angola e Moçambique;
- **América do Sul:** Peru, Bolívia, Paraguai e Chile;
- **Ásia:** Macau.

O organograma abaixo apresenta as empresas mais relevantes do Grupo Fidelidade, as suas principais áreas de atuação e as participações detidas pela Fidelidade.



[1] Participação detida na La Positiva Seguros y Reaseguros S.A..

[2] Participação efetiva desde 29 de janeiro de 2026, data em que ocorreu a conclusão da venda de 40% do capital à Macquarie Asset Management.

[3] Prevê-se que a participação passe a 100% no decorrer de 2026, após a verificação e o cumprimento integral das condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda assinado em dezembro de 2025.

Europa

Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. é a sociedade que encabeça o Grupo Fidelidade. Com sede em Portugal, é líder do setor segurador português.

Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. é a seguradora direta e digital do Grupo Fidelidade, que opera, entre outras, através da marca ok! seguros. É pioneira na venda de seguros *online* em Portugal e líder no segmento das seguradoras diretas.

Multicare – Seguros de Saúde, S.A. é a seguradora líder em seguros de saúde em Portugal, com mais de um milhão de clientes. Desde 2011, é a única seguradora de saúde certificada pelo Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001 em Portugal.

Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. é uma seguradora especializada em seguros de assistência e de proteção jurídica.

Fidelidade Re – Companhia de Resseguros, S.A. é o veículo interno de resseguro do ramo Não-Vida do Grupo Fidelidade.

The Prosperity Company é a *holding* do grupo que integra a Liechtenstein Life Assurance AG. O grupo desenvolve soluções de poupança e investimento de longo prazo, destinadas principalmente a clientes particulares, com a maior parte da atividade concentrada na Suíça e na Alemanha.

Fidelidade – Property Europe, S.A. e **Fidelidade – Property International, S.A.** são as empresas responsáveis pela gestão dos investimentos imobiliários do Grupo Fidelidade.

Tenax Capital Limited é uma empresa de gestão de ativos, sediada no Reino Unido, especialista na gestão de fundos direcionados para seguradoras e bancos.

Luz Saúde, S.A. é um dos maiores grupos do mercado de prestação de cuidados de saúde privados em Portugal, gerindo mais de 30 hospitais e clínicas privadas e uma residência sénior.

Fidelidade – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. é a sociedade gestora de fundos de investimento imobiliário.

GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S.A. é a empresa responsável pelas peritagens e averiguações das seguradoras do Grupo Fidelidade, com presença em Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde.

CETRA – Centro Técnico e Reparação Automóvel, S.A. é a empresa que, operando sob a marca Fidelidade Car Service, presta serviços de reparação automóvel.

Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda. é uma unidade de medicina física e de reabilitação localizada no Porto.

FID I&D, S.A. presta serviços de consultoria e desenvolvimento de novas soluções digitais e plataformas, de modelos analíticos, de novas soluções baseadas em inteligência artificial e *machine learning*.

Veterinários Sobre Rodas, Lda. presta serviços de cuidados médico-veterinários ao domicílio, contando também com 3 clínicas e loja *online*.

FinEasy – Soluções Financeiras, S.A. é a empresa do Grupo Fidelidade dedicada à intermediação de crédito, criada em parceria com a Reorganiza. Apoia famílias no acesso a soluções de crédito de forma simples e transparente, negociando as melhores condições junto de diversas instituições financeiras.

Ásia-Pacífico

A Fidelidade está presente em Macau desde 1999, disponibilizando uma ampla gama de soluções de proteção para clientes particulares e empresas através da **Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. e da Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A.,** as quais comercializam seguros Não-Vida e Vida, respetivamente, através de uma rede de mediação e do Banco Nacional Ultramarino (BNU), entidade com quem existe um acordo de *bancassurance*.

África

Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (anterior Universal Seguros, S.A.), é a seguradora do grupo que opera nos ramos Vida e Não-Vida do mercado segurador angolano.

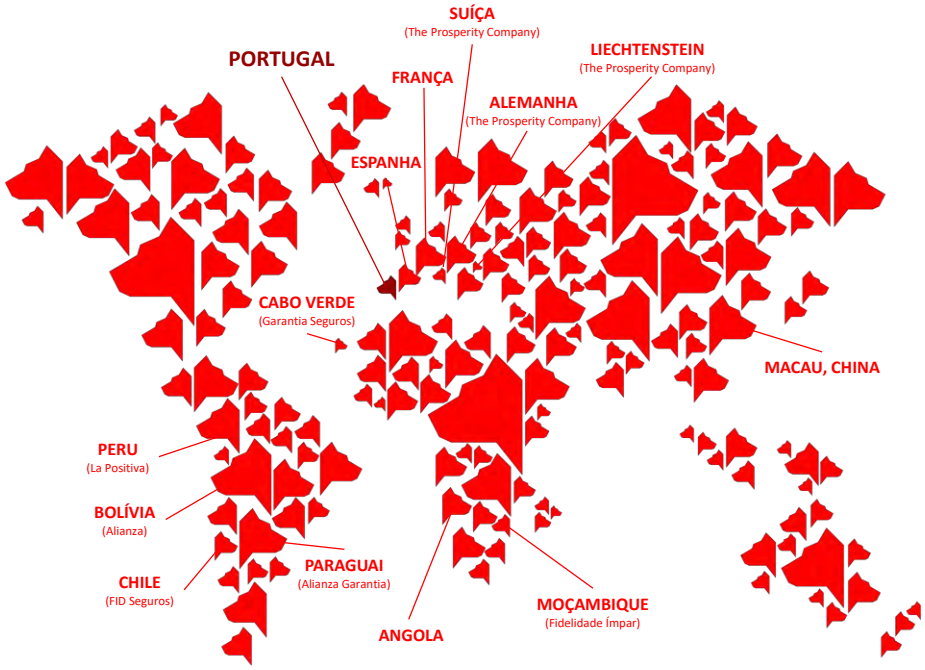
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. é a principal seguradora no mercado cabo-verdiano, operando nos ramos Vida e Não-Vida.

Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. é uma das maiores e mais experientes empresas de seguros a atuar em Moçambique, disponibilizando uma ampla gama de produtos nos segmentos Vida e Não-Vida. Opera no mercado sob a marca Fidelidade Ímpar.

América Latina

La Positiva Seguros y Reaseguros S.A., fundada em 1937, ocupa atualmente a quarta posição no mercado de seguros peruano com mais de 3 milhões de clientes nos ramos de Vida e Não-Vida. Além do Peru, o Grupo La Positiva está presente na Bolívia, através de participações nas empresas Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros, S.A. e Alianza Vida Seguros y Reaseguros, S.A., e no Paraguai, através da participação na empresa Alianza Garantía Seguros y Reaseguros, S.A..

FID Chile Seguros Generales S.A. é a empresa de seguros dos ramos Não-Vida do Grupo Fidelidade no Chile, a qual iniciou operações *greenfield* em janeiro de 2020.



30%

Prémios brutos emitidos provenientes do negócio internacional

14

Países

14.434

Colaboradores, dos quais 28% afetos às operações internacionais

1.4. Missão e valores

O Grupo Fidelidade ambiciona ser um pilar na construção de **um futuro mais seguro**, **sustentável** e com **melhor qualidade de vida**. Acreditamos que todos devem viver plenamente, enfrentando desafios com **segurança e tranquilidade**.

Através de soluções inovadoras que acompanham os clientes em todas as fases da vida, promovemos bem-estar e proteção duradoura. Mais do que **proteger**, a Fidelidade pretende **transformar**, gerando **impacto positivo** nas comunidades e respeitando a identidade de cada país e empresa do Grupo.

Guiado pela transparência, confiança e melhoria contínua, o Grupo Fidelidade mantém o compromisso com a **inovação** e a **sustentabilidade**, reforçando o seu papel de agente de mudança para um futuro mais inclusivo e resiliente.

MISSÃO

Para que a vida não pare.

A nossa missão é **contribuir para uma sociedade mais sustentável, apoiando e cuidando das pessoas em cada etapa das suas vidas.**

Comprometemo-nos a educar, servir e acompanhar, disponibilizando produtos e serviços inovadores que garantem uma proteção sólida e confiável. Ambicionamos ser uma referência, assegurando que ninguém fique sem resposta ou apoio, mesmo que isso exija ir além das nossas obrigações.

VALORES

A nossa missão é alicerçada em **valores que atravessaram gerações e permanecem na nossa matriz identitária.** Hoje, mais do que uma seguradora, somos uma marca humana que acredita na vida e apoia quem sonha.

Com este compromisso, pretendemos **construir um futuro** onde todos se sintam valorizados, protegidos e preparados para enfrentar novos desafios com confiança e serenidade.

O NOSSO COMPROMISSO COM O FUTURO

2.1. A estratégia da Fidelidade

O Plano Estratégico da Fidelidade para o ciclo 2023–2025 – Ambition 2025 – foi definido com o propósito de reforçar a criação de valor sustentável e consolidar a liderança no setor segurador. À medida que este ciclo acaba, é tempo de fazer um balanço.

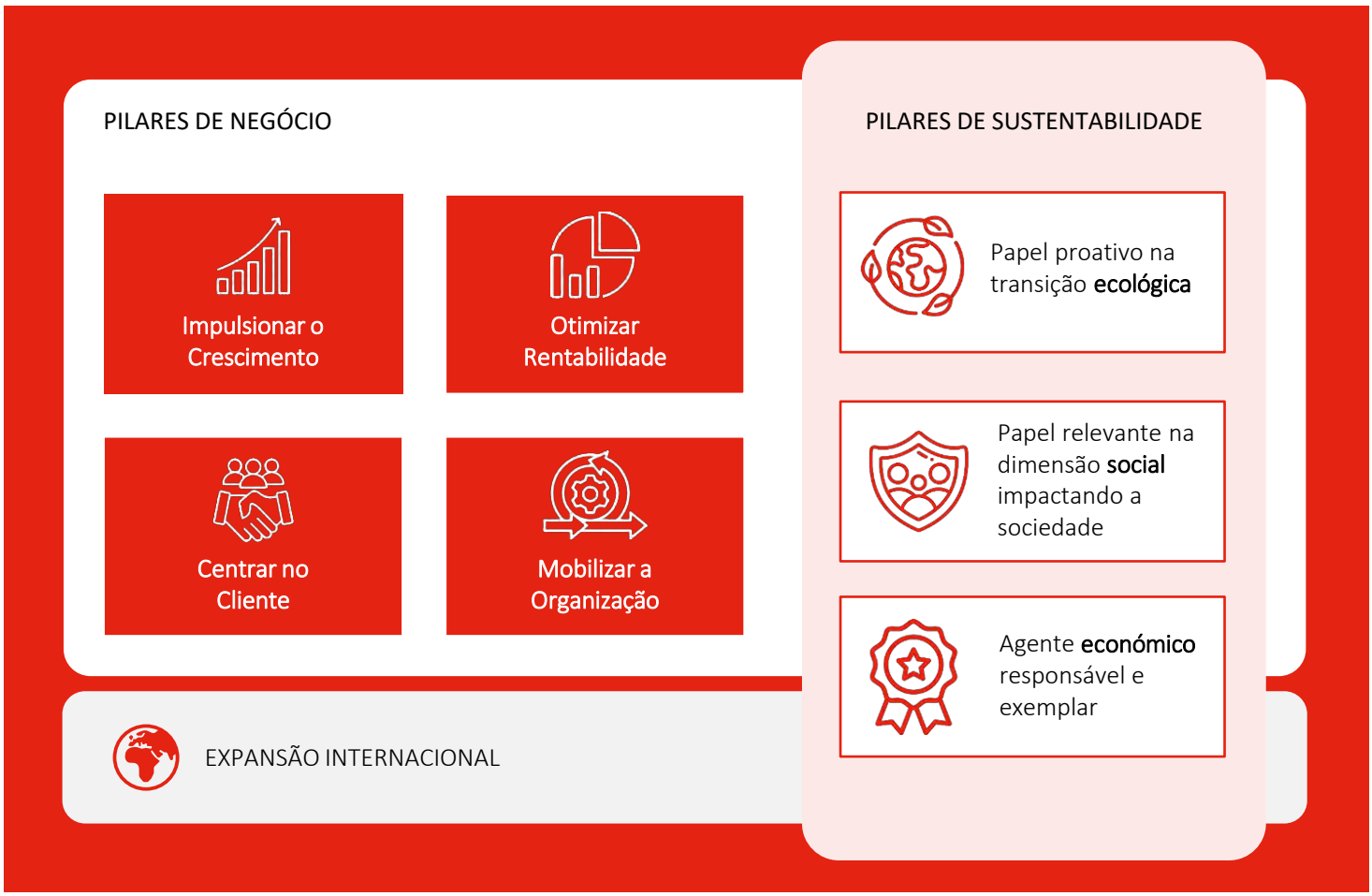
Durante este período, foram atingidos diversos **objetivos estratégicos**, traduzidos numa evolução consistente dos principais indicadores do Grupo:

- Os **prémios totais** cresceram de **5,1 mil milhões de euros em 2022** para **6,5 mil milhões de euros em 2025;**
- Consolidámos a **presença internacional**, com os prémios fora de Portugal a crescerem de **1.540 milhões de euros** para **1.969 milhões de euros;**
- Os **ativos sob gestão (AuM)** aumentaram de **17 mil milhões de euros** para **21 mil milhões de euros;**
- O **rácio de Solvência II consolidado** reforçou-se de **173%** para **194%** em setembro de 2025 (não auditado), refletindo uma estrutura de capital sólida e prudente;
- A **Fitch Ratings** melhorou os *ratings* da Fidelidade para **'A/A+' (estável)**, reconhecendo a solidez do Grupo. Em 2025, **a S&P Global Ratings atribuiu uma notação equivalente**, constituindo um segundo selo de confiança plenamente alinhado com o já concedido pela Fitch;
- Em **sustentabilidade**, a Fidelidade é classificada como empresa de baixo risco de acordo com o *rating* da **Sustainalytics**.

Estes resultados traduzem o esforço coletivo da organização e o sucesso da estratégia definida para o triénio.

A estratégia definida pelo Grupo esteve organizada em **quatro pilares fundamentais** do negócio, complementados pela expansão internacional e pela incorporação dos princípios **ESG**. Alinhada com a Agenda 2030 das Nações Unidas, esta abordagem estratégica estabeleceu **compromissos concretos e objetivos claros, reforçando a dedicação à sustentabilidade, à inovação e à geração de valor responsável.**

PLANO ESTRATÉGICO FIDELIDADE 2023-2025



2.1.1. Pilares de negócio

Impulsionar o crescimento

Ao longo deste ciclo, a Fidelidade manteve uma trajetória de crescimento sustentado, reforçando a sua presença nos diversos segmentos e canais de distribuição.
A evolução da **abordagem omnicanal** permitiu fortalecer a rede de mediadores e parceiros, promovendo uma interação mais integrada e eficiente com os clientes. A modernização da rede e o desenvolvimento de ferramentas digitais contribuíram para uma maior proatividade comercial e uma experiência de venda mais fluida.
O **segmento PME** registou um crescimento significativo, com a implementação de uma proposta de valor integrada, novas ferramentas de apoio à venda e uma abordagem setorial mais direcionada. Esta transformação posicionou a Fidelidade como parceira estratégica das PME em Portugal.
Paralelamente, os programas **Fidelidade Drive** e **Multicare Vitality** reforçaram a ligação com os clientes e promoveram comportamentos responsáveis, fomentando a fidelização e a criação de valor para a sociedade.

Otimizar a rentabilidade

A rentabilidade foi um eixo central do plano estratégico, alicerçada na **eficiência operacional**, na **otimização de capital** e na **transformação do negócio Vida Financeiro**.
O Grupo continuou a investir na **automação e digitalização de processos**, melhorando a produtividade e permitindo que as equipas se concentrem em atividades de maior valor acrescentado. A simplificação dos processos de subscrição e a gestão de sinistros traduziram-se em **ganhos de eficiência e na redução de custos operacionais**.
A transformação do negócio **Vida Financeiro** consolidou o papel da Fidelidade como agente relevante no ecossistema da poupança, com destaque para o forte crescimento da ***app*** **MySavings** e para as iniciativas de **literacia financeira**, que promoveram comportamentos de poupança sustentáveis.
A gestão prudente do capital e a diversificação dos investimentos reforçaram a resiliência do Grupo, num contexto de volatilidade dos mercados, assegurando o equilíbrio entre rentabilidade e risco.

Centrar no cliente

A Fidelidade reforçou a sua posição como parceira de confiança, alargando a sua proposta de valor para além da atividade seguradora tradicional.
A consolidação dos **ecossistemas estratégicos** – Saúde, Casa/Família, Mobilidade, Poupança, Animais – permitiu oferecer soluções integradas e inovadoras, que respondem às necessidades do quotidiano dos clientes. A integração de novos serviços, como os serviços veterinários prestados pela **Veterinários Sobre Rodas**, exemplifica o caminho seguido na diversificação e ampliação da oferta.
O investimento na **digitalização** foi determinante para **melhorar a experiência do cliente**. A evolução das plataformas digitais e o lançamento de novas soluções *online* tornaram o relacionamento mais ágil, acessível e personalizado.
A **fidelização e a confiança** do cliente continuam a ser pilares fundamentais da nossa estratégia, sustentados por uma oferta diferenciadora e cada vez mais orientada para a prevenção e o bem-estar.

Mobilizar a organização

O sucesso da estratégia da Fidelidade dependeu, em larga medida, das suas pessoas. Ao longo deste ciclo, o Grupo investiu no **desenvolvimento e retenção de talento**, na **transformação cultural** e na **utilização de dados e tecnologia** para suportar a tomada de decisão. A implementação de **modelos preditivos e soluções de inteligência artificial** potenciou a eficiência e a personalização das interações com os clientes. Paralelamente, a consolidação da **estratégia de dados** garantiu maior qualidade e segurança na informação, criando bases sólidas para o futuro. A promoção de uma **organização *agile*** e o reforço da mobilidade interna fomentaram o desenvolvimento de competências e a partilha de conhecimento.

Expansão internacional

A expansão internacional manteve-se como vetor estruturante da nossa estratégia. Durante o ciclo 2023–2025, o Grupo consolidou a sua presença nos mercados onde opera e **aprofundou a diversificação geográfica** do negócio. O desempenho sólido das operações da América Latina e Liechtenstein demonstrou a resiliência do modelo internacional e a capacidade **de adaptação às especificidades de cada mercado.**
Foram igualmente reforçadas as **sinergias entre as operações internacionais e a sede**, promovendo a **partilha de conhecimento e de práticas de gestão.**

2.1.2. Pilares de sustentabilidade

A Estratégia de Sustentabilidade, desenvolvida nos últimos anos, reflete uma visão de longo prazo que se consolida e evolui de forma contínua. Embora alinhada com a estratégia global, não se limita ao seu ciclo temporal, permitindo integrar novos desafios, aprendizagens e oportunidades à medida que surgem.

A Fidelidade define a preparação do futuro como o *core* da atividade que desempenha, reconhecendo que este é indissociável de um compromisso com a sustentabilidade.

Na sua jornada como agente ativo da transformação sustentável da sociedade, o Grupo Fidelidade assume um papel central na dimensão social, na transição ecológica e enquanto agente económico responsável e exemplar. Com uma visão de longo prazo, a sustentabilidade está integrada na atividade do Grupo, traduzindo-se em iniciativas que vão desde a mitigação e adaptação às alterações climáticas até ao apoio a práticas mais sustentáveis na sociedade, da valorização do talento interno ao desenvolvimento de soluções ajustadas às necessidades dos clientes e da gestão de riscos à promoção de retornos consistentes e responsáveis.

O Grupo reconhece que a sustentabilidade é um fator crítico para o setor segurador, exigindo um alinhamento constante com os interesses dos seus *stakeholders* — clientes, colaboradores, fornecedores, comunidade, reguladores e o próprio planeta. Estes públicos esperam compromisso, transparência e inovação, bem como uma participação ativa na construção de um futuro mais sustentável, equilibrado e resiliente. Em resposta a estes desafios, a Fidelidade definiu a sua estratégia de sustentabilidade, que orienta a atuação do Grupo e promove a criação de valor a longo prazo.

Estratégia ESG do Grupo Fidelidade

A estratégia ESG da Fidelidade assenta em três pilares: um **papel proativo na transição ecológica**, uma **contribuição significativa para a dimensão social impactando a sociedade** e um **posicionamento como agente económico responsável e exemplar.** Estes pilares traduzem-se em iniciativas objetivas, estruturadas por eixos de atuação que orientam a implementação e o impacto da estratégia.

Iniciativas ESG[1]

Papel proativo na transição ecológica

A Fidelidade integra a ação climática e ambiental na sua estratégia através de um conjunto articulado de iniciativas que reforçam a ambição do Grupo em matéria de sustentabilidade. **O Transition Plan** define o compromisso de redução significativa das emissões de gases com efeito de estufa e orienta a transição para um modelo de operação alinhado com os objetivos globais de neutralidade carbónica. Complementarmente, o **Impact Center for Climate Change (ICCC)** atua sobre riscos físicos e de transição, promovendo investigação aplicada a modelos de subseguro, tarifação justa, desenvolvimento de produtos sustentáveis e soluções de finanças sustentáveis, contribuindo para uma abordagem científica e integrada da gestão do risco climático.

Em 2025, a concretização do primeiro investimento do **Fundo Florestal Florestas de Portugal**, através da aquisição da Herdade de Vale Figueiras, reforçou o compromisso com soluções baseadas na natureza, promovendo a captura e armazenamento natural de carbono, essenciais para o alcance das metas *net zero*.

Paralelamente, o **Nature Positive Plan** orienta a avaliação estratégica dos impactos ambientais e climáticos do Grupo, reconhecendo o valor crítico da natureza e impulsionando iniciativas inovadoras e parcerias que contribuam para proteger e restaurar ecossistemas.

Em conjunto, estas iniciativas sustentam uma estratégia que alia inovação, resiliência e responsabilidade, promovendo simultaneamente **produtos e serviços** que respondem às necessidades emergentes das pessoas, fomentam bem-estar, inclusão e saúde, e apoiam a adaptação e mitigação às alterações climáticas ao longo das diferentes fases da vida.

Impacto na sociedade

A atuação da Fidelidade no pilar de impacto na sociedade assenta na promoção de uma comunidade mais coesa e resiliente, através da colaboração com entidades que respondem aos principais desafios sociais e da implementação de iniciativas de **responsabilidade social** que refletem a forma como o Grupo vê e cuida do mundo.

A **essência WeCare**, alicerçada no compromisso "para que a vida não pare", materializa-se no apoio continuado às pessoas e famílias, ultrapassando obrigações legais e abrangendo a reabilitação física, a reintegração social, profissional e familiar dos sinistrados mais graves, bem como o desenvolvimento de projetos de vida que geram impacto real nas geografias onde o Grupo opera.

Paralelamente, enquanto **empregador responsável**, a Fidelidade promove um tratamento equitativo, remuneração justa e oportunidades inclusivas, investindo na capacitação e requalificação dos seus colaboradores e assegurando apoio económico, de saúde e de preparação para a reforma, particularmente em momentos de maior necessidade.

Agente económico responsável e exemplar

A atuação da Fidelidade enquanto agente económico responsável e exemplar assenta na integração consistente de critérios ambientais, sociais e de governação (ESG) nos seus processos de **investimento**, reforçando a capacidade do Grupo para identificar riscos e oportunidades e consolidar o seu perfil global de sustentabilidade. Em conformidade com a Política de Investimento Sustentável e com o Transition Plan, a Fidelidade assumiu o compromisso de atingir a neutralidade carbónica no portefólio de investimento até 2050, tendo definido metas intermédias que orientam a sua trajetória de curto prazo. Neste percurso, destaca-se ainda a emissão, em 2024, da primeira *green bond* do Grupo, destinada a financiar ativos sustentáveis que contribuam para uma economia de baixo carbono.

Na relação com os seus **fornecedores e parceiros**, a Fidelidade incentiva a adoção de comportamentos mais sustentáveis e procura privilegiar aqueles que asseguram as melhores práticas, apoiando-os na sua jornada de sustentabilidade.

[1] Mais detalhe sobre a estratégia ESG, iniciativas e metas de sustentabilidade disponível no capítulo Planeta e na secção das Demonstrações de sustentabilidade.

Dupla materialidade do Grupo Fidelidade

A análise de dupla materialidade[1] consiste no exercício através do qual a Fidelidade identifica os seus temas relevantes em matéria de sustentabilidade. A identificação destes temas orienta estrategicamente a atuação da empresa, promovendo a resiliência do negócio, a sustentabilidade e a criação de valor a longo prazo. Em 2025, a Fidelidade confirmou os resultados da análise de dupla materialidade, não se tendo verificado alterações face aos temas materiais identificados em 2024:

TEMAS MATERIAIS	DESCRIÇÃO	IMPACTOS		RISCOS	OPORTUNIDADES	CADEIA DE VALOR
		POSITIVOS	NEGATIVOS			
Mitigação das Alterações Climáticas	Limitação do aumento da temperatura média global a 1,5ºC acima dos níveis pré-industriais, em conformidade com o Acordo de Paris.		●	●	●	S I
Adaptação às Alterações Climáticas	Adaptação às alterações climáticas atuais e previstas, procurando avaliar e mitigar os seus impactos.	●		●	●	S I
Longevidade	Promoção de uma maior esperança média de vida e de uma melhor qualidade de vida em todas as idades.	●		●	●	S G
Colaboradores	Condições de trabalho, igualdade de tratamento e de oportunidades e outros direitos laborais para colaboradores.	●		●	●	O
Inclusão Social	Igual acesso a produtos e serviços, práticas de *marketing* responsáveis e não-discriminação.	●		●		S
Inovação Digital	Adoção de tecnologias como a inteligência artificial, a computação em nuvem e gestão avançada de dados.	●		●	●	S
Impactos Relacionados com a Informação	Privacidade, liberdade de expressão e acesso a informação (de qualidade).			●		S G
Cultura Corporativa	Normas do Grupo, como valores, missão e Código de Ética e Conduta.	●			●	O
Corrupção e Suborno	Prevenção e combate ao uso indevido de poder para ganho pessoal e a oferta, doação ou receção de algo de valor para influenciar uma decisão ou ação.	●		●		O
Denúncia de Irregularidades	Políticas de proteção de denunciantes como canais de reporte interno, formações ou medidas de proteção contra retaliações.			●		O
Responsabilidade Social Corporativa	Investimento na coesão e resiliência social através de parcerias que abordam desafios sociais essenciais	●				O

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento | S Seguros | I Investimentos | G Gestão de sinistros

[1] Detalhe sobre a análise de dupla materialidade da Fidelidade disponível aqui.

Contributo da Fidelidade para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A estratégia do Grupo Fidelidade está alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), procurando gerar um impacto positivo no planeta e na sociedade. Em 2025, o Grupo reforçou o seu compromisso com sete ODS prioritários, concentrando a sua atuação nas áreas onde pode gerar maior impacto, em alinhamento com a Agenda 2030 da ONU.

ODS	CONTRIBUTO DA FIDELIDADE	IMPACTO NA CADEIA DE VALOR
3 SAÚDE DE QUALIDADE	Desenvolvimento de produtos e serviços que fomentam hábitos de vida saudáveis e respondem às necessidades de saúde dos clientes.	S G
8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO	Promoção de práticas responsáveis enquanto empregador, promovendo os mais elevados padrões junto de parceiros e fornecedores, garantindo uma atividade economicamente viável que respeita todos os *stakeholders*.	O
9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS	Adoção de uma abordagem inovadora que responda às necessidades dos clientes e fomente o desenvolvimento sustentável, envolvendo a sociedade.	S G
10 REDUZIR AS DESIGUALDADES	Disponibilização de produtos e serviços dirigidos a segmentos da população mais desfavorecidos. Atuação responsável junto dos colaboradores e restantes *stakeholders*, fomentando a diversidade, a equidade e a inclusão.	O S
12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	Incentivo à adoção de comportamentos que promovam a economia circular e a utilização responsável dos recursos ao longo de toda a cadeia de valor.	O S G
13 AÇÃO CLIMÁTICA	Promoção da redução da pegada ecológica junto de clientes, fornecedores e parceiros, bem como no âmbito da atividade, tendo como prioridade estratégica alcançar a meta *net zero*.	O S I G
17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS	Estabelecimento de parcerias com *stakeholders* para alcançar os ODS e maximizar o impacto positivo das ações da Fidelidade.	O S I G

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento | S Seguros | I Investimentos | G Gestão de sinistros e serviços

Subscritor e promotor ativos dos compromissos globais ESG

O Grupo Fidelidade participa ativamente em diversas iniciativas e colabora com entidades nacionais e internacionais que atuam em matérias de sustentabilidade. Desta forma, reforça o seu compromisso com práticas responsáveis e com a promoção de impactos positivos na sociedade. A nível internacional, é membro do Forum for Insurance Transition to Net Zero (FIT), subscritor da Net Zero Asset Owner Alliance (NZAOA), dos Principles for Sustainable Insurance (PSI), dos Principles for Responsible Investment (PRI) e dos 10 Princípios do United Nations Global Compact. No âmbito nacional, é subscritor da Carta de Princípios do BCSD Portugal, co-coordenador do grupo de trabalho de sustentabilidade da Business Roundtable Portugal e membro ativo dos respetivos grupos de trabalho, bem como membro do GRACE, onde participa em várias iniciativas colaborativas.

O MERCADO

3.1. Contexto de mercado

Enquadramento macroeconómico[1]

Mercado Mundial

O ano de 2025 ficou marcado por **um contexto de elevada incerteza e volatilidade** na economia mundial, no qual as **alterações na política comercial assumiram um papel central**, com a introdução de novas tarifas e renegociação de acordos entre parceiros comerciais.

Em paralelo, foram **implementados cortes na ajuda internacional ao desenvolvimento**, com impacto significativo em países de baixo rendimento, e foram impostas **novas restrições à imigração** em algumas economias avançadas.

Contudo, apesar de medidas comerciais mais protecionistas, **a economia global manteve-se resiliente**, prevendo-se um **crescimento global de aproximadamente 3,2% em 2025**, semelhante ao registado em 2024 (-0,1 p.p.).

Por sua vez, a **inflação global continuou a sua trajetória de desaceleração**, **fixando-se em 4,2% em 2025**, após ter atingido 5,8% em 2024. Esta evolução resulta sobretudo da **implementação de políticas monetárias orientadas para a reposição da estabilidade dos preços**.

África Subsariana

A região da África Subsariana registou um **crescimento económico de 4,1% em 2025**, em linha com o observado em 2024, uma vez que o efeito das alterações nas tarifas praticadas ao nível do comércio internacional foi compensado por uma maior produção de petróleo e uma maior confiança por parte dos investidores. Já a **inflação** nesta região foi de **13,6%**, isto é, 7,7 p.p. abaixo do ano anterior.

Portugal

Em Portugal, o **crescimento económico** registou um **abrandamento para 2,0%**, uma redução de 0,1 p.p. face a 2024, resultado do **menor contributo das exportações** e das **componentes do investimento**.

Também a **inflação** apresentou uma **redução** face ao ano anterior, passando de 2,7% em 2024 para **2,2% em 2025.** Esta evolução está em linha com a tendência da Zona Euro e reflete sobretudo o abrandamento dos preços dos serviços.

Por sua vez, a **taxa de desemprego** registou uma **redução** de 0,2 p.p. face a 2024, fixando-se nos **6,2% em 2025**.

América Latina

A região registou um **crescimento de 2,4%** em 2025, um valor semelhante ao do ano anterior. Esta evolução continua a refletir um contexto de elevada incerteza e, sobretudo, o impacto das mudanças na política comercial.

Já a **inflação** situou-se nos **7,6%**, o que representa uma diminuição de 9 p.p. face ao valor registado em 2024.

[1] IMF Economic Outlook (outubro 2025), Boletim Económico BdP (dezembro 2025), ECLAC (outubro 2025).

Enquadramento do setor segurador

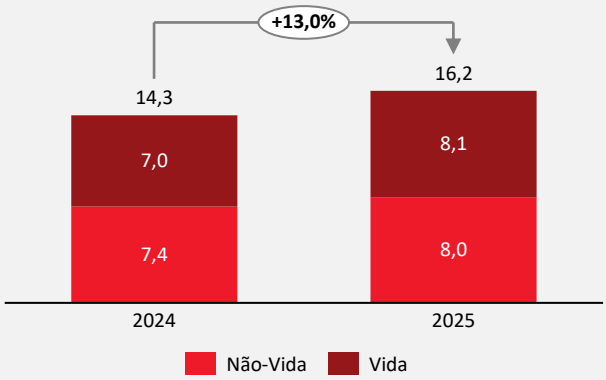
Mercado segurador português

Em 2025, o mercado segurador português registou um valor **total de prémios brutos de 16,2 mil milhões de euros, um crescimento de 13,0% face a 2024**, refletindo a evolução do **segmento Vida (17,1% para 8,1 mil milhões de euros)** e do segmento **Não-Vida, que manteve a sua trajetória de crescimento,** tendo registado um montante de prémios de **8,0 mil milhões de euros, mais 9,1% que em 2024.**

O **aumento da produção no segmento Vida** deveu-se, sobretudo, à componente de **Vida Financeiro**, em particular ao nível dos produtos Unit-Linked que foram positivamente impactados pela descida das taxas de juro.

Por sua vez, a **produção do segmento Não-Vida manteve a tendência de crescimento**, voltando a ganhar maior tração quando comparado com o ano anterior, maioritariamente fruto de um **maior dinamismo da atividade económica.**

Mercado segurador português – prémios brutos emitidos



Unidades: mil milhões de euros
Fonte: ASF

No segmento Não-Vida, importa destacar a **evolução positiva registada no ramo Saúde** (+12,3%), beneficiando de um contexto de maior sensibilização da população para a necessidade de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde. Este crescimento permitiu que o **ramo Saúde** consolidasse o seu posicionamento como o **segundo maior ramo do segmento Não-Vida**, com a produção de seguro direto a ascender a **1.782 milhões de euros**.

Não-Vida: prémios brutos emitidos

	2024	2025	Var.
Automóvel	2.361	2.595	9,9%
Saúde	1.586	1.782	12,3%
Incêndio e Outros Danos	1.277	1.378	7,9%
Acidentes de Trabalho	1.251	1.355	8,4%
Outros	883	921	4,3%
Total	**7.358**	**8.030**	**9,1%**

Unidades: milhões de euros
Fonte: ASF

Quotas de mercado

Posicionamento do Grupo Fidelidade no mercado português

Em 2025, o **Grupo Fidelidade manteve a sua posição de liderança no mercado português**, registando uma quota de mercado global de **28,1%,** o que representa uma diminuição de 2,1 p.p. face ao ano anterior, justificada pela evolução do segmento Vida.

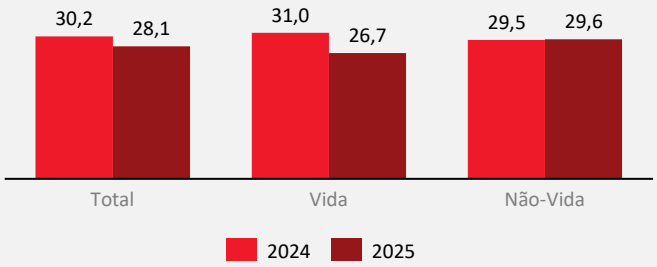
No **segmento Vida**, o Grupo apresentou uma redução de 4,3 p.p. na sua quota de mercado face a 2024, refletindo sobretudo o comportamento do ramo Vida Financeiro.

No **segmento Não-Vida**, a Fidelidade **reforçou a sua quota de mercado em 0,1 p.p. face a 2024**, impulsionada pela evolução positiva nos negócios de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Incêndio e Outros Danos.

Por outro lado, **o ramo Automóvel registou um crescimento em linha com o mercado**, refletindo uma política criteriosa de subscrição de riscos, com maior foco na rentabilidade desta linha de negócio.

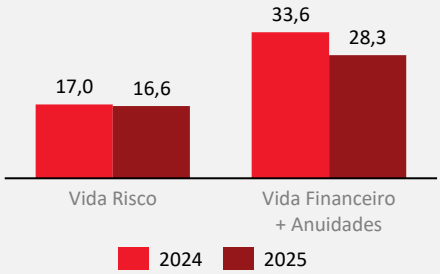
Em 2025, o Grupo Fidelidade manteve a sua posição de liderança em Portugal, atingindo uma quota de mercado de 28,1%.

Quota de mercado total, Vida e Não-Vida



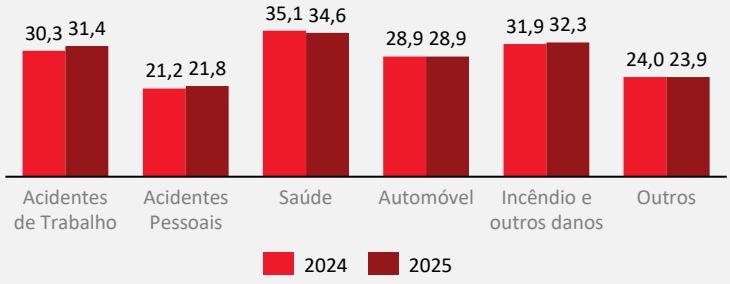
Unidade: %
Fonte: APS

Quota de mercado, Vida



Unidade: %
Fonte: APS

Quota de mercado, Não-Vida



Unidade: %
Fonte: APS

3.2. Inovação e disrupção digital

Em 2025, o setor segurador consolidou a adoção das tecnologias mais recentes, promovendo maior eficiência operacional, inovação contínua e uma resposta ágil às exigências regulatórias e à evolução do mercado.

A evolução tecnológica, aliada ao envelhecimento populacional e à pressão crescente dos custos, continua a redefinir o setor segurador.

O modelo **integrado** de ***open insurance*** permite uma troca segura de dados entre seguradoras, *insurtechs* e plataformas digitais, facilitando produtos flexíveis que se **ajustam ao ciclo de vida e às necessidades do cliente.**

A **inteligência artificial,** incluindo vertentes **generativa, preditiva e agentes inteligentes**, está a transformar diversas áreas da empresa. Na subscrição e gestão de riscos, permite **análises mais precisas e decisões baseadas em dados em tempo real**; no atendimento ao cliente, **personaliza interações e melhora a experiência**; na gestão de talento, **automatiza tarefas administrativas, apoia decisões estratégicas** e **identifica necessidades** de desenvolvimento; e na mediação, **liberta profissionais para atividades de maior valor acrescentado**, aumentando eficiência e proximidade com o cliente, sem substituir o toque humano essencial. Paralelamente, **sensores IoT, dispositivos móveis e *advanced analytics*** permitem monitorizar riscos e ajustar prémios em tempo real, garantindo um **equilíbrio** entre **inovação, ética e proximidade ao cliente.**

3.3. Longevidade

O **envelhecimento populacional** é uma das transformações estruturais mais marcantes da atualidade, impactando **sistemas sociais, económicos e da saúde**. Impulsionada pelo aumento da esperança média de vida e pela diminuição das taxas de natalidade, esta tendência exige uma nova forma de olhar para o ciclo de vida humano mais **prolongado, diverso e em constante evolução.**

A Europa é hoje o continente mais envelhecido do mundo, prevendo-se que cerca de 30% da população tenha mais de 65 anos até 2050[1]. Em Portugal, este marco será atingido já em 2040. Apesar do aumento da esperança média de vida, a diferença de mais de uma década entre a longevidade total e a longevidade saudável evidencia a **urgência de promover vidas mais equilibradas e com propósito.**

A **longevidade** tornou a vida mais fluída, com percursos múltiplos e reversíveis: pessoas que voltam a estudar aos 50, iniciam novas carreiras aos 60 ou optam por períodos de pausa e redefinição de objetivos e prioridades. Com a flexibilização das barreiras entre gerações e responsabilidades, **surgem oportunidades inovadoras para aprender, colaborar e contribuir.**

As empresas enfrentam o desafio de valorizar talentos de todas as idades, criando ambientes inclusivos e flexíveis que promovam experiência e aprendizagem contínuas. As seguradoras estão no centro desta transformação, atuando nos pilares da longevidade, saúde, bem-estar financeiro e assistência, e evoluindo de meras protetoras a parceiras ativas na prevenção, promoção de estilos de vida saudáveis e capacitação para decisões informadas.

[1] Fonte: Revista científica The Lancet.

3.4. Alterações climáticas

O combate às alterações climáticas continua a ser uma prioridade global, com eventos preocupantes como incêndios, ondas de calor, tempestades e inundações a tornarem-se cada vez mais frequentes e intensos, provocando impactos significativos e testando a resiliência das organizações. O setor segurador, pela sua função de proteção contra imprevistos, permanece particularmente exposto aos riscos físicos associados a estas ocorrências.

Entre agosto de 2024 e julho de 2025, a temperatura média global ficou 1,53ºC acima dos níveis pré-industriais, reforçando a urgência da ação climática[1].

O setor segurador tem respondido com **produtos inovadores**, coberturas ajustadas e **modelos preditivos mais avançados**, que **otimizam a avaliação de risco e a gestão de sinistros**. A COP30, realizada em Belém, no Brasil, reforçou a centralidade da adaptação climática e da mobilização de financiamento para os países mais vulneráveis, destacando o papel das seguradoras na gestão do risco climático e no apoio à resiliência, em linha com o Acordo de Paris. O combate às alterações climáticas exige uma ação conjunta entre setor privado e governos, uma vez que, no setor segurador, a gestão dos riscos climáticos e a transição dependem de enquadramentos regulatórios, políticas públicas e investimentos estruturais, para além da atuação individual das empresas.

As alterações climáticas também **geram oportunidades**, impulsionando soluções alinhadas com critérios ESG e investimentos sustentáveis, essenciais **para assegurar a resiliência, reputação e sustentabilidade** do setor segurador, contribuindo para uma economia mais eficiente e preparada para os desafios ambientais.

[1] Fonte: Copernicus.

3.5. Gestão de talento

Num setor em rápida transformação, os colaboradores são o motor da criação de valor, inovação e proximidade ao cliente. Atrair, reter e desenvolver talento especializado em dados, inteligência artificial e gestão de risco é essencial para assegurar competitividade e adaptação aos novos modelos de negócio.

Tendências consolidadas, como a **"gamificação" da aprendizagem** e os **espaços inteligentes**, continuam a integrar um ecossistema de trabalho cada vez mais digital, colaborativo e sustentável. Da mesma forma, práticas que promovem **ambientes inclusivos e atrativos, modelos de trabalho flexíveis e híbridos apoiados por programas de bem-estar e diversidade**, fortalecem equipas, equilibram produtividade e bem-estar e reforçam a resiliência.

A **IA generativa e a automação inteligente** estão a transformar a gestão de talento, acelerando a aprendizagem, personalizando experiências e apoiando decisões estratégicas baseadas em dados. Estas tecnologias impulsionam o desenvolvimento de programas personalizados, a antecipação de necessidades de competências e a otimização das avaliações de desempenho, promovendo uma gestão de pessoas mais eficaz e orientada para resultados.

A **mobilidade interna de talento**, apoiada por plataformas digitais, permite uma alocação mais eficiente de competências. Estas plataformas **identificam e sugerem projetos e oportunidades** alinhados com as **competências e interesses** de cada colaborador, promovendo maior adaptabilidade, envolvimento e retenção de talento.

OS NOSSOS RESULTADOS EM 2025

4.1.1. Contas consolidadas

Ganhos e perdas – principais indicadores

Resumo Demonstração de Resultados

	2025	2024	Var. 2025-2024
Prémios brutos emitidos	6.529,2	6.171,9	*5,8%*
Vida	3.132,5	2.999,6	*4,4%*
Não-Vida	3.396,6	3.172,2	*7,1%*
Resultado dos contratos de seguro Não-Vida e Vida Risco[1]	262,5	368,8	*-28,8%*
Rácio combinado Não-Vida	95,7%	90,7%	*4,9 p.p.*
Resultado técnico de Vida Financeiro[2]	44,0	32,8	*34,0%*
Resultado de investimento[3]	127,8	58,9	*116,9%*
Yield de investimento[4]	3,2%	3,0%	*0,2 p.p.*
Resultado não operacional e gastos não atribuíveis	-124,0	-132,8	*-6,6%*
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	**310,3**	**327,8**	***-5,3%***
Impostos e interesses minoritários	-109,3	-154,3	*-29,2%*
Resultado líquido atribuível aos accionistas	**201,0**	**173,5**	***15,8%***

Unidades: milhões de euros.

[1] Exclui anuidades, uma vez que estão consideradas no Resultado técnico de Vida Financeiro.
[2] Inclui o resultado dos produtos Unit-Linked.
[3] Inclui o resultado da componente financeira dos contratos de seguro e exclui produtos Unit-Linked.
[4] Exclui produtos Unit-Linked e imóveis de uso próprio.

Em 2025, o Grupo Fidelidade alcançou um **volume consolidado de prémios emitidos no valor total de 6.529,2 milhões de euros**, um **aumento de 5,8%** face ao ano anterior.

O **negócio do segmento Vida** registou um **crescimento de 4,4%** face a 2024, para **3.132,5 milhões de euros**, refletindo, sobretudo, o comportamento dos prémios no negócio Vida Financeiro internacional, impactados positivamente pela atividade da The Prosperity Company. No **segmento Não-Vida**, o Grupo Fidelidade **cresceu 7,1%** em 2025, atingindo **3.396,6 milhões de euros em prémios**, com desempenho positivo em todas as linhas de negócio na maioria das geografias. O **negócio internacional representou 30,2% do volume total de prémios emitidos em 2025**.

O **resultado dos contratos de seguro evoluiu desfavoravelmente para 262,5 milhões de euros**, uma **diminuição de 28,8%** face a 2024, evidenciando um agravamento nos níveis de sinistralidade nos ramos Não-Vida. Consequentemente, o **rácio combinado** em 2025 foi de **95,7%**.

O **resultado técnico do ramo Vida Financeiro foi de 44,0 milhões de euros**, um **aumento de 34,0%** face a 2024, justificado pelo resultado positivo dos produtos Unit-Linked e anuidades.

Por sua vez, o **resultado de investimentos** fixou-se nos **127,8 milhões de euros**, uma variação **de 116,9%** face a 2024 que demonstra as menores taxas garantidas concedidas a clientes nos produtos de taxa fixa e uma melhoria nos rendimentos de investimento.

O **resultado não operacional** evidenciou uma **melhoria para -124,0 milhões de euros**, espelhando a estratégia de diversificação do Grupo, onde as participadas apresentaram um resultado favorável.

Em consequência das evoluções acima indicadas, o **resultado líquido atribuível aos accionistas** revelou uma progressão **de 15,8% face a 2024**, para **201,0 milhões de euros**.

Prémios brutos emitidos

Portugal

	2025	% Mix	2024	% Mix	Var. 2025-2024
Vida	**2.172,1**	*47,6%*	**2.157,1**	*49,7%*	*0,7%*
Risco	*190,6*	*8,8%*	*184,7*	*8,6%*	*3,2%*
Vida Financeiro e Anuidades	*1.981,4*	*91,2%*	*1.972,4*	*91,4%*	*0,5%*
Não-Vida	**2.388,1**	*52,4%*	**2.179,2**	*50,3%*	*9,6%*
Automóvel	*813,6*	*34,1%*	*739,7*	*33,9%*	*10,0%*
Saúde	*616,5*	*25,8%*	*557,4*	*25,6%*	*10,6%*
Incêndio e Outros Danos	*392,4*	*16,4%*	*364,8*	*16,7%*	*7,6%*
Acidentes de Trabalho	*425,4*	*17,8%*	*378,7*	*17,4%*	*12,3%*
Outros Não-Vida	*140,1*	*5,9%*	*138,5*	*6,4%*	*1,2%*
Total	**4.560,1**	*100,0%*	**4.336,3**	*100,0%*	*5,2%*

Unidades: milhões de euros

Em **Portugal**, o Grupo Fidelidade registou um **desempenho favorável na produção do segmento Não-Vida**, **crescendo 9,6%** face ao ano anterior e **acima da média do mercado (9,1%)**, crescimento para o qual contribuíram a generalidade das linhas de negócio. Esta evolução possibilitou o **aumento da quota de mercado Não-Vida em 0,1 p.p. para 29,6%**.

No **negócio Vida em Portugal**, a Fidelidade registou um **aumento de prémios de 0,7% face ao ano anterior**, influenciado pela evolução favorável dos produtos Unit-Linked e Vida Risco.

Negócio internacional

	2025	% Mix	2024	% Mix	Var. 2025-2024
Vida	**960,5**	*48,8%*	**842,6**	*45,9%*	*14,0%*
Risco	*359,5*	*37,4%*	*358,4*	*42,5%*	*0,3%*
Vida Financeiro e Anuidades	*601,0*	*62,6%*	*484,1*	*57,5%*	*24,1%*
Não-Vida	**1.008,5**	*51,2%*	**993,0**	*54,1%*	*1,6%*
Automóvel	*237,6*	*23,6%*	*225,1*	*22,7%*	*5,5%*
Saúde	*126,4*	*12,5%*	*127,2*	*12,8%*	*-0,6%*
Incêndio e Outros Danos	*332,2*	*32,9%*	*328,6*	*33,1%*	*1,1%*
Acidentes de Trabalho	*106,8*	*10,6%*	*110,3*	*11,1%*	*-3,1%*
Outros Não-Vida	*205,5*	*20,4%*	*201,8*	*20,3%*	*1,8%*
Total	**1.969,0**	*100,0%*	**1.835,6**	*100,0%*	*7,3%*

Unidades: milhões de euros

O montante de prémios com origem no negócio internacional atingiu **1.969,0 milhões de euros em 2025**, tendo registado um **crescimento de 7,3%** face ao ano anterior, impulsionado, sobretudo, pelo **segmento Vida**.

A **atividade Não-Vida cresceu 1,6% face a 2025**, sendo impactada negativamente pelo efeito cambial, nomeadamente no negócio em Angola, mas também pela performance negativa de França e Espanha. Por outro lado, Chile, Bolívia e Cabo Verde foram as geografias que mais contribuíram para o aumento dos prémios internacionais Não-Vida.

O **ramo Vida Risco** registou um **aumento de 0,3%**, refletindo essencialmente o aumento verificado em Macau e Cabo Verde. O ramo **Vida Financeiro** registou um **crescimento de 24,1%**, muito impulsionado pela atividade do grupo The Prosperity Company.

Em 2025 a **América Latina representou 59% do negócio internacional do Grupo Fidelidade**, com o restante a ser distribuído entre **Europa (30%)**, **África (7%)** e **Ásia (4%)**.

Balanço – principais indicadores

Resumo Balanço

	2025	2024	Var. 2025-2024
Total do Ativo	24.162,7	22.050,8	*9,6%*
Ativos sob gestão[1]	21.225,4	19.160,6	*10,8%*
Passivos de contratos de seguro e contratos de investimento[2]	17.448,5	15.776,7	*10,6%*
Margem de serviços contratuais (CSM)	430,2	411,5	*4,6%*
Capital próprio[3]	2.690,1	2.503,9	*7,4%*
ROE	7,7%	6,7%	*1,0 p.p.*

Unidades: milhões de euros (exceto ROE, que se encontra expresso em percentagem).

[1] Este total corresponde ao somatório das rubricas Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados, Derivados de cobertura, Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado, Terrenos e edifícios e Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.
[2] Inclui o valor dos Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.
[3] Não inclui interesses minoritários.

Em 2025, a Fidelidade detinha **ativos sob gestão no montante de 21,2 mil milhões de euros**, um **aumento de 10,8%** face a 2024, sendo 23% desse montante relativo a contratos Unit-Linked. A **carteira de investimentos não ligada a produtos Unit-Linked ascendeu a 16,2 mil milhões de euros**, tendo atingido uma rentabilidade média anual de 3,2%.

Por sua vez, os **passivos de contratos de seguro e de contratos de investimento ascenderam**, em 2025, **a 17,4 mil milhões de euros**, tendo evidenciado uma evolução de 10,6% face a 2024, refletindo a evolução do passivos associados a contratos de investimento. No final de 2025 a **dívida subordinada, componente central da** estratégia de **otimização da estrutura de capital, totalizou 1.006,3 milhões de euros** e o **rácio de dívida** sobre o total de ativos foi de **4,2%**.

A **margem de serviços contratuais atingiu 430,2 milhões de euros** em 2025, uma expansão de 4,6% face ao ano anterior.

O **capital próprio**, excluindo interesses minoritários, situou-se em **2,7 mil milhões de euros**, um reforço de 7,4% face a 2024, demonstrando a evolução positiva da reserva de reavaliação e dos resultados transitados. O **retorno médio sobre o capital acionista (ROE)** foi de **7,7%.**

4.1.2. Contas individuais

As contas individuais da Fidelidade incluem o negócio segurador da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. em Portugal e das suas sucursais em França, Luxemburgo e Espanha.

Ganhos e perdas – principais indicadores

Resumo Resultados

	2025	2024	Var. 2025-2024
Prémios brutos emitidos	4.627,2	4.441,8	4,2%
Vida	2.217,3	2.202,8	0,7%
Não-Vida	2.409,9	2.239,0	7,6%
Resultado líquido	144,0	11,4	1158,4%

Unidades: milhões de euros

Em termos individuais, a Fidelidade atingiu uma **produção total de 4.627,2 milhões de euros em 2025**, observando uma variação positiva **de 4,2%** face ao ano anterior, impulsionado, sobretudo, pelo desempenho do segmento Não-Vida.

No negócio **Vida**, a Fidelidade individual registou uma produção de **2.217,3 milhões de euros**, tendo variado **0,7%** face a 2024, reflexo do desempenho dos produtos Unit-Linked e Vida Risco.

No segmento **Não-Vida**, **cresceu cerca de 7,6%** face ao ano anterior, espelhando um desempenho positivo de todas as linhas de negócio.

Em 2025, a Fidelidade alcançou um **resultado líquido individual de 144,0 milhões de euros**, uma expansão **de 1.158,4%** face ao ano anterior, consequência de uma melhoria significativa no resultado de investimentos.

Balanço – principais indicadores

Resumo Balanço

	2025	2024	Var. 2025-2024
Ativo total	17.172,4	15.949,2	7,7%
Passivos de contratos de seguro e contratos de investimento[1]	13.355,9	12.241,0	9,1%
Capital próprio	2.112,0	1.889,7	11,8%

Unidades: milhões de euros
[1] Inclui o valor dos Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

No final de 2025 a Fidelidade individual contava com um **ativo total no valor de 17,2 mil milhões de euros** e **Passivos de contratos de seguros e de contratos de investimento de 13,4 mil milhões de euros**, tendo estes últimos registado um acréscimo **de 9,1%** face a 2024.

O **capital próprio ascendeu a 2,1 mil milhões de euros**, o que reflete uma evolução **de 11,8%** face ao ano anterior, consequência, sobretudo, da evolução do resultado líquido do exercício e das Reservas de reavaliação.

4.2.1. Clientes

A Fidelidade posiciona-se como parceira estratégica ao longo de todo o ciclo de vida dos clientes, acompanhando todas as gerações com soluções que evoluem com as suas necessidades.

Para além dos seguros, disponibiliza um ecossistema de serviços próprios e de parceiros, garantindo apoio em todos os momentos da vida e respondendo a clientes que valorizam, cada vez mais, experiências integradas.

Presente em múltiplos canais, físicos e digitais, a Fidelidade privilegia uma relação próxima e assume um compromisso com a sustentabilidade e o desafio da longevidade, atuando como agente de mudança, promovendo estilos de vida equilibrados e a educação financeira para melhorar a qualidade e o estilo de vida de cada cliente.

Números-chave:

Agências em Portugal	**38**
Mediadores em Portugal	**2.641**

Longevidade

A Fidelidade integra a longevidade como um eixo central da sua estratégia, adotando uma abordagem assente em três pilares: **saúde**, **assistência** e **poupança**. Esta visão considera todo o ciclo de vida dos clientes e responde às necessidades crescentes de uma sociedade que vive cada vez mais tempo.

No domínio da saúde, a Fidelidade tem reforçado o seu posicionamento na prevenção e promoção do bem-estar físico e mental. A empresa **acompanha também tendências emergentes**, como o aumento das doenças crónicas, o impacto das patologias neurológicas e a evolução da medicina personalizada, **reconhecendo a necessidade de respostas sustentáveis** face ao aumento dos custos da saúde.

No pilar da assistência, a Fidelidade tem ampliado soluções orientadas para a população 60+, com destaque para coberturas de **Assistência em Vida Risco e Acidentes Pessoais** e para a solução **Sofia.** A Companhia procura responder às lacunas existentes nos cuidados à população mais sénior, reforçando o seu papel enquanto parceiro próximo e relevante.

A poupança constitui o terceiro pilar, essencial para garantir a autonomia e a proteção financeira das pessoas ao longo das suas vidas. Para isso, a Fidelidade está a reforçar o apoio aos clientes através de seguros financeiros com boa rentabilidade, como o **Fidelidade Savings**, de **iniciativas de educação financeira** e do **arranque da intermediação de crédito da FinEasy**, acompanhando toda a cadeia de valor financeira do cliente, sustentada por uma gestão de ativos sólida e credível.

Esta estratégia integrada é reforçada por uma atuação em ecossistema, envolvendo **parceiros tecnológicos, *startups*, entidades públicas e privadas**, reforçando a capacidade da Fidelidade de desenvolver soluções inovadoras e sustentáveis para o desafio da longevidade.

"Devemos colocar a satisfação do cliente no centro de tudo o que fazemos, proporcionando, para isso, a melhoria da sua experiência ao longo da jornada e em cada interação que tem connosco."

Sérgio Carvalho
Direção de Marketing e Cliente

Satisfação do cliente

A evolução das expectativas dos consumidores exige uma atuação cada vez mais orientada para a qualidade do serviço e para a personalização da experiência. O cliente atual é mais exigente, omnicanal e procura interações consistentes em qualquer ponto de contacto. **Valoriza experiências integradas**, mais do que produtos isolados, conveniência e identifica-se com marcas que demonstram **propósito e valores claros**.

Na Fidelidade, **a satisfação do cliente** constitui um eixo central da estratégia. A Companhia tem mantido, ao longo dos anos, uma vantagem competitiva assente na qualidade do serviço e na proximidade, sustentada por uma cultura de genuína preocupação com o cliente.

Para reforçar este posicionamento, a Fidelidade tem vindo a investir na automatização de processos, com utilização **crescente de inteligência artificial, na redução de tempos de resposta e na resolução eficaz** da maioria das situações. Contudo, a melhoria contínua é essencial e esta responsabilidade deve ser partilhada entre colaboradores e parceiros de negócios que asseguram o contacto direto com os clientes.

A ambição é clara: alcançar níveis superiores de satisfação e recomendação. Para isso, a Fidelidade procura fortalecer a capacidade de resolução de situações complexas, utilizar tecnologia e inovação para melhorar a experiência do cliente e desenvolver mecanismos que permitam identificar situações que exigem maior atenção, explicação ou empatia. Cruzar o **digital e o humano continuará a ser essencial** para melhorar a experiência ao longo das jornadas dos clientes.

Este compromisso reflete a visão da Fidelidade de oferecer um serviço de excelência, assente **em profissionalismo, proximidade e humanização,** princípios que continuam a distinguir a marca no mercado.

Eixos de Atuação

INOVAÇÃO DA OFERTA
Para colmatar o *gap* de proteção atual e endereçar riscos digitais emergentes

QUALIDADE DE SERVIÇO/JORNADAS
Simplificar processos e exceder expectativas na resposta

OMNICANALIDADE
Dar liberdade aos clientes para navegarem sem fricções entre canais

RETENÇÃO
Aprofundar relação de confiança e recompensar clientes leais

MONITORIZAÇÃO DA SATISFAÇÃO
Avaliar em tempo real a experiência dos clientes, através de questionários por SMS ou e-mail, para reagir rapidamente durante toda a interação com o cliente

Gestão de reclamações

Na Fidelidade, mantemos um rigoroso controlo das reclamações, conscientes de que a sua análise aprofundada constitui uma oportunidade estratégica para aperfeiçoar continuamente a nossa resposta **às exigências do mercado e às expectativas dos clientes**.

A gestão destes processos é assegurada de forma célere e eficiente através de uma unidade orgânica – o Centro de Gestão de Reclamações – especificamente dedicada à receção, triagem e tratamento das reclamações, funcionando como ponto centralizador de comunicação e resposta. O centro encontra-se claramente identificado tanto a nível interno como externo, garantindo total acessibilidade aos reclamantes. Neste enquadramento, **todas as reclamações são analisadas e tratadas com imparcialidade, rigor e diligência, assegurando-se sempre uma resposta adequada e atempada**.

No âmbito do processo contínuo de melhoria do serviço prestado aos nossos clientes e ao mercado em geral, **o tratamento rigoroso e a análise cuidada das reclamações têm assumido um papel determinante**. Este trabalho permite-nos repensar circuitos, simplificar processos e desenvolver soluções operacionais mais eficientes, alinhadas com as necessidades dos diferentes *stakeholders*.

Assim, mantemos um **compromisso firme com uma análise exigente e permanente** destes processos, de forma a identificar causas e padrões que possibilitem uma atuação preventiva, mitigando potenciais situações de insatisfação associadas aos nossos produtos e serviços.

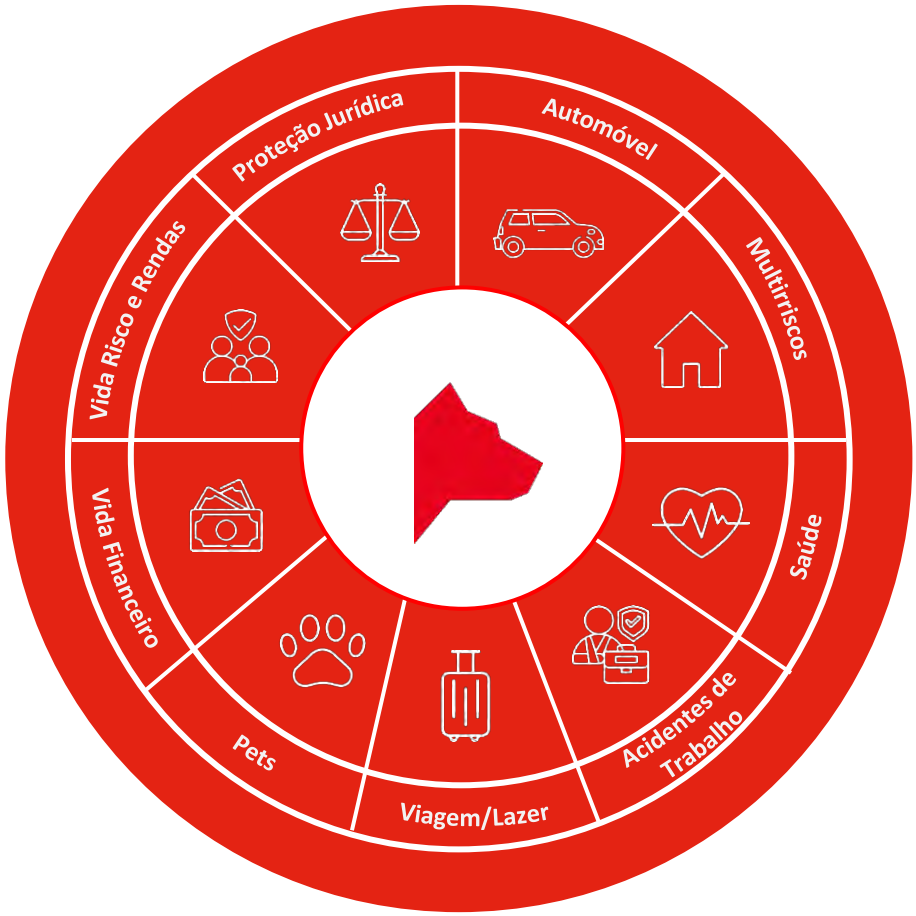
Soluções que criam valor para os clientes

A Fidelidade desenvolve soluções inovadoras e sustentáveis que acompanham todas as fases da vida dos clientes e contribuem para a mitigação de riscos, através de uma abordagem proativa. O setor segurador atravessa uma transformação profunda, impulsionada por tendências globais e pela crescente valorização dos princípios ESG. Em resposta, a Fidelidade aposta em **produtos mais sustentáveis, novas coberturas de saúde e bem-estar e apólices digitais, garantindo maior flexibilidade** e abrangência.

A integração de critérios ESG é assegurada pela Política de Conceção e Aprovação de Produtos (PCAP), que garante responsabilidade, **qualidade e transparência** em todas as etapas do ciclo de vida dos produtos. Para reforçar esta abordagem, existe um plano de formação sobre oferta e *marketing* responsáveis, dirigido aos principais intervenientes, incluindo gestores de produto.

Esta estratégia fortalece a reputação da Fidelidade, **mitiga riscos e impulsiona a inovação, criando soluções** que respondem às necessidades da sociedade e aproveitam oportunidades emergentes. A adesão aos princípios ESG gera benefícios financeiros, como **acesso a novos mercados e redução de custos**, além de constituir um diferencial estratégico para o negócio.

Oferta do Grupo Fidelidade



O Grupo Fidelidade continua a oferecer uma ampla gama de produtos e serviços, concebidos para responder às **necessidades específicas de clientes individuais e empresas**, nos segmentos de seguros e investimentos. Para além da atividade seguradora, a Fidelidade disponibiliza serviços complementares que reforçam a experiência do cliente e **acrescentam valor** à sua relação com o Grupo. Após a implementação das políticas e iniciativas destacadas em 2024, que continuam a fazer parte da oferta da Fidelidade, apresentamos abaixo os produtos de destaque em 2025.

SOLUÇÃO INTEGRA

Lançada em 2025, a Integra é uma solução de proteção que agrega até **3 produtos numa única apólice**. Pensada nesta fase especificamente para empresas, tem como objetivo oferecer ao cliente uma solução personalizada e adaptada de modo a assegurar a proteção dos riscos a que está exposto. Pode incluir um, dois ou três dos seguintes produtos: **Acidentes de Trabalho - Trabalhadores por Conta de Outrem, Fidelidade Multirriscos Empresas ou Responsabilidade Civil Cyber Safety**. Numa fase inicial de lançamento, a solução Integra destina-se a micro e pequenas empresas com até 10 trabalhadores, sendo direcionada para atividades do segmento de escritórios especializados. A Integra permite, assim, reunir numa **única solução**, coberturas de produtos distintos, garantindo uma proteção completa contra diversos riscos a que o cliente está exposto, com um **único documento, referência de pagamento e recibo.**

FIDELIDADE BENS EM *LEASING*

Nova oferta lançada em abril de 2025 que protege os equipamentos adquiridos através de um contrato de *leasing*. Abrange **máquinas, equipamentos e outros bens móveis e imóveis**. O Fidelidade Bens em Leasing destina-se a clientes **particulares, empresas ou ENI** (empresário em nome individual).

FIDELIDADE *LEGAL CARE*

Seguro pensado para auxiliar os clientes na **defesa dos seus direitos e interesses**. Garante **apoio jurídico** na resolução de situações no âmbito da sua vida privada e o pagamento das respetivas custas judiciais e honorários de advogados, caso seja necessário recorrer a tribunal.

EMPRESAS

No segmento de clientes empresariais, o portefólio de produtos do Grupo Fidelidade apresenta uma enorme polivalência de coberturas, que abrangem os mais variados atores e estruturas empresariais – **empresários, colaboradores, equipamento e danos a terceiros** – independentemente da dimensão da empresa em questão. A versatilidade da oferta reflete-se também na **multiplicidade de produtos** dedicados a setores estratégicos.

PRODUTOS FINANCEIROS

Os produtos de poupança e investimento do Grupo Fidelidade têm como objetivo **ajudar os seus clientes a alcançar os seus objetivos ao longo da vida**. Para isso, disponibilizamos uma oferta diversificada de soluções ajustadas a diferentes perfis de investidor, que permitem poupar e investir seja para concretizar objetivos específicos ou para garantir maior segurança e bem-estar numa fase mais avançada da vida. Um bom exemplo é o **Fidelidade Savings**, um seguro de vida individual que integra soluções flexíveis de poupança e investimento, permitindo definir metas financeiras ou realizar investimentos de forma simples e totalmente digital, através da ***app*** **MySavings.**

ECOSSISTEMA DE PREVENÇÃO

O Ecossistema de Prevenção é um pilar estratégico e inovador que integra os serviços de **medicina *online*, Programa Multicare Vitality e Programa de Rastreios**, concebidos para potenciar a prevenção e promover o bem-estar e a saúde dos clientes. O ano de 2025 foi o ano de consolidação destes serviços, destacando-se a medicina *online*, com mais de **1,2 milhões de consultas** realizadas desde o seu lançamento, reforçando a **liderança da Multicare em saúde digital em Portugal**. No Programa Multicare Vitality, foi lançada uma nova versão da app, mais intuitiva e personalizada, com nova avaliação de saúde e recomendações ajustadas às prioridades com impacto positivo na saúde de cada pessoa, novos objetivos de estilo de vida e pontos por treinos de alta intensidade. Esta evolução reflete o compromisso da Multicare em ser mais do que um seguro de saúde, assumindo um papel ativo e inovador na promoção do bem-estar e da longevidade saudável.

MULTICARE PROTEÇÃO EXTRA

Em 2025, a Multicare consolidou o Multicare Proteção Extra (MPE), reforçando a sua proposta de valor e integração no portefólio da Multicare. No mesmo âmbito, prosseguiu-se a consolidação dos ajustamentos efetuados no final de 2024 na cobertura de Estomatologia para o segmento PME, assegurando a estabilidade operacional e a adequação da oferta às necessidades deste mercado. Estas iniciativas contribuíram para o **reforço da competitividade e sustentabilidade do portefólio de produtos da Multicare**, em linha com a estratégia de inovação e melhoria contínua.

SEGURO DE SAÚDE COM CONDIÇÕES PADRÃO

A Multicare tornou-se a primeira seguradora em Portugal a lançar um seguro de saúde alinhado com as condições padrão definidas pela ASF, apresentando o **Multicare Proteção Padrão**, um produto criado para facilitar a comparação entre ofertas e garantir uma base mínima de proteção comum no mercado. Com capitais uniformizados para hospitalização, ambulatório, medicina preventiva e doenças de cobertura alargada, o seguro reforça a transparência e oferece maior segurança aos clientes, sobretudo em casos de doenças graves.

Literacia financeira

Capacitar o hoje para transformar o amanhã

A Fidelidade entende que proteger vai além de disponibilizar soluções: significa capacitar as pessoas para enfrentar, com confiança, os desafios **económicos atuais e futuros**. Num contexto marcado por uma literacia financeira insuficiente, a empresa reconhece a necessidade de se promover uma transformação profunda. Por isso, desenvolveu um **Programa Estratégico de Literacia Financeira** e um plano interno para acompanhar as várias iniciativas, posicionando o conhecimento como a maior forma de proteção. Nesse sentido, a Fidelidade aposta em ações concretas alinhadas com este foco. Entre as iniciativas destacam-se:

- **Integração da educação financeira no ensino**, promovendo desde cedo cidadãos mais conscientes
- **Soluções digitais inovadoras** — desde recursos *online* a aplicações móveis — que democratizam o acesso à informação
- ***Workshops* de capacitação financeira**, que aproximam a teoria das necessidades do dia a dia
- **Mentoria e acompanhamento financeiro** personalizado

Nos produtos Vida Financeiro, a Fidelidade vai além da gestão de ativos, oferecendo uma **abordagem clara e acessível para decisões financeiras informadas**. Cada escolha de investimento ou poupança é **alinhada** ao perfil de risco do cliente e acompanhada pela **compreensão** das suas implicações a **longo prazo**.

APP MYSAVINGS

A aplicação MySavings continua a transformar a forma como os clientes gerem a poupança e o investimento, associados ao seguro de Vida Individual **Fidelidade Savings**, através de uma plataforma totalmente digital, intuitiva e acessível via *mobile*. Em 2025, reforçou-se a evolução da aplicação para se tornar a área de cliente integrada para todos os produtos financeiros da Fidelidade, consolidando a experiência digital. A solução inclui um glossário simplificado que traduz conceitos económicos e financeiros, permitindo aos utilizadores definir objetivos, acompanhar poupanças, realizar investimentos e gerir finanças em tempo real. O crescimento consistente da plataforma, tanto em número de utilizadores como no volume de ativos sob gestão, confirma a sua relevância e reflete o compromisso do Grupo Fidelidade com práticas sustentáveis e critérios ESG, alinhados com as orientações internacionais da European Securities and Markets Authority.

A aplicação MySavings continua a afirmar-se como um canal digital central na relação dos clientes com as suas soluções de poupança, registando um crescimento sustentado da sua base de utilizadores e do envolvimento com a marca. Atualmente, permite a gestão ativa dos produtos de Vida Financeiro, incluindo a subscrição de novas apólices, a realização de entregas, resgates e edições, reforçando a autonomia e conveniência dos clientes.

Paralelamente, prossegue o desenvolvimento do ecossistema *savings* dentro da aplicação, criando condições para acomodar cada vez mais produtos e com destaque para iniciativas de educação financeira dirigidas sobretudo às gerações mais jovens, através do Mealheiro Trusty e da Academia Trusty.

DESEMPENHO FIDELIDADE SAVINGS

Provisões

657 M €

+42% face a 2024

 # Apólices com saldo

96,8 mil

+20% face a 2024

Saldo médio por apólice

6,8 mil €

+19% face a 2024

Abordagem omnicanal

Em 2025, o Grupo Fidelidade reforçou a aposta em soluções digitais e inovadoras, orientadas para otimizar processos e criar uma vantagem competitiva sustentável. A transformação digital em curso, suportada por investimentos estratégicos, permitiu desenvolver **novas aplicações para clientes e melhorar ferramentas de apoio** aos mediadores, garantindo maior eficiência e proximidade. A automatização e digitalização dos processos internos tornaram as operações mais ágeis, libertando tempo para que os mediadores se concentrem no que mais importa**: a relação personalizada com cada cliente**.

No atendimento presencial, a prioridade continua a ser a venda consultiva de produtos especializados e o acompanhamento contínuo ao longo de todo o ciclo de vida do cliente. Este esforço é complementado por ações proativas para identificar oportunidades de negócio, incluindo estratégias de *cross-selling*. Estes avanços refletem o compromisso do Grupo Fidelidade com a **inovação, a excelência operacional e a melhoria da experiência do cliente.**

Já nos canais digitais e no *Contact Center*, a ênfase é colocada na rapidez e conveniência, sem perder a proximidade necessária para garantir um serviço de qualidade, mesmo à distância.

Mediadores

2.641 mediadores na comercialização de produtos, que oferecem um serviço personalizado aos seus clientes em Portugal. É líder neste canal com **29%** de quota de mercado

Banca

Com distribuidores como a **CGD e EUROBIC ABANCA**, a Fidelidade conta com **701 balcões bancários** que comercializam os seus produtos. A quota de mercado representou **28%**

Corretores

A quota de mercado através deste canal correspondeu a **37%**

Agências próprias

O Grupo conta com **38 agências** dispersas pelo país, liderando o mercado neste canal com **47%** de quota de mercado

Canais remotos

Os canais digitais e de atendimento telefónico registaram **43%** da quota de mercado

Dados de quota de mercado relativos a 2024.

Com a abordagem omnicanal, a distribuição dos produtos e serviços é feita de forma integrada, através da colaboração entre os diversos canais. O objetivo é melhorar a experiência do cliente, ao proporcionar um atendimento mais próximo e eficaz.

4.2.2. Colaboradores

De acordo com a missão e os valores do Grupo, a estratégia de gestão de pessoas procura garantir que todos se reconhecem como parte de uma comunidade onde é possível **desenvolver o seu potencial, individual e coletivo**. Com esta visão, a Fidelidade prepara e cuida do futuro das suas equipas, promovendo uma organização **mais próxima, colaborativa e atenta** a cada colaborador e ao seu bem-estar.

A missão do Grupo Fidelidade centra-se na **proteção das pessoas — da sua saúde, dos seus bens e das suas atividades**. Trata-se de um Grupo que reconhece e valoriza a individualidade de cada pessoa e, acima de tudo, promove a sua inclusão plena.

Com esta intenção, o Grupo adota uma abordagem estruturada que sustenta uma cultura comum, baseada em pilares transversais como **o bem-estar, a diversidade, a equidade, a inclusão, o sentido de pertença, a agilidade, a aprendizagem contínua e a prática regular de *feedback***.

No que diz respeito à gestão das suas pessoas, o Grupo Fidelidade ambiciona ser reconhecido como uma **organização de referência**, que considera o talento como critério fundamental e que investe fortemente em sistemas de gestão e desenvolvimento de talento, bem como em iniciativas de formação, tanto de *upskilling* como de *reskilling*.

A implementação desta estratégia conta com diferentes protagonistas dentro da organização: **todos os colaboradores**, que assumem um papel ativo na definição dos seus percursos de carreira e desenvolvimento, e **os líderes,** que desempenham uma função essencial na gestão das suas equipas e na dinamização dos mecanismos de gestão de talento nas respetivas áreas.

"Queremos ser uma organização onde o progresso se constrói diariamente, a aprendizagem é contínua e a liderança tem um propósito claro: estar ao serviço das pessoas, desafiando-as a tornarem-se melhores, enquanto cada uma assume o rumo do seu desenvolvimento."

Joana Queiroz Ribeiro
Direção Pessoas e Experiência Organizacional

Números-chave[1]

7.388
-1,2% face a 2024
Colaboradores

7.300
-1,0% face a 2024
Colaboradores em regime *full-time*[1]

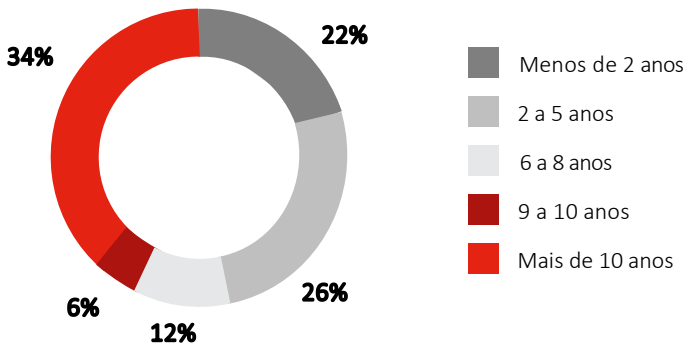
Taxa de rotatividade
19,3%

Colaboradores com contrato permanente[1]
6.844
-3,9% face a 2024

Colaboradores que participaram em avaliações anuais de desempenho[1]
82,2%
-0,2 p.p. face a 2024

Percentagem de colaboradores com incapacidades[1]
1,4%

Antiguidade[1]



Administrações das empresas do Grupo[1]

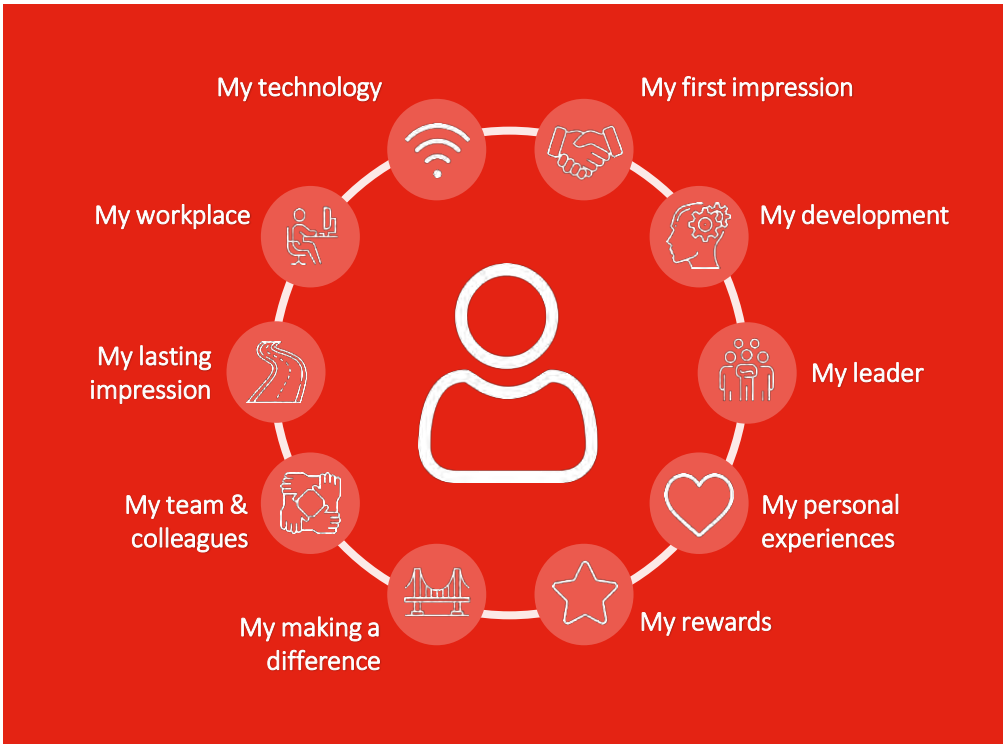
Conselho de Administração da Fidelidade[1]

[1] Empresas incluídas no reporte de informação de sustentabilidade, vide capítulo 9, com exceção da Tenax. Esta última apenas vai ter refletido o número total de colaboradores no indicador global de colaboradores do Grupo. Para os restantes indicadores não foi facultada resposta. Dado o reduzido número de colaboradores, a sua consideração não alteraria significativamente os resultados.

Momentos que importam

Os **momentos que importam** são fases ou eventos particulares no percurso dos colaboradores do Grupo que assumem maior relevância e impacto, moldando e melhorando a forma como vivem a sua experiência dentro da organização.

Em 2025, a empresa deu **continuidade a esta trajetória**, reforçando os momentos que importam no ciclo de vida de cada colaborador. Acreditamos que, ao valorizar estes momentos, se fortalece a capacidade de enfrentar os desafios **da sociedade, dos clientes, da própria organização e de cada pessoa**. Esta é a base que permitirá continuar a **servir e a cuidar** melhor de todas as pessoas, de todos os clientes.



My first impression

A Fidelidade sabe que o acolhimento de novas pessoas influencia diretamente a **motivação, perceção da cultura organizacional e compromisso com a equipa.** Por isso, tem implementado iniciativas abrangentes para transformar as etapas de atração, seleção e integração em experiências impactantes. Os programas de atração de talento são estratégicos para identificar e integrar profissionais alinhados com os valores do Grupo. A Fidelidade conta com **múltiplos programas** que visam a atração e inclusão de talento:

Boomerang

PROGRAMA DE TRAINEES BOOMERANG

Programa de *trainees*, com a duração de 10 meses, direcionado a jovens talentos, recém-licenciados ou com experiência profissional até 2 anos.

O programa potencia o desenvolvimento de *soft skills* dos *boomerangs*, que são convidados a participar em projetos de inovação ou transformação da empresa.

Be a Scout

Be a Scout é um programa de referenciação de talento, que visa capitalizar a rede de contactos dos nossos colaboradores na identificação dos melhores profissionais para as nossas necessidades de contratação.

Fidelidade Summer Internship

FIDELIDADE SUMMER INTERNSHIP

Lançado em 2023, este é um programa com duração de 2 meses, dirigido a estudantes de licenciatura ou pós-graduação, que tem como principal objetivo impulsionar o desenvolvimento de carreira dos participantes, promovendo a aprendizagem prática e o fortalecimento de competências essenciais para o mercado de trabalho.

Parcerias com universidades

Programa que pretende criar parcerias ativas, atrair os melhores talentos e fomentar a participação em iniciativas de proximidade com a comunidade académica, como feiras de emprego, *business breakfasts*, palestras, *workshops*, *speed interviews*, *hackathons* e *business cases*.

My development

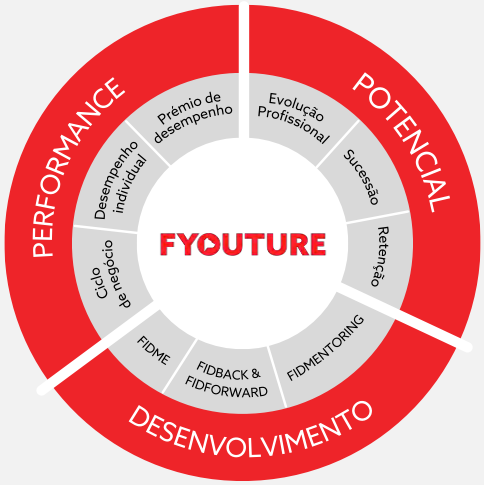
A organização aposta no desenvolvimento individual e contínuo, reconhecendo que um plano de gestão de talento alinhado com o negócio é essencial. Por isso, a atualização e divulgação contínua de ferramentas e oportunidades de formação assumem-se como uma prioridade, assegurando que os colaboradores investem no seu crescimento profissional.

Avaliar e alinhar o contributo individual

O **FYOUTURE** é o modelo integrado de gestão de talento do Grupo Fidelidade. Foi concebido para apoiar o desempenho e o desenvolvimento das pessoas, clarificando responsabilidades e contributos para os resultados da empresa. Desta forma, suporta a implementação da estratégia e da cultura desejada.

O FYOUTURE, utilizado em Portugal, Angola, Moçambique, França, Espanha e Cabo Verde, é um modelo composto por **três pilares**:

- ***Performance*** - foca-se na promoção da partilha dos objetivos estratégicos de negócio e visa reconhecer o contributo individual;
- **Desenvolvimento** - concretiza-se em planos de desenvolvimento individual e fomentado através de *feedback* e *feedforward* contínuos;
- **Potencial** - permite o mapeamento do talento do Grupo e a identificação de estratégias integradas de desenvolvimento.



Funções e carreiras

O modelo funcional do Grupo Fidelidade introduz um novo paradigma na definição de percursos de carreira, trazendo a possibilidade da **evolução individual** através de uma **carreira de gestão** ou através de uma **carreira técnica.**

Este modelo foca-se na simplificação e na diferenciação das funções por níveis de complexidade, independente do conceito de estrutura orgânica.

Promover o desenvolvimento

O Grupo Fidelidade oferece aos seus colaboradores a oportunidade de construir o seu próprio plano de desenvolvimento individual – **Compromisso FIDME**. Este plano deve ser alinhado e discutido com o responsável de equipa de acordo com as prioridades de desenvolvimento, bem como com os respetivos objetivos de carreira.

Assume o compromisso de cumprir com o ODS 4 | Educação de Qualidade

Mobilidade

A mobilidade interna, tanto funcional como geográfica, é um elemento estratégico para o desenvolvimento de talento no Grupo Fidelidade. Esta prática promove o crescimento dos colaboradores, fortalece a coesão organizacional e assegura a partilha de conhecimento entre as operações do Grupo. Atualmente, os colaboradores estão distribuídos entre diversas geografias em regime de expatriação, *virtual assignments* ou localizados em postos estratégicos em países como Angola, Cabo Verde, Moçambique, Macau, França, Espanha, Alemanha, Chile e Peru.

Na La Positiva, Fidelidade Macau, Fidelidade Angola, Fidelidade Moçambique, na sucursal de França, Garantia e FID Seguros, são promovidas iniciativas de mobilidade interna que funcionam como um mecanismo para desenvolver competências dos colaboradores e reforçar o seu alinhamento com os objetivos estratégicos globais do Grupo.

My leader

Na Fidelidade acreditamos que um líder desempenha um **papel essencial no sucesso das equipas e das empresas.** É considerado **uma fonte de inspiração, orientação e alinhamento estratégico**. O seu impacto influencia diretamente o compromisso, a motivação e o desempenho dos colaboradores. Um líder quer-se também promotor da diversidade, equidade, inclusão e sentido de pertença.

O Grupo Fidelidade pretende **líderes que assegurem a evolução** e o **sucesso do negócio**, com foco na satisfação do cliente. Líderes que encorajam, empoderam e inspiram pessoas e equipas a alcançarem a melhor versão de si mesmas.

LIDERAR PESSOAS, A MUDANÇA E A TRANSFORMAÇÃO DO NEGÓCIO

LIDERANÇA CENTRADA NA PESSOA
Lidera com Inspiração e Empatia

LIDERANÇA VISIONÁRIA
Transforma o Negócio

LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL
Facilita e capacita para a Mudança

Assessment center

Ferramenta de gestão estratégica do nosso talento e de suporte à tomada de decisão sobre o seu desenvolvimento e evolução profissional.

We see beyond

Destinada a *executives*, esta iniciativa ocorre quatro vezes por ano e tem o objetivo de, após a intervenção de um orador convidado, promover discussões e debates sobre os desafios do mundo e das organizações.

À descoberta da liderança

Desenhada para o Grupo Fidelidade, esta iniciativa de desenvolvimento prepara líderes para o futuro, através de uma experiência de transformação individual que dura entre 9 a 12 meses.

Cidade da liderança

Iniciativa de desenvolvimento que conta com módulos desenvolvidos à medida, com o intuito de, ao longo de 3 meses, preparar e alinhar os nossos *team leaders* na utilização de ferramentas de gestão de pessoas e do trabalho.

4,53 ★★★★☆

Taxa de satisfação em 2025

290
Participantes

63%
Líderes envolvidos nas iniciativas

+ 4.220
Horas de formação

My personal experiences

Os colaboradores são o **motor da transformação** no Grupo Fidelidade, e é através das suas experiências, do seu empenho e da sua capacidade de adaptação que a organização evolui. Desta forma, as *personal experiences* de cada colaborador, alimentam uma cultura que impulsiona a inovação e assegura a sustentabilidade da empresa a longo prazo.

Programa de bem-estar

Uma das prioridades da Fidelidade passa pelo bem-estar das suas pessoas

É fundamental que as pessoas encontrem o seu espaço no Grupo, que encontrem equilíbrio para se expressarem de forma autêntica e alcancem altos níveis de desempenho e realização. Nesse sentido, procurou-se continuar a promover o **balanço entre as esferas pessoal e profissional**. Assim, a melhoria e manutenção do bem-estar de cada pessoa está assente em **quatro pilares**: **mente, corpo, social e financeiro.**

O Grupo Fidelidade conta com várias áreas que materializam o bem-estar das suas pessoas, o que dá a possibilidade, através dos diversos programas, de cuidar do bem-estar de forma holística. No fundo, promover comportamentos que, juntamente com o sentido de pertença à organização, potenciem o sentido de bem-estar físico e mental.

Em 2025, registámos **mais de 4.000 participações** em sessões de capacitação e literacia no âmbito do bem-estar, nas quais foram abordados os seguintes temas:

- Estratégias para gerir o trabalho e a vida pessoal;
- Organização financeira;
- Segurança psicológica no trabalho;
- Saúde física e mental;
- Resolução de problemas familiares.

Diversidade, equidade, inclusão e sentido de pertença (DEIP)

O Grupo Fidelidade promove um ambiente de trabalho diverso, equitativo, inclusivo e de pertença, através de uma abordagem estratégica que se estende a todas as geografias onde opera.

O **Programa WeBelong** resulta da aprovação da Política de DEIP e contempla iniciativas que têm por objetivo assegurar a premissa **"para que a vida não pare".** Esta política é **implementada de forma global**, mas ajustada às particularidades locais de cada mercado. Desta forma, é reforçado o compromisso do Grupo com os direitos humanos, nomeadamente no que diz respeito a não tolerar qualquer forma de discriminação, preconceito ou assédio, respeitar e promover a liberdade de reunião e associação; e promover a igualdade de oportunidades de crescimento e desenvolvimento dentro do Grupo, potenciando um sentido de pertença.

Nesse sentido, todas as entidades do Grupo têm vindo a atuar sobre métricas e indicadores de representatividade da diversidade em todas as categorias: **género**, **deficiência**, **idade** e **escolaridade**.

Em 2025, em **Portugal**, destacou-se:

- **A comunicação dos resultados do inquérito de DEIP para toda a organização**. A análise do mesmo permitiu mapear o estado das **iniciativas em curso e áreas de melhoria**, o que resultou num mapa de ações.
- A consolidação do **projeto de recrutamento de Pessoas com Deficiência (PcD):**
    - A duplicação do número de contratações de PcD, tendo sido integrados 4 novos colaboradores, cumprindo o objetivo definido;
    - A obtenção de uma avaliação média de "muito bom" na experiência dos candidatos PcD, medida através de um inquérito aplicado após os processos de recrutamento inclusivo;
    - O aumento da rede de parceiros de recrutamento inclusivo;
    - Construção de um *toolkit* para apoiar as equipas envolvidas na inclusão de colaboradores com deficiência, nomeadamente o Guia de Boas Práticas de Recrutamento Inclusivo e uma *checklist* de entrevistas inclusivas.
- **A partilha das iniciativas do Programa WeBelong, nomeadamente do projeto de Recrutamento Inclusivo**, com **várias geografias** do Grupo (França, Cabo Verde, Peru, Moçambique), promovendo a disseminação de boas práticas e inspirando iniciativas semelhantes.
- A **revisão do Programa WeBelong 2023-2025**, com vista à elaboração e planeamento das iniciativas previstas para o período 2026-2028.
- A monitorização do ***gender pay gap*** e o início do processo de avaliação do nível de preparação da Fidelidade face às exigências da Diretiva Europeia de Transparência Salarial.
- Nas outras geografias onde a Fidelidade está presente, destaca-se:

  i) A **implementação de Programas de DEIP** na América do Sul (Peru, Chile) e em África (Moçambique, Cabo Verde), adaptados às particularidades culturais e sociais de cada região;

  ii) O Peru, onde a **La Positiva** colabora por meio de ações como **CONADIS (Conselho Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência)**;

  iii) No Chile, a FID Seguros, promove a **inclusão ao divulgar vagas de emprego em plataformas especializadas no apoio a pessoas com deficiência**, como a Teletón e a Bolsa Nacional de Empleo;

  iv) Na Fidelidade Espanha, está-se a trabalhar na criação do II Plano de Igualdade que reforça as políticas que têm sido implementadas neste âmbito até ao momento.

O Grupo tem a responsabilidade de cumprir com os **ODS 5 | Igualdade de Género e 10 | Reduzir as Desigualdades** através do desenvolvimento e da implementação de processos que contribuam ativamente para que qualquer pessoa, independentemente da sua origem cultural, social e étnica, religião, ideologia, orientação política ou sexual, género, idade, deficiência, características físicas, estilo pessoal ou nacionalidade, se sinta aceite e respeitada.

Transparência e boas condutas

A Fidelidade está atenta à integridade dos seus colaboradores e compromete-se a proporcionar um ambiente ético, transparente e de confiança.

Para **garantir condutas de escrutínio e transparência,** e dando resposta à aplicabilidade da Política de Diversidade, Equidade, Inclusão e Sentido de Pertença, o Grupo Fidelidade tem implementado mecanismos claros e acessíveis que asseguram a melhoria contínua e permitem expressar opiniões:

Canal de *feedback*, sugestões e questões

Canal de denúncias e de comunicação de irregularidades

Combate ao assédio

A Fidelidade incentiva os colaboradores a reportar práticas que violem princípios éticos. Situações de assédio são tratadas com imparcialidade, proteção contra represálias e resposta ágil, em conformidade com o Código de Boa Conduta.

Para efeitos de **denúncia**, o colaborador pode criar um pedido num dos canais internos do Grupo Fidelidade de forma segura.

Criar um ambiente seguro, colaborativo e promover a responsabilização é a prioridade do Grupo Fidelidade junto dos seus colaboradores.

My rewards

Investir no reconhecimento dos colaboradores é **investir** no bem-estar de todos. Ao valorizar de forma justa e adequada os esforços e as conquistas, reforça-se a **cultura de confiança** e reciprocidade, contribuindo para a **sustentabilidade** e o **compromisso** no ambiente de trabalho.

Política de remuneração

A **Política de Remuneração em vigor no Grupo** estabelece mecanismos transversais de **reconhecimento e remuneração**. Os nossos colaboradores são enquadrados nas estruturas retributivas internas, como é o caso das bandas salariais.

Os mecanismos de compensação e benefícios em vigor pautam-se por **regras claras de progressão e promoção salarial**, assegurando práticas justas e éticas com base na não discriminação.

Prémio de desempenho

O Modelo de Prémio do Grupo está **intrinsecamente ligado à avaliação contínua e ao desempenho de equipa e individual dos colaboradores ao longo do ano**. Este mecanismo de reconhecimento visa premiar e valorizar os esforços e os resultados alcançados por cada colaborador.

Revisões salariais

Os exercícios de revisão salarial têm como objetivo **promover a evolução e a valorização remuneratória dos colaboradores**, reconhecendo o seu desenvolvimento e o impacto gerado na organização. Procuram, igualmente, assegurar um posicionamento salarial competitivo, particularmente para aqueles que se destacam como *top performers*, recompensando a sua contribuição significativa para os resultados.

Benefícios

O Grupo Fidelidade disponibiliza um **conjunto abrangente de benefícios aos seus colaboradores, com o objetivo de acompanhar e apoiar as diversas necessidades individuais em cada fase da vida**. Além disso, em todas as geografias onde o Grupo opera, os benefícios são ajustados às realidades locais. Esta abordagem global e inclusiva reflete o **compromisso da instituição com o bem-estar, a segurança e a inclusão de todos os que integram a organização**.

O Grupo Fidelidade adota uma abordagem descentralizada na gestão dos mecanismos de compensação, permitindo que cada geografia adapte as práticas às suas realidades locais.

Com o apoio e partilha de boas práticas pela Fidelidade, as operações internacionais, como as sucursais em **Espanha e França**, a Fidelidade **Moçambique**, a Fidelidade **Angola**, a **Garantia, a FID Seguros e a La Positiva**, ajustam os seus modelos de compensação às dinâmicas dos seus mercados, promovendo flexibilidade e alinhamento às expectativas dos colaboradores.

Com o apoio técnico e estratégico da Fidelidade, foi implementado um **modelo de famílias funcionais** nas sucursais em **Espanha e França, na Fidelidade Moçambique** e na **FID Seguros**, permitindo a criação de premissas adaptadas para cada mercado. Este modelo reforça a gestão de carreira, oferecendo aos colaboradores oportunidades para evoluir em papéis técnicos, de gestão ou híbridos (carreira em 'W').

My making a difference

Desenvolver **programas que promovam o apoio no momento certo aos colaboradores**, para que possam vivenciar acontecimentos importantes da vida – como ter um filho, planear a faculdade, cuidar de um familiar idoso ou lidar com uma crise familiar – é uma preocupação da Fidelidade. Em 2025, continuámos a desenvolver **programas de apoio aos colaboradores**, com foco no bem-estar familiar, social e financeiro.

NOS – Programa de apoio social

O Programa NOS é sigiloso, respeita a confidencialidade e destina-se a todos os colaboradores do Grupo Fidelidade e suas famílias. Através de parceiros, oferece apoio personalizado para encontrar soluções adequadas às situações reportadas. Inclui consultoria financeira, assessoria jurídica, saúde mental, apoio social e familiar, e suporte ao colaborador cuidador.

"O NOS ocupa um espaço que nenhuma estrutura consegue preencher. Numa organização grande e complexa, há processos que garantem funcionamento, desempenho e resultados. Mas há momentos inevitáveis na vida das pessoas em que esses mecanismos simplesmente não chegam. O valor do NOS está no que representa coletivamente: uma Fidelidade que reconhece que o desempenho começa no humano, e que cuidar das pessoas é estrutural."

Testemunho de um colaborador apoiado pelo programa NOS

190	**405**
Pedidos de novos apoios em 2025	Colaboradores apoiados em 2025

Cuidamos dos cuidadores

Criado em 2020, o apoio ao colaborador cuidador visa apoiar colaboradores que se constituem como **cuidadores informais não principais.**

O aumento das doenças crónicas e da esperança média de vida, aliado à dificuldade em encontrar infraestruturas de apoio, tem intensificado a necessidade da existência de cuidadores informais, em paralelo com o reconhecimento legislativo desta figura.

O apoio deste programa materializa-se de diferentes maneiras:

- Flexibilidade de horário, trabalho a tempo parcial e/ou teletrabalho
- Justificação de ausências para consultas médicas e exames
- Acompanhamento de enfermagem
- Participação ativa na procura de serviços de apoio à pessoa cuidada para os familiares
- Ações de capacitação e formação para o desenvolvimento de competências a prestar ao recetor desses cuidados

My team & colleagues

As pessoas e as equipas são o motor da inovação, da produtividade e do sucesso do Grupo. A colaboração entre diferentes talentos reforça a cultura organizacional e contribui para resultados sustentáveis, alinhados com os objetivos de excelência.

O Grupo Fidelidade investe no desenvolvimento e bem-estar das suas pessoas, essenciais para o crescimento contínuo.

Agilidade

Num contexto de elevada complexidade e mudança contínua, a agilidade é uma capacidade crítica para garantir foco em valor e adaptação consistente. Enquanto a agilidade permite responder de forma mais rápida a desafios e oportunidades, a Agilidade no Negócio (*Business Agility*) vai além da reação, orientando a organização para a criação deliberada de valor, através de decisões mais informadas, execução eficaz, aprendizagem e melhoria contínua.

A Agilidade no Negócio promove uma atuação sistémica, onde equipas e lideranças colaboram, integram feedback e assumem responsabilidade coletiva pelos resultados, reforçando o alinhamento entre a estratégia e a execução. Esta capacidade e forma de pensar permite antecipar mudanças, explorar oportunidades e gerar impacto sustentável no desempenho organizacional, promovendo colaboração, inovação e um sentido partilhado de propósito.

My lasting impression

O Grupo Fidelidade mantém o seu compromisso com os colaboradores mesmo após a transição para a reforma, promovendo a sua segurança financeira e fomentando um ambiente que fortalece relações duradouras. Através da rede *alumni*, reconhece e valoriza o tempo, a dedicação e o impacto que cada profissional deixou ao longo do seu percurso no Grupo.

Ao longo da vida ativa, são desenvolvidas diversas iniciativas com o objetivo de permitir que cada pessoa, de forma autónoma, possa preparar-se melhor e assegurar o seu bem-estar na transição para a reforma, nomeadamente:

- Incentivar a preparação atempada da reforma, promovendo a literacia financeira através da disponibilização de diversos conteúdos;
- Disponibilizar vários produtos (Plano de Benefícios Flexíveis);
- Contribuir, no âmbito dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) aplicáveis, para um plano de reforma baseado num modelo de contribuição definida (PIR).

Por fim, no âmbito do apoio na fase pós-reforma, são disponibilizadas diversas iniciativas destinadas a promover o bem-estar, a proximidade e o acompanhamento contínuo dos colaboradores reformados, designadamente:

- **Complementos de reforma e pensões de sobrevivência:** quando aplicável, seja como benefício extracontratual, seja como benefício enquadrado nos IRCT, estes pagamentos são assegurados diretamente pela Direção de Pessoas e Experiência Organizacional (DPE), garantindo assim maior eficiência dos processos e proximidade aos colaboradores;
- **Apoio no acesso aos benefícios na reforma:** o Grupo Fidelidade procura orientar com detalhe e de forma individualizada no que respeita aos benefícios disponíveis no momento da transição para a reforma;
- **Seguros próprios com condições privilegiadas:** são disponibilizados seguros específicos e com condições mais vantajosas para garantir uma maior estabilidade financeira dos colaboradores;
- **Canal de comunicação e suporte telefónico:** acesso a canais de atendimento para esclarecimento de dúvidas e suporte aos colaboradores durante o processo de transição para a reforma.

My workplace

Dar prioridade a uma cultura colaborativa e de proximidade, que promova a comunicação aberta e transparente, a confiança, a responsabilização e a autonomia

O Grupo Fidelidade continua a promover uma cultura **próxima e colaborativa**, assente numa comunicação aberta e no reforço da autonomia e responsabilização de todos. A evolução dos modelos de trabalho nos últimos anos, marcada pela tendência global para a flexibilidade, levou-nos a adotar, desde 2023, um modelo tendencialmente híbrido, ajustado tanto às necessidades das pessoas como às exigências do negócio.

O projeto Smart Working, que redefiniu o modelo e as formas de trabalhar na organização, encontra-se alinhado com as tendências atuais do mercado e promove maior agilidade, colaboração e bem-estar. No âmbito desta iniciativa, têm sido disponibilizados, ao longo dos anos, diversos materiais físicos e digitais para apoiar colaboradores e lideranças nas "*new ways of working*", bem como ações de capacitação junto das equipas, reforçando práticas transversais coerentes com os valores do Grupo.

No contexto deste modelo híbrido, os momentos presenciais continuam a ter um papel relevante, porque fortalecem a proximidade entre equipas, tornam a comunicação mais fluida, aceleram a tomada de decisão e estimulam dinâmicas de criatividade e inovação. O Smart Working reforça esta perspetiva, fazendo do escritório um espaço pensado para capacitar, colaborar e conviver, e para fortalecer a ligação à cultura do Grupo.

Assume o compromisso de cumprir com o ODS 8 | Trabalho Digno e Crescimento Económico

Espaços que impulsionam a nossa forma de trabalhar e a nossa cultura

Esta forma de estar reflete os princípios que inspiram a futura sede em Lisboa e o escritório do Porto, onde os espaços de trabalho são concebidos como **motores da evolução da nossa cultura e da forma como colaboramos**. São ambientes pensados para estarmos juntos, potenciar a colaboração e criar novas maneiras de trabalhar.

Mais do que edifícios, estes espaços materializam uma evolução na forma como trabalhamos no Grupo Fidelidade, alinhada com o modelo Smart Working, com práticas mais colaborativas, mais ágeis, mais saudáveis e mais centradas nas Pessoas.

Com áreas diversas e flexíveis — zonas de colaboração, salas modulares, espaços informais e áreas de foco — a nova sede de Lisboa e o escritório do Porto **aproximam equipas, estimulam a interação espontânea e criam as condições ideais** para a cocriação e o trabalho em equipa.

Acreditamos que o espaço deixa de ser apenas um local de trabalho para se tornar um ambiente vivo, que aproxima pessoas, incentiva a inovação e dá vida à cultura que queremos viver todos os dias.

Great Place to Work

A medição do clima organizacional reflete o compromisso do Grupo Fidelidade em promover um ambiente onde as pessoas se sintam **bem, valorizadas, envolvidas e alinhadas com os nossos objetivos, valores e propósito**. Desde 2021, avaliamos anualmente o clima organizacional através da metodologia GPTW, tendo a grande maioria das empresas do Grupo sido certificadas como Great Place to Work ano após ano.

Esta avaliação permite-nos compreender perceções sobre temas como **credibilidade, respeito, imparcialidade, orgulho, camaradagem, liderança, diversidade e bem-estar**. Os dados recolhidos são analisados e partilhados com todas as lideranças de equipa, permitindo a construção de planos de ação ajustados às realidades de cada área. Paralelamente, os resultados globais são comunicados à organização, reforçando uma cultura assente na transparência e na melhoria contínua.

Em 2025, o estudo foi novamente realizado em todas as geografias onde o Grupo está presente, **consolidando a aposta na melhoria contínua da experiência** das nossas pessoas. Este ano destacou-se ainda por revelar os melhores resultados de sempre em todos os indicadores-chave.

Pontos-chave Great Place to Work:

COMPROMISSO ESTRATÉGICO
Medir o clima organizacional é uma prioridade do Grupo, reforçando o alinhamento com os valores e objetivos estratégicos

PRÁTICA CONSISTENTE
A avaliação é contínua e estruturada, garantindo que ouvir os colaboradores faz parte da cultura do Grupo

CERTIFICAÇÃO GPTW
Maioria das empresas do grupo certificadas, refletindo níveis elevados de confiança e satisfação

ENVOLVIMENTO DOS COLABORADORES
87% dos colaboradores participaram neste questionário, proporcionando mais de 5.600 comentários qualitativos

NÍVEL INTERNO DE SATISFAÇÃO
79% dos respondentes considera que o Grupo Fidelidade é um excelente lugar para trabalhar

Desde 2017, para além do estudo de Clima Organizacional, a Fidelidade realiza um estudo em Portugal com o objetivo principal de identificar fatores de natureza psicossocial prioritários e consequente desenvolvimento de planos de ação ao nível da intervenção, mitigação e prevenção.

My technology

A Fidelidade tem como missão simplificar e personalizar soluções tecnológicas para aumentar a produtividade dos colaboradores.

PAX (employee virtual assistant)

O PAX é um *chatbot* concebido para simplificar e agilizar o atendimento aos colaboradores, promovendo uma experiência mais intuitiva e eficiente. O Grupo Fidelidade está a desenvolver uma nova versão, com base em Gen AI, com o lançamento planeado para 2026.

Ecossistema de people analytics

Desde 2019 que a Fidelidade trabalha para garantir o desenvolvimento de ferramentas de *people analytics,* automatização de modelos de dados e trabalhos de construção de uma base tecnológica para organização e centralização de informação relacionada com a gestão de pessoas.

Integrated learning and talent solutions

A plataforma de gestão de talento da Fidelidade integra funcionalidades de mapeamento de talento e *performance review*, bem como ações de formação e desenvolvimento, com o intuito de melhorar as competências dos colaboradores e alinhá-las com os objetivos estratégicos da Fidelidade.

4.2.3. Investidores

A Fidelidade promove uma relação próxima com os seus investidores. Nesse contexto, o *Investor Relations Office* (IRO) desempenha um papel central ao **manter um diálogo constante, reforçando a confiança e apoiando decisões estratégicas alinhadas com os objetivos de longo prazo.**

A comunicação com intervenientes do mercado é proativa, garantindo informações precisas sobre as operações, o desempenho e a estratégia do Grupo. Este processo articula diversas direções e departamentos do grupo, alcançando analistas, investidores, agências de *rating* e outros participantes do mercado.

O IRO contribui ainda para a otimização da estrutura financeira do Grupo Fidelidade, **minimizando o custo de capital e apoiando oportunidades estratégicas** nos mercados de capitais.

Ratings creditícios

S&P Global Ratings

Fidelidade e Fidelidade Re

Em julho de 2025, a Fidelidade e a Fidelidade Re obtiveram as suas classificações inaugurais da S&P Global Ratings (S&P). Os *ratings* atribuídos a ambas as empresas foram 'A', tanto ao nível de *long-term* Issuer Credit Rating (ICR) como ao nível de Financial Strength Rating (FSR), com perspetiva estável.

A classificação atribuída pela S&P à Fidelidade e à Fidelidade Re é, à data de publicação, a mais elevada no panorama corporativo português.

Fitch Ratings

Fidelidade e Fidelidade Re

Em outubro de 2025, a agência de notação financeira Fitch Ratings (Fitch) reafirmou o *rating* Insurer Financial Strength (IFS) da Fidelidade e da Fidelidade Re em 'A+' e o Long-Term Issuer Default Rating (IDR) em 'A', ambos com perspetiva estável.

A classificação atribuída pela Fitch à Fidelidade e à Fidelidade Re é, à data de publicação, a mais alta no panorama corporativo português.

Fidelidade Macau

Em novembro de 2025, a Fitch reafirmou o *rating* IFS da Fidelidade Macau em 'A', com perspetiva estável.

FID Chile

Em fevereiro de 2025, a FID Chile obteve a sua classificação inaugural junto da Fitch. O *rating* local IFS atribuído foi 'AA-', com perspetiva estável.

La Positiva

Em setembro de 2025, a Apoyo & Asociados, subsidiária da Fitch no Peru, reafirmou o *rating* local de emissor 'A' da La Positiva Seguros y Reaseguros e da La Positiva Vida Seguros y Reaseguros, com perspetiva estável.

Ratings creditícios

Moody's

La Positiva

Em setembro de 2025, a Moody's Local Peru reafirmou a classificação local de Entidade 'A' para a La Positiva Seguros y Reaseguros e para a La Positiva Vida Seguros y Reaseguros, ambas com perspetiva estável.

Alianza (Bolívia)

Em dezembro de 2025, a Moody's Local Bolivia reafirmou a classificação de Entidade 'AA+' da Alianza Seguros y Reaseguros e de 'AA-' da Alianza Vida Seguros y Reaseguros, ambas com perspetiva estável.

FID Chile

Em julho de 2025, a ICR Chile, subsidiária da Moody's, ratificou o *rating* local da FID Chile em 'AA-', com perspetiva estável.

Feller Rate

FID Chile

Em janeiro de 2025, a Feller Rate reafirmou o *rating* 'AA-' da FID Chile, com perspetiva estável.

AM Best

Fidelidade Moçambique

Em setembro de 2025, a AM Best manteve os *ratings* internacionais FSR e *long-term* ICR da Fidelidade Moçambique em 'B (Fair)' e 'bb (Fair)', respetivamente, com perspetiva estável.

Ratings ESG

Morningstar Sustainalytics

Fidelidade

A Sustainalytics reafirmou o *rating* ESG de baixo risco (12,2) da Fidelidade. À data da avaliação, este resultado colocou a Fidelidade como a 9ª seguradora com melhor classificação a nível mundial (entre 306 avaliadas pela Sustainalytics) e 1ª em P&C (Property & Casualty), entre 89 seguradoras.

Carbon Disclosure Project (CDP)

Fidelidade

O CDP reafirmou a classificação B Gestão (*Management*) na dimensão Clima da Fidelidade. Esta avaliação demonstra o compromisso da Fidelidade em ser um agente proativo na resposta às alterações climáticas.

Sustainable Fitch

Fidelidade

Em novembro de 2025, a Fidelidade recebeu classificação '2 – Mostly Aligned' da Sustainable Fitch, refletindo um sólido desempenho em temas de sustentabilidade. A agência destacou a divulgação de métricas ambientais e a definição de metas claras para a redução das emissões de carbono.

4.2.4. Fornecedores e parceiros

A gestão da cadeia de abastecimento da Fidelidade tem como missão principal apoiar o desenvolvimento estratégico do Grupo nos seus processos de aquisição. A análise de diferentes alternativas, com base numa avaliação de custo-benefício, bem como a identificação de possíveis sinergias, constituem aspetos essenciais da interação com os nossos fornecedores e parceiros.

No entanto, a relação da Fidelidade com a sua cadeia de abastecimento vai além da gestão e eficiência das aquisições. Assenta num rigoroso processo de acompanhamento e avaliação, que procura equilibrar diversos elementos da estratégia corporativa do Grupo. Este compromisso materializa-se, nomeadamente, no processo de qualificação de fornecedores.

Como grupo segurador de referência, recorremos a uma ampla variedade de produtos e serviços fornecidos por entidades externas que operam em diversos setores. A maioria destas empresas são de pequena dimensão e encontram-se distribuídas por vários países, com diferentes níveis de bem-estar social, desenvolvimento económico e contextos sociopolíticos.

Cientes da importância de garantir a **resiliência e a qualidade da nossa cadeia de abastecimento**, adotámos uma abordagem **proativa**, baseada num compromisso **contínuo de apoio e acompanhamento**, integrando critérios de aprovisionamento alinhados com as melhores práticas.

Os fornecedores da Fidelidade seguem rigorosos padrões de qualidade, conformidade legal, ética, direitos humanos e responsabilidade ambiental, conforme definido no código de conduta de fornecedores.

Os contratos estabelecem medidas para **mitigar riscos e promover práticas sustentáveis**, incluindo metas ambientais e sociais, ações de melhoria contínua, formação e monitorização de desempenho.

Sempre que necessário, a Fidelidade apoia os parceiros na adoção progressiva de práticas mais sustentáveis, reforçando o alinhamento com os seus padrões de atuação. A Direção de *Procurement* é responsável pela implementação e acompanhamento da política de *procurement* sustentável, **garantindo a priorização de parceiros comprometidos com as melhores práticas de sustentabilidade.**

Critérios para selecionar fornecedores

- RESPEITO E CUMPRIMENTO DA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
- EXISTÊNCIA DE REGRAS DE CIBERSEGURANÇA IMPLEMENTADAS
- ADOÇÃO DE CONDUTA DE INTEGRIDADE E PRINCÍPIOS DE MORAL E ÉTICA
- ATUAÇÃO COM TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO UM DIÁLOGO E RESPEITO PELOS COMPROMISSOS
- OBTENÇÃO E MANUTENÇÃO DAS LICENÇAS E CERTIFICAÇÕES NECESSÁRIAS AO EXERCÍCIO DAS RESPETIVAS ATIVIDADES
- CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL
- HABILITAÇÕES PROFISSIONAIS E ORGANIZACIONAIS
- RESPEITO PELO BEM-ESTAR DOS TRABALHADORES E PELAS CONDIÇÕES LABORAIS
- CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL E/OU EM HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
- VERIFICAÇÃO DA ORIGEM E TIPO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS
- TRATAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS
- GESTÃO EFICIENTE DE ENERGIA E RECURSOS
- REDUÇÃO DE EMISSÕES DE CO_2
- DESEMPENHO DE BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

4.2.5. Comunidade

No Grupo Fidelidade, o compromisso com as pessoas e o meio envolvente reflete-se numa **atuação próxima e focada na criação de um impacto positivo e duradouro nas comunidades onde está presente**.

O **Programa de Responsabilidade Social** materializa a visão de mundo da Fidelidade.

Com esta visão, acredita-se que as empresas devem ser autênticas, humanas e exemplares no exercício da cidadania responsável.

Em articulação com a estratégia de negócio e de sustentabilidade, o Programa de Responsabilidade Social da Fidelidade alicerça-se no **envolvimento da comunidade** e assume-se como o **compromisso de fortalecer o setor social**, ao apostar numa abordagem abrangente que combina investimento, apoio e capacitação das organizações da economia social.

Desta forma, este programa tem como principal objetivo **estruturar a nossa atuação em matéria de responsabilidade social**, abordando questões fundamentais relacionadas, entre outras, com a inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade, o envelhecimento e a prevenção em saúde.

Por meio de parcerias, iniciativas e projetos específicos, a Companhia responde tanto às problemáticas sociais quanto às necessidades locais, contribuindo para a construção de um futuro mais resiliente e sustentável, sempre com a premissa de **gerar um impacto positivo**.

"Na Fidelidade, a responsabilidade social faz parte do nosso dia a dia. Acreditamos na construção de relações sólidas e no envolvimento ativo de colaboradores voluntários, que atuam com um propósito comum de transformação e promoção da consciência social. Em 2025, reforçámos o nosso compromisso com as organizações sociais, destacando-se as iniciativas locais de *networking* e capacitação - Encontros Fidelidade Comunidade: Aproximar e a Transformar Juntos."

Maria Teresa Ramalho
Direção de Relações Institucionais e Responsabilidade Social

Impacto positivo na comunidade em números

1.358.000 €
Valor de donativos à comunidade

790.000 €
Valor de donativos às universidades

111.571 €
Valor de bens doados

192.497 €
Valor em seguros oferecidos à comunidade

3.438
Horas de voluntariado

6.235
Número de visitantes da Galeria Fidelidade Arte (acessos gratuitos)

Comunidade Fidelidade

Ao longo dos anos, temos **vindo a trabalhar com diversas organizações da economia social**.

Este conceito **vai além de uma relação pontual com entidades**, promovendo uma rede que incentiva a partilha de experiências, acesso a recursos estratégicos e o **apoio contínuo, com o objetivo de fortalecer e capacitar as organizações sociais**.

No âmbito social, a **Comunidade Fidelidade** integra **organizações sem fins lucrativos**, disponibilizando apoio que se traduz em ações concretas, como a capacitação, doação de salvados, programas de voluntariado, suporte em seguros e outras iniciativas colaborativas. Este apoio permite às organizações **ampliar o seu impacto** e alcançar um **número crescente de beneficiários**. Adicionalmente, incentivamos a **troca de boas práticas entre os membros da comunidade**, fomentando soluções partilhadas para desafios comuns.

Corrida Multicare Vitality

A **5ª Edição da Corrida Multicare Vitality**, realizada em outubro no Centro Desportivo Nacional do Jamor, foi um evento familiar que promoveu a prática desportiva como parte fundamental de um estilo de vida saudável, aliando esta iniciativa a uma causa solidária de grande impacto social. Com mais de **2.900 participantes**, foram angariados 15.000 euros, valor integralmente destinado à **Associação Novo Futuro**, que acolhe crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes um ambiente seguro e oportunidades para um desenvolvimento equilibrado.

Este evento reforça o compromisso **da Multicare e da Fidelidade com a promoção da saúde, do bem-estar e da longevidade sustentável**, criando um momento de convívio e celebração da vida ativa. Ao apoiar a Associação Novo Futuro, a Multicare traduz em ação concreta a sua missão de incentivar hábitos saudáveis e contribuir para a inclusão social, demonstrando que cuidar da saúde também é cuidar da comunidade.

Encontro Fidelidade Comunidade

O sucesso do Encontro Fidelidade Comunidade de 2024 inspirou-nos a adotar, em 2025, uma abordagem mais próxima das comunidades locais, com dois encontros regionais sob o tema “Aproximar e Transformar Juntos” — o primeiro em Samora Correia, que contou com a participação de 83 pessoas e o segundo em Vila Nova de Gaia, com 98 participantes.

Estes encontros valorizam o trabalho das comunidades locais, promovem a troca de experiências e fortalecem as ligações entre diferentes setores com um objetivo comum: melhorar a vida das pessoas em cada região.

Prémio Fidelidade Comunidade

O Prémio Fidelidade Comunidade, lançado em 2017, tem como objetivo apoiar e fortalecer organizações sem fins lucrativos que, todos os dias, atuam no terreno e fazem a diferença nas suas comunidades. O prémio concentra-se especialmente em iniciativas que promovem a **inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade**, a **prevenção em saúde** e o **envelhecimento ativo**. Estas três áreas foram escolhidas por representarem domínios em que a Fidelidade pode gerar um impacto efetivo e significativo, em pleno alinhamento com o seu propósito*: "para que a vida não pare".*

Impacto do Prémio Fidelidade Comunidade

76	**83**	**3 milhões de euros**
Instituições apoiadas	Projetos financiados	Atribuídos à Comunidade

Na edição lançada em 2025, a Fidelidade recebeu 253 candidaturas, mantendo o valor total do prémio em 750 mil euros, a ser atribuído a projetos com necessidades de financiamento entre 50 e 100 mil euros. Os vencedores serão anunciados em junho de 2026. Os critérios de avaliação permanecem alinhados com os da edição anterior, valorizando particularmente a inovação e as parcerias no desenvolvimento das candidaturas.

Academia

Dentro da Comunidade Fidelidade, promove-se também a vertente académica, sustentada pela convicção de que **o fortalecimento da sociedade passa pela valorização do conhecimento**.

A relação da Fidelidade com as **universidades** constitui um pilar essencial da sua atuação na comunidade, refletindo o compromisso com **a inovação, a formação e o desenvolvimento científico e social**. Foram estabelecidos diversos protocolos de colaboração, criando uma rede de parcerias que visa não apenas **ampliar e difundir conhecimento**, mas também **formar futuros profissionais** e **promover uma maior literacia financeira**.

Dessa forma, apostando na **transformação dos centros de produção de conhecimento, a organização contribui para capacitar a Sociedade a enfrentar os desafios do futuro.**

Finanças para todos
Programa de Literacia Financeira

Programa Finanças para Todos

Em 2025, o programa **Finanças para Todos** concluiu a sua 3ª edição e lançou a 4ª, reforçando a componente formativa através de conteúdos digitais e de novas parcerias que ampliaram a visibilidade do programa e a interação com diferentes públicos. A edição mais recente registou mais de 10.000 pedidos de inscrição, consolidando o sucesso de uma iniciativa que, desde 2022, já formou gratuitamente mais de 8.000 pessoas.
Este ano marcou também o desenvolvimento de dois novos formatos dirigidos a segmentos mais vulneráveis, com lançamento previsto para 2026: um direcionado para imigrantes e outro para trabalhadores de PMEs, apoiado por uma bolsa de investigação atribuída pela Comissão Europeia.

Objetivos Estratégicos para 2025/2026

- Lançamento de **novos formatos** do programa direcionados a novos públicos-alvo
- **Formação interna de 200** colaboradores da Fidelidade
- **Expansão geográfica do programa** para alcançar um maior número de participantes e potencializar o seu impacto

Principais números da 3ª edição

28 turmas	**2.700** participantes
140 sessões	**4.5/5** grau de satisfação

NOVA SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS

Nova SBE

A Fidelidade e a Nova SBE formalizaram a criação do Longevity Research Center powered by Fidelidade. O centro tem como objetivo aprofundar o conhecimento sobre longevidade e apoiar o desenvolvimento de soluções concretas que promovam uma vida mais longa e saudável, com enfoque nas áreas da saúde, demografia e finanças pessoais, através da investigação, inovação e educação. Como primeira iniciativa, o centro lançará um estudo nacional destinado a identificar necessidades, desigualdades e oportunidades.

TÉCNICO LISBOA

Instituto Superior Técnico (IST)

A parceria com o IST avançou com a atribuição de bolsas para duas teses de mestrado e uma de doutoramento em tecnologia e IA, além de projetos práticos sobre alterações climáticas e habitação. Foram também promovidas iniciativas para estudantes, como prémios de mérito, feiras de emprego e partilha de experiências, reforçando a ligação às novas gerações e a criação de uma rede de talentos.

CATÓLICA MEDICAL SCHOOL
LISBOA

Católica Medical School

Em 2025, no âmbito do protocolo de longo prazo com **Católica Medical School e a Multicare**, foi dada continuidade à investigação sobre doenças oncológicas e crónicas e iniciada a avaliação de estudos sobre comportamentos protetores ligados ao estilo de vida e à nutrição. O ano também ficou marcado pela definição de bases para dois novos estudos nas áreas de doenças cardiovasculares e degenerativas, incluindo a prevenção de demência.

Doações e seguros oferecidos

A Fidelidade reforça o compromisso com a comunidade através de doações que promovem inclusão e solidariedade social. Em 2025, foram entregues milhares de bens, desde vestuário e livros a equipamentos informáticos, apoiando instituições em diversas áreas. As ilustrações seguintes apresentam o impacto destas ações. Importa destacar que, este ano, devido às necessidades acrescidas resultantes das inundações e dos danos provocados pelas chuvas intensas, parte das doações foi direcionada e enviada diretamente para Cabo Verde.

Detalhe de doações[1]

CATEGORIAS, NÚMERO DE BENS DOADOS E VALOR ESTIMADO

Calçado e vestuário
919 unidades | Valor estimado: **4.595€**

Livros
725 unidades | Valor estimado: **2.175€**

Mobiliário
610 unidades | Valor estimado: **31.550€**

Equipamento informático
57 unidades | Valor estimado: **4.810€**

Eletrodomésticos
115 unidades | Valor estimado: **1.446€**

Diversos
3.711 unidades | Valor estimado: **18.555€**

Detalhe de doações a Cabo Verde

CATEGORIAS, NÚMERO DE BENS DOADOS E VALOR ESTIMADO

Material escolar
31.310 unidades | Valor estimado: **93.930€**

Produtos alimentares
110 unidades | Valor estimado: **550€**

Mobiliário
120 unidades | Valor estimado: **6.000€**

Eletrodomésticos
13 unidades | Valor estimado: **1.300€**

Diversos
1.856 unidades | Valor estimado: **9.280€**

A Fidelidade mantém um compromisso contínuo com a comunidade, canalizando bens salvados e equipamentos em perfeito estado para instituições sociais e, em alguns casos, para colaboradores. Foram doadas milhares de unidades, distribuídas por diversas categorias e entidades, com o propósito de promover a inclusão, o bem-estar e o desenvolvimento sustentável. Estas ações refletem o impacto positivo das doações, contribuindo para fortalecer comunidades e reduzir desigualdades.

Outra modalidade de apoio promovida pela Fidelidade consiste na oferta dos seguros necessários ao desenvolvimento da atividade das instituições e organizações sociais que apoiamos. Como exemplo, o Café Joyeux em Portugal constitui um projeto inclusivo que promove a integração profissional de pessoas com dificuldades intelectuais e de desenvolvimento. Por meio da gestão de cafés-restaurantes e de iniciativas itinerantes, como a Carrinha Joyeux, sensibiliza-se a sociedade para a relevância da inclusão e da diversidade, evidenciando que a diferença representa uma força capaz de enriquecer equipas e comunidades. A Fidelidade apoia esta iniciativa, disponibilizando todos os seguros necessários à operação dos 5 cafés-restaurantes já existentes em Lisboa, Cascais e Porto.

[1] O valor é apurado através da afetação de um montante estimado a cada categoria de bem doado.

Associação Passo Positivo

A **Passo Positivo** tem como missão garantir a segurança e o bem-estar de pessoas vulneráveis ou que atuam em contextos de crise, complementando o trabalho de outras instituições e promovendo competências que geram impacto intergeracional no exercício da cidadania.

A **ok! seguros** renovou o apoio à Associação Passo Positivo, oferecendo o seguro automóvel da carrinha que facilita a prestação dos seus serviços — uma parceria que se mantém desde 2015.

Voluntariado

Na Fidelidade, acreditamos que apoiar a comunidade vai muito além das doações. O nosso compromisso materializa-se em ações concretas de voluntariado, envolvendo os colaboradores em iniciativas que geram impacto real. Estas ações constituem uma forma eficaz de apoiar as instituições que integram a Comunidade Fidelidade — nomeadamente as vencedoras do Prémio Fidelidade Comunidade — bem como outras organizações com as quais mantemos uma relação próxima.

Reforçámos igualmente o nosso compromisso com a sustentabilidade através da colaboração com a associação **Plantar Uma Árvore**, desenvolvendo iniciativas dedicadas à preservação da floresta e do ambiente.

Para além de parcerias formais, procuramos identificar necessidades concretas e mobilizar as nossas pessoas para responder a esses desafios. Cada iniciativa representa uma oportunidade para promover solidariedade, integração e desenvolvimento humano, reforçando o **compromisso da Fidelidade com uma sociedade mais inclusiva e sustentável**.

Entre todas as iniciativas realizadas em 2025, destacamos aquelas que envolvem instituições com causas fundamentais para a inclusão e o bem-estar social: SEMEAR, Santa Casa da Misericórdia, Comunidade Vida e Paz e Banco Alimentar.

Números-chave relativos a voluntariado

34	562	3.438
Ações	Voluntários	Horas

Causas apoiadas nas ações de voluntariado

Risco de exclusão	21
Apoio a pessoas com incapacidade	6
Acompanhamento de idosos	1
Voluntariado de competências	1
Proteção ambiental	1
Apoio a instituições de animais	1
Assistência a pensionistas da AT, Literacia financeira, entre outros	1

SEMEAR

Apoia e forma jovens com dificuldades intelectuais, promovendo inclusão e autonomia

Santa Casa da Misericórdia

Integra o nosso programa "Fidelidade em Linha", um projeto inovador de apoio domiciliário em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian

Comunidade Vida e Paz

Reconhecida pelo acompanhamento e reintegração de pessoas sem-abrigo

Banco Alimentar

Parceiro num programa de ações mensais que garante alimentos a cerca de meio milhão de pessoas

Fidelidade Arte

A cultura é um dos pilares centrais do nosso Programa de Responsabilidade Social, pelo impacto transformador que gera na vida das pessoas e na sociedade. Através da Fidelidade Arte, espaço dedicado à arte contemporânea no Chiado, promovemos acesso gratuito à cultura, reforçando a educação, a inclusão e a democratização das artes. Em 2025, continuámos a reforçar este compromisso através de iniciativas que aproximam a galeria do público e das instituições de ensino, criando oportunidades únicas de interação e aprendizagem em múltiplas áreas.

Números-chave

Nº de exposições 2025	**4**
Nº Total de Visitantes	**6.235**

Em 2025, a Fidelidade Arte consolidou-se como uma **referência cultural em Lisboa,** reforçando o acesso gratuito à arte contemporânea e promovendo inclusão e diversidade. O projeto "**O Ciclo Território**" avançou para a sua fase final, com exposições inovadoras que exploraram diálogos entre arte e temas como alterações climáticas e habitação, atraindo **milhares de visitantes e obtendo reconhecimento crítico**. Paralelamente, a exposição **TRÉGUA** destacou a Fidelidade Arte como espaço de mediação cultural e inovação, posicionando-a como **plataforma de criação, reflexão e diálogo.** Estas iniciativas reforçaram a integração com a comunidade artística **nacional e internacional** e afirmaram a relevância da Fidelidade Arte no panorama cultural, aproximando públicos e promovendo uma experiência inclusiva e transformadora.

Fidelidade pelo mundo

Garantia (Cabo Verde)

Palestra "Stop Sinistralidade Rodoviária" na Ilha do Fogo

Em abril de 2025, a Garantia Seguros realizou a palestra "Stop Sinistralidade Rodoviária" na Ilha do Fogo, debatendo causas e prevenção de acidentes com autoridades e associações locais. A iniciativa, bem recebida pela comunidade, **reforçou a importância da segurança rodoviária**.

Prémio Garantia Comunidade

A 4ª edição do Prémio Garantia Comunidade recebeu **23 candidaturas** provenientes das ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão, Boa Vista e Sal. Os vencedores desta edição foram as seguintes associações: Associação Novos Amigos do Mindelo (em consórcio com a Associação dos Agricultores de Ribeira de Vinha), ADECO, Lantuna e Nós Saúde.

Com quatro edições realizadas, a Garantia já apoiou 19 associações em diversas ilhas de Cabo Verde**.** O Prémio Garantia Comunidade integra o Programa de Responsabilidade Social e destina-se a instituições sem fins lucrativos que atuam na **inclusão de pessoas com deficiência e na prevenção em saúde, com foco na infância.**

Este prémio reflete o compromisso da Garantia com o desenvolvimento sustentável das comunidades, alinhando-se com as áreas de atuação do Grupo Fidelidade, adequadas à realidade do país.

La Positiva (Peru)

Compromisso com as comunidades

Em 2025, a La Positiva reforçou o seu compromisso com as comunidades através de ações de doação e voluntariado. Prestou apoio a **20 cozinhas comunitárias** em Arequipa e Lima, beneficiando mais **de 3.000 pessoas**, e manteve a parceria com a Casa Ronald McDonald, com **50 colaboradores** a dedicarem mais de 400 horas para apoiar 250 crianças.
Participou ainda na corrida solidária "Quilómetros pela Alimentação", que reuniu mais de **2.000 pessoas** e permitiu arrecadar **300 toneladas** de alimentos, além de promover iniciativas como **limpeza de praias, campanhas de doação de sangue e apoio ao abrigo Voz Animal.** Estas ações refletem o compromisso com o bem-estar social e com a construção de um país mais solidário.

Fidelidade Angola

Associação Pequena Semente

Em 2025, a Fidelidade Angola reafirmou o seu compromisso com a comunidade através de iniciativas que promovem saúde, educação e lazer para crianças vulneráveis. Entre as ações, destaca-se o apoio contínuo ao Lar Pequena Semente, garantindo mensalmente recursos essenciais **como salários de professores, combustível e pão, assegurando a continuidade das atividades educativas.** Foram realizadas também sessões de rastreio médico, doações de medicamentos, alimentos, brinquedos e livros.

Escola Macovi Sport Club

A Escola Macovi Sport Club, fundada em 1999, é uma organização angolana sem fins lucrativos que combate a delinquência juvenil através do desporto, com destaque para o xadrez e modalidades como ciclismo, karaté, judo, futebol salão, andebol e basquetebol.

Em 2025, a Fidelidade Angola apoiou a instituição **com manutenção dos espaços desportivos, seguros de acidentes pessoais, equipamentos para competições e reparação da viatura do clube**.

FID Seguros (Chile)

Fundação Teletón

Em setembro, pelo quinto ano consecutivo, realizou-se a campanha "FID +1 com Teletón", reforçando o compromisso social da empresa. A iniciativa envolveu colaboradores em várias ações internas, como sorteios e desafios por áreas, e contou também com a participação da comunidade, aumentando o impacto da angariação de fundos.

Fidelidade Ímpar (Moçambique)

Sopa Solidária Master-Chef

O projeto garante diariamente refeições a cerca de **2.700 pessoas**, beneficiando idosos e crianças, em vários bairros, no Hospital Central de Maputo e no KAYA. Em Pemba, voluntários participaram na preparação de refeições para crianças de uma escola local, demonstrando espírito solidário. Em Maputo, 13 voluntários serviram 135 pessoas no primeiro centro privado de inclusão social da cidade, que funciona como refeitório para os mais necessitados.

Limpeza que transforma

Em parceria com a Makobo, realizámos uma ação de limpeza na praia do Wimbe, recolhendo uma quantidade significativa de resíduos plásticos e sensibilizando a comunidade para a gestão sustentável. O plástico recolhido foi transformado em 2.769 blocos ecológicos, processo acompanhado pelos colaboradores, evidenciando o potencial da economia circular. Estes blocos foram doados para a construção da Fundação Casa da Providência e um centro de acolhimento para idosos.

Fidelidade Macau

Soluções de proteção para ONG e associações locais

Em 2025, a Fidelidade Macau ofereceu a ONG e associações locais um conjunto de soluções de proteção, incluindo seguros de acidentes pessoais, responsabilidade civil, automóvel e multirriscos. Ao longo do ano, foram apoiadas diversas organizações que desenvolvem trabalho nas áreas da **proteção animal, reabilitação de toxicodependentes, educação inclusiva, apoio à terceira idade, escuteiros e juventude**, contribuindo de forma concreta para um impacto social positivo na comunidade.

Compromisso com Inclusão, Cultura, Desenvolvimento Sustentável

Em 2025, a Fidelidade Macau reforçou a ligação entre colaboradores, clientes e parceiros através de iniciativas que **promovem inclusão, cultura, desporto, saúde e empreendedorismo**. Entre as ações de destaque estiveram a participação na CARITAS Macau Charity Run, apoio à MB Inclusion Conference, ao torneio solidário do Macau Rugby Club, às atividades culturais do consulado de Portugal e ao programa de *startups* 929 Challenge.

Alianza (Bolívia)

Iniciativa SoyAlianza

O programa de **voluntariado SoyAlianza**, concebido para evoluir para uma fundação no futuro, promove a união de talentos e vontade de servir para responder às necessidades reais da comunidade.

Iniciativas deste tipo reforçam identidade e propósito, incentivando a ir além das atividades diárias e demonstrando que, para além de assegurar, é possível **apoiar e transformar vidas** através de cada ação realizada.

Programa de Voluntariado – Impacto 2024-2025

Entre 2024 e 2025, foram realizadas **11 atividades de voluntariado**, envolvendo **36 colaboradores** a nível nacional e impactando mais de **300 pessoas**. Estas ações refletem o compromisso da organização com a responsabilidade social, a sustentabilidade e a promoção de valores como empatia e solidariedade.

Uma das iniciativas foi **Guardianes de las Plantas**, uma jornada de arborização dedicada à proteção e recuperação do meio ambiente, através da plantação de árvores que contribuem para melhorar a qualidade do ar, conservar a biodiversidade e fortalecer os espaços verdes da cidade.

Outra ação relevante foi **Honrando a nuestros Adultos Mayores**, que celebrou o Dia do Idoso com atividades de voluntariado, promovendo respeito intergeracional e reforçando valores de empatia e cuidado com a comunidade sénior.

Por fim, a iniciativa **Tapatón por la Vida** mobilizou colaboradores na recolha de tampas plásticas para reciclagem, apoiando financeiramente tratamentos e programas de acompanhamento para crianças com cancro, além de incentivar práticas sustentáveis dentro da organização.

Evento Pensar Maior

Em 2025, realizámos a sétima edição do Pensar Maior, o evento corporativo da Fidelidade que, desde 2010, desempenha um papel relevante na reflexão estratégica do Grupo. Ao longo dos anos, este encontro tem reunido colaboradores das várias empresas do Grupo, a rede de distribuição, parceiros, clientes e acionistas, assumindo-se como um momento central de alinhamento e de partilha.

O Pensar Maior tem como objetivo comunicar a visão estratégica da Fidelidade e promover colaboração entre os públicos envolvidos. Além de ser um espaço de debate, celebra a cultura do Grupo e oferece conteúdos sobre temas estratégicos e operacionais, ampliando a compreensão dos desafios e prioridades. Essa dinâmica continua ao longo do ano com iniciativas que reforçam o envolvimento de colaboradores e parceiros com a cultura e os objetivos da Fidelidade.

Tal como em 2022, o Pensar Maior de 2025 estruturou-se em dois momentos complementares: o Road to Pensar Maior e o Pensar Maior.

Road to Pensar Maior

O Road to Pensar Maior, composto por três eventos em 2025, promoveu a reflexão conjunta sobre temas estratégicos — como mudanças globais, o papel da Fidelidade e ações para o futuro — com foco em três áreas-chave: **Distribuição, Longevidade e Cliente.**

Pensar Maior a Distribuição

A primeira etapa decorreu na Alfândega do Porto, onde **Pensar Maior a Distribuição** se traduziu num momento de forte envolvimento com a rede e restantes parceiros.
O momento destacou os desafios da distribuição, concentração de carteiras, novos intervenientes e maiores exigências, e apontou a evolução para um modelo omnicanal baseado em diversificação e novas parcerias como caminho necessário.

Pensar Maior a Longevidade

Do Porto seguimos para Azeitão, onde voltámos a **Pensar Maior a Longevidade**, reforçando o propósito de criar impacto positivo na vida.
Num cenário singular — a Bacalhôa Berardo Collection — debatemos temas essenciais como saúde, assistência, poupança e sustentabilidade. Falámos do presente, com atenção às necessidades atuais, mas sempre com o olhar voltado para o futuro.

Pensar Maior o Cliente

A seguir, deslocámo-nos à Plaza Ribeiro Telles, em Vila Franca de Xira, para **Pensar Maior o Cliente** e reforçar o impacto positivo nas pessoas.
Debatemos as principais tendências do consumo: a valorização da experiência de cliente face ao produto, a omnicanalidade, a importância da personalização, os valores das marcas, a centralidade da sustentabilidade e a influência social.
Tivemos a oportunidade de ouvir diversos convidados, incluindo Torres Novas, El Corte Inglés, Delta, Dove e Ivity Brand Corp.

Pensar Maior

O ponto alto de todo este ciclo aconteceu no dia 18 de outubro, com o grande evento **Pensar Maior**. O evento voltou a realizar-se no MEO Arena, reunindo cerca de 4.000 participantes, incluindo colaboradores, parceiros, jornalistas, clientes e acionistas.

No Pensar Maior, apresentámos a nossa **visão estratégica para 2030**, **centrada na longevidade** como eixo de atuação, com foco em saúde, poupança e assistência, reforçando o papel da Fidelidade para além do seguro tradicional.

A edição de 2025 consolidou o Pensar Maior como um espaço essencial para debate e reflexão estratégica, promovendo alinhamento, partilha de conhecimento e aproximação entre os diferentes públicos. Este momento reafirma a visão da Fidelidade para o futuro, inspirando todos a seguir um caminho comum.

4.2.6. Planeta

Num contexto global marcado pela intensificação dos fenómenos climáticos extremos e pela aceleração da transição ecológica, o setor segurador assume um papel determinante não apenas na mitigação, mas sobretudo na adaptação às alterações climáticas. As seguradoras desempenham um papel central na adaptação, ao disponibilizarem produtos e soluções que ajudam pessoas, empresas e comunidades a prevenir, resistir e recuperar de eventos climáticos adversos, promovendo a resiliência económica e social. A capacidade de transformar o risco climático em proteção efetiva faz do seguro um instrumento essencial para **a estabilidade e para a construção de um futuro sustentável**. Ciente desta responsabilidade, o Grupo Fidelidade tem vindo a integrar considerações climáticas e de sustentabilidade em toda a sua cadeia de valor, desde a subscrição e gestão de risco até ao investimento responsável e à redução da sua pegada ambiental direta.

A Fidelidade atua na mitigação e adaptação às alterações climáticas através de planos e iniciativas que promovem a transição para uma economia de baixo carbono, a proteção e regeneração dos ecossistemas e a reflorestação, como o **Transition Plan**, o **Nature Positive Plan** e o **Fundo Florestal**. Complementa estas ações com gestão eficiente de recursos, resíduos e economia circular, mobilidade sustentável e sensibilização ambiental. Na adaptação, foca-se na avaliação e gestão de riscos físicos e de transição, no desenvolvimento de produtos para fenómenos climáticos extremos e em programas de inovação como o **ICCC – Impact Center for Climate Change**, reforçando conhecimento técnico e resiliência dos territórios e comunidades. Ao integrar estas duas dimensões— mitigação e adaptação — a Fidelidade **posiciona-se como um agente de transformação e resiliência, apoiando clientes, parceiros e comunidades na construção de um futuro mais seguro e sustentável**.

"A resposta às alterações climáticas exige agir em duas frentes: reduzir emissões e reforçar a capacidade de adaptação. Na Fidelidade, estamos comprometidos com ambas. Pela natureza do seguro, temos um papel decisivo na preparação de pessoas e empresas, transformando conhecimento em soluções que fortalecem a resiliência e antecipam riscos."

João Mestre
Direção de Sustentabilidade

Impacto ambiental em números – Portugal[1]

308.674 GJ
CONSUMO DE ENERGIA NO INTERIOR DA ORGANIZAÇÃO[2]

218.921 GJ DE ELETRICIDADE

12.222 GJ DE GASÓLEO

8.499 GJ DE GASOLINA

68.657 GJ DE GÁS NATURAL

375 GJ DE GÁS PROPANO

375.942 m³
DE ÁGUA CONSUMIDA

	LOCATION-BASED	MARKET-BASED
c/ Luz Saúde	7.081 tCO_2e EMISSÕES DE ÂMBITO 1	5.908 tCO_2e EMISSÕES DE ÂMBITO 2	6.335 tCO_2e EMISSÕES DE ÂMBITO 2
s/ Luz Saúde	1.628 tCO_2e EMISSÕES DE ÂMBITO 1	611 tCO_2e EMISSÕES DE ÂMBITO 2	22 tCO_2e EMISSÕES DE ÂMBITO 2

2.649 t
DE RESÍDUOS

936.268 tCO_2e
EMISSÕES DE ÂMBITO 3[3]

119.922 tCO_2e
EMISSÕES OPERACIONAIS TOTAIS Âmbito 1, 2 (*Market-based*) e 3[4]

829.335 tCO_2e
EMISSÕES DE ÂMBITO 3 CATEGORIA 15 – Subscrição e Investimentos

[1] Quando não foi possível utilizar valores primários para o cálculo das emissões foram utilizados valores estimados (*proxies*) de valores monetários ou outros valores sendo que no caso dos valores monetários não foi possível expurgar o valor do IVA dos mesmos.
[2] Inclui os consumos de eletricidade, gasóleo, gasolina, gás natural e gás propano das empresas localizadas em Portugal incluindo Grupo Luz Saúde.
[3] Exclui as seguintes categorias do âmbito 3 – 8, 10, 11, 13 e 14, por serem consideradas não aplicáveis.
[4] Exclui emissões de CO_2e de categoria 15 – Subscrição e Investimentos.

Impacto ambiental em números – Internacional

38.452 GJ
CONSUMO DE ENERGIA NO INTERIOR DA ORGANIZAÇÃO

16.040 GJ DE ELETRICIDADE

3.228 GJ DE GASÓLEO

6.023 GJ DE GASOLINA

13.162 GJ DE GÁS NATURAL

20.949 m³
DE ÁGUA CONSUMIDA[5]

	LOCATION-BASED	MARKET-BASED
	2.460 tCO_2e EMISSÕES DE ÂMBITO 1	1.103 tCO_2e EMISSÕES DE ÂMBITO 2	1.095 tCO_2e EMISSÕES DE ÂMBITO 2

58 t
DE RESÍDUOS[6]

57.562 tCO_2e
EMISSÕES DE ÂMBITO 3[7]

21.982 tCO_2e
EMISSÕES Operacionais totais de Âmbito 1, 2 (*Market-based*) e 3[8]

39.135 tCO_2e
EMISSÕES DE ÂMBITO 3 da Categoria 15 – Subscrição e Investimentos

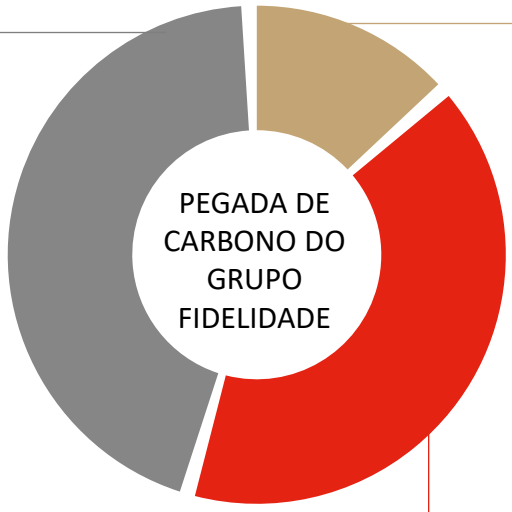
[5] Inclui Bolívia, Cabo Verde, Chile, Espanha, França, Liechtenstein, Moçambique, Paraguai, Peru e Reino Unido.
[6] Inclui Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Reino Unido.
[7] Exclui as seguintes categorias do âmbito 3 – 8, 10, 11, 13 e 14, por serem consideradas não aplicáveis.
[8] Exclui emissões de CO_2e de categoria 15 – Subscrição e Investimentos.

Transition Plan

O combate às alterações climáticas é um desafio global que conduziu ao desenvolvimento do Acordo de Paris, o qual estabeleceu o objetivo de limitar o aumento da temperatura média global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais e de alcançar a neutralidade carbónica (*net zero*) até 2050. Alinhada com este compromisso, a Fidelidade orienta a sua estratégia pelas diretrizes e cenários do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e adota os princípios do Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol), que oferecem uma abordagem padronizada e robusta para medir e gerir as emissões de gases com efeito de estufa.

O Transition Plan da Fidelidade formaliza o compromisso do Grupo com a redução significativa das emissões GEE, mitigando o seu impacto ambiental e contribuindo ativamente para o esforço global de combate às alterações climáticas. Esta estratégia está alinhada com a crescente determinação do setor segurador em enfrentar este desafio e em adotar planos de transição para a neutralidade carbónica.

O plano está estruturado em três áreas principais, comportando toda a cadeia de valor do Grupo: operações próprias, investimentos e subscrição.



SUBSCRIÇÃO

Portfolios:

- Comercial
- Automóvel Particular

ÂMBITO [1]: 1 2 3

NET ZERO ATÉ 2050

OPERAÇÕES PRÓPRIAS & CADEIA DE ABASTECIMENTO

- Emissões diretas
- Emissões indiretas de energia adquirida
- Viagens de negócios

ÂMBITO [1]: 1 2 3

NET ZERO ATÉ 2040

INVESTIMENTOS

Portfolios:

- Ações cotadas e obrigações de empresas
- Mercado imobiliário

ÂMBITO [1]: 1 2 3

NET ZERO ATÉ 2050

[1] Âmbito:
- 1 – Emissões diretas das operações próprias
- 2 – Emissões indiretas do consumo de energia adquirida
- 3 – Emissões indiretas da cadeia de valor

	Intensidade de emissões			Metas	
	2022 (*baseline*)	2025	Redução face a 2022	Intermédia 2030	*Net zero*
Operações					
Operações diretamente controladas	2,055 tCO_2e/colaborador	1,160 tCO_2e/colaborador	-43,5%	-50%	2040
Investimentos					
Ações cotadas e obrigações de empresas	82,183 tCO_2e/Mn€	67,721 tCO_2e/Mn€	-17,6%	-40%	2050
Imobiliário	35,270 $kgCO_2e/m^2$	30,233 $kgCO_2e/m^2$	-14,3%	-45%	2050
Subscrição					
Comercial	0,283 $ktCO_2e$/Mn€	0,247 $ktCO_2e$/Mn€	-12,4%	-30%	2050
Automóvel Particular	0,246 tCO_2e/veículo	0,207 tCO_2e/veículo	-16,0%	-26%	2050

INICIATIVAS IMPLEMENTADAS

OPERAÇÕES PRÓPRIAS

- Contratação de energia verde
- Transição para uma frota de veículos mais sustentáveis
- Melhoria do desempenho energético de edifícios
- Manutenção do modelo de trabalho híbrido
- Integração de critérios ESG nos processos de compra

INVESTIMENTOS

- Consideração do emissor e respetivo setor
- Emissão de *green bond*
- Realocação estratégica gradual da carteira para edifícios com emissões mais baixas
- Projeto-piloto de construção Net Zero Carbon
- Obtenção de certificações de construção verde
- Avaliações de risco climático para os ativos

SUBSCRIÇÃO

- Ajustes ao *mix* de portefólio de linhas comerciais
- Aumento da taxa de *churn* de clientes com elevada intensidade de emissões
- Aumento gradual da participação de veículos elétricos (BEV) nas novas apólices
- Reforço do peso dos (BEV) no novo negócio
- Lançamento da solução de telemática (Fidelidade Drive)

INICIATIVAS PLANEADAS

OPERAÇÕES PRÓPRIAS

- Inauguração da nova sede do Grupo em Portugal (pré-avaliação LEED Platinum)
- Implementação de um Sistema de Gestão Ambiental (ISO 14001:2015)
- Potenciar transição para frota de veículos elétricos e híbridos *plug-in*
- Redução das viagens de negócio
- Otimização das rotas comerciais

INVESTIMENTOS

- Redução de investimento relacionado com combustíveis fósseis e carvão térmico
- Redução de investimento em setores que levantam preocupações ambientais
- Melhoria da eficiência energética dos imóveis
- Eficiência de materiais e práticas de economia circular
- Implementação de tecnologias de edifícios verdes

SUBSCRIÇÃO

- Interagir de forma sistemática com os clientes corporativos
- Integrar progressivamente a informação de georreferenciação nos processos de subscrição e emissão de apólices
- Definir requisitos e exclusões aplicáveis à subscrição de setores específicos
- Lançamento de um seguro automóvel *pay-per-mile*

IMOBILIÁRIO | AÇÕES COTADAS E OBRIGAÇÕES DE EMPRESA | COMERCIAL | AUTOMÓVEL PARTICULAR

Fundo Florestal

Refletindo o compromisso da Fidelidade com o ambiente e com o objetivo estratégico de contribuir para a remoção de carbono, foi criado o Fundo "**Florestas de Portugal**", com um compromisso de investimento de **12 milhões de euros** por parte do Grupo. Este fundo, enquadrado no artigo 9º do SFDR (Sustainable Finance Disclosure Regulation), procura valorizar o capital investido através da gestão sustentável de recursos florestais e agrícolas, constituindo um instrumento decisivo para a promoção de uma política florestal mais sustentável em Portugal.

Em 2025, o Fundo concretizou o seu primeiro investimento com a aquisição da Herdade de Vale Figueiras, tendo iniciado o plano de investimento previsto para esta propriedade que irá contribuir para o cumprimento dos *targets* de neutralidade carbónica da Fidelidade através da captura de emissões residuais que não possam ser reduzidas por outras vias. Numa primeira fase, no âmbito dos créditos de carbono, o Fundo **irá promover e armazenar créditos naturais de qualidade e assegurar a respetiva certificação**. Após esta certificação, os participantes passarão a **beneficiar dos créditos de carbono gerados pela carteira florestal do fundo.** Num momento subsequente, e à medida que os mercados voluntários de créditos de carbono se tornem mais consolidados e menos voláteis, prevê-se a possibilidade de reconhecer as propriedades destes créditos no balanço do fundo e de promover a sua negociação nesses mercados.

Preço interno do carbono

Em 2025, a Fidelidade definiu, pela primeira vez, um preço interno de carbono de 100 euros por tonelada de CO_2e, aplicável às suas emissões operacionais em Portugal (excluindo a Luz Saúde). Esta medida visa **incentivar a redução das emissões e reforçar o compromisso ambiental do Grupo.**

De acordo com a metodologia definida, o valor a investir no Fundo Florestal "Florestas de Portugal" será calculado com base nas emissões de 2025, multiplicadas pelo preço interno do carbono mencionado anteriormente. Em 2025, este valor corresponderia a 385.500€. Importa, no entanto, salientar que a Fidelidade já alocou 6 milhões de euros ao Fundo Florestal, um montante substancialmente superior ao que seria exigido ao abrigo deste mecanismo de preço interno do carbono.

Mais do que compensar emissões, **esta iniciativa reforça o compromisso da Fidelidade em investir de forma estruturada na captura e armazenamento natural de carbono**, complementando o esforço contínuo de redução da sua pegada ambiental e assumindo um papel estratégico na resposta às alterações climáticas e na concretização das metas *net zero*.

Nature Positive Plan

O Grupo Fidelidade reconhece o impacto das suas atividades no ambiente e no clima, bem como o papel essencial da biodiversidade na **manutenção do equilíbrio ecológico, na gestão de riscos e no bem-estar da sociedade.** Nesse contexto, o Nature Positive Plan define a estratégia para integrar a natureza e a biodiversidade no centro das decisões empresariais, alinhando-se com **o Global Biodiversity Framework**, as recomendações da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures e da United Nations Environment Programme Finance Initiative, e **inspirando-se nos princípios da Science Based Targets Network.**

O plano estabelece um roteiro de longo prazo que combina a mitigação de impactos, a promoção de Soluções Baseadas na Natureza (NbS) e a criação de valor sustentável em toda a cadeia de negócio — começando pelas operações diretas e estendendo-se às áreas de investimentos e subscrição.

Em 2025, o foco da Fidelidade centrou-se na integração da natureza e das NbS na atividade de subscrição, com destaque para as temáticas Insurance for Nature-Positive, Resilience Insurance e Transition Insurance, que exploram o **papel dos seguros na proteção de ecossistemas, na valorização de ativos naturais e na redução de riscos associados à degradação ambiental.**

Foi, simultaneamente, concluída a primeira análise de impactos e dependências das operações diretas da Fidelidade em Portugal (incluindo o Grupo Luz Saúde), permitindo identificar *KPIs* e métricas para orientar a estratégia. Foram também lançadas análises de mapeamento das atividades do Grupo, estabelecendo as bases para expandir, nos próximos anos, a **identificação dos impactos e dependências da natureza** nas carteiras de investimento e subscrição.

Impact Center for Climate Change (ICCC)

O ICCC atua sobre os riscos físicos e de transição, promovendo investigação científica e a sua aplicação a modelos de subseguro e tarifação justa, ao desenvolvimento de produtos sustentáveis e a soluções de finanças sustentáveis.

Paralelamente, investe na sensibilização pública e na literacia de risco climático, em colaboração com universidades, centros de investigação, decisores políticos e organizações da sociedade civil. Esta estratégia posiciona o ICCC como catalisador de conhecimento e inovação, com o objetivo de reduzir vulnerabilidades, aumentar a resiliência e contribuir para uma transição justa, alinhada com as metas de Net Zero e Nature Positive da Fidelidade.

Em 2025, o ICCC consolidou a sua estratégia em três pilares que orientam a integração dos riscos climáticos na atividade seguradora e no diálogo com a sociedade: **sustentabilidade e conhecimento técnico, posicionamento e sensibilização,** e **referência e influência**.

O período foi marcado pelo reforço de colaborações nacionais e internacionais na análise de riscos físicos, nomeadamente cheias, incêndios florestais e outros eventos extremos, destacando-se projetos como o **COSMIC e o CIRAC 2.0**. Avançaram também iniciativas de literacia em risco e autoproteção, bem como **a criação das Bolsas de Investigação de Mestrado do ICCC**. Adicionalmente, foram lançados novos projetos de investigação em áreas-chave **como incêndios florestais, recursos hídricos e saúde pública, reforçadas parcerias estratégicas nacionais e a participação em iniciativas e fóruns internacionais**, consolidando o posicionamento da Fidelidade na área da sustentabilidade e dos riscos climáticos.

DE ONDE VIMOS?

- Herança como seguradora de referência no compromisso com a sustentabilidade;
- Parcerias com instituições académicas e de investigação;
- Integração precoce de princípios ESG;
- ICCC como centro de referência para o conhecimento sobre alterações climáticas.

ONDE ESTAMOS?

- Iniciativas de investigação e desenvolvimento: incêndios florestais, risco de cheias, deteção por IA;
- Sensibilização pública: eventos, meios de comunicação e colaborações científicas;
- Reconhecimento crescente por *stakeholders* nacionais e internacionais, públicos e privados, como centro independente dedicado à ação climática.

PARA ONDE VAMOS?

- Integração total do risco climático nas decisões do negócio *core* de seguros;
- Expansão de parcerias e influência em fóruns globais de sustentabilidade;
- Entrega de impacto mensurável: redução das lacunas de proteção, resiliência das comunidades e soluções de seguros inovadoras e alinhadas com um futuro Net Zero e Nature Positive.

Gestão eficiente de recursos

O Grupo Fidelidade tem adotado uma abordagem focada na gestão eficiente dos recursos e na mitigação dos impactos ambientais das suas operações. As ações implementadas para este propósito visam a redução contínua do consumo de água, energia e de outros recursos, bem como a melhoria da eficiência energética. Como exemplos de iniciativas, destacam-se a instalação de sistemas de iluminação LED, a transição para o uso de energia proveniente de fontes 100% renováveis e a manutenção de um modelo de trabalho híbrido.

Construção da nova sede em Lisboa

Em 2025, a Fidelidade deu continuidade à construção da sua nova sede em Lisboa, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a adoção das melhores práticas de construção. O processo de conceção e execução do projeto foi orientado por métricas rigorosas de desempenho ambiental, social e de bem-estar, com o objetivo de alcançar as certificações LEED e WELL, reconhecidas pela sua exigência e credibilidade. O projeto ambiciona atingir o nível Platina em ambas as certificações, refletindo uma abordagem consistente de eficiência energética, redução da pegada carbónica e valorização da qualidade ambiental interior. A certificação WELL, focada no bem-estar e na saúde das pessoas que utilizam o espaço, reflete o compromisso da Fidelidade com uma *workforce* saudável, motivada e produtiva, promovendo ambientes que estimulam conforto, segurança e desempenho.

Com a integração de soluções tecnológicas inovadoras, arquitetura de elevada performance e materiais ecoeficientes, a Fidelidade posiciona a nova sede como um referencial de modernização urbana e responsabilidade ambiental.

Gestão de recursos e economia circular

A Fidelidade continua a adotar princípios da economia circular, implementando boas práticas de gestão de resíduos com o objetivo de minimizar o consumo de materiais e promover a reutilização e valorização destes ao longo do seu ciclo de vida. Adicionalmente, investindo na aquisição de materiais e produtos sustentáveis e certificados e promovendo a sensibilização dos colaboradores, o Grupo está a assumir um compromisso contínuo com a sustentabilidade. Exemplos incluem a substituição de plásticos de uso único, como copos e colheres, por alternativas ecológicas como copos de vidro e palhetas de madeira e a colocação de contentores de separação de resíduos em várias operações do Grupo.

Projeto Green Parts

Dando continuidade à promoção de práticas mais sustentáveis no setor automóvel, a Fidelidade tem em curso o projeto Green Parts cujo principal objetivo é o de incentivar a utilização de peças verdes – peças reutilizadas provenientes de viaturas em fim de vida –, contribuindo assim para a redução da pegada ambiental associada à reparação automóvel.

Após uma fase inicial de implementação em 2024, o Green Parts foi consolidado e ampliado em 2025, passando a integrar 157 oficinas com fornecedores de referência no mercado nacional de peças reutilizadas.

Projeto Salvados Patrimonial

Na resolução de sinistros patrimoniais, existem bens (salvados) que ainda podem ter valor e aos quais a seguradora precisa de dar um destino adequado.

O projeto Salvados tem vindo a evoluir de forma consistente, alcançando em 2025 etapas importantes do seu desenvolvimento. O projeto-piloto em Coimbra, com a The Loop, uma das vencedoras do programa de aceleração de *startups* da Fidelidade - Protechting, permitiu testar e otimizar procedimentos, servindo de base à expansão da experiência a outros distritos.

O objetivo é criar uma rede sólida que promova a economia circular, o consumo sustentável e a valorização de recursos, transformando artigos considerados “sem valor” em novas oportunidades de utilização ou comercialização, com impacto económico e social positivo.

Nesta fase de implementação, decorre a recolha e triagem de artigos para o armazém, avaliando o seu estado e potencial de reutilização. Este processo já permitiu encaminhar diversos materiais para reciclagem e identificar artigos com valor de revenda ou doação. Este percurso representa apenas o início de uma iniciativa com grande potencial de impacto ambiental e social, reforçando o compromisso da Fidelidade com a sustentabilidade e a responsabilidade na gestão de bens salvados.

Mobilidade sustentável

A Fidelidade tem vindo a apostar na mobilidade com **dois objetivos fundamentais:**

- **Alteração para uma frota mais ecológica**

O Grupo, de forma gradual, tem vindo a traçar a sua jornada de transformação da frota automóvel, encontrando-se a efetuar a substituição gradual dos veículos de motor de combustão por viaturas elétricas ou híbridas.

PORTUGAL

60%
DE VEÍCULOS ELÉTRICOS E PLUG-IN
+ 9 p.p. do que em 2024

33%
VEÍCULOS ELÉTRICOS

27%
VEÍCULOS PLUG-IN

- **Redução das viagens de negócio**

Com o objetivo de reduzir as viagens de negócio, o Grupo procedeu à revisão das suas rotinas de deslocação na prestação de serviços ao cliente, definindo medidas para a sua minimização, como por exemplo substituindo as reuniões presenciais por digitais. Foi também realizado um esforço de redução das viagens de avião, pela sua elevada pegada carbónica, permitindo assim uma redução substancial das emissões relativas a esta tipologia de viagens.

Responsabilização e sensibilização ambiental

No âmbito da **responsabilização e sensibilização ambiental**, o Grupo Fidelidade reconhece que o sucesso na concretização dos compromissos depende do **esforço coletivo de todos os envolvidos no negócio.** Assim, são promovidas **ações de sensibilização e capacitação ambiental dos colaboradores.** Neste âmbito, em 2025, foi promovido um programa de formação dirigido a executivos, iniciativas de voluntariado corporativo e a consciencialização ambiental dos colaboradores através de instrumentos de comunicação interna.

Além disso, é feita uma aposta no **envolvimento com outros *stakeholders***, apoiando e financiando iniciativas que promovem a sustentabilidade e respetiva sensibilização entre os diversos agentes económicos. Por exemplo, tem sido desenvolvido trabalho ao nível do *procurement* sustentável em linha com o estabelecido na Política de *Procurement* Sustentável.

Semana da sustentabilidade

Sob o mote "We Prepare the Future", a Fidelidade assinalou o Dia Nacional da Sustentabilidade com uma semana dedicada à partilha de conhecimento e à reflexão sobre práticas sustentáveis que impactam o dia a dia do Grupo. A agenda dos 5 dias foi preenchida com sessões presenciais e *online* que incluíram *talks, roundtables*, *workshops* e ações de voluntariado distribuídas por Lisboa, Porto e Évora, reunindo um total de cerca de duas mil inscrições. Esta iniciativa deu voz a cerca de 30 participantes – entre colaboradores, parceiros e especialistas – promovendo a partilha de conhecimento sobre temas atuais como a saúde mental, literacia financeira e a longevidade. Alinhada com a sua estratégia de sustentabilidade, a Fidelidade reforçou o seu papel como agente mobilizador, inspirando os participantes na construção de um futuro mais consciente, inclusivo e sustentável.

4.3. Inovação e digitalização

4.3.1. Modelo de inovação

Em 2025, a inovação e a digitalização continuaram a ser pilares estratégicos da Fidelidade, impulsionando a **transformação do setor segurador e a criação de valor sustentável** para clientes, parceiros e sociedade. Num contexto de evolução acelerada e crescente volatilidade, o nosso modelo de inovação combina **metodologias ágeis e equipas multidisciplinares** para garantir flexibilidade, rapidez e resultados tangíveis. Esta abordagem permite ultrapassar incertezas técnico-científicas, reduzir o tempo de desenvolvimento e assegurar testes rigorosos antes da entrada em produção, garantindo soluções robustas e seguras.

O modelo está alinhado com os eixos estratégicos da Fidelidade e responde a três grandes objetivos: **fortalecer a competitividade, garantir um crescimento sustentável e oferecer experiências únicas aos clientes**. Para isso, **investimos continuamente em investigação, desenvolvimento e inovação, modernizando processos internos**, reduzindo custos e aumentando a produtividade, ao mesmo tempo que exploramos novas oportunidades de negócio.

Dois centros especializados são motores desta transformação: o Center for Transformation (CfT), que explora oportunidades *beyond insurance,* desenvolvendo soluções disruptivas que respondem às necessidades emergentes da sociedade; e o Center for Artificial Intelligence and Analytics (CAA), dedicado à criação de soluções avançadas baseadas em IA — incluindo **IA generativa, *machine learning e*** **analítica preditiva** — que permitem antecipar riscos, otimizar operações e desenvolver novas arquiteturas tecnológicas.

Inovação e ecossistemas estratégicos da Fidelidade

Negócio Segurador

Beyond Insurance

Saúde | Casa | Mobilidade | Poupança | Animais | Longevidade

LUZ SAÚDE
Vitality
ANTAS CLÍNICA FISIÁTRICA

FIXO FIDELIDADE
FIDELIDADE PROPERTY
GEP GESTÃO DE PERITAGENS S.A.

CAR SERVICE FIDELIDADE
FIDELIDADE DRIVE
AutoDigital

The Prosperity Company
FIDELIDADE MYSAVINGS
TENAXCAPITAL Asset Management
FinEasy Grupo Fidelidade

MyPets
VETERINÁRIOS SOBRE RODAS

Sofia

4.3.2. Inovação no negócio segurador

Em 2025, o setor segurador aprofundou a sua transformação digital, impulsionada pela adoção de tecnologias emergentes que tornam os serviços mais ágeis, personalizados e seguros. A Fidelidade reforçou a sua posição de liderança através da continuação da aposta em iniciativas estruturadas tais como **personalização, eficiência operacional, transformação digital, inovação tecnológica e segurança digital.**

Ao longo de 2025, a Fidelidade reforçou a sua aposta nas iniciativas já implementadas, **aperfeiçoando e expandindo as suas principais ofertas** para maximizar a eficiência e a inovação e otimizar a experiência do cliente. Projetos como a **automatização da gestão de sinistros automóveis (Leitura DAAA)**, o **sistema de reembolso automático de despesas de saúde (*invoice reader*), aplicação *Contact IA*, *Next Best Action*** e o **projeto de georreferenciação patrimonial** estão entre os projetos que foram aprimorados no ano de 2025.

Knowledge IA

O Knowledge IA (KIA) é a estratégia de gestão de conhecimento da Fidelidade, desenvolvida pelo CAA e suportada por tecnologias inovadoras **como IA Generativa, pesquisa semântica e RAG** (Retrieval--Augmented Generation). Criado para centralizar e ativar o conhecimento institucional, o KIA responde ao desafio da fragmentação da informação, acelerando o acesso a dados críticos e fortalecendo a tomada de decisão e a autonomia digital das equipas. Com uma base segura, interface intuitiva e funcionalidades avançadas, incluindo **assistente conversacional, criação de conteúdos e integração com sistemas internos**, o KIA tem proporcionado ganhos operacionais significativos, como **redução do tempo médio de atendimento e aumento da produtividade**. Posiciona-se como um pilar da transformação digital, promovendo eficiência, qualidade de serviço e sustentabilidade.

Contact IA

O *Contact* IA é uma plataforma avançada que redefine a forma como gerimos as interações com clientes, utilizando IA para **extrair *insights*, automatizar tarefas e aumentar a eficiência** dos *contact centers*. Concebida para apoiar mediadores e gestores, integra análises multicanal, tais como chamadas, *e-mails* e outros, com automação inteligente, reduzindo trabalho manual e acelerando processos. Funcionalidades como IVR (*Interactive Voice Response*) de voz natural e automação de *e-mails* permitem triagens rápidas e encaminhamento preciso, garantindo **um atendimento mais ágil e personalizado**. No setor segurador, onde rapidez e clareza são essenciais, o *Contact* IA posiciona a Fidelidade na vanguarda da inovação, promovendo uma **experiência centrada no cliente, redução de custos operacionais e maior autonomia** digital das equipas.

Aplicação geográfica de risco

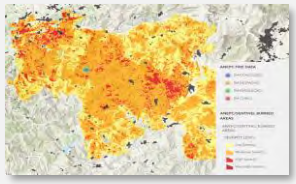
A solução geográfica desenvolvida pela Fidelidade representa um **avanço estratégico na gestão da exposição da carteira patrimonial a riscos naturais**. Com uma interface intuitiva, permite avaliar a vulnerabilidade de qualquer localização em Portugal a fenómenos como incêndios, cheias, tempestades ou sismos, cruzando dados georreferenciados com a carteira ativa. É um instrumento crítico para decisões de subscrição, tarifação e prevenção, consolidando informação de múltiplas fontes e **oferecendo uma visão territorial única**. Esta abordagem reforça a capacidade de **antecipar impactos e atuar proativamente num cenário de crescente volatilidade** climática, promovendo maior **precisão, rapidez e consistência** na gestão de risco.

NBA (Next Best Action)

Em 2025, foi reforçada a aposta no **projeto NBA B2C e B2B**, uma iniciativa estratégica que está a transformar a forma como interagimos com clientes particulares e pequenos negócios. Suportado por sistemas avançados de *machine learning*, o projeto **identifica**, em cada interação, a **ação mais relevante, elevando a personalização e enriquecendo** continuamente a oferta *outbound e inbound*. Com base em mais de **40 modelos analíticos**, incluindo *cross-sell, churn, up-sell e upgrade*, foram recomendadas mais de 200 mil ações em 2025, ajustadas às necessidades específicas de cada cliente no momento certo.

Monitorização de eventos naturais extremos

A solução de monitorização de eventos naturais da Fidelidade moderniza a gestão de risco patrimonial, avaliando quase em tempo real o impacto de fenómenos extremos através de imagens de satélite, dados meteorológicos e inteligência geoespacial. Com alertas automáticos e integração com sistemas internos, permite **identificar áreas de maior exposição**, **estimar perdas e apoiar decisões estratégicas** com maior rigor, reforçando a resiliência da carteira face à crescente volatilidade climática.



A aposta da Fidelidade em inovação e tecnologia aplicada ao negócio traduziu-se em projetos que reforçam um modelo cada vez **mais inteligente, integrado e centrado nas pessoas**. Entre os exemplos estão soluções alavancadas em inteligência artificial, como **Kirontech e LoopOS**, que permitem otimizar processos e melhorar a experiência do cliente. O seguro de viagem **Just in Case**, comercializado *online*, continua a ser uma referência na oferta digital.

Apólices para grupos de amigos

O **Just in Case** desbloqueou as apólices para grupos de amigos, permitindo **contratar seguros para pessoas fora do agregado familiar.**

A **oferta** tornou-se mais **flexível** e a **experiência** do cliente mais **simples e digital.**

Just in Case
INSURED BY FIDELIDADE

Análise inteligente de fraudes

A Multicare testou a solução da **Kirontech**, *startup* de IA do portefólio dos fundos de *venture capital* em que investimos, para **deteção de fraude, desperdício e abuso em saúde**.

Após um projeto **piloto bem-sucedido**, a solução evoluiu para **contrato comercial.**

Kirontech

Gestão circular de salvados

Através do **XLAB**, surgiu a **parceria com a LoopOS** para **otimizar a gestão e valorização de salvados.**

A plataforma assegura a recolha, armazenamento e revenda de bens, **promovendo eficiência e sustentabilidade.**

LoopOS

4.3.3. Inovação *beyond insurance*

Num contexto de transformação acelerada, antecipar tendências e responder às expetativas dos consumidores **é um fator crítico para criar valor de forma sustentável.**

Em 2025, o Grupo Fidelidade reforçou a sua visão *beyond insurance*, consolidando a inovação como pilar estratégico e motor de transformação.

O Center for Transformation (CfT) continua a ser o núcleo para identificar, desenvolver e implementar ideias que moldam o futuro, apoiado por um ecossistema robusto que integra Novas Ventures, Inovação Aberta e *venture capital*.

Esta abordagem integrada traduz-se na capacidade de transformar desafios em soluções concretas, redefinindo o setor com criatividade, visão estratégica e uma proposta de valor diferenciadora.

Novas Ventures	A Fidelidade desenvolve e expande projetos inovadores em ecossistemas estratégicos, reforçando a diversificação do portefólio e a exploração de novas oportunidades de crescimento.
Inovação Aberta	A organização promove colaboração e criatividade, impulsionando ideias disruptivas para antecipar necessidades e tendências de mercado.
Venture Capital	Foram criadas parcerias com empresas de *venture capital* para apoiar projetos inovadores, promovendo acesso a soluções emergentes e novas oportunidades de negócio.

Novas Ventures

As novas *ventures* do Grupo Fidelidade continuam a desempenhar um papel essencial na estratégia de inovação, explorando ecossistemas e áreas emergentes com elevado potencial de crescimento e oportunidades disruptivas. Em 2025, o foco concentrou-se em três áreas estratégicas: **ecossistema da casa, seguros *on-demand* e ecossistema da longevidade**, reforçando o compromisso com soluções transformadoras que moldam o futuro dos serviços.

Just in Case – INSURED BY FIDELIDADE

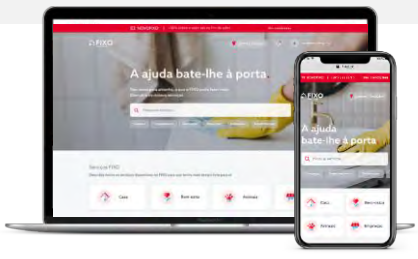
Plataforma *que* oferece seguros *on-demand* através de um canal único e integrado, com propostas adaptadas a diferentes segmentos e necessidades emergentes.

Sofia

Plataforma digital dedicada ao segmento sénior e à sua rede, disponibilizando um portefólio holístico de serviços baseado numa relação de proximidade e acompanhamento constante.

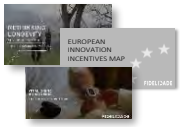
FIXO – FIDELIDADE

Plataforma digital que oferece mais de 80 serviços domésticos, com funcionalidades como estimativas de preço, agendamento e pagamento integrado, suportada por uma rede de profissionais qualificados que garantem qualidade e assistência contínua.



Inovação Aberta

A **inovação aberta** no Grupo Fidelidade evoluiu para um modelo ainda mais integrado, potenciando **criatividade, conhecimento e colaboração** em todas as áreas. Em 2025, reforçámos iniciativas que conectam talentos internos e parceiros externos, acelerando o desenvolvimento de **soluções que geram valor e consolidam a posição do Grupo na liderança da transformação do setor segurador.**

Alimentar o Grupo com *insights* e conhecimento sobre temas disruptivos e inovadores	Pitch Please  Artigos Trend Radar
Potenciar a capacidade da organização para pensar de forma criativa e diferenciadora	Design estratégico & UX/UI FID Testers
Fomentar a colaboração interna e desbloquear potencial de inovação	Programas de Inovação: XLAB POWERED BY CFT; IDEA 4 INNOVATION. Colaboração com áreas de negócio e de suporte: MULTICARE FIDELIDADE; ok! seguros
Integrar o poder inovador dos ecossistemas externos no Grupo	Protechting open innovation program; LUZ SAÚDE; FOSUN 复星

Destacam-se dois programas que reforçam a aposta do Grupo na inovação: **o Protechting**, que atua como ponte entre a organização e o ecossistema global de *startups*, acelerando soluções que fortalecem a proposta de valor e posicionam o Grupo na vanguarda do setor, e o **Idea4Innovation**, iniciativa que promove a geração e implementação de ideias transformadoras através da colaboração ativa entre equipas e parceiros, com foco em criar impacto real e sustentável.

O **Protechting** identifica e testa *startups* de alto potencial com o intuito de aprimorar as ofertas do Grupo e consolidar a sua liderança em inovação.

7 edições bem-sucedidas, com a 8ª em curso

+1.700 candidaturas

+60 países

20 pilotos e provas de conceito (POCs)

Benefícios para as *startups:*

- Pilotos e POCs pagos
- *Roadshow* na China
- Exposição a *players* de Capital de Risco
- Negócios comerciais
- Acesso a especialistas

O projeto **Idea4Innovation**, inspirado pelo **XLAB**, impulsiona a criatividade e a inovação em Cabo Verde através da colaboração entre a Fidelidade e a Garantia, promovendo a colaboração, a validação e a implementação de ideias inovadoras.

5 Bootcamps

4 Meses

3 Desafios

- Bem-estar Interno
- Otimização de Processos
- Âmbito do Produto de Seguro de Viagem

Venture Capital

A evolução da estratégia *beyond insurance* manteve-se uma prioridade para o Grupo, com iniciativas que reforçam a inovação e a diversificação. Em 2025, foram mantidos os programas previamente calendarizados, incluindo a colaboração com a **Shilling** e a **Big Start Ventures** por meio da participação nos **Founders e Opportunity Funds** e no **Start Ventures Fund**, respetivamente.

O Grupo reforçou ainda a sua aposta em *venture capital*, investindo no **Mundi Ventures Fund**, um fundo focado em *insurtechs* em fase de crescimento, particularmente em rondas *Series A* e *Series B*. O fundo apoia soluções tecnológicas que transformam a cadeia de valor do setor segurador, promovendo empresas com modelos digitais escaláveis e elevado potencial de internacionalização.

Em maio de 2025, a Fidelidade destacou-se também pelo **investimento direto na *startup* espanhola Recomotor**, especializada na reutilização de peças automóveis recicladas, reforçando o compromisso com soluções sustentáveis e novas oportunidades de negócio.

Estratégia de IA

A Fidelidade tem alcançado progressos significativos em áreas como **IA, sustentabilidade, envelhecimento ativo, tecnologias aplicadas aos seguros e edifícios inteligentes**. Mais do que acompanhar a mudança, a Fidelidade molda o futuro do setor, equilibrando a evolução do negócio *core* com a exploração de novas fronteiras, sempre com um foco claro na **criação de valor sustentável e impacto positivo**.

A Fidelidade definiu uma estratégia clara e estruturada para a adoção de IA, com o objetivo de transformar a forma como opera, interage com os clientes e gera valor. Esta estratégia está alinhada com os objetivos de longo prazo do Grupo e com os princípios éticos, legais e organizacionais. Existem, desta forma, **seis pilares fundamentais** de acordo com essa estratégia:

Foco no cliente
Foco na melhoria da experiência do cliente, através de soluções personalizadas, ágeis e seguras

Ética e justiça no uso de IA
Garantia de que os modelos de IA são justos, transparentes e livres de enviesamentos discriminatórios

Privacidade e segurança dos dados
Conformidade com o AI Act e RGPD [1], assegurando a proteção dos dados dos clientes e colaboradores

Alinhamento com o negócio
Alinhamento dos projetos de IA com os objetivos do Grupo, promovendo eficiência e rentabilidade

Escalabilidade e sustentabilidade
Desenvolvimento de soluções escaláveis e sustentáveis, com impacto positivo a longo prazo

Colaboração e equipas multifuncionais
Promoção de uma cultura colaborativa e multidisciplinar, com capacitação contínua das equipas

[1] Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados: Regulamento da União Europeia que define as regras para o tratamento, proteção e circulação de dados pessoais, reforçando os direitos dos titulares e as obrigações das organizações.

4.3.4. Transformação tecnológica

No decorrer do ano de 2025, o Grupo Fidelidade consolidou a sua transformação tecnológica, reforçando a modernização e otimização das operações internas. A estratégia assenta numa **arquitetura digital integrada**, suportada por soluções híbridas e iniciativas estruturais em ***IT*, *cloud*, inteligência artificial e plataformas estratégicas**, garantindo alinhamento com as melhores práticas e foco competitivo.

Entre os marcos mais relevantes destacam-se:

- **Conclusão da seleção do fornecedor *cloud***, simplificando arquiteturas, otimizando aplicações e melhorando escalabilidade e performance. A automação em *FinOps* reforça o controlo de custos, enquanto a estratégia *DevSecOps* acelera desenvolvimento e segurança;
- **Reforço do *IT* corporativo com processos padronizados, centralização de funções críticas e criação de Centros de Excelência** para plataformas estratégicas, incluindo tecnologias *low code* já implementadas em várias geografias;
- **Evolução da arquitetura de dados e analítica para um modelo escalável**, potenciando iniciativas como **GenAI, Copilot** e novas ferramentas de *reporting*, com dados posicionados como pilar central da estratégia;
- **Migração de sistemas para OutSystems** e adoção de tecnologias como HubSpot para melhorar eficiência, performance e SEO;
- **Investimento contínuo em I&D** e **inovação em inteligência artificial**, aplicando-a a casos concretos de negócio;
- Adaptação à norma IFRS 17, garantindo transição fluida e sem impacto operacional.

Entre as soluções disruptivas, **destaca-se o GAMA,** centrado na aceleração e automação do processamento de faturas de prestadores de saúde para a Fidelidade Ímpar e Fidelidade Angola. A iniciativa ambiciona alcançar **uma redução até 70% no tempo de extração de dados**, **20–35% de automação de tarefas** e uma diminuição significativa dos custos de *outsourcing.*

Outras iniciativas merecedoras de destaque foram o programa FOCUS Data & Analytics e o Cúmulo de Risco.

Programa FOCUS Data & Analytics

O **programa FOCUS Data & Analytics** é uma iniciativa estratégica que está a redefinir a forma como a Fidelidade utiliza os dados para impulsionar o crescimento e acelerar a inovação. Mais do que uma simples evolução tecnológica, representa uma **transformação profunda, rumo a uma organização mais ágil, resiliente e verdadeiramente orientada por dados**.
Ao reimaginar a estratégia de dados, a Fidelidade desbloqueará ganhos de produtividade, reforçará as competências dos utilizadores de negócio e modernizará processos críticos. O programa promove maior autonomia, convertendo utilizadores em participantes ativos num **ecossistema analítico robusto**, alicerçado numa arquitetura moderna e em ações de formação focadas que elevam a literacia de dados e as capacidades de *reporting*.
O FOCUS Data & Analytics reforça o **papel central dos dados como ativo estratégico**, garantindo que estejam acessíveis e acionáveis em todas as áreas, quebrando silos, estimulando a colaboração e potenciando decisões mais fundamentadas. Com uma governação sólida e apoio de analítica avançada, desafiará os modelos tradicionais de decisão, permitindo escolhas mais rápidas, inteligentes e alinhadas com os objetivos estratégicos.

Cúmulo de Risco

A adoção de tecnologias avançadas, como **sistemas de informação geográfica** (SIG) e a incorporação de **dados georreferenciados** nos processos de negócio, permitiu automatizar atividades manuais críticas para a operação da Companhia. Um exemplo particularmente relevante é o processo anual exigido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), que obriga à identificação da **zona do território nacional com maior concentração de capital segurado num raio de 200 metros** (Cúmulo de Risco), considerando todas as apólices patrimoniais ativas com cobertura de incêndio.
Com a implementação da nova solução geoespacial, este procedimento passou a ser realizado de forma significativamente mais eficiente, **reduzindo o tempo de obtenção de resultados de vários dias para apenas alguns minutos**. Para além da aceleração do processo, a solução assegura um **nível superior de precisão, fiabilidade e rigor na informação reportada ao regulador**. Esta evolução reforça a conformidade regulatória, melhora a análise de risco e demonstra a maturidade tecnológica da Companhia, evidenciando o impacto concreto da integração da inteligência geográfica na gestão do negócio.

4.4. Reconhecimentos e prémios

Em 2025, o Grupo Fidelidade reforçou o seu compromisso com a **excelência, a inovação e a sustentabilidade**, consolidando a sua posição como **referência no setor segurador**. Este empenho foi amplamente reconhecido através de prémios e distinções atribuídos por consumidores, parceiros e entidades do setor, que destacaram a relevância e o impacto das iniciativas desenvolvidas ao longo do ano. Estes reconhecimentos refletem a dedicação contínua do Grupo em responder às **necessidades e expectativas dos seus *stakeholders***, promovendo uma **atuação responsável**, orientada para criar **valor duradouro e impacto positivo** na sociedade.

Reputação

MARCA DE CONFIANÇA

Em 2025, a Fidelidade foi reconhecida, pelo **24º ano** consecutivo, como Marca de Confiança nas categorias de "Seguros Automóvel" e "Seguros de Vida e Patrimoniais", enquanto a Multicare foi eleita **Marca de Confiança pelo 9º ano** na categoria de "Seguros de Saúde".
Este reconhecimento reforça a confiança dos clientes e parceiros e sublinha o compromisso do Grupo em continuar a desenvolver soluções de proteção inovadoras, adaptadas às necessidades presentes e futuras, mantendo um papel transformador para a sociedade e gerando valor sustentável.

ESCOLHA DO CONSUMIDOR

No âmbito da 13ª edição dos prémios "Escolha do Consumidor", a Fidelidade foi eleita, em 2025, pelo **11º ano consecutivo**, na categoria "Seguros", com uma classificação global de **83%**.
A Multicare, por sua vez, conquistou o prémio pelo **6º ano consecutivo** na categoria "Sistemas de Saúde", com uma pontuação de 70%, destacando-se pela clareza e transparência da sua comunicação.
Além disso, a ok! seguros obteve 84,6% na categoria de seguros diretos, sendo muito valorizados atributos como a simplicidade no atendimento, as opções de cobertura e a assistência 24h.

APCC BEST AWARDS

A **Fidelidade** e a **Multicare** foram novamente reconhecidas pela APCC Best Awards, pelo **8º ano** consecutivo. A Fidelidade recebeu a distinção de ouro na categoria de "**Seguros**", enquanto a Multicare recebeu as distinções de prata e cobre nas categorias "**Saúde**" e "**Melhor contact center**" respetivamente.

Este prémio reconhece organizações que adotam boas práticas em contact centers em Portugal, valorizando gestão estratégica, operacional e tecnológica, bem como o capital humano, contribuindo para a evolução e reconhecimento do setor.

GREAT PLACE TO WORK

A Fidelidade, juntamente com **outras 6** empresas do Grupo em Portugal, foi reconhecida como **Great Place to Work** em 2025. No total, o Grupo Fidelidade **certificou 22** empresas a nível mundial (mais 3 que em 2024): **15 empresas internacionais**, espalhadas por nove geografias onde o grupo está presente (+1 vs. 2024), e **7 empresas** em Portugal.

PRÉMIO BEST REPUTATION INDUSTRY PELA ONSTRATEGY

Em 2025, a Fidelidade foi considerada a 13ª marca mais valiosa de Portugal no ranking das 100 marcas mais valiosas, elaborado pela consultora OnStrategy. No mesmo *ranking*, a Multicare alcançou a 73ª posição. Esta distinção assenta numa metodologia certificada pelas normas ISO 20671 e ISO 10668.

ESCOLHA ACERTADA – DECO PROteste

Em 2025, o seguro "ok! viagem/DECO", desenvolvido no âmbito de uma parceria entre a ok! seguros e a DECO, foi distinguido pela DECO PROteste com o selo "Escolha Acertada". Esta distinção evidencia a **qualidade e competitividade do produto**, destacando-se pela sua sólida relação custo-benefício e por coberturas ajustadas às necessidades dos consumidores.

PRÉMIOS HUMAN RESOURCES

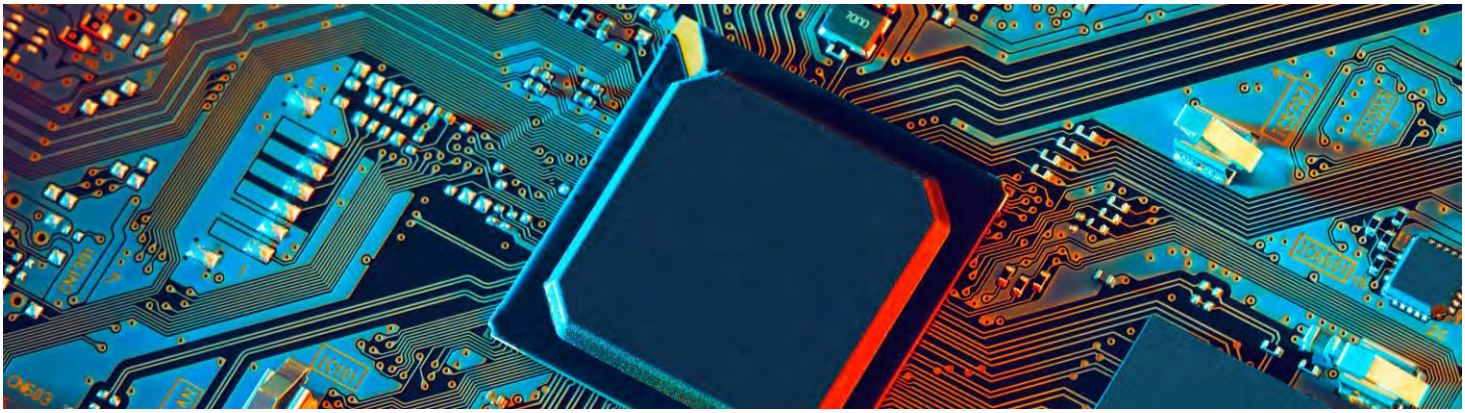
Na 14ª edição dos Prémios Human Resources, a Fidelidade foi distinguida como a empresa que promove os melhores eventos internos e voltou a ser reconhecida como a organização que melhor promove o bem-estar, na categoria **"Well-being".**

LITERACIA FINANCEIRA

O **programa Finanças para Todos**, desenvolvido pela Fidelidade em parceria com a Nova SBE, venceu o prémio "**Best non-profit Adult Education Project**" nos **Money Awareness and Inclusion Awards 2025**, um prémio internacional que reconhece as melhores iniciativas mundiais nas áreas da literacia financeira e da inclusão económica.

PRÉMIO *MARKETEER*

Na 17ª edição dos Prémios *Marketeer* 2025, a **Fidelidade** conquistou o 1º lugar na categoria "**Seguros**", um reconhecimento que distingue as marcas, empresas e personalidades de maior destaque no panorama português.



Inovação

PORTUGAL DIGITAL AWARDS

A Fidelidade foi distinguida com o prémio **"Best Insurance Project"** na 10ª edição dos Portugal Digital Awards, uma iniciativa que reconhece os projetos de transformação digital mais relevantes em Portugal. O prémio foi atribuído ao projeto **Sofia**, uma plataforma digital inovadora criada para apoiar a população sénior, as suas famílias e cuidadores. A solução disponibiliza **serviços de saúde e apoio domiciliário, bem-estar personalizado e assistência** para tarefas diárias.

Reconhecimento global

América latina

Peru | La Positiva

Pelo terceiro ano consecutivo, a La Positiva foi reconhecida como uma **Great Place to Work**.

A empresa foi reconhecida com o **selo ABE**, sendo este entregue pela **Asociación de Buenos Empleados** da **AmCham Peru** em parceria com a **SGS.**

A campanha de marca de La Positiva foi premiada na categoria 'Filme' **do FEPI 2025**, o primeiro festival internacional da publicidade independente.

A medição da pegada de carbono da La Positiva foi reconhecida pela plataforma **Huella de Carbono Peru do MINAM (Ministerio del Ambiente).**

Chile | FID Seguros

A FID Chile obteve o **5º lugar** na categoria de médias empresas na pesquisa **Building Happiness by Buk**. Adicionalmente, a empresa foi certificada tanto por cumprir o critério mínimo de representatividade das respostas como por alcançar um NHS global superior a 70%.

Pelo terceiro ano consecutivo, a FID Chile obteve a certificação **Great Place to Work**.

A empresa obteve o **14º lugar** no ranking das **Melhores Empresas para Profissionais** com menos de 35 anos, de acordo com o estudo Employers for Youth.

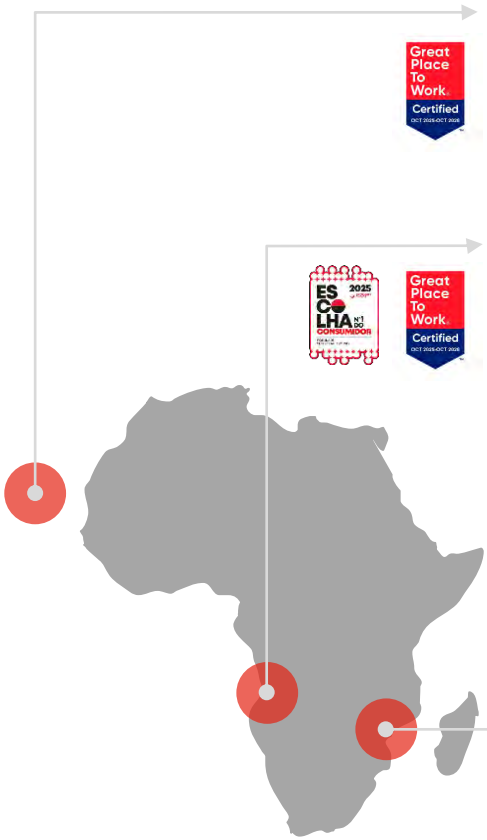
Bolívia | Alianza

Pelo 13º ano consecutivo, a Alianza é reconhecida como a **melhor empresa** de seguros gerais e a melhor empresa de seguros pessoais no ranking de marcas do **Bolivian Business.**

A Alianza obteve a certificação **Great Place to Work**.

A Alianza conseguiu ainda obter o **2º lugar** na iniciativa **Soy empleador líder.**

África



Cabo Verde | Garantia

A Garantia Seguros foi homenageada pela Workplace Wellbeing Cabo Verde no encerramento da III Edição da sua cimeira, designadamente com a **certificação Great Place to Work**.

Angola | Fidelidade Angola

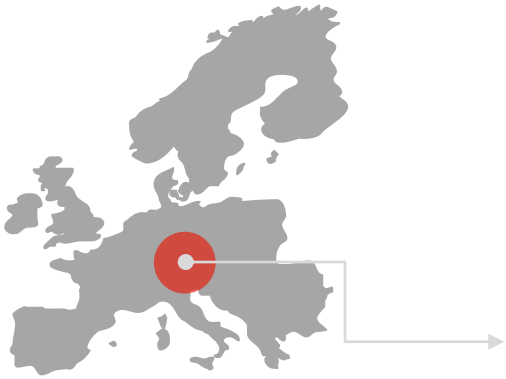
Os consumidores angolanos distinguiram a Fidelidade Angola como a **Escolha do Consumidor 2025**, na categoria de **Seguro Automóvel**.

Foi também reconhecida como uma empresa **Great Place to Work**.

Moçambique | Fidelidade Moçambique

Obteve a distinção com o selo **Great Place to Work.**

Europa



Liechtenstein | The Prosperity Company

A Liechtenstein Life Assurance destacou-se como **líder na análise de 20 apólices** de fundos baseados em ETFs no mercado alemão, obtendo a maior pontuação e classificação **TOP-Rating**.

Ásia

Macau | Fidelidade Macau

A Fidelidade Macau foi premiada com o **prémio de excelência** em responsabilidade social corporativa nos **Business Awards Macau**.

O MODELO DE GOVERNO

5.1. Estrutura acionista

A informação relativa à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., sobre o Governo da Sociedade, consta, de forma desenvolvida, do **Relatório do Governo da Sociedade**, respeitante ao exercício de 2025, elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do nº1 do artigo 35º da Norma Regulamentar nº 4/2023 – R, de 11 de julho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). O referido Relatório, para o qual se remete e que constitui um anexo ao presente Relatório, explicita, de forma clara e transparente, à luz das regras em vigor, os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

ESTRUTURA ACIONISTA

A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., líder do Grupo Fidelidade, conta com dois acionistas de referência que asseguram estabilidade e impulsionam o crescimento sustentável e a consolidação no mercado.

Grupo Fosun
84,9892%

Um dos maiores conglomerados privados chineses, com presença internacional, cotado, através da Fosun International Limited, na Bolsa de Hong Kong. Detém participações em diversos setores, como seguros, banca, indústria farmacêutica e turismo.

Caixa Geral de Depósitos
15%

Fundado em 1876, é um banco detido pelo Estado português e, atualmente, uma das maiores instituições financeiras em Portugal, com cerca de 4 milhões de clientes.

Restantes acionistas
0,0108%

Consideram-se neste grupo os colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (0,0026%) e as ações próprias (0,0082%).

ESTRUTURA DE GOVERNO

A estrutura de governo do Grupo Fidelidade assegura a gestão estratégica e operacional com resiliência face aos desafios do setor, garantindo um desempenho sustentado baseado em **valores éticos, transparência e mecanismos robustos de controlo interno e gestão de risco**. A **Assembleia Geral** elege o **Conselho de Administração**, que delega na **Comissão Executiva** a gestão corrente, contando ainda com órgãos como o **Conselho Fiscal e SROC**, Comissões de **Remunerações e Investimentos**, e comités especializados **(Produtos, Risco, Gestão de Ativos e Passivos, Sustentabilidade)**.

A nomeação dos administradores segue o Código das Sociedades Comerciais e normas legais aplicáveis, **promovendo diversidade de perspetivas, nacionalidades e backgrounds académicos e profissionais** para impulsionar o progresso contínuo da sociedade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia

VICE-PRESIDENTE
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

VOGAIS
André Simões Cardoso
António Manuel Marques de Sousa Noronha
Carlos António Torroaes Albuquerque
Donghui Pan
Hui Chen
Jiefei Wang
José João Guilherme
Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Lingjiang Xu
Maria João Vellez Caroço Honório Paulino de Sales Luís
Miguel Barbosa Namorado Rosa
Miguel Barroso Abecasis
Nuno Alexandre de Carvalho Martins
Sijie Dong
Tao Li

Para maior detalhe sobre as competências de cada um dos órgãos sociais consultar o Relatório sobre o Governo da Sociedade.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE
Nuno Azevedo Neves

SECRETÁRIO
Paula Cristina Rodrigues Morais

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE
Jorge Manuel de Sousa Marrão

VOGAIS
Pedro Antunes de Almeida
Teófilo César Ferreira da Fonseca

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Manuel Alexandre Veríssimo da Luz, ROC

SECRETÁRIA DA SOCIEDADE

EFETIVA
Maria Isabel Toucedo Lage

SUPLENTE
Carla Cristina Curto Coelho

Comissão Executiva

Rogério Campos Henriques
Presidente

Pelouros
Estratégia
Pessoas e Organização
Tecnologia e Suporte ao Negócio
Sustentabilidade
Marketing
Business Agility
Conduta de Mercado
Seguros de Saúde (Multicare)

António de Sousa Noronha
Vogal

Pelouros
Direções Comerciais
Vida Financeiro
Distribuição

Sijie Dong
Vogal

Pelouros
Investimentos

André Simões Cardoso
Vogal

Pelouros
Operações Internacionais
Coordenação de Mercado de Capitais, Fusões e Aquisições
Investor Relations

Thomas Chen
Vogal

Pelouros
Gestão de Risco
Gestão de Capital
Contabilidade

Juan Arsuaga Serrats
Vogal

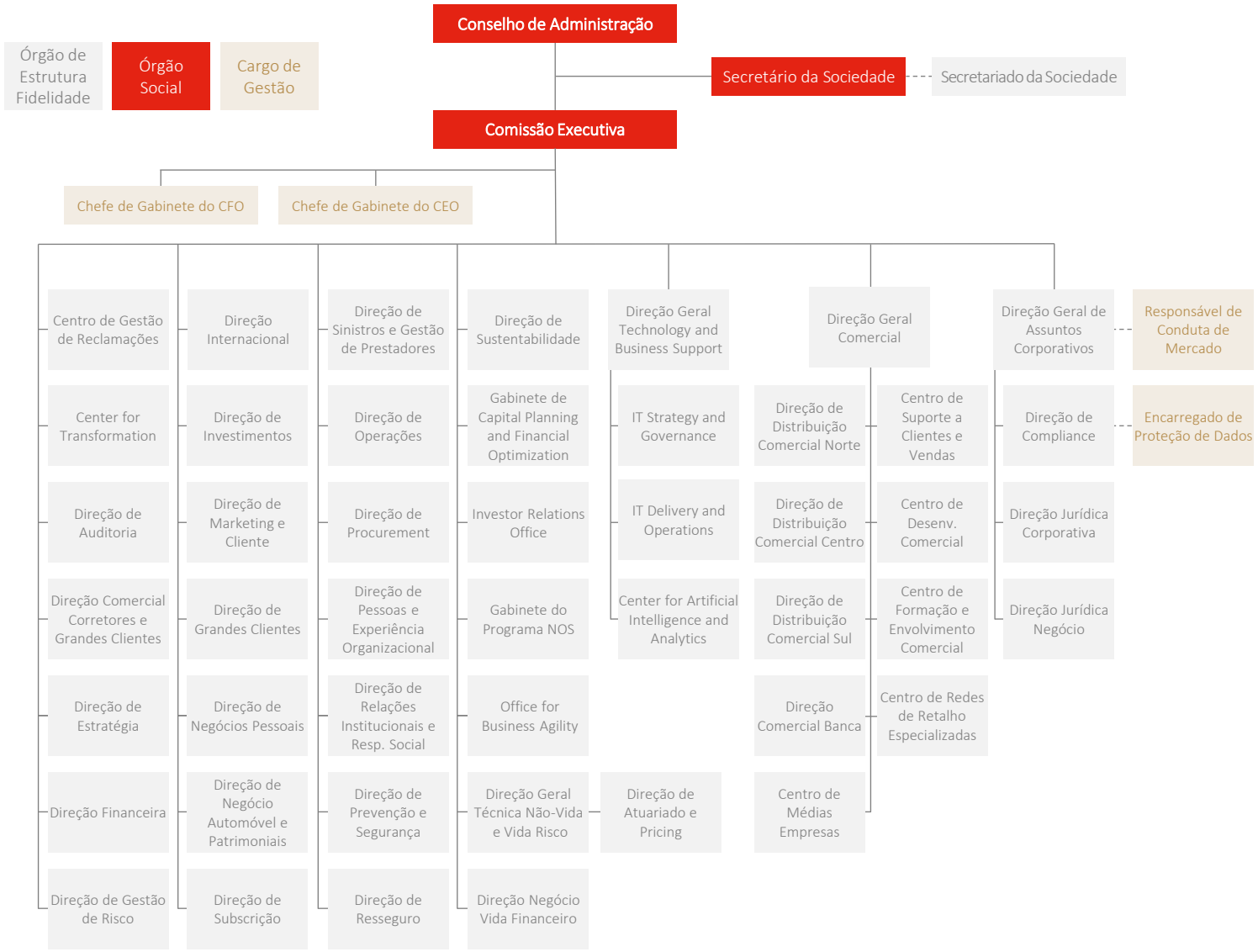
Pelouros
Negócios Grandes Clientes
Resseguro
Operações

Miguel Abecasis
Vogal

Pelouros
Negócio Automóvel e Patrimoniais, Pessoais e Vida Risco
Inovação
Atuariado e *Pricing*
Subscrição
Sinistros e Gestão de Prestadores
Procurement

5.2. Organograma e normativos internos

Organograma da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.



Normativos internos

A crescente complexidade legal, regulatória e organizacional tem sido acompanhada pela **implementação de sistemas de governação** robustos, adequados à **dimensão e natureza das atividades**. Para isso, foi criado um conjunto de políticas e normativos internos que estruturam o modelo de governação, assente nos sistemas de **gestão de risco e controlo interno**. Tais políticas e normativos internos são, nomeadamente, os seguintes:

- Política de Antissuborno e Corrupção AQUI
- Política e Manual de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo AQUI
- Política de Prevenção, Deteção e Reporte de Situações de Fraude nos Seguros
- Política Interna de Seleção e Avaliação (*Fit & Proper*) AQUI
- Política de *Fit & Proper* para a Atividade de Distribuição de Seguros e de Resseguros
- Política de Controlo Interno
- Política de Gestão de Risco
- Política de Gestão de Risco Ativo-Passivo e de Liquidez
- Política de Gestão de Risco Operacional
- Política de Autoavaliação dos Riscos e da Solvência
- Política de Cumprimento (*Compliance*)
- Política de Envolvimento AQUI
- Política de Comunicação de Irregularidades AQUI
- Política de Sustentabilidade AQUI
- Política do Ambiente e do Clima AQUI
- Política de Investimento Sustentável (Inglês) AQUI
- Política de *Procurement* Sustentável AQUI
- Política de Gestão e Continuidade do Negócio
- Política de Investimentos
- Política de Gestão de Capital
- Política de Dividendos
- Política de Impostos Diferidos
- Política de Auditoria Interna
- Política de Resseguro
- Política de Provisionamento
- Política de Subcontratação
- Política de Subcontratação de prestadores de serviços de computação em nuvem
- Política de Contratação e Gestão de Serviços TIC
- Política de Remuneração dos Órgãos Sociais
- Política de Remuneração dos Colaboradores AQUI
- Política de Diversidade, Equidade, Inclusão e Sentido de Pertença AQUI
- Política de Conceção e Aprovação de Produtos e das Correspondentes Alterações
- Política de Conflitos de Interesses dos Produtos de Investimento com Base em Seguros
- Política e Regulamento de Gestão de Reclamações AQUI
- Política Geral de Segurança da Informação
- Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais AQUI
- Política de Tratamento AQUI
- Política de *Cookies* AQUI
- Política Global relativa à Regularização de Sinistros
- Estratégia de Resiliência Operacional Digital
- Programa Estratégico de Literacia Financeira
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas AQUI
- Plano de Continuidade de Negócio
- Plano relativo a Medidas de Gestão Futura
- Código de Ética e Conduta AQUI
- Código de Conduta de Fornecedores
- Código de Conduta relativo ao Direito ao Esquecimento
- Política de Subscrição
- Política de *Wellbeing* do Grupo Fidelidade

Em 2025, deu-se continuidade **ao processo de aprovação e atualização** de um conjunto relevante de políticas, garantindo o alinhamento com o compromisso estratégico de sustentabilidade e a criação de impacto positivo. Este processo segue uma base de revisão periódica, incluindo atualizações anuais da maioria dos normativos. Os planos, políticas, códigos e regulamentos aprovados pelos órgãos competentes **estão acessíveis a todos os colaboradores através de uma plataforma interna centralizada**, que integra os diversos normativos do Grupo para assegurar o seu conhecimento e aplicação. Externamente, as políticas e normativos são disponibilizados, sempre que aplicável, através do portal institucional em *www.fidelidade.pt*.

5.3. Ética e compliance

A **cultura corporativa** do Grupo Fidelidade é estabelecida e desenvolvida com base nos seus princípios e valores fundamentais, sendo construída sobre a premissa de que a **ética** e a **integridade** devem estar subjacentes em todas as **interações, decisões e processos da empresa.**

A promoção dessa cultura corporativa é um processo contínuo, que envolve diversas iniciativas e práticas que garantem que os comportamentos esperados, relacionados com o **Ser Fidelidade**, são comunicados e vivenciados no quotidiano dos colaboradores.

A **avaliação da cultura corporativa** é realizada através de uma combinação de **ferramentas** que medem o **clima organizacional** e fornecem informação importante do **clima ético da organização**. Entre estas destacam-se:

- **Great Place to Work (GPTW)** – Um inquérito anual que mede o clima organizacional em todas as geografias onde o Grupo atua, nomeadamente ao nível do respeito no local de trabalho, confiança na liderança e qualidade das relações interpessoais;
- ***Copenhagen Psychosocial Questionnaire*** **(COPSOQ)** – Questionário realizado de 2 em 2 anos com o objetivo de avaliar riscos psicossociais e definir o respetivo plano de mitigação. Embora o foco principal seja a saúde psicológica e emocional, o mesmo fornece informações importantes relacionadas com as interações e o relacionamento entre colaboradores e o seu impacto na ética organizacional.

Para além destas ferramentas, o Grupo realiza outros estudos, designadamente nas áreas da **diversidade e inclusão**, com as lideranças, e entrevistas de saída, cujos resultados são analisados com vista à identificação de tendências e oportunidades de melhoria.

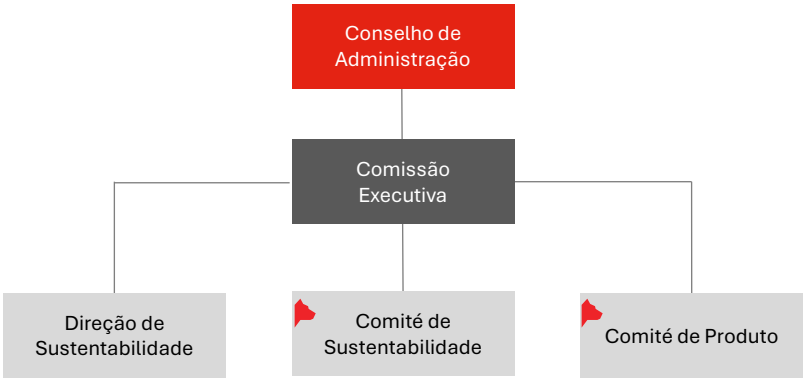
"Um *governance* corporativo robusto é o alicerce da confiança dos investidores e da sociedade. Ética, transparência e responsabilidade não podem ser apenas princípios, mas sim verdadeiros compromissos, embebidos na organização, que garantem um crescimento sustentável e a criação de valor para todos os *stakeholders.*"

Isabel Lage
Direção Geral de Assuntos Corporativos

5.4. Governo

5.4.1. Governo de sustentabilidade[1]

O modelo de governo de sustentabilidade da Fidelidade reflete a importância atribuída a esta temática, assegurando uma integração efetiva dos impactos, riscos e oportunidades de sustentabilidade nos processos de tomada de decisão.



Com participação da Direção de Sustentabilidade.

O Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia global do Grupo e pela supervisão da sua implementação, garantindo uma gestão responsável e transparente do desempenho nos temas materiais de sustentabilidade.

A gestão estratégica e operacional dos temas de sustentabilidade da Fidelidade está delegada na Comissão Executiva, que implementa e monitoriza ações e políticas nesta área.

O modelo de governo integra ainda um Comité de Sustentabilidade, que apoia a Comissão Executiva na implementação da estratégia ESG. Este órgão, composto por membros da Comissão Executiva e de direções-chave da organização, assegura o acompanhamento regular das metas ESG e promove a integração das práticas de sustentabilidade em todas as áreas do Grupo.

A Fidelidade conta com uma Direção de Sustentabilidade, responsável pela integração da sustentabilidade no modelo de negócio e nos processos do Grupo, bem como por monitorizar a eficácia da implementação da estratégia de sustentabilidade e o cumprimento de objetivos definidos. A direção reporta diretamente ao CEO, que é vice-presidente do Conselho de Administração.

No âmbito do Comité de Produto, são analisadas propostas de alteração de produtos existentes e ideias de novos produtos ou coberturas, para aprovação. A Direção de Sustentabilidade participa neste comité, acompanhando as discussões e garantindo que cada proposta seja submetida a uma análise de sustentabilidade prévia, realizada em colaboração com as respetivas direções de negócio.

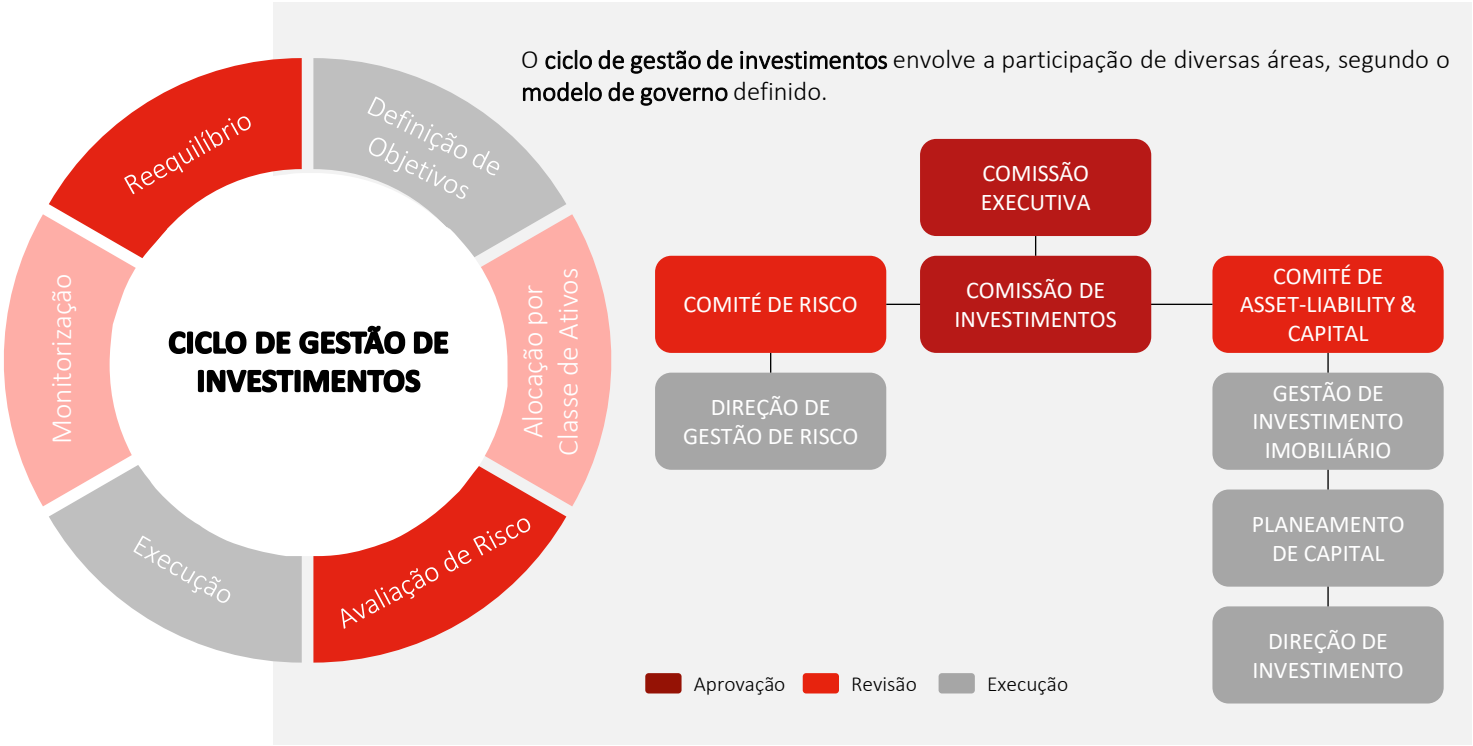
SUSTAINABILITY LEADERSHIP PROGRAMME

De modo a garantir que todos os órgãos de gestão do Grupo possuem as competências necessárias para supervisionar temas relacionados com sustentabilidade, foi realizada, em 2025, a formação “Sustainability Leadership Programme”, desenvolvida em parceria com a Universidade de Cambridge e dirigida aos membros da Comissão Executiva e diretores da Fidelidade. O objetivo da iniciativa, para além de promover a aquisição de competências e a discussão sobre temas estruturantes do universo da sustentabilidade, foi também o de fomentar a liderança pelo exemplo e mobilizar a organização para integrar práticas mais sustentáveis no seu trabalho diário.

[1] Mais detalhe sobre o modelo de governo de sustentabilidade da Fidelidade disponível aqui.

5.4.2. Governo de investimentos

Para responder às exigências de liquidez e reforçar a solidez de capital dos seus clientes, a Fidelidade implementa um **modelo de gestão de investimentos estruturado, prudente e transparente**, assegurando a diversificação do portefólio e um rigoroso controlo do risco.



O modelo de gestão de investimentos incorpora de forma estruturada os princípios ESG, refletindo o compromisso do Grupo com a sustentabilidade e com a **criação de valor sustentável a longo prazo.**

A sustentabilidade constitui um pilar fundamental nas decisões de investimento, estando integrada em todas as etapas do processo. Este enquadramento traduz-se na definição de metas estratégicas alinhadas com a política corporativa de sustentabilidade, entre as quais se destaca o **objetivo** de alcançar a **neutralidade carbónica (*net zero*) no portefólio de investimento.**

5.4.3. Governo da cibersegurança

A cibersegurança é um tema material para o Grupo Fidelidade e abrange os mecanismos, iniciativas e modelo de governação destinados a **proteger a informação e os sistemas de informação**. Inserida no pilar de Gestão de Risco e Conformidade, inclui a proteção contra ciberataques, gestão de dados, **resiliência operacional digital e cumprimento da legislação e regulamentação aplicável**, como o Digital Operational Resilience Act (DORA) e o Artificial Intelligence Act (AI Act).

O AI Act, recentemente aprovado pela União Europeia, define regras para o desenvolvimento e utilização responsáveis da inteligência artificial, garantindo **segurança, transparência e ética**. O Grupo Fidelidade acompanha a sua implementação, integrando princípios de **confiança, robustez e explicabilidade** nos sistemas e soluções digitais.

Como parte da gestão de risco em tecnologias de informação, priorizamos mecanismos para identificar ameaças, mitigar impactos, reforçar a resiliência operacional, explorar oportunidades e alinhar-nos com normas e regulamentos de cibersegurança, inteligência artificial e do setor segurador.

Em 2025, destacam-se as seguintes ações:

- Implementação de controlos de segurança alinhados com o Sistema de Gestão de Segurança da Informação (ISMS), reforçando **proteção de dados e resiliência contra ciberameaças**;
- Ampliação dos testes de penetração para **identificar vulnerabilidades críticas;**
- Integração de práticas de *threat modeling* no desenvolvimento de soluções, **antecipando riscos e fortalecendo a segurança de aplicações e sistemas**;
- Reforço da colaboração entre equipas de DevOps e o Security Operations Center (SOC), **melhorando a partilha de informação e a resposta a incidentes;**
- Investimento em programas de sensibilização em cibersegurança, com **formações interativas e práticas**, envolvendo todas as empresas do Grupo e **focando casos de maior fragilidade;**
- Aperfeiçoamento do sistema de gestão da continuidade de negócio e da estratégia de resiliência operacional digital, garantindo **operações contínuas e recuperação rápida** em cenários adversos, com uniformidade internacional;
- Para assegurar conformidade regulatória, elaborámos um plano para cumprir os requisitos do DORA, AI Act e normas da ASF ainda não abrangidos. Este plano reflete o compromisso do Grupo Fidelidade com **segurança, inovação responsável e conformidade digital**, garantindo a implementação eficaz de todos os objetivos.

5.5. Gestão do risco

Para assegurar a **estabilidade organizacional** e a **prossecução dos objetivos estratégicos**, o Grupo implementa, no quotidiano operacional, uma **gestão eficaz e sistemática dos riscos, assente numa tomada de decisão informada**.

Para o efeito, o modelo de gestão de risco, alinhado com os requisitos do regime Solvência II, permite definir o perfil de risco e adotar, sempre que necessário, medidas adequadas para a sua gestão.

O Exercício de Autoavaliação dos Riscos e da Solvência (ORSA) – que envolve uma avaliação qualitativa e quantitativa de todos os riscos a que a Fidelidade está, ou poderá vir a estar, exposta, bem como uma projeção da sua posição de solvência no curto a médio prazos – possibilita, numa perspetiva prospetiva, a articulação entre risco, capital e retorno, assegurando simultaneamente o acompanhamento do perfil de risco do Grupo e a adequação do capital.

Processo de gestão de riscos

A gestão do risco constitui um pilar fundamental para o desenvolvimento do negócio, permitindo antecipar, avaliar e enfrentar desafios que, se negligenciados, poderiam comprometer as metas estratégicas do Grupo.

O Grupo Fidelidade tem **políticas**, **processos**, **procedimentos e estruturas de governo societário e de governação interna** adequados às suas operações e estratégia de negócio, de modo a assegurar uma prática de gestão prudente.

O **processo de gestão de risco é assegurado pela Comissão Executiva**, que define o apetite ao risco da Fidelidade e os limites globais de tolerância associados. O modelo adotado pelo Grupo dispõe de **três linhas de defesa**, que reportam à Comissão Executiva e têm como objetivo **medir**, **monitorizar** e **controlar** os riscos de forma eficaz e adequada.

A **primeira linha** é constituída pelas direções que assumem o risco, nomeadamente as áreas técnica, comercial, de *marketing*, de reclamações, financeira, de investimentos e de suporte ao negócio. Estas áreas são responsáveis pela identificação, documentação, avaliação e mitigação dos riscos, assegurando que estes se mantêm dentro dos limites definidos no perfil de risco do Grupo.

A **segunda linha** inclui as funções-chave de gestão de riscos, *compliance* e atuarial, que apoiam a primeira linha na identificação, avaliação e mitigação dos riscos, verificando os níveis de exposição e assegurando o suporte necessário à tomada de decisão.

A **terceira linha** de defesa corresponde à função de auditoria interna que, de forma independente, verifica se as demais linhas estão a desempenhar as suas funções de forma eficaz, contribuindo para a melhoria contínua do sistema de controlo interno e de gestão de risco.

DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

As Demonstrações de Sustentabilidade, que correspondem às Demonstrações não financeiras previstas na lei, são um importante instrumento de comunicação do desempenho da Fidelidade e das suas ambições no que se refere aos aspetos ESG (Environmental, Social e Governance).
As Demonstrações permitem que a Fidelidade reporte com detalhe a informação de sustentabilidade relevante para os seus principais stakeholders: parceiros de negócio, clientes, colaboradores e sociedade, permitindo afirmar o compromisso permanente de criar valor sustentável a longo prazo para os stakeholders.

Divulgações gerais

Abordagem da Fidelidade ao reporte de sustentabilidade 96

Base de elaboração das demonstrações de sustentabilidade 96

Estratégia 97

Governação 111

Sumário

O presente capítulo apresenta as divulgações gerais, enquadrando a abordagem adotada pela Fidelidade no reporte dos temas de sustentabilidade.

São descritas as bases de elaboração das Demonstrações de Sustentabilidade, incluindo o âmbito, o horizonte temporal e os critérios de preparação da informação. O capítulo integra ainda a descrição do modelo de negócio e da cadeia de valor, a estratégia de sustentabilidade e o exercício de dupla materialidade, bem como o modelo de governação, políticas, processos de *due diligence* e mecanismos de controlo interno.

Abordagem da Fidelidade ao reporte de sustentabilidade

Para a Fidelidade, a transparência é uma dimensão de enorme relevância em matéria de sustentabilidade. Por este motivo, o Grupo encara o exercício de reporte como um exercício de extrema importância que deve refletir de modo transparente, equilibrado e consistente a sua abordagem aos temas materiais. Neste contexto, este é o segundo ano em que a Fidelidade elabora as suas Demonstrações de Sustentabilidade (designadas também por Demonstrações) em alinhamento com os *European Sustainability Reporting Standards* (ESRS).

A estrutura das Demonstrações de Sustentabilidade está alinhada com os ESRS e organizada em cinco principais blocos: Divulgações Gerais; Divulgações Ambientais; Divulgações Sociais; Divulgações de Governação; e Outras Divulgações. Para cada tema material, sobre os quais se reporta nos respetivos blocos, é apresentada informação sobre:

- **Abordagem da Fidelidade** – que compreende as políticas implementadas nessa matéria;
- **Ambição da Fidelidade** – que compreende as metas implementadas nessa matéria;
- **Transformação pela Fidelidade** – que compreende as ações implementadas nessa matéria e como a Fidelidade se propõe a concretizar a sua ambição;
- **Impacto da Fidelidade** – que compreende a monitorização do desempenho nessa matéria.

De modo a facilitar a leitura das Demonstrações, no princípio da apresentação da abordagem a cada tema material é apresentado um sumário do que é apresentado nesse capítulo das Demonstrações.

Dado que, à data da elaboração das Demonstrações, a *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD) não havia sido transposta para a legislação portuguesa, a Declaração de Sustentabilidade da Fidelidade foi elaborada de acordo com a *Non-Financial Reporting Directive* (NFRD), transposta para o Decreto-Lei nº 89/2017 [1], e com os ESRS.

Considerando o contexto e a incerteza em torno da CSRD, o foco das Demonstrações incide sobre a informação de carácter obrigatório - especificamente, na informação relativa a *upstream* e operações próprias, existindo alguma informação para a qual não foi possível reportar dados relativos à cadeia de valor a jusante (*downstream*) [2]. Existem temas em que a informação *downstream* apenas abrange as operações em Portugal, dada a indisponibilidade da informação, sendo que, sempre que tal acontece é indicado junto da informação. No que se refere à pegada de carbono, por exemplo, é reportada informação transversal a toda a cadeia de valor (incluindo *downstream*). Não obstante, o exercício de análise de dupla materialidade e todos os Impactos, Riscos e Oportunidades (IRO) materiais foram analisados ao longo de toda a cadeia de valor [3].

Base de elaboração das demonstrações

As Demonstrações de Sustentabilidade referem-se à informação relativa ao desempenho do Grupo Fidelidade de 1 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

Âmbito

As Demonstrações de Sustentabilidade abrangem o Grupo Fidelidade [4] e são preparadas numa base consolidada, incluindo informação sobre a empresa mãe e subsidiárias controladas pelo Grupo Fidelidade [5], de acordo com os mesmos princípios da informação financeira. As empresas excluídas do âmbito das Demonstrações de Sustentabilidade são aquelas que não apresentam atividade e/ou colaboradores, e para as quais, consequentemente o reporte de informação é considerado não aplicável. Sempre que uma das entidades for excluída do âmbito de um determinado indicador, essa informação será disponibilizada através da inclusão de uma nota de esclarecimento junto do mesmo.

Todas as subsidiárias abrangidas pelas obrigações decorrentes da CSRD, incluídas nas Demonstrações, estão isentas de divulgação das Demonstrações de Sustentabilidade ao nível individual.

[1] Tabela de correspondência com os requisitos do Decreto-Lei n. º 89/2017 disponível aqui.

[2] Na norma ESRS 1, secção "10.2 Disposição transitória relacionada com o capítulo 5 Cadeia de Valor" é determinado que nos primeiros três anos, considerando o desafio que pode existir associado à recolha de informação relativa à cadeia de valor, a empresa pode limitar a informação reportada à informação de que a empresa já dispõe e que já está publicamente disponível. Neste sentido, a Companhia focou-se em reportar a informação que já tinha disponível e sobre a qual já existe algum nível de confiança, estando a desenvolver esforços no sentido de alargar esta informação aos restantes segmentos da cadeia de valor para todo o Grupo dentro do prazo estabelecido.

[3] Detalhe sobre a cadeia de valor disponível na apresentação do exercício de análise de dupla materialidade aqui.

[4] Designado por Fidelidade, o Grupo Fidelidade, o Grupo, a Empresa ou a Companhia.

[5] Para mais detalhe sobre as empresas incluídas no âmbito do Grupo Fidelidade consultar a secção Sobre o Relatório.

Informação comparativa

De modo a permitir a comparabilidade da informação, sempre que possível e relevante, é apresentada informação sobre um período de três anos, sendo que a informação de sustentabilidade apenas passou a ser sujeita a auditoria desde 2024, momento a partir do qual se adotaram como modelo de reporte os ESRS.

Quaisquer alterações face à informação apresentada em anos anteriores e alterações face à metodologia são devidamente identificadas junto da informação, ao longo das Demonstrações.

Garantia Limitada de Fiabilidade

O Relatório Único Integrado e consequentemente as Demonstrações de Sustentabilidade são revistas pela Direção de Sustentabilidade e aprovadas pelo Conselho de Administração da Fidelidade.

A informação constante das Demonstrações de Sustentabilidade é objeto de um trabalho de garantia limitada realizada pelo auditor KPMG[1].

Transparência na divulgação

Na preparação, apresentação e verificação da informação de sustentabilidade a Fidelidade não faz uso da isenção da obrigação em casos que envolvam dados confidenciais e/ou sensíveis relacionados com propriedade intelectual, *know-how* ou resultados de inovação. Face ao exposto, as Demonstrações incluem todas as informações relevantes, sem omissões decorrentes da aplicação dessa isenção.

Horizonte temporal

No seu exercício, a Fidelidade definiu os seguintes horizontes temporais:

- Curto prazo – Até 1 ano;
- Médio prazo[2] – De 1 a 5 anos;
- Longo prazo – Superior a 5 anos.

Incorporação de informação por remissão

De modo a facilitar a leitura das Demonstrações e a evitar a duplicação da informação, alguns dos requisitos são incorporados por referência a outros documentos, de que é exemplo o Relatório do Governo da Sociedade, ou elementos do Relatório Único Integrado.

Sempre que a informação requerida pelos ESRS for incorporada por referência a outros documentos tal é devidamente identificado no anexo "Requisitos de Divulgação dos ESRS", na coluna em que é apresentada a localização da informação. Não obstante, o Grupo assegura que a incorporação por referência não prejudica as Demonstrações de Sustentabilidade e considera a coesão global da informação comunicada.

Estratégia

Modelo de negócio

A Fidelidade concentra a sua atividade principal no setor segurador, que constitui o alicerce do seu modelo de negócios. Com um portefólio abrangente de soluções nos ramos de seguros de Vida e Não-Vida, o Grupo disponibiliza proteção financeira, gestão de riscos especializada e produtos inovadores, sempre com o intuito de satisfazer as necessidades dos seus clientes.

Presente em 13 mercados, distribuídos por quatro continentes — Europa, África, América Latina e Ásia —, a Fidelidade cimentou a sua liderança através de um compromisso com a excelência na subscrição, no atendimento ao cliente e na eficiência operacional. Estas bases são reforçadas pela integração de princípios de sustentabilidade nos domínios ambiental, social e de governação (ESG). O Grupo possui ainda negócios complementares em várias áreas, como o setor financeiro, saúde e automóvel, os quais estão alinhados de forma sinérgica à sua atividade principal.

[1] Relatório de Garantia Limitada do auditor disponível em anexo ao presente relatório.

[2] O Grupo seguiu um compromisso de médio prazo que concilia a flexibilidade e a estabilidade, sendo que este horizonte temporal está alinhado com o ciclo de revisão estratégica.

Cadeia de valor

A cadeia de valor da Fidelidade engloba quatro segmentos:

OPERAÇÕES PRÓPRIAS & CADEIA DE ABASTECIMENTO	SEGUROS	INVESTIMENTOS	GESTÃO DE SINISTROS
Processos internos essenciais ao funcionamento do Grupo, incluindo a gestão de recursos humanos, das infraestruturas e das atividades de *procurement*.	Conceção e oferta de produtos, subscrição, *marketing*, distribuição e gestão de riscos nas linhas de negócio de Vida e Não Vida.	Gestão dos portefólios financeiros decorrentes da atividade seguradora, incorporando critérios ESG para promover retornos sustentáveis e reforçar a resiliência financeira. Inclui ainda atividades complementares, como a gestão de ativos, de propriedades imobiliárias e de fundos de investimento, que apresentam sinergias com esta função.	Atividades *downstream* associadas à gestão de sinistros nos diversos ramos, incluindo a atuação das empresas do Grupo — oficinas, clínicas, hospitais, serviços de assistência, peritos e unidades de saúde animal — assegurando um serviço integrado e de elevada qualidade.

Upstream and own operations — *Downstream*

O S I G

Operações próprias e cadeia de abastecimento

A Fidelidade posiciona-se no centro de uma cadeia de valor que integra fornecedores, prestadores de serviços transversais e utilizadores internos, assegurando os recursos e infraestruturas necessários ao funcionamento eficiente do Grupo. Esta cadeia inclui fornecedores de tecnologia, serviços de apoio (como *procurement*, gestão de instalações e serviços jurídicos) e a interação com comunidades locais e entidades reguladoras impactadas pelas operações.

O segmento assenta na gestão integrada de recursos financeiros, infraestruturais, humanos, sociais e naturais. A Fidelidade mobiliza orçamentos operacionais, instalações, plataformas tecnológicas e conhecimento técnico interno, complementados por parcerias estratégicas. A abordagem privilegia a eficiência operacional, a digitalização, práticas responsáveis de *procurement* e a valorização do capital humano, promovendo a resiliência e a sustentabilidade das operações.

Os *outputs* incluem infraestruturas operacionais, sistemas tecnológicos, capacidades técnicas e serviços internos de suporte que asseguram a continuidade e eficiência do negócio. Os *outcomes* traduzem-se em ganhos de eficiência e resiliência financeira, melhores condições de trabalho e desenvolvimento profissional para os colaboradores, maior fiabilidade do serviço para clientes internos e relações mais sustentáveis com fornecedores e comunidades.

O S I G

Seguros

No segmento de seguros, a Fidelidade liga fornecedores, resseguradoras, parceiros tecnológicos e canais de distribuição aos clientes finais, nas linhas de Vida e Não-Vida. A cadeia de valor integra mediadores, corretores, *bancassurance* e plataformas digitais, apoiados por dados analíticos e tecnológicos que suportam a conceção, subscrição e gestão de produtos.

O segmento depende de capital financeiro robusto (reservas técnicas e solvência), infraestruturas tecnológicas e capital humano altamente especializado em áreas como ciência atuarial, subscrição e gestão de riscos. Estes recursos são desenvolvidos através de formação contínua, investimento em sistemas e dados e de uma forte dimensão relacional com parceiros e clientes, baseada na confiança e transparência.

Os *outputs* consistem na oferta de produtos e serviços de seguros que asseguram proteção financeira, gestão de riscos e apoio contínuo aos clientes. Os *outcomes* refletem-se no reforço da resiliência financeira dos tomadores de seguros, na melhoria da experiência do cliente e na redução de gaps de proteção social e ambiental, gerando simultaneamente crescimento sustentável, boa gestão de riscos e criação de valor para investidores, colaboradores e sociedade.

O S I G

Investimentos

A cadeia de valor dos investimentos liga gestores de ativos, consultores, analistas financeiros e fornecedores de dados aos investidores e clientes finais, incluindo tomadores de seguros. A Fidelidade atua como investidor institucional, orientando a alocação de capital para diferentes classes de ativos, em alinhamento com princípios de investimento responsável.

Este segmento depende da alocação eficiente de capital, de sistemas tecnológicos de monitorização de risco e desempenho e de conhecimento técnico especializado em gestão de portefólios, análise financeira e integração de fatores ESG. A abordagem privilegia a diversificação, o alinhamento com políticas internas de investimento responsável e o desenvolvimento contínuo de competências, reforçado por relações próximas com parceiros financeiros e investidores institucionais.

Os *outputs* incluem portefólios diversificados, retornos financeiros estáveis e a integração sistemática de critérios ESG nas decisões de investimento. Os *outcomes* traduzem-se em criação de valor sustentável e maior resiliência financeira para acionistas e clientes, bem como em impactos ambientais e sociais positivos associados a investimentos sustentáveis e à melhoria das práticas ESG das empresas investidas.

O S I G

Gestão de sinistros

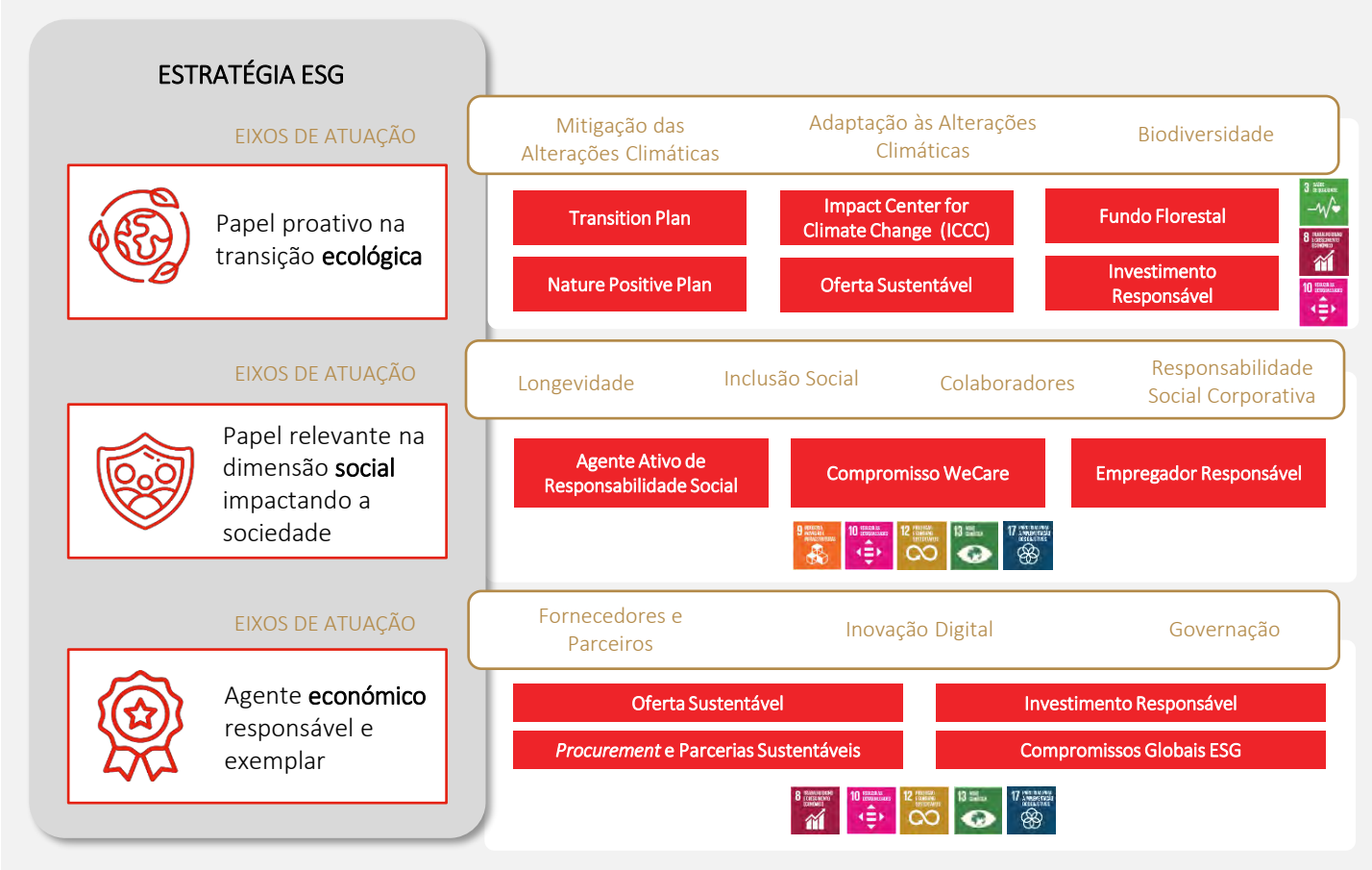
Na gestão de sinistros, a Fidelidade conecta prestadores de serviços especializados, fornecedores tecnológicos e equipas internas aos tomadores de seguros, garantindo uma resposta eficaz em situações de perda. A cadeia de valor envolve oficinas, prestadores de cuidados de saúde, peritos, ajustadores de sinistros e plataformas digitais de suporte.

Este segmento assenta em recursos financeiros adequados para o pagamento de sinistros, infraestruturas tecnológicas que suportam o processamento e acompanhamento dos processos e capital humano especializado em regularização, deteção de fraude e gestão de situações complexas. A Fidelidade desenvolve estes recursos através de investimento contínuo em sistemas digitais, formação especializada e parcerias estratégicas.

Os *outputs* incluem processos de tratamento de sinistros eficientes e digitalizados, serviços de apoio ao cliente e uma coordenação eficaz com parceiros. Os *outcomes* refletem-se no aumento da confiança e satisfação dos clientes, na eficiência operacional e controlo de custos, no reforço das relações com parceiros e em benefícios sociais relevantes, ao apoiar clientes em momentos críticos e através de negócios complementares que ampliam o impacto positivo na comunidade.

Estratégia de sustentabilidade

A estratégia ESG da Fidelidade está baseada em três pilares: o papel proativo na transição ecológica, o papel relevante na dimensão social impactando a sociedade e o papel de agente económico responsável e exemplar, concretizando iniciativas objetivas e com impacto organizadas por eixos a sua atuação.



PAPEL PROATIVO NA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA | IMPACTO NA SOCIEDADE | AGENTE ECONÓMICO RESPONSÁVEL E EXEMPLAR

Transition Plan

O Transition Plan da Fidelidade é o documento que estabelece o compromisso de redução significativa das emissões de GEE, com o objetivo de minimizar o impacto climático e contribuir ativamente para o esforço global de combate às alterações climáticas.

OBJETIVOS 2025	GRAU DE CUMPRIMENTO
Robustecer o Nature Positive Plan: incluindo análises dos impactos e dependências relacionados com a natureza e desenvolver métricas de biodiversidade [1]	●
Definição de um Transition Plan específico para algumas das geografias do Grupo [2]	◐

● Cumprido ◐ Parcialmente cumprido ○ Por cumprir

OBJETIVOS CURTO PRAZO
Continuação do processo de definição de Transition Plan específico para algumas das geografias do Grupo
Conclusão da construção da nova Sede em Lisboa com certificação LEED Platinum
Reforço do investimento no Fundo Florestal - Florestas de Portugal reforçando o compromisso com a captura natural de carbono e a proteção da biodiversidade em Portugal
Análise de impactos e dependências relacionados com a natureza para os ativos imobiliários da Fidelidade Property

[1] Aplicável às operações em Portugal.

[2] Em 2025 o foco incidiu na melhoria da abrangência e qualidade do cálculo da pegada de carbono no sentido de, posteriormente, definir um plano com metas adaptadas à realidade de cada geografia.

Investimento responsável

Enquanto investidor responsável, a Fidelidade procura integrar os fatores ESG nos seus processos de investimento. Esta abordagem permite uma melhor compreensão dos riscos e oportunidades associados às carteiras de investimento, enquanto reforça o perfil global de sustentabilidade do Grupo. Em linha com o estabelecido na sua Política de Investimento Sustentável e no Transition Plan, a Fidelidade definiu o objetivo de alcançar net zero no seu portefólio de investimento até 2050, tendo definido alguns objetivos de curto prazo:

- Limite de 2,5% dos ativos sob gestão (ações e obrigações corporativas totais, excluindo dívida soberana e fundos) em empresas ligadas à produção de produtos petrolíferos refinados e combustíveis fósseis;
- Não ultrapassar a intensidade carbónica média da carteira de 500 tCO_2e por milhão de USD;
- As carteiras devem ter pelo menos 9% dos ativos sob gestão investidos em obrigações sustentáveis (*green*, *social*, *sustainable*, *sustainable-linked*) – em 2024 a Fidelidade emitiu a sua primeira *green bond*, cujo montante é alocado a ativos sustentáveis que contribuam para uma economia neutra em carbono.

Fidelidade pelo mundo

The prosperity Company: A equipa de investimentos realizou uma análise ao PAI Statement (*Principal Adverse Impacts*), que divulga os impactos negativos das decisões de investimento em fatores ESG. Para identificar os fundos com impactos mais negativos, foi aplicado um modelo interno de *scoring*. Na sequência desta análise, o fundo com maiores violações sociais foi substituído por um fundo classificado como Artigo 8º, reforçando o alinhamento da carteira com critérios de sustentabilidade.

Oferta sustentável

O Grupo Fidelidade mantém o seu compromisso com a inovação e sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, assegurando a proteção das pessoas e a adaptação às necessidades emergentes ao longo das diferentes fases da vida. Para este efeito, a estratégia do Grupo passa por:

- Responder aos desafios da mitigação e adaptação às alterações climáticas, disponibilizando coberturas inovadoras e promovendo soluções que reforcem a resiliência dos clientes face a riscos ambientais emergentes;
- Contribuir para a melhoria do bem-estar comunitário, disponibilizando produtos que fomentem estilos de vida saudáveis, incentivem a prevenção e facilitem o acesso a cuidados essenciais de saúde;
- Assegurar uma oferta inclusiva, promovendo produtos adaptados a segmentos mais vulneráveis, garantindo uma proteção equitativa e reduzindo o *protection gap* social e ambiental;
- No domínio da longevidade, desenvolver soluções e iniciativas que fomentem a poupança, a prevenção em saúde e a preparação para uma vida mais longa e sustentável.

OBJETIVOS 2025	GRAU DE CUMPRIMENTO
Aumento da oferta de produtos Vida Financeiro alinhados com o artigo 8º do SFDR	●
Revisão da oferta Não-Vida através do alinhamento dos produtos com critérios ESG	◐
Desenho de matriz de avaliação de produtos não-vida de acordo com critérios de sustentabilidade	●
Análise de riscos climáticos na carteira não vida, portefólio de ativos financeiros e imobiliário	●
Definição de objetivos de investimentos em ativos sustentáveis	●

● Cumprido ◐ Parcialmente cumprido ○ Por cumprir

OBJETIVOS CURTO PRAZO
Robustecer a análise de clientes de acordo com critérios ESG
Angariação de investimento adicional para o Fundo Florestas de Portugal (artigo 9º SFDR)
Desenho e lançamento de produtos e/ou serviços alinhados com critérios ESG

PAPEL PROATIVO NA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA | IMPACTO NA SOCIEDADE | AGENTE ECONÓMICO RESPONSÁVEL E EXEMPLAR

Agente ativo de responsabilidade social

Promover uma sociedade coesa e resiliente, através da colaboração com entidades que contribuam para os principais desafios sociais e de outras iniciativas de responsabilidade social corporativa que materializam a forma como o Grupo perceciona o mundo.

A nova sede em Lisboa será também um polo de dinamização da inovação e da cultura, acessível à comunidade. Aberta à cidade, a sede terá uma agenda cultural viva, com exposições, concertos, palestras e atividades para todas as idades, reforçando o papel da Fidelidade como parte ativa da comunidade.

Compromisso wecare

A Fidelidade assegura a perpetuação da essência WeCare ao garantir a sustentabilidade das pessoas e das suas famílias, regendo-se pela premissa "para que a vida não pare". O compromisso transcende as obrigações legais ao apoiar na reabilitação física e reintegração social, profissional e familiar dos sinistrados mais graves, e marca a diferença ao criar projetos de vida e continuamente apoiar a população nos mercados em que o Grupo opera.

Empregador responsável

Enquanto empregador responsável, a Fidelidade procura:

- Assegurar um tratamento equitativo, com remuneração justa, fomentando a diversidade e a inclusão;
- Capacitar os colaboradores, promovendo o *reskilling* e o *upskilling*, para garantir competências adequadas ao longo da carreira;
- Prestar apoio aos colaboradores a nível económico, de saúde e preparação da vida ativa na reforma, auxiliando em momentos de maior necessidade pessoal ou familiar.

ÂMBITO	OBJETIVOS 2025	METAS 2025	GRAU DE CUMPRIM.
Portugal	Mulheres em cargos de liderança (*executive, manager e team leader*)	≥47%	●
Grupo	*Gender Pay Gap*	<5%	●
Portugal	Cobertura pelo Programa de *onboarding*	100%	●
Portugal	Taxa de mobilidade	≥12%	●
Portugal	Taxa de saídas voluntárias	≤3,8%	●
Grupo	Formação profissional contínua	≥145.000 horas	◐
Grupo	Adesão a Acordos Coletivos de Trabalho	~100%	●

● Cumprido ◐ Parcialmente cumprido ○ Por cumprir

OBJETIVOS CURTO PRAZO
Assegurar um gender pay gap equilibrado compreendido entre -5% e 5% em 2026, em Portugal.
Assegurar a realização de 100.000 horas de formação em 2026, em Portugal.
Assegurar uma taxa de mobilidade igual ou superior a 10% em 2026, em Portugal.
Assegurar uma *attrition rate* igual ou inferior a 4% em 2026, em Portugal.
Assegurar uma representação equilibrada de género em funções de liderança, visando uma distribuição próxima de 50/50 até 2026, em Portugal.
Assegurar um desempenho igual ou superior a 75% na avaliação do Trust Index em 2026, em Portugal.

PAPEL PROATIVO NA TRANSIÇÃO ECOLÓGICA | IMPACTO NA SOCIEDADE | AGENTE ECONÓMICO RESPONSÁVEL E EXEMPLAR

Procurement e parcerias responsáveis

Na relação com os seus fornecedores e parceiros, a Fidelidade incentiva a adoção de comportamentos mais sustentáveis e procura privilegiar aqueles que asseguram as melhores práticas, apoiando-os na sua jornada de sustentabilidade.

OBJETIVOS 2025	GRAU DE CUMPRIMENTO
Projeto piloto com plataforma de gestão de risco e *compliance*	●
Revisão de critérios ESG	●
Desenvolvimento do programa de certificação em sustentabilidade para a rede de mediação em Portugal	◐

OBJETIVOS CURTO PRAZO
Consolidação do processo de qualificação de fornecedores
Robustecimento dos critérios ESG
Lançamento do programa de certificação em sustentabilidade para rede de mediação em Portugal

Dupla materialidade

O Grupo Fidelidade desenvolveu um processo de avaliação de dupla materialidade em quatro etapas. O processo de identificação, avaliação, priorização e monitorização dos impactos da empresa abrange todos os segmentos da cadeia de valor, incluindo operações próprias e cadeia de abastecimento, seguros, investimentos e gestão de sinistros. Em cada segmento, são avaliadas as relações comerciais relevantes. Por exemplo, nas operações próprias e cadeia de abastecimento, considera-se a relação com a força de trabalho para identificar impactos significativos. Na gestão de sinistros, a relação com parceiros chave, como oficinas e clínicas, é igualmente analisada. A pegada geográfica do Grupo também é ponderada, ao ter em consideração o peso relativo das regiões e dos *drivers* de negócio.

1	2	3	4
Adaptação da Metodologia Definir escolhas metodológicas-chave, com base no quadro regulamentar	**Pré-avaliação** Desenvolver uma visão preliminar do impacto e da materialidade financeira	**Recolha de *Feedback*** Validar a matriz de Dupla Materialidade pré-validada com os *stakeholders* externos selecionados	**Validação Final** Validar formalmente a matriz de Dupla Materialidade
Seleção preliminar de temas ESG	Definição da abordagem através da recolha e análise de dados internos e de referências do setor	Recolha de *feedback* através de inquéritos, proveniente dos *stakeholders* selecionados para ajustar os resultados da pré-avaliação	Validação com a Gestão e aprovação pela Comissão Executiva
Segmentação da cadeia de valor	Envolvimento de especialistas em sustentabilidade da Fidelidade para revisão e teste da abordagem		
Estratégia de *engagement* com *stakeholders* (quem, o quê, como)	Pré-validação junto da Comissão Executiva e do CEO, seguida da consolidação ao longo da Cadeia de Valor	Calibração e consolidação dos resultados	
Definição do horizonte temporal			

Etapa 1. Adaptação da metodologia

Seleção preliminar de temas ESG

Os temas e subtemas foram identificados tendo em consideração as ESRS. Uma vez que não havia especificidade setorial, foram adicionados aspetos específicos ao setor da Fidelidade e à empresa. Nesse sentido, foi identificada a necessidade de adicionar *add-ins,* tendo em conta os seguintes fatores:

- Histórico de materialidade - Alguns temas decorrem da materialidade previamente estabelecida;
- Práticas do setor - Os temas foram também identificados nas práticas adotadas por *peers* do mercado;
- Normas específicas do setor - Inclusão de temas com base em *standards* específicos da indústria, como o SASB.

Temas adicionados

Longevidade - Reflete o alinhamento entre a sustentabilidade e o *core business*, ao promover a adaptação do modelo de negócio para acompanhar o cliente em todas as etapas da sua vida. Inclui iniciativas relacionadas com comportamentos de poupança, prevenção na área da saúde e o desenvolvimento de serviços específicos para a população sénior.

Inovação Digital - Envolve o desenvolvimento de produtos inovadores capazes de gerar um impacto positivo na vida das pessoas, com destaque para a transição tecnológica rumo a soluções digitais. Esta abordagem visa melhorar a experiência do cliente, garantindo simultaneamente a proteção de dados.

Responsabilidade Social Corporativa - Integra o espírito WeCare, orientado para a comunidade, e inclui iniciativas como o Prémio Fidelidade Comunidade.

Definição da cadeia de valor da empresa

Para a definição da cadeia de valor considerou-se fundamental garantir uma cobertura suficientemente abrangente para satisfazer as exigências de informação dos *stakeholders*, ao mesmo tempo que permite o foco, viabilidade e elaboração de relatórios, através de uma abordagem *top-down* onde a cadeia de valor é centrada na atividade principal da empresa (a análise abrange os IROs diretamente causados, contribuídos ou associados à empresa).

Estratégia de envolvimento com os *stakeholders*

O envolvimento de especialistas e peritos internos na fase de pré-avaliação tem como objetivos:

- Testar os resultados preliminares;
- Questionar as fontes de dados utilizadas para a avaliação;
- Questionar a solidez geral dos resultados.

Os resultados da pré-avaliação foram depois sujeitos à apreciação de outros *stakeholders* externos - investidores, associações de clientes, mediadores, comunidade financeira, parceiros de seguros, a quem foi pedido que comentassem a solidez e a exaustividade dos resultados.

Definição do horizonte temporal

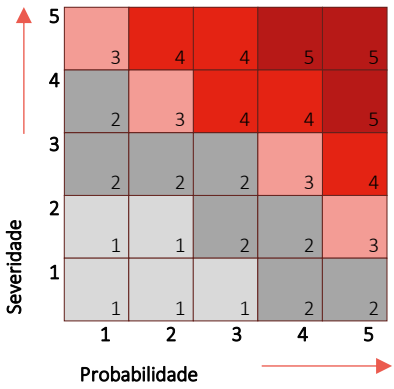
No seu exercício, a Fidelidade definiu os seguintes horizontes temporais:

- Curto prazo - Até 1 ano;
- Medio prazo - De 1 a 5 anos;
- Longo prazo – Superior a 5 anos.

Etapa 2. Pré-avaliação

Na etapa 2. Pré-avaliação:

- Para cada tema/subtema e cada segmento da cadeia de valor, é avaliada a materialidade de impacto e financeira numa perspetiva de médio prazo, com base em informação quantitativa e num conjunto pré-definido de indicadores, escalas e limiares;
- A primeira base é analisada para ser vetada pelos *focal points* internos;
- É realizada avaliação baseada em dados que, de acordo com o EFRAG, deve ser "baseada em provas sustentáveis e assentar, tanto quanto possível, em informações objetivas". Assim, sempre que viável, foi utilizada informação quantitativa (p.e., relatórios globais ou informações do setor sobre um determinado tema, como os impactos negativos na perda de biodiversidade) como a prova mais objetiva da materialidade. Quando não foi possível, a informação qualitativa foi aceite como "recurso" legítimo (p.e., risco de reputação com efeito não quantificável nos fluxos de caixa, mas ainda assim financeiramente relevante);
- São definidos indicadores para avaliar a materialidade de impacto financeira para cada subtema e para cada segmento da cadeia de valor, utilizando para o efeito uma escala de 1 a 5 e uma matriz de conversão;
- É definido o limiar de materialidade igual ou acima de 4:



5	Crítico
4	Significativo
3	Importante
2	Informativo
1	Mínimo

- A base é validada Comissão Executiva para garantir a solidez e exaustividade dos resultados alcançados;
- Para avaliar a materialidade de impacto e materialidade financeira considera-se:

A **Materialidade de Impacto** de um tópico é definida como a combinação de:

Severidade

- **Escala -** Qual é a gravidade do impacto da Fidelidade na sociedade (temas "S") ou no ambiente (temas "E") ao longo da cadeia de valor?
- **Âmbito -** O impacto está concentrado ou é amplamente disseminado, em termos de geografias ou pessoas afetadas?
- **Remediabilidade -** Qual é o grau de dificuldade para restaurar ou mitigar o impacto? (apenas para impactos negativos).

Probabilidade

O impacto da Fidelidade materializar-se-á nos próximos 1-5 anos?

A **Materialidade Financeira** de um tópico é definida como a combinação de:

Severidade

- **Continuidade no uso de recursos -** Até que ponto a Fidelidade pode continuar a depender dos recursos (por exemplo, financeiros, humanos, naturais) em função da evolução das questões de sustentabilidade;
- **Dependência de relações -** Até que ponto a Fidelidade pode continuar a depender das suas relações comerciais (por exemplo, investidores, fornecedores, clientes) em função da evolução das questões de sustentabilidade.

Probabilidade

A Fidelidade será afetada pelos riscos e oportunidades identificados nos próximos 1-5 anos?

Etapa 3. Recolha de *feedback*

Para recolha de *feedback*, a Fidelidade:

1. Recorre ao envolvimento dos intervenientes externos associados a esta fase final de recolha de *feedback* para desafiar os resultados preliminares da materialidade;
2. Faz a calibração das respetivas contribuições para o impacto da materialidade financeira;
3. Disponibiliza material de pré-leitura, que abranja o enquadramento contextual, uma síntese metodológica e os resultados preliminares;
4. Posteriormente os participantes são envolvidos em entrevistas 1:1, estruturadas em dois objetivos:
   i. Analisar os resultados preliminares da dupla materialidade do Grupo Fidelidade, avaliando a sua robustez e abrangência, com particular atenção ao segmento da cadeia de valor sob a sua competência, sendo igualmente incentivados a oferecer uma perspetiva externa sobre a integração dos temas materiais no modelo de negócio do Grupo.
   ii. Formalizar o *feedback*, assegurando a validação escrita pelos entrevistados e o registo do mesmo para referência futura.

Etapa 4. Validação final

Os resultados são consolidados e validados pela Comissão Executiva, seguidos da produção do relatório final de dupla materialidade. Este documento define o âmbito das Demonstrações e prioriza os temas materiais para a estratégia do Grupo.

O processo de dupla materialidade do Grupo foi concebido para ser estável ao longo do tempo, mas deve, no entanto, permanecer adaptável a impactos, riscos ou oportunidades (IRO) emergentes. Todos os anos, o Grupo Fidelidade avalia a presença de *triggers* internos ou externos (tais como IPO, grandes transações de M&A, mudanças regulatórias) que podem levar à necessidade de realizar uma reavaliação da materialidade para subtemas sinalizados como "não materiais" no exercício do ano anterior.

Em 2025, após avaliação no Comité de Sustentabilidade e dado que não ocorreram alterações materiais na Fidelidade e no seu contexto, não se registaram alterações nos impactos materiais, riscos e oportunidades materiais sobre os quais se reporta informação no presente relatório.

Determinação da informação material relativa a impactos, riscos e oportunidades

A partir dos resultados obtidos na análise dos temas e subtemas materiais, foram identificados os RD (Requisitos de Divulgação) que se revelaram materiais e de reporte obrigatório.

O S I G

RD	SUBTEMA MATERIAL	MATERIALIDADE [1]	RELEVÂNCIA	SE NÃO RELEVANTE
S1-1 S1-2 S1-3 S1-4 S1-5 S1-17	Condições de trabalho, igualdade de tratamento e oportunidades e outros direitos de trabalho	Ambas	Relevante	-
S1-6	Igualdade de tratamento e de oportunidades	Ambas	Relevante	-
S1-7		Ambas	Relevante	-
S1-8	Condições de trabalho	Ambas	Relevante	-
S1-9	Igualdade de tratamento e de oportunidades	Ambas	Relevante	-
S1-10	Condições de trabalho	Ambas	Não Relevante	**Salários adequados:** O setor financeiro e de seguros destaca-se como um dos mais bem remunerados.
S1-11		Ambas	Não Relevante	**Proteção social:** O setor segurador é reconhecido pela oferta de uma proteção social abrangente aos colaboradores.
S1-12	Igualdade de tratamento e de oportunidades	Ambas	Relevante	-
S1-13		Ambas	Relevante	-
S1-14	Condições de trabalho	Ambas	Não Relevante	**Métricas de saúde e segurança:** O setor segurador distingue-se pela exposição mínima ou nula a incidentes e fatalidades laborais, pela natureza do seu negócio.
S1-15		Ambas	Não Relevante	**Equilíbrio entre vida profissional e pessoal:** O indicador exigido para este indicador é "% de colaboradores com direito a licença por motivos familiares", estando esta em conformidade com os requisitos legais, que determinam os padrões mínimos, sendo, assim, obrigatória.
S1-16	Tratamento e oportunidades igualitários	Ambas	Relevante	-
G1-1	Cultura Corporativa	Ambas	Relevante	-
G1-1	Denúncia de Irregularidades	Ambas	Relevante	-
G1-3	Corrupção e Suborno	Ambas	Relevante	-
G1-4		Ambas	Relevante	-

[1] Materialidade financeira e/ou de impacto.

[2] Em 2025 o foco incidiu na melhoria da abrangência e qualidade do cálculo da pegada de carbono no sentido de, posteriormente, definir um plano com metas adaptadas à realidade de cada geografia.

O S I G

RD	SUBTEMA MATERIAL	MATERIALI-DADE	RELEVÂN-CIA	SE NÃO RELEVANTE
E1-1	Mitigação das alterações climáticas	Ambas	Relevante	-
E1-2 E1-3 E1-4 E1-9	Mitigação e adaptação às alterações climáticas	Ambas	Relevante	-
E1-6	Mitigação das alterações climáticas	Ambas	Relevante	-
E1-7		Ambas	Não Relevante	**Remoção de GEE:** Informação não relevante considerando abaixa exposição ao tema, limitada ao compromisso da Fidelidade com o Fundo Florestal.
E1-8		Ambas	Relevante	-

O S I G

RD	SUBTEMA MATERIAL	MATERIA-LIDADE	RELEVÂN-CIA	SE NÃO RELEVANTE
E1-1	Mitigação das alterações climáticas	Ambas	Relevante	-
E1-2 E1-3 E1-4 E1-9	Mitigação e adaptação às alterações climáticas	Ambas	Relevante	-
E1-6	Mitigação das alterações climáticas	Ambas	Relevante	-
E1-7		Ambas	Não Relevante	**Mitigação de GEE através de créditos de carbono:** Informação não relevante, dada a exposição mínima ao tema, limitada ao compromisso da Fidelidade com o apoio ao "Fundo Florestas de Portugal".
E1-8		Ambas	Não Relevante	-

O S I G

RD	SUBTEMA MATERIAL	MATERIALI-DADE	RELEVÂN-CIA	SE NÃO RELEVANTE
S4-1 S4-2 S4-3 S4-4 S4-5	Inclusão social e impactos relacionados com a informação	Financeira	Relevante	-

Temas materiais para o Grupo Fidelidade por segmento da cadeia de valor

	TEMA	DESCRIÇÃO	O	S	I	G
Integração no negócio imediata	E1 – Mitigação das alterações climáticas	Processo de limitação do aumento da temperatura média global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais, em linha com o Acordo de Paris		■	■	
	E1 – Adaptação às alterações climáticas	Processo de adaptação às alterações climáticas atuais e previstas para mitigação dos impactos ou exploração de oportunidades benéficas		■	■	
	Add-in - Longevidade	IROs derivados da procura por maior longevidade e melhoria da qualidade de vida em todas as faixas etárias		■		■
	S1 - Colaboradores	Condições de trabalho, igualdade de direitos e oportunidades, bem como outros direitos laborais na própria força de trabalho	■			
Integração no negócio	E4 – Biodiversidade	Fatores diretos do impacto na perda de biodiversidade e dependências dos serviços dos ecossistemas				
	S4 – Inclusão Social	Acesso a produtos e serviços e práticas de *marketing* responsáveis e não-discriminatórias		■		
	S4 – Impactos relacionados c/ informação	Privacidade, liberdade de expressão e acesso a informação (de qualidade)		■		
	Add-in – Inovação digital	IIRO derivados de tecnologias como inteligência artificial, computação em *cloud* e gestão avançada de dados		■		
Esforços contínuos	*Add-in* – Responsabilidade social corporativa	IROs do investimento na coesão social e resiliência através de parcerias que enderecem os principais desafios sociais	■			
	G1 – Cultura corporativa	Normas do Grupo como valores, missão e código de ética e conduta	■			
	G1 – Corrupção e suborno	Abuso de poder para ganho pessoal e oferta, entrega ou receção de algo de valor para influenciar uma decisão ou ação	■			
	E1 – Energia	Produção e consumo de energia				
	E2 - Poluição	Poluição do ar (excluindo GEE), da água, do solo e dos organismos vivos, substâncias de preocupação e microplásticos				
	E3 – Água e mar	Consumo de água superficial ou subterrânea e extração e utilização de recursos marinhos				
	E5 – Economia circular	Minimização do consumo de recursos, *design* para a durabilidade e minimização de resíduos				
	S2 – Trabalhadores na cadeia de valor	Condições de trabalho, igualdade de direitos e oportunidades e outros direitos laborais nos trabalhadores da cadeia de valor				
	S4 – Segurança pessoal	Segurança pessoal dos clientes, incluindo questões de saúde e segurança, proteção individual e proteção de crianças				
	G1 – Denúncia irregularidades	Políticas de proteção de denunciantes, como canais de reporte, formações e medidas para a proteção contra retaliações	■			
	G1 – Relação c/ fornecedores	Aplicação de critérios de triagem para a seleção de fornecedores, condições de pagamento e código de ética para fornecedores				
	G1 – Bem-estar animal	Políticas relacionadas com o bem-estar animal, incluindo medidas contra a crueldade animal				
	G1 – Envolvimento político e *lobbying*	Exercício de influência política através de contribuições políticas para moldar políticas e tomadas de decisão				
Monito-rização	S3 – Comunidades afetadas	Direitos económicos, sociais, culturais, civis e políticos das comunidades, bem como os direitos dos povos indígenas				

■ Material ■ Não aplicável

Lista de impactos, riscos e oportunidades materiais

As tabelas seguintes apresentam os impactos relacionados com sustentabilidade (positivos e negativos), os riscos e as oportunidades que foram identificados e avaliados como materiais, no âmbito da análise de dupla materialidade. Nestas, é possível identificar a correspondência entre os IRO e os respetivos segmentos da cadeia de valor.

TEMA/ SUBTEMA	DESCRIÇÃO IRO	IDENTIFICAÇÃO IRO	CADEIA DE VALOR
MITIGAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	#1 Exposição setorial às alterações climáticas nos seguros	Impacto Negativo	S
	#2 Exposição setorial às alterações climáticas nos investimentos	Impacto Negativo	I
	#3 Risco de transição nos seguros	Risco	S
	#4 Oferta de seguros sustentáveis para a mitigação das alterações climáticas	Oportunidade	S
	#5 Risco de transição nos investimentos	Risco	I
	#6 Investimento sustentável	Oportunidade	I
ADAPTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	#7 Gestão responsável da adaptação climática	Impacto Positivo	S
	#8 Investimento para suportar o desenvolvimento da resiliência climática	Impacto Positivo	I
	#9 Exposição ao risco físico nos seguros	Risco	S
	#10 Exposição ao risco físico nos investimentos	Risco	I
	#11 Oferta de seguros sustentáveis para a adaptação às alterações climáticas	Oportunidade	S
CONDIÇÕES DE TRABALHO	#12 Condições de trabalho dos colaboradores	Impacto Positivo	O
	#13 Envolvimento dos colaboradores	Oportunidade	O
IGUALDADE DE TRATAMENTO E DE OPORTUNIDADES	#14 Diversidade, equidade e inclusão	Impacto Positivo	O
	#15 Atração de colaboradores	Oportunidade	O
OUTROS DIREITOS LABORAIS NA *OWN WORKFORCE*	#16 Privacidade dos dados dos colaboradores	Risco	O
INCLUSÃO SOCIAL	#17 Seguros inclusivos	Impacto Positivo	S
	#18 *Greenwashing*	Risco	S
IMPACTOS RELACIONADOS COM A INFORMAÇÃO	#19 Violação de dados no setor segurador	Risco	S
	#20 Violação de dados relativos a gestão de sinistros	Risco	G
CULTURA CORPORATIVA	#21 Valores e compromissos corporativos/conduta corporativa	Impacto Positivo	O
	#22 Comportamento ético dos colaboradores/cultura corporativa	Oportunidade	O
CORRUPÇÃO E SUBORNO	#23 Combate à corrupção e ao suborno	Impacto Positivo	O
	#24 *Compliance* em matéria de suborno e corrupção	Risco	O
DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES	#25 *Compliance* em matéria de denúncias e irregularidades	Risco	O
LONGEVIDADE	#26 Oferta social	Impacto Positivo	S
	#27 Oferta de longevidade	Oportunidade	S
	#28 Mudança demográfica	Risco	G
INOVAÇÃO DIGITAL	#29 Implementação da digitalização e inteligência artificial para melhorar a experiência do cliente	Impacto Positivo	S
	#30 Eficiência da digitalização e da inteligência artificial	Oportunidade	S
	#31 *Compliance* em matéria regulatória de inovação digital	Risco	S
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	#32 Propósito social	Impacto Positivo	O

Os IROs #1 a #26 estão em conformidade com os Requisitos de Divulgação da ESRS, enquanto os IROs #27 a #32 dizem respeito a divulgações adicionais específicas da entidade, relacionadas com a longevidade, a inovação digital e a responsabilidade social corporativa.

A Fidelidade reconhece a importância de avaliar e divulgar os efeitos financeiros dos riscos materiais sobre a sua posição financeira, desempenho e fluxos de caixa. A sua ambição é expandir gradualmente este esforço inicial, para a análise de outros riscos materiais, com o objetivo de garantir a transparência em relatórios futuros. Adicionalmente, propõe-se a integrar de forma mais precisa os riscos materiais atuais e potenciais no seu modelo de negócio, cadeia de valor, estratégia e processos de tomada de decisão, como parte da revisão da sua estratégia corporativa (Aplicável aos IROs #3, #4, #5, #6, #9, #10, #11, #13, #15, #16, #18, #19, #20, #22, #24, #25, #26, #27, #29 e #30).

O Grupo Fidelidade avaliou o impacto dos riscos climáticos no valor de mercado dos seus ativos, tendo em consideração horizontes temporais de 1, 5 e 25 anos. A abordagem metodológica adotada centra-se na resiliência financeira, através da estimativa da perda do Valor Líquido dos Ativos (VLA) e do impacto nas demonstrações financeiras. Nesta fase, os resultados quantitativos divulgados referem-se sobretudo à exposição dos ativos. Adicionalmente, o Grupo está a realizar uma avaliação dos riscos naturais, dada a sua relevância para a sustentabilidade do negócio. A Fidelidade ambiciona alargar progressivamente a análise a outros riscos materiais, integrando-os na sua estratégia e modelo de negócio, no âmbito de um processo contínuo da revisão estratégica (Aplicável aos IROs #3, #5, #9 e #10).

A estratégia da Fidelidade responde de forma eficaz aos impactos, riscos e oportunidades mais relevantes do seu modelo de negócio, com ênfase na mitigação e adaptação às alterações climáticas, longevidade e força de trabalho. O Impact Center for Climate Change analisa os impactos climáticos na cadeia de valor, reforçando a resiliência dos portefólios de seguros e investimentos. Além disso, o Transition Plan, as Green Bonds e o Fundo Florestal contribuem para a redução de emissões. Quanto à longevidade, a Fidelidade responde ao envelhecimento demográfico com produtos inovadores como o MySavings, o Multicare 60+ e o Sofia, o que permite conciliar o impacto social e as oportunidades de crescimento. Por fim, a aposta no envolvimento e retenção de talento assegura a sustentabilidade do negócio, mitigando riscos operacionais e reforçando a competitividade da empresa.

Interligação entre os impactos e os riscos e oportunidades identificados

A identificação de riscos e oportunidades pode estar diretamente associada aos impactos identificados durante o processo de avaliação. Nas tabelas seguintes encontram-se apresentados exemplos específicos de como os riscos e as oportunidades se interrelacionam com os impactos identificados:

IROs #3 e #5 – Risco de transição no setor dos seguros e investimentos

Os riscos de transição são potenciados pelos impactos negativos associados aos IROs #1 e #2, que abordam a exposição setorial às mudanças climáticas no setor dos seguros e investimentos. A exposição da Fidelidade a setores que contribuem para as mudanças climáticas aumenta a complexidade e os desafios da transição, o que intensifica os riscos de transição enfrentados pela companhia.

IRO #11 – Oferta sustentável

A oportunidade identificada está associada aos IROs #7, #17 e #26 – Gestão responsável da adaptação climática, Seguros Inclusivos e Oferta social.

Ao oferecer produtos e serviços que apoiam a adaptação e a inclusão social, a Fidelidade não só tem um impacto positivo sobre as pessoas e o meio ambiente, como transforma esses impactos numa oportunidade de negócio significativa.

IRO #13 –Envolvimento dos colaboradores

A oportunidade identificada é potenciada pelos impactos positivos dos IROs #12, #14 e #21 – Condições de trabalho dos colaboradores, Diversidade, equidade e inclusão e Valores e compromissos corporativos/ conduta corporativa.

Proporcionar boas condições de trabalho e promover a diversidade, equidade e inclusão resulta num maior *engagement* dos colaboradores, o que, por sua vez, gera benefícios substanciais para a Fidelidade, incluindo uma maior produtividade e lealdade. A existência de valores e compromissos sólidos potencia o envolvimento dos colaboradores.

IRO #15 – Atração de colaboradores

A oportunidade identificada encontra-se ligada aos IROs #12, #14 e #21 – Condições de trabalho dos colaboradores, diversidade, equidade e inclusão e valores e compromissos corporativos/ conduta corporativa.

Garantir boas condições de trabalho e priorizar a diversidade, equidade e inclusão facilita a atração de uma força de trabalho de qualidade e diversificada, o que resulta em impactos positivos na posição financeira da companhia e na sua reputação global. A existência de valores e compromissos sólidos potencia a atração de colaboradores para a companhia.

IRO #22 – Comportamento ético dos colaboradores/cultura corporativa

A oportunidade identificada está associada ao IRO #21 – Valores e compromissos corporativos/ conduta corporativa

Valores corporativos sólidos promovem uma tomada de decisão transparente, responsável e que gera confiança entre colaboradores, clientes e investidores. Este ambiente favorece altas taxas de produtividade, recrutamento de talentos de excelência, satisfação dos colaboradores e o cumprimento das regulamentações.

IRO #31 – *Compliance* em matéria regulatória de inovação digital

A oportunidade identificada está associada ao IRO #30 – Eficiência da digitalização e da inteligência artificial.

A digitalização e a Inteligência Artificial (IA) não apenas otimizam a experiência do cliente como incrementam a eficiência operacional, gerando benefícios financeiros tangíveis para a Fidelidade.

Os riscos relacionados com a sustentabilidade não têm precedência sobre os riscos não relacionados com esta temática. Ambos são geridos e monitorizados com o mesmo rigor e diligência, garantindo uma abordagem equilibrada e abrangente na gestão de riscos em todas as vertentes do negócio.

A gestão dos riscos relacionados com a sustentabilidade é essencial para as seguradoras devido ao seu impacto nos ativos e passivos, como é o caso dos riscos associados às alterações climáticas. No Grupo Fidelidade, esses riscos são tratados com o mesmo rigor que os riscos não relacionados com a sustentabilidade, garantindo uma abordagem equilibrada da gestão de riscos em todas as áreas do negócio. As ações adotadas incluem a criação de um Comité de Sustentabilidade, a integração de temas de sustentabilidade em políticas de gestão de riscos, como a Own risk and solvency assessment (ORSA), e a implementação de políticas específicas, como a de Investimento Responsável e de Clima e Ambiente.

No que se refere à integração de riscos e oportunidades de sustentabilidade no segmento de seguros, o Grupo tem ajustado a oferta de seguros de vida de modo a cumprir a SFDR (artigo 8.º) e a Política de Conceção de Produtos no ramo não-vida já contempla uma análise de sustentabilidade. Em matéria de investimentos, o Grupo adota critérios ESG, incluindo a exclusão de indústrias controversas (tabaco, jogo e armas) e a preferência por ativos com rating ESG, com o objetivo de assegurar que 75% do portefólio apresenta um rating de baixo risco. No que respeita às operações próprias, a Fidelidade está a proceder à transição da sua frota para veículos híbridos ou elétricos, a adotar fontes de energia renováveis e a construir uma nova sede com certificação LEED Platinum. O Comité de Sustentabilidade, composto por *executives* da organização, supervisiona estas iniciativas. No processo de gestão de sinistros, têm vindo a ser implementadas medidas com foco na sustentabilidade, que promovem a circularidade e o uso responsável de recursos.

Envolvimento dos *stakeholders*

Garantir a escuta ativa dos *stakeholders* permite ao Grupo Fidelidade identificar impactos significativos, mitigar riscos e explorar novas oportunidades de negócio.

O envolvimento de *stakeholders* tem como propósito fortalecer a confiança, garantir transparência e alinhar as operações do Grupo com as expectativas dos principais intervenientes. O processo é fulcral para:

- Construir relações duradouras assentes na confiança e na colaboração;
- Melhorar a excelência operacional e a adaptação ao mercado através do *feedback* dos *stakeholders*;
- Assegurar a integração dos princípios ESG na estratégia empresarial;
- Aumentar a satisfação de clientes e investidores, através da promoção da personalização dos serviços e da mitigação de riscos;
- Orientar a tomada de decisão e a definição estratégica com contributos valiosos; e
- Reforçar a transparência e a responsabilidade corporativa.

Além disso, este envolvimento permite identificar temas materiais de sustentabilidade, incorporar diversas perspetivas e alinhar a sua estratégia com as necessidades e desafios externos.

MEIOS DE ENVOLVIMENTO		STAKEHOLDERS	Parceiros de negócio	Clientes	Administração e colaboradores	Especialistas de sustentabilidade	Sociedade e comunidades	Fornecedores	Entidades pares	Entidades setoriais
Reportar	Reuniões dos órgãos de gestão e Comités				•					
	Informação de gestão				•					
	Relatório Integrado		•	•	•	•	•	•	•	•
Comunicar	*Website*		•	•	•	•	•	•	•	•
	Brochuras informativas		•	•						
	Imprensa		•	•	•	•	•	•	•	•
	Newsletters		•	•	•		•			
	Intranet / Extranet		•		•					
	SMS promocionais			•						
	Redes sociais		•	•	•	•	•	•	•	•
	Aplicações			•						
Inovar	Protocolos e parcerias com universidades / outras entidades setoriais						•			•
	Grupos de trabalho		•			•			•	•
Promover	Ações de educação e sensibilização		•				•	•		
	Apoio a iniciativas e projetos						•			•
	Eventos, encontros e conferências		•	•	•	•	•	•	•	•
Envolver	Reuniões de quadros				•					
	Encontros com representantes de trabalhadores				•					
	Iniciativas de envolvimento com a comunidade local		•	•			•			
	Canais de comunicação com clientes para atendimento de reclamações e sugestões			•						
	Diálogo com associações de consumidores			•						
Avaliar	Inquéritos de satisfação		•	•						
	Pesquisas de mercado			•						
	Consultas públicas para definição de novas medidas legais e regulamentares									•

A Fidelidade continuará a integrar o *feedback* dos *stakeholders* na sua estratégia, com foco na inovação de produtos, sustentabilidade e eficiência operacional. O Grupo planeia, durante o presente ciclo estratégico, reforçar a aplicação de critérios ESG nos diversos segmentos de negócio, através da promoção de investimentos sustentáveis, da expansão dos produtos sustentáveis e do aumento da transparência nos relatórios, com marcos específicos associados aos prazos regulatórios e revisões estratégicas internas.

Os ajustes estratégicos previstos deverão fortalecer as relações com *stakeholders* ao longo de toda a cadeia de valor, sobretudo no contexto das conclusões da avaliação de dupla materialidade, que influenciam a forma como a Fidelidade gere riscos, oportunidades e expectativas, em particular no âmbito das alterações climáticas.

A Fidelidade assegura ainda que os órgãos de gestão e supervisão estão permanentemente informados sobre os interesses e expectativas dos *stakeholders* em matéria de sustentabilidade, através de mecanismos formais de comunicação. Os temas ESG são regularmente discutidos com a Administração, sendo o Comité de Sustentabilidade responsável por garantir a sua integração na estratégia corporativa. Adicionalmente, o *feedback* recolhido junto de clientes, parceiros e reguladores é sistematicamente considerado nos processos de tomada de decisão, consolidando a sustentabilidade como um pilar central da estratégia do Grupo.

Metodologia de análise de *stakeholders*

A estratégia de *engagement* do Grupo Fidelidade assenta numa abordagem estruturada e transversal, garantindo a interação contínua com *stakeholders* internos e externos ao longo da cadeia de valor. Este processo foi integrado na avaliação de dupla materialidade e envolveu diferentes perfis de *stakeholders* em momentos distintos, assegurando uma perspetiva abrangente e equilibrada.

O mapeamento e envolvimento de *stakeholders* foi realizado em dois momentos complementares. Numa fase transversal, foram envolvidos a Comissão Executiva (incluindo o CEO) e áreas funcionais-chave. Numa segunda dimensão, segmentada por cadeia de valor, participaram *stakeholders* internos estratégicos das áreas de Seguros, Investimentos, Operações Próprias e Cadeia de Abastecimento e Gestão de Sinistros, bem como *stakeholders* externos relevantes, incluindo clientes, distribuidores, investidores, parceiros e, quando pertinente, ONGs, com o objetivo de desafiar e validar os resultados obtidos.

A metodologia aplicada compreendeu duas fases:

- pré-avaliação interna, com um peso relativo de 80%, conduzida pelo Diretor de Sustentabilidade em articulação com *focal points* internos e a gestão de topo, destinada à definição de critérios, recolha de informação e avaliação de impactos e riscos financeiros;
- recolha de *feedback* externo, com um peso de 20%, realizada através de entrevistas e análise crítica dos resultados preliminares.

Os resultados da avaliação de dupla materialidade foram discutidos com a Comissão Executiva e aprovados pelo Conselho de Administração, cabendo à Direção de Sustentabilidade a documentação integral do processo[1].

Governação

Governo de sustentabilidade[2]

Conselho de Administração e Comissão Executiva

O Conselho de Administração (CA), enquanto órgão de governação da Fidelidade, é responsável pela definição da estratégia global do Grupo, pela supervisão dos seus impactos e pelo reporte do seu desempenho, especialmente no que respeita aos temas materiais. A gestão estratégica e operacional da sustentabilidade da Fidelidade é, no entanto, delegada na Comissão Executiva (CE), que assegura a implementação das políticas e iniciativas definidas e monitoriza a sua execução. O presidente da CE tem responsabilidade sobre o pelouro da sustentabilidade.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2025
Executivos (n.º)	7
Não-executivos (n.º)	10
Feminino (%)	11,76%
Masculino (%)	88,24%
Independentes (%)	0%

[1] Para mais detalhe sobre o processo, realizado em 2024, consultar o Relatório Único Integrado da Fidelidade 2024.

[2] A responsabilidade pelos impactos, riscos e oportunidades no Grupo Fidelidade está formalizada em ordens de serviço que criaram o Comité de Sustentabilidade e a Direção de Sustentabilidade, e em diversas políticas.

Comité de Sustentabilidade

Para reforçar a estrutura, a Fidelidade dispõe de um Comité de Sustentabilidade, responsável por analisar regularmente temas relacionados com ESG e por supervisionar os IRO associados a temas ESG. Este órgão reúne membros do CA, da CE e de diversas direções-chave da organização.

O Comité desempenha um papel determinante ao transmitir preocupações relevantes dos stakeholders, avaliar o impacto da atividade do Grupo e propor recomendações estratégicas ao CA. Atua também como órgão consultivo e de apoio à gestão de topo, intervindo na definição de pilares estratégicos. Cabe-lhe ainda gerir e acompanhar os IRO de forma geral, sem prejuízo de os temas continuarem a ser abordados nos respetivos fóruns criados para o efeito.

Este órgão reúne com frequência mensal para apoiar decisões estratégicas, disseminar práticas de gestão sustentável e promover a criação de valor através de metas ESG. Entre estas incluem-se a redução de emissões, a promoção da diversidade e o reforço das práticas de governação, com progresso monitorizado através de KPIs.

Direção de sustentabilidade

A Direção de Sustentabilidade assegura a integração da sustentabilidade no modelo de negócio e processos, bem como a monitorização regular da eficácia da estratégia implementada. Reportando diretamente ao CEO (vice-presidente do CA), é responsável pelo cumprimento de compromissos e objetivos, bem como pela condução de processos de *due diligence* que identificam e gerem os impactos do Grupo na sociedade e no ambiente.

A Direção conta com uma rede de interlocutores das várias empresas e operações, garantindo o acompanhamento dos temas a nível local e a adaptação às especificidades de cada contexto. O seu Diretor reporta mensalmente ao Comité de Sustentabilidade e, duas vezes por ano, à CE e ao CA, reforçando a ligação entre a execução operacional e os níveis de decisão estratégica.

Promoção do conhecimento e competências

No âmbito do Comité de Sustentabilidade, há uma preocupação contínua em promover o conhecimento sobre os diversos temas de sustentabilidade. Para isso, são frequentemente convidados consultores externos especializados para apresentarem insights técnicos, garantindo que os participantes estejam bem-informados sobre questões críticas para a gestão de impactos, riscos e oportunidades (IRO).

O Diretor de Sustentabilidade do Grupo tem formação específica na área, o que garante um alto nível de conhecimento técnico para liderar e orientar as discussões e iniciativas relacionadas aos IRO. Esses esforços garantem que as competências necessárias para a supervisão de temas ESG sejam continuamente avaliadas e desenvolvidas.

Durante o ano de 2024, foi realizada uma formação obrigatória sobre sustentabilidade para todos os colaboradores, incluindo a Comissão Executiva.

ESG *insights*

Duas vezes por ano é promovida uma reunião designada por "ESG Insights", que reúne o *Chairman*, o CEO, membros da CE, *executives* (incluindo representantes das subsidiárias em Portugal), *managers* e elementos da empresa com participação relevante no que se refere às matérias de sustentabilidade.

Estas sessões têm como principais objetivos divulgar informação sobre a estratégia ESG e sua implementação e atualizar o estado da implementação da estratégia e das respetivas iniciativas, alertando para eventuais desvios e aprofundando determinadas iniciativas.

Formação em estratégia de sustentabilidade

Em 2025 foi promovida uma formação sobre estratégia em sustentabilidade, dirigida aos membros da CE e *executives* da Fidelidade. Esta formação teve como principais objetivos: i) Promover a discussão sobre os desafios da sustentabilidade e os riscos e oportunidades que estes representam para a Fidelidade; ii) Compreender a estratégia de sustentabilidade da Fidelidade e como se deverá construir resiliência a longo prazo nos setores em que atua; iii) Desenvolver competências para uma mudança transformadora alinhada com a missão da Fidelidade.

Integração da sustentabilidade nos esquemas de incentivo

A Fidelidade mantém o seu compromisso com a sustentabilidade ao incorporar critérios de desempenho ESG no modelo de remuneração dos membros da Comissão Executiva (CE). A política de remuneração dos órgãos sociais estabelece que a componente variável do prémio dos membros da CE esteja dependente de objetivos relacionados com a sustentabilidade.

Deste modo, a componente variável da remuneração dos membros da CE encontra-se diretamente associada ao cumprimento de metas relacionadas com critérios ESG, os quais são revistos anualmente e refletem as prioridades estratégicas da Fidelidade nas dimensões ambiental, social e de governação. Estes critérios funcionam como métricas de desempenho para a atribuição do prémio variável, sendo o respetivo nível de cumprimento determinante para o valor final atribuído[1].

Os critérios ESG considerados na avaliação do desempenho abrangeram: ESG Ratings; Oferta Sustentável; Redução de Emissões de GEE; Estratégia Nature Positive; Impact Center for Climate Change; Fundo Florestal; e Dupla Materialidade. Adicionalmente, foram considerados critérios ESG relacionados com os trabalhadores, nomeadamente envolvimento dos colaboradores, taxa de mobilidade de talentos, desenvolvimento de talento e melhoria da gestão de temas de capital humano, refletidos também nos ratings ESG.

[1] Para mais detalhe sobre questões relacionadas com incentivos e remuneração consultar o Relatório de Governo, nomeadamente a Política de Remuneração.

Relativamente à ponderação destes critérios, 10% da remuneração variável da Comissão Executiva depende diretamente do cumprimento de metas e/ou impactos relacionados com sustentabilidade. Para além desta percentagem, os temas relacionados com os colaboradores são igualmente considerados através de um coeficiente de ajustamento, e não de uma ponderação fixa. Do total da remuneração da Comissão Executiva, 3% encontra-se especificamente associado a objetivos ambientais, em particular à redução da pegada de carbono

A definição e aprovação da remuneração dos membros dos órgãos sociais é da responsabilidade da Comissão de Remunerações.

Em Portugal (exceto na Luz Saúde), todas as áreas têm nos seus *scorecards* um objetivo ESG transversal, com um peso de 10%, exceto quando a Direção de Sustentabilidade identifica a área como uma unidade com um projeto relevante e bem definido nesse tema. Nesses casos, a área mantém um objetivo ESG, mas específico, medindo o seu contributo para essa iniciativa em particular.

Políticas de sustentabilidade

A responsabilidade pelos impactos, riscos e oportunidades no Grupo Fidelidade está formalizada em diversas políticas[1], que refletem o compromisso do Grupo com uma gestão responsável e sustentável, nomeadamente[2]:

POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE		
POLÍTICA DE *PROCUREMENT* SUSTENTÁVEL		
POLÍTICA DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL[3]		
ENVIRONMENTAL	*SOCIAL*	*GOVERNANCE*
POLÍTICA DO AMBIENTE E DO CLIMA[4]	POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS COLABORADORES[5]	CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA[5 6]
	POLÍTICA DE DIVERSIDADE, EQUIDADE, INCLUSÃO E SENTIDO DE PERTENÇA[5]	CÓDIGO DE CONDUTA DE FORNECEDORES[6]
	POLÍTICA DE *WELLBEING*[5]	POLÍTICA DE COMPLIANCE[6]
		POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES[6]
		POLÍTICA DE ANTISSUBORNO E ANTICORRUPÇÃO[6]
		PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS[6]

Política de sustentabilidade

A Política de Sustentabilidade reflete a visão da Fidelidade sobre sustentabilidade e estabelece os princípios que norteiam o modelo de negócio do Grupo, o processo de criação de valor e o cumprimento das obrigações legais.

A Política estabelece:

- Compromissos do Grupo Fidelidade com a sustentabilidade;
- Posicionamento e estratégia de sustentabilidade do Grupo para atingir os objetivos definidos;
- Forma de integrar os objetivos de sustentabilidade nas outras políticas e processos do Grupo;
- Modelo de governação corporativa da sustentabilidade, papéis e responsabilidades na implementação e monitorização da respetiva estratégia.

A Política reflete diversos compromissos dos quais o Grupo é signatário e foi desenvolvida com base em documentos orientadores nacionais e internacionais, nomeadamente: UN Global Compact, UN Principles for Sustainable Insurance (UNEP FI – PSI), CEOs call to action "A new deal for Europe" do CSR Europe, Carta de Princípios do BCSD Portugal, Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020, UN Principles for Responsible Investment (PRI) e Net Zero Asset Owner Alliance (NZAOA).

Política de *procurement* sustentável

A Política de *Procurement* Sustentável reflete a crença de que para fazer face aos desafios da transição para uma economia mais sustentável é necessário envolver fornecedores, subcontratados e parceiros de negócio (referidos doravante como Parceiros).

A Política estabelece os princípios orientadores na qualificação, seleção e contratação de Parceiros, regendo-se pela adoção dos mais altos padrões de integridade, ética e conduta profissional, conforme estabelecido também no Código de Conduta de Fornecedores.

A Política reflete diversos compromissos dos quais o Grupo é signatário e foi desenvolvida com base em documentos orientadores nacionais e internacionais, nomeadamente: UN Global Compact, UNEP FI - PSI, Carta de Princípios do BCSD Portugal, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Código de Ética APCADEC, Acordo de Paris, ODS, Pacto Ecológico Europeu e Lei de Bases do Clima.

[1] As Políticas e suas atualizações são aprovadas pela Comissão Executiva e publicadas e comunicadas aos colaboradores através dos portais internos e aos restantes *stakeholders* externamente através do *website* da Fidelidade.

[2] Lista não exaustiva de Políticas – apenas são incluídas as mais relevantes. Mais se acrescenta que as empresas do Grupo possuem políticas próprias, ajustadas ao seu contexto específico, as quais não são objeto de reporte neste documento.

[3] Mais detalhe sobre a Política de Investimento Sustentável disponível nas Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas aqui.

[4] Mais detalhe sobre a Política do Ambiente e do Clima disponível nas Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas aqui.

[5] Mais detalhe sobre os documentos disponível nas Divulgações Sociais > Colaboradores aqui.

[6] Mais detalhe sobre os documentos disponível nas Divulgações de Governação > Conduta Empresarial aqui.

Due diligence de sustentabilidade

O processo de *due diligence* da Fidelidade refere-se ao processo através do qual o Grupo identifica, previne, mitiga e contabiliza os impactos negativos reais e potenciais sobre aspetos de sustentabilidade. De seguida apresentam-se os elementos essenciais da *due diligence*, tal como definidos nos ESRS, e a informação relevante correspondente apresentada no Relatório.

ELEMENTOS ESSENCIAIS DE *DUE DILIGENCE*	SECÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	ESRS
a) Integrar o dever de diligência na governação, na estratégia e no modelo de negócios	Divulgações gerais > Estratégia Divulgações gerais > Governação	ESRS 2 GOV-2 ESRS 2 GOV-3 ESRS 2 SBM-3
b) Dialogar com as partes interessadas afetadas em todas as etapas essenciais do dever de diligência	Divulgações gerais > Estratégia divulgações sociais > Colaboradores Divulgações sociais > Clientes Outras divulgações > Responsabilidade social corporativa	ESRS 2 GOV-2 ESRS 2 SBM-2 S1-2 S4-2 MDR-A
c) Identificar e avaliar os impactos negativos	Divulgações gerais > Estratégia divulgações ambientais > Alterações climáticas	ESRS 2 IRO-1 ESRS 2 SBM-3
d) Tomar medidas para dar resposta a esses impactos negativos	Divulgações ambientais > Alterações climáticas Subcapítulo *Transformação pela Fidelidade* dos capítulos: ▪ Divulgações gerais > Estratégia ▪ Divulgações sociais > Colaboradores ▪ Divulgações sociais > Clientes ▪ Outras divulgações > Longevidade ▪ Outras divulgações > inovação digital ▪ Outras divulgações > Responsabilidade social corporativa	E1-3 S1-3 S1-4 S4-3 G1-1 ESRS 2 MDR-A
e) Acompanhar a eficácia destes esforços e comunicar	Divulgações ambientais > Alterações climáticas Subcapítulo *Impacto da Fidelidade* dos capítulos: ▪ Divulgações gerais > Estratégia ▪ Divulgações sociais > Colaboradores ▪ Divulgações sociais > Clientes ▪ Outras divulgações > Longevidade ▪ Outras divulgações > Inovação digital ▪ Outras divulgações > Responsabilidade social corporativa	E1-6 S1-6 S4-4 G1-3 G1-4 ESRS 2 MDR-M

A Fidelidade está comprometida com a transparência e melhoria contínua do processo e continuará a atualizar as suas práticas de *due diligence* de acordo com as regulamentações aplicáveis e as melhores práticas do setor. Face ao exposto, a Fidelidade encontra-se em processo de desenvolvimento de um modelo estruturado de *due diligence* alinhado com a *Corporate Sustainability Due Diligence Directive* (CSDDD), prevendo a formalização de políticas e processos a médio prazo.

Controlo interno

A Fidelidade tem implementado um modelo para a gestão de risco e controlo aplicável ao reporte de sustentabilidade, assegurando a identificação, avaliação e mitigação de riscos nas diversas fases do processo — da recolha à revisão e divulgação da informação, composto por diversos níveis de intervenção e diferentes responsabilidades:

- Direções: responsáveis pela implementação de controlos eficazes sobre a informação que reportam, incluindo a identificação, gestão, medição, controlo, mitigação e comunicação dos riscos que possam afetar a qualidade e fiabilidade da informação.
- Direção de Sustentabilidade: responsável pela monitorização dos desenvolvimentos regulamentares, pela realização da análise de dupla materialidade e pela identificação dos IROs. Complementarmente, define o conteúdo do reporte de sustentabilidade, ao determinar as necessidades de informação e alinhar as metodologias de cálculo das métricas. Em coordenação com as áreas responsáveis pela coordenação do Relatório Anual, estabelece os prazos e o calendário para o Relatório de Gestão, bem como as áreas responsáveis pelas diversas métricas e informações necessárias, assegurando um processo estruturado e coerente.
- Comissão Executiva e Conselho de Administração: responsáveis pela revisão e aprovação final do reporte de sustentabilidade antes da sua publicação, garantindo o alinhamento com a estratégia e compromissos do Grupo.
- Auditor externo: responsável por avaliar a conformidade do reporte com as normas aplicáveis, confirmando que nada chegou ao seu conhecimento que comprometa a exatidão ou integridade da informação divulgada.

Abordagem de avaliação de riscos

A Fidelidade mantém processos de gestão de risco associados à preparação, revisão, aprovação e divulgação do reporte de sustentabilidade assegurando a sua qualidade, consistência e rastreabilidade.

Esta abordagem baseia-se em três atividades chave:

- Existência de controlos para mitigar possíveis riscos associados ao processo de preparação, revisão, aprovação e divulgação da informação de sustentabilidade;
- Definição de responsabilidades de modo a garantir que as áreas compreendem os riscos inerentes e implementam medidas adequadas – deste modo, a integração das conclusões sobre riscos identificados e dos controlos é realizada de maneira estruturada;
- Promoção de uma comunicação clara com os *stakeholders*, assegurando que a informação reportada se encontra completa, correta e alinhada com a estratégia do Grupo.

Riscos identificados e estratégias de mitigação

A Fidelidade identificou três principais riscos no âmbito do processo de reporte de informação de sustentabilidade, tendo implementado estratégias de mitigação em resposta a esses riscos:

RISCOS	ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO
Informação incorreta ou incompleta, resultante de erros na recolha, introdução ou processamento de dados.	Acompanhamento regular das direções envolvidas, mecanismos de controlo na recolha e consolidação dos dados, e implementação de ferramenta interna para acompanhamento das métricas.
Omissão de informação relevante, devido a uma avaliação de materialidade desadequada, e consequente identificação incorreta de IROs.	Realização de análise de materialidade baseada em dados quantitativos, sempre que possível, e que considera a visão dos principais *stakeholders* relevantes, garantindo uma identificação robusta dos temas materiais e das obrigações de reporte associadas.
Incumprimento das normas regulamentares, com risco de multas ou impactos reputacionais.	Monitorização sistemática da evolução regulatória e integração das novas exigências legais nos processos internos de reporte.

Como parte integrante da mitigação de riscos, o reporte de sustentabilidade é sujeito a verificação independente por entidade externa, assegurando a conformidade com as normas aplicáveis. As conclusões do processo de auditoria são reportadas à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração, que validam a divulgação final antes da publicação.

Anexos

Datapoints decorrentes de outra legislação da UE

Apresenta-se abaixo os *datapoints* provenientes de outra legislação da União Europeia (UE)[1], com a respetiva localização no Relatório ou indicação dos que são avaliados como "Não materiais".

REQUISITO DE DIVULGAÇÃO	*DATAPOINT*	DECLARAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	SFDR	PILAR 3	REGULAMENTO *BENCHMARK*	LEI DO CLIMA DA UE	SECÇÃO
ESRS 2 GOV-1	21 (d)	Diversidade de género no Conselho de Administração	X		X		
ESRS 2 GOV-1	21 (e)	Percentagem de membros independentes do Conselho de Administração			X		Divulgações Gerais > Governação
ESRS 2 GOV-4	30	Declaração sobre *due diligence*	X				
ESRS 2 SBM-1	40 d (i)	Envolvimento em atividades relacionadas com combustíveis fósseis	X	X	X		Não material
ESRS 2 SBM-1	40 d (ii)	Envolvimento em atividades relacionadas com a produção química	X		X		Não aplicável
ESRS 2 SBM-1	40 d (iii)	Envolvimento em atividades relacionadas com armas controversas	X		X		Não aplicável
ESRS 2 SBM-1	40 d (iv)	Envolvimento em atividades relacionadas com o cultivo e produção de tabaco			X		Não aplicável
ESRS E1-1	14	Ano de transição para alcançar a neutralidade climática até 2050				X	Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas
ESRS E1-1	16 (g)	Entidades excluídas do *EU Paris-aligned Benchmarks*		X	X		
ESRS E1-4	34	Metas de redução das emissões de GEE	X	X	X		
ESRS E1-5	38	Consumo de energia proveniente de fontes fósseis, desagregado por tipo de fonte (apenas setores com elevado impacto climático)	X				Não material
ESRS E1-5	37	Consumo e *mix* energético	X				Não material
ESRS E1-5	40-43	Intensidade energética associada a atividades em setores de elevado impacto climático	X				Não material
ESRS E1-6	44	Emissões brutas de GEE do âmbito 1, 2 e 3 e totais	X	X	X		Divulgações Ambientais > Alterações climáticas
ESRS E1-6	53-55	Intensidade das emissões brutas de GEE	X	X	X		
ESRS E1-7	56	Remoções de GEE e créditos de carbono				X	Não material
ESRS E1-9	66	Exposição do portefólio de referência a riscos físicos relacionados com o clima			X		Divulgações Ambientais > Alterações climáticas
ESRS E1-9	66 (a); 66 (c)	Desagregação dos montantes monetários por risco físico agudo e crónico; localização de ativos significativos em risco físico material		X			
ESRS E1-9	67 (c)	Exposição da carteira de referência a riscos físicos relacionados com o clima		X			Não material
ESRS E1-9	69	Grau de exposição do portefólio a oportunidades relacionadas com o clima			X		Divulgações Ambientais > Alterações climáticas
ESRS E2-4	28	Quantidade de cada poluente listado no Anexo II do Regulamento E-PRTR emitido para o ar, água e solo	X				Não material
ESRS E3-1	9	Recursos hídricos e marinhos	X				Não material
ESRS E3-1	13	Política específica	X				Não material
ESRS E3-1	14	Oceano e mares sustentáveis	X				Não material
ESRS E3-4	28 (c)	Total de água reciclada e reutilizada	X				Não material
ESRS E3-4	29	Consumo total de água em m³ por receita líquida nas operações próprias	X				Não material
ESRS 2 – SBM 3 – E4	16 (a) i	-	X				Não material
ESRS 2 – SBM 3 – E4	16 (b)	-	X				Não material
ESRS 2 – SBM 3 – E4	16 (c)	-	X				Não material
ESRS E4 - 2	24 (b)	Práticas ou políticas de terra/agricultura sustentáveis	X				Não material
ESRS E4 - 2	24 (c)	Práticas ou políticas sustentáveis para oceanos/mares	X				Não material
ESRS E4 - 2	24 (d)	Políticas para abordar a desflorestação	X				Não material
ESRS E5 - 5	37 (d)	Resíduos não reciclados	X				Não material
ESRS E5 - 5	39	Resíduos perigosos e resíduos radioativos	X				Não material
ESRS 2 – SBM 3 – S1	14 (f)	Risco de incidentes de trabalho forçado	X				
ESRS 2 – SBM 3 – S1	14 (g)	Risco de incidentes de trabalho infantil	X				
ESRS S1-1	20	Compromissos da política de direitos humanos	X				Divulgações sociais > Colaboradores
ESRS S1-1	21	Políticas de *due diligence* sobre as questões abordadas pelas Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1 a 8			X		
ESRS S1-1	22	Processos e medidas para prevenir o tráfico de seres humanos	X				
ESRS S1-1	23	Política ou sistema de gestão de prevenção de acidentes de trabalho	X				

[1] Conforme listado no Anexo B do ESRS 2 - Lista de pontos de dados constantes de normas transversais e temáticas decorrentes de outra legislação da UE.

REQUISITO DE DIVULGAÇÃO	*DATAPOINT*	DECLARAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE	SFDR	PILAR 3	REGULAMENTO *BENCHMARK*	LEI DO CLIMA DA UE	SECÇÃO
ESRS S1-3	32 (c)	Mecanismos de tratamento de queixas/reclamações	X				Divulgações Sociais > Colaboradores
ESRS S1-14	88 (b) e (c)	Número de fatalidades e número e taxa de acidentes de trabalho	X		X		Não material
ESRS S1-14	88 (e)	Número de dias perdidos devido a lesões, acidentes, fatalidades ou doenças	X				Não material
ESRS S1-16	97 (a)	Desigualdade salarial de género não ajustada	X		X		Divulgações Sociais > Colaboradores
ESRS S1-16	97 (b)	Rácio excessivo de remuneração do CEO	X				
ESRS S1-17	103 (a)	Incidentes de discriminação	X				
ESRS S1-17	104 (a)	Não conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e da OCDE	X		X		Não material
ESRS 2 – SBM 3 – S2	11 (b)	Risco significativo de trabalho infantil ou trabalho forçado na cadeia de valor	X				Não material
ESRS S2-1	17	Compromissos de política de direitos humanos	X				Não material
ESRS S2-1	18	Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor	X				Não material
ESRS S2-1	19	Não conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e das diretrizes da OCDE	X		X		Não material
ESRS S2-1	19	Políticas de *due diligence* sobre questões abordadas pelas Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1 a 8			X		Não material
ESRS S2-4	36	Questões e incidentes de direitos humanos relacionados com a cadeia de valor a *upstream* e *downstream*	X				Não material
ESRS S3-1	16	Compromissos de política de direitos humanos	X				Não material
ESRS S3-1	17	Não conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, princípios da OIT ou diretrizes da OCDE	X		X		Não material
ESRS S3-4	36	Questões e incidentes de direitos humanos	X				Não material
ESRS S4-1	16	Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	X				Divulgações Sociais > Clientes
ESRS S4-1	17	Não conformidade com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e das diretrizes da OCDE	X		X		
ESRS S4-4	35	Questões e incidentes relacionados com os direitos humanos	X				
ESRS G1-1	10 (b)	Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção	X				
ESRS G1-1	10 (d)	Proteção dos denunciantes	X				

Requisitos de divulgação dos ESRS

Apresenta-se abaixo a lista de requisitos de divulgação dos ESRS cumpridos na preparação das demonstrações de sustentabilidade após o resultado da avaliação de materialidade [1].

ESRS 2 – Divulgações gerais

ESRS 2 – DIVULGAÇÕES GERAIS	SECÇÃO
BP-1 — Base geral para a elaboração das demonstrações de sustentabilidade	Divulgações gerais > Abordagem
BP-2 — Divulgações em relação a circunstâncias específicas	Divulgações ambientais > Alterações climáticas
GOV-1 — Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	Relatório de Gestão > Modelo de governo > Estrutura acionista e Governo da Sociedade
GOV-2 — Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	Divulgações gerais > Governação
GOV-3 — Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	Divulgações gerais > Governação
GOV-4 — Declaração sobre o dever de diligência	Divulgações gerais > Governação
GOV-5 — Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	Divulgações gerais > Governação
SBM-1 — Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Divulgações gerais > Estratégia
SBM-2 — Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Divulgações gerais > Estratégia
SBM-3 — Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Divulgações gerais > Estratégia
IRO-1 — Descrição do processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais	Divulgações gerais > Estratégia
IRO-2 — Requisitos de divulgação constantes de ESRS abrangidas pela demonstração de sustentabilidade da empresa	Divulgações gerais > Estratégia

[1] Foram omitidos os *standards* não reportados por não serem materiais, nomeadamente E2 - Poluição, E3 – Recursos hídricos e marinhos, E4 – Biodiversidade e ecossistemas e E5 – Utilização dos recursos e economia circular.

ESRS E1 – Alterações climáticas

E1 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	SECÇÃO
ESRS 2 GOV-3 — Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo	Divulgações gerais > Governação
E1-1 — Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas	Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Abordagem
ESRS 2 SBM-3 — Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Abordagem
ESRS 2 IRO-1 — Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima	Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Abordagem
E1-2 — Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Abordagem
E1-3 — Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Abordagem
E1-4 — Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Abordagem
E1-5 — Consumo energético e combinação de energia	Não material
E1-6 — Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Abordagem
E1-7 — Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono	Não material
E1-8 — Fixação interna do preço do carbono	Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Operações próprias
E1-9 — Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Abordagem

ESRS S1 – Colaboradores

S1 - COLABORADORES	SECÇÃO
ESRS 2 SBM-2 — Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Divulgações gerais > Estratégia
ESRS 2 SBM-3 — Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Divulgações gerais > Estratégia
S1-1 — Políticas relacionadas com a própria mão de obra	Divulgações sociais > Colaboradores > Abordagem
S1-2 — Processos para dialogar com a própria mão de obra e com os representantes dos trabalhadores sobre impactos	Divulgações gerais > Estratégia
S1-3 — Processos para corrigir os impactos negativos e canais para a própria mão de obra expressar preocupações	Divulgações sociais > Colaboradores > Abordagem
S1-4 — Tomada de medidas sobre os impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas medidas	Divulgações sociais > Colaboradores > Abordagem
S1-5 — Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Divulgações sociais > Colaboradores > Ambição
S1-6 — Características dos trabalhadores assalariados da empresa	Divulgações sociais > Colaboradores > Impacto
S1-7 — Características dos não assalariados na própria mão de obra da empresa	Não reportado – *Phase-in*
S1-8 — Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	Divulgações sociais > Colaboradores > Impacto
S1-9 — Métricas de diversidade	Divulgações sociais > Colaboradores > Impacto
S1-10 — Salários adequados	Não material
S1-11 — Proteção social	Não material
S1-12 — Pessoas com deficiência	Divulgações sociais > Colaboradores > Impacto
S1-13 — Métricas de formação e desenvolvimento de competências	Divulgações sociais > Colaboradores > Impacto
S1-14 — Métricas de saúde e segurança	Não material
S1-15 — Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	Não material
S1-16 — Métricas de remuneração (disparidade salarial e remuneração total)	Divulgações sociais > Colaboradores > Impacto
S1-17 — Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	Divulgações sociais > Colaboradores > Impacto

ESRS S4 – Clientes

S4 – CLIENTES	SECÇÃO
ESRS 2 SBM-2 — Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Divulgações gerais > Estratégia
ESRS 2 SBM-3 — Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócios	Divulgações gerais > Estratégia
S4-1 — Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	Divulgações sociais > Clientes > Abordagem
S4-2 — Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	Não reportado – *Phase-in*
S4-3 — Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	Divulgações sociais > Clientes > Abordagem
S4-4 — Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações	Não reportado – *Phase-in*
S4-5 — Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Não reportado – *Phase-in*

ESRS G1 – Sonduta empresarial

G1 – CONDUTA DE NEGÓCIO	SECÇÃO
ESRS 2 GOV-1 — O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção	Relatório de gestão > Modelo de governo > Estrutura acionista e governo da sociedade
ESRS 2 IRO-1 — Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais	Divulgações gerais > Estratégia
G1-1 — Políticas de conduta empresarial e cultura empresarial	Divulgações de governação > Conduta empresarial > Abordagem
G1-2 — Gestão das relações com os fornecedores	Não material
G1-3 — Prevenção e deteção de corrupção e suborno	Divulgações de governação > Conduta empresarial > Abordagem
G1-4 — Incidentes de corrupção ou suborno	Divulgações de governação > Conduta empresarial > Abordagem
G1-5 — Influência política e atividades de representação de grupos de interesse	Não material
G1-6 — Práticas de pagamento	Não material

Adicionalmente foram identificados três temas materiais não contemplados nos ESRS (longevidade, inovação digital e responsabilidade social corporativa), aos quais foi dada resposta de acordo com a estrutura abaixo:

Longevidade

LONGEVIDADE	SECÇÃO
Políticas adotadas para gerir o tema (MDR-P)	Outras divulgações > Longevidade > Abordagem
Ações e recursos relacionados com o tema (MDR-A)	Outras divulgações > Longevidade > Transformação
Métricas em relação ao tema (MDR-M)	Outras divulgações > Longevidade > Impacto
Metas para acompanhamento da eficácia das políticas e ações (MDR-T)	Outras divulgações > Longevidade > Anexos

Inovação digital

INOVAÇÃO DIGITAL	SECÇÃO
Políticas adotadas para gerir o tema (MDR-P)	Outras divulgações > Inovação Digital > Abordagem
Ações e recursos relacionados com o tema (MDR-A)	Outras divulgações > Inovação Digital > Transformação
Métricas em relação ao tema (MDR-M)	Outras divulgações > Inovação Digital > Impacto
Metas para acompanhamento da eficácia das políticas e ações (MDR-T)	Outras divulgações > Inovação Digital > Ambição

Responsabilidade social corporativa

INOVAÇÃO DIGITAL	SECÇÃO
Políticas adotadas para gerir o tema (MDR-P)	Outras divulgações > Inovação Digital > Abordagem
Ações e recursos relacionados com o tema (MDR-A)	Outras divulgações > Inovação Digital > Transformação
Métricas em relação ao tema (MDR-M)	Outras divulgações > Inovação Digital > Impacto
Metas para acompanhamento da eficácia das políticas e ações (MDR-T)	Outras divulgações > Inovação Digital > Ambição

Produtos

É proibida a celebração de contratos de seguro para cobrir certos riscos, como responsabilidade criminal, contraordenacional ou disciplinar, rapto e sequestro, posse ou transporte de drogas ilegais, e a morte de crianças com menos de 14 anos ou de indivíduos incapazes de governar a sua pessoa devido a anomalias psíquicas.

Segmentos da cadeia de valor

Os temas são reportados de acordo com os quatro segmentos da cadeia de valor da Fidelidade: Operações próprias e cadeia de abastecimento; Seguros; Investimentos; e Gestão de Sinistros.

TEMAS	O	S	I	G
E1 - Alterações Climáticas		X	X	
S1 - Colaboradores	X			
S4 - Clientes		X		X
G1 - Conduta de negócio	X			
Longevidade		X		X
Inovação Digital		X		
Responsabilidade Social Corporativa	X			

No caso das Alterações Climáticas, e apesar deste tema apenas ser material nos segmentos de Seguros e Investimentos, considerou-se crucial ter uma visão holística da pegada de carbono, pelo que se incluiu o cálculo e definição de metas para o segmento de Operações próprias e cadeia de valor.

Âmbito da informação

ENTIDADE SIMPLIFICADA	PAÍS
Fidelidade Angola	Angola
Alianza Bolívia	Bolívia
Garantia Cabo Verde	Cabo Verde
GEP	Portugal
FID Chile	Chile
The Prosperity Company	Liechtenstein
Fidelidade Macau	Macau
Fidelidade Moçambique	Moçambique
Alianza Paraguai	Paraguai
Fidelidade Portugal	Portugal
La Positiva	Perú
Luz Saúde	Portugal
Cetra	Portugal
Clínica Fisiátrica das Antas	Portugal
FPE/FPI	Portugal
Fidelidade SGOIC	Portugal
Fidelidade Assistência	Portugal
Multicare	Portugal
Vet sobre Rodas	Portugal
Via Directa	Portugal
Tenax	Reino Unido
Fidelidade França	França
Fidelidade Espanha	Espanha

Divulgações ambientais

Taxonomia 120

Alterações climáticas 127

Sumário

O presente capítulo apresenta as principais divulgações ambientais do Grupo, estruturadas em torno da taxonomia Europeia e das alterações climáticas.

No âmbito da Taxonomia, é apresentado o grau de alinhamento da carteira de ativos bem como da carteira de negócio não-vida.

Em matéria de alterações climáticas, descreve-se a abordagem estratégica do Grupo, incluindo o Transition Plan, as metas definidas e o respetivo desempenho ao nível dos seguros, investimentos, operações próprias e cadeia de abastecimento e gestão de sinistros.

Taxonomia

A Comissão Europeia (CE) adotou o Regulamento EU 2020/852, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável (Regulamento Taxonomia), que estabelece requisitos de transparência e comparabilidade sobre as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. O Regulamento Delegado 2021/2139, de 6 de julho de 2021, que complementa o Regulamento Taxonomia determina os critérios a cumprir pelas empresas de seguros para considerarem atividades económicas alinhadas com a Taxonomia. Entende-se como atividade económica alinhada com a Taxonomia quando se confirma a contribuição significativa da mesma para pelo menos um dos objetivos ambientais, com base em critérios técnicos especificados através dos atos delegados. Em 2025, foi publicado o Regulamento Delegado (EU) 2026/73 de 4 de julho de 2025, decorrente das alterações introduzidas pelo pacote Omnibus na Taxonomia da EU. Em conformidade com o disposto no artigo 4º deste Regulamento, o Grupo optou por não aplicar as alterações introduzidas por este Regulamento para o exercício 2025.

O Grupo Fidelidade, no âmbito da sua estratégia de sustentabilidade, encontra-se a desenvolver várias ações para a implementar de forma mais abrangente e integrada em diferentes áreas de atuação. Essa estratégia engloba de forma significativa os seus investimentos e os seus produtos, tendo como referência a regulamentação europeia sobre esta matéria, designadamente, o Regulamento (UE) 2019/2088 (SFDR) e o Regulamento (UE) 2020/852 (Taxonomia), bem como outras disposições normativas deste âmbito que têm vindo a ser aprovadas.

Neste sentido, e para além dos resultados obtidos nos últimos exercícios, o Grupo pretende continuar a trabalhar na evolução do seu posicionamento estratégico através da execução de um plano de trabalho que incorpore as conclusões da análise de alinhamento para a Taxonomia, processo que exige a integração estrutural de informação relativa à sustentabilidade da sua carteira de ativos e de produtos e serviços. Após esta fase, e sem prejuízo de já terem sido desenvolvidos produtos de investimento que atendem aos critérios ESG[1], o Grupo pretende reforçar a sua estratégia em matéria de conceção e desenho de novos produtos e consolidar as linhas estratégicas já definidas em matéria de investimento sustentável, materializadas na sua Política de Investimento Sustentável, que permitam a prossecução de uma contribuição positiva para a sustentabilidade e onde se incluem os aspetos associados à Taxonomia.

No caso das empresas de seguros, os requisitos de reporte da Taxonomia assentam na divulgação da proporção dos ativos elegíveis e alinhados, assim como a proporção das atividades económicas de seguro não-vida (seguro direto e resseguro aceite) alinhadas com a Taxonomia.

Alinhamento da carteira de ativos

O alinhamento da carteira de investimentos do Grupo Fidelidade reflete-se através do *Green Investment Ratio* (GIR) que corresponde à proporção de investimentos do Grupo destinada a financiamento ou associado a atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. O GIR é medido em função do volume de negócios (*turnover*) ou das despesas de capital (*CapEx)* das contrapartes em que o Grupo Fidelidade investe.

Para a realização deste exercício, foi considerada a proporção de alinhamento à Taxonomia publicada pelas empresas financeiras e não financeiras presentes na carteira de ativos, tendo os dados sido obtidos através da plataforma *Sustainalytics*[2], sendo complementados com informação pública.

A carteira de ativos considera o ativo consolidado do Grupo Fidelidade, com referência a dezembro de 2025. Assim, nos ativos abrangidos pelo GIR incluem-se todos os ativos sob gestão que consolidam no Grupo, com exceção dos ativos que são excluídos do cálculo do indicador, sendo estes as posições em risco sobre bancos centrais, emitentes supranacionais e governos centrais. Na tabela abaixo, é possível verificar que aproximadamente 65% dos ativos do Grupo estão abrangidos pelo GIR.

Proporção do total de ativos cobertos e ativos não cobertos[3] do Grupo Fidelidade, em unidade monetária e valor percentual

ATIVOS	VALOR CONTABILÍSTICO (MILHARES €)	PROPORÇÃO
Total de ativos cobertos sob gestão (i.e. abrangidos pelo indicador)	15.584.242	64,50%
Exposições em risco sobre bancos centrais, emitentes supranacionais e governos centrais	5.637.682	23,33%
Restantes ativos (ativos que não são sob gestão e por isso não entram no GIR)	2.940.731	12,17%
TOTAL DE ATIVOS DO GRUPO FIDELIDADE	**24.162.656**	**100,0%**

[1] De acordo com o artigo 8.º do Regulamento (UE) 2019/2088 (SFDR).

[2] A *Sustaynalitics* é uma empresa da *MorningStar*.

[3] i.e., ativos com posições em risco sobre bancos centrais, emitentes supranacionais e governos centrais

TAXONOMIA

Os ativos cobertos sob gestão, i.e., que compõem o GIR, estratificam-se como descrito na tabela abaixo.

Proporção total em unidades monetárias e valor percentual da carteira de ativos cobertos

ATIVOS SOB GESTÃO	VALOR CONTABILÍSTICO (MILHARES €)	PROPORÇÃO	DOS QUAIS, ELEGÍVEIS PARA A TAXONOMIA (MILHARES €)	PROPORÇÃO DE ATIVOS ELEGÍVEIS
ATIVOS ABRANGIDOS TANTO NO DENOMINADOR COMO NO NUMERADOR	**7.999.561**	**51,33%**	**4.392.631**	**28,19%**
- Exposição a empresas sujeitas a NFRD	4.666.851	29,95%	1.271.281	8,16%
- Exposição a ativos imobiliários	3.006.617	19,29%	3.006.617	19,29%
- Ativos das empresas não financeiras do Grupo	204.316	1,31%	114.724	0,74%
- Exposição sobre outras contrapartes e ativos	121.777	0,78%	9	0,00%
ATIVOS EXCLUÍDOS DO NUMERADOR PARA EFEITOS DO CÁLCULO DO INDICADOR CHAVE DE DESEMPENHO	**7.584.682**	**48,67%**		
- Derivados	29.069	0,19%		
- Exposição a empresas europeias não obrigadas a reportar NFRD	997.108	6,40%		
- Exposição a empresas não europeias não obrigadas a reportar NFRD	5.780.081	37,09%		
- Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	715.486	4,59%		
- Outros ativos (e.g. *goodwill*, outros ativos tangíveis, etc.,)	62.938	0,40%		
TOTAL DE ATIVOS SOB GESTÃO COBERTOS, I.E. ABRANGIDOS PELO INDICADOR	**15.584.242**	**100,00%**		

De acordo com os requisitos, e esclarecimentos da CE[1], algumas exposições são excluídas do numerador, como derivados e contrapartes não sujeitas ao reporte não financeiro (NFRD), assim como posições de 'Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem' e 'Outros ativos' devido à dificuldade em avaliar a sua elegibilidade.

Para identificar as posições potencialmente elegíveis para a Taxonomia, foram considerados ativos imobiliários e contrapartes sujeitas à NFRD, como empresas cotadas em mercados regulamentados europeus, instituições de crédito e seguradoras com uma média de pelo menos 500 trabalhadores, e ativos das empresas não financeiras do Grupo cujo setor de atividade é elegível para Taxonomia[2]. Complementarmente, foram consideradas as exposições sobre outras contrapartes e ativos que reportaram elegibilidade.

Com base na informação de alinhamento reportada pelas contrapartes, o resultado dos ativos alinhados com a Taxonomia (GIR) é apresentado da seguinte forma:

Valor médio ponderado de todos os investimentos alinhados pela taxonomia, com base no turnover e capex – GIR

GIR	PROPORÇÃO RELATIVA AO TOTAL DE ATIVOS ABRANGIDOS PELO ICD	VALOR CONTABILÍSTICO (MILHARES €)
Baseado no volume de negócios (*Turnover*)	6,12%	954.203
Baseado nas despesas de capital (*CapEx*)	4,61%	717.869

Como expresso na tabela, o Grupo apresenta uma proporção de alinhamento à Taxonomia de 6,12% com base no *turnover* e de 4,61% com base no CapEx das contrapartes. Tal deve-se, em parte, à reduzida proporção de exposições potencialmente elegíveis (~28%) e ao facto de existir uma exposição significativa a instituições financeiras, para as quais a informação quanto aos seus graus de alinhamento com a Taxonomia ainda não é significativa, mas que irá melhorar gradualmente, dado que a obrigatoriedade de reporte para estas empresas ocorreu pela primeira vez no ano de 2024 e o método de cálculo dos KPIs foi revisto pelas alterações decorrentes do pacote regulamentar Omnibus[3].

A informação quanto à elegibilidade e alinhamento das posições é recolhida da plataforma Sustainalytics, bem como através de recolha manual dos reportes de contrapartes significantes na carteira de investimentos da Fidelidade.

Face a 2024, o valor de alinhamento dos investimentos aumentou, tanto no indicador baseado no *turnover* (6,12% vs. 4,60%), como no indicador baseado no CapEx (4,61% vs. 3,70%), tal devendo-se (i) a melhoria de informação reportada pelas empresas investidas, (ii) aos seus esforços para melhorar o alinhamento das suas atividades, e (iii) ao investimento do Grupo Fidelidade para o alinhamento dos seus investimentos imobiliários.

[1] Comunicação da Comissão, de 6 outubro de 2022 (2022/C 385/01), sobre a interpretação de certas disposições legais do Regulamento Delegado Divulgação de Informações nos termos do artigo 8º do Regulamento da Taxonomia da UE sobre a comunicação de atividades económicas de ativos elegíveis.

[2] De acordo com a lista da Classificação Estatística de Atividades Económicas na Comunidade Europeia (NACE) elegíveis para Taxonomia.

[3] De acordo com o Regulamento Delegado (UE) 2026/73 e complementado com o documento de perguntas e respostas da Comissão Europeia "*Questions and answers on EU Taxonomy simplifications to cut red tape for companies*".

Investimentos imobiliários

O processo de avaliação da conformidade dos investimentos imobiliários da FPE – representa 69% do total da carteira de ativos imobiliário – com a Taxonomia da UE baseia-se em dois objetivos ambientais principais: 1) mitigação às alterações climáticas ; e 2) adaptação às alterações climáticas. Para cada edifício, são avaliados critérios específicos, entre os quais, a classificação do Certificado de Desempenho Energético (EPC), a conclusão de uma Avaliação da Vulnerabilidade ao Risco Climático (CRVA) e a implementação das medidas de mitigação ou adaptação necessárias.

A estratégia definida consiste em alinhar progressivamente toda a carteira imobiliária com os requisitos da Taxonomia da UE, quer melhorando o desempenho energético para atingir uma classificação EPC ≥ A (para o objetivo da mitigação climática), quer implementando medidas imediatas de mitigação de riscos para edifícios com uma classificação EPC ≥ C (para a adaptação climática).

Atualmente, os edifícios que cumprem todos os critérios necessários para confirmar o alinhamento com a Taxonomia da EU, têm um valor contabilístico de 1.261.342 mil euros - lista de imóveis abaixo:

- Edifício Medelan, localizado em Milão, Itália;
- Edifício Moretown 6, localizado em Londres, Reino Unido;
- Terrenos Entrecampos A, B1 e B2, localizados em Lisboa, Portugal;
- Nova sede, localizada em Lisboa, Portugal.

No total, o valor contabilístico dos ativos que cumprem todos os critérios de alinhamento ascende a 1.261.341.995 euros, correspondendo a 61% da carteira imobiliária total gerida pela FPE e a 42% da carteira imobiliária total do Grupo. Todos os outros ativos, estão atualmente em fase de construção ou adaptação para alcançar a conformidade com a taxonomia da UE, em alinhamento com a estratégia ESG da FPE.

Os processos de recolha de dados estão a ser melhorados progressivamente, para determinar os KPIs globais necessários ao cálculo da percentagem de alinhamento da carteira imobiliária gerida pela FPE com a Taxonomia da UE.

As divulgações das discriminações de denominador e numerador, conforme exigido pelo Regulamento Delegado (EU) 2021/2178, são apresentadas de seguida.

DISCRIMINAÇÃO DO DENOMINADOR DO ICD

DESCRIÇÃO	%	DESCRIÇÃO	MILHARES DE €
O valor médio ponderado de todos os investimentos das empresas de seguros ou de resseguros que são direcionados para financiamento ou estão associados a atividades económicas alinhadas pela Taxonomia, **em relação ao valor do total dos ativos abrangidos pelo ICD**, com as seguintes ponderações para os investimentos em empresas:		O valor médio ponderado de todos os investimentos das empresas de seguros ou de resseguros que são direcionados para financiamento ou estão associados a atividades económicas alinhadas pela taxonomia, com as seguintes ponderações para os investimentos em empresas:	
Baseado no volume de negócios (*Turnover*):	6,12%	Baseado no volume de negócios (*Turnover*):	954.203
Baseado nas despesas de capital (*CapEx*):	4,61%	Baseado nas despesas de capital (*CapEx*):	717.869
A percentagem de ativos abrangidos pelo ICD em relação ao total dos investimentos das empresas de seguros ou de resseguros (total de ativos sob gestão). Excluindo os investimentos em entidades soberanas:		O valor monetário de ativos abrangidos pelo ICD. Excluindo os investimentos em entidades soberanas.	
Rácio de cobertura (o valor monetário de ativos abrangidos pelo ICD. Excluindo os investimentos em entidades soberanas):	64,50%	Cobertura:	15.584.242

Tabela continua na página seguinte

TAXONOMIA

DISCRIMINAÇÃO DO DENOMINADOR DO ICD (continuação)

DESCRIÇÃO	%	DESCRIÇÃO	MILHARES DE €
Divulgações adicionais e complementares: discriminação do denominador do ICD, dos quais:			
A percentagem dos **derivados** em relação ao total dos ativos abrangidos pelo ICD:	0,19%	O valor monetário dos **derivados:**	29.069
A proporção das **posições em risco sobre empresas financeiras e não financeiras não sujeitas ao disposto nos artigos 19.o-A e 29.o-A da Diretiva 2013/34/UE** em relação ao total dos ativos abrangidos pelo ICD:		O valor das **posições em risco sobre empresas financeiras e não financeiras não sujeitas ao disposto nos artigos 19.o-A e 29.o-A da Diretiva 2013/34/UE**:	
Relativamente às empresas não financeiras:	26,26%	Relativamente às empresas não financeiras:	4.092.031
Relativamente às empresas financeiras:	19,32%	Relativamente às empresas financeiras:	3.011.250
A proporção das **posições em risco sobre empresas financeiras e não financeiras de países terceiros não sujeitas ao disposto nos artigos 19.o-A e 29.o-A da Diretiva 2013/34/EU** em relação ao total dos ativos abrangidos pelo ICD:		O valor das **posições em risco sobre empresas financeiras e não financeiras de países terceiros não sujeitas ao disposto nos artigos 19.o-A e 29.o-A da Diretiva 2013/34/EU**:	
Relativamente às empresas não financeiras:	22,76%	Relativamente às empresas não financeiras:	3.546.911
Relativamente às empresas financeiras:	14,93%	Relativamente às empresas financeiras:	2.326.608
A proporção das **posições em risco sobre empresas financeiras e não financeiras sujeitas ao disposto nos artigos 19.o-A e 29.o-A da Diretiva 2013/34/EU** em relação ao total dos ativos abrangidos pelo ICD:		O valor das **posições em risco sobre empresas financeiras e não financeiras sujeitas ao disposto nos artigos 19.o-A e 29.o-A da Diretiva 2013/34/EU**:	
Relativamente às empresas não financeiras:	11,24%	Relativamente às empresas não financeiras:	1.751.410
Relativamente às empresas financeiras:	18,71%	Relativamente às empresas financeiras:	2.915.441
A proporção das **posições em risco sobre outras contrapartes** em relação ao total dos ativos abrangidos pelo ICD:	24,29%	O valor da proporção das **posições em risco sobre outras contrapartes**:	3.785.041
A proporção dos investimentos da empresa de seguros ou de resseguros que não sejam investimentos detidos relativamente a contratos de seguro de vida **em que o risco de investimento é suportado pelos tomadores de seguros**, que se destinam a financiar ou estão associados a atividades económicas alinhadas pela taxonomia:	73,12%	O valor monetário dos investimentos da empresa de seguros ou de resseguros que não sejam investimentos detidos relativamente a contratos de seguro de vida **em que o risco de investimento é suportado pelos tomadores de seguros**:	11.395.831
O valor de todos os investimentos que financiam **atividades económicas que não são elegíveis para Taxonomia** em relação ao valor total dos ativos abrangidos pelo ICD:	59,50%	O valor de todos os investimentos que financiam **atividades económicas que não são elegíveis para Taxonomia**:	9.272.271
O valor de todos os investimentos que financiam atividades económicas elegíveis para Taxonomia **mas não alinhadas pela Taxonomia** em relação ao valor total dos ativos abrangidos pelo ICD:	17,79%	O valor de todos os investimentos que financiam atividades económicas elegíveis para Taxonomia **mas não alinhadas pela Taxonomia**:	2.772.209

TAXONOMIA

DISCRIMINAÇÃO DO NUMERADOR DO ICD

DESCRIÇÃO	% DO TOTAL DE ATIVOS COBERTOS PELO ICD	DESCRIÇÃO	MILHARES DE €
A proporção **das posições em risco alinhadas pela taxonomia sobre empresas financeiras e não financeiras sujeitas ao disposto nos artigos 19.oo** em relação ao total de ativos do ICD:		O valor das posições em risco **alinhadas pela taxonomia sobre empresas financeiras e não financeiras sujeitas ao disposto nos artigos 19.oo**:	
Relativamente às empresas não financeiras:		Relativamente às empresas não financeiras:	
Baseado no volume de negócios (*Turnover*):	1,52%	Baseado no volume de negócios (*Turnover*):	237.342
Baseado nas despesas de capital (*CapEx*):	2,66%	Baseado nas despesas de capital (*CapEx*):	413.868
Relativamente às empresas financeiras:		Relativamente às empresas financeiras:	
Baseado no volume de negócios (*Turnover*):	0,87%	Baseado no volume de negócios (*Turnover*):	134.905
Baseado nas despesas de capital (*CapEx*):	1,47%	Baseado nas despesas de capital (*CapEx*):	228.941
A proporção dos investimentos da empresa de seguros ou de resseguros que não sejam investimentos detidos relativamente a contratos de seguro de vida **em que o risco de investimento é suportado pelos tomadores de seguros**, que se destinam a financiar ou estão associados a atividades alinhadas pela taxonomia:		O valor dos investimentos da empresa de seguros ou de resseguros que não sejam investimentos detidos relativamente a contratos de seguro de vida **em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro**:	
Baseado no volume de negócios (*Turnover*):	5,63%	Baseado no volume de negócios (*Turnover*):	877.524
Baseado nas despesas de capital (*CapEx*):	3,71%	Baseado nas despesas de capital (*CapEx*):	578.903
A proporção das **posições em risco alinhadas pela taxonomia sobre outras contrapartes** em relação ao total de ativos do ICD:		O valor das **posições em risco alinhadas pela taxonomia sobre outras contrapartes**:	
Baseado no volume de negócios (*Turnover*):	3,73%	Baseado no volume de negócios (*Turnover*):	581.956
Baseado nas despesas de capital (*CapEx*):	0,48%	Baseado nas despesas de capital (*CapEx*):	75.060

É apresentado abaixo a divulgação da discriminação da proporção de alinhamento com a Taxonomia, por objetivo ambiental, ao abrigo do modelo de reporte definido no Regulamento Delegado (UE) 2021/2178.

Apenas foi possível recolher dados relativos aos objetivos de mitigação e adaptação às alterações climáticas através da plataforma *Sustainalytics*. Como tal, é importante destacar que o total das sublinhas da tabela abaixo não corresponde ao valor total de alinhamento com todos os objetivos da taxonomia, dado que considera a informação recolhida de forma manual e dado que certas contrapartes não detalham, ainda, nos seus reportes a que objetivos ambientais o seu alinhamento da taxonomia corresponde.

DISCRIMINAÇÃO DO NUMERADOR DO IDC POR OBJETIVO AMBIENTAL

OBJETIVOS AMBIENTAIS DA TAXONOMIA	BASEADO NO *TURNOVER*	BASEADO NO CAPEX
Mitigação das alterações climáticas	**5,45%**	**3,68%**
Atividades de transição: A %	0,24%	0,35%
Atividades capacitantes: B %	0,18%	0,26%
Adaptação às alterações climáticas	**0,04%**	**0,13%**
Atividades de transição: A %	0,04%	0,13%
Atividades capacitantes: B %	0,00%	0,00%
Utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos	**0,00%**	**0,00%**
Atividades capacitantes: B %	0,00%	0,00%
Transição para uma economia circular	**0,12%**	**0,12%**
Atividades capacitantes: B %	0,00%	0,00%
Prevenção e controlo da poluição	**0,01%**	**0,01%**
Atividades capacitantes: B %	0,00%	0,00%
Proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas	**0,00%**	**0,00%**
Atividades capacitantes: B %	0,00%	0,00%

TAXONOMIA

O Regulamento da Taxonomia, através do Regulamento Delegado (UE) 2022/1214, requer ainda que as entidades financeiras e não financeiras divulguem os modelos associados às atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil. Foram revistas as divulgações das contrapartes investidas, e não foram identificadas exposições materiais a estes setores.

	ATIVIDADES RELACIONADAS COM ENERGIA NUCLEAR	SIM/NÃO
1	A empresa realiza, financia ou tem exposições à investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com o mínimo de resíduos provenientes do ciclo do combustível.	Não
2	A empresa executa, financia ou tem exposições à construção e exploração segura de novas centrais nucleares para a produção de eletricidade ou calor de processo, inclusivamente para efeitos de aquecimento urbano ou de processos industriais como a produção de hidrogénio, bem como a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	Não
3	A empresa executa, financia ou tem exposições à exploração segura de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor de processo, incluindo para efeitos de aquecimento urbano ou de processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir da energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança.	Não
	ATIVIDADES RELACIONADAS COM GÁS FÓSSIL	**SIM/NÃO**
4	A empresa realiza, financia ou tem exposições à construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Não
5	A empresa realiza, financia ou tem exposições à construção, renovação e exploração de instalações de cogeração de elevada eficiência de calor/frio e de eletricidade que utilizam combustíveis gasosos fósseis.	Não
6	A empresa realiza, financia ou tem exposições à construção, renovação e exploração de instalações de produção de calor/frio a partir de combustíveis gasosos fósseis num sistema de aquecimento e arrefecimento urbano eficiente.	Não

Alinhamento da carteira do negócio não-vida

A aferição da proporção do negócio de seguros não-vida considerado sustentável do ponto de vista ambiental (ICD) foi baseada na lista de coberturas elegíveis para a Taxonomia de acordo com o Regulamento Delegado (EU) 2021/2139[1] e que cobrem eventos climáticos, tais como a cobertura de eventos decorrentes da ocorrência de vagas de calor/vento, fogo, tempestades, inundações, forte precipitação (chuva, granizo, neve/gelo) e deslizamentos de terra.

Para cada uma das linhas de negócio mencionadas, procedeu-se à identificação das que cobriam os eventos climáticos referidos, para aferir a proporção de prémios de seguro direto e resseguro aceite elegíveis para a Taxonomia (ver tabela seguinte). Importa destacar que a Fidelidade revê anualmente os critérios de elegibilidade e alinhamento, tendo atualizado em 2025 a avaliação dos ramos considerados materiais, isto é, ramos que representam mais de 5% do volume de prémios brutos. Para os ramos não considerados materiais, foi assumido que não são elegíveis para efeitos de reporte, até nova avaliação.

Do negócio considerado elegível deste universo (~19% do valor dos prémios brutos), o Grupo Fidelidade entende que não existem atividades ou linhas de negócio que cumpram na totalidade os critérios técnicos exigidos pelo Regulamento, pelo que o grau de alinhamento com a Taxonomia é de 0%.

De modo a poder alterar este resultado, o Grupo encontra-se a desenvolver as seguintes iniciativas um projeto de robustecimento da sua base de dados, com impacto direto na recolha de dados necessários a dar resposta a matérias de oferta de produtos alinhados e que permitam implementar medidas para aumentar o seu grau de alinhamento.

[1] As linhas de negócio de Solvência II elegíveis para a Taxonomia são i) seguro de despesas médicas; ii) seguro de proteção de rendimentos, iii) seguro de acidentes de trabalho; iv) seguro de automóvel – responsabilidade civil; v) seguro de automóvel – outros ramos; vi) seguro marítimo, aéreo e de transporte; vii) seguro de incêndio e outros danos patrimoniais e viii) assistência.

TAXONOMIA

Face ao exposto, é apresentada abaixo a divulgação da proporção de prémios brutos emitidos alinhados com a Taxonomia ao abrigo do modelo definido para o indicador chave desempenho (ICD) das empresas de seguros e de resseguros, de acordo com o Regulamento Delegado (UE) 2021/2178:

	CONTRIBUTO SUBSTANCIAL PARA A ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS			NÃO PREJUDICAR SIGNIFICATIVAMENTE				
ATIVIDADES ECONÓMICAS (1)	Prémios absolutos, ano t (2)	Proporção dos prémios, ano t (3)	Proporção dos prémios, ano t-1 (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Recursos hídricos e marinhos (6)	Economia circular (7)	Poluição (8)	Biodiversi-dade e ecossiste-mas (9)	Salvaguar-das mínimas (10)
	(milhares de euros)	%	%	%	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N
A.1. Atividades de subscrição de seguros e resseguros não-vida alinhadas pela taxonomia (sustentáveis do ponto de vista ambiental)		0%	0%	0%	S	S	S	S	S
A.1.1 Das quais, resseguradas		0%	0%	0%	S	S	S	S	S
A.1.2 Das quais, resultantes de atividades de resseguro		0%	0%	0%	S	S	S	S	S
A.1.2.1 Das quais, resseguradas (retrocessão)		0%	0%	0%	S	S	S	S	S
A.2. Atividades de subscrição de seguros e resseguros não vida elegíveis para taxonomia, mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia)	629.644	19%	42%						
B. Atividades de subscrição de seguros e resseguros não-vida não elegíveis para taxonomia	2.709.332	81%	58%						
Total (A.1 + A.2 + B)	3.338.976	100%	100%						

Alterações climáticas

O combate às alterações climáticas constitui um desafio global que levou à adoção do Acordo de Paris, estabelecendo o propósito de limitar o aumento da temperatura média global a 1,5ºC face aos níveis pré-industriais e alcançar a neutralidade carbónica até 2050. Neste contexto, os riscos e oportunidades associados à transição para uma economia de baixo carbono — já hoje evidentes — tenderão a intensificar-se, impulsionados também pela evolução tecnológica, pela mudança nas preferências dos consumidores, pelo aumento dos requisitos e custos regulatórios e pelo impacto crescente de fenómenos meteorológicos extremos, bem como da degradação dos ecossistemas.

A estratégia climática do Grupo Fidelidade enquadra a resposta a estes impactos, riscos e oportunidades, orientando a descarbonização e o reforço da resiliência climática nas operações próprias, na atividade seguradora e no portefólio de investimento. Recorrendo aos seus recursos internos, a par de parcerias estratégicas e conhecimento técnico especializado, o Grupo procura posicionar-se como um parceiro para os seus clientes, apoiando-os no percurso de transição para a neutralidade carbónica.

Neste âmbito, o Grupo Fidelidade divulga o seu Transition Plan, documento estratégico que formaliza o compromisso com a redução significativa das emissões de GEE rumo à neutralidade carbónica, a adaptação às alterações climáticas, a proteção da biodiversidade e a garantia de uma transição justa. A implementação deste Plano pretende não só mitigar o impacto climático associado às atividades do Grupo, mas também contribuir para o esforço global de combate às alterações climáticas, em alinhamento com a crescente ambição da indústria seguradora.

O Transition Plan encontra-se integrado na estratégia de negócio do Grupo, refletindo a incorporação dos pilares de sustentabilidade de forma transversal às linhas estratégicas. Constitui, ainda, um instrumento central para a concretização do eixo "Papel proativo na transição ecológica" da estratégia de sustentabilidade do Grupo Fidelidade.

		2022 (ANO-BASE)	2025	VARIAÇÃO 22-25	META 2030	NET ZERO	*LEVERS* DE DESCARBONIZAÇÃO
O	ÂMBITO 1 ÂMBITO 2 (*MARKET-BASED*) ÂMBITO 3 – VIAGENS DE NEGÓCIOS	2,055 tCO_2e/colaborador	1,160 tCO_2e/colaborador	-44%	**-50%** Intensidade de emissões/colaborador GRUPO FIDELIDADE PORTUGAL S/LUZ SAÚDE	2040	• Melhoria do desempenho dos edifícios; • Produção e aquisição de energia renovável; • Transição da frota; • Promoção de reuniões em formato remoto; • Redução de viagens de negócio.
S	COMERCIAL	0,283 $ktCO_2e$/Mn€	0,247 $ktCO_2e$/Mn€	-12%	**-30%** intensidade de emissões/prémios de seguros GRUPO FIDELIDADE PORTUGAL	2050	• Envolvimento na transição; • Crescimento seletivo; • Alteração do *mix*.
	AUTOMÓVEL PARTICULAR	0,246 tCO_2e/veículo	0,207 tCO_2e/veículo	-16%	**-26%** intensidade de emissões/nº de veículos GRUPO FIDELIDADE PORTUGAL	2050	• Evolução de produtos e serviços; • Crescimento seletivo; • Seleção de veículos e condutores.
I	AÇÕES COTADAS E OBRIGAÇÕES DE EMPRESAS	82,183 tCO_2e/Mn€	67,721 tCO_2e/Mn€	-18%	**-40%** intensidade de emissões/ativos sob gestão ATIVOS GERIDOS PELO GRUPO FIDELIDADE EM PORTUGAL, ESPANHA, FRANÇA, MACAU E REINO UNIDO	2050	• Crescimento seletivo; • Envolvimento direto; • Gestão de maturidade; • Ajuste de *mix* setorial; • Aumento de exposição instrumentos de dívida sustentável.
	IMOBILIÁRIO	35,270 $kgCO_2e/m^2$	30,233 $kgCO_2e/m^2$	-14%	**-45%** intensidade de emissões/m^2 IMÓVEIS GERIDOS PELA FIDELIDADE PROPERTY	2050	• Certificações ESG; • Conformidade legal ESG; • *Procurement* responsável; • Contratos de arrendamento com *green clauses;* • Classificação energética do portefólio.

O âmbito dos *targets* definidos abrange 89% do total de emissões de 2022.

Impacto da Fidelidade

Grupo Fidelidade

9.541 tCO_2e
ÂMBITO 1

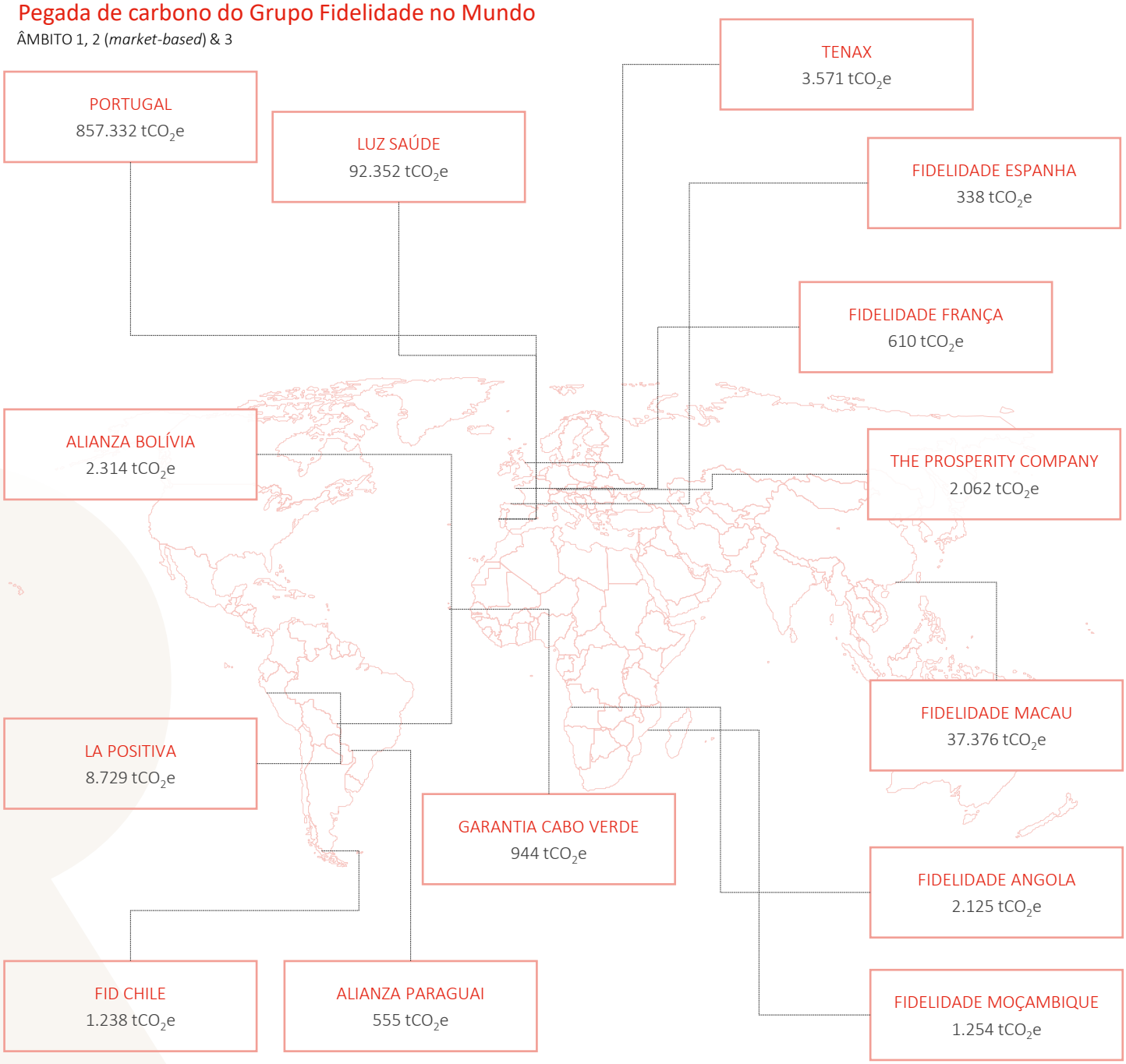
7.430 tCO_2e
ÂMBITO 2 (*market-based*)

993.830 tCO_2e
ÂMBITO 3

- 60.675 tCO_2e — 1. Bens e serviços adquiridos
- 964 tCO_2e — 4. Transporte e distribuição a montante
- 13.913 tCO_2e — 7. Deslocações diárias dos trabalhadores
- 23.044 tCO_2e — 2. Bens de equipamento
- 1.362 tCO_2e — 5. Resíduos produzidos em operações
- 17.154 tCO_2e — 9. Transporte a jusante
- 868.470 tCO_2e — 15. Investimentos
- 4.403 tCO_2e — 3. Atividades relativas a combustíveis e energia
- 3.779 tCO_2e — 6. Deslocações em serviço
- 106 tCO_2e — 12. Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos

Pegada de carbono do Grupo Fidelidade no Mundo

ÂMBITO 1, 2 (*market-based*) & 3



No contexto nacional, optou-se por apresentar separadamente os dados relativos à Luz Saúde, que integra uma rede de unidades hospitalares, uma vez que esta opera num setor significativamente distinto das restantes empresas nacionais. Esta distinção justifica-se não apenas pelas especificidades operacionais e dimensão da operação, como também pelo perfil de consumo energético e emissões associado, que difere substancialmente das demais atividades do Grupo.

Políticas para as alterações climáticas

A resposta às alterações climáticas constitui uma prioridade estratégica para a Fidelidade, refletida na adoção de políticas e práticas que visam mitigar os seus impactos e promover a transição para uma economia de baixo carbono. As políticas abaixo descritas traduzem o compromisso do Grupo com a redução das emissões, a adaptação aos riscos climáticos e a integração de critérios climáticos na tomada de decisão.

POLÍTICA [1]	MITIGAÇÃO DAS AC	ADAPTAÇÃO ÀS AC	EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	ENERGIAS RENOVÁVEIS	ÂMBITO
Política de Sustentabilidade[2]	●	●	●	●	Grupo Fidelidade
Política do Ambiente e do Clima	●	●	●	●	Grupo Fidelidade Portugal[3]
Política de Investimento Sustentável	●	●	●	●	Empresas seguradoras do Grupo Fidelidade Portugal[4]
Política de Conceção e Aprovação de Produtos	●	●		●	Fidelidade, Multicare, Via Direta e Fidelidade Assistência[5]
Política de *Procurement* Sustentável	●	●			Grupo Fidelidade Portugal[6]
Nature Positive Plan	●	●			Grupo Fidelidade
Transition Plan	●	●	●	●	Grupo Fidelidade

Política do ambiente e do clima

A Política de Ambiente e Clima estabelece os compromissos para a proteção ambiental, prevenção da poluição, preservação dos recursos naturais, conservação da biodiversidade e promoção da mitigação e adaptação às alterações climáticas, além de assegurar o cumprimento das obrigações legais aplicáveis. O documento abrange os IROs relacionados com o clima identificados através da avaliação de dupla materialidade, alinhando-se com os objetivos mais amplos de sustentabilidade do Grupo.

A Política reflete diversos compromissos dos quais o Grupo é signatário e foi desenvolvida com base em documentos orientadores nacionais e internacionais, nomeadamente: UN Global Compact, UNEP FI - PSI, Principles for Responsible Investment (PRI), NZAOA, Forum for Insurance Transition to Net zero (FIT), Acordo de Paris, Lei de Bases do Clima, entre outros.

Política de investimento sustentável

A Política de Investimento Sustentável reflete a crença do Grupo de que a adoção de uma estratégia de investimento sustentável permite uma melhor compreensão dos riscos e oportunidades dos portefólios de investimento e reforça o perfil global das práticas ESG. A Política abrange os princípios de gestão de investimentos e o processo de investimento em ativos financeiros e imobiliários, considerando fatores ESG.

A Política aborda os impactos, oportunidades e riscos materiais dentro do segmento de investimentos, incluindo a exposição setorial às alterações climáticas, riscos de transição, investimentos sustentáveis, investimentos que apoiam o desenvolvimento resiliente ao clima e exposição a riscos físicos em investimentos.

A Política reflete diversos compromissos dos quais o Grupo é signatário e foi desenvolvida com base em documentos orientadores nacionais e internacionais, nomeadamente PRI e NZAOA.

Nature Positive Plan

O Nature Positive Plan estabelece a abordagem estratégica do Grupo à proteção, conservação e restauro da natureza, reconhecendo a interdependência entre a biodiversidade, os ecossistemas e a resiliência climática. O documento enquadra o compromisso do Grupo em avaliar e gerir os impactos, riscos e dependências relacionados com a natureza ao longo da cadeia de valor, integrando esta dimensão na estratégia de sustentabilidade, no modelo de negócio e nos processos de decisão. Ao reforçar a preservação dos ecossistemas, o Plano contribui diretamente para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, nomeadamente através da proteção de serviços ecossistémicos essenciais, como a captura e armazenamento natural de carbono.

O Nature Positive Plan articula-se com outras políticas e instrumentos estratégicos do Grupo, incluindo o Transition Plan, reforçando uma visão integrada entre clima e natureza. O Plano promove a adoção progressiva de práticas e projetos que contribuam para travar a perda de biodiversidade, reduzir riscos ambientais e apoiar soluções baseadas na natureza, através de parcerias estratégicas e iniciativas inovadoras.

[1] As Políticas e suas atualizações são aprovadas pela Comissão Executiva e publicadas e comunicadas aos colaboradores através dos portais internos e aos restantes *stakeholders* externamente através do *website* da Fidelidade.

[2] Mais detalhe sobre a Política de Sustentabilidade disponível nas Divulgações Gerais aqui.

[3] Exceto Luz Saúde. As empresas do Grupo Fidelidade presentes noutras geografias podem optar por adotar uma política local, com o seu próprio representante do nível superior responsável pela sua implementação, integrando os princípios desta política, com as adaptações devidas em função dos requisitos legais e regulamentares da respetiva jurisdição.

[4] Mais detalhe sobre a Política de Conceção e Aprovação de Produtos disponível nas Divulgações Sociais aqui.

[5] Mais detalhe sobre a Política de Procurement Sustentável disponível nas Divulgações Gerais aqui.

[6] O Transition Plan da Fidelidade é apresentado ao longo do presente capítulo.

Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima

A resposta da Fidelidade aos impactos, riscos e oportunidades climáticas assenta numa abordagem integrada sustentada por dois processos complementares. Em primeiro lugar, a análise de dupla materialidade constitui a base estratégica para compreender quais os impactos, riscos e oportunidades climáticos mais relevantes para o Grupo e para os seus *stakeholders* (cujos resultados se apresentam aqui). Este exercício identifica os temas climáticos que poderão ter impactos relevantes na Fidelidade, assim como aqueles em que a atividade do Grupo tem maior impacto. Este enquadramento estratégico orienta prioridades, decisões de adaptação e mitigação e o nível de ambição a assumir a longo prazo.

Em simultâneo, a Direção responsável pela gestão de risco lidera um processo de "*risk assessment*", identificando e avaliando riscos físicos e de transição no seu portefólio (conforme se apresenta aqui).

Ambos os processos consideram diversos horizontes temporais, ajustados à sua natureza e ao tipo de decisão em causa. O curto prazo corresponde a 1 ano, período no qual as administrações desenvolvem o apetite ao risco, as estratégias e os planos de negócio. O médio prazo, utilizado sobretudo para avaliar a solvência e a adequação de capital, abrange 3 a 10 anos, adotando-se 2030 como horizonte representativo. E o longo prazo, associado a decisões estratégicas e a investimentos com maturidades de várias décadas — como os setores imobiliário e de infraestruturas — tem como referência o ano 2050.

Análise de dupla materialidade[1]

Mitigação das alterações climáticas

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#1	I-	Exposição setorial às alterações climáticas nos seguros RISCO DE TRANSIÇÃO	Exposição da Fidelidade a setores emissores de GEE — como consumo discricionário, bens essenciais, indústria, imobiliário, materiais, saúde e energia — que contribuem para as alterações climáticas.	• A exposição a setores intensivos em carbono constitui um risco ambiental e financeiro para as carteiras de seguros; • O Transition Plan estabelece metas para as carteiras de seguro nos segmentos automóvel particular e comercial; • A gestão do risco assenta em critérios de subscrição mais robustos e no diálogo com clientes em setores intensivos.	S
#2	I-	Exposição setorial às alterações climáticas nos investimentos RISCO DE TRANSIÇÃO	Exposição da Fidelidade a setores relevantes para as alterações climáticas, sobretudo através de ativos imobiliários e financeiros.	• O Transition Plan define metas para ações cotadas, obrigações e ativos imobiliários, promovendo o alinhamento climático das entidades investidas; • Emissão de Green Bonds e do Fundo Florestal (SFDR Art.º 9) para financiar ativos sustentáveis; • A exposição da Fidelidade a setores com impacto climático, nomeadamente através de investimentos em imobiliário e serviços financeiros, é intrínseca ao modelo de negócios e estratégia de investimento, dado que envolve relações e atividades financeiras frequentemente associadas a elevadas emissões de carbono.	I
#3	R	Risco de transição nos seguros RISCO DE TRANSIÇÃO	A exposição a setores com emissões intensivas pode gerar riscos de transição, incluindo impactos reputacionais, financeiros (ex.: aumento dos prémios e mudanças nas condições de seguros) e potenciais impactos de segurabilidade e acessibilidade do ponto de vista social.	• Avaliação dos impactos dos riscos climáticos (físicos e de transição) no valor dos ativos e responsabilidades, considerando vários cenários; • Análise da resiliência financeira e estimativas de perda potencial de Valor Líquido dos Ativos (NAV), permitindo antecipar impactos nas demonstrações financeiras, e avaliação preliminar dos riscos naturais.	S
#4	O	Oferta de seguros sustentáveis para a mitigação das alterações climáticas RISCO DE TRANSIÇÃO	Desenvolvimento de produtos que contribuam para reduzir emissões de GEE, incluindo seguros para energias renováveis, tecnologias sustentáveis e soluções *pay-per-mile*.	• Expansão do portefólio com soluções orientadas para a redução de emissões, integrando sustentabilidade na definição de produtos; • Formação da rede comercial para garantir conhecimento técnico nas soluções sustentáveis, reforçando a capacidade de mercado; • As oportunidades contribuem para a transição climática e para o alinhamento com o Transition Plan.	S

LEGENDA

I- – Impacto negativo I+ – Impacto positivo R – Risco O – Oportunidade

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento S Seguros I Investimentos G Gestão de sinistros

[1] Mais detalhe sobre o exercício de análise de dupla materialidade aqui.

Mitigação das alterações climáticas (continuação)

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#5	R	Risco de transição nos investimentos RISCO DE TRANSIÇÃO	Os investimentos podem expor o setor de seguro a riscos de transição, afetando o valor dos ativos e aumentando a pressão regulatória e reputacional.	• Ver resposta ao IRO #3 Risco de transição nos seguros.	I
#6	O	Investimento sustentável RISCO DE TRANSIÇÃO	Possibilidade de financiar a transição climática ao direcionar capital para uma economia de baixo carbono, incluindo produtos SFDR Art.º 8 e 9.	• Alinhamento da estratégia de investimento com a economia de baixo carbono, reforçando a alocação a ativos verdes e infraestruturas sustentáveis; • Desenvolvimento de produtos financeiros SFDR Art.º 8 e 9 para canalizar capital para projetos sustentáveis; • Integração da sustentabilidade na política de investimento, ao priorizar energias renováveis e infraestruturas sustentáveis, conforme o Transition Plan e o compromisso com a NZAOA. • Reforço da alocação de capital para investimentos sustentáveis e planeamento da ampliação do portefólio de investimentos verdes, bem como fortalecimento do envolvimento com entidades investidas para alcançar os objetivos climáticos globais.	I

Adaptação às alterações climáticas

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#7	I+	Gestão responsável da adaptação climática RISCO FÍSICO	A adaptação climática é material para o setor segurador, dadas as implicações sociais e económicas dos eventos extremos. A sua influência centra-se na melhoria da proteção social e na redução do *protection gap*, promovendo maior resiliência coletiva. A atuação coordenada com decisores políticos pode reforçar normas e políticas de adaptação.	• O ICCC integra a adaptação climática na estratégia da Fidelidade, produzindo conhecimento científico aplicado ao negócio e disseminando conclusões junto da sociedade. O ICCC tem um Conselho Consultivo independente que assegura a credibilidade do conhecimento produzido; O ICCC também influencia políticas públicas, ao promover ações baseadas na ciência para enfrentar fenómenos climáticos extremos, mitigar impactos adversos e fortalecer a resiliência coletiva; • A Fidelidade pode contribuir para a resiliência social e económica ao promover a adaptação climática em setores vulneráveis, aumentando a literacia de risco e reforçando a proteção social; • A Fidelidade integra a resiliência climática no modelo de negócio e estratégia ao apoiar a adaptação e a gestão de riscos para setores e comunidades afetados pelas alterações climáticas. Através de colaborações, parcerias e atividades de gestão responsável, trabalha com decisores políticos para promover esforços de adaptação e redução de riscos climáticos a longo prazo, garantindo que a sustentabilidade está incorporada no seu modelo de negócio.	S
#8	I+	Investimento para suportar o desenvolvimento da resiliência climática RISCO FÍSICO	A capacidade de direcionar capital para trajetórias de baixo carbono e soluções resilientes ao clima é material para o setor, permitindo apoiar a transição e reduzir vulnerabilidades. A gestão ativa dos investimentos e o financiamento de infraestrutura resiliente são alavancas críticas.	• A Fidelidade definiu uma Política de Investimento e um Transition Plan com metas para ações cotadas, obrigações corporativas e imobiliário. A *green bond* emitida pelo Grupo financia ativos sustentáveis com prioridade para adaptação; • O conhecimento do ICCC pode orientar a estratégia de investimento, alinhando-a com desafios climáticos globais; • A Fidelidade promove trajetórias resilientes ao clima e de baixo carbono ao alinhar-se com os PRI e a NZAOA, incentivando práticas sustentáveis nas entidades investidas e integrando fatores ESG nas decisões; • Investimentos em infraestruturas resilientes e projetos de adaptação — como o Fundo Florestal — reforçam a resiliência e contribuem para a captura natural de carbono.	I
#9	R	Exposição ao risco físico nos seguros RISCO FÍSICO	A exposição a riscos físicos pode resultar num impacto negativo substancial em termos de segurabilidade e acessibilidade do ponto de vista social, abrangendo tanto danos de reputação como repercussões financeiras.	• Ver resposta ao IRO #3 Risco de transição nos seguros.	S
#10	R	Exposição ao risco físico nos investimentos RISCO FÍSICO	A exposição do portefólio de investimentos, especialmente no setor imobiliário, a riscos físicos constitui um risco financeiro material, envolvendo potenciais litígios climáticos, impactos reputacionais e pressão regulatória.	• Ver resposta ao IRO #3 Risco de transição nos seguros.	I
#11	O	Oferta de seguros sustentáveis para a adaptação às alterações climáticas RISCO FÍSICO	A procura crescente por soluções de adaptação climática cria oportunidades para oferecer produtos que apoiem os clientes na preparação para eventos extremos, incluindo infraestruturas resilientes, projetos de *retrofit* e serviços de avaliação de risco climático.	• A Fidelidade planeia desenvolver seguros para infraestruturas resilientes e serviços de avaliação de risco climático, apoiando clientes na gestão dos impactos de fenómenos meteorológicos extremos. Esta oferta reforça a resiliência a longo prazo e alavanca ferramentas inovadoras para a mitigação e adaptação climática.	S

LEGENDA

I- – Impacto negativo I+ – Impacto positivo R – Risco O – Oportunidade

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento S Seguros I Investimentos G Gestão de sinistros

Riscos físicos e de transição

No que diz respeito ao clima, destacam-se dois tipos de risco: os riscos físicos e os riscos de transição. No âmbito dos riscos físicos, foram analisados diversos riscos nos diferentes portefólios:

- Para a avaliação dos **ativos financeiros**, consideraram-se inundações, incêndios florestais, tempestades de vento, ciclones tropicais e tempestades convectivas;
- Para os portefólios de **imóveis e de subscrição *Property and Casualty***, as inundações foram analisadas de forma detalhada e subdivididas em inundações costeiras, fluviais e pluviais, além de solifluxão e tempestades de granizo;
- Para os portefólios de **saúde e vida (H&L)**, stress térmico e a proliferação de doenças transmitidas por vetores foram os eventos considerados. Tanto os riscos crónicos como os agudos foram avaliados, com variações consoante o portefólio analisado.

É essencial analisar o processo em relação aos impactos das alterações climáticas, uma vez que este varia consoante o portefólio em questão.

- O processo de avaliação de impacto no **portefólio de ativos financeiros** segue uma metodologia quantitativa baseada na análise de cenários, estimando os efeitos dos riscos climáticos físicos e de transição nas empresas emissoras dos instrumentos financeiros analisados. Estes impactos estimados são depois traduzidos em ajustes no Valor Patrimonial Líquido de cada ativo financeiro no portefólio. A análise é realizada ao nível dos instrumentos individuais, considerando múltiplos cenários e horizontes temporais. Com os resultados detalhados, o impacto geral no portefólio é consolidado, ponderando a exposição e contribuição de cada ativo para o conjunto do portefólio;
- A avaliação do risco de alterações climáticas nos **portefólios imobiliários** assenta numa metodologia quantitativa que integra riscos de transição e físicos, baseada na análise de cenários ao longo de múltiplos horizontes temporais, proporcionando uma avaliação abrangente dos impactos potenciais. Os riscos de transição são avaliados através da análise das emissões de carbono e da intensidade energética de cada ativo face aos trajetos de descarbonização, identificando riscos de conformidade e estimando os impactos financeiros com base nos custos de carbono projetados. Já os riscos físicos são quantificados através do cálculo das perdas acumuladas por danos, considerando a localização dos ativos e as projeções climáticas. Estes impactos são expressos em perdas por imparidade, avaliando a redução relativa do valor da propriedade para cada ativo, ano e cenário. Os principais riscos físicos incluem inundações, tempestades, incêndios florestais e outros eventos climáticos, proporcionando uma compreensão detalhada das vulnerabilidades do portefólio;
- A análise do impacto das alterações climáticas no **portefólio de subscrição *Property and Casualty*** considera dois aspetos fundamentais: a evolução dos montantes de sinistros e o impacto nos prémios subscritos. Para os riscos de transição, são consideradas três perturbações distintas: desacelerações económicas globais associadas à transição; choques específicos por linha de negócio (LoB); e choques setoriais específicos para avaliar a redução dos prémios subscritos pelos setores económicos mais afetados. A sensibilidade é medida pela variação estimada nos prémios subscritos;
- No caso dos **portefólios de Vida e Saúde (L&H)**, a métrica considerada para avaliar a sensibilidade é o impacto nas tabelas de mortalidade e morbidade. Relativamente aos riscos de transição, estas mudanças resultam das variações nos níveis de partículas PM2,5: a redução da exposição a essas partículas deve ser maior sob cenários de transição mais restritivos. As avaliações são realizadas para cenários *Hot-House*, *Disorderly* e *Orderly* para todos os horizontes temporais considerados. Para os riscos físicos, a modelagem é feita projetando globalmente a incidência de dengue e projetando a temperatura nos diferentes cenários climáticos, traduzindo os impactos para as tabelas de mortalidade e morbidade.

Riscos físicos

O âmbito da avaliação de riscos físicos inclui todo o portefólio imobiliário, os ativos financeiros (abrangendo ações, fundos, títulos corporativos e títulos soberanos) e o portefólio *Unit-Linked*, que também é considerado na análise. No que diz respeito às atividades comerciais, a avaliação incide sobre "Incêndio e Outros Danos", "Outros Danos a Veículos Motorizados" e os portefólios de Vida e Saúde (L&H).

Cenários climáticos

A identificação dos riscos climáticos, bem como a avaliação da exposição e sensibilidade, são informados por cenários climáticos de altas emissões. Para os riscos físicos, considera-se o SSP5-8.5 (RCP8.5), além dos cenários SSP2-4.5 e SSP1-2.6.

Cada risco climático é modelado com variáveis climáticas projetadas através de Modelos de Circulação Global (MCG), que são projetados para diferentes cenários e horizontes temporais. Conforme os cenários considerados, os MCG preveem tendências distintas na projeção das variáveis.

A análise examina eventos, impactos e oportunidades associadas à transição para uma economia de baixo carbono no curto, médio e longo prazo (2025, 2030, 2050), com foco nos seguintes aspetos: riscos políticos e legais decorrentes de ações políticas que restringem atividades que contribuem para a mudança climática; riscos tecnológicos resultantes de avanços ou inovações que apoiam a transição de baixo carbono, que podem apresentar desafios ou incertezas; riscos de mercado impulsionados por mudanças na oferta e procura de matérias-primas, produtos ou serviços, à medida que as emissões relacionadas ao clima se tornam uma consideração importante; e riscos reputacionais ligados às perceções públicas sobre o papel de uma organização na transição de baixo carbono, podendo impactar a sua reputação e relações com *stakeholders*.

Exposição e sensibilidade dos ativos

O Grupo Fidelidade realizou um processo de triagem abrangente para avaliar a exposição potencial dos seus ativos—tanto financeiros quanto imobiliários—e atividades comerciais a eventos de transição. Este processo combina metodologias qualitativas e quantitativas e avalia dimensões críticas, como localização geográfica, setor, classe de ativos e tipos de atividades empresariais. O objetivo é identificar sistematicamente as vulnerabilidades e oportunidades associadas aos riscos relacionados à transição. Para os ativos, um limiar de perda superior a 5% no valor de mercado do ativo foi utilizado para identificar ativos expostos a riscos relacionados à transição; para as atividades comerciais, a análise quantitativa mede o impacto nos negócios.

A avaliação da exposição e sensibilidade dos ativos e das atividades empresariais aos eventos de transição identificados é realizada através de uma análise quantitativa que integra metodologias baseadas em cenários com avaliações específicas por setor.

- Para os **ativos financeiros**, a análise examina a exposição aos riscos de transição com base na localização geográfica e no setor de atividade das empresas emissoras, incluindo a produção de combustíveis fósseis, indústrias intensivas em energia, imobiliário, transportes e utilidades, entre outros. Estes ativos são avaliados em relação à sua vulnerabilidade a fatores como mudanças regulatórias, preços do carbono e dinâmicas de mercado. Para a dívida soberana, a análise considera a composição setorial do Valor Acrescentado Bruto de um país, a ambição e credibilidade das suas políticas climáticas e o impacto potencial dos caminhos de transição nas economias nacionais, identificando tanto os riscos como as oportunidades. A sensibilidade é quantificada através da estimativa dos potenciais efeitos no Valor Patrimonial Líquido (NAV) em diferentes cenários de transição, incluindo os caminhos ordenados, desordenados e "quentes", ao longo de horizontes temporais de curto, médio e longo prazo;
- Para os **portefólios imobiliários**, a exposição e sensibilidade são avaliadas a nível de ativo individual. Os riscos de transição são analisados ao examinar o alinhamento com os caminhos de descarbonização, tendo em conta os custos projetados do carbono e os requisitos de eficiência energética. A sensibilidade é ainda avaliada estimando as implicações financeiras dos mecanismos de precificação do carbono e os investimentos necessários para se adaptar aos desafios relacionados com a transição.

Riscos de transição

O âmbito da avaliação de risco de transição inclui o seguinte: todo o portefólio imobiliário, ativos financeiros (abrangendo ações, fundos, obrigações corporativas e obrigações soberanas) e o portefólio *Unit-Linked*, que também está incorporado na análise. Para as atividades empresariais, o âmbito da avaliação abrange as áreas de "Assistência", "Despesas jurídicas", "Perda financeira diversa", "Incêndio e outros danos à propriedade", "Responsabilidade civil por veículos automóveis" e "Outros danos automóveis", bem como os portefólios de Vida e Acidentes (L&H).

Cenários climáticos

A identificação dos eventos de transição e a avaliação da exposição para os ativos e atividades empresariais são realizadas através de uma análise de cenários climáticos. Esta abordagem baseia-se nos cenários da Fase 5 do NGFS (novembro de 2024), que fornecem narrativas e projeções detalhadas para variáveis-chave, como precificação de carbono, procura e produção de energia, níveis de emissões, entre outras. Estes cenários permitem uma avaliação detalhada dos eventos e caminhos críticos de transição, incluindo cenários ordenados, desordenados e "quentes". A análise de cenários avalia como os eventos de transição — como precificação do carbono, mudanças na procura do mercado, alterações regulatórias ou avanços tecnológicos — afetam os emissores e ativos com base na sua localização geográfica e no setor de atividade.

Os seguintes cenários climáticos foram usados na análise:

- **Transição atrasada**: Supõe a ausência de políticas climáticas adicionais até 2030, seguidas de políticas fortes para limitar o aquecimento abaixo de 2°C, com dependência limitada de emissões negativas;
- **Mundo fragmentado**: Reflete uma adoção atrasada e desigual de políticas climáticas globalmente, com altos riscos físicos e de transição. Países com metas de emissões líquidas nulas apenas as alcançam parcialmente, enquanto outros seguem as políticas atuais;
- ***Net zero* 2050**: Alcança a neutralidade líquida de CO_2 a nível global até 2050, através de políticas climáticas rigorosas e inovação, limitando o aquecimento global a 1,5°C;

- **Abaixo de 2°C**: Fortalece gradualmente as políticas climáticas, oferecendo uma probabilidade de 67% de limitar o aquecimento global a menos de 2°C;
- **Baixa procura**: Supõe mudanças comportamentais significativas que reduzem a procura por energia, aliviando a pressão sobre a economia, enquanto alcança a neutralidade líquida de CO_2 até 2050;
- **Contribuições nacionalmente determinadas (NDCs)**: Inclui todas as metas climáticas prometidas, mesmo que ainda não totalmente respaldadas por políticas implementadas;
- **Políticas atuais**: Considera apenas as políticas atualmente implementadas, levando a elevados riscos físicos. Este cenário serve como base para a avaliação de riscos e oportunidades em outros cenários.

Ao aplicar esses cenários, o processo garante que a identificação dos eventos de transição e a avaliação da exposição sejam cientificamente fundamentadas, alinhadas com os caminhos climáticos globais e refletindo diferentes níveis de ambição política e dinâmicas de mercado.

Para o portefólio de ativos financeiros, foram identificados ativos específicos emitidos por contrapartes ativas em certos setores como sendo particularmente impactados por cenários de transição para uma economia descarbonizada. Foram analisados múltiplos cenários e horizontes temporais, resultando em impactos variados dependendo do cenário específico e do período considerado.

A análise destaca impactos significativos e potenciais desalinhamentos nas exposições a instrumentos financeiros emitidos por empresas operando em setores altamente expostos aos riscos de transição. Estes incluem a cadeia de valor dos combustíveis fósseis, atividades industriais intensivas em energia e setores relacionados ao transporte, distribuição e imobiliário. Para este último, espera-se que os custos de transição e de investimento aumentem à medida que as empresas se adaptem às políticas, tecnologias e dinâmicas de mercado em evolução.

O setor de produção e distribuição de energia, por outro lado, apresenta uma perspetiva dupla. Enquanto oferece oportunidades ligadas ao aumento da eletrificação e à crescente procura por energia limpa, também enfrenta riscos para contrapartes dependentes da produção de energia baseada em combustíveis fósseis, como as *utilities* de gás.

Imobiliário

A avaliação identificou os ativos imobiliários como aqueles em que os choques de risco de transição podem ser mais gravosos, utilizando uma metodologia que quantifica os choques a nível de ativo. No pior cenário, para o risco de transição (Net zero 2050), os ativos que enfrentam os maiores choques estão predominantemente localizados no Peru, Portugal e Moçambique. De referir que os maiores choques são observados em ativos de baixo valor, uma vez que a metodologia calcula explicitamente os custos em termos monetários e, subsequentemente, expressa esses custos como uma percentagem do valor de mercado do ativo, amplificando o impacto relativo em propriedades de menor valor.

Subscrição

Em *Property and Casualty*, as Linhas de Negócio de Veículos Automóveis estão potencialmente expostas a riscos de transição, e os motores de combustão interna podem apresentar incompatibilidades com a transição, pois dependem da produção de combustíveis fósseis. As linhas de negócios de veículos automóveis enfrentam riscos de transição, uma vez que os prémios subscritos provavelmente irão diminuir devido à queda da mobilidade automóvel, impulsionada pela mudança para veículos elétricos (em inglês BEV - *Battery Electric Vehicle*), políticas que eliminam veículos com motor de combustão interna (ICE) e o aumento da mobilidade partilhada e condução autónoma, o que reduz a posse de veículos privados e a procura por seguros. Em L&H, nenhuma Linha de Negócio apresenta questões de incompatibilidade com a transição.

Metodologia

O processo de avaliação de impacto para riscos e oportunidades de transição baseia-se numa metodologia quantitativa utilizando análise de cenários. Os cenários são derivados das narrativas e projeções das variáveis significativas (relacionadas a políticas, emissões, procura/produção de energia, entre outras) fornecidas pelo NGFS (Fase 5, novembro de 2024). Estes cenários permitem a avaliação de riscos e oportunidades ao longo de três caminhos de transição: cenários ordenados, desordenados e "quentes". As projeções estão disponíveis para um horizonte temporal que suporta a avaliação de impactos a curto, médio e longo prazo, sendo os anos de 2025, 2030 e 2050 especificamente selecionados como anos de referência para a avaliação.

Efeitos financeiros dos riscos relacionados com o clima

No âmbito da avaliação dos riscos físicos materiais decorrentes das alterações climáticas, foram considerados tanto os ativos financeiros como os ativos físicos detidos pela organização. A informação apresentada abaixo diz respeito à exposição estimada de ativos materiais aos riscos físicos antes da implementação de medidas de adaptação.

Divulgação dos efeitos financeiros antecipados dos riscos físicos materiais

	2025	2024
Ativos em risco físico material antes da adaptação climática (m€)	6.792.553	8.525.593
Ativos em risco físico material agudo antes da adaptação climática (m€)	6.792.553	8.525.593
Ativos em risco físico material crónico antes da adaptação climática (m€)	0	0
Ativos em risco físico material antes da adaptação climática (%)	41,1%	50,4%

A exposição dos ativos financeiros concentra-se maioritariamente na Europa, com destaque para Portugal, Espanha, Reino Unido, França e Itália — países onde o risco de inundações e de tempestades convectivas assume particular relevância. Fora do contexto europeu, registam-se exposições significativas no Peru e nos Estados Unidos.

O decréscimo dos ativos identificados como estando expostos a riscos físicos materiais — definido como uma perda potencial superior a 5% do valor de mercado no cenário mais gravoso considerado para 2050 — resulta, essencialmente, de uma alteração na composição do portefólio. Verificou-se um aumento da exposição a ativos soberanos (nomeadamente obrigações governamentais e equiparadas) e a ativos localizados na Europa, geografias que, de acordo com os cenários climáticos analisados, apresentam uma exposição relativa mais baixa a eventos climáticos físicos severos. Esta evolução contribuiu para reduzir a percentagem de ativos classificados como materialmente expostos a riscos físicos no longo prazo.

No que respeita a ativos físicos, foram identificados três edifícios materialmente expostos a riscos físicos. Dois destes estão localizados no Algarve, zona de risco elevado de inundações fluviais, e o terceiro encontra-se na Bolívia, também sujeito a este tipo de risco.

Divulgação de ativos significativos em risco físico material por localização[1]

[2]	2025	2024
Portugal (Algarve) (m€)	701	701
Bolívia (m€)	310	310
Total	**1.011**	**1.011**

O número de edifícios analisados e os respetivos montantes mantêm-se alinhados com o exercício anterior, o que se revela consistente com a estabilidade observada na carteira imobiliária ao longo do período. Não se registaram alterações relevantes na composição ou dimensão do portefólio, pelo que a exposição e os valores considerados permanecem, de forma geral, inalterados face ao ano precedente.

Seguros

Abordagem da Fidelidade

As alterações climáticas representam um desafio para o setor segurador, cuja atividade é simultaneamente exposta aos impactos físicos dos fenómenos climáticos extremos e tem capacidade de influência na transição para uma economia de baixo carbono. A forma como os segurados utilizam os seus ativos, como se deslocam ou como operam as suas empresas tem repercussões diretas nas emissões de GEE associadas à atividade seguradora. Neste contexto, as seguradoras têm vindo a assumir um papel crescente na promoção de comportamentos mais sustentáveis, quer através das suas práticas de subscrição, quer através da forma como apoiam a adaptação e a resiliência dos seus clientes ou a forma como gerem os sinistros. É neste enquadramento que o Grupo Fidelidade tem vindo a aprofundar o seu trabalho na avaliação e gestão das emissões associadas aos produtos de seguros, com um enfoque inicial na subscrição dos portefólios comercial e automóvel em Portugal para os quais já existem metodologias do PCAF (Partnership for Carbon Accounting Financials) internacionalmente aceites.

Paralelamente à evolução natural do contexto (ex.: evolução tecnológica e mudanças nos padrões de mobilidade), a Fidelidade tem procurado atuar sobre diversas alavancas estratégicas que permitem orientar o portefólio para setores com menor intensidade de emissões ou que apresentem um progresso mais acelerado na descarbonização. Este trabalho exige capacidades específicas, pelo que o Grupo tem vindo a direcionar recursos financeiros, humanos e tecnológicos para desenvolver produtos mais alinhados com objetivos de sustentabilidade, promover iniciativas de *engagement* com clientes e recorrer a bases de dados e ferramentas analíticas capazes de avaliar os planos de descarbonização dos segurados e projetar resultados futuros.

Reconhecendo que a mitigação deve caminhar lado a lado com a adaptação, a Fidelidade criou o Impact Center for Climate Change (ICCC), que reúne os esforços dedicados à análise dos impactos dos fenómenos climáticos extremos nos portefólios de seguros.

[1] Informação aplicável para investimentos de imobiliário.

[2] Em relação às restantes localizações, o valor reportado para os ativos significativos em risco material físico foi nulo.

Com o apoio da Academia, Centros de Investigação e um Conselho Consultivo composto por especialistas em alterações climáticas, o ICCC estuda as implicações destes fenómenos no desenvolvimento de produtos, *pricing*, *underwriting* e gestão de sinistros, contribuindo para ações concretas que reforcem a resiliência dos clientes e do próprio negócio. Complementarmente, o Grupo tem procurado promover iniciativas que incentivam comportamentos mais sustentáveis, como o desenvolvimento de uma solução telemática que recompensa práticas de condução mais responsáveis (Fidelidade Drive), contribuindo para reduzir as emissões associadas à mobilidade segurada e reforçando o papel da Fidelidade enquanto agente ativo na transição climática.

Neste contexto, e tendo em consideração a materialidade das emissões associadas ao setor segurador, bem como a maturidade dos dados e metodologias atualmente disponíveis, o trabalho realizado até à data tem evoluído de forma mais consistente nos portefólios comercial e automóvel particular.

Fidelidade pelo Mundo

Fidelidade França: No âmbito do seguro Multirriscos Habitação foram criados incentivos associados a empréstimos verdes. Para empréstimos destinados à aquisição de habitação com boa classificação energética, ou para empréstimos destinados a obras de renovação sustentável, pode ser concedido um desconto no seguro de habitação no primeiro ano.

La positiva: Foi implementado de sistema de alerta que envia notificações meteorológicas e recomendações práticas por SMS aos clientes de seguros agrícolas, apoiando a mitigação de riscos climáticos e a proteção das atividades agrícolas.

Foi lançado o primeiro seguro paramétrico destinado a produtores de café no Peru, oferecendo uma solução inovadora e sustentável para riscos climáticos. Este produto proporciona proteção financeira e reforça a resiliência das comunidades locais, combinando inovação com impacto social e ambiental positivo.

Fidelidade Moçambique: Foi lançado o projeto Seguro Climático da Semente, em parceria com outras entidades, uma iniciativa que visa proteger pequenos agricultores nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Tete contra riscos climáticos extremos. Financiado pelo World Food Programme, assegura a indemnização em sementes certificadas em caso de seca severa ou excesso de chuva, promovendo a continuidade da produção agrícola, a resiliência das famílias e a segurança alimentar. A iniciativa integra ainda uma componente de literacia em seguros, reforçando o conhecimento das comunidades sobre a importância da proteção como instrumento de estabilidade.

Comercial

No âmbito do portefólio comercial estão incluídas linhas de negócios comerciais *Property and Casualty* (incluindo também Acidentes de Trabalho) assim como o portefólio de frotas automóvel, tendo sido adotada uma abordagem holística por cliente.

Ambição da Fidelidade

A evolução das tecnologias, dos padrões de mobilidade e de consumo, entre outros fatores externos, terá impacto natural tanto nos prémios como nas emissões dos clientes, influenciando assim a pegada carbónica associada ao portefólio segurador. Esta dinâmica — um *attrition path* — ocorrerá independentemente da intervenção do Grupo. Paralelamente, existe uma componente diretamente influenciada pelas escolhas estratégicas da Fidelidade, através de diferentes *business levers*, que permitirá orientar gradualmente o portefólio para setores menos emissivos ou para clientes que apresentem maior progresso na sua trajetória de descarbonização. Estas duas dimensões — evolução estrutural do mercado e atuação estratégica do Grupo — constituem a base para a definição das metas de redução de emissões.

2022 ANO BASE	2025	VARIAÇÃO 22/25	META 2030[1] [2]	*LEVERS* DE DESCARBONIZAÇÃO
0,283 $ktCO_2e/Mn€$	0,247 $ktCO_2e/Mn€$	-12%	**-30%** intensidade de emissões/ prémios de seguros	• Envolvimento na transição; • Crescimento seletivo; • Alteração do mix.
		NET ZERO ATÉ 2050		ÂMBITPO: GRUPO FIDELIDADE PORTUGAL

Para alcançar as metas intermédias estabelecidas, o Grupo prevê um conjunto de alavancas estratégicas que, em conjunto, contribuirão para a redução das emissões associadas ao portefólio. Estas incluem o envolvimento ativo dos clientes na sua trajetória de transição; o crescimento seletivo, privilegiando clientes e setores com menores intensidades carbónicas; e a alteração do *mix* do portefólio, incentivando a realocação para atividades menos emissoras, com um potencial de redução total estimado em cerca de 15%, sendo que, para atingir a meta intermédia, reconhece-se também o potencial impacto do *attrition path*.

[1] A Fidelidade estabelece metas de emissões em intensidade, e não em valores absolutos, porque a evolução e expansão do negócio nas diferentes geografias pode alterar significativamente o volume total de emissões. As metas em intensidade permitem avaliar de forma mais precisa e proporcional a eficiência carbónica, assegurando que o desempenho ambiental é monitorizado independentemente do crescimento do Grupo.

[2] Metas alinhadas com os objetivos estabelecidos na Política de Sustentabilidade, Política de Ambiente e Clima e Política de Conceção e Aprovação de Produtos.

Transformação pela Fidelidade

Em relação às principais ações implementadas e/ou às quais foi dada continuidade, destacam-se as seguintes:

- Ajustes ao *mix* do portefólio de linhas comerciais, com foco no crescimento de segmentos e clientes com menor intensidade de emissões, privilegiando fluxos de negócio mais alinhados com a transição climática;
- Aumento da taxa de *churn* de clientes com elevada intensidade de emissões e reduzido alinhamento com trajetórias de descarbonização credíveis, contribuindo para um progressivo realinhamento da carteira.

Em relação às ações-chave planeadas para o futuro, destacam-se as seguintes:

- Interagir de forma sistemática com os clientes empresariais, dentro do perímetro de cálculo, cuja intensidade de emissões exceda 0,5 $ktCO_2e/M€$, promovendo a definição de metas e estratégias de redução;
- Integrar progressivamente a informação de georreferenciação nos processos de subscrição e emissão de apólices — inicialmente em clientes empresa e, depois, particulares — permitindo exposições a riscos climáticos físicos (como inundações ou incêndios florestais) e assegurar uma avaliação mais rigorosa do risco antes da emissão;
- Definir requisitos e exclusões aplicáveis à subscrição de sectores específicos, avaliando previamente o impacto sobre clientes atuais e delineando estratégias de mitigação.

Impacto da Fidelidade

A evolução registada entre 2022 e 2025 reflete, em grande medida, o crescimento do negócio nas linhas de seguros comerciais em Portugal. Neste período, os prémios destas linhas aumentaram 36,3%, o que justifica o acréscimo das emissões absolutas (de 55.535 para 66.290 tCO_2e). No entanto, importa salientar que este aumento das emissões ocorre a um ritmo significativamente inferior ao crescimento do negócio, traduzindo-se numa melhoria da intensidade carbónica (-12% face a 2022), o que demonstra o efeito das medidas implementadas para reduzir a pegada de carbono destas linhas.

2022 ANO BASE	2025	VARIAÇÃO 22/25	VARIAÇÃO 24/25
55.535 tCO_2e	66.290 tCO_2	19%	4%
0,283 $ktCO_2e/Mn€$	0,247 $ktCO_2e/Mn€$	-12%	-3%

Automóvel particular

Para o portefólio de automóveis particulares foi adotada uma abordagem ao nível dos ativos, abrangendo todo o portefólio de automóveis de retalho português, devido à maior qualidade e disponibilidade dos dados (baseando-se em fontes externas para fornecer métricas de intensidade de emissões para diferentes modelos/marcas de veículos).

Ambição da Fidelidade

2022 ANO BASE	2025	VARIAÇÃO 22/25	META 2030[1] [2]	*LEVERS* DE DESCARBONIZAÇÃO
0,246 tCO_2e/veículo	0,207 tCO_2e/veículo	-16%	**-26%** intensidade de emissões/ nº de veículos	• Evolução de produtos e serviços; • Crescimento seletivo; • Seleção de veículos e condutores.
		NET ZERO ATÉ 2050		ÂMBITO: GRUPO FIDELIDADE PORTUGAL[3]

No portefólio de automóvel particular, a concretização das metas intermédias de redução de emissões assenta num conjunto de alavancas específicas que, em conjunto, contribuem para uma diminuição progressiva da intensidade carbónica por veículo. Estas incluem a evolução dos produtos e serviços, incluindo soluções que incentivam comportamentos de condução mais eficientes; o crescimento seletivo, orientado para a captação de clientes com menores perfis de emissões; e a seleção de veículos e condutores — promovendo a adoção de frotas e perfis de risco mais sustentáveis, com um potencial de redução total estimado em cerca de 11%, reforçando o impacto agregado destas iniciativas na trajetória de descarbonização do portefólio. Para atingir a meta intermédia reconhece-se também o potencial impacto do *inertial path* em que se inclui a evolução de mercado, em que cada vez mais carros elétricos são vendidos e, consequentemente, segurados.

[1] A Fidelidade estabelece metas de emissões em intensidade, e não em valores absolutos, porque a evolução e expansão do negócio nas diferentes geografias pode alterar significativamente o volume total de emissões. As metas em intensidade permitem avaliar de forma mais precisa e proporcional a eficiência carbónica, assegurando que o desempenho ambiental é monitorizado independentemente do crescimento do Grupo.

[2] Metas alinhadas com os objetivos estabelecidos na Política de Sustentabilidade, Política de Ambiente e Clima e Política de Conceção e Aprovação de Produtos.

[3] Seguradoras em Portugal a operar neste ramo - Fidelidade e Via Directa.

Transformação pela Fidelidade

Em relação às principais ações implementadas e/ou às quais foi dada continuidade, destacam-se as seguintes:

- Aumento gradual da participação de veículos elétricos (BEV) nas novas apólices, acompanhando a tendência de mercado de substituição de veículos ICE por BEVs, suportada por tarifas ajustadas e ofertas específicas;
- Reforço do peso dos BEVs no novo negócio, abrangendo veículos de todas as idades;
- Aumento progressivo da representatividade de BEVs na carteira, em paralelo com a redução da quota de veículos ICE;
- Substituição de veículos a diesel, especialmente os de maior quilometragem, por alternativas como os BEVs, contribuindo para a redução global da intensidade carbónica da carteira;
- Lançamento da solução de Telemática (Fidelidade Drive), lançada em 2024, que monitoriza e recompensa comportamentos de condução mais seguros e ambientalmente sustentáveis, incentivando práticas que contribuem para a redução das emissões.

Em relação às ações-chave planeadas para o futuro, destacam-se as seguintes:

- Lançamento de um seguro automóvel *pay-per-mile*, que ajusta o prémio à distância efetivamente percorrida, promovendo padrões de mobilidade mais sustentáveis;
- Continuação e reforço das iniciativas já em curso, garantindo a sua evolução e consolidação para assegurar o cumprimento dos objetivos definidos.

Fidelidade pelo Mundo

FID CHILE: Desenvolvimento e lançamento do primeiro seguro específico para veículos elétricos. Atualmente, este produto encontra-se disponível para mediadores e clientes, incluindo duas soluções desenhadas especificamente para este segmento, respondendo às características e necessidades próprias da mobilidade elétrica.

Impacto da Fidelidade

Entre 2022 e 2025, verifica-se uma redução das emissões absolutas (-6%) e da intensidade carbónica por veículo (-16%), evolução particularmente relevante tendo em conta o crescimento do negócio no seguro automóvel particular em Portugal. No mesmo período, os prémios brutos emitidos aumentaram 31,5% e o número de veículos seguros cresceu 12,2%, o que evidencia que a diminuição das emissões foi alcançada apesar da expansão da carteira, refletindo o impacto das medidas implementadas para reduzir a pegada de carbono desta linha de negócio.

Já na evolução de 2024 para 2025, observa-se um aumento das emissões absolutas (+3%), acompanhado de um crescimento dos prémios brutos emitidos de 11,2% e de 5,1% no número de veículos seguros. Este acréscimo é, assim, explicado pelo aumento do volume de atividade, sendo que o crescimento das emissões ocorre a um ritmo inferior ao do negócio, demonstrando a continuidade dos esforços de gestão e mitigação do impacto carbónico.

2022 ANO BASE	2025	VARIAÇÃO 22/25	VARIAÇÃO 24/25
414.219 tCO_2e	390.456 tCO_2e	-6%	3%
0,246 tCO_2e/veículo	0,207 tCO_2e/veículo	-16%	-2%

Investimentos

Abordagem da Fidelidade

As alterações climáticas representam um desafio estrutural para o setor de investimentos, que desempenha um papel determinante no financiamento da transição para uma economia de baixo carbono. As empresas nas quais se investe apresentam perfis de emissões distintos, níveis diferenciados de maturidade climática e ritmos próprios de descarbonização. Neste contexto, os investidores institucionais surgem como agentes centrais na promoção de práticas empresariais mais sustentáveis, através da integração de fatores ESG, do diálogo ativo com empresas participadas e da reorientação gradual do capital para setores e projetos com menor intensidade carbónica.

É com este enquadramento que o Grupo Fidelidade tem vindo a aprofundar o trabalho de avaliação e gestão das emissões associadas aos seus investimentos, com foco nas carteiras de ações cotadas, obrigações de empresas e nos ativos imobiliários.

As metas de redução de emissões de GEE definidas pelo Grupo Fidelidade para o setor de investimentos são baseadas na ciência e compatíveis com a limitação do aquecimento global a 1,5ºC. O Grupo estabeleceu o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica nos subportefólios de ações cotadas, obrigações de empresas e ativos imobiliários até 2050, com objetivos intermédios definidos para 2030. Este quadro orienta a estratégia de descarbonização dos investimentos, favorecendo uma transição progressiva, credível e alinhada com princípios de investimento responsável.

Neste contexto, e considerando a relevância das emissões associadas ao portefólio de investimentos, bem como a maturidade dos dados disponíveis, a Fidelidade tem procurado avançar de forma consistente nos segmentos em que a qualidade e a comparabilidade da informação permitem medições mais sólidas. A ambição do Grupo é evoluir progressivamente para uma abordagem mais abrangente, acompanhando o aumento da disponibilidade de dados, a normalização regulatória e os avanços metodológicos internacionais.

Fidelidade pelo Mundo

FID CHILE: As equipas financeiras passaram a acompanhar sistematicamente a percentagem da carteira de investimentos que está aplicada em emitentes com uma classificação ESG mínima (score ESG ≥ 50%). A FID Chile integrou critérios ESG na gestão dos seus investimentos e acompanha esse alinhamento.

Ações cotadas e obrigações de empresas

Ambição da Fidelidade

Os *targets* definidos abrangem os ativos sob gestão das classes de ativos cotados (ações e obrigações corporativas) de diversas entidades do Grupo Fidelidade (incluindo também entidades internacionais[1]), incluindo os investimentos *unit-linked*.

2022 ANO BASE	2025	VARIAÇÃO 22/25	META 2030[2 3]	*LEVERS* DE DESCARBONIZAÇÃO
82,183 tCO_2e/Mn€	67,721 tCO_2e/Mn€	-18%	-40% **intensidade de emissões/ ativos sob gestão**	• Crescimento seletivo; • Envolvimento direto; • Gestão de maturidade; • Ajuste de mix setorial; • Aumento de exposição instrumentos de dívida sustentável
		NET ZERO ATÉ 2050		ATIVOS GERIDOS PELO GRUPO FIDELIDADE EM PORTUGAL, ESPANHA, FRANÇA, MACAU E REINO UNIDO

Para alcançar as metas intermédias, o Grupo Fidelidade prevê um conjunto de alavancas estratégicas que, em conjunto, apoiarão a redução das emissões associadas ao portefólio de investimentos. Estas incluem o crescimento seletivo, privilegiando emissores e setores com melhor desempenho climático; o envolvimento direto com as empresas investidas, incentivando a definição e implementação de planos de transição alinhados com trajetórias de 1,5ºC; a gestão de maturidade, que permite adaptar a carteira à medida que os ativos chegam ao termo, favorecendo soluções de menor intensidade carbónica; e o ajuste do *mix* setorial, através da reponderação progressiva das carteiras para atividades económicas mais sustentáveis. O Grupo encontra-se a trabalhar para quantificar as contribuições dos *business levers* identificados para alcançar as metas definidas.

Transformação pela Fidelidade

Em relação às principais ações implementadas e/ou às quais foi dada continuidade, destacam-se as seguintes:

- O processo de investimento da Fidelidade incorporou no seu processo de tomada de decisão, através da análise *bottom-up*, as métricas relativas às emissões de GEE de cada emissor, com atenção adicional dada a setores com emissões inerentemente mais altas. Ou seja:
  - Além de estar atento ao emissor, há também atenção ao setor, reconhecendo que alguns setores, independentemente dos méritos de cada emissor, tendem a ter grandes emissões de GEE.
  - A Fidelidade participa cada vez mais nas emissões primárias de obrigações cuja utilização das receitas está ligada a objetivos sustentáveis, como as *green bonds*, obrigações ligadas à sustentabilidade ou obrigações sociais, tendo estabelecido, no âmbito da revisão da Política de Investimento Sustentável realizada em 2025, um target de atingir 9% de investimento em *sustainable bonds* em 2026.
  - Em 2024, a Fidelidade emitiu a sua primeira obrigação verde. O resultado das emissões deste tipo de obrigações é a afetação de receitas a ativos que promovem critérios de sustentabilidade ambiental, como edifícios verdes ou fundo florestal.
  - Alocação da liquidez provenientes das obrigações vencidas a emissores com menor intensidade de emissões.

[1] Seguradoras em Portugal a operar neste ramo - Fidelidade e Via Directa.

[2] A Fidelidade estabelece metas de emissões em intensidade, e não em valores absolutos, porque a evolução e expansão do negócio nas diferentes geografias pode alterar significativamente o volume total de emissões. As metas em intensidade permitem avaliar de forma mais precisa e proporcional a eficiência carbónica, assegurando que o desempenho ambiental é monitorizado independentemente do crescimento do Grupo.

[3] Metas alinhadas com os objetivos estabelecidos na Política de Sustentabilidade, Política de Ambiente e Clima e Política de Conceção e Aprovação de Produtos.

Em relação às ações-chave planeadas para o futuro, destacam-se as seguintes:

- Não realizar novos investimentos em empresas de serviços públicos (*utilities*) com mais de 5% das receitas provenientes do carvão;
- Estabelecer um limite de 2,5% dos Ativos sob Gestão [obrigações corporativas totais (excluindo soberanos e fundos) + capital próprio/ações (excluindo fundos)] em empresas relacionadas com o fabrico de produtos petrolíferos refinados e de produtos de combustíveis fósseis, bem como com a extração de petróleo bruto;
- Não ultrapassar a intensidade média de carbono da carteira[1] de 500 tCO_2e/m US$.

Recursos financeiros alocados ao plano de ação

Recentemente, o Grupo emitiu a sua primeira obrigação verde, no valor de 500 milhões de euros. Este montante é alocado a ativos imobiliários verdes (por exemplo, o The Medelan em Itália), havendo ainda possibilidade de alocação à gestão ambientalmente sustentável dos recursos naturais vivos e ativos de uso do solo (por exemplo, Fundo Florestal) - ambos contribuindo para reduzir emissões e impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Recursos críticos necessários à implementação de ações

No portefólio de investimentos, alguns dos recursos críticos necessários para implementar as ações são:

- Recursos financeiros: Investimento em ativos alternativos para substituir investimentos descontinuados em combustíveis fósseis e acesso a fundos e estratégias de reinvestimento que priorizam emissores de baixo carbono.
- Recursos humanos: Profissionais capacitados para identificar e apoiar na transição para investimentos mais sustentáveis.
- Recursos tecnológicos: Ferramentas analíticas e bases de dados para avaliar a intensidade de carbono do portefólio, temáticas ESG, sistemas de gestão energética e sistemas de monitorização para otimizar o desempenho dos ativos.

Impacto da Fidelidade

Entre o ano-base (2022) e 2025, a intensidade carbónica da carteira de ações cotadas e obrigações de empresas reduziu 18%, passando de 82,183 tCO_2e/Mn€ para 67,721 tCO_2e/Mn€. A evolução registada enquadra-se no processo contínuo de implementação da Política de Investimento Sustentável. Nos últimos anos, tem sido reforçada a integração de critérios ESG nas decisões de investimento, nomeadamente através da redução gradual da exposição a indústrias mais intensivas em carbono, do reforço do investimento em obrigações verdes e da promoção de ações de *engagement* junto de emitentes com maior intensidade carbónica. Estas iniciativas contribuem para alinhar progressivamente a carteira com a trajetória de descarbonização definida no Transition Plan.

Ao nível das emissões absolutas da carteira de ações cotadas e obrigações de empresas, registam-se reduções relevantes tanto face ao ano-base (-23%) como de 2024 para 2025 (-5%). Importa referir que parte desta evolução decorre da diminuição dos ativos sob gestão considerados no cálculo da pegada, em resultado da indisponibilidade de dados publicados por algumas empresas, o que se traduziu numa redução de 6,6% do perímetro entre 2022 e 2025. Ainda assim, a redução das emissões absolutas é significativamente superior à variação do perímetro considerado, refletindo o impacto efetivo das medidas implementadas na gestão da carteira.

Entre 2024 e 2025 verificou-se um ligeiro aumento da intensidade carbónica (de 66,907 para 67,721 tCO_2e/Mn€). Esta evolução é maioritariamente justificada pelo desempenho de algumas empresas investidas cuja trajetória de redução de emissões ficou aquém do inicialmente esperado. O Grupo continuará a reforçar as iniciativas de *engagement* junto destes emitentes e a ajustar progressivamente a composição do portefólio, assegurando uma transição responsável, alinhada com as metas de descarbonização definidas, sem comprometer a rentabilidade e a salvaguarda dos interesses financeiros dos segurados.

2022 ANO BASE	2025	VARIAÇÃO 22/25	VARIAÇÃO 24/25
525.726 tCO_2e	404.692 tCO_2e	-23%	-5%
82,183 tCO_2e/Mn€	67,721 tCO_2e/Mn€	-18%	1%

[1] Obrigações corporativas totais (excluindo soberanos e fundos) e capital próprio/ações (excluindo fundos).

Imobiliário

Ambição da Fidelidade

A Fidelidade Property definiu objetivos ambiciosos, mas exequíveis, organizados em cinco pilares estratégicos com metas específicas até 2027 e 2030. Este enquadramento estratégico resulta de um processo de avaliação de sustentabilidade adaptado às dinâmicas do portfólio e aos compromissos de neutralidade carbónica para 2050.

		2027	2030
Certificações ESG	% do portfólio com certificações BREEAM/LEED "*Very Good/Gold*"	49%	71%
Conformidade legislativa ESG	% do portfólio alinhado com a Taxonomia da UE	71%	-
Procurement responsável	Incluir requisitos de sustentabilidade em todos os processos de seleção de fornecedores	100%	-
Contratos de arrendamento com *Green Clauses*	% do portfólio com contratos *green leasing*	30%	35%
Neutralidade carbónica	% do portfólio com classificação energética EPC ≥A	42%	57%

2022 ANO BASE	2025	VARIAÇÃO 22/25	META 2030[1] [2]	*LEVERS* DE DESCARBONIZAÇÃO
35,270 $kgCO_2e/m^2$	30,233 $kgCO_2e/m^2$	-14%	**-45%** intensidade de emissões/m^2	• Certificações ESG; • Conformidade legal ESG; • Procurement responsável; • Contratos de arrendamento com green clauses; • Classificação energética do portefólio.

NET ZERO ATÉ 2050

IMÓVEIS GERIDOS PELA FIDELIDADE PROPERTY

Os *business levers* de descarbonização foram desenvolvidos com base no *gap* que permite colmatar o cenário inercial que inclui o crescimento com o cenário necessário para alcançar a meta intermédia em 2030.

Transformação pela Fidelidade

Em relação às principais ações implementadas e/ou às quais foi dada continuidade, destacam-se as seguintes:

- Realocação estratégica gradual da carteira para edifícios com emissões mais baixas;
- Desenvolvimento de projeto-piloto de construção Net zero Carbon, iniciado em 2024, que se tornará a nova sede em Portugal – destacando a dedicação em reduzir a pegada ambiental dos ativos imobiliários;
- Mitigação de riscos de transição: Obtenção de certificações de construção verde;
    - Em 2024, o ativo BC140 obteve a certificação BREEAM Very Good;
    - O ativo The Medelan possui a certificação LEED Platinum desde 2023.
    - Em conjunto, o valor de mercado destes dois ativos representa aproximadamente 30% da carteira de investimentos sob gestão da Fidelidade Property.
- Neutralidade Carbónica: Para melhorar a resiliência climática, a divisão imobiliária está a realizar avaliações de risco climático para os seus ativos tendo identificado medidas de adaptação climática a implementar no período máximo de 5 anos.
    - As avaliações foram realizadas à quase totalidade dos ativos internacionais e a quatro dos maiores projetos em Portugal, que em conjunto representam 85% da carteira da Fidelidade Property em dezembro de 2025.
- Alinhamento à taxonomia europeia: Em 2024 foi emitido o relatório de alinhamento do ativo The Medelan com a taxonomia da EU. Em 2025 foram emitidos os relatórios dos ativos Thomas More 6, do projeto de Entrecampos e da Nova Sede, permitindo alcançar 61% do portefólio alinhado com a taxonomia da EU.
- *Procurement* sustentável: O processo de *procurement* está alinhado com o do Grupo, seguindo a mesma política de *procurement* sustentável e possibilitando a priorização de práticas ambientalmente e socialmente conscientes.
- Green Leasing: Implementar cláusulas de arrendamento verde em todos os contratos novos e renovados a partir de 2024, reforçando o compromisso com a sustentabilidade em todas as suas operações imobiliárias. Todos os contratos iniciados e renovados em 2025, são considerados *green leases*.

[1] A Fidelidade estabelece metas de emissões em intensidade, e não em valores absolutos, porque a evolução e expansão do negócio nas diferentes geografias pode alterar significativamente o volume total de emissões. As metas em intensidade permitem avaliar de forma mais precisa e proporcional a eficiência carbónica, assegurando que o desempenho ambiental é monitorizado independentemente do crescimento do Grupo.

[2] Metas alinhadas com os objetivos estabelecidos na Política de Sustentabilidade, Política de Ambiente e Clima e Política de Conceção e Aprovação de Produtos.

Em relação às ações-chave planeadas para o futuro, destacam-se as seguintes:

- Melhorias na Eficiência Energética: Adaptação de edifícios existentes com sistemas AVAC de elevada eficiência, atualização para iluminação LED e controlos de iluminação inteligentes, implementação de sistemas de gestão de edifícios para otimização da utilização de energia, melhoria da envolvente dos edifícios (isolamento, janelas, etc.);
- Adoção de Energias Renováveis: Instalação de sistemas solares fotovoltaicos no local sempre que possível, aquisição de energia renovável fora do local através de contratos de compra de energia (PPAs) e Net zero Carbon para a sede portuguesa até 2028;
- Eletrificação e *phase-out* de combustíveis fósseis: Substituição de caldeiras a gás natural por bombas de calor elétricas altamente eficientes.

Estas ações permitirão atingir níveis de certificação energética (EPC) com classe A.

- Eficiência de Materiais e Práticas de Economia Circular: Implementação de princípios de economia circular em projetos de construção e renovação; Utilização de materiais com baixo teor de carbono e reciclados na construção e renovação de edifícios e otimização da gestão de resíduos.
- Certificações ESG: Implementar medidas de melhoria para obter certificações como BREEAM, LEED e WELL de sistemas ESG reconhecidos internacionalmente com rankings elevados.
    - Paralelamente, como parte da obtenção das certificações ESG, poderão ser consideradas na análise soluções *nature-based*, tais como a inclusão de áreas verdes em novos projetos de construção/renovação e edifícios existentes (por exemplo, pátios, telhados verdes, jardins verticais) e a realização de estudos ecológicos específicos do local para apoiar a fauna local e proteger as árvores ou a flora locais existentes.
- Tecnologias de Edifícios Inteligentes: Implementação de sensores IoT para monitorização de energia e ocupação em tempo real e implementação de manutenção preditiva para otimizar o desempenho dos equipamentos, usando sistemas de gestão de energia baseados em IA.

Recursos financeiros alocados ao plano de ação

A Fidelidade Property definiu, em 2023, uma estratégia de investimento robusta para melhorar o desempenho ESG dos seus ativos imobiliários. Esta estratégia inclui ações de curto, médio e longo prazo, com um valor de CapEx de aproximadamente 15,5 milhões de euros para o período 2024-2027.

No final de 2024, e com o foco apenas no alinhamento com a Taxonomia Europeia - uma das ações no plano acima mencionado - efetuou-se uma Avaliação do Risco Climático e da Vulnerabilidade (CRVA). Nesta avaliação, foi identificado um valor de investimento de medidas de adaptação climáticas no valor de 6,4 milhões de euros a executar nos próximos cinco anos. Este valor de despesas de capital está incluído nas medidas previstas na estratégia ESG 2027-2030.

- Alocação de recursos financeiros ao desenvolvimento de um projeto-piloto de construção Net Zero Carbon, a nova sede da Fidelidade em Portugal. Este projeto reflete o compromisso com a redução das emissões de carbono nas nossas operações imobiliárias. O investimento no edifício da Nova Sede totalizou 101,7 milhões de euros, faltando um CapEx estimado de 58,5 milhões de euros para concluir o projeto.

Salientam-se ainda algumas outras ações como a primeira emissão de obrigação verde, em 2024. O montante foi alocado a ativos imobiliários verdes, havendo ainda possibilidade de alocação à gestão ambientalmente sustentável dos recursos naturais vivos e ativos de uso do solo (por exemplo, Fundo Florestal) - ambos contribuem para reduzir emissões e impulsionar o desenvolvimento sustentável.

Divulgação de despesas capital para a implementação do plano de ação

A Fidelidade Property delineou uma estratégia de investimento para melhorar o desempenho ESG do seu portefólio imobiliário. A estratégia inclui ações de curto, médio e longo prazo, com CapEx associado totalizando aproximadamente 15,5 milhões de euros ao longo de um período de 3 anos (2024-2027).

Esta estratégia está organizada em cinco objetivos estratégicos, que contribuem ativamente para o alinhamento com a Taxonomia da EU na seguinte medida:

- Certificações ESG: A estratégia delineia planos para investimentos significativos na obtenção de certificações ESG, como o BREEAM “Very Good” ou LEED “Gold” para o portefólio. Estas certificações permitem demonstrar o desempenho em sustentabilidade ambiental, contribuindo para os critérios técnicos definidos para a Taxonomia da UE.
- Desempenho Energético: Há planos para investimentos substanciais em CapEx para melhorar o desempenho energético dos edifícios, visando uma classificação EPC igual ou superior a “A” até 2030. A estratégia inclui intervenções detalhadas, como iluminação LED, sistemas solares térmicos, melhorias no *building management system* e intervenções estruturais profundas. Isto está alinhado com os KPIs de Turnover e CapEx relacionados com edifícios energeticamente eficientes.

- Alinhamento com a Taxonomia da UE: A estratégia de investimento visa alcançar um elevado alinhamento do portefólio com a Taxonomia da UE. Isto impacta diretamente os três KPIs (turnover, CapEx e OpEx), uma vez que garante que as atividades estejam alinhadas e conforme com os critérios da Taxonomia.
- *Procurement* Responsável: Esta iniciativa contribuirá para melhorar o KPI de OpEx relacionado com atividades alinhadas com a Taxonomia, nomeadamente resultando em serviços mais eficientes e tecnologias que reduzem custos operacionais a longo prazo, integração de soluções que otimizam o consumo de energia, água e outros recursos, a redução de desperdício e uso responsável de recursos através da promoção a economia circular e a evitar custos de não conformidade com regulamentação atual e futura.
- Green leasing: A estratégia de implementação de green leasing impactará o KPI de Turnover, aumentando a proporção da receita proveniente de atividades alinhadas com a Taxonomia.

O CapEx delineado na Estratégia ESG da Fidelidade Property visa diretamente melhorar o alinhamento do portefólio com a Taxonomia da UE ao longo do tempo, com metas claras, cronogramas e planos específicos para cada ativo:

- Abordagem de Investimento Faseada: A estratégia apresenta uma abordagem de investimento faseada, com metas de curto prazo (1 ano), médio prazo (3 anos) e longo prazo. Isto está alinhado com a exigência do regulamento para um plano de CapEx de 5 anos.
- Investimentos Específicos: A estratégia detalha investimentos planeados, incluindo: intervenções de melhoria de eficiência energética (11,5 milhões de euros a médio prazo) e intervenções estruturais mais profundas em ativos específicos (2 milhões de euros a longo prazo). Estes planos específicos de CapEx demonstram como a empresa pretende melhorar o alinhamento com a Taxonomia ao longo do tempo.
- Melhorias no Desempenho Energético: Um foco principal é a melhoraria das classificações do Certificado de Desempenho Energético (EPC). Isto contribui diretamente para cumprir os critérios da Taxonomia relacionados com eficiência energética.
- Certificações ESG: O plano inclui alcançar certificações ESG (por exemplo, BREEAM) para uma parte significativa do portefólio, o que frequentemente exige tanto CapEx quanto OpEx.
- Metas Quantitativas: A estratégia define metas claras e quantitativas para alinhamento com a Taxonomia, melhorias no EPC e certificações ESG, o que permite acompanhar o progresso do plano de CapEx.
- Melhorias Operacionais: Embora o foco seja no CapEx, a estratégia também implica um OpEx significativo para medidas como a implementação de políticas de green leasing e *procurement* sustentável. Estes custos estão atualmente a ser quantificados.
- Planos Detalhados por Ativo e Monitorização: O documento inclui cenários de melhorias e investimentos por ativo, demonstrando uma abordagem granular para o plano de CapEx conforme exigido pelo regulamento. Está a ser feita uma monitorização regular, por ativo, da implementação das medidas e do CapEx executado e planeado, assim como do progresso dos KPIs estratégicos definidos na estratégia ESG.
- Objetivos Ambientais: Os investimentos estão claramente ligados a objetivos ambientais definidos na Taxonomia da UE, particularmente a mitigação das alterações climáticas através de melhorias na eficiência energética.

Recursos críticos necessários à implementação de ações

No portefólio de investimentos, alguns dos recursos críticos necessários para implementar as ações são:

- Recursos financeiros: Embora o acesso ao financiamento ou o custo do capital possam não ser fatores críticos, o plano de investimento detalhado sugere a necessidade de uma análise cuidadosa dos recursos financeiros necessários para a implementação da estratégia ESG. Não há indicação de preocupações sobre a disponibilidade de fundos ou necessidade de financiamento adicional.
- Recursos humanos: A estratégia prevê a designação de *champions* de sustentabilidade, a formação de equipas multidisciplinares para novos projetos e o envolvimento de gestores de ativos, de projetos e gestores de portefólio na implementação. A divisão imobiliária tem equipas dedicadas para Gestão de ativos, Gestão de projetos e Gestão de portefólio para supervisionar a implementação. Equipas multidisciplinares de sustentabilidade são integradas em novos projetos de construção e renovação. Adicionalmente, a divisão imobiliária está a colaborar com consultores externos para avaliações de risco climático, modelação energética e certificações de construção sustentável e monitorização da implementação da estratégia ESG no portfólio nacional e internacional.
- Recursos tecnológicos: Especificamente para ativos imobiliários, o plano da Fidelidade Property inclui a implementação de recursos técnicos como sistemas de monitorização energética, Sistemas de Gestão de Edifícios (BMS), medição inteligente para consumo de energia e água, implementação de equipamentos AVAC de alta eficiência e tecnologias de energia renovável como painéis fotovoltaicos.

Impacto da Fidelidade

As emissões associadas à carteira de investimento imobiliário registaram uma redução de 11% entre 2024 e 2025. Esta evolução positiva resulta, sobretudo, da alienação de cinco ativos da carteira Rendina, que apresentavam das maiores intensidades carbónicas estimadas segundo a metodologia CRREM, em função da sua localização e do setor de atividade (Saúde, nos Estados Unidos da América).

Face ao ano-base de 2022, verifica-se uma redução acumulada de 41% nas emissões, parcialmente explicada pela diminuição de 31% da área total da carteira. Ainda assim, a redução das emissões supera a variação da área, refletindo o efeito das medidas de eficiência energética e de gestão ativa implementadas ao longo do período.

2022 ANO BASE	2025	VARIAÇÃO 22/25	VARIAÇÃO 24/25
11.832 tCO_2e	7.028 tCO_2e	-41%	-11%
35,270 $kgCO_2e/m^2$	30,233 $kgCO_2e/m^2$	-14%	-4%

Operações próprias

Abordagem da Fidelidade

A Fidelidade está empenhada em reduzir as emissões relacionadas com as suas operações próprias, seguindo o GHG Protocol para o cálculo da sua pegada de carbono. As emissões de Âmbitos 1 e 2, bem como das viagens de negócios (categoria 6 do Âmbito 3), representam apenas uma fração residual da pegada total do Grupo quando comparadas com as emissões associadas ao portefólio de seguros e investimentos. Ainda assim, a Fidelidade mantém um compromisso firme com a redução destas emissões, por reconhecer o seu papel na concretização das suas ambições climáticas.

O Grupo opera em diversas geografias, distribuídas por quatro continentes, representando um desafio significativo tanto na quantificação das emissões como na implementação de medidas de descarbonização das operações, devido a níveis distintos de maturidade regulatória, acesso a energia renovável, infraestruturas disponíveis e capacidades técnicas. Em algumas geografias, não é ainda possível avançar na mesma velocidade que noutras em termos de redução de emissões ou substituição de fontes energéticas, o que requer uma abordagem faseada e proporcional. Apesar destas limitações, a Fidelidade mantém-se comprometida com uma transição justa, procurando garantir que o progresso de descarbonização ocorre de forma equilibrada e adaptada às realidades locais, sem comprometer o bem-estar das pessoas, os serviços prestados ou a acessibilidade dos produtos. Assim, o Grupo continuará a avançar com medidas de eficiência energética e consumo de energia renovável, otimização das operações, transição da frota automóvel, redução e substituição de deslocações profissionais, bem como iniciativas que promovam a diminuição contínua das emissões, contribuindo de forma consistente para os objetivos climáticos globais.

Fidelidade pelo Mundo

Alianza: Instalação de painéis solares em escritórios selecionados do Grupo Asegurador Alianza, com o objetivo de reduzir o consumo de eletricidade proveniente de fontes não renováveis e diminuir a pegada de carbono corporativa.

Incorporação progressiva de veículos híbridos na frota corporativa, com o objetivo de reduzir as emissões de carbono, otimizar o consumo de combustível e promover uma mobilidade mais sustentável. Em 2025 foi incorporado mais um veículo híbrido, totalizando atualmente quatro veículos deste tipo

Ambição da Fidelidade

No âmbito do seu plano de transição, a Fidelidade define metas de redução de emissões de âmbito 1, 2 e 3 (categoria 6 – viagens de negócios) baseadas na ciência e compatíveis com a limitação do aquecimento global a 1,5ºC e o Acordo de Paris, tendo como objetivo alcançar a meta net zero nas operações próprias até 2040.

2022 ANO BASE	2025	VARIAÇÃO 22/25	META 2030[1] [2]	*LEVERS* DE DESCARBONIZAÇÃO
2,055 tCO_2e/ colaborador	**1,160** tCO_2e/ colaborador	-44%	**-50%** Intensidade de emissões/ colaborador	• Melhoria do desempenho dos edifícios; • Produção e aquisição de energia renovável; • Transição da frota; • Promoção de reuniões em formato remoto; • Redução de viagens de negócio.

NET ZERO ATÉ 2040

ÂMBITO: GRUPO FIDELIDADE PORTUGAL (S/LUZ SAÚDE)

[1] A Fidelidade estabelece metas de emissões em intensidade, e não em valores absolutos, porque a evolução e expansão do negócio nas diferentes geografias pode alterar significativamente o volume total de emissões. As metas em intensidade permitem avaliar de forma mais precisa e proporcional a eficiência carbónica, assegurando que o desempenho ambiental é monitorizado independentemente do crescimento do Grupo.

[2] Metas alinhadas com os objetivos estabelecidos na Política de Sustentabilidade, Política de Ambiente e Clima e Política de Conceção e Aprovação de Produtos.

A Fidelidade identifica diversos *business levers* de descarbonização que podem contribuir para alcançar as metas de redução de emissões GEE nas operações próprias, nomeadamente:

- Otimização da *performance* ambiental dos edifícios e utilização de energia renovável;
- Transição da frota para veículos mais sustentáveis (elétricos ou híbridos);
- Redução da pegada de carbono das viagens de negócio;
- Produção e aquisição de energia renovável;
- Implementação de sistema de gestão ambiental.

Transformação pela Fidelidade

No que se refere às principais ações implementadas – aplicáveis de forma transversal no Grupo Fidelidade Portugal – e/ou às quais foi dada continuidade, destacam-se as seguintes:

- Aquisição do contrato de energia verde para a maioria das empresas do Grupo Fidelidade em Portugal, possibilitando o consumo de eletricidade a partir de fontes renováveis;
- Aumento do peso dos veículos elétricos e híbridos na frota automóvel – em Portugal verificou-se um aumento de 9 pontos percentuais na proporção de veículos elétricos e híbridos *plug-in* na frota, que passou de 51% em 2024 para 60% (33% veículos elétricos e 27% *plug-in*), refletindo uma evolução positiva na eletrificação da frota;
- Controlo das horas de luz nos escritórios e instalação de luzes LED;
- Manutenção de um modelo de trabalho híbrido;
- Integração de critérios ESG nos processos de compra através da Política de *Procurement* Sustentável e do Código de Ética e Conduta de Fornecedores.

Em relação às principais ações planeadas, destacam-se as seguintes:

- Construção da nova sede do Grupo em Portugal que terá uma melhor *performance* energética (com pré-avaliação LEED Platinum) e a capacidade de produção de energia renovável (por exemplo, energia geotérmica), potenciando a redução da pegada ambiental das operações em Portugal;
- Finalização da implementação de um Sistema de Gestão Ambiental alinhado com a ISO 14001:2015, que fornecerá a base para alcançar as metas *net zero*, promovendo decisões baseadas em dados, melhorias de processos, identificação de riscos e vulnerabilidades ambientais e envolvimento de *stakeholders*;
- Potenciar a transição da frota para veículos elétricos e híbridos *plug-in*;
- Reduzir as viagens de negócio e otimizar as rotas para redução das emissões.

Fidelidade pelo Mundo

FID CHILE: iniciativa de voluntariado corporativo focada na reflorestação. Neste âmbito, um grupo de 60 colaboradores participou, em parceria com a fundação "Reforestemos", numa ação de reflorestação urbana em Maipú, contribuindo para a melhoria dos espaços verdes e da qualidade ambiental numa zona com elevada densidade populacional.

TENAX: implementação de uma solução de reciclagem mais abrangente nos escritórios, com a inclusão de contentores específicos para resíduos alimentares e cápsulas de café, complementando a reciclagem de resíduos secos e promovendo uma gestão mais eficiente dos resíduos.

Impacto da Fidelidade

A evolução das emissões reflete o esforço transversal das várias empresas do Grupo na implementação de iniciativas de redução, conforme descrito ao longo deste capítulo, destacando-se a contratação de energia de origem renovável como um dos principais fatores. Não obstante estes progressos, os resultados são também influenciados pelo crescimento da atividade, com maior expressão nas emissões associadas à Luz Saúde, mas com impacto igualmente visível nas restantes geografias. Para permitir uma análise mais detalhada e transparente, apresentam-se de seguida as emissões desagregadas por Portugal (excluindo Luz Saúde), Luz Saúde e operações internacionais.

	2025	VARIAÇÃO 22/25
EMISSÕES DE GEE DE ÂMBITO 1		
Emissões brutas de GEE de âmbito 1	9.541	6%
EMISSÕES DE GEE DE ÂMBITO 2		
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 - *location-based*	7.011	-29%
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 - *market-based*	7.430	-41%
EMISSÕES DE GEE DE CATEGORIA 3 (EXCLUINDO CATEGORIA 15)		
1. Bens e serviços adquiridos	60.675	1%
2. Bens de equipamento	23.004	320%
3. Atividades relativas a combustíveis e energia (não incluídas nos âmbitos 1 e 2)	4.403	-11%
4. Transporte e distribuição a montante	964	5%
5. Resíduos produzidos em operações	1.362	-7%
6. Deslocações em serviço	3.779	-29%
7. Deslocações diárias dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho	13.913	-22%
9. Transporte a jusante	17.154	17%
12. Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	106	-60%

A análise por geografia permite evidenciar dinâmicas distintas na evolução das emissões. Em Portugal (excluindo Luz Saúde), observa-se uma redução significativa das emissões de âmbito 2, em particular na abordagem *market-based*, refletindo a contratação de energia proveniente de fontes renováveis, bem como uma diminuição no âmbito 1.

Na Luz Saúde, verifica-se um aumento das emissões de âmbito 1 e 3, associado ao crescimento da atividade, ainda que as emissões de âmbito 2 apresentem reduções relevantes, também impulsionadas pela transição energética.

Nas operações internacionais, registaram-se aumentos nos âmbitos 1 e 2, refletindo o crescimento do negócio, enquanto o âmbito 3 se mantém estável face ao período anterior.

	tCO_2e	2025	VARIAÇÃO 22/25
PORTUGAL	Âmbito 1	1.628	-17%
	Âmbito 2 (*location-based*)	611	-44%
	Âmbito 2 (*market-based*)	22	-99%
	Âmbito 3	33.193	-21%
LUZ SAÚDE	Âmbito 1	5.453	16%
	Âmbito 2 (*location-based*)	5.297	-34%
	Âmbito 2 (*market-based*)	6.313	-39%
	Âmbito 3	59.104	36%
INTERNA-CIONAL	Âmbito 1	2.460	7%
	Âmbito 2 (*location-based*)	1.103	40%
	Âmbito 2 (*market-based*)	1.095	40%
	Âmbito 3	18.374	0%

Emissões de âmbito 2 por tipo de instrumento

A evolução positiva das emissões de âmbito 2 está diretamente associada ao reforço da contratação de energia com garantias de origem renovável em Portugal, que em 2025 já representa 51% do consumo total, traduzindo um aumento de 26 p.p. face a 2022. Esta transição energética tem sido determinante para a redução das emissões na abordagem market-based, refletindo o compromisso do Grupo com a descarbonização das suas operações próprias.

	2025	VARIAÇÃO 22/25
Energia com contratos específicos para o fornecimento de energia de fontes renováveis	51%	26 pp

Intensidade das emissões por receita líquida

A intensidade carbónica (âmbitos 1, 2 e 3) reduziu cerca de 32% entre 2022 e 2025, tanto na abordagem *location-based* como market-based, evidenciando uma melhoria significativa da eficiência carbónica do Grupo. Esta evolução ocorre num contexto de crescimento da receita líquida acumulada em cerca de 30% no mesmo período, demonstrando que a redução de emissões tem sido alcançada de forma estrutural e dissociada do crescimento do negócio.

	2022	2025	VARIAÇÃO 22/25
Âmbito 1, 2 (*location-based*) & 3	555,00	378,78	-32%
Âmbito 1, 2 (*market-based*) & 3	556,34	378,93	-32%

Preço interno de carbono

Em 2024, a Fidelidade definiu pela primeira vez um preço interno do carbono com o propósito de incentivar uma mudança de comportamento que reforce as ações de redução emissões associadas à sua pegada operacional.

O preço definido foi de 100€/tCO_2e para as emissões operacionais dos âmbitos 1, 2 e 3, na categoria 6 (Viagens de negócios) para as suas operações em Portugal, excluindo a Luz Saúde.

A partir de 2025, a Fidelidade comprometeu-se a investir, num período de três anos após o ano das emissões correspondentes, o montante monetário de 100€/tCO_2e no seu Fundo Florestal "Florestas de Portugal". Este investimento pretende reforçar o compromisso com a captura das emissões de carbono que não puderem ser evitadas, garantindo em simultâneo a utilização de créditos de captura de carbono com os mais elevados padrões de qualidade. **Em 2025, este valor corresponderia a 380 500 euros. Salienta-se, no entanto, que a Fidelidade já alocou 6 milhões de euros ao Fundo Florestal**, um montante substancialmente superior ao que seria exigido ao abrigo deste mecanismo de preço interno do carbono.

O valor foi definido com base na análise das tendências dos mercados voluntários de carbono, com especial foco em créditos certificados por padrões rigorosos, como os validados por organizações como a Verra ou o Gold Standard.

A Fidelidade reconhece que o custo social do carbono e os mecanismos de mercado estão em constante evolução, em resposta aos avanços científicos, mudanças políticas e à crescente urgência de alcançar os objetivos do Acordo de Paris. Deste modo, o preço definido constitui um ponto de partida robusto, que estará sujeito a revisões periódicas para garantir o alinhamento com as mais recentes orientações científicas, a dinâmica do mercado e os custos crescentes da descarbonização, em linha com as trajetórias de precificação do carbono modeladas pela Comissão de Alto Nível sobre Preços do Carbono. Importa sublinhar que esta medida não substitui os esforços contínuos do Grupo para reduzir a sua pegada carbónica – representa, sim, mais um instrumento ao serviço desse compromisso.

EMISSÕES ABRANGIDAS PELO PREÇO INTERNO DE CARBONO

	FIDELIDADE PORTUGAL	GRUPO FIDELIDADE
% de emissões de âmbito 1 abrangidas pelo preço interno de carbono	100%	17,1%
% de emissões de âmbito 2 abrangidas pelo preço interno de carbono	100%	0,3%
% de emissões de âmbito 3 – categoria 6 abrangidas pelo preço interno de carbono	100%	57,0%

Gestão de sinistros G

Abordagem da Fidelidade

No contexto das alterações climáticas, a gestão de sinistros assume relevância crescente, uma vez que fenómenos meteorológicos extremos aumentam tanto a frequência como a severidade dos eventos indemnizáveis. No entanto, apesar da sua importância operacional, esta fase da cadeia de valor não dispõe, atualmente, de uma metodologia internacionalmente reconhecida para a medição das emissões de GEE associadas ao processo de gestão de sinistros.

Consciente desta lacuna metodológica, o Grupo Fidelidade tem participado ativamente nos trabalhos em desenvolvimento pela UNEP FI – PSI, contribuindo para incentivar o desenvolvimento de um standard que permita, no futuro, quantificar as emissões associadas aos processos de gestão de sinistros e integrar esta dimensão de forma mais robusta na sua estratégia climática.

Embora não exista, nesta fase, uma abordagem estruturada equivalente à das operações, seguros ou investimentos, a Fidelidade procura incorporar critérios ambientais relevantes em determinadas práticas de gestão de sinistros — nomeadamente através de soluções que promovem a reutilização de peças automóveis e a redução e o correto tratamento de resíduos, contribuindo para a mitigação indireta de emissões e para a proteção de recursos naturais.

Face à ausência de metodologia standardizada, não são definidos, nesta fase, metas quantificáveis ou indicadores de impacto específicos para esta componente da cadeia de valor.

Transformação pela Fidelidade

A Fidelidade tem vindo a desenvolver e implementar iniciativas que promovem uma maior eficiência ambiental e a integração de princípios de economia circular no processo de gestão de sinistros. Estas iniciativas refletem uma abordagem progressiva, alinhada com a evolução das práticas do setor e com o trabalho desenvolvido no âmbito dos PSI da UNEP FI, no sentido de contribuir para o desenvolvimento futuro de metodologias de medição adequadas.

No âmbito da reparação automóvel, destaca-se o **Projeto Green Parts**, que visa incentivar a utilização de peças reutilizadas provenientes de viaturas em fim de vida, reduzindo a necessidade de produção de componentes novos e, consequentemente, a pegada ambiental associada. Após uma fase de implementação em 2024, o projeto foi consolidado e ampliado em 2025, passando a abranger 157 oficinas, com o envolvimento de fornecedores de referência no mercado nacional de peças reutilizadas.

Entre 2023 e 2025, foi registada uma evolução nos indicadores, tendo a média de peças verdes utilizadas por processo mais do que duplicado, passando de 0,21 para 0,47, evidenciando uma maior incorporação de componentes reutilizados nas reparações. Paralelamente, o Índice de Reparabilidade[1] evoluiu de 20,09% para 21,02%, confirmando uma tendência consistente para privilegiar a reparação em detrimento da substituição, com impactos positivos na redução de resíduos e da pegada ambiental associada à gestão de sinistros automóvel. Esta evolução reforça o compromisso da Fidelidade com a economia circular, promovendo a reutilização de componentes e a redução de resíduos.

Complementarmente, no contexto dos sinistros patrimoniais, a Fidelidade tem vindo a desenvolver o **Projeto Salvados**, focado na valorização de bens que, embora considerados sinistrados, mantêm potencial de reutilização, reciclagem ou revenda. Em 2025, o projeto registou avanços relevantes, com a implementação de um projeto-piloto em Coimbra, em parceria com a The Loop — uma das vencedoras do programa de aceleração de *startups* da Fidelidade, o Protechting — permitindo testar e otimizar procedimentos e estabelecer as bases para a sua expansão a outros distritos. Atualmente, decorre a recolha, triagem e encaminhamento de materiais, possibilitando a reciclagem de diversos artigos e a identificação de bens com valor de reutilização, revenda ou doação, reforçando simultaneamente o impacto ambiental e social positivo da iniciativa.

Destaca-se, ainda, a crescente adoção de peritagens e pré-vistorias digitais, que tem contribuído para tornar o processo de gestão de sinistros mais eficiente e ambientalmente responsável. Em Portugal, a quota de participações de sinistros digitais aumentou de 7,60% em 2023 para 22,95% em 2025, refletindo uma aceleração significativa da digitalização. Em Moçambique, os níveis elevados de utilização (entre 30% e 36%) demonstram o potencial destas soluções em contextos com desafios logísticos, enquanto em Cabo Verde a utilização manteve-se estável (~30%). Estas práticas permitem reduzir deslocações, consumos de recursos e tempos de resposta, contribuindo para a redução da pegada ambiental e para uma experiência mais eficiente para os clientes.

[1] Índice de Reparabilidade = Peças reparadas / (Peças reparadas + Peças substituídas)

Anexos

Transition Plan

Para a elaboração do Transition Plan, aprovado pelos órgãos administrativos, de gestão e de supervisão no Comité de Sustentabilidade, adotou-se uma metodologia assente em três etapas principais:

1. Definição do *baseline*;
2. Definição das metas;
3. Definição das ações.

O processo foi fundamentado em standards e diretrizes globais reconhecidas, bem como em iniciativas de mercado. A abordagem reflete o cumprimento dos objetivos iniciais e a sua evolução contínua, assegurando a monitorização regular da pegada carbónica e a melhoria dos processos de recolha de dados para apoiar decisões mais eficazes.

Nas áreas de seguros e investimentos, o Grupo considera linhas de negócio e classes de ativos alinhadas com metodologias internacionais, comprometendo-se a complementar e atualizar o Plano à medida que novas abordagens sejam desenvolvidas. Com a consolidação dessas metodologias, as metas serão revistas, promovendo o alinhamento progressivo dos portefólios com práticas mais robustas.

As alterações a metas e métricas, bem como a metodologias de medição subjacentes, pressupostos significativos, limitações, fontes e processos adotados para recolher dados são devidamente identificados junto dos indicadores ou nas notas metodológicas.

1. Definição do *baseline*

A definição do *baseline* foi desenvolvida com base no GHG Protocol e no Partnership for Carbon Accounting Financials (PCAF), assegurando coerência metodológica nas três áreas do Plano, incluindo o cálculo das emissões de âmbito 3, categoria 15.

Os valores de *baseline* (2022) refletem a realidade operacional do Grupo, incluindo operações internacionais, sempre que exista informação disponível. Foram incluídas tantas empresas quanto possível, de acordo com a disponibilidade de dados, e não ocorreram variações relevantes no modelo de negócio que justificassem ajustes aos valores de referência (por exemplo, aquisições ou fusões de grande impacto).

Foram ajustados os valores do *baseline* comunicados anteriormente de modo a refletir a melhoria da qualidade e robustez dos dados e a atualização de fatores de emissão para os standards de mercado.

2. Definição das metas

A definição de metas claras e cientificamente fundamentadas é essencial para o percurso rumo à neutralidade. Com o objetivo de assegurar a coerência metodológica, a determinação das metas de redução de emissões teve como ponto de partida o perímetro e os resultados do *baseline*. No processo de definição dos objetivos, foram estabelecidas metas de redução para os segmentos de seguros, investimentos e para o setor imobiliário, seguindo as metodologias FIT (Forum for Insurance Transition to Net Zero), NZAOA (Net Zero Asset Owner Alliance) e CRREM (Carbon Risk Real Estate Monitor), respetivamente, que orientam o caminho necessário para limitar o aquecimento global a 1,5°C e reduzir as emissões.

Os *stakeholders* desempenharam um papel relevante na definição das metas através de um processo estruturado de envolvimento, com o objetivo de identificar e priorizar as questões materiais. Este processo envolveu contribuições de colaboradores, particularmente das direções de investimentos, imobiliário, subscrição e sustentabilidade. Foram igualmente considerados *benchmarks* e práticas adotadas no setor para reforçar a robustez das metas.

Embora o Grupo direcione o seu portefólio e operações para alcançar estes objetivos, reconhece que a definição das trajetórias de transição depende, de forma determinante, das políticas públicas nacionais. A ação conjunta é essencial, pois nenhuma entidade pode, isoladamente, responder à complexidade das alterações climáticas. A Fidelidade mantém-se disponível para colaborar com governos, organizações não governamentais e demais partes interessadas, contribuindo para acelerar o caminho rumo a um futuro sustentável e resiliente ao clima.

3. Definição das ações

O estabelecimento de ações corporativas, que envolvem um conjunto abrangente de estratégias para reduzir as emissões em todas as operações e na cadeia de valor, é crucial para alcançar as metas estabelecidas. Estas estratégias incluem tanto ações imediatas quanto de longo prazo, com um plano para a sua implementação, permitindo uma avaliação contínua do progresso alcançado.

Nesta fase, ainda não foram definidos horizontes temporais específicos para a conclusão de cada ação-chave planeada. O objetivo é, numa primeira fase, avaliar e a desenvolver planos pormenorizados para o futuro, com base nos dados disponíveis. Os prazos serão determinados uma vez concluída esta fase de planeamento. Uma vez feitas as avaliações necessárias, serão definidos e comunicados os horizontes temporais para cada ação-chave.

Por indisponibilidade de informação, a Fidelidade não divulga as reduções de emissões de GEE alcançadas e esperadas por ação. Apenas são definidas as reduções esperadas de GEE em valores de intensidade, em linha com as metas para cada segmento (operações, investimento e seguros).

Índices de referência da UE

A Fidelidade não cumpre nenhum dos critérios de exclusão previstos nos artigos 12.º, nº 1, alíneas d) a g), e nº 2, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 da Comissão e, por conseguinte, não está excluída dos índices de referência da UE alinhados com o Acordo de Paris.

Limites do inventário

Os objetivos estabelecidos pela Fidelidade garantem que os limites do inventário de emissões de GEE estão alinhados com metodologias internacionalmente reconhecidas para cálculo e definição de metas. A abordagem adotada assegura consistência e transparência na medição, gestão e comunicação das emissões em todos os âmbitos e atividades relevantes. Em conformidade com os requisitos das ESRS, as metas de redução de emissões de GEE foram estabelecidas como objetivos brutos (gross targets), ou seja, não são consideradas remoções de GEE, créditos de carbono ou emissões evitadas para alcançar os objetivos, garantindo um enfoque claro e direto na redução das emissões na sua origem.

Outros gases

As emissões GEE reportadas incluem os gases abrangidos pela norma ESRS E1: CO_2, CH_4, N_2O, HFCs, PFCs, SF_6 e NF_3. Todos os gases são convertidos em CO_2e, utilizando fatores de conversão reconhecidos internacionalmente, com o objetivo de uniformizar e facilitar o cálculo global da pegada carbónica e a monitorização das metas de redução.

Metodologias e pressupostos para calcular ou medir as emissões de GEE

Seguros

A metodologia PCAF foi adotada para o cálculo das emissões e para a definição das respetivas metas, estabelecendo critérios específicos tanto para os ramos de Comercial como para o ramo Automóvel de clientes particulares, cada um com abordagens de cálculo distintas. Com base nesta metodologia, foram estimadas as emissões associadas à subscrição de seguros dos ramos Comercial e Automóvel Particulares em Portugal.

As metas de redução de emissões GEE definidas pelo Grupo Fidelidade são baseadas na ciência e compatíveis com a limitação do aquecimento global a 1,5ºC, tendo como objetivo alcançar a meta Net zero nos subportefólios dos ramos automóvel particulares e comercial em Portugal no ano 2050, com metas intermédias no ano 2030. Estas metas estão, ainda, alinhadas com as trajetórias do IEA STEPS e com o Acordo de Paris. Adicionalmente, foi realizada uma análise de sensibilidade para avaliar a viabilidade das metas em diferentes cenários, considerando possíveis desenvolvimentos futuros e o impacto potencial na redução das emissões de GEE.

Os *business levers* de descarbonização foram definidos com base no diferencial entre o cenário inercial e o cenário necessário para cumprir a meta intermédia de 2030. Já a abordagem Sectoral Decarbonization Approach (SDA) não foi aplicada ao portefólio segurador, dada a sua elevada complexidade, desafios associados à disponibilidade de dados e, sobretudo, a reduzida exposição do Grupo, em Portugal, a setores altamente emissores como Petróleo & Gás, Siderurgia ou Indústria Química.

Comercial

Para o cálculo das emissões de GEE da carteira de seguros comercial, quando os relatórios oficiais dos clientes (Relatórios Únicos, Relatórios e Contas e Relatórios de Sustentabilidade) não estão disponíveis, são desenvolvidas *proxies* setoriais, com base no volume de negócios e nas emissões por setor divulgadas pelo INE. Com esta informação, atribui-se à Fidelidade uma proporção das emissões calculadas, de acordo com a relação entre o volume de prémios das apólices e o volume de negócios dos clientes. Posteriormente, aplica-se o rácio de emissões sobre prémios ao restante portefólio, assumindo que os clientes seguem a mesma tendência. As estimativas setoriais basearam-se no CAE principal das empresas, reconhecendo que algumas podem operar noutros setores, mas tratando-se do melhor pressuposto disponível.

As emissões calculadas por *proxies* representam:

2022	2023	2024	2025
30%	39%	49%	55%

Destaca-se que, a utilização de *proxies* aumenta sobretudo justificada pela cada vez menor disponibilidades de relatórios públicos pelos clientes.

Para efeitos de definição das metas de redução e do respetivo acompanhamento, foram consideradas as emissões de Âmbito 1 e 2 das empresas portuguesas tomadoras de apólices que já divulgam as suas emissões ou que apresentam um volume de negócios superior a 50 milhões de euros, sendo que, neste último caso, as emissões são estimadas com base no setor de atividade. Esta delimitação aplica-se exclusivamente ao universo utilizado para a definição do target e à operacionalização das respetivas alavancas de descarbonização. O Grupo Fidelidade calcula e acompanha, sempre que a disponibilidade de dados o permite, as emissões associadas à totalidade da carteira elegível, embora o reporte e a definição de *business levers* incidam apenas sobre o perímetro acima referido. Esta abordagem resulta do facto de a divulgação de emissões de Âmbito 3 ainda ser significativamente limitada e não se encontrar, de forma consistente, disponível.

A seleção apresentada está em conformidade com os dados calculados e divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) por setor de atividade.

Para melhorar a precisão das métricas, o Grupo Fidelidade tem vindo a desenvolver esforços contínuos de afinação e robustez dos dados utilizados. No que respeita à aquisição de bases de dados externas, o universo de empresas portuguesas para as quais existem dados de emissões disponibilizados por *data providers* permanece limitado, pelo que a recolha manual de informação disponibilizada publicamente pelas próprias empresas continua a ser a principal abordagem adotada.

Automóvel

Relativamente ao ramo automóvel, no qual se considera a carteira de clientes particulares, consideraram-se duas categorias: veículos a combustão e veículos elétricos. No primeiro caso, as emissões foram calculadas em gCO_2/km, com base em dados da Eurotax. No segundo, através da mesma fonte, obteve-se o consumo de eletricidade em kWh/km, segundo a Agência Europeia do Ambiente, multiplicando-o pelo Fator de Produção de Eletricidade em Portugal ($kgCO_2e/MWh$), divulgado pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), para estimar as emissões em CO_2e por quilómetro percorrido. Em ambos os cenários, os quilómetros percorridos foram estimados a partir de dados internos das peritagens dos veículos segurados pela Fidelidade. Após a obtenção das emissões totais estimadas por veículo, imputou-se à Fidelidade 18% desse valor, correspondente ao ponto médio do intervalo indicado pelo guia do PCAF (10%-26%), refletindo a estimativa do custo dos seguros face ao total de despesas com a posse do veículo, embora, segundo a experiência da Fidelidade, este valor possa ser inferior no contexto português.

Para melhorar a precisão das métricas foram implementadas melhorias relevantes ao longo do período, tendo sido reduzida a dependência de fontes externas a uma única base de dados para as emissões por veículo (Eurotax). Adicionalmente, foi atualizada a fonte do fator de produção de eletricidade para a APA, permitindo uma recolha mais eficiente e consistente da informação, nomeadamente através da integração com dados de negócio utilizados internamente. Estes avanços contribuem para uma maior acuidade e fiabilidade dos cálculos, reforçando a qualidade do reporte.

Emissões de GEE *locked-in*

O cálculo das emissões *locked-in* não foi efetuado devido à falta de uma metodologia viável. Para além disso, segundo o GHG Protocol (cap. 15), não é exigido o reporte das emissões resultantes de contratos de seguros, uma vez que os prémios de seguros devem ser considerados como capital próprio da companhia de seguros. Adicionalmente, o Grupo tem uma baixa participação de apólices de seguros com longa maturidade e cláusulas de negociação restritivas, como os LTAs (*Long Term Agreements*), associados geralmente a apólices de seguros relacionados com o setor público, o que também demonstra a baixa relevância das emissões *locked-in* no portefólio de seguros.

Investimentos

Nos cálculos das emissões de GEE e na definição de metas foi seguida a metodologia do GHG Protocol, do PCAF (Partnership for Carbon Accounting Financials) e do CRREM.

Ações cotadas e obrigações de empresas

As emissões de GEE dos investimentos em ações cotadas e obrigações de empresas são calculadas com base em dados externos, como Relatórios de Sustentabilidade.

A partir do presente exercício, foi adotada a métrica EVIC (*Enterprise Value Including Cash*) como denominador para o cálculo da intensidade carbónica, em alinhamento com as melhores práticas de mercado e com as recomendações do PCAF. Paralelamente, foi alargada a cobertura dos ativos considerados no *baseline*, passando este a abranger 91,7% da totalidade dos ativos sob gestão das classes de ações cotadas e obrigações de empresas no Grupo Fidelidade. No caso das obrigações verdes, é considerada apenas a imputação de 10% das emissões dos respetivos emitentes, em linha com a metodologia de outros pares da indústria, refletindo a natureza específica destes instrumentos e evitando a sobrestimação da pegada da carteira. No cálculo não são utilizadas *proxies*, sendo considerados exclusivamente dados reportados pelas empresas ou provenientes de fontes primárias reconhecidas.

Foram calculadas as emissões de GEE das ações cotadas e obrigações de empresas da Fidelidade em Portugal (incluindo Luz Saúde), Espanha, França, Macau e Reino Unido. Os investimentos destas empresas nestas classes de ativos representam:

2022	2023	2024	2025
92%	89%	84%	77%

Destaca-se que, a cobertura dos ativos sob gestão reduz sobretudo justificada pela cada vez menor disponibilidades de relatórios públicos pelos clientes.

Os ativos considerados incluem tanto os investimentos de *general account* como também os investimentos nas carteiras *unit-linked*.

As metas de redução das emissões de GEE estão alinhadas com a trajetória IEA STEPS e com o Acordo de Paris. Adicionalmente, o financiamento da transição está alinhado com os princípios do Net Zero Asset Owner Alliance (NZAOA).

A informação apresentada tem como referência o período de setembro de 2025, refletindo a informação mais recente e devidamente consolidada disponível à data de publicação do relatório.

Emissões de GEE *locked-in*

Existe exposição a emissões locked-in no portefólio de investimentos, nomeadamente em posições com clientes de setores de difícil descarbonização. No entanto, devido à indisponibilidade de informação em algumas das geografias, não é possível medir estas emissões.

Setor imobiliário

Relativamente aos ativos imobiliários geridos pela Fidelidade Property, as emissões foram estimadas com base nos consumos energéticos e nos respetivos fatores de emissão, quando a informação estava disponível. No caso de a informação não estar disponível são utilizados os fatores de referência do CRREM para a tipologia de edifício semelhante, na geografia indicada.

Para melhorar a precisão futura das métricas estão previstas ações como a aquisição de bases de dados para aumentar a cobertura e qualidade das informações, bem como a inclusão de ativos cujas emissões ainda não foram calculadas.

Para as metas de redução de emissões de GEE no setor imobiliário assegurou-se a consistência com os limites do inventário de GEE através das seguintes medidas:

- Evitar a dupla contagem;
- Realizar um mapeamento detalhado das fontes de emissão para evitar sobreposições nas metas estabelecidas;
- Promover o alinhamento contínuo através de revisões periódicas que garantam a consistência entre o inventário de GEE e as metas de redução de emissões[1].

Ao seguir estes princípios, a Fidelidade assegura que as metas de redução de emissões de GEE são coerentes com os limites do inventário, proporcionando uma representação clara e precisa dos esforços de mitigação das emissões nos âmbitos e geografias das operações.

A abordagem proposta segue a metodologia Sectoral Decarbonization Approach (SDA), baseada na trajetória global de Net zero do CRREM.

Emissões de GEE *locked-in*

Compreende-se que existem emissões *locked-in* associadas ao portefólio imobiliário de investimentos. Contudo, atualmente não se calculam essas emissões devido à falta de uma metodologia viável para tal.

O plano de ação não aborda explicitamente as emissões *locked-in*, mas os investimentos e melhorias planeados confirmam que a Fidelidade Property está ciente da necessidade de gerir com as emissões do seu portefólio de ativos. A abordagem gradual para a melhoria do desempenho energético indica que podem existir algumas emissões *locked-in* que não podem ser resolvidas de imediato (nomeadamente quando existem contratos de arrendamento), mas a Fidelidade Property está a tomar medidas para as gerir e reduzir ao longo do tempo. As ações específicas planeadas incluem a implementação de medidas de eficiência energética, como iluminação LED, melhoria dos sistemas de gestão de edifícios e atualizações de isolamento térmico, de forma contínua, não se limitando ao período do plano de ação.

Operações próprias

A metodologia adotada para o cálculo da pegada de carbono e definição de metas nas operações foi baseada no GHG Protocol, adotando a abordagem de controlo operacional para a definição de limites de consolidação.

As emissões calculadas refletem as empresas presentes nas demonstrações financeiras do Grupo Fidelidade e seguem o método do controlo operacional descrito no GHG Protocol, exceções são devidamente identificadas juntos dos indicadores.

Receita líquida

	2025
Receita líquida (€)[2]	2.667.489.658

[1] Qualquer alteração na carteira de ativos ou nos limites operacionais é prontamente refletida no inventário e nos objetivos estabelecidos.
[2] A receita líquida é calculada segundo a seguinte fórmula: Receita de contratos de seguro - Custos de aquisição + Comissões de contratos de resseguro - Despesas com contratos de resseguro. A receita líquida utilizada para cada ano para o cálculo da intensidade de emissões de GEE corresponde ao valor de receita líquida reportado. Não é utilizado qualquer outro valor de receita líquida para além do utilizado para o cálculo da intensidade de emissões de GEE.

Cálculo de emissões

Foi atribuída prioridade aos dados relativos aos consumos (kWh, km, kg) - dados primários, e na ausência desses dados recorreu-se a dados secundários com origem em estimativas (e.g. consumo médio por m2) ou montantes financeiros de aquisição de bens e serviços para compreender as emissões associadas e complementar o reporte de emissões nos vários âmbitos e categorias. Quanto aos fatores de emissão utilizados, optou-se, maioritariamente, por fatores provenientes da APA, DEFRA, Base Carbone, entre outras fontes, por serem bases de dados reconhecidas.

Importa ainda salientar que os montantes financeiros utilizados para calcular as emissões de GEE incluem o IVA, uma vez que não foi possível expurgá-lo nas diversas geografias em que o Grupo opera.

Categorias de emissões de âmbito 3

	2025
1. Bens e serviços adquiridos	Reportada
2. Bens de equipamento	Reportada (Apenas para Luz Saúde)
3. Atividades relativas a combustíveis e energia (não incluídas nos âmbitos 1 e 2)	Reportada
4. Transporte e distribuição a montante	Reportada (Apenas para Luz Saúde)
5. Resíduos produzidos em operações	Reportada
6. Deslocações em serviço	Reportada
7. Deslocações diárias dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho	Reportada
8. Ativos locados a montante	Não aplicável ao Grupo, atendendo às características dos setores em que desenvolve a sua atividade.
9. Transporte a jusante	Reportada (Apenas para Luz Saúde)
10. Transformação dos produtos vendidos	Não aplicável ao Grupo, atendendo às características dos setores em que desenvolve a sua atividade.
11. Utilização dos produtos vendidos	Não aplicável ao Grupo, atendendo às características dos setores em que desenvolve a sua atividade.
12. Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	Reportada (Apenas para Luz Saúde)
13. Ativos locados a jusante	Não aplicável ao Grupo, atendendo às características dos setores em que desenvolve a sua atividade.
14. Franquias	Não aplicável ao Grupo, atendendo às características dos setores em que desenvolve a sua atividade.
15. Investimentos	Reportada

	2022	2023	2024	2025
Emissões de âmbito 3 calculadas com base em dados primários	598.818	503.184	485.060	456.969
% de emissões de âmbito 3 calculadas com base em dados primários	54%	48%	49%	46%

Verifica-se uma ligeira redução da percentagem de emissões de âmbito 3 calculadas com base em dados primários, passando de 54% em 2022 para 46% em 2025. Esta evolução é influenciada maioritariamente pela categoria 15 (Investimentos e Subscrição), na qual a disponibilidade de dados primários depende da divulgação pública de informação pelas entidades investidas e seguradas. Nos anos mais recentes, parte destas entidades ainda não publicou os respetivos relatórios anuais, o que implica um maior recurso a estimativas, justificando assim a diminuição relativa do peso de dados primários no período mais recente.

Para reforçar a precisão e robustez das métricas de emissões, a Fidelidade tem vindo a implementar um conjunto de melhorias metodológicas e operacionais. Destaca-se a crescente utilização de dados primários, em particular nos âmbitos 1 e 2, bem como o alargamento da cobertura das entidades incluídas no cálculo, incluindo a integração da pegada de carbono da Luz Saúde em todos os âmbitos e categorias aplicáveis e o reforço transversal do apuramento nas operações internacionais, com especial foco nos âmbitos 1 e 2.

Adicionalmente, foram introduzidos ajustamentos relevantes em diversos âmbitos e categorias, nomeadamente o alinhamento do cálculo das emissões de investimentos com as *guidelines* mais recentes do PCAF (com destaque para ações cotadas e obrigações de empresas) e a inclusão das emissões associadas ao trabalho remoto na categoria 7 do âmbito 3. Para melhorar ainda mais a qualidade futura dos dados, estão previstas ações como a aquisição de bases de dados especializadas, a inclusão progressiva de categorias do âmbito 3 ainda não totalmente cobertas, a atualização periódica dos fatores de emissão utilizados e a exploração de novas metodologias de monitorização, incluindo a eventual implementação de um Sistema de Gestão Ambiental. A colaboração reforçada com parceiros da cadeia de valor continuará a ser determinante para reduzir a dependência de estimativas e aumentar a fiabilidade das métricas a longo prazo.

Emissões de GEE *locked-in*

Existem emissões *locked-in* associadas ao portefólio imobiliário operacional, com impacto nos âmbitos 1 e 2, contudo, atualmente, estas não são calculadas devido à inexistência de uma metodologia viável para o efeito.

Fatores de emissão

ÂMBITO/CATEGORIA	BASES DE DADOS[1]	MÉTODO DE CÁLCULO
ÂMBITO 1		
Emissões Diretas	Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - NIR 2022, 2023, 2024 e 2025. IPCC - 6AR. DEFRA, CELE, Portgás	Activity-based method from GHG Protocol (when primary data not available, secondary data was used)
ÂMBITO 2		
Emissões indiretas de GEE associadas à energia adquirida	Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), Carbon Data Intelligence, Our World in Data - Ember, Energy Institute - Statistical Review of World Energy, Central Statistics Office (CSO), Fornecedores de Eletricidade – EDP, Eletricidade da Madeira, Eletricidade dos Açores, GALP, Clima Espaço, Gold Energy, EDF, CEM, Gesternova, Endesa, Fornecedor Energia do Chile, Fornecedor de Energia do Liechtenstein	Location-based method Market-based method (when concrete supplier data is available) combined with Location-based method (when supplier data is unavailable in international geographies)
ÂMBITO 3		
1. Bens e serviços adquiridos	Base Carbone, EPA	Spend-based method from GHG Protocol
2. Bens de equipamento	EPA, PORDATA, World Bank	Average spend-based method from GHG Protocol
3. Atividades relativas a combustíveis e energia (não incluídas nos âmbitos 1 e 2)	DEFRA, Carbon Data Intelligence	Average-data method from GHG Protocol with industry or country averages
4. Transporte e distribuição a montante	DEFRA	Distance-based method from GHG Protocol
5. Resíduos produzidos em operações	Base Carbone, DEFRA	Waste-type-specific method from GHG Protocol (though not possible to consider treatment type only waste type)
6. Deslocações em serviço	DEFRA	Combination of distance-based method (in geographies where data is available) & Spend-based method (when primary data is not available) from GHG Protocol. Includes upstream and downstream emissions. In Luz Saúde it considers emissions from hotel stays.
7. Deslocações diárias dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho	DEFRA, Base Carbone	Distance-based method from GHG Protocol (includes homeworking emissions as well as upstream and downstream emissions)
9. Transporte a jusante	DEFRA	Distance-based method from GHG Protocol
12. Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	Parsons, S. et al (2021). The carbon footprint of waste streams in a UK hospital. Journal of Cleaner Production, 286, 125498	Waste-type-specific method from GHG Protocol
15. Investimentos	Sustainalytics, Bloomberg, Instituto Nacional de Estatística (INE), Informa D&B, Eurotax, Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Carbon Risk Real Estate Monitor (CRREM), Relatórios de sustentabilidade de empresas seguradas, DEFRA	PCAF Global GHG Accounting and Reporting Standard as the primary calculation methodology for investments (Listed Equities and Corporate Bonds + Real Estate) and for insurance-associated emissions (Commercial + Individual Motor). For Luz Saúde - Investment specific method estimating scope 1 and 2 emissions from entities with an equity share from Luz Saúde but not controlled by Luz Saúde.

[1] Inclui: fatores de emissão, valores de emissões de stakeholders e outros dados relevantes.

Divulgações sociais

Colaboradores 156

Clientes 168

Anexos 171

Sumário

O presente capítulo apresenta as divulgações sociais, organizadas em dois eixos fundamentais: colaboradores e clientes.

No que respeita aos colaboradores, descreve-se a abordagem adotada, as políticas e iniciativas implementadas, o desempenho face às metas definidas e os principais indicadores, com foco no envolvimento, bem-estar, diversidade, equidade e inclusão, bem como na gestão e desenvolvimento de talento.

No âmbito dos clientes, são apresentadas a abordagem e políticas relevantes, com destaque para os processos de conceção e aprovação de produtos e para os mecanismos de gestão de reclamações.

Colaboradores

Abordagem da Fidelidade

O sucesso e a sustentabilidade do Grupo Fidelidade baseiam-se no envolvimento, bem-estar e desenvolvimento dos seus colaboradores. Nesse sentido, a Fidelidade promove uma cultura baseada na inclusão, colaboração e reconhecimento, que incentiva a aprendizagem contínua e o crescimento profissional. Esta abordagem reflete o compromisso de criar um ambiente de trabalho positivo, próximo e alinhado com os seus valores, contribuindo para equipas preparadas para responder aos desafios do presente e do futuro.

Políticas

As políticas dirigidas aos colaboradores traduzem o compromisso da Fidelidade com a valorização das pessoas e com a promoção de relações laborais éticas, justas e transparentes. Estas políticas orientam a atuação do Grupo em matérias como diversidade e inclusão, bem-estar, reconhecimento e conduta. Através destas diretrizes, a Fidelidade assegura a coerência e a equidade das práticas de gestão de pessoas, sendo estas depois adaptadas aos contextos locais e às especificidades das empresas do Grupo.

POLÍTICA[1]	ÂMBITO
Política de Diversidade, Equidade, Igualdade e Sentido de Pertença	Grupo Fidelidade em Portugal (excluindo Luz Saúde)[2]
Política de *Wellbeing* do Grupo Fidelidade	Grupo Fidelidade[3]
Política de Remuneração dos Colaboradores do Grupo	Grupo Fidelidade em Portugal (excluindo Luz Saúde)[4]
Código de Ética e Conduta	Grupo Fidelidade em Portugal (excluindo Luz Saúde)[5]

Política de diversidade, equidade, inclusão e sentido de pertença

O Grupo Fidelidade assume o compromisso de promover e manter uma cultura organizacional baseada na Diversidade, Equidade, Inclusão e Sentido de Pertença, reconhecendo que estes valores são fundamentais para o desenvolvimento e para o bem-estar das suas pessoas. Nesse sentido, a Política de Diversidade, Equidade, Inclusão e Sentido de Pertença (DEIP) define as diretrizes que orientam a atuação do Grupo nesta matéria.

A Política assenta num conjunto de princípios orientadores que traduzem o compromisso do Grupo com a promoção ativa da diversidade, da equidade, da inclusão e do sentido de pertença, nomeadamente:

- Promoção da aceitação e respeito pela individualidade, garantindo um ambiente físico e emocionalmente seguro e inclusivo para todas as pessoas, independentemente da sua origem, identidade ou características pessoais;
- Tolerância zero a preconceito, discriminação e assédio, assegurando o cumprimento da lei e das normas internas, a igualdade de oportunidades e o uso de linguagem inclusiva;
- Liderança inclusiva e inspiradora, com gestores responsáveis por aplicar e promover os princípios de diversidade, equidade, inclusão e sentido de pertença nas suas equipas;
- Processos de recrutamento inclusivos, promovendo:
    - Igualdade de oportunidades em equipas diversas e globais;
    - Recrutamento e mobilidade de mulheres para funções de liderança;
    - Inclusão de pessoas com deficiência, com adaptação de condições de trabalho;
    - Seleção baseada em qualificações e competências, independentemente da origem ou contexto social.
- Igualdade de oportunidades de crescimento e desenvolvimento, assegurando acesso equitativo à integração, progressão e formação dentro do Grupo;
- Equidade salarial, com compromisso de monitorizar e eliminar desigualdades remuneratórias injustificadas, nomeadamente de género;
- Promoção do bem-estar físico e mental, mitigando riscos psicossociais e promovendo o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, o sentido de pertença e a satisfação global das pessoas.

[1] As Políticas e suas atualizações são aprovadas pela Comissão Executiva e publicadas e comunicadas aos colaboradores através dos portais internos e aos restantes *stakeholders*, se aplicável, externamente, através do *website* da Fidelidade.

[2] No caso das empresas do Grupo presentes noutras geografias, os princípios vertidos na presente política são também aplicáveis enquanto orientações.

[3] As empresas do Grupo Fidelidade fora de Portugal assumem a responsabilidade de desenvolver programas que tenham em consideração as diferentes culturas e a legislação de cada país.

[4] A Política pretende garantir uma coerência global das políticas de remuneração, assegurando que todas as empresas do Grupo Fidelidade cumprem os requisitos legais que lhes são aplicáveis e gerem os riscos relevantes a nível do Grupo relacionados com questões de remuneração.

[5] As empresas do Grupo Fidelidade presentes noutras geografias, integram os princípios, deveres e regras do Código nos seus próprios Códigos de Conduta, com as adaptações que sejam devidas em face das exigências legais e normativas da respetiva jurisdição.

Para a elaboração e implementação da Política de DEIP, o Grupo Fidelidade, adotou como referenciais um conjunto de documentos nacionais e internacionais (União Europeia, Nações Unidas, ODS e Global Reporting Initiative), bem como políticas e normativos internos.

Complementarmente, de modo a contribuir para o escrutínio, transparência, efetiva aplicabilidade da Política e a sua melhoria contínua disponibilizam-se diversos mecanismos, nomeadamente, o canal de *feedback*, sugestões e questões e os canais de denúncias e comunicação de irregularidades.

Todas as pessoas que integram o Grupo — incluindo colaboradores, prestadores de serviços, parceiros e entidades fornecedoras — devem conhecer, comprometer-se e agir em conformidade com os princípios definidos nesta Política.

Política de *wellbeing* do Grupo Fidelidade

A Fidelidade assume o compromisso de promover uma cultura organizacional centrada no bem-estar das suas pessoas, abrangendo as dimensões física, mental, social e financeira. A Política de *Wellbeing* visa criar um ambiente onde todos se sintam valorizados, incluídos e apoiados, incentivando hábitos de vida saudáveis e sustentáveis.

O Grupo aposta em iniciativas que reforçam a saúde mental e emocional, promovem o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e fomentam o sentido de pertença e colaboração. Paralelamente, incentiva o desenvolvimento contínuo, a literacia financeira e a inovação, reconhecendo que o bem-estar está ligado à realização pessoal e profissional.

A Fidelidade compromete-se, ainda, a garantir ambientes acessíveis e inclusivos, a ouvir ativamente os colaboradores e a atuar com transparência e confiança, consolidando um contexto de trabalho saudável, equilibrado e inspirador para todas as pessoas do Grupo.

Política de remuneração dos colaboradores do grupo

A Política de Remuneração dos Colaboradores do Grupo Fidelidade em Portugal, estabelece os princípios que orientam a definição, avaliação e atribuição das remunerações, assegurando a coerência interna, a competitividade externa e o alinhamento com a estratégia do Grupo.

A Política define os critérios e responsabilidades associados à avaliação de desempenho, bem como a estrutura do pacote retributivo, composto por uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidades de cada colaborador, e uma componente variável, dependente do desempenho individual e organizacional.

Visa garantir um equilíbrio adequado entre as componentes fixa e variável, promover a equidade e a transparência nos processos de progressão e reconhecimento, e assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao setor segurador.

Aos membros dos órgãos de administração e fiscalização é aplicável uma política de remuneração específica, em conformidade com os princípios de boa governação e supervisão.

Código de ética e de conduta

O Código de Ética e Conduta do Grupo Fidelidade estabelece os princípios e orientações que garantem uma atuação íntegra, responsável e em conformidade com a lei, reforçando a reputação do Grupo como um parceiro de confiança. Este Código orienta as ações e decisões de todas as pessoas que integram a Fidelidade, refletindo os padrões de comportamento e profissionalismo esperados no dia a dia.

Em alinhamento com a Carta das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as principais Convenções da ONU, o Grupo Fidelidade assume o compromisso de respeito pelos Direitos Humanos e pela dignidade das pessoas. Este compromisso traduz-se na promoção de um ambiente de trabalho seguro, justo e inclusivo, onde são salvaguardados direitos fundamentais como a igualdade de oportunidades, a não discriminação, a liberdade de expressão e associação, e a remuneração justa.

Nesse âmbito, a Fidelidade rejeita qualquer forma de trabalho infantil ou forçado, bem como qualquer prática de assédio ou discriminação, assegurando a proteção e confidencialidade dos dados pessoais dos colaboradores. O Grupo valoriza a diversidade, a inclusão e o bem-estar das suas pessoas, promovendo um ambiente que estimula o desenvolvimento profissional e pessoal, o respeito mútuo e a integridade em todas as relações[1].

[1] São implementadas diversas medidas proativas de prevenção e controlo que são devidamente apresentadas no Código e na secção Divulgações de Governação > Conduta Empresarial das Demonstrações de Sustentabilidade.

Ambição e transformação pela Fidelidade

A Fidelidade investe de forma contínua no sentido de pertença, bem-estar e desenvolvimento dos seus colaboradores, reconhecendo o seu papel central na transformação do Grupo. As metas definidas refletem este compromisso, traduzindo a ambição e o impacto das iniciativas que promovem a valorização, o envolvimento e o crescimento das pessoas.

AÇÕES	Envolvimento dos colaboradores	Bem-estar, diversidade, equidade e inclusão	Gestão e desenvolvimento do talento
CADEIA DE VALOR	O	O	O
STAKEHOLDERS IMPACTADOS			
RECURSOS ALOCADOS[1]			
IROS RELEVANTES	#12 Condições de trabalho #13 Envolvimento #15 Atração de colaboradores	#12 Condições de trabalho #14 Diversidade, equidade e inclusão #15 Atração de colaboradores	#12 Condições de trabalho #15 Atração de colaboradores
TIPO DE IRO	Impacto + Oportunidade Oportunidade	Impacto + Impacto + Oportunidade	Impacto + Oportunidade

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento; S Seguros; I Investimentos; G Gestão de sinistros

STAKEHOLDERS: Parceiros de negócio; Clientes; Fidelidade; Sociedade; Fornecedores; Outros

RECURSOS: Financeiros; Humanos; Materiais; Tecnológicos

Envolvimento dos colaboradores

A Fidelidade promove uma cultura de participação ativa, garantindo que as suas pessoas contribuem para a construção de um ambiente de trabalho mais colaborativo e inclusivo.

O Grupo assegura a participação ativa dos seus colaboradores e seus representantes na conceção e implementação de iniciativas que promovem o bem-estar e o desenvolvimento dos trabalhadores, através de:

- Inquéritos de opinião realizados anualmente para identificar os principais aspetos positivos e necessidades dos colaboradores;
- Reuniões regulares com representantes dos trabalhadores, onde são discutidas propostas de iniciativas e ajustadas conforme o *feedback* recebido;
- Fóruns internos e grupos de trabalho específicos para o desenho e avaliação das iniciativas.

A Fidelidade dispõe de um canal de *feedback*, sugestões e questões e um canal de denúncias e de comunicação de irregularidades, assim como outros mecanismos internos de comunicação, que incluem o MS Teams, e-mail e *intranet*. Para uma comunicação mais ágil, os colaboradores dispõem ainda de:

- PAX, o *chatbot* disponível via Teams para responder a questões gerais;
- Sistema Integrado de Pedidos (SIP), utilizado quando o PAX não consegue dar resposta.

[1] Não se encontra disponível informação sobre os recursos financeiros específicos alocados à implementação das ações.

Atração e retenção de talento

A Fidelidade reconhece que o acolhimento de novas pessoas influencia a motivação, perceção da cultura organizacional e compromisso com a equipa. Por este motivo, tem implementado iniciativas abrangentes para transformar as etapas de atração, seleção e integração em experiências impactantes e dedicando-se a aprimorar cada fase do processo, desde o primeiro contacto em entrevistas e ao longo do ciclo de vida do colaborador. Exemplos destes programas são:

- Programa *Onboarding* – um programa desenvolvido para proporcionar uma experiência de integração transversal a novos colaboradores, garantindo a entrega de conteúdos formativos obrigatórios para os colaboradores; e
- Programa BOOMERANG – um programa de *trainees*, com a duração de 10 meses.

META	ANO BASE	VALOR BASE	2025	ÂMBITO
TEMA: Programa de *Onboarding*				
Assegurar que ~100% de novos colaboradores são abrangidos pelo Programa de *Onboarding* até 2025	2022	89%	100% ✓	Grupo Fidelidade Portugal

Avaliação de clima organizacional

O Grupo avalia regularmente o seu clima organizacional para monitorizar o nível de confiança, satisfação e bem-estar das suas Pessoas, identificando assim os principais temas a priorizar e/ou que explicam determinados indicadores ao longo do ciclo de vida do colaborador. No âmbito desta avaliação destacam-se dois dos principais índices monitorizados: Trust Index e Wellbeing Index para os quais foram estabelecidas metas.

Através da auscultação dos colaboradores sobre temas como confiança, orgulho, comunicação, liderança, reconhecimento, justiça, diversidade e inclusão e colaboração, foram desenhados planos de ação personalizados para cada área. Estes planos refletem o compromisso das equipas de diferentes departamentos e têm como principal objetivo melhorar as perceções sobre o clima organizacional, promovendo, simultaneamente, o bem-estar de todos.

META	ANO BASE	VALOR BASE	2025	ÂMBITO
TEMA: Trust Index				
Assegurar um desempenho superior a 65% na avaliação do Trust Index até 2025	2022	69	75 ✓	Grupo Fidelidade
TEMA: Wellbeing Index				
Assegurar um desempenho superior a 65% na avaliação do Wellbeing Index até 2025	2022	67	74 ✓	Grupo Fidelidade

[1] *Executive, manager e team leader.*

META	ÂMBITO
TEMA: Trust Index	
Assegurar um desempenho igual ou superior a 75% na avaliação do Trust Index em 2026	Grupo Fidelidade Portugal

Bem-estar, diversidade, equidade e inclusão

O Grupo Fidelidade mantém um compromisso com a promoção de ambientes de trabalho diversos, equitativos e inclusivos, assegurando igualdade de oportunidades e o respeito pelos Direitos Humanos em todas as geografias onde atua. Neste âmbito, dispõe de um Programa DEIP, que visa promover uma cultura de respeito, equidade e valorização das diferenças, através de ações e compromissos concretos que reforçam o sentimento de pertença e o bem-estar das pessoas no Grupo.

O Programa DEIP 2023-2025 encontra-se em fase de conclusão, estando em desenvolvimento o Programa para 2026-2028, que poderá integrar iniciativas do ciclo anterior ainda não plenamente implementadas, bem como novas ações que permitam responder a temas entretanto identificados ou a desafios emergentes.

Diversidade de género

Pela relevância estratégica do tema da diversidade de género, foi definida uma meta específica para reforçar a presença de mulheres em cargos de liderança, promovendo uma representação mais equilibrada e alinhada com os compromissos de equidade.

META	ANO BASE	VALOR BASE	2025	ÂMBITO
TEMA: Mulheres em cargos de liderança[1]				
Garantir uma representação mínima de 47% de mulheres em funções de liderança até 2025	2022	47	52 ✓	Grupo Fidelidade Portugal

META	ÂMBITO
TEMA: Mulheres em cargos de liderança	
Assegurar uma representação equilibrada de género em funções de liderança, visando uma distribuição próxima de 50/50 até 2026	Grupo Fidelidade Portugal

Fidelidade pelo mundo

Fidelidade Espanha: A Fidelidade Espanha promoveu, em 2025, sessões de formação e sensibilização sobre inclusão de pessoas LGBTI+ e promoção da equidade no local de trabalho, promovendo um local de trabalho mais respeitoso e inclusivo. Estas sessões incluem também campanhas e comunicações lançadas no dia do Orgulho LGBTI+ e no dia Internacional das Mulheres.

Inclusão

Com o objetivo de reforçar o seu compromisso com a inclusão, o Grupo Fidelidade procura criar condições para que todas as pessoas possam contribuir com o melhor de si e desenvolver o seu percurso profissional em ambientes seguros, acessíveis e verdadeiramente inclusivos.

META	ANO BASE	VALOR BASE	2025	ÂMBITO
TEMA: Recrutamento Inclusivo				
Duplicar, até 2025, o número de contratações de pessoas com deficiência no Grupo Fidelidade, face ao valor registado em 2024	2024	2	4 ✓	Grupo Fidelidade Portugal
Aumentar em pelo menos 20% a rede de parceiros de Recrutamento Inclusivo entre 2024 e 2025, reforçando o alcance e a diversidade das fontes de recrutamento acessível	2024	13	24 ✓	Grupo Fidelidade Portugal

Remuneração justa

A valorização e o reconhecimento das pessoas são fundamentais para o bem-estar organizacional, pelo que o Grupo adota uma abordagem descentralizada à compensação, ajustada às especificidades de cada geografia. No âmbito do Programa DEIP, e em alinhamento com entidades como a CITE, a ACT e a Pay Transparency EU, foi igualmente definida uma meta específica para o Gender Pay Gap, reforçando o compromisso com práticas remuneratórias justas e equilibradas.

META	ANO BASE	VALOR BASE	2025	ÂMBITO
TEMA: *Gender pay gap*				
Garantir que o Gender Pay Gap no Grupo, globalmente e em Portugal, se mantenha abaixo de 5% até 2026	2022	<5%	1,7% ✓	Grupo Fidelidade

META	ÂMBITO
TEMA: Gender Pay Gap	
Assegurar um gender pay gap equilibrado compreendido entre -5% e 5% em 2026	Grupo Fidelidade Portugal

Negociação coletiva

O Grupo Fidelidade reconhece o diálogo social e a negociação coletiva como instrumentos essenciais para relações laborais justas, equilibradas e transparentes. A negociação coletiva é acompanhada e monitorizada de forma sistemática, assegurando que reflete os princípios de respeito, confiança e colaboração.

META	ANO BASE	VALOR BASE	2025	ÂMBITO
TEMA: Acordo Coletivo de Trabalho				
Assegurar que cerca de 100% dos colaboradores optam por aderir a Acordos Coletivos de Trabalho, quando disponíveis e de adesão facultativa, até 2025	2022	99%	~100% ✓	Grupo Fidelidade em Portugal

Gestão e desenvolvimento do talento

A Fidelidade aposta na atração, desenvolvimento e retenção de talento, procurando assegurar o crescimento profissional e pessoal alinhados com os objetivos estratégicos do Grupo.

A Fidelidade aposta no desenvolvimento individual e profissional, promovendo a convergência entre competências e objetivos estratégicos. Neste âmbito, destaca-se o FYOUTURE, um modelo integrado de gestão de talento do Grupo, construído para apoiar e orientar o desempenho e desenvolvimento de cada uma das suas Pessoas, clarificando responsabilidades e contributos para os resultados da empresa, apoiando, assim, a implementação da estratégia e cultura desejada.

O processo FIDME, integrado no Modelo FYOUTURE, como pilar dedicado ao Desenvolvimento Individual, visa promover o alinhamento entre os objetivos organizacionais e a cultura desejada, tendo na sua base as competências críticas para o crescimento dos colaboradores. Para isso, é composto por uma análise de competências (90º ou 360º consoante o Grupo Organizacional), bem como a definição de um Plano de Desenvolvimento, designado por Compromisso FIDME.

META	ANO BASE	VALOR BASE	2025	ÂMBITO
TEMA: Programas de Desenvolvimento				
Assegurar que pelo menos 60% dos colaboradores dispõem de um Programa de Desenvolvimento (FIDME) até 2025	2022	32%	26%	Grupo Fidelidade Portugal

Este é um processo que ocorre de acordo com um ciclo de dois em dois anos, tendo 2025 sido um ano de *follow-up* ao Compromisso FIDME definido em 2024, bem como de revisão de um conjunto de processos estratégicos de gestão de pessoas, que serão alimentados e que alimentarão os respetivos Planos de Desenvolvimento Individual. Por esse motivo, a taxa de consecução apresentada deriva destes pressupostos e está alinhada com o redesenho de processos internos, alinhados com as prioridades estratégicas no âmbito da gestão de talento.

META	ÂMBITO
TEMA: Formação	
Assegurar a realização de 100.000 horas de formação em 2026	Grupo Fidelidade Portugal

No que se refere à formação contínua e ao desenvolvimento de competências, estes constituem pilares estratégicos, refletidos nas diversas geografias onde o Grupo opera. A Fidelidade promove diversas iniciativas neste âmbito, das quais se destaca a Academia WEVOLUTION, um centro de conhecimento e de aprendizagem onde cada pessoa, em conjunto com a liderança, define o seu percurso de evolução e crescimento pessoal e profissional.

META	ANO BASE	VALOR BASE	2025	ÂMBITO
TEMA: Formação Profissional Contínua				
Atingir 145.000 horas anuais de formação profissional contínua até 2025.	2022	98.316 horas	76.681 horas	Grupo Fidelidade Portugal

Em 2025, foi retificado o sistema de contabilização de horas de formação para que este passasse a refletir, uniformemente, o número de horas pedagógicas de formação efetuadas pelos colaboradores do Grupo Fidelidade, e não o número de horas reais de formação. À luz desta alteração, e considerando que o target tinha sido determinado tendo por referência o número de horas reais de formação prestadas em 2024, o resultado alcançado em 2025 deverá ser interpretado como um reflexo mais aproximado do paradigma de aprendizagem promovido pelo Grupo Fidelidade (trazendo maior coerência e transversalidade à forma de apuramento das horas necessárias à realização/conclusão de cada iniciativa formativa), não representando um decréscimo efetivo nas horas de formação proporcionadas aos colaboradores do Grupo Fidelidade. Ainda assim, importa referir que, por comparação com o ano de 2024 o número de ações e de participações aumentou.

Mobilidade

A mobilidade interna, tanto funcional como geográfica, é um elemento estratégico para o desenvolvimento de talento nas várias geografias do Grupo Fidelidade. Esta prática promove o crescimento dos colaboradores, fortalece a coesão organizacional e assegura a partilha de conhecimento entre as diferentes operações do Grupo.

META	ANO BASE	VALOR BASE	2025	ÂMBITO
TEMA: Mobilidade				
Alcançar uma taxa de mobilidade ≥12% até 2025.	2023	≥12%	14,6%	Grupo Fidelidade Portugal

META	ÂMBITO
TEMA: Mobilidade	
Assegurar uma taxa de mobilidade igual ou superior a 10% em 2026.	Grupo Fidelidade Portugal

Attrition rate

A monitorização da *attrition rate* (que considera as saídas voluntárias) contribui para uma gestão mais informada das dinâmicas internas e para o reforço da estabilidade e continuidade das equipas.

META	ANO BASE	VALOR BASE	2025	ÂMBITO
TEMA: *Attrition rate*				
Manter uma attrition rate igual ou inferior a 3,8% até 2025.	2023	≤3,8%	4,2%	Grupo Fidelidade Portugal

O quadro evidencia que, em 2025, a *attrition rate* do Grupo Fidelidade em Portugal se situou em 4,2%, ligeiramente acima da meta definida de manter o indicador igual ou inferior a 3,8%. Embora o desvio face ao objetivo seja reduzido, o resultado indica que a meta não foi integralmente atingida no período em análise, motivo pelo qual o desempenho continuará a ser acompanhado de forma contínua.

META	ÂMBITO
TEMA: *Attrition rate*	
Assegurar uma *attrition rate* igual ou inferior a 4% em 2026.	Grupo Fidelidade Portugal

Impacto da Fidelidade

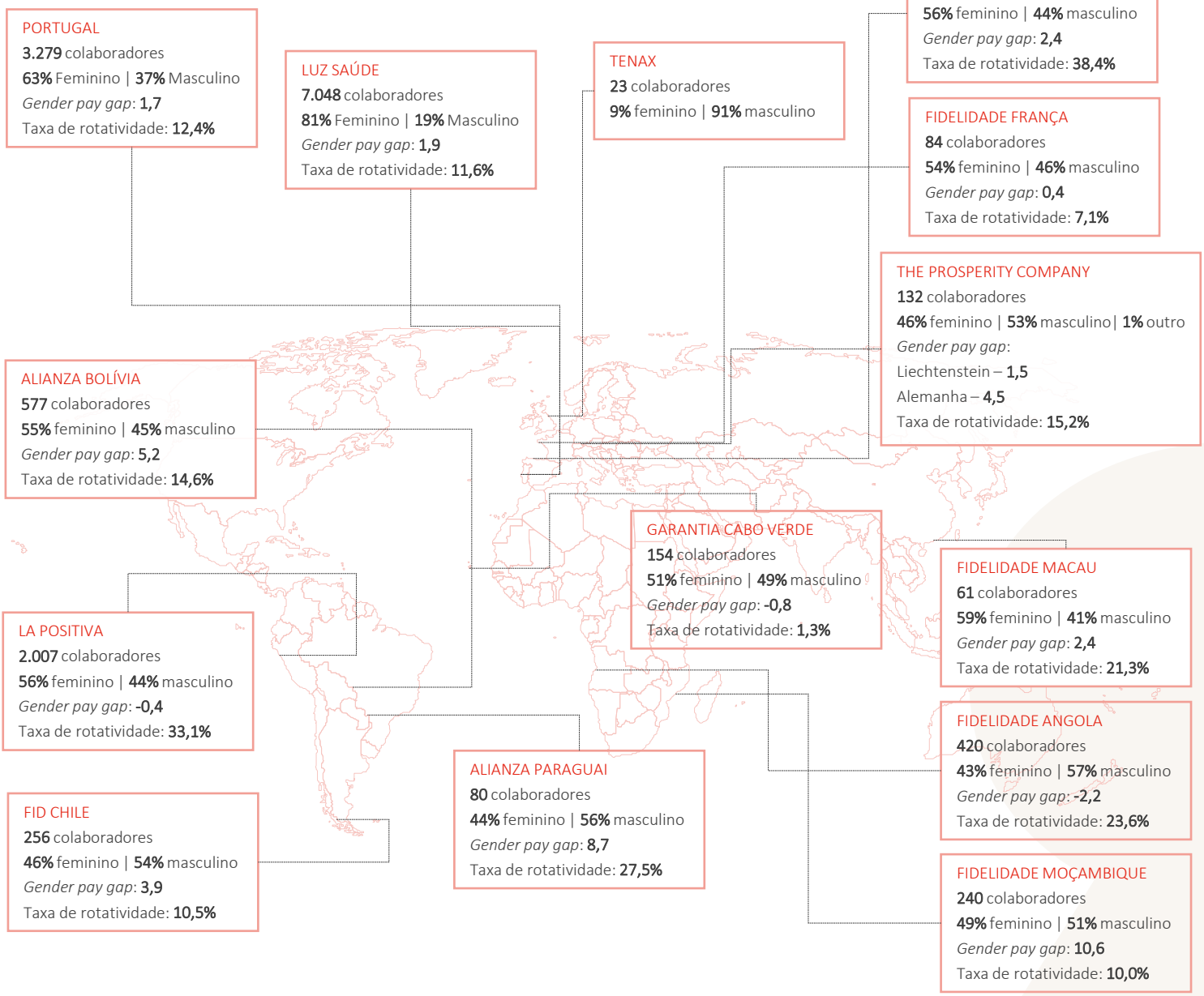
Grupo Fidelidade

14.436
COLABORADORES[1]

69% FEMININO | 31% MASCULINO

15,4%
TAXA DE ROTATIVIDADE

Colaboradores do Grupo Fidelidade no Mundo[2]



PORTUGAL
3.279 colaboradores
63% Feminino | **37%** Masculino
Gender pay gap: **1,7**
Taxa de rotatividade: **12,4%**

LUZ SAÚDE
7.048 colaboradores
81% Feminino | **19%** Masculino
Gender pay gap: **1,9**
Taxa de rotatividade: **11,6%**

TENAX
23 colaboradores
9% feminino | **91%** masculino

FIDELIDADE ESPANHA
73 colaboradores
56% feminino | **44%** masculino
Gender pay gap: **2,4**
Taxa de rotatividade: **38,4%**

FIDELIDADE FRANÇA
84 colaboradores
54% feminino | **46%** masculino
Gender pay gap: **0,4**
Taxa de rotatividade: **7,1%**

THE PROSPERITY COMPANY
132 colaboradores
46% feminino | **53%** masculino | **1%** outro
Gender pay gap:
Liechtenstein – **1,5**
Alemanha – **4,5**
Taxa de rotatividade: **15,2%**

ALIANZA BOLÍVIA
577 colaboradores
55% feminino | **45%** masculino
Gender pay gap: **5,2**
Taxa de rotatividade: **14,6%**

GARANTIA CABO VERDE
154 colaboradores
51% feminino | **49%** masculino
Gender pay gap: **-0,8**
Taxa de rotatividade: **1,3%**

FIDELIDADE MACAU
61 colaboradores
59% feminino | **41%** masculino
Gender pay gap: **2,4**
Taxa de rotatividade: **21,3%**

LA POSITIVA
2.007 colaboradores
56% feminino | **44%** masculino
Gender pay gap: **-0,4**
Taxa de rotatividade: **33,1%**

FIDELIDADE ANGOLA
420 colaboradores
43% feminino | **57%** masculino
Gender pay gap: **-2,2**
Taxa de rotatividade: **23,6%**

ALIANZA PARAGUAI
80 colaboradores
44% feminino | **56%** masculino
Gender pay gap: **8,7**
Taxa de rotatividade: **27,5%**

FID CHILE
256 colaboradores
46% feminino | **54%** masculino
Gender pay gap: **3,9**
Taxa de rotatividade: **10,5%**

FIDELIDADE MOÇAMBIQUE
240 colaboradores
49% feminino | **51%** masculino
Gender pay gap: **10,6**
Taxa de rotatividade: **10,0%**

[1] Apenas é incluída informação relativa ao número total de colaboradores da Tenax (23) e Sucursal do Luxemburgo (2) dada a materialidade destas empresas face ao total. Estas empresas não são incluídas nos restantes indicadores.

[2] Para efeitos de maior clareza e facilidade de compreensão, sempre que existam diferenças significativas, a informação é apresentada de forma segregada entre Portugal e internacional. No caso de Portugal, e atendendo às diferenças de atividade e dimensão, a informação relativa à Luz Saúde é, sempre que relevante, apresentada autonomamente.

Características dos colaboradores

Colaboradores por tipo de contrato

Apresenta-se de seguida a evolução do número de colaboradores do Grupo Fidelidade, desagregada por tipo de contrato (permanente e a termo), regime de trabalho (*full-time* e *part-time*) e género para Portugal, Luz Saúde, Internacional e o total consolidado do Grupo.

De forma global, verifica-se uma evolução positiva e consistente do número total de colaboradores em 2025, refletindo o crescimento e a estabilidade da atividade do Grupo. A estrutura de emprego mantém-se predominantemente assente em contratos permanentes e em regime *full-time*, evidenciando a aposta contínua em relações laborais estáveis e duradouras.

PORTUGAL	2025		2024	
	F	M	F	M
Colaboradores (nº)	2.054	1.225	2.146	1.328
Permanente **(nº)**	2.053	1.225	2.144	1.326
A termo **(nº)**	1	0	2	2
Full-time **(nº)**	2.033	1.214	2.120	1.315
Part-time **(nº)**	21	11	26	13

LUZ SAÚDE	2025		2024	
	F	M	F	M
Colaboradores (nº)	5.739	1.309	5.375	1.233
Permanente **(nº)**	5.454	1.257	5.375	1.233
A termo **(nº)**	285	52	0	0
Full-time **(nº)**	5.527	1.260	5.171	1.195
Part-time **(nº)**	212	49	204	38

INTERNACIONAL	2025			2024	
	F	M	O	F	M
Colaboradores (nº)	2.148	1.958	1	2.071	1.862
Permanente **(nº)**	1.871	1.694	1	1.921	1.681
A termo **(nº)**	277	264	0	150	181
Full-time **(nº)**	2.112	1.940	1	2.040	1.851
Part-time **(nº)**	36	18	0	31	11

GRUPO FIDELIDADE	2025			2024	
	F	M	O	F	M
Colaboradores (nº)	9.941	4.492	1	9.592	4.423
Permanente **(nº)**	9.378	4.176	1	7.535	4.240
A termo **(nº)**	563	316	0	152	183
Full-time **(nº)**	9.672	4.414	1	9.331	4.361
Part-time **(nº)**	269	78	0	261	62

Colaboradores por tipo de contrato por região

A maioria das regiões apresenta uma percentagem elevada de contratos permanentes e a *full-time*, frequentemente próxima ou igual a 100%, o que demonstra uma política consistente de estabilidade laboral em contextos geográficos distintos. As situações com maior peso de contratos a termo ou *part-time* são residuais e refletem especificidades locais.

A análise por género não revela assimetrias relevantes na tipologia contratual e de regimes de trabalho, sendo a distribuição entre mulheres e homens equilibrada na maioria das geografias.

	Permanente	*A termo*	*Permanente*	*A termo*	*Full-time*	*Part-time*	*Full-time*	*Part-time*
PAÍS %	F		M		F		M	
Alemanha	100	0	100	0	100	0	100	0
Espanha	100	0	100	0	100	0	100	0
França	84	16	85	15	100	0	100	0
Liechtenstein	100	0	100	0	44	56	80	20
Portugal	96	4	98	2	97	3	98	2
Angola	64	36	55	45	100	0	100	0
Cabo Verde	83	17	67	33	100	0	100	0
Moçambique	99	1	99	1	100	0	100	0
Macau	100	0	100	0	97	3	100	0
Bolívia	99	1	100	0	100	0	100	0
Chile	100	0	100	0	100	0	100	0
Paraguai	100	0	100	0	100	0	100	0
Peru	83	17	86	14	99	1	99	1
GRUPO FIDELIDADE	**94**	**6**	**93**	**7**	**97**	**3**	**98**	**2**

Diversidade, equidade e inclusão

Gestão de topo

A distribuição por género na gestão de topo no Grupo manteve uma predominância masculina, com 74% de colaboradores do género masculino e 26% do género feminino, registando-se uma ligeira redução da representação do género feminino face ao ano anterior. Estes dados reforçam a importância de continuar a desenvolver iniciativas que promovam uma maior diversidade de género nos níveis de liderança do Grupo.

GRUPO FIDELIDADE	2025	2024
Colaboradores na gestão de topo (nº)	85	99
Feminino **(nº)**	22	31
Masculino **(nº)**	63	68
Colaboradores na gestão de topo (%)	100	100
Feminino **(%)**	26	31
Masculino **(%)**	74	69

Colaboradores por faixa etária

A distribuição dos colaboradores por faixa etária no Grupo Fidelidade mantém-se relativamente equilibrada, com predominância da faixa dos 30 aos 50 anos, que continua a representar a maioria da força de trabalho. Verifica-se uma ligeira diminuição do peso relativo desta faixa etária (de 61% para 60%) e um aumento da proporção de colaboradores com mais de 50 anos (de 21% para 22%). A faixa etária inferior a 30 anos mantém um peso estável, evidenciando a continuidade na renovação geracional e na atração de perfis mais jovens.

GRUPO FIDELIDADE %	2025	2024
< 30 anos	18	18
30-50 anos	60	61
> 50 anos	22	21

Incidentes de discriminação

As tabelas apresentadas abaixo refletem o número de incidentes de discriminação e reclamações internas registadas em Portugal e nas restantes geografias, bem como a sua evolução face ao período anterior. Não se verificaram incidentes confirmados de discriminação ou violações graves de direitos humanos, sendo as reclamações reportadas objeto de análise formal ao abrigo dos procedimentos internos e enquadramento legal aplicável em cada país.

Portugal	2025	2024
Incidentes de discriminação (nº)	0	0
Reclamações apresentadas através de canais de reporte de preocupações para colaboradores **(nº)**	0	0
Multas, penalizações e indemnizações por danos devido a incidentes de discriminação, incluindo assédio e queixas apresentadas **(€)**	0	0
Incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com colaboradores **(nº)**	0	0

Internacional	2025	2024
Incidentes de discriminação[1] (nº)	0	0
Reclamações apresentadas através de canais de reporte de preocupações para colaboradores **(nº)**	20	0
Multas, penalizações e indemnizações por danos devido a incidentes de discriminação, incluindo assédio e queixas apresentadas **(€)**	0	0
Incidentes graves em matéria de direitos humanos relacionados com colaboradores **(nº)**	0	0

O aumento do número de reclamações registado em determinadas geografias pode ser interpretado como um sinal de maior confiança dos colaboradores nos canais internos existentes, designadamente nos canais de denúncia e nas comissões de acompanhamento. Este indicador é entendido como reflexo do reforço da cultura de transparência, da sensibilização para os mecanismos disponíveis e da perceção de que as situações reportadas são tratadas com imparcialidade e confidencialidade.

Nas geografias onde foram registadas denúncias (Chile, Espanha e Peru), existe um enquadramento formal, suportado por legislação nacional e por políticas internas específicas, que define o processo de análise e resolução das queixas. De forma geral, sempre que é recebida uma denúncia, é ativado um procedimento estruturado que inclui a constituição de uma comissão ou comité responsável pela investigação, a realização de entrevistas às partes envolvidas e a recolha e análise de provas. Em alguns casos, as autoridades laborais competentes são formalmente informadas, conforme exigido pela legislação local.

Todos os casos registados no período foram devidamente analisados e encerrados e, sempre que considerado necessário, foram implementadas medidas adequadas no âmbito do processo — como medidas de proteção dos denunciantes, aplicação de sanções disciplinares ou reorganização de equipas — assegurando o cumprimento dos protocolos internos e da legislação em vigor.

Colaboradores com deficiência

Em 2025, o número de colaboradores com deficiência no Grupo Fidelidade aumentou face a 2024 (de 221 para 231), mantendo-se a percentagem global em 1,6% do total de colaboradores. A evolução positiva em termos absolutos traduz um reforço do compromisso do Grupo com a inclusão e a diversidade.

Grupo Fidelidade	2025	2024
Colaboradores com deficiência (nº)	231	217
Feminino (nº)	172	167
Masculino (nº)	59	50
Colaboradores com deficiência (%)	1,6	1,6
Feminino (%)	1,7	1,7
Masculino (%)	1,3	1,1

[1] Incidentes de discriminação correspondem a casos de discriminação confirmados.

Gender pay gap por região

O *gender pay gap* por região apresentado evidencia variações entre geografias entre 2024 e 2025, refletindo especificidades dos mercados locais e da composição das equipas em cada país. As oscilações observadas decorrem, em parte, de ajustes na classificação de categorias profissionais e da rotatividade registada, fatores que influenciam a distribuição por género nos diferentes níveis e, consequentemente, o valor remuneratório médio.

CONTINENTE	PAÍS	nº	2025	2024
Europa	Alemanha		4,5	3,4
	Espanha		2,4	6,2
	França		0,4	-0,1
	Liechtenstein		1,5	1,1
	Portugal		1,7	2,2
	Luz Saúde		1,9	2,2
África	Angola		-2,2	-4,7
	Cabo Verde		-0,8	-1,9
	Moçambique		10,6	15,4
Ásia	Macau		2,4	5,9
América do Sul	Bolívia		5,2	6,1
	Chile		3,9	1,9
	Paraguai		8,7	16,4
	Peru		-0,4	-5,3
GRUPO FIDELIDADE			1,7	1,5

Rácio de remuneração total anual por região

No que respeita ao rácio de remuneração total anual, verificam-se diferenças entre regiões, também influenciadas pela estrutura organizativa.

As variações entre 2024 e 2025 resultam, em larga medida, de alterações na composição das equipas, processos de mobilidade interna e reclassificação de categorias, bem como da própria rotatividade, que tem um impacto relevante nos níveis remuneratórios médios. Estes fatores explicam parte das flutuações registadas, reforçando a importância de uma análise contextualizada dos indicadores remuneratórios por geografia.

CONTINENTE	PAÍS	nº	2025	2024
Europa	Alemanha		2,4	2,4
	Espanha		3,3	4,5
	França		2,8	3,0
	Liechtenstein		3,8	3,5
	Portugal		7,4	7,7
	Luz Saúde		5,8	5,8
África	Angola		25,6	37,7
	Cabo Verde		9,6	4,1
	Moçambique		19,1	20,9
Ásia	Macau		5,8	10,4
América do Sul	Bolívia		27,2	23,4
	Chile		15,7	9,3
	Paraguai		14,2	9,3
	Peru		36,4	15,5
GRUPO FIDELIDADE			12,3	9,5

Negociação coletiva e diálogo social

A tabela abaixo apresenta o nível de cobertura da negociação coletiva nas diferentes geografias, refletindo realidades distintas consoante o enquadramento legal local. Em alguns países, a maioria dos colaboradores encontra-se abrangida por instrumentos de negociação coletiva, enquanto noutros a cobertura é residual. Estas diferenças resultam essencialmente das especificidades regulatórias e das práticas de mercado de cada país.

CONTINENTE	PAÍS	0%-19%	20%-79%	80%-100%
Europa	Alemanha	X		
	Espanha			X
	França			X
	Liechtenstein	X		
	Portugal			X
África	Angola	X		
	Cabo Verde	X		
	Moçambique	X		
Ásia	Macau	X		
América do Sul	Bolívia	X		
	Chile	X		
	Paraguai	X		
	Peru	X		
GRUPO FIDELIDADE			70%	

No que se refere a mecanismos de diálogo social, as empresas que apresentam Comissão de Trabalhadores são a Fidelidade e a Fidelidade Assistência, sento a taxa de cobertura de 100% para ambas. Assim sendo, para o reporte deste indicador, considera-se que o Grupo Fidelidade em Portugal tem uma taxa de cobertura de 84% e as restantes geografias de 0%.

Gestão e desenvolvimento do talento

Colaboradores abrangidos pela avaliação de desempenho

A tabela apresenta a percentagem de colaboradores que participaram em avaliações de desempenho e desenvolvimento, desagregada por género e geografia.

Em 2025, mantém-se uma elevada taxa de participação em Portugal e na Luz Saúde, enquanto no segmento Internacional se observa uma ligeira melhoria face ao ano anterior. De forma global, os resultados evidenciam um elevado nível de cobertura dos processos de avaliação no Grupo.

	%	2025	2024
PORTUGAL	Colaboradores que participaram em avaliações anuais de desempenho	93,0	88,4
	Feminino	92,7	89,7
	Masculino	93,3	89,6
LUZ SAÚDE	Colaboradores que participaram em avaliações anuais de desempenho	83,0	82,7
	Feminino	83,5	83,3
	Masculino	81,1	80,1
INTERNA-CIONAL	Colaboradores que participaram em avaliações anuais de desempenho	73,5	73,1
	Feminino	72,9	65,0
	Masculino	74,3	74,4
GRUPO FIDELIDADE	Colaboradores que participaram em avaliações anuais de desempenho	**82,6**	**80,7**

Média de horas de formação por colaborador por género

Em 2025, o Grupo registou uma média de horas de formação consistente entre géneros, evidenciando uma distribuição equilibrada do investimento em desenvolvimento profissional.

	nº de horas	2025
PORTUGAL	Média de horas de formação	22,7
	Feminino	22,9
	Masculino	22,3
LUZ SAÚDE	Média de horas de formação	10,8
	Feminino	11,0
	Masculino	9,6
INTERNA-CIONAL	Média de horas de formação	19,0
	Feminino	20,0
	Masculino	17,9
GRUPO FIDELIDADE	Média de horas de formação	16,1

Média de horas de formação por categoria profissional

A análise por categoria profissional, em Portugal, demonstra que é promovida mais formação nos níveis de responsabilidade mais elevados, destacando-se a categoria "executive", com uma média superior às restantes. As categorias de "*manager/expert/experienced*" e "*team leader/professional*" apresentam valores semelhantes, refletindo a aposta no reforço de competências técnicas e de liderança intermédia.

	nº de horas	2025
PORTUGAL	Média de horas de formação	21,8
	Executivo	32,8
	Manager/ expert/ experienced	23,0
	Team leader/ professional	23,3
	Assistente	15,5
	Outro	17,7

Colaboradores que saíram do Grupo Fidelidade

Em 2025, o número de colaboradores que cessaram funções no Grupo Fidelidade registou variações entre geografias, refletindo dinâmicas específicas de mercado e de reorganização interna.

Destacam-se os volumes mais elevados em Portugal, Luz Saúde, Angola e Peru, em linha com a dimensão das operações nesses países.

CONTINENTE	PAÍS	nº	2025	2024
Europa	Alemanha		6	3
	Espanha		28	13
	França		6	14
	Liechtenstein		13	3
	Portugal		408	356
	Luz Saúde		821	840
África	Angola		99	1.273
	Cabo Verde		2	10
	Moçambique		24	28
Ásia	Macau		13	7
América do Sul	Bolívia		85	137
	Chile		27	26
	Paraguai		22	3
	Peru		665	629

Taxa de rotatividade por região[1]

A taxa de rotatividade do Grupo Fidelidade situou-se em 15,4% em 2025, ligeiramente acima do ano anterior.

Verificam-se diferenças relevantes entre geografias, influenciadas por contextos laborais e dinâmicas locais e fatores económicos específicos de cada mercado. O acompanhamento deste indicador permite identificar tendências, antecipar riscos de retenção e reforçar iniciativas de *engagement* e desenvolvimento de talento.

CONTINENTE	PAÍS	%	2025	2024
Europa	Alemanha		18,8	12,5
	Espanha		38,4	14,1
	França		7,1	18,7
	Liechtenstein		13,0	3,0
	Portugal		12,4	10,2
	Luz Saúde		11,6	12,7
África	Angola		23,6	373,3 [2]
	Cabo Verde		1,3	6,7
	Moçambique		10,0	11,7
Ásia	Macau		21,3	12,3
América do Sul	Bolívia		14,7	21,5
	Chile		10,5	11,4
	Paraguai		27,5	4,2
	Peru		33,1	32,9
GRUPO FIDELIDADE	Rotatividade		**15,4**	**14,7**[2]

[1] A taxa de rotatividade é calculada do seguinte modo: (nº saídas/colaboradores ativos no final do ano)*100.

[2] O valor da taxa de rotatividade do Grupo Fidelidade para 2024 exclui a Fidelidade Angola dado que, nesse ano, foi implementada de uma iniciativa estratégica que permitiu à empresa adaptar-se melhor às necessidades do mercado e evolução do setor. No âmbito desta iniciativa, a empresa proporcionou a oportunidade a um número considerável de colaboradores para iniciarem o seu próprio negócio, incentivando o empreendedorismo. Assim, a adesão a esta iniciativa contribuiu para a saída de um número significativo de colaboradores, o que influenciou diretamente o *turnover*.

Clientes

Abordagem da Fidelidade

A abordagem da Fidelidade relativamente aos seus clientes assenta na disponibilização de produtos e serviços responsáveis, transparentes e ajustados às necessidades dos diferentes perfis, promovendo relações de confiança e de longo prazo. Esta abordagem é suportada por um conjunto de políticas e princípios que orientam a conceção, comercialização e gestão dos produtos, assegurando a proteção dos clientes, o tratamento equitativo, a adequação das soluções oferecidas e a integração progressiva de considerações de sustentabilidade ao longo do ciclo de vida do produto.

Políticas

O compromisso da Fidelidade concretiza-se através de um conjunto de políticas e orientações internas que estabelecem os princípios e critérios aplicáveis à relação com os clientes, assegurando práticas consistentes, responsáveis e alinhadas com a estratégia de sustentabilidade do Grupo. Essas políticas enquadram a atuação da Fidelidade ao longo do ciclo de vida dos produtos e serviços, desde a conceção até à gestão da relação com o cliente.

POLÍTICA[1] [2]	ÂMBITO
Código de Ética e Conduta[3]	Grupo Fidelidade em Portugal[4]
Código de Conduta de Fornecedores[5]	Grupo Fidelidade em Portugal[6]
Política de Conceção e Aprovação de Produtos[7]	Fidelidade, Multicare, Via Direta e Fidelidade Assistência[6]
Política de Investimento Sustentável[8]	Empresas seguradoras do Grupo Fidelidade Portugal[6]
Política de *Procurement* Sustentável[9]	Grupo Fidelidade Portugal
Política de Sustentabilidade[10]	Grupo Fidelidade
Política de Tratamento	Fidelidade, Multicare, Via Direta e Fidelidade Assistência
Código de Conduta relativo ao Direito ao Esquecimento	Fidelidade Companhia de Seguros

Política de conceção e aprovação de produtos

A Política de Conceção e Aprovação de Produtos estabelece o compromisso de contribuir para uma visão integrada dos modelos de gestão da oferta e assegurar i) a adequação dos produtos às necessidades e ao perfil de risco do mercado-alvo a que se destinam; e ii) uma estratégia de distribuição e comunicação consistente com o mercado-alvo identificado. No pré-desenho de produtos Vida e Não-Vida, e em conformidade com a estratégia de sustentabilidade do Grupo Fidelidade e a regulamentação europeia, as Direções de Negócio analisam os impactos em conjunto com a Direção de Sustentabilidade.

A Política reflete diversos compromissos dos quais o Grupo é signatário e foi desenvolvida com base em documentos orientadores nacionais e internacionais, nomeadamente os UNEP FI - PSI.

Gestão do ciclo de vida de produtos

O Grupo Fidelidade tem vindo a aprofundar a implementação da metodologia de acompanhamento do ciclo de vida de gestão dos produtos – *compliance by design* – através da operacionalização das seguintes iniciativas:

- Avaliação dos riscos de *compliance* nos momentos relevantes do ciclo de vida do produto, com foco na fase de criação/desenho;
- Sessão de formação no *onboarding* dos novos gestores de produto, no âmbito do redesenho da respetiva função;
- Sessões alargadas de formação sobre a Política de Conceção e Aprovação de Produtos e das correspondentes alterações, com o respetivo enquadramento legal e as medidas a tomar para documentar as várias etapas até à aprovação ou alteração relevante de um produto.

Estas iniciativas são sobretudo destinadas aos colaboradores com funções de marketing e comunicação e de gestão de produto.

[1] As Políticas e suas atualizações são aprovadas pela Comissão Executiva e publicadas e comunicadas aos colaboradores através dos portais internos e aos restantes *stakeholders*, se aplicável, externamente, através do *website* da Fidelidade.

[2] Os princípios das Nações Unidas relativos aos Direitos Humanos, encontram-se refletidos nas políticas referidas.

[3] Mais detalhe sobre o Código de Ética e Conduta disponível nas Divulgações de Governação aqui.

[4] As empresas do Grupo Fidelidade presentes noutras geografias, integram os princípios, deveres e regras do Código nos seus próprios Códigos, com as adaptações que sejam devidas em face das exigências legais e normativas da respetiva jurisdição.

[5] Mais detalhe sobre o Código de Conduta de Fornecedores disponível nas Divulgações de Governação aqui.

[6] As empresas do Grupo Fidelidade presentes noutras geografias, integram os compromissos e regras do Código nos seus próprios Códigos, com as adaptações que sejam devidas em face das exigências legais e normativas da respetiva jurisdição.

[7] Mais detalhe sobre a Política de Investimento Sustentável disponível nas Divulgações Ambientais aqui.

[8] Mais detalhe sobre a Política de *Procurement* Sustentável disponível nas Divulgações Gerais aqui.

[9] Exceto Luz Saúde. As empresas do Grupo Fidelidade presentes noutras geografias podem optar por adotar uma política local, com o seu próprio representante do nível superior responsável pela sua implementação, integrando os princípios desta política, com as adaptações devidas em função dos requisitos legais e regulamentares da respetiva jurisdição.

[10] Mais detalhe sobre a Política de Sustentabilidade disponível nas Divulgações Gerais aqui.

Política de tratamento

A Política de Tratamento estabelece os princípios orientadores do relacionamento com tomadores de seguros, segurados, beneficiários e terceiros lesados, pautando-se por equidade, diligência, transparência e respeito pelos seus direitos. Prevê que todas as interações sejam realizadas com informação clara e adequada, permitindo decisões informadas e fundamentadas, e assegura o tratamento cuidadoso de dados pessoais, em conformidade com as normas legais aplicáveis.

A Política exige também a identificação do mercado-alvo de cada produto, garantindo que este é adequado ao perfil e necessidades dos clientes, e prevê mecanismos internos de controlo e reporte, de modo a monitorizar e assegurar o cumprimento das regras definidas. Ao definir estas normas, a Fidelidade demonstra o compromisso com condutas de mercado responsáveis e com práticas de serviço que promovem a confiança e a proteção dos seus clientes.

Abordagem aos direitos humanos

O respeito pelos direitos humanos dos clientes está refletido transversalmente nas políticas do Grupo, em particular no Código de Ética e Conduta, que consagra princípios como dignidade, igualdade, não discriminação, transparência e integridade, bem como na Política de Tratamento, que assegura uma atuação ética, equitativa e adequada às características e necessidades dos clientes. Estes compromissos são reforçados por políticas complementares, como o Código de Conduta de Fornecedores e a Política de *Procurement* Sustentável, que promovem o alinhamento da cadeia de valor com padrões equivalentes de respeito pelos direitos humanos.

A abordagem geral da Fidelidade relativamente ao respeito pelos direitos humanos dos clientes baseia-se na prevenção de impactos negativos, na promoção da literacia financeira e na disponibilização de informação clara, completa e acessível, permitindo decisões informadas. A Política de Conceção e Aprovação de Produtos assegura que os produtos são concebidos tendo em conta a adequação ao público-alvo, os riscos associados e potenciais impactos sociais, enquanto a Política de Tratamento orienta uma relação contínua baseada na confiança, no rigor e na proporcionalidade.

O envolvimento com clientes é promovido através de múltiplos canais de comunicação, atendimento e recolha de *feedback*, incluindo mecanismos formais de reclamações e pedidos de esclarecimento, que permitem identificar necessidades, expectativas e eventuais impactos adversos. Esta interação contínua contribui para o ajuste de produtos, processos e práticas comerciais.

No que se refere a medidas de reparação, a Fidelidade dispõe de procedimentos que permitem aos clientes reportar situações de potencial impacto negativo, assegurar o tratamento imparcial de reclamações e, quando aplicável, implementar medidas corretivas adequadas. Estes mecanismos estão previstos, entre outros instrumentos, na Política de Tratamento e no Código de Ética e Conduta, assegurando que as situações são analisadas de forma justa, transparente e em conformidade com os direitos dos clientes.

Código de conduta relativo ao direito ao esquecimento

O Grupo assegura o cumprimento do Código de Conduta relativo ao Direito ao Esquecimento, que estabelece princípios orientadores para o tratamento de tomadores de seguros e segurados sempre que exista conhecimento de informação de saúde associada a situações de risco agravado ou deficiência que tenham sido entretanto superadas ou clinicamente mitigadas. Este enquadramento visa garantir que tais circunstâncias não constituem um fator de discriminação injustificada na análise e aceitação do risco, promovendo uma abordagem baseada na atual condição de saúde e no princípio da proporcionalidade.

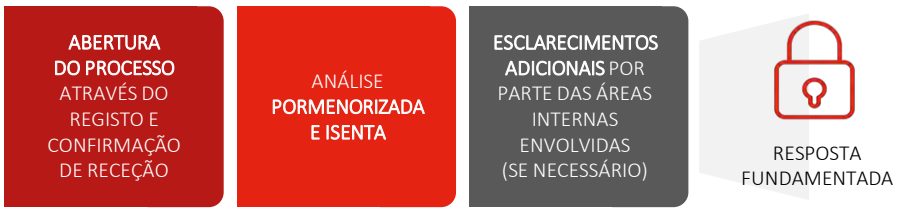
O Código aplica-se a contratos de seguro, obrigatórios ou facultativos, associados a crédito à habitação e a crédito ao consumo, assegurando o respeito pelos princípios da igualdade, lealdade, transparência, justiça e não discriminação. Desta forma, reforça-se a proteção dos consumidores e a confiança no setor segurador, promovendo práticas de subscrição responsáveis e alinhadas com os direitos fundamentais das pessoas.

Gestão de reclamações

A Fidelidade, considera a gestão das reclamações um pilar do processo de avaliação da satisfação dos clientes, que permite fortalecer os padrões de excelência que definem a sua atuação. Neste sentido, cada reclamação deve ser encarada como uma oportunidade para melhorar, continuamente, a qualidade dos seus produtos, serviços e processos, com o compromisso de garantir uma experiência que tenha um impacto positivo e duradouro na vida dos clientes e restantes *stakeholders*.

O Grupo disponibiliza diversos canais, que incluem os da função autónoma de gestão de reclamações e do provedor do cliente, para que os tomadores de seguros, segurados, beneficiários ou terceiros lesados possam formalizar as suas reclamações em relação à sua atuação. O *website* da Fidelidade indica as entidades a quem os clientes podem endereçar reclamações em caso de litígio, nomeadamente o CIMPAS - Centro de Informação, Mediação e Arbitragem de Seguros. Os diversos canais disponíveis são divulgados em diversos canais e são amplamente utilizados pelos clientes, demonstrando que têm consciência de que existem e que confiam no processo.

O tratamento dos dados pessoais recolhidos são assegurados, de acordo com os princípios relativos ao tratamento de dados pessoais e demais obrigações aplicáveis, bem como a indicação do local onde a política de proteção de dados e a informação sobre os direitos dos titulares neste contexto estão localizados. Em Portugal, as empresas de seguros do Grupo Fidelidade tratam as reclamações com celeridade e eficiência através do Centro de Gestão de Reclamações (CGR), uma unidade especializada dedicada a centralizar a receção e resposta a estas questões, através do seguinte processo:



As empresas de seguros do Grupo Fidelidade asseguram o registo de todas as reclamações recebidas, abrindo um processo na aplicação AGIR IT, à qual é atribuído um número sequencial. É efetuada uma análise ao conteúdo da reclamação e solicitados esclarecimentos à área técnica envolvida, com o objetivo final de preparar uma resposta a enviar ao cliente. A plataforma informática produz informação que permite controlar os tempos de resposta de modo a cumprir os prazos de resposta previstos.

Em 2025 foram recebidas 5.554 queixas, uma redução de 6% face ao valor registado no ano anterior. O indicador inclui valores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A., Multicare, Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e Via Direta.

Anexos

Colaboradores

Condições de trabalho

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#12	Impacto positivo	Condições de trabalho dos colaboradores	A promoção de condições de trabalho adequadas contribui para o bem-estar, a motivação, a retenção de talento e a produtividade dos colaboradores, reforçando a capacidade de inovação e a resiliência organizacional do Grupo.	• Abordagem estratégica para promover um ambiente de trabalho sustentável, inclusivo e inovador, reconhecendo a sua relevância para o modelo de negócio; • Certificação "Great Place to Work" e compromisso com a DEIP; • Investimento na qualificação contínua das equipas e na adaptação às dinâmicas do mercado através de iniciativas como o Programa Boomerang e o recrutamento inclusivo; • A adesão a compromissos como a Carta Portuguesa para a Diversidade consolidam um ambiente laboral equitativo e motivador; • A monitorização rigorosa de indicadores como a satisfação dos colaboradores e a rotatividade sustentam um modelo de gestão focado na melhoria contínua; • A tomada de decisão incorpora o *feedback* interno, o que reforça um ecossistema de trabalho dinâmico e resiliente.	O
#13	Oportunidade	Envolvimento dos colaboradores	O envolvimento dos colaboradores impulsiona a produtividade, a inovação, a retenção, a satisfação dos clientes e a rentabilidade, ao mesmo tempo que melhora a cultura organizacional e a resiliência. O Grupo tende a obter uma elevada taxa de envolvimento, de acordo com a certificação "Great Place to Work".		O

IGUALDADE DE DIREITOS E OPORTUNIDADES

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#14	Impacto positivo	Diversidade, equidade e inclusão	Promover um ambiente de trabalho diversificado, equitativo e inclusivo – mensurável por KPIs como % de mulheres em cargos de gestão ou diferença salarial entre géneros – gera valor social e faz com que os colaboradores se sintam valorizados e respeitados. Esta abordagem reforça o sentido de pertença, que conduz a uma maior satisfação.	• Para detalhe sobre a abordagem da Fidelidade consultar o IRO #13.	O
#15	Oportunidade	Atração de colaboradores	Uma abordagem sólida de diversidade, equidade e inclusão pode ter um impacto positivo nos níveis de envolvimento e atração de colaboradores na organização (sobretudo os *millennials* procuram ativamente diversidade no local de trabalho). Adicionalmente, pode melhorar os níveis de produtividade, o que resulta em melhores resultados de negócio, na capacidade de reconhecer as necessidades de diferentes grupos de clientes, bem como no cumprimento das crescentes expectativas que os *stakeholders* têm sobre o tema.	• Para detalhe sobre a abordagem da Fidelidade consultar o IRO #13.	O

OUTROS DIREITOS RELACIONADOS COM O TRABALHO

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#16	Risco	Privacidade dos dados dos colaboradores	A violação de dados dos colaboradores é reconhecida como um risco de elevado potencial no mapa de avaliação de riscos de *compliance* da Fidelidade. Este risco pode desencadear uma elevada rotatividade de colaboradores e infrações às leis de proteção de dados, como o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), resultando em multas significativas, ações legais e penalidades para as empresas.	• Reforço da proteção de dados, estabelecendo um plano de resposta a incidentes e integrando a privacidade na tomada de decisões; • Promoção de uma cultura de privacidade através da formação dos colaboradores.	O

Notas metodológicas

A informação relativa a todos os colaboradores contém informação das diversas empresas do Grupo, excluindo Tenax. Sempre que existam exceções, tal é apresentado em nota de rodapé junto do indicador.

A informação relativa à Tenax é excluída do âmbito pela indisponibilidade da informação e imaterialidade da mesma face ao total do Grupo (tem menos de 50 colaboradores).

Definição de metas

De um modo transversal, as metas reportadas não foram sujeitas a quaisquer alterações no que se refere aos objetivos ou metodologias de medição subjacentes, pressupostos significativos, limitações, fontes e processos adotados para recolher dados. Nos casos em que se tenha verificado alguma alteração relevante, tal é devidamente assinalado junto da apresentação da meta.

Os *stakeholders* estão envolvidos no desenvolvimento das metas na medida em que a Política DEIP e Programa de suporte são devidamente aprovados em Comissão Executiva e que as metas são desenvolvidas com o envolvimento da Direção de Pessoas e do Comité de pessoas, sempre que adequado.

Características dos colaboradores

Não existem colaboradores com horas de trabalho não garantidas, pelo que este reporte se considera como não aplicável para o Grupo Fidelidade e para a Luz Saúde.

O número de colaboradores é reportado pela contagem efetiva do pessoal.

O números de colaboradores é reportado no final do período de reporte.

As informações reportadas nas demonstrações financeiras coincidem com os números reportados no âmbito das características dos colaboradores.

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento | S Seguros | I Investimentos | G Gestão de sinistros e serviços

Diversidade

Por gestão de topo entende-se o grupo de diretores que reportam diretamente à Administração da empresa e são responsáveis pela implementação das estratégias definidas. Este nível de gestão inclui diretores e outros cargos executivos que supervisionam áreas-chave da organização e asseguram a execução das decisões estratégicas.

Inclusão

Os dados relativos a pessoas com deficiência são reportados ao nível da Grupo Fidelidade, através de *dashboard* interno (SAS). Em Portugal, esta informação consta também no software de gestão de *headcount* Meta4. São considerados colaboradores com deficiência os colaboradores com incapacidade superior a 60%.

Métricas de remuneração

A informação relativa à diferença salarial entre géneros e ao rácio de remuneração total anual é obtida por geografia. A informação é reportada e compilada em *dashboard* interno (SAS).

- **Diferença salarial entre géneros** = ((média valor hora homem - média valor hora mulher)/média valor hora homem) * 100
- **Rácio de remuneração total anual** = pessoa com o salário anual mais alto/mediana de remuneração total anual por colaborador (com exceção do colaborador com a remuneração total anual mais alta)

Por remuneração considera-se salário efetivo, seguro de saúde (só PT), viatura (só PT), benefícios em dinheiro, prémio, seguro de vida (só PT).

Saúde e segurança no trabalho

Apesar de o tema de saúde e segurança no trabalho não ser material para a Fidelidade, pela natureza do negócio, para proteger o ambiente, a saúde e a segurança dos colaboradores, clientes e comunidades onde opera, e, de acordo com o Código de Ética e Conduta, o Grupo adota os seguintes procedimentos e iniciativas:

- Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho;
- Promoção da saúde do trabalhador;
- Prevenção e mitigação de impactos de saúde e segurança do trabalho diretamente vinculados com relações de negócios.

Clientes

Inclusão social

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#17	Impacto positivo	Seguros inclusivos	Apoio à população não abrangida, expandindo a base de clientes (p.e., população sénior, desempregados, migrantes e refugiados, setor informal), através de iniciativas e serviços direcionados, como os que a Fidelidade já oferece (p.e., micro seguros e seguros inclusivos para saúde e funeral), com ações específicas orientadas para os mais vulneráveis.	• Produtos e parcerias adaptadas, com benefícios a longo prazo, como maior segurança financeira para comunidades vulneráveis e novas oportunidades de mercado; • Seguro inclusivo como parte da estratégia, ao ampliar o acesso a serviços essenciais de seguros para populações carenciadas, como idosos, desempregados, migrantes, refugiados e trabalhadores do setor informal; • Oferta de produtos de microsseguro direcionados para a saúde e cobertura de funeral; • Promoção da inclusão financeira de grupos vulneráveis.	S
#18	Risco	*Greenwashing*	A falta de transparência na comunicação, resultante de práticas de venda indevidas e *marketing* e publicidade enganosos pode acarretar a danos reputacionais devido a preocupações relacionadas a *greenwashing*.	• Alinhamento das práticas de *marketing* com resultados reais, através da implementação de procedimentos de revisão rigorosos e uma comunicação clara sobre aspetos ESG nos seus produtos; • Desenvolvimento e divulgação do Guia de Prevenção de Greenwashing; • Reforço dos controlos internos.	S
#19	Risco	Violação de dados no setor segurador	Considerando que a indústria seguradora é particularmente suscetível a controvérsias com clientes relacionadas com o acesso aos seus dados em produtos e serviços, a proteção de dados é classificada como um risco de elevado potencial no mapa de risco de *compliance* da Fidelidade. Tal risco pode originar danos reputacionais significativos, além de penalidades regulatórias.	• Estratégia abrangente de proteção de dados, com medidas de segurança robustas, monitorização contínua e conformidade com as regulamentações pertinentes para prevenir violações; • Reforço de protocolos internos para garantir o tratamento seguro dos dados em toda a cadeia de valor.	S
#20	Risco	Violação de dados relativos a reclamações	A proteção de dados foi identificada com um risco de muito alta potencialidade no mapa de risco de *compliance* da Fidelidade, o que pode resultar em danos reputacionais, bem como em penalidades regulatórias.	• Medidas rigorosas de proteção de dados, especialmente adaptadas aos processos de sinistros, para proteger as informações dos clientes; • Fortalecimento dos seus protocolos internos de conformidade; • Melhoria contínua do *framework* de proteção de dados na gestão de sinistros, de forma estar em conformidade com as regulamentações de privacidade de dados.	G

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento | S Seguros | I Investimentos | G Gestão de sinistros

Divulgações de governação

Conduta empresarial 174

Anexos 179

Sumário

O presente capítulo apresenta as divulgações de governação, com enfoque na conduta empresarial e na prevenção da corrupção e do suborno. São descritas a abordagem adotada pelo Grupo, as principais políticas e mecanismos implementados, bem como as ações desenvolvidas para assegurar elevados padrões éticos e de integridade.

O capítulo inclui ainda indicadores de desempenho relevantes que permitem acompanhar a eficácia das medidas implementadas e o grau de cumprimento dos compromissos assumidos nestas matérias.

Conduta empresarial

Abordagem da Fidelidade

Conduta empresarial

A cultura corporativa do Grupo Fidelidade assenta em princípios e valores que promovem a ética, a integridade e o respeito nas relações internas e externas. Esta cultura traduz-se em comportamentos responsáveis e em decisões alinhadas com elevados padrões éticos. O Grupo assume dois compromissos orientadores da sua conduta empresarial:

- COMPROMISSO ÉTICO: Assente na transparência e na integridade na condução da sua atividade com uma postura de rigor ético no relacionamento com os clientes e com todos com quem interage;
- COMPROMISSO DE CONFORMIDADE (*COMPLIANCE*): Assente num rigoroso cumprimento do quadro legal e regulatório em cada momento em vigor, nomeadamente no combate à corrupção e quaisquer condutas irregulares.

Políticas de conduta empresarial

A Fidelidade dispõe de um conjunto alargado de Políticas, Planos, Códigos e outros normativos internos que regulam a conduta empresarial, conforme se apresenta abaixo.

POLÍTICA[1]	ÂMBITO
Código de Ética e Conduta	Grupo Fidelidade em Portugal[2]
Código de Conduta de Fornecedores	Grupo Fidelidade em Portugal[3]
Política de *Compliance*	Empresas de seguros e resseguros do Grupo Fidelidade em Portugal[4]
Política de Comunicação de Irregularidades	Grupo Fidelidade em Portugal

Código de ética e conduta

O Código de Ética e Conduta estabelece os princípios fundamentais que orientam a atuação do Grupo Fidelidade, promovendo uma cultura organizacional assente em respeito, integridade, transparência e responsabilidade. Estes princípios norteiam o comportamento esperado em todas as relações internas e externas, garantindo decisões éticas e alinhadas com os valores do Grupo. A sua aplicação é reforçada através de formação obrigatória no *onboarding*, complementada por um e-learning, que inclui um mecanismo de tomada de conhecimento do Código, assegurando a sua compreensão e o compromisso de todos os colaboradores com os princípios e regras de atuação nele previstos.

Código de conduta de fornecedores

O Código de Conduta de Fornecedores complementa o Código de Ética e Conduta ao definir as expectativas aplicáveis aos fornecedores, prestadores de serviços e parceiros. Este documento orienta comportamentos responsáveis ao longo da cadeia de valor, abrangendo temas como direitos humanos, práticas laborais justas e dignas, práticas ambientais, integridade e conformidade legal. Através deste código, o Grupo promove uma relação transparente e uma colaboração baseada em princípios éticos comuns, incentivando práticas alinhadas com os seus compromissos de sustentabilidade.

Política de *compliance*

A Política de *Compliance* estrutura o modelo de gestão dos riscos éticos e de *compliance*, assegurando uma abordagem preventiva e sistemática. Esta política integra uma Matriz de Riscos que permite identificar, avaliar e monitorizar potenciais impactos negativos na conduta corporativa, incluindo, entre outros, riscos ligados a branqueamento de capitais, suborno e corrupção, comercialização e comunicação de produtos, concorrência, ética e conflitos de interesse, práticas discriminatórias, gestão de terceiros e proteção de dados pessoais. Para garantir a integridade do sistema, a política estabelece mecanismos claros de reporte e investigação: as áreas do Grupo têm o dever de comunicar prontamente quaisquer incidentes ou incumprimentos à função de *Compliance*, permitindo respostas independentes e objetivas e promovendo uma cultura de melhoria contínua e conformidade.

Política de comunicação de irregularidades

A Política de Comunicação de Irregularidades prevê como um dos seus princípios fundamentais que os procedimentos de receção, tratamento, investigação, decisão e conservação das comunicações de irregularidades são geridos de forma independente, autónoma, imparcial e sigilosa, excluindo-se de qualquer um destes procedimentos todas as pessoas em que se verifique a existência de potenciais conflitos de interesses entre as suas funções e a matéria reportada[5].

[1] As Políticas, e suas atualizações, são aprovadas pela Comissão Executiva e publicadas e comunicadas aos colaboradores através dos portais internos e, quando relevante, aos restantes *stakeholders*, externamente, através do *website* da Fidelidade.

[2] As empresas do Grupo Fidelidade presentes noutras geografias, integram os princípios, deveres e regras do Código nos seus próprios Códigos, com as adaptações que sejam devidas em face das exigências legais e normativas da respetiva jurisdição.

[3] As empresas do Grupo Fidelidade presentes noutras geografias, integram os compromissos e regras do Código nos seus próprios Códigos, com as adaptações que sejam devidas em face das exigências legais e normativas da respetiva jurisdição.

[4] As Seguradoras do Grupo Fidelidade presentes noutras geografias, quando devam dispor de uma Política de *Compliance*, integram os princípios desta Política nas suas próprias Políticas, com as adaptações que sejam devidas em face das exigências legais e normativas da respetiva jurisdição.

[5] A entidade está sujeita à Lei nº 93/2021, relativa à proteção de denunciantes, e à Norma Regulamentar nº 4/2022-R da ASF relativa à governação das empresas de seguros e resseguros.

Canal de denúncias e irregularidades

O Grupo Fidelidade dispõe de um canal de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*), acompanhado de mecanismos de proteção do denunciante, que asseguram a deteção, reporte e investigação célere de práticas ilícitas ou irregulares, contrárias ao Código de Ética e Conduta ou a outros normativos internos. A Política de Comunicação de Irregularidades garante que todas as denúncias são tratadas de forma independente, imparcial e sigilosa, excluindo qualquer interveniente com potencial conflito de interesses.

O canal está disponível a todos os colaboradores através da intranet e *websites* institucionais, bem como por endereço eletrónico e postal. Adicionalmente, preocupações podem ser reportadas diretamente à Direção de *Compliance* ou à Direção de Auditoria.

As denúncias dão origem a um processo de investigação conduzido pela Auditoria Interna (ou, no caso de assédio, pela Direção de Pessoas), que recolhe e analisa os factos necessários. As medidas consequentes são determinadas pela Direção Jurídica Corporativa. O denunciante recebe sempre resposta formal dentro do prazo legal.

Anualmente são realizadas auditorias programadas a determinadas áreas/funções sobre alguns temas regulados no Código de Ética e Conduta ou sobre outros temas, onde podem ser identificadas situações relacionadas com irregularidades ou violações ao Código de Ética e Conduta.

A entidade está sujeita à Lei nº 93/2021, relativa à proteção de denunciantes, e à Norma Regulamentar nº 4/2022-R da ASF relativa à governação das empresas de seguros e resseguros.

Governação

Responsabilidades

De modo a assegurar a melhor gestão dos temas relacionados com conduta empresarial, o Grupo define as principais responsabilidades dos diversos órgãos e áreas.

Em termos gerais, cabe ao Órgão de Administração supervisionar a implementação do Código de Ética e Conduta, garantindo que os objetivos estratégicos da Organização estão alinhados com o mesmo e promovendo uma cultura contínua de ética e integridade corporativa.

A função de *compliance* reporta regularmente os resultados das atividades de gestão dos riscos de branqueamento de capitais e suborno e corrupção ao Conselho de Administração/Comissão Executiva (CE) e, anualmente, ao Conselho Fiscal. Adicionalmente, em abril, conforme previsto na Norma Regulamentar nº 10/2024-R, de 5 de novembro da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e em abril e outubro, conforme estabelecido no Regime Geral de Prevenção da Corrupção, são elaborados relatórios de avaliação que são submetidos à CE para aprovação.

A Comissão Executiva assegura a definição e aprovação das políticas de prevenção do branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e combate à corrupção, garantindo que o Grupo Fidelidade dispõe de uma estrutura de controlo adequada e alinhada com as exigências legais e de *governance*. Compete-lhe também acompanhar os riscos associados a estas matérias e supervisionar a eficácia dos mecanismos implementados.

AVALIAÇÃO

A avaliação da cultura corporativa é realizada através de uma combinação de ferramentas que medem o clima ético e organizacional, dos quais se destacam:

- ***Survey* de Clima Ético:** Questionário realizado de 2 em 2 anos, cujo primeiro ano de realização foi em 2025, com o objetivo de avaliar o clima ético da organização, auscultando a perceção dos colaboradores sobre a implementação do Programa de Ética, o reporte de condutas irregulares, justiça organizacional, ambiente ético corporativo e principais riscos éticos e de *compliance*;
- ***Survey Great Place to Work***: Inquérito anual que adota a metodologia do *Great Place to Work* (GPTW) e que mede o clima organizacional em todas as geografias onde o Grupo atua, nomeadamente ao nível do respeito no local de trabalho, confiança na liderança e qualidade das relações interpessoais;
- **COPSOQ**: Questionário realizado de 2 em 2 anos, com o objetivo de avaliar riscos psicossociais e definir o respetivo plano de mitigação. Embora o foco principal seja a saúde psicológica e emocional, o mesmo fornece informações importantes relacionadas com as interações/relacionamento entre colaboradores e o seu impacto na ética organizacional.

Além destas ferramentas, são realizados outros estudos, nomeadamente relacionados com a diversidade e inclusão, com as lideranças e também entrevistas de saída, cujos resultados são analisados para identificação de tendências e oportunidades de melhoria.

Formação

A formação em temas de conduta empresarial integra o Plano Anual de Comunicação e Formação de *Compliance*, assegurando uma abordagem estruturada e consistente com as necessidades da organização. Este programa cobre todo o ciclo de vida do colaborador, incluindo ações obrigatórias de *onboarding* e iniciativas contínuas dirigidas a todos os colaboradores ou a equipas e funções de maior exposição a riscos, de acordo com a sua criticidade. Desta forma, a Fidelidade garante que os colaboradores dispõem do nível adequado de conhecimento e sensibilização para prevenir riscos de conduta e reforçar os padrões éticos e de *compliance* que suportam o seu desempenho ESG.

No *onboarding* corporativo, todos os novos colaboradores passam por um programa de integração que inclui uma sessão específica sobre a Cultura de *Compliance*. O objetivo é assegurar que todos compreendem, desde o primeiro dia, os compromissos éticos e de *compliance* que são esperados dentro da organização.

Cultura de cumprimento (*compliance)*

Para o Grupo Fidelidade, a conformidade não é apenas um requisito legal, mas um fator essencial de sustentabilidade. Um sistema eficaz de *compliance* permite prevenir riscos legais e reputacionais, reforçar mecanismos de governo e consolidar uma atuação ética e transparente junto das partes interessadas.

Práticas anticoncorrenciais

A Fidelidade mantém um programa de *compliance* em concorrência estruturado e orientado para a identificação, prevenção e mitigação de riscos associados a práticas anticoncorrenciais. No âmbito da gestão de riscos, a Fidelidade avalia e monitoriza potenciais exposições a comportamentos suscetíveis de violar as regras de concorrência, assegurando aconselhamento contínuo às áreas de negócio para garantir conformidade e reduzir a probabilidade de incidentes.

No eixo de formação e sensibilização, a Fidelidade desenvolve sessões específicas, tanto nas suas operações em Portugal, como nas operações internacionais, integradas nos processos regulares de monitorização e acompanhamento, bem como em apresentações direcionadas ao órgão de gestão. Complementarmente, disponibiliza formação em formato *e-learning*, abrangendo a totalidade da organização.

Estas iniciativas visam assegurar que todos os colaboradores dispõem do conhecimento necessário para identificar riscos de concorrência e atuar em conformidade, contribuindo para o fortalecimento do desempenho ESG, em particular na dimensão de *governance* e integridade empresarial.

Corrupção e suborno

O Grupo Fidelidade assume um compromisso firme de prevenção e combate à corrupção em todas as suas formas, incluindo o suborno, o tráfico de influências e os pagamentos de facilitação. Para assegurar uma atuação alinhada com as melhores práticas e com a regulamentação em vigor, o Grupo implementou um conjunto de instrumentos e mecanismos preventivos, destacando-se a Política de Antissuborno e Anticorrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Código de Ética e Conduta, o Canal de Denúncias e programas de formação e sensibilização obrigatórios.

Estes instrumentos definem os padrões de comportamento esperados dos colaboradores, estruturam os processos de identificação, avaliação e mitigação dos riscos de corrupção e clarificam as funções e responsabilidades dos diversos intervenientes no sistema de controlo interno. Através desta abordagem integrada, o Grupo Fidelidade reforça a sua cultura de integridade e governação ética, contribuindo para o cumprimento regulamentar e para o desempenho ESG da organização.

Políticas anticorrupção e antissuborno

A Fidelidade dispõe de um conjunto alargado de Políticas, Planos, Códigos e outros normativos internos que regulam a conduta a adotar para prevenir, mitigar e gerir eventos de corrupção e suborno.

POLÍTICA[1]	ÂMBITO
Código de Ética e Conduta[2]	Grupo Fidelidade em Portugal[3]
Política de Antissuborno e Anticorrupção	Grupo Fidelidade em Portugal[4]
Política de *Compliance*[2]	Empresas de seguros e resseguros do Grupo Fidelidade em Portugal
Política de Comunicação de Irregularidades[2]	Grupo Fidelidade em Portugal
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Grupo Fidelidade em Portugal

[1] As Políticas, e suas atualizações, são aprovadas pela Comissão Executiva e publicadas e comunicadas aos colaboradores através dos portais internos e, quando relevante, aos restantes *stakeholders*, externamente, através do *website* da Fidelidade.

[2] Ver descrição no ponto relativo a Conduta Empresarial, disponível aqui.

[3] As empresas do Grupo Fidelidade presentes noutras geografias, integram os princípios do Código nos seus próprios Códigos, com as adaptações que sejam devidas em face das exigências legais e normativas da respetiva jurisdição.

[4] As empresas do Grupo Fidelidade presentes noutras geografias, integram os princípios da Política nas suas próprias Políticas, com as adaptações que sejam devidas em face das exigências legais e normativas da respetiva jurisdição.

Política de Antissuborno e Anticorrupção

A Política de Antissuborno e Anticorrupção do Grupo Fidelidade estabelece os princípios, regras e comportamentos esperados para prevenir, detetar e mitigar quaisquer práticas de corrupção, suborno, tráfico de influências ou pagamentos de facilitação. O documento define responsabilidades, orientações operacionais e critérios de atuação aplicáveis a todos os colaboradores, reforçando o compromisso do Grupo com os mais elevados padrões de ética, integridade e transparência.

Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas identifica e avalia os riscos de corrupção a que as empresas do Grupo em Portugal estão expostas, descrevendo os controlos e medidas de mitigação em vigor. Este plano integra o modelo de gestão de risco de *compliance*, que abrange etapas de identificação, avaliação, mitigação e reporte. Em abril e outubro de 2025, o Grupo Fidelidade publicou os seus Relatórios de Avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, demonstrando o acompanhamento contínuo e a monitorização regular da eficácia das medidas implementadas.

Governação anticorrupção e antissuborno

A Fidelidade adota uma abordagem robusta e integrada de *governance* anticorrupção, alinhada com as exigências legais e com as melhores práticas nacionais e internacionais. Com o objetivo de prevenir e detetar atos de corrupção e infrações conexas, praticados por ou contra as empresas do Grupo, foi implementado um Programa de Cumprimento Normativo especificamente orientado para a integridade e a ética corporativa. Este Programa engloba instrumentos essenciais como o Código de Ética e Conduta, o Canal de Denúncias, o Programa de Formação e Comunicação e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que integra o *framework* de gestão de riscos de *compliance* do Grupo.

Complementarmente, a Fidelidade dispõe do Manual de Gestão do Risco de Corrupção, que sistematiza os princípios, procedimentos e mecanismos de controlo adotados para prevenir, detetar e responder a situações de suborno, corrupção e infrações conexas no exercício da atividade. Este Manual operacionaliza os princípios estabelecidos na Política Antissuborno e Anticorrupção e no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

A elaboração e implementação deste conjunto de instrumentos refletem o compromisso continuado da Fidelidade com um ambiente empresarial ético, íntegro e transparente, reforçando a confiança dos *stakeholders* e apoiando o desempenho ESG do Grupo na dimensão de *governance*.

Gestão de riscos de corrupção e suborno

Relativamente ao risco de suborno e corrupção, o Grupo Fidelidade identificou e avaliou as funções mais expostas, nas empresas do Grupo em Portugal, com exceção do Grupo Luz Saúde. A avaliação concluiu que 36% dos riscos são baixos e 64% moderados, considerando-se adequados os mecanismos de mitigação atualmente em vigor. Embora não tenham sido registadas alterações significativas nos fatores de risco decorrentes da evolução do contexto externo ou da atividade das entidades do Grupo em Portugal, nem identificada a necessidade de novos mecanismos para riscos classificados como moderados, o Grupo prosseguiu o reforço do Programa de Prevenção do Risco de Corrupção e Infrações Conexas, inserido numa ótica de melhoria contínua. Este reforço contemplou a revisão de normativos internos, ações de formação, gestão do risco de terceiros e atividades de sensibilização, consolidando a evolução contínua das práticas de integridade e *compliance* do Grupo.

Ferramentas de gestão de risco nas operações internacionais

No contexto do desenvolvimento do modelo de governo internacional do Grupo, foram implementados processos de monitorização e mitigação dos riscos de *compliance* nas operações internacionais, destacando-se mecanismos de reporte periódico de atividades, desenho de políticas, formação a equipas locais e implementação de ferramentas tecnológicas para automatização e melhoria dos controlos associados a riscos como o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo na Garantia Cabo Verde, Fidelidade Moçambique, Fidelidade Angola e às sucursais da Fidelidade em Espanha e França.

Fidelidade pelo Mundo

The prosperity Company: Na The Prosperity Company foi implementado de um processo sistemático de avaliação de riscos relacionados com fornecedores, abrangendo riscos específicos por país e por setor, com o objetivo de reforçar a identificação, análise e gestão de riscos relevantes na tomada de decisão.

Formação

No âmbito da prevenção dos fenómenos de corrupção e suborno, o Grupo Fidelidade implementou um programa de formação obrigatória e periódica (anual), que abrange o risco de corrupção, suborno e infrações conexas, normas e procedimentos internos aplicáveis, bem como consequências e exemplos práticos pertinentes, de forma a assegurar que os colaboradores estão aptos para identificar e agir em situações suspeitas.

Prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo

Considerando a periodicidade anual de ações de formação ao nível desta temática, em 2025, foram realizadas iniciativas direcionadas a grupos específicos de colaboradores, com o intuito de os consciencializar acerca do risco reputacional associado ao Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo (BC+FT), bem como dos deveres legais que lhes competem. Complementarmente, encontra-se disponível um curso de e-learning destinado a todos os colaboradores da Fidelidade, garantindo a disseminação ampla e consistente do conhecimento sobre estas matérias.

Lobbying

O Grupo Fidelidade reconhece que a sua atividade pode, legitimamente, influenciar processos de decisão pública, incluindo iniciativas legislativas. As atividades de *lobbying*, quando realizadas, devem seguir rigorosos princípios de integridade, responsabilidade e transparência, garantindo o cumprimento da legislação aplicável e dos normativos internos, e evitando qualquer risco de associação a práticas de corrupção ou suborno. Os colaboradores devem assegurar que atuam sempre de forma ética, identificando claramente os interesses que representam e prevenindo qualquer impacto negativo na reputação do Grupo.

Em matéria de contribuições políticas, o Grupo Fidelidade adota uma política de tolerância zero: é totalmente proibida qualquer forma de doação, apoio financeiro, contribuição indireta, disponibilização de recursos ou reembolso de despesas relacionadas com partidos políticos, entidades associadas ou campanhas eleitorais. Esta proibição aplica-se tanto às empresas do Grupo como aos colaboradores no exercício das suas funções, abrangendo igualmente fundações e organizações dependentes de partidos, garantindo total independência e transparência nas relações institucionais.

Impacto da Fidelidade

Comunicação e informação de políticas e procedimentos anticorrupção

Os dados apresentados refletem a aposta na governação e transparência no âmbito das políticas e procedimentos anticorrupção, tendo sido procurado, em 2025, assegurar maior rigor na recolha e consolidação da informação, incluindo contributos de todas as empresas do Grupo. Observa-se um nível elevado de comunicação das políticas aos colaboradores, bem como iniciativas de formação dirigidas a órgãos de gestão e a funções identificadas como mais expostas a riscos de corrupção e suborno. De destacar que, em algumas geografias, encontra-se ainda em curso o processo de identificação formal das funções de risco, estando previsto o desenvolvimento de ações de formação específicas ao longo de 2026.

Relativamente aos fornecedores, embora já existam práticas de partilha do Código de Ética e se promova o cumprimento da Política de *Procurement* Sustentável, o processo de comunicação sistemática das políticas não se encontra ainda plenamente implementado a nível transversal. O Grupo encontra-se a trabalhar no reforço destes mecanismos, com vista a assegurar uma abordagem mais consistente e abrangente junto da sua cadeia de valor.

%	Portugal	Luz Saúde	Internacional
Órgãos de Gestão aos quais foram comunicadas políticas e procedimentos anticorrupção adotados	64	23	65
Órgãos de Gestão que receberam formação para o combate à corrupção	20	23	48
Colaboradores aos quais foram comunicadas políticas e procedimentos de anticorrupção adotados	98	100	81
Funções de risco abrangidas pelos programas de formação	62	100	85
Fornecedores aos quais foram comunicadas políticas e procedimentos de anticorrupção adotados	8	0	87

Incidentes de corrupção e suborno

Em 2025, à semelhança de 2024, não se registaram condenações, multas ou incidentes confirmados relacionados com corrupção ou suborno no Grupo Fidelidade, nem casos que tenham resultado em despedimentos ou rescisões contratuais por este motivo. Estes resultados refletem a eficácia dos mecanismos de prevenção, controlo interno e cumprimento das políticas anticorrupção em vigor.

	Unid.	2025	2024
Condenações por violação das leitas de anticorrupção e suborno	nº	0	0
Multas por infração das leis de anticorrupção e antissuborno	€	0	0
Incidentes confirmados de corrupção e suborno	nº	0	0
Incidentes confirmados em que colaboradores que foram despedidos ou alvo de processo disciplinar por incidentes relacionados com corrupção ou suborno	nº	0	0
Incidentes confirmados relacionados com contratos com parceiros de negócios que foram terminados ou não renovados devido a violações relacionadas com corrupção ou suborno	nº	0	0

Conduta empresarial

Cultura corporativa

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#21	Impacto positivo	Valores e compromissos corporativos/ conduta corporativa	A adoção de valores e compromissos sólidos, como um código de ética e conduta ou a adesão ao UN Global Compact, que orientam as atividades do Grupo Fidelidade, fomentam a promoção de comportamentos éticos e a tomada de decisões transparentes, responsáveis, justas e imparciais em toda a organização, cultivando a confiança entre colaboradores, clientes e investidores.	• Integração de princípios éticos fundamentais no modelo de negócio ao promover a confiança e transparência nas suas operações; • Adesão ao Código de Ética e Conduta e ao UN Global Compact assegura que as atividades estão alinhadas com elevados padrões éticos, o que cria um ambiente positivo para os *stakeholders*.	O
#22	Oportunidade	Comportamento ético dos colaboradores/ cultura corporativa	O comportamento ético dos colaboradores, a conduta adequada no mercado e as práticas de governação responsáveis podem resultar em índices de produtividade elevados, num recrutamento de talento de excelência, bem como na satisfação e no envolvimento dos colaboradores, garantindo, simultaneamente, o cumprimento das regulamentações.	• Aposta na promoção de uma cultura ética e governação responsável, com o objetivo de aumentar a produtividade, satisfação e atratividade para talentos; • Implementação de medidas como reuniões de *Town Hall* para todos os colaboradores e compromissos com conduta no mercado, de forma a garantir a transparência e conformidade com regulamentações em todos os processos de decisão.	O

Corrupção e suborno

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#23	Impacto positivo	Combate à corrupção e ao suborno	Ao adotar políticas e programas para gerir os riscos de *lobbying* e conflitos de interesse, a Fidelidade assume uma posição proativa no combate à corrupção e suborno.	• Integração da anticorrupção no modelo de negócios, através da adoção do Código de Ética e Conduta e da criação de programas de formação e auditorias; • Implementação de um processo de *due diligence* para terceiros, prevenindo comportamentos antiéticos; • O Código de Ética e Conduta, os programas de ética e gestão do risco associado ao *lobbying* e a implementação de processos de *due diligence* estabelecem padrões claros para colaboradores e terceiros; • Alicerçar a estratégia e modelo de negócios em valores corporativos sólidos, ao guiar a sua tomada de decisões com ênfase na transparência, responsabilidade e imparcialidade. Este compromisso fortalece a cultura interna e fomenta relações positivas com *stakeholders* chave. Através da integração desses valores, a Fidelidade assegura padrões de integridade elevados, o que impulsiona o crescimento e consolida uma reputação de negócios responsáveis e sustentáveis.	O
#24	Risco	*Compliance* em matéria de suborno e corrupção	Incidentes de suborno e corrupção, identificados no mapa de risco de *compliance* da Fidelidade, podem resultar em danos reputacionais significativos, além de pesadas sanções regulatórias. Adicionalmente, podem dificultar a atração de talentos, aumentar as taxas de rotatividade e reduzir a produtividade.	• Para mitigar o risco de corrupção, a Fidelidade implementou controles rigorosos e formação contínua, ao alinhar suas práticas com os mais altos padrões éticos. Estes esforços garantem conformidade e uma cultura de integridade em todas as operações da empresa.	O

Denúncia de irregularidades

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#25	Risco	*Compliance* em matéria de denúncias e irregularidades	As práticas inadequadas de denúncia (*whistleblowing*) podem resultar em sanções monetárias e custos de remediação, além de danos reputacionais significativos (potenciados pela Diretiva (UE) 2019/1937). Um exemplo é o risco de retaliação, que pode ter um efeito em cadeia na cultura organizacional, na posição jurídica, na perceção pública e na viabilidade a longo prazo da empresa.	• Política de denúncia, que permite que todos os intervenientes relatem práticas antiéticas de forma segura e sem receio de retaliação. Este sistema está integrado na cadeia de valor da companhia e visa garantir transparência, responsabilidade e confiança.	O

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento | S Seguros | I Investimentos | G Gestão de sinistros e serviços

FUNÇÕES DE RISCO

A percentagem de funções em risco abrangidas pelos programas de formação foi calculada através de uma média ponderada para as entidades portuguesas e de uma média aritmética para as entidades internacionais e para o valor agregado.

Outras divulgações

Inovação digital 181

Longevidade 186

Responsabilidade social corporativa 190

Anexos 193

Sumário

O presente capítulo reúne as outras divulgações relevantes que não são enquadradas pelos ESRS e que refletem prioridades estratégicas do Grupo.

É apresentada a abordagem reativa aos temas de Inovação Digital — com destaque para iniciativas como a solução de IA GAMA e a IVR Voz Natural (Contact AI) — e Longevidade, incluindo a oferta 60+, a plataforma Sofia e o programa Vitality.

É, ainda, apresentada informação sobre a abordagem ao tema de Responsabilidade Social Corporativa, evidenciando investimentos, apoios e parcerias que reforçam o contributo do Grupo para a sociedade.

Inovação digital

Abordagem da Fidelidade

Através da aposta na inovação e na digitalização, o Grupo Fidelidade procura responder às exigências do presente e moldar o futuro do setor, reafirmando o seu compromisso com a transformação contínua e com a criação de valor sustentável para os seus *stakeholders*. Os objetivos associados às iniciativas de inovação e digitalização do Grupo estão alinhados com os eixos estratégicos do Grupo, nomeadamente:

Fortalecer a competitividade do Grupo

O Grupo Fidelidade aposta na robustez das suas marcas, na presença em vários canais de distribuição, nas suas reconhecidas capacidades técnicas e na cultura de inovação para reforçar a presença nos mercados em que atua e chegar a cada vez mais clientes. A automação, bem como outros desenvolvimentos tecnológicos, permite a melhoria contínua da eficiência do negócio, impulsionando a digitalização na relação com o cliente e com os parceiros de distribuição. Em resultado, o Grupo Fidelidade redireciona as suas pessoas para atividades de maior valor acrescentado, devido à automação e melhoria de processos internos que não necessitam de intervenção humana e a um aumento da eficiência em várias vertentes do negócio, nomeadamente a subscrição ou gestão de sinistros.

Garantir um crescimento sustentável

De modo a garantir um crescimento sustentável, é fundamental assegurar que a oferta cria valor a longo prazo para os clientes, para os colaboradores e para a sociedade em geral. A Fidelidade aposta em soluções inovadoras e na digitalização dos processos para melhorar a eficiência e responder de forma ágil às alterações nas necessidades do cliente. Este compromisso reflete a visão da Fidelidade de crescer de forma responsável e adaptada aos desafios do futuro.

Oferecer uma experiência única aos clientes

Oferecer uma experiência única aos clientes significa colocar as suas necessidades no centro do que é feito. Assim, através da aposta na digitalização e inovação, a Fidelidade procura simplificar processos, personalizar soluções e garantir um serviço ágil e eficiente, permitindo estar mais próximo dos clientes e responder de forma proativa às suas expectativas e desafios.

Ambição da Fidelidade

A empresa tem vindo a investir de forma contínua no tema da inovação digital. Neste contexto, foram definidos targets específicos, que refletem o compromisso em acelerar a digitalização de processos, produtos e serviços, reforçando a competitividade e a proximidade com os clientes.

TEMA	META	ANO BASE	VALOR BASE	2025
Documentos processados	Atingir 15.000 documentos processados por dia até 2026.	2024	5.744	10.780

Transformação pela Fidelidade

A transformação pela Fidelidade traduz o compromisso do Grupo em antecipar tendências e inovar na forma como cuida dos seus clientes. Através de uma abordagem estratégica centrada na Inovação Digital, apresentam-se as principais iniciativas que reforçam o posicionamento da Fidelidade e o impacto gerado.

A digitalização e a inovação são dimensões transversais a toda a atividade da Fidelidade — desde a subscrição e gestão de sinistros até à relação com prestadores de serviços e clientes. As iniciativas desenvolvidas têm tido um impacto particularmente expressivo na modernização da gestão de sinistros e no desenvolvimento de novos produtos de seguros em Portugal, contribuindo para maior eficiência, personalização e rapidez na resposta. Paralelamente, a Fidelidade tem vindo a expandir esta transformação digital a outras geografias, com exemplos relevantes de inovação tecnológica e melhoria de processos nos diferentes mercados onde o Grupo atua – Angola e Moçambique.

AÇÕES	Solução de AI GAMA	IVR Voz Natural (Contact AI)	Email Automation (Contact AI)	Call Analytics (Contact AI)	Knowledge AI
ÂMBITO	Grupo Fidelidade	Portugal	Portugal	Portugal	Grupo Fidelidade
CADEIA DE VALOR	S G	S G	S	S	S
HORIZONTE TEMPORAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES	2024 - 2025	2025 - 2026	2025 - 2026	2025 - 2026	2024 - 2026
STAKEHOLDERS IMPACTADOS					
RECURSOS ALOCADOS[1]					
IROS RELEVANTES	#29 - Implementação de digitalização e IA #30 - Eficiência da digitalização e da IA #31 – *Compliance* – inovação digital	#30 - Eficiência da digitalização e da IA	#30 - Eficiência da digitalização e da IA	#30 - Eficiência da digitalização e da IA	#30 - Eficiência da digitalização e da IA
TIPO DE IRO	Impacto + Oportunidade Risco	Oportunidade	Oportunidade	Oportunidade	Oportunidade

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento; S Seguros; I Investimentos; G Gestão de sinistros

STAKEHOLDERS: Parceiros de negócio; Clientes; Fidelidade; Sociedade; Fornecedores; Outros

RECURSOS: Financeiros; Humanos; Materiais; Tecnológicos

Solução de AI GAMA (*Generic Analytical Model Automation*)

O GAMA é uma solução de inteligência artificial desenvolvida para transformar o processamento de documentos, tornando-o mais ágil, rápido e económico. Esta ferramenta permite automatizar determinadas tarefas, aumentando a eficiência operacional e a qualidade do atendimento ao cliente.

Entre os principais benefícios esperados estão: a redução do tempo de processamento dos documentos, o aumento da capacidade diária de tratamento, a diminuição de custos operacionais — através da redução de dependência de prestadores externos — e o cumprimento das normas de proteção de dados e regulamentação aplicável (*AI Act* e GDPR).

[1] Não se encontra disponível informação sobre os recursos financeiros específicos alocados à implementação das ações.

Solução Contact AI

O Contact AI (CAI) é uma plataforma avançada desenvolvida para transformar a forma como as empresas analisam e otimizam as interações com os seus clientes, recorrendo a capacidades de Inteligência Artificial para extrair insights profundos, automatizar tarefas rotineiras e elevar a eficiência operacional dos Contact Centers.

A solução integra três componentes principais — IVR de Voz Natural, Call Analytics e Email Automation — que, em conjunto, modernizam a gestão dos canais de contacto e melhoram de forma contínua a experiência do cliente.

O IVR de Voz Natural assume um papel central nesta transformação, substituindo a tradicional navegação por teclas por uma interação totalmente orientada por voz. Esta solução identifica e faz a autenticação clientes de forma rápida e precisa, compreende o motivo da chamada em linguagem natural e encaminha cada cliente diretamente para o operador ou equipa mais adequada. Ao permitir uma triagem mais fluida e inteligente, o IVR Voz Natural reduz o tempo médio de chamada, melhora os níveis de satisfação do cliente, diminui o esforço dedicado pelos operadores aos processos de autenticação e contribui para uma operação mais eficiente e sustentável. A sua arquitetura evolutiva abrirá ainda caminho a verdadeiras experiências de self-service, reduzindo tarefas repetitivas e libertando os operadores para atividades de maior valor.

A solução acrescenta igualmente um nível superior de conhecimento sobre os clientes, aumentando de forma significativa a visibilidade dos motivos de contacto. A classificação antecipada em linguagem natural amplia de forma exponencial o número de temas identificados e catalogados, enriquecendo a qualidade da informação disponível para as equipas de operações e qualidade, ao mesmo tempo que reduz a ocupação dos agentes em atividades de triagem.

No setor segurador — onde clareza, rapidez e qualidade são elementos críticos para a confiança dos clientes — o IVR de Voz Natural posiciona-se como uma peça central na modernização dos serviços de contacto. Complementado pelo Call Analytics, que permite analisar interações e extrair informação operacional relevante, e pelo Email Automation, que classifica automaticamente pedidos e os direciona para as equipas corretas, o CAI oferece uma visão integrada e inteligente de um dos principais canais de relacionamento da empresa.

Ao reduzir custos operacionais, melhorar a qualidade do serviço e reforçar as competências digitais das equipas, o CAI assume-se como um ativo estratégico na transformação digital da organização. A plataforma coloca a empresa na vanguarda da inovação no setor segurador, promovendo um atendimento mais ágil, preciso e alinhado com as expectativas atuais dos clientes.

Solução Knowledge AI

O Knowledge AI é uma plataforma estratégica de gestão de conhecimento criada pelo CAA, assente em tecnologias inovadoras como IA Generativa , pesquisa semântica e RAG. Concebida para centralizar, organizar e ativar o conhecimento institucional, procura responder a um desafio estrutural da organização: a fragmentação da informação interna e a dificuldade na sua recuperação, especialmente em contextos de elevada pressão, como são os Contact Centers. O KAI visa acelerar o acesso à informação, melhorar a tomada de decisão, reforçar a autonomia digital das equipas e criar a base para o desenvolvimento futuro de soluções de IA em toda a empresa.

A plataforma distingue-se por uma base de conhecimento vetorial segura, com controlo de versões, aliada a uma interface intuitiva inspirada em aplicações colaborativas de notas. Integra pesquisa semântica e tradicional com verificação de fontes, um assistente conversacional baseado em LLMs, ferramentas avançadas de criação de conteúdos (incluindo FAQs, *eLearning* e simplificação de texto), gestão colaborativa com *workflows* e permissões, suporte multi-inquilino e um conjunto de métricas e relatórios para monitorização de adoção e impacto.

Os resultados já demonstrados evidenciam ganhos operacionais relevantes: redução de 4,5 segundos no tempo médio de atendimento em chamadas de saúde, menos 8 segundos no tempo médio de espera e um aumento expressivo da produtividade na criação e atualização de conteúdos. A integração fluida com sistemas internos reforça ainda a interoperabilidade e a automação dos processos.

Do ponto de vista estratégico, o KAI afirma-se como uma plataforma crítica da transformação digital da Fidelidade, contribuindo para maior eficiência operacional, melhoria da qualidade do serviço ao cliente, inclusão digital das equipas, redução do impacto ambiental através da desmaterialização de processos e maior autonomia tecnológica sustentada numa arquitetura aberta e escalável.

Fidelidade pelo mundo

Fidelidade Macau: Foram adicionados QR *codes* a todas as apólices, nos ramos Vida e Não-Vida, permitindo o acesso digital às Condições Gerais. Esta iniciativa elimina a necessidade de cópias em papel, melhora a experiência do cliente e contribui para a redução do consumo de papel. Foi, ainda, foi implementado de um processo de renovação automática de apólices não-vida para clientes com débito direto ativo, assegurando a continuidade da cobertura, reduzindo o processamento manual e minimizando o desperdício de papel.

Impacto da Fidelidade

O compromisso da Fidelidade com a Inovação Digital concretiza-se através de iniciativas orientadas para a melhoria da eficiência, da qualidade do serviço e da experiência dos seus clientes e parceiros, contribuindo para a modernização e resiliência da sua atividade. As métricas que se apresentam refletem o impacto destas iniciativas, evidenciando o alcance, a relevância e a eficácia das soluções implementadas.

Implementação da solução de AI GAMA (geral)

MÉTRICA	UNIDADE	2025	2024	IROs RELACIONADOS	TIPO	VALIDAÇÃO
Documentos processados por dia	nº	10.780	5.744	#29 - Implementação de digitalização e IA #30 - Eficiência da digitalização e da IA #31 - *Compliance* – inovação digital	I+ O R	Interna

Legenda: Impacto positivo (I +); Impacto negativos (I -); Risco (R); Oportunidade (O)

Documentos processados por dia

O presente indicador mede a média do número de documentos que entraram e foram processados dentro da solução AI GAMA.

Em 2025, verificou-se uma melhoria significativa devido ao crescimento da solução AI GAMA para outros processos de negócio como por exemplo o aumento das coberturas dos reembolsos de saúde e a entrada dos novos processos de faturação de prestadores em Angola e Moçambique.

Metodologia: Documentos (nº) = Total de documentos processados / Número total de dias.

Processo de reembolsos de saúde (via GAMA)

MÉTRICA	UNIDADE	2025	2024	IROs RELACIONADOS	TIPO	VALIDAÇÃO
Documentos processados por dia	nº	5.460	3.997	#29 - Implementação de digitalização e IA #30 - Eficiência da digitalização e da IA #31 - *Compliance* – inovação digital	I+ O R	Interna
Automação da informação recolhida (*automation performance*)	%	64,6%	40,5%	#29 - Implementação de digitalização e IA #30 - Eficiência da digitalização e da IA #31 - *Compliance* – inovação digital	I+ O R	Interna

Legenda: Impacto positivo (I +); Impacto negativos (I -); Risco (R); Oportunidade (O)

Documentos processados por dia

O presente indicador mede o a média do número de documentos que entraram e foram processados dentro da solução AI GAMA.

Em 2025, verificou-se um aumento significativo devido ao crescimento da solução AI GAMA para outros processos de negócio como por exemplo o aumento das coberturas dos reembolsos de saúde e a entrada dos novos processos de faturação de prestadores em Angola e Moçambique.

Metodologia: Documentos (nº) = Total de documentos processados / Número total de dias.

Automação da informação recolhida (*automation performance*)

O presente indicador mede o rácio de documentos que foram processados automaticamente (sem recurso e/ou auxílio humano) versus o número de documentos que foram processados manualmente.

Em 2025, devido ao desenvolvimento de diversas melhorias nos modelos analíticos , verificou-se um aumento significativo de 24,1 p.p. que se traduziu numa redução de custos humanos.

Metodologia: Automação (%) = [(Total de documentos processados automaticamente / Total de documentos) x 100].

Implementação da solução de AI GAMA (geral)

MÉTRICA	UNIDADE	2025	2024	IROs RELACIONADOS	TIPO	VALIDAÇÃO
Documentos processados por dia	nº	4.717	1.347	#29 - Implementação de digitalização e IA #30 - Eficiência da digitalização e da IA #31 - *Compliance* – inovação digital	I+ O R	Interna
Aceleração na recolha manual de informação (*acceleration performance*)	%	43%	40%	#29 - Implementação de digitalização e IA #30 - Eficiência da digitalização e da IA #31 - *Compliance* – inovação digital	I+ O R	Interna

Legenda: Impacto positivo (I +); Impacto negativos (I -); Risco (R); Oportunidade (O)

Documentos processados por dia

O presente indicador mede a média do número de documentos que entraram e foram processados dentro da solução AI GAMA

Em 2025, verificou-se um aumento significativo devido ao crescimento da solução AI GAMA para outros processos de negócio como por exemplo o aumento das coberturas dos reembolsos de saúde e a entrada dos novos processos de faturação de prestadores em Angola e Moçambique.

Metodologia: Documentos (nº) = Total de documentos processados / Número total de dias.

Aceleraçao na recolha manual de informação (*acceleration performance*)

O presente indicador mede o rácio do tempo de processamento manual dos documentos com recurso à solução AI GAMA versus o tempo de processamento manual dos documentos sem recurso à solução AI GAMA.

Em 2025, foram desenvolvidas um conjunto de funcionalidades na interface gráfica de anotação da solução AI GAMA que permitiram uma ligeira redução no tempo total de processamento de documentos

Metodologia: *Acceleration* (%) = [1-(tempo de processamento de documentos antes da solução AI GAMA / tempo de processamento de documentos com solução AI GAMA) x 100].

Longevidade

Abordagem da Fidelidade

Consciente da transformação demográfica e do seu impacto, a Fidelidade reconhece a importância de desenvolver uma abordagem estratégica à longevidade. Esta abordagem traduz o compromisso do Grupo em acompanhar e apoiar as pessoas ao longo de toda a sua jornada de vida — dos 0 aos 100 anos , promovendo o acesso a soluções adequadas às necessidades das pessoas, tanto para quem já é sénior como para os "seniores de amanhã". Através da consciencialização, da prevenção e do desenvolvimento de soluções inovadoras, a Fidelidade assume o papel de parceiro de vida em todas as fases, protegendo e apoiando as pessoas ao longo do seu percurso.

O Grupo procura, assim, promover uma cultura de longevidade, apresentando os compromissos e os principais mecanismos que sustentam a sua estratégia — proteger as pessoas em todas as idades e atuar com responsabilidade. Neste contexto, o Grupo pretende não só contribuir para uma longevidade saudável e para o aumento da esperança média de vida com qualidade, como também influenciar a mudança na sociedade, promovendo a consciencialização e preparação para a longevidade através de uma atuação que envolva e considere as expectativas dos diferentes *stakeholders*.

Com base nesses princípios, o Grupo Fidelidade assume os seguintes compromissos:

Promover a qualidade de vida em todas as etapas

- Desenvolver soluções inovadoras que contribuam para vidas mais longas, saudáveis e ativas, ajustadas às necessidades específicas de cada geração;
- Complementar os sistemas públicos de segurança social e responder às necessidades não atendidas, especialmente da população mais velha, incluindo cuidados domiciliários e assistência médica.

Garantir a segurança e inclusão financeira

- Oferecer produtos e serviços que promovam o bem-estar financeiro em todas as fases da vida, desde a poupança até ao planeamento da reforma, com o objetivo de reduzir o *protection gap*;
- Promover a literacia financeira criando conteúdos e iniciativas de educação financeira orientados para diferentes públicos, com foco na compreensão de produtos financeiros, planeamento e gestão de despesas e poupança.

Fomentar a saúde preventiva e o envelhecimento ativo

- Promover uma vida saudável, oferecendo acesso a soluções de bem-estar que incentivem a prática de exercício físico, alimentação equilibrada e hábitos de vida saudáveis;
- Desenvolver programas preventivos que incluam exames regulares, permitindo antecipar e mitigar os custos e impactos associados a doenças crónicas.

Adaptar-se ao impacto de vidas mais longas

- Incorporar o impacto demográfico do aumento da esperança média de vida e diminuição da natalidade na estratégia assegurando que produtos, serviços, comunicação e distribuição evoluem para pensar em cliente e acompanhar os clientes ao longo da sua vida;
- Sensibilizar *stakeholders*, através de formação específica, motivando o seu envolvimento no sentido de serem agentes proativos da longevidade.

Posicionar-se como referência global em longevidade

- Assumir uma presença ativa e influente em discussões globais sobre longevidade, consolidando a Fidelidade como pioneira e líder de pensamento nesse tema;
- Ter um papel dinâmico na economia portuguesa, cooperando com outras empresas e entidades, numa articulação multinível e multissetorial, no sentido da promoção de uma sociedade em que os anos adicionais de vida sejam vividos com qualidade e bem-estar;
- Investir continuamente em pesquisa para aprofundar o conhecimento sobre as pessoas e os seus desafios em cada fase da vida, garantindo que a oferta, comunicação e canais de distribuição da Fidelidade estão alinhados com as suas necessidades, em constante evolução.

Fomentar a longevidade e desenvolvimento das pessoas da Fidelidade

- Materializar a visão interna de longevidade que acompanhe os colaboradores e os suporte nos desafios dos diferentes momentos e fases da sua vida corporativa;
- Estimular a colaboração entre diferentes gerações, promovendo iniciativas que incentivem a partilha de conhecimento e experiências;
- Promover uma cultura de aprendizagem e desenvolvimento contínuo, assegurando a capacidade de aquisição de novas competências e conhecimentos ao longo da vida corporativa.

Transformação pela Fidelidade

A transformação pela Fidelidade traduz o compromisso do Grupo em antecipar tendências e inovar na forma como cuida dos seus clientes. Através de uma abordagem centrada na longevidade, apresentam-se as principais iniciativas que reforçam o posicionamento da Fidelidade e o impacto gerado.

AÇÕES	OFERTA 60+	SAÚDE	PLATAFORMA SOFIA	VITALITY	MY SAVINGS	PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS
ÂMBITO	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal	Portugal
CADEIA DE VALOR	S	S	G	S	S I	S
HORIZONTE TEMPORAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES	2025	2025	2025	2025	2025	2025
STAKEHOLDERS IMPACTADOS						
RECURSOS ALOCADOS[1]						
IROS RELEVANTES	#27 – Oferta de longevidade #28 – Mudança demográfica	#26 – Oferta social #27 – Oferta de longevidade	#26 – Oferta social #28 – Mudança demográfica	#26 – Oferta social	#26 – Oferta social	#28 – Mudança demográfica
TIPO DE IRO	Oportunidade Risco	Impacto + Oportunidade	Impacto + Risco	Impacto +	Impacto +	Risco

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento; S Seguros; I Investimentos; G Gestão de sinistros e serviços

STAKEHOLDERS: Parceiros de negócio; Clientes; Fidelidade; Sociedade; Fornecedores; Outros

RECURSOS: Financeiros; Humanos; Materiais; Tecnológicos

Oferta 60+

Estudo às gerações 60+: Em 2025 a Fidelidade continuou, e pretende continuar, a usar o estudo realizado para fortalecer a proposta de valor para o cliente, a comunicação, a definição de parcerias e a capacitação da rede comercial. Pretende-se, ainda, continuar a posicionar a Fidelidade como a primeira empresa em Portugal focada em conhecer as pessoas em todas as idades e uma das primeiras do mundo.

Posicionamento Fidelidade para os 60+: Com o propósito de responder às necessidades e desafios dos 60+, a Fidelidade continua a construir e criar *assets* para falar com esta geração, dando continuidade ao conceito "Nova Idade, Nova Vida", refletindo o posicionamento da marca perante a nova realidade desta geração com uma visão jovem e dinâmica da vida, capturando a essência desta geração nos novos 60.

Potenciar a Oferta 60+: Com o reforço feito da oferta 60+, com o lançamento do AP 65 e PPR Complemento, o foco tem sido na dinamização dessa oferta. Em 2025, foi integrada a Oferta 60+ em ciclo comercial, com majorações específicas para a rede especializada em seguros pessoais. Adicionalmente, com o objetivo de ter uma comunicação alinhada com as necessidades de cliente em todos os canais que interagem com o cliente final, estão a ser criadas *Selling Stories* para os produtos 60+ tendo por base os estudos de clientes, características de produto, *insights* da rede comercial e procurando garantir uma linguagem de pessoas, para pessoas.

[1] Não se encontra disponível informação sobre os recursos financeiros específicos alocados à implementação das ações.

Saúde

A Fidelidade lançou uma nova oferta de saúde em 2024, concebida para responder às diferentes fases da vida e às necessidades específicas de cada indivíduo. Esta proposta foca-se em áreas prioritárias como a saúde da mulher, doenças neurodegenerativas e cuidados digitais, incluindo soluções inovadoras como terapia cognitiva *online* e fisioterapia digital. Em 2025 foi dada continuidade ao investimento na medicina *online*, promovendo a prevenção e o acesso a cuidados personalizados e tecnologicamente avançados, em linha com as exigências e tendências do mercado.

Plataforma Sofia

Foi desenvolvida a plataforma "Sofia" que contém um conjunto integrado de serviços dedicados ao público com mais de 60 anos e à sua rede de apoio, reforçando a abrangência da Fidelidade e consolidando um posicionamento de referência na área da longevidade, para além do setor segurador. Esta iniciativa inclui a introdução de novos serviços — como limpeza doméstica, lavandaria e engomadoria, e programas de exercício físico —, a melhoria do apoio ao cliente através da implementação de *relationship managers*, o lançamento do *blog* da Sofia e a exploração de parcerias estratégicas.

A plataforma "Sofia" foi vencedora de *gold* na categoria "social sustainable & responsible" nos Qorus Insurance Innovation Award.

Vitality

Em outubro de 2024, foi lançado o Vitality Freemium, permitindo o acesso gratuito à aplicação por um período de três meses. Esta funcionalidade visou reforçar a perceção de valor do programa, incentivando práticas associadas à longevidade, como a atividade física e hábitos saudáveis. No ano de 2025, para além da funcionalidade *freemium*, decorreu uma atualização da aplicação que permite uma melhor experiência de utilizador. A facilidade na experiência promove uma maior utilização da aplicação e consequente adoção de hábitos de vida mais saudáveis.

My Savings

O My Savings foi posicionado como uma solução para o desafio da falta de poupança em Portugal, oferecendo aos portugueses uma experiência mais completa e personalizada. O My Savings permite a introdução a hábitos de poupança e é um aliado na democratização de literacia financeira.

Participação em fóruns

A Fidelidade continuou a reforçar o seu posicionamento estratégico na área da longevidade, marcando presença ativa em fóruns nacionais e internacionais de referência. Destacam-se a participação no Health and Demographics Forum da Geneve Association em Barcelona, o Silver Economy Forum, no Fórum 55+ da Marketeer, no evento *Vidas 60: O grande mercado a mobilizar*, promovido pelo Clab, e no Fórum Idade Maior — tanto como oradora como membro — reforçando a liderança da marca neste domínio.

A empresa integrou, ainda, o grupo de trabalho AGEnergy, criado pela Universidade Católica Portuguesa, que promove a reflexão sobre os impactos da longevidade no mundo do trabalho e nas organizações. Adicionalmente, a Fidelidade participou no podcast Idade Maior, dedicado ao diálogo entre gerações e à exploração da temática da longevidade.

O programa de literacia financeira gratuito desenvolvido pela Fidelidade e pela Nova SBE, **Finanças para todos**, foi reconhecido como melhor programa mundial de literacia financeira na categoria *"Best non-profit Adult Education Project"* nos *Money Awareness and Inclusion Awards* 2025.

Fidelidade pelo Mundo

Garantia (Cabo Verde): A Garantia (Cabo Verde) promoveu uma Feira de Saúde dedicada à terceira idade, que contou com serviços gratuitos de rastreio, consultas e informação médica. O evento reuniu mais de uma centena de idosos, proporcionando um espaço de proximidade, cuidado e bem-estar.

Impacto da Fidelidade

O compromisso da Fidelidade com a longevidade traduz-se em ações que têm como objetivo a criação de valor para a sociedade. As métricas que se apresentam refletem o impacto destas iniciativas, evidenciando o alcance, a relevância e a eficácia das soluções implementadas.

MÉTRICA	UNIDADE	2025[1]	2024	IROs RELACIONADOS	TIPO	VALIDAÇÃO
Clientes seniores que aumentam o Índice Posse Seguro	%	2,8%	3,4%	#27 – Oferta de longevidade	O	Interna
Utilizadores na *app* MySavings	nº	159m	122m	#26 – Oferta social	I +	Interna
				#27 – Oferta de longevidade	O	
				#28 – Mudança demográfica	R	
Taxa registos na *app* Vitality[2]	%	22,4%	16,8%	#26 – Oferta social	I +	Interna
				#27 – Oferta de longevidade	O	
				#28 – Mudança demográfica	R	
Clientes Sofia	nº	45	38	#26 – Oferta social	I +	Interna
				#27 – Oferta de longevidade	O	

Legenda: Impacto positivo (I +); Impacto negativos (I -); Risco (R); Oportunidade (O)

Clientes seniores que aumentam o índice posse seguro (IPS)

O aumento do IPS entre os clientes seniores[3] é um sinal de que a oferta da Fidelidade está a tornar-se mais relevante e atrativa para o segmento 60+. Este crescimento representa uma oportunidade estratégica para aprofundar a relação com este público, reforçando o alinhamento da empresa com as necessidades específicas da longevidade.

Metodologia: nº de clientes seniores que aumentam o IPS / nº clientes seniores

Utilizadores na app MySavings

O aumento do número de utilizadores da app MySavings evidencia o reforço da relevância da Fidelidade no pilar Poupança. Este aumento reflete não só uma maior proximidade da marca com os seus clientes, como também um contributo efetivo para o desenvolvimento da literacia financeira e para a promoção de hábitos de poupança.

Metodologia: nº de novos utilizadores MySavings

Taxa registos na app Vitality

O aumento do número de registos na *app* Vitality demonstra o sucesso da Fidelidade na promoção de estilos de vida mais saudáveis. Esta adesão crescente reflete um maior envolvimento dos clientes com práticas de bem-estar, contribuindo para uma população mais ativa e, potencialmente, para a redução da necessidade de cuidados de saúde — o que se traduz também numa otimização dos custos associados aos seguros.

Metodologia: Total de registados[4] (sem contar com *freemium*) / Carteira de elegíveis para Vitality (Saúde)

Clientes Sofia

O crescimento no número de clientes do Sofia reflete uma maior atração de mercado para a compra de serviços que promovem vidas mais longas e saudáveis.

Metodologia: nº de clientes Sofia (pessoas que adquirem um serviço do portefólio) - Soma de clientes únicos que adquirem serviços de *homecare* e *non-homecare*

[1] Informação a setembro de 2025.

[2] Percentagem de clientes elegíveis (na carteira de Saúde) que estão registados no Programa Vitality.

[3] Para efeitos de monitorização da métrica, consideram-se clientes seniores os clientes com idade igual ao superior a 65 anos.

[4] Todos os registados: clientes saúde individuais, clientes saúde PME, colaboradores Fidelidade, clientes *tailor made* que fizeram parte do "*soft launch*" (Vitality para empresas).

Responsabilidade social corporativa

Abordagem da Fidelidade

No Grupo Fidelidade, o compromisso com as pessoas e com o meio em redor materializa-se através de uma atuação próxima e focada na criação de impacto positivo e duradouro nas comunidades onde atua.

O programa de Responsabilidade Social da Fidelidade corporiza a forma que a Fidelidade adota para observar o mundo: as empresas devem ser autênticas, humanas e exemplos de cidadania responsável. Em estreita articulação com a estratégia de negócio e de sustentabilidade, o programa de Responsabilidade Social da Fidelidade alicerça-se no estreito envolvimento da comunidade e assume-se como o compromisso de fortalecer o setor social, ao apostar numa abordagem abrangente que combina investimento, apoio e capacitação das organizações da economia social e desenvolvimento de parcerias com estas. Desta forma, este programa tem como principal objetivo estruturar a atuação da Fidelidade em matéria de responsabilidade social, abordando questões fundamentais relacionadas, entre outras, com a inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade, o envelhecimento e a prevenção em saúde.

Através de parcerias, iniciativas e projetos específicos, a Fidelidade responde às problemáticas sociais e às necessidades locais, contribuindo para a construção de um futuro mais resiliente e sustentável e com a premissa de criação de um impacto positivo.

Transformação pela Fidelidade

A aposta da Fidelidade na Responsabilidade Social Corporativa traduz o compromisso do Grupo em gerar impacto positivo na sociedade. Através de uma abordagem estratégica centrada na Responsabilidade Social Corporativa, apresentam-se as principais iniciativas que reforçam o posicionamento da Fidelidade e o impacto gerado[1].

EIXOS	INVESTIMENTO	APOIO	PARCERIAS
CADEIA DE VALOR	O	O	O
STAKEHOLDERS IMPACTADOS	Fidelidade, Sociedade	Fidelidade, Sociedade	Fidelidade, Sociedade
RECURSOS ALOCADOS[2]	Financeiros, Humanos, Materiais, Tecnológicos	Financeiros, Humanos, Materiais	Financeiros, Humanos, Materiais
IROS RELEVANTES	#32 – Propósito social	#32 – Propósito social	#32 – Propósito social
TIPO DE IRO	Impacto +	Impacto +	Impacto +

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento; S Seguros; I Investimentos; G Gestão de sinistros

STAKEHOLDERS: Parceiros de negócio; Clientes; Fidelidade; Sociedade; Fornecedores; Outros

RECURSOS: Financeiros; Humanos; Materiais; Tecnológicos

[1] Informação sobre estas e outras iniciativas de responsabilidade social corporativa são apresentadas aqui.

[2] Não se encontra disponível informação sobre os recursos financeiros específicos alocados à implementação das ações.

Mais detalhe sobre as iniciativas apresentadas no capítulo e outras disponível aqui.

Investimento

Prémio Fidelidade comunidade

O Prémio Fidelidade Comunidade, promovido em Portugal, tem como objetivo apoiar e fortalecer organizações sem fins lucrativos que atuam em áreas estratégicas de impacto social, nomeadamente na inclusão de pessoas com deficiência ou incapacidade, na prevenção em saúde e no envelhecimento. Através deste prémio, pretende-se financiar projetos, promovendo um acompanhamento próximo e humano, enquanto se fomentam relações de apoio mútuo entre os diversos atores envolvidos. Em 2025, arrancam as candidaturas para a edição do Prémio Fidelidade Comunidade de 2026, dando continuidade ao compromisso da Fidelidade em reconhecer e apoiar iniciativas que geram impacto positivo e duradouro nas comunidades.

Prémio Fidelidade ímpar comunidade

A Fidelidade Moçambique lançou o Prémio Fidelidade Ímpar Comunidade, uma iniciativa de responsabilidade social que visa apoiar organizações da sociedade civil, organizações não governamentais e instituições sem fins lucrativos que desenvolvam projetos nas áreas da inclusão social de pessoas com deficiência e da prevenção em saúde, com especial atenção na infância. Com um valor global de 1 500 000 meticais, o Prémio será atribuído a duas organizações.

Apoio

Semana da sustentabilidade

A Garantia dinamizou a "Semana da Sustentabilidade", reafirmando o seu compromisso com práticas responsáveis e alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O evento reuniu empresas de diferentes sectores (financeiro, telecomunicações e industrial), que partilharam as boas práticas e refletiram sobre o papel essencial do setor privado na construção de um futuro mais responsável e resiliente. Simultaneamente, ao longo da semana, foram dinamizadas ações de formação e sensibilização junto dos colaboradores, que culminou com uma ação de limpeza de praia, onde foram recolhidos cerca de 120 quilos de resíduos.

Gestos de Natal

No âmbito da iniciativa Gestos de Natal, a Comunidade Fidelidade procurou reforçar o seu compromisso com as causas sociais, através do apoio direto à organização Pedrinha e da preparação de cabazes solidários destinados a pensionistas de acidentes de trabalho e beneficiários de instituições acompanhadas pela Fidelidade Comunidade. Esta ação reflete o espírito de partilha e solidariedade que caracteriza a atuação da Fidelidade, aproximando colaboradores e parceiros das comunidades onde a empresa atua e com uma forte componente de voluntariado.

Apoio associação "pequena semente"

A Fidelidade Angola tem apoiado a Associação Pequena Semente com uma série de iniciativas e atividades como sessões de rastreio médico, doações de medicamentos e alimentos, atividades de lazer e oferta de brinquedos e livros direcionados às crianças e adolescentes apoiadas pela Associação.

Acesso a cuidados de saúde

A Fidelidade Angola desenvolveu serviços móveis de saúde e soluções de teleconsulta dirigidos a comunidades remotas, contribuindo de forma direta para a inclusão social e para a melhoria do acesso aos cuidados de saúde.

Recolha de plástico

A Fidelidade Moçambique promoveu uma iniciativa de recolha de plástico nas praias, envolvendo colaboradores e uma entidade parceira. No âmbito desta ação, foi promovida uma iniciativa de transformação do plástico recolhido nas praias, pelos colaboradores, em blocos de construção ecológicos através de produção sustentável realizado em parceria com uma entidade social. Os blocos de construção foram posteriormente adquiridos pela Fidelidade para apoiar a construção de um centro para idosos.

Parceria Squadeasy

A Fidelidade França estabeleceu uma parceria com a aplicação SquadEasy, uma plataforma que promove o bem-estar dos colaboradores através de desafios em equipa, combinando atividades desportivas, quizzes e desafios fotográficos. As campanhas são organizadas em equipas de cinco pessoas e têm também uma vertente solidária. A primeira campanha, realizada em junho, permitiu angariar 2 500 euros para a associação CékeDuBonheur, dedicada ao bem-estar de crianças hospitalizadas e das suas famílias.

Aliança com road safety pacto conaset

A FID Chile formalizou a sua aliança com a Road Safety Pacto Conaset (Comissão Nacional de Segurança no Trânsito). Neste âmbito, a FID Chile promoveu uma apresentação para os seus colaboradores sobre acidentes rodoviários e participou ativamente na disseminação de informação através dos seus meios de comunicação.

Parcerias

A Fidelidade promove a vertente académica, com a convicção de que o fortalecimento da sociedade assenta na valorização do conhecimento. A relação da Fidelidade com as universidades constitui, assim, um pilar essencial da sua atuação comunitária, refletindo o compromisso com a inovação, a formação e o desenvolvimento científico e social.

Protocolo FCUL – criação do datalab

Foi lançado o protocolo de mecenato com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL), com vista à criação do DataLab *powered by* Fidelidade. O novo laboratório será dedicado à análise e analítica de dados, estando também preparado para acolher seminários, *workshops* e outros eventos científicos, com especial foco nas áreas de Matemática Aplicada, Estatística e Analítica Avançada.

O apoio da Fidelidade inclui o investimento na renovação do espaço, aquisição de equipamento, mobiliário e tecnologia de apoio ao funcionamento do laboratório, bem como a instalação de novas infraestruturas elétricas.

Impacto da Fidelidade

O compromisso da Fidelidade com a Responsabilidade Social Corporativa traduz-se em ações que têm como objetivo a criação de valor para a sociedade. As métricas que se apresentam refletem o impacto destas iniciativas, evidenciando o alcance, a relevância e a eficácia das soluções implementadas.

ÁREAS	MÉTRICA	UNIDADE	2025	2024	IROs RELACIONADOS	TIPO	VALIDAÇÃO
Donativos e bens doados	**Donativos**	€	1.358.000	1.000.323	#32 – Propósito social	I +	Interna
	Valor de bens doados e angariados	€	111.571	103.237	#32 – Propósito social	I +	Interna
	Seguros oferecidos[1]	€	192.497	204.656	#32 – Propósito social	I +	Interna
Voluntariado	**Horas de voluntariado**	horas	3.438	4.496	#32 – Propósito social	I +	Interna
	Voluntários	nº	562	759	#32 – Propósito social	I +	Interna

Legenda: Impacto positivo (I +); Impacto negativos (I -); Risco (R); Oportunidade (O)

Donativos e bens doados

A distribuição de **donativos** na Fidelidade é realizada de forma alinhada com as necessidades identificadas por cada instituição beneficiária, dando prioridade às que integram a Comunidade Fidelidade – designadamente as vencedoras do Prémio Fidelidade Comunidade e aquelas com as quais se mantém uma relação de acompanhamento próximo e continuado. Sempre que possível, é também solicitada a colaboração das estruturas comerciais, com vista à identificação de instituições clientes que possam beneficiar dos bens doados e cuja proximidade geográfica facilite a entrega.

No que se refere aos **bens doados** pela Fidelidade, estes têm essencialmente cinco origens principais:

- Salvados provenientes de sinistros dos ramos patrimoniais;
- Equipamentos informáticos descontinuados pela Fidelidade;
- Mobiliário de escritório abatido;
- Doações efetuadas por colaboradores da Fidelidade;
- Seguros oferecidos, considerados uma forma de donativo, por se tratarem de apoios concedidos a instituições.

Os donativos e a doação de bens representam uma forma concreta de apoio às organizações, ajudando-as a colmatar carências materiais e a libertar recursos para cumprir a sua missão social junto dos seus beneficiários.

[1] Não inclui o Banco Alimentar.

Voluntariado

O voluntariado é parte integrante da cultura do Grupo Fidelidade, sendo encarado pelas equipas como uma oportunidade de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, que proporciona experiências diferentes do contexto habitual de trabalho, nomeadamente no que diz respeito a:

- Aprender a valorizar e conviver com a diferença;
- Compreender o impacto de dificuldades sociais, económicas e físicas;
- Desenvolver capacidades de resolução de problemas em contextos pouco habituais;
- Aprofundar valores de solidariedade, liderança, empatia e compaixão.

O crescente envolvimento das equipas tem-se traduzido num aumento dos pedidos de organização de ações de voluntariado e numa elevada adesão às iniciativas promovidas. As ações desenvolvidas são diversas e abrangentes, destacando-se:

- Voluntariado ambiental e conservação da natureza – plantação de árvores, limpeza de matas, construção de cercas e criação de jardins;
- Requalificação de espaços – pinturas, restauros e outras melhorias;
- Ações de continuidade – acompanhamento de idosos isolados;
- Preparação de refeições – realizadas em equipa e em colaboração com instituições parceiras;
- Distribuição de alimentos – colaboração regular com o Banco Alimentar.

O incentivo ao voluntariado – seja em prol de instituições de solidariedade, seja em iniciativas de proteção ambiental – constitui um fator distintivo do Grupo Fidelidade e uma expressão concreta do compromisso da empresa com a responsabilidade social e o desenvolvimento humano.

Longevidade

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#26	Impacto positivo	Oferta social	A promoção da sustentabilidade social, através da oferta de acesso à proteção contra riscos e à garantia de segurança financeira à sociedade, bem como o complemento e, em determinados casos, a substituição de programas de segurança social, pode ser concretizada a partir da promoção da **prevenção da saúde** (p.e., Multicare Vitality, cobertura de Saúde Mental Multicare), do **incentivo à cultura de poupança** (p.e., Fidelidade Savings) e da **resposta às necessidades** urgentes e ainda não atendidas da **população sénior** (p.e., serviços de saúde e apoio domiciliário).	• Ao disponibilizar proteção contra riscos e segurança financeira, complementa sistemas de segurança social, especialmente em áreas com lacunas. Iniciativas como a promoção da saúde preventiva, a cultura de poupança e o apoio à população sénior melhoram diretamente a qualidade de vida, o que contribui para uma maior estabilidade financeira e melhores resultados de saúde; • Criação de impacto positivo ao alinhar a estratégia e modelo de negócio com a cobertura de riscos e necessidades sociais; • Promoção de estratégias de prevenção e literacia financeira que incentivam hábitos de poupança; • Ao complementar os programas de segurança social, a Fidelidade reduz o *protection gap* nos mercados em que opera. A constante evolução da oferta, com novos produtos e melhorias, visa satisfazer de forma mais eficaz os clientes, o que permite gerar um impacto positivo tangível tanto na segurança financeira quanto na sociedade. Iniciativas de literacia financeira, como o "Finanças para Todos", contribuem significativamente para este impacto.	S
#27	Oportunidade	Oferta de longevidade	A saúde é uma das áreas mais desprotegidas em todo o mundo, a lacuna de poupanças para pensões na União Europeia é uma preocupação crescente e a *silver economy* abre novas oportunidades de crescimento (p.e., produtos/serviços como MySavings, Multicare 60+, Sofia). Além disso, benefícios reputacionais podem ser alcançados pela capacidade de adaptação às necessidades em constante evolução da população envelhecida. Continuar a desenvolver produtos destinados a **aumentar a esperança e melhorar a qualidade de vida** em todas as faixas etárias pode, assim, gerar um impacto financeiro positivo para a Fidelidade.	• Desenvolvimento de produtos e serviços inovadores para melhorar a qualidade de vida e aumentar a esperança de vida das pessoas, particularmente entre a população mais envelhecida. A Fidelidade integra essas oportunidades na sua oferta, ao alinhá-las com as necessidades desta franja demográfica e ao gerar novas oportunidades de crescimento.	S
#28	Risco	Mudança demográfica	A mudança demográfica global, sem precedentes, com o aumento da população com mais de 60 anos – com a previsão de duplicação deste grupo entre 2015 e 2050, segundo a OMS –, coloca uma pressão crescente sobre os sistemas de saúde, o que gera uma maior necessidade de recursos. O envelhecimento da população eleva a prevalência de doenças crónicas (p.e. diabetes), frequentemente exigindo a gestão simultânea de várias condições de saúde, o que é ainda mais desafiador devido à escassez prevista de profissionais de saúde. Além disso, os sistemas de saúde terão de se adaptar ao estado de saúde em transformação da população. Estes fatores representam um risco significativo tanto para os prestadores de cuidados de saúde como para as seguradoras, que enfrentam também riscos reputacionais caso não consigam **adaptar-se eficazmente às necessidades emergentes da população envelhecida**.	• A Fidelidade reconhece o impacto da mudança demográfica global, com o aumento da população sénior, sobre os sistemas de saúde e os custos de sinistros relacionados com seguros de saúde. Em resposta, têm sido desenvolvidos produtos e serviços focados na prevenção e no acesso a cuidados de saúde para apoiar a população envelhecida, ao mesmo tempo que mitiga os riscos associados a esta mudança.	G

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento | S Seguros | I Investimentos | G Gestão de sinistros e serviços

Inovação digital

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#29	Impacto positivo	Implementação de digitalização e inteligência artificial para melhorar a experiência do cliente	A digitalização pode melhorar significativamente a eficiência, personalização, transparência e acessibilidade, resultando numa **experiência mais satisfatória e *user-friendly*** para o cliente. Ao integrar Inteligência Artificial (IA), a Fidelidade pode **renovar os seus processos**, **desenvolver funcionalidades inovadoras** e **oferecer soluções de seguros personalizadas**. Essa integração facilita interações mais ágeis com os clientes, aumenta a eficiência operacional e otimiza o processo de sinistros, aprimorando a experiência geral do cliente.	• A digitalização e a Inteligência Artificial (IA) são essenciais, pois permitem melhorar a eficiência operacional e a experiência do cliente. A Fidelidade incorporou estas tecnologias nas suas operações para otimizar o processo de sinistros e aumentar a transparência; • Estas tecnologias possibilitam soluções de seguros personalizadas, agilizam interações e otimizam o processamento de sinistros, com o intuito de promover resoluções rápidas e eficazes. Além de melhorar a satisfação do cliente, fomentam a confiança e lealdade, ao satisfazerem necessidades individuais de forma precisa e ao oferecerem uma experiência fluida. A digitalização também contribui positivamente para o ambiente, ao reduzir o uso de recursos físicos, como o papel, e ao digitalizar processos, como a submissão de sinistros de saúde.	S
#30	Oportunidade	Eficiência da digitalização e da inteligência artificial	A inovação digital pode gerar benefícios financeiros substanciais, sendo a utilização em larga escala da IA considerada o fator crucial para alcançar a liderança no setor de seguros. A digitalização e a IA melhoram a eficiência operacional gerando poupanças com a **automação de processos**, como a gestão de sinistros, e impulsionando receitas através de **seguros personalizados**. A melhoria na avaliação de riscos e o avanço na **deteção e prevenção de fraudes** constituem também aplicações de relevância. As seguradoras encontram-se a investir substancialmente em IA, embora ainda exista margem para evolução no que se refere à maturidade da tecnologia com o intuito de desbloquear o pleno potencial do negócio.	• Alavancar a eficiência da digitalização e IA para melhorar a competitividade e reduzir custos no setor de seguros. A Fidelidade já implementou soluções digitais que usufruem destes benefícios como a aplicação Auto Digital App – que utiliza realidade aumentada para facilitar a avaliação de veículos –, o *chatbot* Trusty – que, através de IA, proporciona um atendimento ao cliente mais personalizado e automatizado – e a ferramenta Next Best Action, que oferece recomendações personalizadas aos clientes.	S
#31	Risco	*Compliance* em matéria regulatória de inovação digital	A inovação digital pode representar riscos financeiros e reputacionais significativos, decorrentes do não cumprimento das diversas regulamentações atuais e futuras que sustentam este tema. Existem regulamentações para a IA – o Regulamento de Inteligência Artificial, para dados e digital – como o DORA, o GDPR – e para Serviços de Seguros e Financeiros – como o IDD, o *Solvency* II, que podem: • comprometer a posição no mercado devido a danos reputacionais; • colocar em risco o modelo de negócio devido a medidas de supervisão (p.e., substituição de membros do conselho, testes de *stress* e revogação da licença); • pressionar a situação financeira devido a multas financeiras e; • causar disrupção nos negócios devido a ações legais e processos judiciais.	• A conformidade regulatória da inovação digital é um risco para a Fidelidade, dado o impacto financeiro e reputacional de não cumprir com regulamentações em IA, dados e serviços digitais. Para mitigar este risco, a Fidelidade implementou um *framework* de *compliance* robusto, de forma a garantir que todos os seus produtos e serviços digitais estão em conformidade com as normas vigentes.	S

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento | S Seguros | I Investimentos | G Gestão de sinistros

Responsabilidade social corporativa

ID	TIPO	IRO	DESCRIÇÃO	COMO É QUE A FIDELIDADE GERE O TEMA?	CADEIA DE VALOR
#32	Impacto positivo	Propósito social	O Programa de Responsabilidade Social da Fidelidade traduz a forma como o Grupo entende o seu papel no mundo — um mundo em que as empresas devem ser autênticas, humanas e exemplo de cidadania responsável, contribuindo para a sustentabilidade social através de relações que geram impacto positivo e duradouro na sociedade. Assente na iniciativa Fidelidade Comunidade, o Programa integra um conjunto de atividades desenvolvidas de forma contínua e regular, entre as quais se destaca o Prémio Fidelidade Comunidade, que reconhece e apoia organizações sem fins lucrativos de elevado impacto social. A Fidelidade compromete-se também a fortalecer o ecossistema social em que atua, promovendo a criação de uma comunidade ativa e colaborativa, apoiada através de doações, salvaguardas, ações de capacitação e do voluntariado dos seus colaboradores. Com mais de duzentos anos de história, a Fidelidade é uma das seguradoras mais antigas do mundo, e o seu percurso reflete um compromisso constante com o apoio aos cidadãos e com a superação dos desafios sociais ao longo do tempo.	• Iniciativas dirigidas ao apoio de comunidades vulneráveis e à promoção da inclusão social. Através do **Prémio Fidelidade Comunidade**, são concedidos apoios a organizações não governamentais que se dedicam à inclusão de pessoas com deficiência, ao envelhecimento e à saúde preventiva. A Fidelidade envolve igualmente os seus colaboradores em **ações de voluntariado** e apoia programas educacionais inovadores, como a formação de jovens em programação e literacia financeira; • Promoção de iniciativas de arte contemporânea através da **Galeria Fidelidade Arte**, permitindo o acesso gratuito a projetos artísticos nacionais e internacionais, reforçando o compromisso da Fidelidade com a educação, a literacia e a cultura. A Fidelidade dispõe, ainda, de um **Arquivo Histórico** que preserva a identidade da Fidelidade e reafirma o compromisso da empresa enquanto agente ativo na sociedade; • Através do compromisso "**We Care**", a Fidelidade vai além das obrigações legais, ao criar um impacto significativo nas comunidades locais e internacionais em que atua.	O

LEGENDA

CADEIA DE VALOR: O Operações próprias e cadeia de abastecimento S Seguros I Investimentos G Gestão de sinistros

POLÍTICAS

Política de Inovação Digital

Apesar de o Grupo não ter formalizado um documento de política para o tema de inovação digital, identifica-o como estratégico, refletindo sobre o mesmo através das diversas iniciativas que concorrem para o tema. A Fidelidade apresenta ainda a sua abordagem estratégica e compromissos com uma gestão responsável e integrada deste tema no capítulo Inovação Digital.

Política de Longevidade

Apesar de o Grupo não ter formalizado um documento de política para o tema de longevidade, identifica-o como estratégico, refletindo sobre o mesmo em "O nosso Manifesto". A Fidelidade apresenta ainda a sua abordagem estratégica e compromissos com uma gestão responsável e integrada deste tema no capítulo Longevidade, alinhada com os objetivos de longo prazo e com as necessidades dos clientes.

Política de Responsabilidade Social Corporativa

Apesar de o Grupo não ter formalizado um documento de política para o tema de Responsabilidade Social Corporativa, identifica-o como estratégico, refletindo sobre o mesmo através do Programa de Responsabilidade Social da Fidelidade. A Fidelidade apresenta ainda a sua abordagem estratégica e compromissos com uma gestão responsável e integrada deste tema no capítulo Responsabilidade Social Corporativa.

Metas

Responsabilidade social corporativa

A Fidelidade não tem definidos *targets* relacionados com a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), no entanto mantém o compromisso de integrar a responsabilidade social no seu ADN e reafirma o seu empenho em gerar um impacto positivo na comunidade e no ecossistema em que opera.

Embora ainda não estejam estabelecidas metas específicas relativamente à RSC, a Fidelidade assegura o controlo da eficácia das ações implementadas através de mecanismos de monitorização contínuos. Estes mecanismos permitem avaliar de forma sistemática os IROs associados a este tema material.
O processo de controlo é assegurado principalmente através de:

- Acompanhamento de indicadores[1];
- Revisões pontuais que avaliam a adequação das práticas implementadas face aos IROs identificados, nomeadamente no âmbito da análise de dupla materialidade[2].

Atualmente, são utilizadas métricas que permitem acompanhar a evolução das práticas e identificar oportunidades de melhoria[3].

LONGEVIDADE

A Fidelidade não tem definidos *targets* relacionados com a longevidade, dado que abordagem a este tema na sociedade, mercado e na Fidelidade, está ainda a ser consolidada. Embora ainda não tenham sido estabelecidas metas específicas relativamente ao tema da longevidade, a Fidelidade assegura o controlo da eficácia das ações implementadas através de mecanismos de monitorização contínuos. Estes mecanismos permitem avaliar de forma sistemática os IROs associados a este tema material. O processo de controlo é assegurado principalmente através de:

- Acompanhamento de indicadores[1];
- Revisões pontuais que avaliam a adequação das práticas implementadas face aos IROs identificados, nomeadamente no âmbito da análise de dupla materialidade [2].

Embora o nível de ambição formal ainda não tenha sido definido, existe o compromisso de reforçar progressivamente os mecanismos de avaliação, com vista ao estabelecimento de metas futuras. Atualmente, são utilizadas métricas que permitem acompanhar a evolução das práticas e identificar oportunidades de melhoria [3].

[1] O ano de referência da monitorização é identificado junto de cada métrica, sempre que aplicável ou relevante.

[2] Mais detalhe sobre o exercício de análise de dupla materialidade aqui.

[3] Mais detalhe sobre as métricas estabelecidas em matéria de sustentabilidade disponível na secção de "Impacto" do respetivo capítulo.

Anexos

Cumprimento da legislação e regulamentação 198

Decreto-Lei nº 89/2017 199

TCFD 200

GRI 201

IIRC 204

Cumprimento de legislação e regulamentação

Toda a atividade do Grupo Fidelidade é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas.

Neste contexto, e em cumprimento do disposto no Artigo 508.º G nº 2 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que:

i. **Aplicação das normas de natureza ambiental**
O Grupo está comprometido com a preservação do ambiente, não só na perspetiva do cumprimento das normas de natureza ambiental, mas também da promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

ii. **Aplicação das normas de índole laboral**
O Grupo pauta as suas relações laborais por critérios de rigor e elevados padrões éticos, procurando, sempre, evitar o conflito, através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

iii. **Aplicação das normas relativas à prevenção da corrupção**
O Grupo está comprometido com o combate à corrupção e às tentativas de suborno, cumprindo escrupulosamente as regras vigentes nessas matérias.

iv. **Aplicação das normas relativas à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação e ao respeito dos direitos humanos**
O Grupo pauta a sua atuação pelo respeito e pela promoção da igualdade entre mulheres e homens, a não discriminação e os direitos humanos, cumprindo escrupulosamente as regras vigentes nessas matérias.

Descrição do modelo empresarial

Os elementos relativos ao modelo empresarial encontram-se descritos, designadamente nos seguintes capítulos deste documento:

- Relatório de Gestão > O Grupo Fidelidade
- Divulgações Gerais > Estratégia

Implementação de políticas de recursos humanos

Os elementos relativos às políticas de recursos humanos encontram-se descritos no capítulo:

- Divulgações Sociais > Colaboradores

Principais riscos e respetivas ações de mitigação

As políticas do Grupo no domínio da gestão de riscos encontram-se descritas no capítulo:

- Relatório de Gestão > O Modelo de Governo
- Divulgações Gerais > Governação

Tabela de correspondência Decreto-Lei nº 89/2017

REQUISITO	DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE
MODELO EMPRESARIAL	
DL 89/2017 - Art°3° (Remetido para o N°2 do Art°508°- G do CSC) - Diretiva 2014/95/UE- Art. 19a (1)(a)	
Modelo empresarial da empresa	Relatório de Gestão > O Grupo Fidelidade Divulgações gerais > Estratégia
DIVERSIDADE NOS ORGÃOS DO GOVERNO	
DL 89/2017 - Art°4° (Remetido para o Art° 245.°- N.° 1 r) e N.°2 do CVM) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 20 (1)(g)	
Política de diversidade aplicada pela sociedade relativamente aos seus órgãos de administração e de fiscalização	Divulgações sociais > Colaboradores
QUESTÕES AMBIENTAIS	
DL 89/2017 - N°2 do Art°3° (Remetido para o N°2 do Art°508° do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1) (a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões ambientais	Divulgações ambientais > Alterações climáticas
Resultados da aplicação das políticas	Divulgações ambientais > Alterações climáticas
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	Divulgações gerais > Estratégia > Dupla materialidade Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
Indicadores-chave de desempenho	Divulgações ambientais > Alterações climáticas
QUESTÕES SOCIAIS E RELATIVAS AOS TRABALHADORES	
DL 89/2017 - N°2 do Art°3° (Remetido para o N°2 do Art°508° do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1) (a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões sociais e relativas aos trabalhadores	Divulgações sociais > Colaboradores
Resultados da aplicação das políticas	
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	
Indicadores-chave de desempenho	
IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS E NÃO DISCRIMINAÇÃO	
N°2 do Art°3° do DL 89/2017 (Remetido para o N°2 do Art°508° do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com questões de igualdade entre mulheres e homens e não discriminação	Divulgações sociais > Colaboradores
Resultados da aplicação das políticas	
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	
Indicadores-chave de desempenho	
RESPEITO DOS DIREITOS HUMANOS	
N°2 do Art°3° do DL 89/2017 (Remetido para o N°2 do Art°508° do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o respeito dos Direitos Humanos	Divulgações gerais > Estratégia
Resultados da aplicação das políticas	Divulgações sociais > Colaboradores
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	
COMBATE À CORRUPÇÃO E TENTATIVAS DE SUBORNO	
Nº2 do Artº3º do DL 89/2017 (Remetido para o nº2 do Artº508º do CSC) - Diretiva 2014/95/UE - Art. 19a (1)(a-e)	
Políticas específicas relacionadas com o combate à corrupção e tentativas de suborno	Divulgações de governação > Conduta empresarial
Resultados da aplicação das políticas	
Principais riscos associados e a forma como esses riscos são geridos	

Tabela de correspondência Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD)

DIMENSION	DISCLOSURE	ESRS INTEROPERABILITY	SUSTAINABILITY STATEMENTS
Governance	a) Describe the board's oversight of climate-related risks and opportunities.	ESRS 2 – GOV-1	Divulgações Gerais > Governação > Governo de Sustentabilidade Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
	b) Describe management's role in assessing and managing climate-related risks and opportunities.	ESRS 2 – GOV-2	Divulgações Gerais > Governação > Governo de Sustentabilidade Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
Strategy	a) Describe the climate-related risks and opportunities the organization has identified over the short, medium, and long term	ESRS E1-1; E1.ESRS 2 – SBM-3	Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
	b) Describe the impact of climate-related risks and opportunities on the organization's businesses, strategy, and financial planning	ESRS E1-1; ESRS E1-2; ESRS E1-3; ESRS E1-9	Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
	c) Describe the resilience of the organization's strategy, taking into consideration different climate-related scenarios, including a 2°C or lower scenario.	ESRS E1-1; ESRS E1-9	Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
Risk Management	a) Describe the organization's processes for identifying and assessing climate-related risks.	E1-ESRS 2 – IRO-1	Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
	b) Describe the organization's processes for managing climate-related risks.	E1-ESRS 2 – IRO-1; E1-ESRS 2 – SBM-3	Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
	c) Describe how processes for identifying, assessing, and managing climate-related risks are integrated into the organization's overall risk management.	E1-1; E1-ESRS 2 – IRO-1; E1-ESRS 2 – SBM-3	Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
Metrics and Targets	a) Disclose the metrics used by the organization to assess climate-related risks and opportunities in line with its strategy and risk management process.	ESRS E1-6	Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas Nota: Ver as subsecções "Impacto da Fidelidade"
	b) Disclose Scope 1, Scope 2, and, if appropriate, Scope 3 greenhouse gas (GHG) emissions, and the related risks.	ESRS E1-6	Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas Nota: Ver as subsecções "Impacto da Fidelidade"
	c) Describe the targets used by the organization to manage climate-related risks and opportunities and performance against targets	ESRS E1-4	Divulgações Ambientais > Alterações Climáticas Nota: Ver as subsecções "Impacto da Fidelidade"

Tabela de correspondência global reporting initiative (GRI)

STATEMENT OF USE	Grupo Fidelidade has reported in accordance with the GRI Standards for the period 1 January 2025 to 31 December 2025.
GRI 1 USED	GRI 1: Foundation 2021
APPLICABLE GRI SECTOR STANDARD	Not applicable

GRI STANDARD	DISCLOSURE	LOCATION	OMISSION		
			REQUIREMENT OMITTED	REASON	EXPLANA-TION
GENERAL DISCLOSURES					
GRI 2: General Disclosures 2021	2-1 Organizational details	Divulgações gerais > Abordagem da Fidelidade ao reporte			
	2-2 Entities included in the organization's sustainability reporting	Divulgações gerais > Abordagem da Fidelidade ao reporte			
	2-3 Reporting period, frequency and contact point	Divulgações gerais > Abordagem da Fidelidade ao reporte			
	2-4 Restatements of information	Divulgações gerais > Abordagem da Fidelidade ao reporte			
	2-5 External assurance	Divulgações gerais > Abordagem da Fidelidade ao reporte			
	2-6 Activities, value chain and other business relationships	Divulgações gerais > Estratégia			
	2-7 Employees	-	Information unavailable/ incomplete		
	2-8 Workers who are not employees				
	2-9 Governance structure and composition	Divulgações gerais > Governação			
	2-10 Nomination and selection of the highest governance body	Divulgações gerais > Governação			
	2-11 Chair of the highest governance body	Divulgações gerais > Governação			
	2-12 Role of the highest governance body in sustainability reporting	Divulgações gerais > Governação			
	2-13 Delegation of responsibility for managing impacts	Divulgações gerais > Governação			
	2-14 Role of the highest governance body in sustainability reporting	Divulgações gerais > Governação			
	2-15 Conflicts of interest	Divulgações gerais > Governação Divulgações de governação > Conduta empresarial			
	2-16 Communication of critical concerns	Divulgações de governação > Conduta empresarial			
	2-17 Collective knowledge of the highest governance body	Divulgações gerais > Governação			
	2-18 Evaluation of the performance of the highest governance body	Divulgações gerais > Governação			
	2-19 Remuneration policies	Divulgações gerais > Governação Divulgações sociais > Colaboradores			

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA GLOBAL REPORTING INITIATIVE

GRI STANDARD	DISCLOSURE	LOCATION	OMISSION		
			REQUIREMENT OMITTED	REASON	EXPLANA-TION
GRI 2: General Disclosures 2021	2-20 Process to determine remuneration	Divulgações gerais > Governação Divulgações sociais > Colaboradores			
	2-21 Annual total compensation ratio	Divulgações sociais > Colaboradores			
	2-22 Statement on sustainable development strategy	Divulgações gerais > Estratégia			
	2-23 Policy commitments	Divulgações gerais > Governação			
	2-24 Embedding policy commitments	Divulgações gerais > Governação			
	2-25 Processes to remediate negative impacts	Divulgações gerais > Estratégia			
	2-26 Mechanisms for seeking advice and raising concerns	Divulgações de governação > Conduta empresarial			
	2-27 Compliance with laws and regulations	Divulgações de governação > Conduta empresarial			
	2-28 Membership associations	Relatório de gestão > O nosso compromisso com o futuro			
	2-29 Approach to stakeholders engagement	Divulgações gerais > Estratégia			
	2-30 Collective bargaining agreements	Divulgações sociais > Colaboradores			
MATERIAL TOPICS					
GRI 3: Material Topics 2021	3-1 Process to determine material topics	Divulgações gerais > Estratégia			
	3-2 Management of material topics	Divulgações gerais > Estratégia			
CLIMATE CHANGE					
GRI 3: Material Topics 2021	3-3 Management of material topics	Divulgações ambientais > Alterações climáticas			
GRI 102: Climate Change 2025	102-1 Transition plan for climate change mitigation	Divulgações ambientais > Alterações climáticas			
	102-2 Climate change adaptation plan	Divulgações ambientais > Alterações climáticas			
	102-4 GHG emissions reduction targets and progress	Divulgações ambientais > Alterações climáticas			
	102-5 Scope 1 GHG emissions	Divulgações ambientais > Alterações climáticas			
	102-6 Scope 2 GHG emissions	Divulgações ambientais > Alterações climáticas			
	102-7 Scope 3 GHG emissions	Divulgações ambientais > Alterações climáticas			
	102-8 GHG emissions intensity	Divulgações ambientais > Alterações climáticas			
	102-10 Carbon credits	Divulgações ambientais > Alterações climáticas			

TABELA DE CORRESPONDÊNCIA GLOBAL REPORTING INITIATIVE

GRI STANDARD	DISCLOSURE	LOCATION	OMISSION		
			REQUIREMENT OMITTED	REASON	EXPLANA-TION
CORRUPTION AND BRIBERY					
GRI 3: Material Topics 2021	3-3 Management of material topics	Divulgações de governação > Conduta empresarial			
GRI 205: Anticorruption 2016	205-2 Communication and training about anticorruption policies and procedures	Divulgações de governação > Conduta empresarial			
	205-3 Confirmed incidents of corruption and actions taken	Divulgações de governação > Conduta empresarial			
EMPLOYEES					
GRI 3: Material Topics 2021	3-3 Management of material topics	Divulgações sociais > Colaboradores			
GRI 401: Employment 2016	401-1 New employees hires and employee turnover	Divulgações sociais > Colaboradores			
GRI 405: Diversity and Equal Opportunity 2016	405-1 Diversity of governance bodies and employees	Divulgações sociais > Colaboradores			

Tabela de correspondência Integrated Reporting (IIRC)

ELEMENTOS DE CONTEÚDO	TÓPICOS ABORDADOS	DEMONSTRAÇÕES DE SUSTENTABILIDADE
Visão geral organizacional e ambiente externo	Estrutura da Organização	Relatório de Gestão > O Grupo Fidelidade
	Missão e Valores	Relatório de Gestão > O Grupo Fidelidade > Missão e valores
	Atividades e temas materiais	Relatório de Gestão > O Grupo Fidelidade Divulgações Gerais > Estratégia > Dupla materialidade
	Contexto de mercado	Relatório de Gestão > O Mercado
	Stakeholders	Divulgações Gerais > Estratégia > Envolvimento dos *stakeholders*
Governação	Estrutura de Governo	Relatório de Gestão > O Modelo de Governo > Estrutura acionista e governo da Sociedade Relatório de Governo Societário
	Práticas e Políticas de Governo	Relatório de Gestão > O modelo de governo
Modelo de negócios	Modelo de Criação de Valor	Divulgações Gerais > Estratégia
Riscos e oportunidades	Desafios e Oportunidades	Relatório de Gestão > O Mercado Divulgações Gerais > Estratégia > Dupla materialidade
	Perspetiva de Futuro	Relatório de Gestão > Os nossos resultados em 2025 > Perspetivas para 2026 Divulgações gerais > Estratégia > Dupla materialidade
	Gestão de Riscos	Divulgações gerais > Estratégia > Dupla materialidade Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
Estratégia e alocação de recursos	Estratégia	Divulgações gerais > Estratégia
Desempenho	Indicadores-chave de performance financeira e ESG	Relatório de gestão > Os nossos resultados em 2025
	Compromissos e Metas	Divulgações gerais > Estratégia
	Modelo de Criação de Valor	Divulgações gerais >Estratégia
	Performance por tema material do Grupo	Divulgações ambientais Divulgações sociais Divulgações de governação Outras divulgações
	Riscos e Oportunidades	Divulgações gerais > Estratégia > Dupla materialidade Divulgações ambientais > Alterações climáticas > Avaliação de impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima
Perspetiva	Perspetivas de Futuro	Relatório de Gestão > Os nossos resultados em 2025 > Perspetivas para 2026
	Contexto Regulatório	Relatório de Gestão > O Mercado
Base de preparação e apresentação	Materialidade	Divulgações gerais > Estratégia > Dupla materialidade
	Âmbito e limites do Relatório	Abordagem da Fidelidade ao reporte de sustentabilidade

RELATÓRIO DE GARANTIA LIMITADA DO AUDITOR

FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 – Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 – 15º
1069-006 Lisboa – Portugal
+351 210 110 000 – www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE DO AUDITOR INDEPENDENTE RELATIVO AO RELATO DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO FIDELIDADE

Ao Conselho de Administração da
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.

Conclusão de garantia limitada de fiabilidade

Realizámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado da **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** ("Grupo") incluído na secção "Demonstrações de Sustentabilidade" do Relatório de Gestão (o "Relato de Sustentabilidade Consolidado") em 31 de dezembro de 2025 e para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025.

Com base nos procedimentos efetuados e prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relato de Sustentabilidade Consolidado da **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e para o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025 não tenha sido preparado, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com:

- as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), incluindo que o processo realizado pelo Grupo para identificar a informação relatada no Relato de Sustentabilidade (o "Processo") está de acordo com a descrição efetuada na secção "Divulgações gerais – Estratégia - Dupla Materialidade"; e,
- as divulgações previstas no Artigo 8.º do Regulamento UE 2020/852 (o "Regulamento Taxonomia"), incluídas na secção "Divulgações ambientais - Taxonomia".

Bases para a conclusão

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica – ISAE 3000 (Revista) emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) da *International Federation of Accountants* (IFAC) e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ser obtida caso um trabalho de garantia razoável de fiabilidade tivesse sido realizado.

As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "As nossas responsabilidades" abaixo.

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a expressão da nossa conclusão.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros – Pessoa Colectiva Nº PT 502 161 078 – Inscrito na O.R.O.C. Nº 189 – Inscrito na C.M.V.M. Nº 20161489
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o Nº PT 502 161 078

Qualidade e Independência

Aplicámos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, Gestão de Qualidade para firmas que executem auditorias e revisões de demonstrações financeiras e outros trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados, emitida pelo IAASB. Esta norma requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência) emitidos pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelo Relato de Sustentabilidade

É da responsabilidade do Órgão de Gestão conceber, implementar e manter um processo para identificação da informação a apresentar no Relato de Sustentabilidade Consolidado, de acordo com as ESRS e pela divulgação desse processo na secção "Divulgações gerais – Estratégia - Dupla Materialidade" do Relato de Sustentabilidade Consolidado. Esta responsabilidade inclui:

- a compreensão do contexto em que as atividades e relações comerciais do Grupo ocorrem e de que forma as partes interessadas podem ser afetadas;
- a identificação dos impactos reais e potenciais (negativos e positivos) relacionados com questões de sustentabilidade, bem como os riscos e oportunidades que afetam, ou que se poderia razoavelmente esperar que afetem, a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa, o acesso ao financiamento ou o custo de capital do Grupo no curto, médio ou longo prazo;
- a avaliação da materialidade dos impactos, riscos e oportunidades identificados relacionados com matérias de sustentabilidade, através da seleção e aplicação de limiares adequados; e
- a seleção e aplicação de metodologias e a definição de pressupostos que sejam razoáveis nas circunstâncias.

É ainda responsabilidade do Órgão de Gestão:

- a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com as ESRS;
- a preparação das divulgações da secção "Divulgações ambientais - Taxonomia" do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com o artigo 8.º do Regulamento Taxonomia;
- a conceção, implementação e manutenção de um sistema de informação e de controlo interno apropriado que permita uma preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado que esteja isenta de distorções materialmente relevantes, nomeadamente resultantes de fraude ou erro; e,
- a seleção e aplicação de métodos adequados para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado e a definição de pressupostos e estimativas sobre divulgações de sustentabilidade razoáveis nas circunstâncias.

Limitações inerentes à preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado

Ao relatar informações prospetivas de acordo com as ESRS, o Órgão de Gestão é obrigado a preparar as informações prospetivas com base em pressupostos divulgados sobre eventos que podem ocorrer no futuro e possíveis ações futuras do Grupo. Frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma prevista, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos.

Na determinação das divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado, o Órgão de Gestão efetua determinadas interpretações da legislação ou de outras matérias indefinidas. Este tipo de legislação ou de outras matérias indefinidas podem ser interpretados de forma diferente, incluindo a conformidade jurídica da sua interpretação e, consequentemente, estão sujeitas a incertezas.

Responsabilidades do Auditor

Os nossos objetivos são de planear e executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre se o Relato de Sustentabilidade Consolidado está isento de distorções materiais, devido a fraude ou a erro, e relatar a nossa conclusão de garantia limitada de fiabilidade ao Órgão de Gestão. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base no Relato de Sustentabilidade como um todo.

Como parte de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade realizado de acordo com a ISAE 3000 (Revista), exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo do trabalho.

As nossas responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado, no que diz respeito ao Processo, incluem:

- Obter uma compreensão do Processo, mas não com o propósito de expressar uma conclusão sobre a eficácia do Processo, incluindo o resultado do mesmo; e
- Conceber e executar procedimentos para avaliar se o Processo é consistente com a descrição efetuada pelo Grupo do mesmo, conforme divulgada na secção "Divulgações gerais – Estratégia - Dupla Materialidade".

As nossas outras responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado incluem:

- Obter uma compreensão do ambiente de controlo, processos e sistemas de informação relevantes para o Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não para avaliar a conceção de atividades de controlo em particular, obter evidência da sua implementação ou testar a sua eficácia operacional;
- Identificar as divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, seja devido a fraude ou erro; e
- Conceber e executar procedimentos dirigidos às divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado onde é provável que surjam distorções materiais. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno

Resumo do trabalho que efetuámos para basear a nossa conclusão

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade envolve a execução de procedimentos para obter evidência sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Concebemos e executamos os nossos procedimentos para proporcionar uma base para a nossa conclusão. A natureza, oportunidade e extensão dos nossos procedimentos dependem da nossa compreensão do Relato de Sustentabilidade Consolidado e outras circunstâncias do trabalho, incluindo a identificação de divulgações onde possam ocorrer distorções materiais, devido a fraude ou a erro, no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Na realização do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Processo:

- Obtivemos uma compreensão do Processo através de:
  i. Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível corporativo e operacional, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspetos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio; e
  ii. Análise da documentação interna produzida pelo Grupo sobre o Processo; e
- Avaliámos se as evidências obtidas com base nos nossos procedimentos sobre o Processo eram consistentes com a descrição do Processo, divulgada na secção "Divulgações gerais – Estratégia - Dupla Materialidade".

Na realização do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado:

- Obtivemos uma compreensão dos processos de reporte do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade através de através da compreensão do ambiente de controlo, processos e sistema de informação do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não com o objetivo de expressar uma conclusão sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliámos se a informação material identificada pelo Processo está incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- Avaliámos se a estrutura e a apresentação do Relato de Sustentabilidade Consolidado estão em conformidade com as ESRS;
- Realizámos indagações ao pessoal relevante e procedimentos analíticos sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- Realizámos procedimentos substantivos, numa base de amostragem, sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- Obtivemos evidência sobre os métodos, pressupostos e dados utilizados no desenvolvimento de estimativas materiais e em informações prospetivas e sobre como esses métodos foram aplicados;
- Obtivemos uma compreensão do processo relativo à identificação das atividades económicas elegíveis e alinhadas com a taxonomia, e as correspondentes divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

16 de março de 2026

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Pedro Jorge Quental e Cruz
(ROC n.º 1765 e registado na CMVM com o n.º 20161607)

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

7. Proposta de aplicação de resultados

A Fidelidade encerrou o exercício de 2025 com um resultado líquido de 143.982.366,67 euros, apurado numa base individual de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis.

O Conselho de Administração, em cumprimento do disposto no Código das Sociedades Comerciais, vem propor a seguinte aplicação:

Reserva Legal	€ 14.398.236,67
Remanescente à disposição da Assembleia Geral	€ 129.584.130,00

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

EVENTOS SUBSEQUENTES

8. Eventos subsequentes

Tempestades em Portugal

No decurso dos meses de janeiro e fevereiro de 2026 verificaram-se, em Portugal, diversos fenómenos meteorológicos adversos, incluindo precipitação intensa, ventos fortes e inundações, que afetaram várias regiões do país. Esta combinação de eventos criou o maior "comboio de tempestades" de que há registo nos tempos recentes e o maior nível de danos em várias décadas, superando amplamente os gerados pela Tempestade Leslie, de 2018.

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, a Companhia registou aproximadamente 40.000 participações de sinistros associadas a estes fenómenos, correspondendo a custos brutos estimados de aproximadamente 180 milhões de euros. No entanto, tendo em conta o programa de resseguro robusto e adequado à natureza dos riscos identificados, estima-se que o impacto líquido de resseguro para a Companhia ronde os 30 milhões de euros.

Ainda assim, o processo de receção, avaliação e regularização dos sinistros encontra-se em curso, pelo que o montante final das perdas poderá diferir das estimativas atualmente disponíveis, não sendo, por esse motivo, possível determinar com exatidão o impacto financeiro final associado a estes eventos.

A Administração continuará a acompanhar a evolução da situação, procedendo às atualizações que se revelem necessárias nos períodos subsequentes.

Conclusão da venda de 40% do capital da Luz Saúde

Em 29 de janeiro de 2026, a Fidelidade concluiu a venda de uma participação de 40% no capital da Luz Saúde ao Grupo Macquarie Asset Management, após a verificação de todas as condições precedentes.

Aquisição de 30% do capital da The Prosperity Company

O Grupo acordou, em 19 de dezembro de 2025, o reforço da sua participação na The Prosperity Company (TPC), passando a deter 100% do capital social da TPC após a aquisição adicional de uma participação de 30% aos atuais acionistas, está sujeita à obtenção das autorizações regulatórias competentes que se espera fiquem concluídas no primeiro trimestre.

Aquisição de 70% do capital da IMGA

O Grupo, através da FID Asset Management, assinou a 30 de dezembro o contrato para a aquisição de 70% do capital da gestora de ativos IM Gestão de Ativos, SGOIC (IMGA). Esta operação aguarda a obtenção das autorizações regulatórias aplicáveis.

Emissão e recompra de dívida subordinada

No dia 10 de fevereiro, a Fidelidade comunicou ao mercado a conclusão de uma emissão de obrigações subordinadas Tier 2 no montante de €500 milhões, com maturidade contratual de 20 anos e um cupão anual de 4,25%. Em simultâneo, o Grupo lançou uma oferta pública de aquisição dirigida aos detentores das obrigações subordinadas Tier 2 emitidas em junho de 2021. No âmbito da referida oferta, foram aceites para recompra obrigações correspondentes a €295,5 milhões do montante nominal em circulação.

Aprovação de distribuição de dividendos

A Assembleia Geral realizada a 2 de fevereiro de 2026 aprovou a distribuição de dividendos a partir de reservas livres no montante total de 221.470.994 Euros.

SOBRE O RELATÓRIO

9. Sobre o relatório

O Grupo Fidelidade divulga o seu quarto Relatório Único Integrado de Gestão, que consolida informações financeiras e de sustentabilidade para proporcionar uma visão holística do negócio e do desempenho da empresa, em conformidade com o Framework IR Integrated Report.

O presente relatório reflete o compromisso contínuo com a sustentabilidade, adotando uma abordagem integrada que incorpora as dimensões ambientais, sociais e de *governance* (ESG) no desenvolvimento estratégico, na atuação responsável, assim como, na criação de valor a longo prazo. Para alcançar este objetivo, as componentes de sustentabilidade foram integradas em alinhamento com a Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), assegurando a conformidade com os requisitos ESG.

Período de reporte

As informações contidas neste relatório contemplam a atividade do Grupo Fidelidade no período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

Sempre que pertinente e aplicável, são incluídos dados referentes a anos anteriores que possibilitam avaliar a evolução do desempenho ao longo do tempo, proporcionando uma visão abrangente da performance e dos resultados do Grupo.

Âmbito de reporte

Reporte de informação financeira e de sustentabilidade

- Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.
- Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros S.A.
- Alianza Garantía Seguros y Reaseguros S.A.
- Alianza SAFI, S.A.
- Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A.
- Cares - Assistência e Reparações, S.A.
- Cetra - Car Remarketing, S.A.
- Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.
- Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Limitada
- EA One Holding, Inc
- EAPS - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.
- FID Asset Management, SGPS, S.A.
- Fid Chile & MT JV SpA
- Fid Chile , SpA
- FID Chile Seguros Generales S.A.
- FID I&D, S.A.
- FID LatAm, SGPS, S.A.
- Fid Loans 1 (Ireland) Limited
- FID Perú, S.A.
- Fidelidade - Property Europe, S.A.
- Fidelidade - Property International, S.A.
- Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.
- Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.
- Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.
- Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.
- Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.
- Fidelidade Macau Vida - Companhia de Seguros, S.A.
- Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros, S.A.
- Fidelidade Re - Companhia de Resseguros, S.A.
- Fineasy - Soluções Financeiras, S.A.
- Florestas de Portugal – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado
- Fondo Broggi - Fondo di investimento Alternativo Immobiliare di Tipo Chiuso Riservato
- FPE (BE) Holding S.à.r.l.
- FPE (HU) Kft.
- FPE (IT) 1 Società per Azioni
- FPE (Lux) Holding S.à r.l.
- FPE (PT) 2 OFFICE B, S.A.
- FPE (PT) 3 RESIDENTIAL, S.A.
- FPE (PT) 4 RET, S.A.
- FPE (PT) 5 PARK, S.A.
- FPE (PT) OFFICE A, S.A.
- FPE (PT), S.A.
- FPE (PT), SGPS, S.A.
- FPE (UK) 1 Limited
- FPI (UK) 1 Limited
- FPI UK I Limited
- Full Assistance S.R.L.
- Fundo de Investimento Imobiliário Aberto IMOFID
- Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.
- GEP - Gestão de Peritagens, S.A.
- GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Limitada
- GEP Moçambique - Gestão de Peritagens, Limitada
- GK Lisbon
- IBERFID - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado
- La Positiva S.A. Entidad Prestadora de Salud
- La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.
- La Positiva Servicios de Salud S.A.C.
- La Positiva Vida Seguros y Reaseguros S.A.
- Liechtenstein Life Assurance AG
- LLA Office Anstalt
- Luz Saúde, S.A.
- Multi Health, S.A.
- Multicare - Seguros de Saúde, S.A.
- Obedientbenefit, Limitada
- prosperity cashtech AG
- prosperity funds SICAV
- prosperity solutions (Switzerland) AG
- prosperity solutions AG
- prosperity solutions GmbH
- Tenax Capital Limited
- Tenax QIAIF ICAV
- Tenax UCITS ICAV
- the prosperity company AG
- Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.
- Thomas More Square (Lux) S.à r.l.
- TMK Lisbon
- Universal - Assistência e Serviços, Limitada
- Veterinários Sobre Rodas, Unipessoal, Limitada
- Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.
- Worldwide Security Corporation S.A.

Verificação externa

O presente Relatório foi sujeito a verificação externa independente realizada pela KPMG & Associados - Sociedade De Revisores Oficiais De Contas, S.A..

Dúvidas e esclarecimentos

Quaisquer pedidos de informações complementares, esclarecimentos ou sugestões sobre este documento podem ser direcionados para o endereço apoiocliente@fidelidade.pt.

GLOSSÁRIO

Glossário

A

Adaptação às alterações climáticas

O processo de ajustamento ao clima atual e previsto e aos seus efeitos (IPCC AR6). As atividades económicas que contribuem para a adaptação às alterações climáticas são descritas no Anexo I do Ato Delegado EU 2021/2139 de junho de 2021.

Agente

Parte integrante da equipa de vendas de canais de distribuição tradicionais (mediadores exclusivos, não-exclusivos e colaboradores efetivos envolvidos nas atividades de promoção e distribuição da oferta).

Alterações Climáticas

Diz respeito ao aquecimento global devido ao aumento de emissões de gases com efeito de estufa resultantes da atividade humana. O fenómeno intensifica eventos naturais extremos com repercussões nos ecossistemas naturais e na saúde. As políticas e os esforços necessários para limitar o aumento do aquecimento global e não ultrapassar os 1.5°C através da descarbonização da economia levarão a mudanças radicais nos sistemas de produção e energia, exigindo a elaboração de estratégias de adaptação e redução de vulnerabilidade a essas mudanças.

Atividade económica alinhada com a Taxonomia

Atividade económica descrita nos Anexos I e II do Ato Delegado da Comissão UE 2021/2139 de 4 de junho de 2021, adotado no seguimento do Regulamento EU 2020/852.

Atividade económica elegível para a Taxonomia

Atividade económica que contribui substancialmente para, pelo menos, um dos seis objetivos ambientais subjacentes à Taxonomia, independentemente dessa atividade cumprir os critérios técnicos estabelecidos nos atos delegados.

Ativos sob gestão (AuM)

Ativos de investimento sob gestão, que se traduzem na soma dos ativos financeiros e ativos imobiliários.

C

Colaboradores

Todas as pessoas que colaboram diretamente com a entidade até ao final do período de reporte, incluindo chefia, técnicos e especialistas, assistentes e colaboradores sem categoria não definida, designada como “Não Aplicável”.

E

Enterprise Value

Medida financeira que representa o valor total de uma empresa, considerando não apenas o capital próprio (*equity*), mas também a dívida líquida.

M

Mitigação das alterações climáticas

Intervenção humana com vista a reduzir as fontes ou fomentar a redução de gases de efeito de estufa (IPCC AR6). As atividades económicas que contribuem para a adaptação às alterações climáticas são descritas no Anexo I da Comissão do Ato Delegado EU 2021/2139 de junho de 2021.

N

Net zero

As emissões existentes são reduzidas de forma muita significativa e tudo o resto é removido por métodos de retenção de carbono (sejam eles naturais – e.g. florestas, ou tecnológicos – e.g. Biochar ou Direct Air Capture).

Neutralidade Carbónica

A neutralidade carbónica acontece quando as emissões existentes numa dada dimensão são totalmente compensadas com créditos de carbono ou emissões capturadas por métodos que retêm carbono (sejam eles naturais – e.g. florestas, ou tecnológicos – e.g. Biochar ou Direct Air Capture).

O

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

17 objetivos refletidos na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, publicada pela Organização das Nações Unidas.

P

Passivos de contratos de seguro e contratos de investimento

Soma dos passivos de contratos de seguro do ramo Vida e ramo Não-Vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Prémios Brutos Emitidos

Prémios brutos emitidos de contratos de seguro acrescidos dos montantes recebidos ao abrigo de operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Glossário

R

Rácio da Dívida

Dívida subordinada dividida pelo total dos ativos.

Relatório Integrado

Comunicação concisa que ilustra como a estratégia, *governance* e futuras prospetivas da organização, no ambiente externo ao qual o Grupo opera, são usadas para criar valor a curto, médio e longo-prazo.

Resultado de Investimento

Soma da Componente financeira dos contratos de seguro, com o valor da atribuição a clientes, com os proveitos financeiros e com os gastos associados à gestão de investimentos (não inclui resultados relacionados com produtos Unit-Linked).

Resultado Não Técnico

Resultado decorrente da atividade não seguradora e de contas não técnicas da atividade de seguros.

Resultado Técnico de Vida Financeiro

Soma das Comissões associadas a contratos de Investimentos, com os Gastos não atribuíveis, com o Resultado técnico dos contratos de seguros e com o Resultado dos produtos Unit-Linked.

Resultado de Contratos de Seguro

Soma dos réditos e gastos de contratos de seguro com os réditos e gastos de contratos de resseguro.

ROE (Return on Equity)

Resultado Líquido dividido pela média do capital próprio.

S

Segurado

O segurado, ou tomador de seguro, é a pessoa física ou jurídica que contrata um seguro.

Smart Working

Modelo de trabalho que promove a flexibilidade, eficácia e rentabilidade e que não implica um local de trabalho definido.

Sustainable Finance (Finanças Sustentáveis)

Processo de tomar em consideração aspetos ambientais, sociais e de *governance* (ESG) aquando do processo de decisão de investimento no setor financeiro, levando a investimentos a longo-prazo em atividades económicas e projetos sustentáveis.

Y

***Yield* de investimento**

Proveitos provenientes da carteira de investimentos divididos pela média dos ativos sob gestão (não inclui proveitos e carteiras de investimento relacionadas com produtos Unit-Linked).

O Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques

André Simões Cardoso

António Manuel Marques de Sousa Noronha

Carlos António Torroaes Albuquerque

Donghui PAN

Hui CHEN

Jiefei WANG

José João Guilherme

Juan Ignacio Arsuaga Serrats

Lingjiang XU

Maria João Vellez Caroço Honório Paulino de Sales Luís

Miguel Barbosa Namorado Rosa

Miguel Barroso Abecasis

Nuno Alexandre de Carvalho Martins

Sijie DONG

Tao LI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

ATIVO	Notas	2025 Valor bruto	2025 Imparidade depreciações / amortizações e ajustamentos	2025 Valor líquido	2024
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4	883.939.635	-	883.939.635	755.954.982
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5	8.689.117	-	8.689.117	9.117.412
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	6	5.879.656.127	-	5.879.656.127	5.326.416.824
Derivados de cobertura	7	10.411.925	-	10.411.925	1.893.457
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	8	10.704.235.292	-	10.704.235.292	9.408.093.329
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9	674.639.994	(8.969.103)	665.670.891	673.059.340
Terrenos e edifícios		3.272.126.267	(265.509.765)	3.006.616.502	2.859.616.553
Terrenos e edifícios de uso próprio	10	1.006.273.516	(265.509.765)	740.763.751	596.490.149
Terrenos e edifícios de rendimento	11	2.265.852.751	-	2.265.852.751	2.263.126.404
Outros ativos tangíveis	12	535.333.096	(377.381.032)	157.952.064	139.014.604
Inventários	13	18.511.094	(312.596)	18.198.498	15.488.043
Goodwill	14	509.750.574	-	509.750.574	476.193.598
Outros ativos intangíveis	15	496.822.436	(216.505.074)	280.317.362	281.676.101
Ativos de contratos de resseguro do ramo vida		152.107.637	-	152.107.637	140.891.421
De serviços futuros	16	40.919.246	-	40.919.246	36.650.152
De serviços passados	16	111.188.392	-	111.188.392	104.241.269
Ativos de contratos de resseguro do ramo não vida		622.127.472	-	622.127.472	641.195.479
De serviços futuros	16	174.048.583	-	174.048.583	192.907.544
De serviços passados	16	448.078.890	-	448.078.890	448.287.935
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	33	2.013.448	-	2.013.448	2.013.950
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		918.569.227	(68.198.313)	850.370.914	826.663.859
Contas a receber por operações de seguro direto	17	579.605.116	(23.153.217)	556.451.899	535.695.131
Contas a receber por outras operações de resseguro	17	134.151.460	(9.150.057)	125.001.403	127.088.485
Contas a receber por outras operações	17	204.812.651	(35.895.038)	168.917.613	163.880.242
Ativos por impostos		253.747.956	-	253.747.956	271.395.949
Ativos por impostos correntes	18	71.852.118	-	71.852.118	52.480.111
Ativos por impostos diferidos	18	181.895.837	-	181.895.837	218.915.838
Acréscimos e diferimentos	19	90.703.964	-	90.703.964	95.635.052
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	20	66.146.292	-	66.146.292	126.448.272
TOTAL ATIVO		**25.099.531.555**	**(936.875.883)**	**24.162.655.671**	**22.050.768.224**

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2025	2024
PASSIVO			
Passivos de contratos de seguro do ramo vida		2.640.252.927	2.751.213.984
De serviços futuros	16	2.295.723.908	2.437.913.396
De serviços passados	16	344.529.018	313.300.588
Passivos de contratos de seguro dos ramos não vida		3.498.455.931	3.274.586.020
De serviços futuros	16	568.034.337	532.834.361
De serviços passados	16	2.930.421.593	2.741.751.659
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro			
e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	21	11.309.751.802	9.750.853.984
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	22	23.717.675	81.143.249
Outros passivos financeiros		2.060.368.309	1.846.806.347
Derivados de cobertura	7 e 22	3.277.270	13.050.374
Passivos subordinados	22	1.006.267.138	1.004.455.911
Depósitos recebidos de resseguradores	22	71.854.345	59.737.417
Empréstimos	22	353.637.124	342.478.643
Outros	22	625.332.432	427.084.002
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	33	27.626.410	28.534.328
Outros credores por operações de seguros e outras operações		1.038.925.588	935.397.771
Contas a pagar por operações de seguro direto	23	277.268.666	262.760.578
Contas a pagar por outras operações de resseguro	23	447.385.060	497.584.521
Contas a pagar por outras operações	23	314.271.862	175.052.673
Passivos por impostos		214.612.754	153.824.125
Passivos por impostos correntes	18	96.837.277	89.897.144
Passivos por impostos diferidos	18	117.775.477	63.926.981
Acréscimos e diferimentos	24	337.749.948	314.163.670
Outras provisões	25	74.924.200	68.024.944
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	20	10.757.957	10.451.722
TOTAL PASSIVO		**21.237.143.501**	**19.215.000.144**

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2025	2024
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	26	509.263.524	509.263.524
(Ações Próprias)	26	(148.960)	(148.960)
Reservas de reavaliação		(42.363.959)	(164.025.968)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	27	34.357.793	(9.935.965)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	27	(34.768.788)	(170.842.705)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	27	472.937	691.006
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	27	(135.741)	1.028.396
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	27	(7.140.238)	(21.388.703)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura do justo valor	27	1.121.104	(2.375.373)
De diferenças de câmbio	27	(48.943.355)	9.937.741
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	27	12.672.329	28.859.636
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	27	257.033.327	218.518.950
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	27	(5.764.092)	(4.329.212)
Reserva por impostos	27	(83.092.147)	(36.937.699)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	27	(1.110.277)	(22.977.783)
Outras reservas	27	1.349.840.936	1.424.731.956
Resultados transitados	27	505.448.187	406.322.031
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	27	201.001.918	173.505.909
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA		**2.690.108.458**	**2.503.922.750**
Interesses não controlados	28	235.403.713	331.845.330
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		**2.925.512.171**	**2.835.768.080**
TOTAL PASSIVOS, INTERESSES NÃO CONTROLADOS E CAPITAL PRÓPRIO		**24.162.655.671**	**22.050.768.224**

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

Diretor Financeiro
Filipe Casimiro Costa Nunes Almeida

Contabilista Certificado
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Vogal

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Sijie DONG
Vogal

Hui CHEN
Vogal

Miguel Barroso Abecasis
Vogal

André Simões Cardoso
Vogal

António Manuel Marques Sousa Noronha
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

		2025				
Demonstração dos resultados	**Notas**	**Técnica Vida**	**Técnica Não Vida**	**Não Técnica**	**Total**	**2024**
Réditos de contratos de seguro		699.679.220	3.333.306.488	-	4.032.985.709	3.859.772.839
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	29	483.291.550	3.333.306.488	-	3.816.598.039	3.638.213.823
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio		216.387.670	-	-	216.387.670	221.559.016
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos						
e gastos atribuíveis a contratos de seguros	29	121.399.100	-	-	121.399.100	121.987.504
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	29	3.015.116	-	-	3.015.116	5.713.101
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	29	66.178.367	-	-	66.178.367	78.898.182
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	29	25.795.087	-	-	25.795.087	14.960.229
Gastos de contratos de seguros		(497.529.265)	(2.901.183.111)	-	(3.398.712.376)	(3.108.199.074)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	29	(340.105.047)	(2.314.140.871)	-	(2.654.245.918)	(2.591.149.643)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	29	(123.526.409)	(606.343.729)	-	(729.870.138)	(682.054.109)
Alterações relativas a serviços passados	29	(33.720.243)	19.797.331	-	(13.922.912)	174.354.570
Alterações relativas a serviços futuros	29	(177.566)	(495.842)	-	(673.408)	(9.349.893)
Réditos de contratos de resseguro		101.024.014	202.494.607	-	303.518.622	340.613.902
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos						
de seguros – parte dos resseguradores	29	113.397.540	236.632.889	-	350.030.428	365.626.866
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores	29	(12.373.526)	(33.771.169)	-	(46.144.694)	(27.232.733)
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	29	-	(367.112)	-	(367.112)	2.219.768
Gastos de contratos de resseguro		(123.445.269)	(512.180.644)	-	(635.625.913)	(683.090.081)
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio – parte dos resseguradores	29	(123.445.269)	(512.180.644)	-	(635.625.913)	(683.090.081)
RESULTADO DE CONTRATOS DE SEGURO		**179.728.700**	**122.437.341**	**-**	**302.166.041**	**409.097.586**
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	34	3.370.316	48.113	-	3.418.429	10.109.456
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro	34	2.611.341	9.916.003	-	12.527.344	17.905.909
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	34	(80.106.134)	(53.752.050)	-	(133.858.183)	(161.716.022)
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro	34	-	(100.374)	-	(100.374)	(10.643)
RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO		**(74.124.477)**	**(43.888.308)**	**-**	**(118.012.785)**	**(133.711.300)**
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos						
como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	30	157.501.353	-	-	157.501.353	178.059.967
Rendimentos		388.751.575	133.099.985	94.208.426	616.059.986	511.518.602
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de resultados	35	259.711.620	85.822.533	40.926.526	386.460.679	345.804.815
De outros	35	129.039.955	47.277.452	53.281.900	229.599.307	165.713.787
Gastos financeiros		(349.339)	(161.847)	(104.688)	(615.874)	(1.206.617)
De outros	31	(349.339)	(161.847)	(104.688)	(615.874)	(1.206.617)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de resultados		(145.112.865)	152.262	(13.720.483)	(158.681.086)	(167.143.132)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	36	(11.182.521)	208.030	(13.647.802)	(24.622.293)	(21.068.399)
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	36	(423.312)	(55.769)	(72.681)	(551.761)	35.880
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	36	(133.507.032)	-	-	(133.507.032)	(145.976.213)
De outros	36	-	-	-	-	(134.400)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de resultados	37	60.998.812	57.033.356	1.293.861	119.326.029	(166.789.936)
Diferenças de câmbio	38	(133.620.718)	(34.172.467)	(8.863.985)	(176.657.169)	128.460.028
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos						
não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	39	(5.349.303)	(13.729.076)	(19.783.549)	(38.861.927)	(32.613.121)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

Demonstração dos resultados	Notas	2025 Técnica Vida	2025 Técnica Não Vida	2025 Não Técnica	2025 Total	2024
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		80.087	8.542.008	(8.205.059)	417.036	(21.519.467)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	40	657.022	1.199.657	8.725.816	10.582.495	(12.565.496)
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	40	(32.089)	(65.500)	2.520	(95.070)	(116.334)
De outros	40	(544.845)	7.407.851	(16.933.395)	(10.070.389)	(8.837.636)
Gastos não atribuíveis	31	(204.258.160)	(60.617.586)	(176.393.260)	(441.269.006)	(426.960.668)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	41	1.339.920	(9.376.665)	-	(8.036.745)	(4.037.645)
Outros rendimentos	42	-	-	1.082.841.613	1.082.841.613	1.104.557.164
Outros gastos	42	-	-	(1.041.793.453)	(1.041.793.453)	(1.034.859.620)
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados						
pelo método da equivalência patrimonial	43	-	-	594.136	594.136	373.593
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação)						
classificados como detidos para venda	20	(1.124.011)	(1.091.965)	17.521.001	15.305.025	(15.319.590)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		**224.461.574**	**158.227.038**	**(72.405.439)**	**310.283.173**	**327.905.845**
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	-	-	11.878.785	11.878.785	(57.421.046)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	-	-	(64.301.061)	(64.301.061)	(17.331.130)
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		**224.461.574**	**158.227.038**	**(124.827.716)**	**257.860.897**	**253.153.669**
Atribuível aos acionistas da Companhia		224.461.574	158.227.038	(181.686.694)	201.001.918	173.505.909
Atribuível aos interesses que não controlam	28	-	-	56.858.978	56.858.978	79.647.760
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		**224.461.574**	**158.227.038**	**(124.827.716)**	**257.860.897**	**253.153.668**

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

Diretor Financeiro
Filipe Casimiro Costa Nunes Almeida

Contabilista Certificado
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Vogal

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Sijie DONG
Vogal

Hui CHEN
Vogal

Miguel Barroso Abecasis
Vogal

André Simões Cardoso
Vogal

António Manuel Marques Sousa Noronha
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA
NO EXERCÍCIO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Reservas por impostos diferidos	Ganhos e perdas da venda de Instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	Outras Reservas Reserva legal
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**509.114.564**	**(455.069.584)**	**368.033.781**	**(8.571.011)**	**24.428.611**	**(4.799.661)**	**314.851.335**
Aplicação de resultado e cobertura de resultado transitados	-	-	-	-	(27.269.626)	4.799.661	31.219.653
Distribuição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	189.404.570	-	-	-	-	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos							
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	13.550.699	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	99.634.808	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura							
de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	(36.753.447)	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura							
em cobertura de fluxos de caixa	-	1.440.967	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de cobertura do justo valor	-	(3.725.380)	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio							
valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	(22.977.783)	-
Diferenças de câmbio	-	27.244.758	-	-	-	-	
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	(149.514.831)	-	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	4.241.800	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos		-	-	-	(34.096.684)	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	246.642	-	-	-	-	
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-	-
Variação de rendimento integral de associadas	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos atribuíveis a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA
NO EXERCÍCIO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Reservas por impostos diferidos	Ganhos e perdas da venda de Instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	Outras Reservas Reserva legal
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**509.114.564**	**(164.025.968)**	**218.518.950**	**(4.329.211)**	**(36.937.699)**	**(22.977.783)**	**346.070.988**
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	14.784.984
Transferência de valias realizadas para resultados transitados	-	-	-	-	(312.116)	22.977.783	
Distribuição de Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	136.073.917	-	-	-	-	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos							
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(16.187.307)	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	44.293.758	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura							
de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	14.248.465	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura							
em cobertura de fluxos de caixa	-	(1.164.137)	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de cobertura do justo valor	-	3.496.477	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio							
valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	(1.110.277)	-
Diferenças de câmbio	-	(58.881.096)	-	-	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	38.514.377	-	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	(1.434.880)	-	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos	-	-	-	-	(45.842.333)	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	(218.068)	-	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-	-
Variação de rendimento integral de associadas	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos atribuíveis a interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**509.114.564**	**(42.363.959)**	**257.033.327**	**(5.764.092)**	**(83.092.147)**	**(1.110.277)**	**360.855.972**

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA
NO EXERCÍCIO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

	Outras Reservas						
	Prémios de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses não controlados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**382.666.154**	**1.195.528.274**	**166.327.157**	**180.333.059**	**2.672.842.679**	**324.668.452**	**2.997.511.130**
Aplicação de resultado e cobertura de resultado transitados	-	(74.707.415)	246.290.786	(180.333.059)	-	-	-
Distribuição de Reservas	-	(399.294.420)	-	-	(399.294.420)	-	(399.294.420)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	189.404.570	7.446.339	196.850.909
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos							
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	13.550.699	7.106.917	20.657.616
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	99.634.808	-	99.634.808
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura							
de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	(36.753.447)	1.166.761	(35.586.686)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura							
em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	1.440.967	-	1.440.967
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de cobertura do justo valor	-	-	-	-	(3.725.380)	-	(3.725.380)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio							
valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	(22.977.783)	-	(22.977.783)
Diferenças de câmbio		-	-	-	27.244.758	(5.035.569)	22.209.189
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	-	(149.514.831)	(46.661.597)	(196.176.428)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	4.241.800	(194.984)	4.046.816
Ajustamentos por reconhecimento de impostos	-	-	-	-	(34.096.684)	(334.139)	(34.430.823)
Valorização de imóveis de uso próprio		-	-	-	246.642	-	246.642
Desvios atuariais	-	(29.522.754)	-	-	(29.522.754)	-	(29.522.754)
Variação de rendimento integral de associadas	-	317.468	-	-	317.468	-	317.468
Dividendos atribuíveis a interesses não controlados	-	-	-	-	-	(19.609.676)	(19.609.676)
Outros movimentos	-	3.673.661	(6.295.913)	-	(2.622.252)	(16.354.932)	(18.977.184)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	173.505.909	173.505.909	79.647.760	253.153.668

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA
NO EXERCÍCIO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

	Outras Reservas						
	Prémios de emissão	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses não controlados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**382.666.154**	**695.994.814**	**406.322.030**	**173.505.909**	**2.503.922.750**	**331.845.330**	**2.835.768.080**
Aplicação de resultados	-	-	158.720.925	(173.505.909)	-	-	-
Transferência de valias realizadas para resultados transitados		36.929.101	(59.594.768)	-	-	-	-
Distribuição de Reservas	-	(85.678.560)	-	-	(85.678.560)	-	(85.678.560)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	136.073.917	30.014.388	166.088.305
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos							
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	(16.187.307)	(11.370.118)	(27.557.425)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de capital valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	44.293.758	-	44.293.758
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura							
de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	14.248.465	-	14.248.465
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura							
em cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	(1.164.137)	-	(1.164.137)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos							
de cobertura do justo valor	-	-	-	-	3.496.477	-	3.496.477
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio							
valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	(1.110.277)	-	(1.110.277)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(58.881.096)	(11.028.971)	(69.910.067)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	-	38.514.377	(28.471.580)	10.042.797
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	(1.434.880)	(111.732)	(1.546.612)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos	-	-	-	-	(45.842.333)	(14.501)	(45.856.834)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	-	-	(218.068)	-	(218.068)
Desvios atuariais	-	4.821.775	-	-	4.821.775	-	4.821.775
Variação de rendimento integral de associadas	-	(87.242)	-	-	(87.242)	-	(87.242)
Dividendos atribuíveis a interesses não controlados	-	-	-	-	-	(14.049.208)	(14.049.208)
Outros movimentos	-	(45.661.078)	-	-	(45.661.078)	(118.268.871)	(163.929.949)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	201.001.918	201.001.918	56.858.978	257.860.895
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**382.666.154**	**606.318.810**	**505.448.187**	**201.001.918**	**2.690.108.458**	**235.403.713**	**2.925.512.171**

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

Diretor Financeiro
Filipe Casimiro Costa Nunes Almeida

Contabilista Certificado
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Vogal

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Sijie DONG
Vogal

Hui CHEN
Vogal

Miguel Barroso Abecasis
Vogal

André Simões Cardoso
Vogal

António Manuel Marques Sousa Noronha
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

	2025			2024		
	Acionistas da Companhia	Interesses que não controlam	Total	Acionistas da Companhia	Interesses que não controlam	Total
RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**201.001.918**	**56.858.978**	**257.860.897**	**173.505.909**	**79.647.760**	**253.153.669**
Items que poderão ser reclassificados posteriormente para resultados						
Variação no justo valor de instrumentos de dívida valorizados						
ao justo valor através de reservas	136.073.917	30.014.388	166.088.305	189.404.570	7.446.339	196.850.909
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados						
ao justo valor através de reservas	(16.187.307)	(11.370.118)	(27.557.425)	13.550.699	7.106.917	20.657.616
Variação no justo valor de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	(1.164.137)	-	(1.164.137)	1.440.967	-	1.440.967
Variação no justo valor de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos						
em moeda estrangeira	14.248.465	-	14.248.465	(36.753.447)	1.166.761	(35.586.686)
Variação de diferenças de câmbio	(58.881.096)	(11.028.971)	(69.910.067)	27.244.758	(5.035.569)	22.209.189
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	38.514.377	(28.471.580)	10.042.797	(149.514.831)	(46.661.597)	(196.176.428)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	(1.434.880)	(111.732)	(1.546.612)	4.241.800	(194.984)	4.046.816
Impacto imposto diferido e corrente	(38.806.549)	(14.501)	(38.821.050)	(27.317.745)	(334.139)	(27.651.884)
	72.362.790	**(20.982.514)**	**51.380.276**	**22.296.771**	**(36.506.272)**	**(14.209.501)**
Items que não serão reclassificados posteriormente para resultados						
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio						
valorizados ao justo valor através de reservas	44.293.758	-	44.293.758	99.634.808	-	99.634.808
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados						
ao justo valor através de reservas	(1.110.277)	-	(1.110.277)	(22.977.783)	-	(22.977.783)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura						
do justo valor	3.496.477	-	3.496.477	(3.725.380)	-	(3.725.380)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de terrenos						
e edifícios de uso próprio	(218.068)	-	(218.068)	246.642	-	246.642
Variação de rendimento integral de associadas	(87.242)	-	(87.242)	317.468	-	317.468
Devios atuariais	4.821.775	-	4.821.775	(29.522.754)	-	(29.522.754)
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio	(45.661.078)	(118.268.871)	(163.929.949)	(2.622.252)	(16.354.932)	(18.977.184)
Impacto imposto diferido e corrente	(7.035.784)	-	(7.035.784)	(6.778.939)	-	(6.778.939)
	(1.500.439)	**(118.268.871)**	**(119.769.310)**	**34.571.810**	**(16.354.932)**	**18.216.878**
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	**70.862.351**	**(139.251.385)**	**(68.389.034)**	**56.868.581**	**(52.861.204)**	**4.007.377**
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS CONSOLIDADOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	**271.864.269**	**(82.392.407)**	**189.471.863**	**230.374.490**	**26.786.556**	**257.161.046**

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

Diretor Financeiro
Filipe Casimiro Costa Nunes Almeida

Contabilista Certificado
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Hui CHEN
Vogal

André Simões Cardoso
Vogal

Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Vogal

Sijie DONG
Vogal

Miguel Barroso Abecasis
Vogal

António Manuel Marques Sousa Noronha
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

	2025	2024
1. Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	257.860.897	253.153.668
Ajustamentos por:		
Depreciações e amortizações do exercício	108.397.763	105.129.514
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	(417.036)	21.519.467
Variação dos contratos de seguro direto	151.423.232	110.533.926
Variação dos contratos de resseguro cedido	6.416.910	(53.819.069)
Variação de passivos por contratos de investimento	1.558.897.818	1.222.491.892
Variação de outras provisões	6.899.256	(2.058.862)
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	(23.707.056)	(191.034.848)
Variação de outros ativos e passivos por impostos	32.282.174	(16.341.505)
Variação de outros ativos e passivos	38.183.320	422.313.066
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	103.527.816	104.275.414
Caixa líquida das atividades operacionais	**2.239.765.094**	**1.976.162.663**
2. Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
Variação de Investimentos	(1.653.477.654)	(1.494.546.092)
Investimentos de capital em filiais e associadas	428.295	108.955
Dividendos Recebidos	44.293.839	44.174.405
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(89.142.158)	(74.108.941)
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	399.662	3.900.213
Aquisição de imóveis	(247.184.781)	(176.303.392)
Alienação de imóveis	4.158.368	19.308.195
Caixa líquida das atividades de investimento	**(1.940.524.429)**	**(1.677.466.657)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

	2025	2024
3. Fluxos de Caixa das atividades de financiamento		
Reforço/amortização de empréstimos obtidos	11.158.482	(80.812.603)
Emissão de dívida	-	500.000.000
Juros suportados	(96.735.933)	(83.633.814)
Dividendos pagos a accionistas	(85.678.560)	(418.893.779)
Caixa líquida das atividades de financiamento	**(171.256.012)**	**(83.340.196)**
4. Aumento/diminuição líquido de caixa e seus equivalentes	**127.984.654**	**215.355.810**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	755.954.982	540.599.171
5. Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**883.939.635**	**755.954.982**

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

Diretor Financeiro
Filipe Casimiro Costa Nunes Almeida

Contabilista Certificado
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Hui CHEN
Vogal

André Simões Cardoso
Vogal

Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Vogal

Sijie DONG
Vogal

Miguel Barroso Abecasis
Vogal

António Manuel Marques Sousa Noronha
Vogal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808
2025

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade" ou "Companhia"), com sede em Lisboa, Portugal, no Largo do Calhariz nº 30, é uma sociedade anónima, resultante da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros Português ("Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões" ou "ASF") através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012. Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Fidelidade, o Grupo Fidelidade via Longrun Portugal, SGPS, S.A. ("Longrun"), passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd. Com a dissolução e liquidação da Longrun em 26 de setembro de 2024, a Fidelidade passou a ser detida pela Millennium Gain Limited ("Millennium Gain").

A Companhia tem como objeto social o exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos, nos termos do respetivo estatuto que rege a sua atividade.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Companhia dispõe de filiais em Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Perú, Bolívia, Paraguai, Chile e Liechtenstein, de Sucursais em Espanha, França e Luxemburgo e livre prestação de serviços (LPS) em Itália, Alemanha, República Checa, Espanha, Polónia e Eslováquia.

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, que juntas formam o Grupo Fidelidade ("Grupo").

As Companhias de seguro do Grupo participadas pela Companhia incluem a Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. ("Via Directa"), Fidelidade Re – Companhia de Resseguros, S.A. ("Fidelidade Re"), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. ("Garantia"), Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade Angola"), Multicare - Seguros de Saúde, S.A. ("Multicare"), a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade Assistência"), Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade Macau"), Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade Macau Vida"), La Positiva Seguros Y Reaseguros S.A.A. ("La Positiva"), La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A. ("La Positiva Vida"), Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A. ("Alianza Vida"), Alianza Compañía de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A. ("Alianza"), Alianza Garantía Seguros Y Reasseguros S.A. ("Alianza Garantia"), La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud ("EPS"), FID Chile Seguros Generales, S.A. ("Fid Chile"), Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade Moçambique") e Liechtenstein Life Assurance AG ("LLA").

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da consolidação da Fidelidade e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras consolidadas ("demonstrações financeiras") da Fidelidade em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2026. Na data de emissão das demonstrações financeiras, estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

2.1. Bases de preparação e princípios de consolidação

2.1.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar nº 9/2022-R, de 2 de novembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2025, o Grupo adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2025. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 2.18. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2025, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2024. As políticas contabilísticas que sofreram alterações apresentam-se discriminadas na nota 2.18.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Os totais nas demonstrações financeiras e nos quadros das notas às demonstrações financeiras poderão não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. Os valores 0 e (0) indicam montantes positivos ou negativos arredondados para zero, ao passo que o traço (-) indica zero.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e imóveis de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Os ativos correntes detidos para venda e os grupos detidos para venda são registados ao menor do seu custo ou do seu justo valor deduzido dos custos de venda. O passivo sobre as responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades líquidas dos fundos de pensões.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.17.

2.1.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (nota 3).

2.2. Investimentos em filiais (subsidiárias)

São classificadas como filiais as entidades (incluindo fundos de investimento) sobre as quais o Grupo exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As entidades filiais são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma filial, atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa filial, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

2.3. Concentrações de atividades empresariais e goodwill

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a filial, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na IFRS 3 – "Concentrações de atividades empresariais" são registados pelo respetivo justo valor.

O goodwill é inicialmente mensurado ao custo, que corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O goodwill positivo é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

O Grupo tem a possibilidade de contabilizar os interesses não controlados ao justo valor ou pela parte proporcional do valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, o que implica que o valor total do goodwill possa ser contabilizado nas demonstrações financeiras, incluindo a parcela atribuível aos interesses não controlados, por contrapartida de interesses não controlados, se a primeira opção for escolhida. O Grupo está a reconhecer os interesses não controlados pela parte proporcional dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma filial excede o custo de aquisição (goodwill negativo), o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de resultados do exercício.

Em conformidade com a IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais, se a contabilização inicial de uma combinação de negócios não estiver concluída até ao final do primeiro período de relato financeiro em que ocorre a combinação, esta é registada pelos respetivos valores provisórios. Estes valores provisórios poderão ser ajustados durante o período de mensuração, que não poderá exceder um ano a partir da data de aquisição. Durante este período, o Grupo deverá ajustar retrospetivamente as quantias reconhecidas provisoriamente na data de aquisição, de modo a refletir novas informações obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que, se fossem conhecidas, teriam afetado a mensuração das quantias reconhecidas nessa data.

Durante este período, o Grupo deve também reconhecer ativos e passivos adicionais, caso sejam obtidas novas informações sobre factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição e que, se fossem conhecidas, teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido goodwill adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transações eliminadas em consolidação

Os saldos e transações entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transações, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transações com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

Imparidade

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – "Imparidade de ativos". Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Se o goodwill tiver sido imputado a uma unidade geradora de caixa e a entidade alienar uma atividade dessa unidade, o goodwill associado à unidade operacional alienada deve ser:

(a) incluído na quantia escriturada da unidade operacional quando se apura o ganho ou perda no momento da alienação; e

(b) mensurado com base nos valores relativos da atividade alienada e da porção da unidade geradora de caixa retida, a não ser que a entidade possa demonstrar que algum outro método reflete melhor o goodwill associado à atividade alienada.

2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades "associadas" aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Presume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. O Grupo pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo sobre a atividade da entidade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11 – "Acordos Conjuntos, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou realizar pagamentos em nome da associada ou empreendimento conjunto será reconhecida uma provisão.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente e sempre que existam indícios que determinado investimento possa estar em imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, o Grupo constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (euros) com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor através de reservas.

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a moeda utilizada no espaço económico em que opera - denominada moeda funcional. Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são convertidos para Euros, a moeda funcional do Grupo, da seguinte forma:

• Ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de fecho;

• Rendimentos e gastos de cada Demonstração dos Resultados são convertidos à taxa de câmbio média do período;

• Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas na Reserva de reavaliação de diferenças de câmbio;

• O Capital Próprio das filiais no estrangeiro é convertido à taxa de câmbio histórica do momento da sua realização de acordo com a IAS 21 – Efeitos de alterações em taxas de câmbios.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão de valores de balanço em moeda estrangeira são as taxas de referência do Banco de Portugal.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (trade date) pelo respetivo justo valor. No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

• Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado;

• Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas; ou

• Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

A classificação efetuada depende dos seguintes aspetos, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados:

• O modelo de negócio da entidade para a gestão do ativo financeiro;

• As características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

O Grupo procedeu a uma avaliação do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos ao nível do portfolio, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão.

A informação considerada nesta avaliação inclui:

• as políticas e objetivos estabelecidos para o portfólio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia de gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, mantendo um determinado perfil de taxa de juro, adequando a duração dos ativos financeiros à duração dos passivos que financiem estes ativos ou na realização de cash-flows através da venda dos ativos;

• a forma como a performance do portfólio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Grupo;

• a avaliação dos riscos que afetam a performance do modelo de negócio (e dos ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como esses riscos são geridos;

• a remuneração dos gestores de negócio, i.e., em que medida a compensação depende do justo valor dos ativos sob gestão ou cash-flows contratuais recebidos; e,

• a frequência, volume e periodicidade das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas e as expectativas sobre as vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Grupo estabelece objetivos de gestão dos ativos financeiros e de como os cash-flows são obtidos.

Avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI - Solely Payments of Principal and Interest)

Para efeitos desta avaliação, capital é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. Juro é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período e para outros riscos e custos associados à atividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, o Grupo considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI. No processo de avaliação, o Grupo tem em consideração:

• Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;

• Características que resultem em alavancagem;

• Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;

• Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se:

• O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;

• O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados, mas não pagos (poderá incluir uma compensação razoável pelo pagamento antecipado);

• O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

A classificação dos ativos financeiros segue assim o seguinte esquema:

Fluxos de Caixa Contratuais	Modelo de Negócio	Classificação dos ativos financeiros
Fluxos de Caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI)	Receber fluxos de caixa contratuais	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado
	Receber fluxos de caixa contratuais e venda	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas ou ao justo valor através de resultados
Outros (não-SPPI)	Derivados e outros instrumentos financeiros utilizados para cobertura de riscos	Derivados de cobertura ou Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados
	Adquiridos para venda a curto prazo	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados
	Grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos em conjunto, para os quais existe uma tendência para tomada de lucros no curto prazo	
	Outros	

No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente investimentos em instrumentos de capital próprio como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas quando estes atendem à definição de instrumentos de capital da IAS 32 e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

i. Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais;

- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

A categoria de Ativos financeiros ao custo amortizado inclui aplicações em instituições de crédito, instrumentos de dívida e outros empréstimos com base num modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas, as quais são registadas por contrapartida da rubrica Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado da Demonstração dos Resultados.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de resultados, com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado.

ii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas (FVOCI) se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro;

- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Estes instrumentos são essencialmente compostos por instrumentos de dívida à exceção de títulos de capital considerados estratégicos para o Grupo para os quais, no reconhecimento inicial, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar em outro rendimento integral as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumulados em reservas são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas.

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, por contrapartida de reservas, e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas são reconhecidos na rubrica de Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de resultados com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respetivos ganhos ou perdas acumuladas registadas em por ajustamento no justo valor de instrumentos de capital próprio ao justo valor através de reservas transferidas para resultados transitados no momento do seu desreconhecimento.

iii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados (FVPL) se o modelo de negócio definido pelo Grupo para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI.

Adicionalmente, o Grupo pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de resultados sobre os mesmos em diferentes bases.

O Grupo classificou como Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados os seguintes tipos de ativos:

- Os ativos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo (ativos de negociação); no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura);

- Os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI);

- Os ativos financeiros que o Grupo optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o accounting mismatch (fair value option);

- Os ativos financeiros que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transações efetuadas pelo Grupo no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de Rendimentos de outros com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

iv. Ativos vendidos com acordo de recompra (repos) e ativos comprados com acordo de revenda (reverse repos)

Os ativos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em Outros Passivos Financeiros. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os ativos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço da compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado em Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

v. Justo valor

Os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

No caso dos futuros de moeda, estes são valorizados tendo por base o mesmo time stamp dos respetivos instrumentos cobertos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;

- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados encontram-se valorizados tendo por base o price to book value e modelos internos de desconto de fluxos de caixa futuros.

vi. Desreconhecimento de ativos financeiros

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo de receber os seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O Grupo considera que reteve ou não o controlo dos ativos financeiros transferidos se, e só se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

vii. Transferências entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospetivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionadas com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de reservas, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva ou ao justo valor através de resultados. O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa e os passivos associados aos produtos Unit Linked (ver nota 2.13). Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados na rubrica de Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores, valores recebidos em operações de reporte e ainda passivos incorridos para pagamento de de serviços ou compra de ativos, registados em Outros credores por operações de seguros e outras operações.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos prestações de acordo com o método da taxa efetiva.

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor através dos resultados na data da sua contratação. Adicionalmente são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);

- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em contratos não derivados ou em contratos de base em passivos financeiros são separados e tratados como derivados autónomos, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;

- Um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado; e

- O contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

O Grupo adotou disposições da IFRS 9 em relação à contabilidade de cobertura por entender que esta opção é a mais alinhada com a sua gestão de risco.

O Grupo investe em derivados com o objetivo de cobertura da sua exposição a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), que aplica para cobrir instrumentos de capital próprio relativamente ao qual o Grupo optou por apresentar as alterações no justo valor em outro rendimento integral.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- deve existir uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;

- o risco de crédito da contraparte do item coberto ou do instrumento de cobertura não deve ter um efeito dominante sobre as alterações de valor resultantes dessa relação económica; e

- o rácio de cobertura da relação de contabilidade de cobertura, entendida como a parte do item coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão. Aquando do estabelecimento de uma relação de cobertura, o Grupo procede à formalização de toda a informação relativa às diferentes relações de cobertura onde se encontram identificados os instrumentos de cobertura e o item coberto, a natureza do risco a ser coberto e como o Grupo avalia se a relação de cobertura cumpre os requisitos de eficácia da cobertura. Estes pressupostos são monitorizados de forma a garantir a efetividade da cobertura.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;

- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);

- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;

- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Os derivados de cobertura de justo valor em instrumentos de capital próprio são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em outro rendimento integral, caso se demonstre que a cobertura é eficaz, pela diferença entre a variação de justo valor do item coberto e o justo valor do derivado. Neste caso, a ineficácia da cobertura reconhecida é apresentada em outro rendimento integral.

No caso dos derivados de cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, desde que a cobertura seja determinada como uma cobertura eficaz, são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em capital próprio. A porção ineficaz dos resultados, caso exista, é apurada pela diferença entre os resultados apurados nos derivados de cobertura e a variação de justo valor do item coberto e reconhecida nos resultados do exercício.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efetiva da relação de cobertura. A parte inefetiva é reconhecida em resultados do período. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respetiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do período no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Derivados ao justo valor através de resultados

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;

- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IFRS 9, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos de macro ou cobertura de carteiras, ou por os resultados dos testes de eficácia revelarem que a mesma não é eficaz;

- Derivados contratados com o objetivo de trading.

Os derivados ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e gastos do exercício, na rubrica de Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em Rendimentos de outros. As reavaliações positivas e negativas são registadas na rubrica Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados e Outros passivos financeiros, respetivamente.

d) Perdas por imparidade

Instrumentos financeiros sujeitos ao reconhecimento de perdas por imparidade

O Grupo reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros registados nas seguintes rubricas contabilísticas:

- Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - As perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado.

- Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas - As perdas por imparidade em instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidas em resultados, na rubrica Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, por contrapartida de reservas (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros).

As perdas por imparidade são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

Abordagem Geral

A provisão para perdas de créditos esperadas é apurada considerando no momento da avaliação, a exposição ao risco (valor monetário do empréstimo), a respetiva probabilidade de default (PD), a respetiva severidade expectável da perda (LGD), incorporando o efeito de forward looking, bem como o relevante fator de desconto. Trata-se um aferimento do risco tendo em conta uma estimativa de probabilidade e valor temporal dos fluxos de caixa futuros a serem avaliados.

Esta avaliação é complementada por avaliação da degradação ou não da notação de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Uma deterioração significativa da notação de crédito implica que a avaliação deixe de ser feita numa perspetiva anual, passando a ser feita para a duração remanescente do empréstimo. Empréstimos sem deterioração de rating são assim considerados em estágio 1, empréstimos com deterioração de rating são considerados em estágio 2, sendo o estágio 3 constituídos por empréstimos com evidência objetiva de default.

Em termos genéricos, uma degradação significativa de rating a partir do reconhecimento inicial, para um ativo financeiro cujo rating no momento de reconhecimento inicial seja superior a BBB, é dada pela descida de pelo menos 2 notações de rating abaixo de BBB. Para um ativo financeiro cujo rating no momento de reconhecimento inicial seja BBB ou inferior, é considerada uma degradação significativa de rating quando existe uma descida de pelo menos 2 notações de rating face à notação inicial. Esta decisão será sempre suportada numa análise caso a caso dos fatores da descida do rating.

As provisões para perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas de créditos esperadas reflete quantitativamente a perda expectável de um evento de incumprimento nos próximos 12 meses (12 month expected credit losses).

No caso das outras exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é requerida uma provisão para as perdas de crédito ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento do incumprimento, o que é qualificado como uma perda de crédito lifetime (lifetime expected credit losses).

À data de cada reporte, o Grupo avalia se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, o Grupo compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reporte com o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reconhecimento inicial e considera todas as informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos.

O Grupo utiliza para a avaliação creditícia os ratings de pelo menos 3 agências credenciadas pelo regulador European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA) aplicando o critério do segundo melhor rating, limitado, em termos gerais, ao rating da emissão ou, caso não disponível ou não aplicável, ao rating do emitente ou alternativamente ao rating do grupo financeiro correspondente. Em último caso, numa situação em que esta informação não esteja disponível, o Grupo procura aferir, através de uma metodologia de scoring, um rating interno baseado numa análise das demostrações financeiras disponíveis.

O Grupo considera um ativo financeiro como estando em incumprimento quando este estiver vencido há 90 dias, sendo improvável que o Grupo receba os valores contratuais em aberto na íntegra. O valor contabilístico de um ativo financeiro nesta fase, estágio 3, é reduzido refletindo meramente o recovery value não havendo expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

	Variação do risco de crédito desde o reconhecimento inicial		
	Estágio 1	**Estágio 2**	**Estágio 3**
Critério de classificação	Reconhecimento inicial	Aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	Em situação de imparidade
Perdas por imparidade	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos à aplicação do modelo de imparidade pela abordagem geral e são classificados nos seguintes estágios para mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas:

- **Estágio 1:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e para os quais a provisão para perdas é mensurada por um valor igual a uma perda de crédito esperada a 12 meses;

- **Estágio 2:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas que não são ativos financeiros com redução ao valor recuperável e para os quais a provisão para perdas é avaliada num valor igual à perda de crédito lifetime;

- **Estágio 3:** Ativos financeiros com redução ao valor recuperável à data do reporte (mas que não foram comprados ou originados com redução ao valor recuperável) e que estão em imparidade (ativos em default).

Abordagem Simplificada

O Grupo avalia as perdas de crédito esperadas associadas à rubrica de Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações, tendo por base informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis e que sejam suscetíveis de afetar o risco de crédito. A avaliação depende da natureza do ativo, sendo para os recibos por cobrar efetuada uma análise de incobrabilidade dos prémios e para os mediadores, resseguradores e outros devedores uma análise baseada no negócio e experiência passada das perdas.

2.7. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, na rubrica Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo dois anos entre avaliações efetuadas por peritos independentes.

2.8. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao uso destes ativos são reconhecidos como gastos do exercício, exceto no que se refere às despesas que reúnam as condições passíveis de serem capitalizáveis e as quais são depreciadas ao longo da respetiva vida útil.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, de acordo com as taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos ativos e são registadas em gastos do exercício, às seguintes taxas de depreciação:

Tipo de ativos	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento administrativo	8-10
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	6
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5-10
Direito de uso - Imóveis	3-19
Direito de uso - Frota automóvel	4-5

Os terrenos não são objeto de depreciação, tendo em conta que estes não têm uma vida útil definida. O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados do exercício, na rubrica Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros.

As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do respetivo ativo.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo tangível é determinado como base na diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do respetivo ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Adicionalmente, os imóveis em construção são reconhecidos ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade e não são depreciáveis. Os custos dos mesmos compreendem o custo direto de construção e os custos inerentes ao empréstimo obtido para a construção destes imóveis. Os imóveis em construção são reclassificados para imóveis firmes, quando se encontrarem disponíveis para uso.

2.9. Locações

Na data de início de um contrato, o Grupo avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, o Grupo avalia o seguinte: i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável - este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável; ii) o Grupo tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso, e iii) o Grupo tem o direito de definir o uso do ativo. O Grupo

tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar como e com que objetivo o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é predeterminado, o Grupo tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) o Grupo tem o direito para operar o ativo; ou (ii) o Grupo projeta um ativo de uma forma que determina o como e com que objetivo este irá ser utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que que contenha uma componente de locação, o Grupo aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios nas quais a entidade é locatário, o Grupo optou por não separar as componentes de não locação e contabilizar as componentes de locação e não locação como uma única componente de locação.

Locatário

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. A taxa de desconto dos pagamentos será determinada como a taxa implícita no contrato de locação, ou seja, a taxa que faz com que o valor atualizado dos pagamentos de locação e o valor residual não garantido seja igual ao justo valor do ativo subjacente acrescido dos custos diretos suportados pelo locador. Se a taxa implícita na locação não for facilmente determinável, irá ser usada a taxa incremental de financiamento, isto é, uma taxa de desconto que é possível obter para conseguir, com a mesma maturidade e garantia semelhante, os fundos necessários para a aquisição do ativo subjacente.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo:

i) Aumentando a quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o passivo da locação;

ii) Reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados;

iii) Remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

O Grupo optou por utilizar as isenções aplicáveis à norma sobre contratos de locação para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial (com exceção das locações relativas a arrendamento de imóveis), e sobre contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. O Grupo possui locações de determinados equipamentos de escritório (por exemplo, computadores pessoais) consideradas de baixo valor. O Grupo elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Para todos os contratos de locação abrangidos pelas isenções, os pagamentos de locações associados a esses contratos são reconhecidos como gastos.

Locador

As locações continuam a ser classificadas como locações financeiras ou locações operacionais, não implicando alterações significativas face ao definido anteriormente. Os ativos em regime de locação financeira são registados na posição financeira como Contas a receber por outras operações, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes dos planos financeiros dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como Outros rendimentos/gastos.

2.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software das atividades do Grupo. Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos, com exceção dos projetos informáticos estruturantes, podendo ir até a um período de 10 anos. As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O Grupo regista igualmente como intangível, o valor atual de negócios adquiridos (associado a contratos de investimento) no âmbito duma concentração de atividades empresariais. Estes ativos são igualmente mensurados ao custo amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Sempre que numa concentração de atividades empresariais sejam identificadas marcas, o Grupo procede ao seu reconhecimento em separado sendo mensuradas ao justo valor na data da aquisição.

As marcas não se encontram sujeitas a amortização por se considerar não terem uma vida útil definida. Ao custo são deduzidas perdas por imparidade acumuladas, caso existam.

O Grupo realiza testes de imparidade às marcas anualmente, ou sempre que existam indícios de imparidade.

2.11. Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo, sediadas em Portugal, estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro, encontram-se igualmente sujeitas ao mesmo tipo de imposto (Corporate Income Tax) nos termos vigentes nos respetivos países. Ao IRC e à Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2025 e 2024 é de 21,5% e 22,5%, respetivamente, é acrescida a respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

As contas das sucursais do Grupo são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

As empresas do Grupo com sede em Portugal são tributadas em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Fidelidade (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das sociedades dominadas que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo às diversas empresas do Grupo com sede em Portugal é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Fidelidade.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a (i) regime transitório estabelecido na Lei n.º 82-A/2023, de 29 de dezembro decorrente da adoção da norma contabilística IFRS 17 – Contratos de Seguros, (ii) efeito financeiro dos contratos de seguro e resseguro e (iii) valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e, (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

O Grupo cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

2.12. Provisões, passivos e ativos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As Outras provisões destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas às contas, quando for provável a existência de influxo de benefícios económicos futuros.

2.13. Contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento

O Grupo adota a IFRS 17 – Contratos de seguro, que estabelece os princípios contabilísticos que uma entidade deve aplicar ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro.

Ativos e passivos cobertos por contratos de seguro e resseguro

a) Classificação

Contratos de seguro e resseguro aceite

Atualmente o Grupo emite contratos que incluem risco de seguro, financeiro ou de ambos. Assim, foi avaliado se os contratos detidos pelo Grupo aceitam um risco de seguro significativo de outra parte, concordando em compensar o tomador do seguro se ocorrer um evento futuro incerto que o afete adversamente. O Grupo também comercializa contratos com risco maioritariamente financeiro (com risco de seguro não significativo) em que existe uma participação nos resultados discricionária atribuída aos tomadores de seguro, sendo os mesmos considerados como contratos de seguro.

No caso de contratos em que o risco é essencialmente financeiro, sem a participação discricionária nos resultados referida anteriormente, o Grupo regista estes contratos como instrumentos financeiros e assim mensurados conforme a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Contratos de resseguro cedido

O Grupo celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro para uma ou mais entidades resseguradoras, sendo estes acordos também mensurados pela IFRS 17.

b) Agrupamento

O Grupo agrupa os contratos de seguro em função:

• de estarem sujeitos a riscos similares e serem geridos em conjunto;

• da sua rentabilidade ou onerosidade;

• do seu ano de emissão ou cohort (coincidente com o ano civil).

De um modo geral, o Grupo classifica a rendibilidade dos contratos em dois grupos:

• contratos onerosos;

• contratos não onerosos ou sem probabilidade significativa de se tornarem onerosos.

De acordo com a IFRS 17, o Grupo decidiu aplicar esta metodologia também para os contratos de resseguro cedido.

c) Reconhecimento

O Grupo reconhece um grupo de contratos de seguro a partir da primeira das seguintes datas:

• início do período de cobertura dos contratos;

• em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro se torna exigível;

• para um grupo de contratos onerosos, a data em que o mesmo se torna oneroso.

d) Modelos de mensuração dos contratos de seguro

A avaliação dos contratos de seguro baseia-se num modelo que utiliza pressupostos atualizados em cada data de reporte, existindo várias abordagens de cálculo.

i) Modelo geral (GMM)

Este é o método por defeito para a avaliação dos contratos de seguro, exceto se estiverem reunidas as condições para a aplicação da Abordagem da imputação do prémio ou da Abordagem de taxa variável. O Modelo geral exige que as entidades valorizem os contratos de seguro pelo total de:

1. Cumprimento de fluxos de caixa, que incluem:

a. estimativas dos fluxos de caixa futuros que estejam dentro das fronteiras contratuais;

b. descontados de forma a refletir o valor temporal do dinheiro, e os riscos financeiros inerentes a estes fluxos; e

c. um ajustamento do risco dos fluxos de caixa futuros para a incerteza associada aos pressupostos não financeiros;

2. Margem de Serviço Contratual (CSM): que representa o lucro esperado ainda não realizado dos grupos de contratos de seguro e será reconhecido em Réditos de contratos de seguro na Demonstração dos Resultados à medida que o serviço for prestado.

ii) Abordagem de imputação do prémio (PAA)

Este é um método simplificado do modelo geral, aplicável a contratos com um período de cobertura igual ou inferior a um ano, ou para contratos com uma duração superior em que a avaliação do passivo de cobertura remanescente não difere significativamente da apurada pelo modelo geral.

O passivo relativo a sinistros ocorridos deve ser calculado através da inclusão de todos os fluxos de caixa futuros decorrentes do cumprimento de sinistros ocorridos que não tenham sido pagos, utilizando as taxas de desconto e o ajustamento de risco para o risco não financeiro.

No reconhecimento inicial, o ativo/passivo de contratos de seguro por serviços futuros deve consistir em:

• prémios recebidos no reconhecimento inicial;

• menos os fluxos de caixa da aquisição de seguros nessa data; e

• qualquer montante resultante do desreconhecimento nessa data do ativo ou passivo reconhecido para os fluxos de caixa da aquisição do seguro.

No reconhecimento inicial, bem como ao longo do período de cobertura dos contratos, é feita uma avaliação para determinar se existem factos e circunstâncias que indiquem que os contratos são onerosos. Um grupo de contratos é considerado oneroso na medida em que os fluxos de caixa decorrentes da sua execução excedam o seu valor contabilístico.

Nestes casos, é registada uma perda na rubrica Gastos de contratos de seguro da Demonstração dos Resultados e a rubrica Passivos por contratos de seguro é acrescida da cobertura remanescente, que é amortizada durante o período de vigência dos contratos.

Por tipologia de produtos, os modelos adotados para a mensuração de contratos de seguro e resseguro do Grupo são:

Segmento	Tipo de produto	Modelo de mensuração
Ramo vida	Rendas	GMM
	Capitalização	
	Risco [1]	
	Risco [2]	PAA
	Resseguro	
Ramo não vida	Resseguro	PAA
	Seguro Direto	

[1] Com limite contratual superior a um ano;
[2] Produtos cujo período de cobertura seja igual ou inferior a um ano; e/ou aqueles cuja mensuração de contratos sob PAA e GMM (i) não difere significativamente e (ii) não é expectável uma variabilidade significativa na estimativa de fluxos de caixa futuros.

Estimativa de fluxos de caixa futuros

O apuramento das estimativas de fluxos de caixa futuros tem em consideração:

- a incorporação, de forma imparcial, de todas as informações disponíveis razoáveis e suportáveis sem custos ou esforços excessivos sobre o montante, momento e incerteza desses fluxos de caixa futuros. Para tal, o Grupo estima o valor esperado para um vasto leque de resultados possíveis;

- refletir a perspetiva do Grupo, desde que as estimativas das variáveis de mercado relevantes sejam consistentes com os preços de mercado observáveis para estas mesmas variáveis;

- as estimativas refletirem as condições existentes à data da mensuração, incluindo pressupostos à data sobre o futuro (serem correntes); e

- que o Grupo estima o ajustamento para o risco não financeiro separadamente das outras estimativas, assim como o ajustamento para o valor temporal do dinheiro e o risco financeiro.

Relativamente ao resseguro cedido, o Grupo apura o ajustamento de risco, para o risco não financeiro, de modo a representar o montante de risco transferido pelo tomador da Companhia de contratos de resseguro para emitente desses contratos.

Taxa de desconto – valor temporal do dinheiro

O Grupo realiza o ajustamento às estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros relacionados com estes fluxos de caixa utilizando taxas de desconto que, de acordo com o normativo:

- reflitam o valor temporal do dinheiro, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;

- sejam consistentes com os preços de mercado atuais observáveis para os instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características sejam consistentes com as dos contratos de seguro; e

- excluam o efeito dos fatores que influenciam os preços de mercado observáveis que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Assim, o Grupo optou por utilizar a curva sem risco fornecida pela EIOPA adicionando o ajustamento de volatilidade (bottom-up), para os ramos não vida e vida risco.

Adicionalmente, é utilizada a metodologia top-down para obter as taxas de desconto a aplicar à nova produção dos grupos de contratos vida, partindo de uma taxa de desconto de um instrumento financeiro de referência com características semelhantes às do passivo e eliminando a probabilidade de incumprimento, para produtos vida.

Para a apresentação dos custos e proveitos financeiros dos contratos de seguro decorrentes da alteração da taxa de desconto, quer pelo efeito do valor temporal do dinheiro, quer pelo efeito do risco financeiro, o Grupo optou pela política contabilística de repartir estes custos e proveitos financeiros entre o registo no Resultado da componente financeira e no Outro rendimento integral, de forma a minimizar as assimetrias contabilísticas na valorização e reconhecimento dos investimentos financeiros no âmbito da IFRS 9 e dos contratos de seguro no âmbito da IFRS 17.

Por tipologia de produtos, as abordagens para determinação das taxas de desconto aplicadas são:

Segmento	Tipo de produto	Abordagem
Ramo vida	Rendas	Top-down
	Risco	Bottom-up
	Capitalização com taxa garantida	Abordagem estocástica
Ramo não vida	Resseguro	Bottom-up
	Seguro Direto	

As taxas de desconto utilizadas com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como se segue:

	2025					
	Grupo de Contratos mensurados pelo modelo PAA					
Moeda	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos	50 anos
EUR	2,216%	2,619%	3,003%	3,349%	3,406%	3,390%
CHF	-0,077%	0,281%	0,632%	1,120%	1,415%	1,724%
AOA	13,439%	13,291%	13,883%	12,714%	10,924%	8,839%
MOP	2,521%	2,608%	2,982%	3,326%	3,417%	3,463%
PEN	3,630%	4,193%	5,636%	6,453%	6,333%	6,044%
BOB	5,739%	6,071%	6,507%	6,802%	6,176%	5,243%
PYG	3,630%	4,505%	5,863%	6,452%	6,316%	6,034%
CLP	4,331%	4,907%	5,205%	5,126%	4,960%	4,745%
CVE	13,439%	13,291%	13,883%	12,508%	10,293%	7,667%
MZN	13,439%	13,291%	13,883%	12,714%	10,924%	8,839%

	2025					
	Grupo de Contratos mensurados pelo modelo GMMm*					
Moeda	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos	50 anos
EUR	2,574%	3,233%	3,828%	3,871%	3,849%	3,849%

	2025					
	Grupo de Contratos mensurados pelo modelo GMM, segundo a abordagem Bottom Up					
Moeda	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos	50 anos
USD	3,801%	3,767%	4,136%	4,636%	4,616%	4,324%
EUR	2,216%	2,619%	3,003%	3,349%	3,406%	3,390%
VAC	1,110%	1,948%	2,977%	3,337%	3,199%	2,953%
PEN	3,630%	4,193%	5,636%	6,453%	6,333%	6,044%

	2025					
	Grupo de Contratos mensurados pelo modelo GMM, segundo a abordagem Top Down					
Moeda	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos	50 anos
USD	4,543%	4,589%	4,562%	4,183%	3,925%	3,681%
EUR	2,897%	3,502%	3,828%	3,685%	3,493%	3,299%
VAC	3,208%	3,552%	3,629%	3,322%	3,091%	2,868%
PEN	4,452%	5,824%	6,003%	5,985%	5,921%	5,846%

	2024					
	Grupo de Contratos mensurados pelo modelo PAA					
Moeda	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos	50 anos
EUR	2,466%	2,372%	2,497%	2,489%	2,576%	2,819%
CHF	0,020%	0,140%	0,350%	0,871%	1,230%	1,612%
AOA	15,252%	15,473%	14,655%	12,586%	10,749%	8,756%
MOP	3,950%	3,662%	3,706%	3,756%	3,738%	3,693%
PEN	4,270%	5,463%	6,850%	7,203%	6,887%	6,419%
BOB	5,462%	6,138%	6,299%	6,743%	6,162%	5,217%
PYG	4,270%	5,463%	6,850%	7,203%	6,887%	6,419%
CLP	4,685%	5,604%	5,673%	5,403%	5,156%	4,867%
CVE	15,252%	15,473%	14,655%	12,324%	10,055%	7,546%
MZN	15,252%	15,473%	14,655%	12,586%	10,749%	8,756%

	2024					
	Grupo de Contratos mensurados pelo modelo GMMm*					
Moeda	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos	50 anos
EUR	2,736%	3,265%	3,619%	3,370%	3,908%	3,908%

	2024					
	Grupo de Contratos mensurados pelo modelo GMM, segundo a abordagem Bottom Up					
Moeda	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos	50 anos
USD	4,550%	4,387%	4,437%	4,473%	4,205%	3,942%
EUR	2,466%	2,372%	2,497%	2,489%	2,576%	2,819%
VAC	1,302%	2,798%	3,282%	3,315%	3,172%	2,968%
PEN	4,270%	5,463%	6,850%	7,203%	6,887%	6,419%

	2024					
	Grupo de Contratos mensurados pelo modelo GMM, segundo a abordagem Top Down					
Moeda	1 Ano	5 Anos	10 Anos	20 Anos	30 Anos	50 anos
USD	4,550%	4,387%	4,437%	4,473%	4,205%	3,942%
EUR	2,835%	3,204%	3,440%	3,433%	3,382%	3,319%
VAC	1,302%	2,798%	3,282%	3,315%	3,172%	2,968%
PEN	4,270%	5,463%	6,850%	7,203%	6,887%	6,419%

(*) Produtos de capitalização com taxa garantida com participação nos resultados

Ajustamento do risco não financeiro

O ajustamento do risco não financeiro reflete a compensação necessária para suportar a incerteza quanto ao montante e ao momento dos fluxos de caixa associados, que decorrem do risco não financeiro. A determinação do ajustamento deste risco baseia-se maioritariamente em informações sobre a melhor estimativa do passivo e dos requisitos de capital, que se baseiam no cálculo do Value at Risk (VaR) e Cost of Capital (CoC), com intervalo de confiança de 75%, das obrigações associadas aos contratos de seguro e, no caso do resseguro cedido, do risco transferido pelo Grupo para o emitente dos contratos de resseguro.

O Grupo optou por desagregar as variações do risco financeiro e do risco não financeiro, pelo que a variação do valor do ajustamento de risco resultante do efeito do valor temporal do dinheiro é registada como resultado financeiro de seguros.

Margem de serviços contratuais (CSM)

A CSM representa o lucro esperado, ainda não realizado, dos grupos de contratos de seguro que será reconhecido à medida que o serviço for prestado. A CSM é, no final de cada período de reporte, o montante determinado no início do período, ajustado por:

- o efeito de novos contratos;
- juros creditados à CSM durante o período de reporte, calculados às taxas de desconto determinadas à data do reconhecimento inicial;
- alterações nos fluxos de caixa relacionados com o serviço futuro, a não ser que o aumento exceda o montante da CSM, gerando uma perda, ou que as reduções dos mesmos sejam imputadas à componente de perda do passivo de cobertura remanescente;
- o efeito das variações cambiais na CSM; e
- o montante reconhecido nos lucros ou prejuízos do período devido a serviços prestados nesse período.

O critério geral para a libertação da CSM deve ter como principal fator o serviço de seguro prestado, dependendo da tipologia do produto, sendo que o método considerado reflete a cobertura de seguro prestada em cada período. Para o efeito, será tido em consideração o montante das prestações concedidas aos tomadores de seguros em cada momento, de acordo com os diferentes níveis de cobertura.

Relativamente ao resseguro cedido, não existe um lucro esperado ainda não realizado, mas sim um gasto/rédito líquido na aquisição do contrato de resseguro. Deste modo, no reconhecimento inicial o Grupo reconhece um gasto/rédito líquido na aquisição pelo Grupo de contratos de resseguro como uma margem de serviços contratuais apurada de acordo com:

- o cumprimento dos fluxos de caixa;
- o montante desreconhecido na data de reporte de qualquer ativo/passivo reconhecido anteriormente pelos fluxos de caixa do Grupo de contratos de resseguro;
- novos fluxos de caixa; e
- rendimentos reconhecidos na Demonstração dos Resultados do exercício.

Contratos onerosos

O Grupo classificou os contratos mensurados pelo modelo geral em grupos de onerosidade, tendo em conta o cumprimento dos fluxos de caixa, os custos de aquisição e quaisquer outros fluxos atribuíveis aos contratos de seguro. A avaliação é normalmente efetuada contrato a contrato. Os contratos mensurados através da Abordagem da imputação do prémio são, por defeito, assumidos como não onerosos no reconhecimento inicial, a não ser que factos e circunstâncias indiquem o contrário.

À semelhança da margem de serviço contratual, que representa o lucro futuro estimado do contrato de seguro, a componente de perda é a perda estimada do contrato. O reconhecimento contabilístico destes dois elementos acontece em momentos distintos: enquanto a margem é diferida ao longo da vida do contrato de acordo com os seus limites contratuais, a componente de perda é reconhecida na Demonstração dos Resultados logo que a sua existência seja conhecida. Assim, durante a vida de um contrato, os pressupostos utilizados para projetar os fluxos de caixa futuros podem mudar e, consequentemente, a rentabilidade esperada de um contrato pode aumentar ou diminuir. Isto significa que um grupo de contratos inicialmente classificados como onerosos pode tornar-se mais oneroso ou, inversamente, numa mensuração subsequente, os pressupostos utilizados nos fluxos de caixa podem alterar-se de tal forma que a perda anteriormente reconhecida possa ser revertida.

Responsabilidades para com subscritores de produtos Unit-linked e seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pelo Grupo em que o risco é suportado pelo tomador (produtos Unit-linked) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento.

As carteiras de investimentos afetas a produtos Unit-linked são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as responsabilidades são reconhecidas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo do contrato descontado até à data de cálculo à taxa garantida. Estes passivos encontram-se registados na rubrica Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento.

Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 17, e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IFRS 9 e registadas na rubrica Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da Demonstração dos Resultados, sendo o custo refletido na rubrica Perdas de imparidade (líquidas de reversão).

O registo de imparidade sobre estes saldos obedece à IFRS 9 conforme o processo descrito na nota 2.6 d).

2.14. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser avaliados com fiabilidade.

(i) Comissões com instrumentos financeiros

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na Demonstração dos Resultados ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação na data de relato.

O rédito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, para a maioria dos serviços, é reconhecido num período de tempo baseado na conclusão de cada serviço médico, nomeadamente consultas, urgências, cirurgias, exames ou partos, por se entender que para todos estes serviços o cumprimento da obrigação de desempenho está substancialmente concluído no momento em que o ato médico é realizado. Relativamente aos serviços de internamento, o rédito é reconhecido ao longo do tempo pelo período em que o serviço é prestado. Todos os serviços são valorizados pelas tabelas de preços definidas para cada ato realizado, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em Outras contas a pagar ou a receber, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências séniores o rédito é reconhecido com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as caraterísticas de cada tipo de contrato:

- Nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;

- Nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à permilagem da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

(iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

(iv) Venda de mercadorias

Os réditos decorrentes de vendas de mercadorias são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado. Os réditos são reconhecidos líquidos de impostos e descontos.

2.15. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Benefícios pós emprego

Plano de benefício definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador (CCT 2008), o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora. Atualmente este Plano abrange os já beneficiários dos Fundos de Pensões (reformados) e os trabalhadores que transitaram à situação de pré-reforma e que a essa data se encontravam abrangidos pelo CCT 2008.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;

- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millennium BCP, no qual o Grupo esteve inserido até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança;

- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (no ativo, atualmente 2), com níveis salariais internos XVII, oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação. Ao complemento à pensão da Segurança Social são deduzidos eventuais benefícios de reforma decorrentes dos outros planos de pensões.

Os planos de benefício definido são financiados através de fundos de pensões fechados. Nestes fundos encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas. Estes planos perfazem os requisitos de classificação de planos de benefício definido, uma vez que cumprem os critérios de determinação do valor da pensão que um trabalhador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método Unit Credit Projected, e pressupostos atuariais considerados adequados (nota 33). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

O gasto do exercício que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões e outros benefícios, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período, é refletido pelo valor líquido na rubrica de Gastos com pessoal. O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em Gastos com pessoal.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho ("IRCT"), têm direito a um plano de pensões ("PIR"), plano este, de contribuição definida e que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT's.

Em conformidade com as regras previstas no referido IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo para o atual plano de pensões são efetuadas de acordo com o previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, publicado a 8 de fevereiro de 2019 ("ACT 2019"), correspondendo ao valor que resulta da aplicação da percentagem de 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador.

Benefícios de saúde

O Grupo comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação entre junho de 1998 e julho de 2005, suportando a quase totalidade dos respetivos encargos.

Tratando-se de um benefício definido, o seu reconhecimento e mensuração é equivalente ao plano de benefício com pensões.

Benefícios de longo prazo

É atribuível aos administradores executivos, uma componente de remuneração variável com uma parcela de curto prazo e outra de médio prazo, ambas condicionadas ao desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos e quantificáveis, de caráter financeiro e não financeiro. A componente variável é dividida em duas parcelas, denominadas Remuneração Variável de Curto Prazo ("RVCP") e Remuneração Variável de Longo Prazo ("RVLP"), ocorrendo a sua atribuição posteriormente à aprovação das contas de cada exercício e uma vez verificado o cumprimento de objetivos predefinidos, ambas condicionadas ao desempenho individual de cada administrador executivo e organizacional. A RVLP é diferida durante 3 anos e está sujeita ao cumprimento de determinadas condições.

Benefícios de curto prazo

Os restantes benefícios de curto prazo, como sejam comparticipações de despesas de educandos de colaboradores, seguros de Vida, descontos em outros tipos de seguros e remunerações variáveis quando haja lugar ao seu pagamento aos empregados, são contabilizados como custo do exercício a que respeitam.

2.16. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata, sujeita aos termos de venda habitualmente aplicáveis a estes tipos de ativos, e a sua venda seja altamente provável, de acordo com o definido na IFRS 5.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

2.17. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Fidelidade e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros e de perdas por imparidade em ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na nota 2.6. d). No que respeita à definição do rating interno é utilizada uma metodologia de scoring baseada em indicadores financeiros que pretendem avaliar a capacidade de solvência dos compromissos financeiros do emitente.

A avaliação do rating interno consiste na análise de uma variedade de fatores quantitativos e qualitativos para avaliar a solvabilidade de uma empresa, incluindo sua vantagem competitiva, escala e diversificação, eficiência operacional e rentabilidade. Esses fatores são avaliados para determinar a probabilidade de uma empresa ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras. Os principais fatores considerados são os seguintes:

- Vantagem competitiva - O Grupo considera a posição estratégica e atratividade para os clientes de uma empresa. Isto inclui fatores como a sua estratégia geral, a singularidade e qualidade dos seus produtos ou serviços, a sua quota de mercado e quaisquer barreiras à entrada que existam nessa indústria. Além disso, a vantagem tecnológica da empresa ou vulnerabilidade à substituição tecnológica também é considerada;

- Escala, alcance e diversificação - É analisada a concentração ou diversificação das atividades comerciais de uma empresa. Isso inclui fatores como diversificação de produtos e diversificação geográfica, que é conjugado com fatores quantitativos como a dimensão do mercado em que opera e as suas receitas;

- Eficiência operacional - O Grupo avalia a qualidade e flexibilidade da base de ativos de uma empresa e a sua capacidade de gerir a sua base de custos. Isto inclui fatores como estrutura de custos, processos de fabricação e gestão de capital de trabalho;

- Rentabilidade - São conjugadas várias métricas quantitativas como projeções ou a volatilidade da rentabilidade ao longo do tempo.

Desta avaliação resulta uma avaliação concreta, um rating interno preliminar, o qual poderá ainda ser ajustado em ambos os sentidos com outros fatores qualitativos, tais como a constituição da equipa de gestão e a sua governança ou a influência de um acionista maioritário, de um grupo ou do Estado.

A Companhia considera as Probabilidades de Default (PD) e Loss Given Default (LGD) com base em informação pública disponibilizada pelas principais agências de rating.

Em emissões que são repack, e na medida em que temos visibilidade dos ativos subjacentes, é utilizado o rating médio das emissões consideradas no veículo. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

Imparidade do goodwill e ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas)

Conforme referido nas notas 2.3 e 2.10, o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida registados em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão não se verificar no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível de imparidade distinto, com impacto nos resultados do Grupo.

Determinação do justo valor de Terrenos e Edifícios de Rendimento

Os Terrenos e Edifícios de Rendimento são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo dois anos entre avaliações efetuadas por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

As avaliações dos terrenos e edifícios de rendimento, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação utilizadas são:

a. Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;

b. Abordagem do custo: consiste na aplicação do princípio de que um comprador não pagará mais por um ativo do que o custo para obter outro de igual utilidade, seja por compra ou por construção, a menos que tempo indevido, inconveniência, risco ou outros fatores estejam envolvidos. Esta abordagem fornece uma indicação de valor, calculando a substituição atual ou o custo de reprodução do ativo, fazendo deduções para deterioração e todas as outras formas relevantes de obsolescência; e,

c. Abordagem do rendimento: considera a informação relativa ao rendimento e às despesas operacionais do imóvel em avaliação, determinando o valor através de um processo de capitalização. Neste método, tendo em conta o princípio da substituição do bem, assume-se que a uma dada taxa de retorno exigida pelo mercado, o fluxo de receitas gerado pelo imóvel conduzirá à obtenção do seu valor mais provável. Desta forma, a estimativa do valor do imóvel resulta da conversão do rendimento gerado pelo mesmo (usualmente a receita líquida) através da aplicação de uma dada taxa de capitalização ou taxa de atualização, ou mesmo as duas, as quais refletem uma medida do retorno esperada sobre o investimento.

O Grupo considera que as valorizações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa do justo valor destes ativos na data do balanço.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na nota 2.13. O cálculo das responsabilidades reflete uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

As responsabilidades relativas aos produtos Vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As responsabilidades relativas aos produtos Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) responsabilidade de serviços futuros, desagregado por estimativa do valor atual dos fluxos de caixa esperados, ajustamento de risco (RA) e margem de serviço contratual (CSM), e (ii) responsabilidade de serviços passados.

A responsabilidade de serviços passados tem por base a responsabilidade para sinistros dos sinistros ocorridos à data do balanço.

O Grupo estabelece passivos para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As responsabilidades são revistas periodicamente por atuários qualificados.

O Grupo regista passivos ("provisões" ou "responsabilidades") do ramo Não Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. Os passivos para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estes passivos estimados correspondem à expectativa do Grupo de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das responsabilidades podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado ao Grupo. As responsabilidades são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação dos passivos de contratos de seguro de serviços passados e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas. Na nota 47 é divulgada informação adicional sobre pressupostos na avaliação dos riscos e análises de sensibilidade.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

2.18. Adoção das normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de Convertibilidade

Em 15 de agosto de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu Alterações à IAS 21 - Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio.

As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade.

Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma entidade é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a entidade tem de estimar uma taxa de câmbio à vista.

De acordo com as alterações, as entidades terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir:

(i) a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível;
(ii) a taxa de câmbio à vista utilizada;
(iii) o processo de estimativa; e
(iv) os riscos para a entidade decorrentes de a moeda ser convertível.

As alterações aplicam-se aos períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A aplicação antecipada é permitida.

Esta norma não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

Melhoramentos anuais

Em 18 de julho de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações limitadas às IFRS e respetivas orientações, decorrentes da manutenção regular efetuada às normas. As alterações incluem clarificações, simplificações, correções e modificações efetuadas com o objetivo de melhorar a consistência de várias IFRS.

O IASB alterou a:

- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para clarificar alguns aspetos relacionados com a aplicação da contabilidade de cobertura por uma entidade que está a preparar pela primeira vez demonstrações financeiras de acordo com as IFRS;

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e o respetivo guia de implementação, de forma a clarificar: (i) o guia de aplicação, no que se refere ao ganho e perda no desreconhecimento; e (ii) o guia de implementação, nomeadamente a sua introdução, parágrafo do justo valor (divulgações referentes à diferença entre justo valor e preço de transação) e à divulgação do risco de crédito;

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros para: (i) exigir que as entidades mensurem inicialmente uma conta a receber sem uma componente de financiamento significativa pela quantia determinada pela aplicação da IFRS 15, e (ii) esclarecer que, quando um passivo de locação é desreconhecido, o desreconhecimento é contabilizado ao abrigo da IFRS 9. No entanto, quando um passivo de locação é modificado, a modificação é contabilizada ao abrigo da IFRS 16 Locações. A alteração estabelece que, quando os passivos de locação são desreconhecidos ao abrigo da IFRS 9, a diferença entre a quantia escriturada e a retribuição paga é reconhecida nos resultados;

- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidada, clarificação na determinação de "agente de facto"; e,

- IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa, alteração de pormenor no parágrafo relacionado com Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

As alterações aplicam-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026. A aplicação antecipada é permitida.

O Grupo não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras decorrentes da introdução destas alterações.

Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As alterações visam resolver a diversidade na aplicação da norma, tornando os requisitos mais compreensíveis e consistentes.

Estas alterações têm como objetivos:

- Clarificar a classificação de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) e similares, uma vez que estas características em empréstimos podem afetar se os empréstimos são mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor. Para resolver qualquer potencial diversidade na aplicação prática, as alterações esclarecem como os fluxos de caixa contratuais dos empréstimos devem ser avaliados.

- Clarificar a data em que um ativo financeiro ou passivo financeiro é desreconhecido quando a sua liquidação é efetuada por meio de sistemas de pagamento eletrónicos. Existe uma opção de política contabilística que permite o desreconhecimento de um passivo financeiro antes de entregar o dinheiro na data de liquidação, caso certos critérios sejam cumpridos.

- Melhorar a descrição do termo "sem recurso", de acordo com as alterações, um ativo financeiro possui características de sem recurso se o direito final de receber fluxos de caixa de uma entidade for contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. A presença de características sem recurso não exclui necessariamente o ativo financeiro de cumprir com o SPPI, mas as suas características precisam ser cuidadosamente analisadas.

- Clarificar que um instrumento contratualmente vinculado (linked instrument) deve apresentar uma estrutura de pagamento em cascata que cria uma concentração de risco de crédito ao alocar as perdas de forma desproporcional entre as diferentes tranches. A pool subjacente pode incluir instrumentos financeiros que não estão no âmbito da classificação e mensuração da IFRS 9 (por exemplo, contratos de locação financeira), mas deve ter fluxos de caixa equivalentes ao critério SPPI.

O IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação referentes a investimentos em ações designados a justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros com características contingentes, por exemplo características ligadas a metas ESG.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida.

O Grupo irá avaliar os impactos que esta alteração terá nas suas demonstrações financeiras.

Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos referentes a eletricidade dependente da natureza

Em 18 de dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações para auxiliar as entidades a melhor relatar os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade cuja produção se encontra dependente da natureza, que são frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPA, na sigla inglesa).

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026, no entanto a mesma não é aplicável ao Grupo.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em 9 de abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu a nova norma, IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras.

As principais mudanças introduzidas por esta norma são:

- Promoção de uma demonstração dos resultados mais estruturada. Em particular, introduz um novo subtotal "lucro operacional" (bem como a respetiva definição) e o requisito que todas as receitas e despesas sejam classificadas em três novas categorias distintas com base nas principais atividades comerciais de uma entidade: Operacional, Investimento e Financiamento.

• Exigência para que as entidades analisem as suas despesas operacionais diretamente na face da demonstração dos resultados – seja por natureza, por função ou de forma mista.

• Exigência para que algumas das medidas 'não-GAAP' que o Grupo utiliza sejam relatadas nas demonstrações financeiras. A norma define MPMs (Medidas de Desempenho não-GAAP) como um subtotal de receitas e despesas que:

- são utilizadas em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras; e,

- comunicam a visão do conselho de administração sobre o desempenho financeiro.

Para cada MPM apresentada, as entidades necessitam explicar numa única nota das demonstrações financeiras o motivo pelo qual a medida fornece informações úteis, como é calculada, e reconciliá-la com um valor determinado de acordo com as IFRS.

• Introdução de orientações aperfeiçoadas sobre como as entidades agrupam informações nas demonstrações financeiras. Inclui orientações sobre se as informações materiais estão incluídas nas demonstrações financeiras primárias ou estão mais detalhadas nas notas.

A norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospetivamente. A aplicação antecipada é permitida.

O Grupo irá avaliar os impactos que a norma terá nas demonstrações financeiras.

Normas, alterações e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas para o Grupo (não adotadas pela União Europeia)

IFRS 19 Subsidiárias sem Prestação de Contas Pública: Divulgações

Em 9 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a nova norma, IFRS 19 Subsidiárias sem Prestação de Contas Pública: Divulgações, que permite que subsidiárias elegíveis utilizem as IFRS com divulgações reduzidas. A aplicação do IFRS 19 reduzirá os custos de preparação das demonstrações financeiras das subsidiárias, mantendo a utilidade da informação para os utilizadores das suas demonstrações financeiras.

Uma subsidiária pode optar por aplicar a nova norma nas suas demonstrações financeiras consolidadas, individuais ou separadas, desde que, na data de relato: (i) não tenha prestação de contas pública; e, (ii) a sua empresa-mãe prepare demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS.

Uma subsidiária que aplique a IFRS 19 é obrigada a declarar claramente na sua declaração explícita e incondicional de conformidade com as IFRS que a IFRS 19 foi adotada.

A norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospetivamente.

A aplicação antecipada é permitida.

Esta norma não é aplicável para o Grupo, mas indiretamente nas suas subsidiárias.

Alterações para conversão de informação financeira de uma moeda não-hiperinflacionária para uma moeda hiperinflacionária

Em 13 de novembro de 2025, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio, que clarifica como as empresas devem converter as demonstrações financeiras de uma moeda não-hiperinflacionária para uma moeda hiperinflacionária.

A alteração aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospectivamente. A aplicação antecipada é permitida.

3. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

As empresas filiais incluídas no perímetro de consolidação do Grupo e registadas pelo método integral, por setores de atividade, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são as seguintes:

Setor de atividade/Entidade	País	% Participação efetiva 2025	% Participação efetiva 2024
Segurador			
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Fidelidade Re - Companhia de Resseguro, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	Angola	70,03%	70,03%
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde	55,89%	55,89%
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	100,00%	100,00%
Fidelidade Macau Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	100,00%	100,00%
La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.	Perú	93,93%	93,93%
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A.	Perú	55,98%	55,98%
Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A.	Bolívia	47,13%	47,13%
Alianza Compañia de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A.	Bolívia	56,00%	56,00%
Alianza Garantía Seguros Y Reasseguros S.A.	Paraguai	35,13%	35,13%
La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud	Perú	68,51%	68,51%
Fid Chile Seguros Generales S.A.	Chile	93,43%	96,73%
Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros, S.A.	Moçambique	70,00%	70,00%
Liechtenstein Life Assurance AG	Liechtenstein	70,00%	70,00%
Imobiliário			
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Fidelidade - Property International, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto IMOFID	Portugal	60,04%	60,17%
FPI (UK) 1 LIMITED	Reino Unido	-	100,00%
FPE (IT) Societá per Azioni	Itália	100,00%	100,00%
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	Luxemburgo	100,00%	100,00%
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	Luxemburgo	99,30%	99,30%

(continuação)

Setor de atividade/Entidade	País	% Participação efetiva 2025	2024
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	Luxemburgo	99,70%	99,70%
Fondo Broggi – Fondo di investimento Alternativo Immobiliare di Tipo Chiuso Riservato	Itália	100,00%	100,00%
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
FPE (BE) Holding S.A.	Bélgica	100,00%	100,00%
FPE (PT), S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
IBERFID – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	100,00%	100,00%
FPE (HU) Kft.	Hungria	100,00%	100,00%
FPE (UK) 1 LIMITED	Reino Unido	100,00%	100,00%
FPE (PT), SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
FPE (PT) OFFICE A, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
FPE (PT) 2 OFFICE B, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
FPE (PT) 3 RESIDENTIAL, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
FPE (PT) 4 RET, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
FPE (PT) 5 PARK, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
GK Lisbon	Japão	-	100,00%
EA One Holding, Inc	EUA	73,24%	73,24%
Florestas de Portugal – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	100,00%	100,00%
Saúde			
Luz Saúde, S.A.	Portugal	99,86%	99,86%
Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	100,00%
Multi Health, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
La Positiva Servicios de Salud S.A.C.	Perú	68,53%	68,53%
Holdings de seguros			
FID Peru, S.A.	Perú	100,00%	100,00%
FID Chile, SpA	Chile	100,00%	100,00%
the prosperity company AG	Liechtenstein	70,00%	70,00%
Outros setores			
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Portugal	-	100,00%
GEP - Gestão de Peritagens, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%

(continuação)

Setor de atividade/Entidade	País	% Participação efetiva 2025	2024
GEP Moçambique - Gestão de Peritagens, Limitada	Moçambique	100,00%	100,00%
FID Loans 1 (Ireland) Limited	Irlanda	100,00%	100,00%
Universal - Assistência e Serviços, Lda.	Angola	56,02%	56,02%
GEP Cabo Verde Gestão de Peritagens, Lda.	Cabo Verde	88,97%	88,97%
FID Chile & MT JV SpA	Chile	93,43%	96,30%
Alianza SAFI, S.A.	Bolívia	28,11%	28,11%
Full Assistance S.R.L.	Bolívia	52,45%	52,45%
Worldwide Security Corporation S.A.	Bolívia	53,21%	53,21%
FID I&D, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Tenax Capital Limited	Reino Unido	80,00%	80,00%
Tenax UCITS ICAV	Irlanda	82,81%	83,27%
Tenax QIAIF ICAV	Irlanda	76,70%	81,57%
Cetra - Car Remarketing, S.A.	Portugal	51,00%	51,00%
prosperity solutions AG	Liechtenstein	70,00%	70,00%
prosperity solutions GmbH	Alemanha	70,00%	70,00%
prosperity cashtech AG	Liechtenstein	70,00%	70,00%
prosperity funds SICAV	Liechtenstein	70,00%	70,00%
Fid Real Assets, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	100,00%
Prosperity solutions (Switzerland) AG	Suíça	70,00%	35,35%
Veterinários Sobre Rodas, Lda	Portugal	100,00%	88,00%
Obedientbenefit, Lda	Portugal	-	88,00%
LLA Office Anstalt	Liechtenstein	70,00%	70,00%
Fineasy - Soluções Financeiras, S.A.	Portugal	70,00%	-

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fundos de investimento incluídos no perímetro de consolidação do Grupo e registados pelo método integral, são como segue:

Entidade	País	% Participação efetiva 2025	2024
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto IMOFID	Portugal	60,04%	60,17%
Fondo Broggi – Fondo di investimento Alternativo Immobiliare di Tipo Chiuso Riservato	Itália	100%	100,00%
IBERFID – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	100%	100,00%
Florestas de Portugal – Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Portugal	100%	100,00%
Tenax UCITS ICAV	Irlanda	82,81%	83,27%
Tenax QIAIF ICAV	Irlanda	76,70%	81,57%

Os principais indicadores das principais subsidiárias e associadas são analisadas como segue:

(valores em euros)

Setor de atividade/Entidade	2025 Ativo	2025 Capital Próprio	2025 Resultado líquido do exercício	2024 Ativo	2024 Capital Próprio	2024 Resultado líquido do exercício
Seguros						
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	119.078.534	39.777.156	2.932.807	89.975.875	37.694.543	3.754.189
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	72.253.475	44.634.894	5.002.922	54.639.608	47.422.181	986.134
Fidelidade Re, S.A	18.843.687	11.724.417	(800.255)	14.188.926	11.425.723	223.817
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	371.247.719	144.427.281	21.032.381	292.572.357	166.475.050	17.651.009
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	58.983.685	7.118.836	783.272	48.290.538	8.143.946	(2.475.167)
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	61.414.215	35.330.238	3.490.006	66.351.087	39.269.898	3.053.250
Fidelidade Macau Vida - Companhia de Seguros, S.A.	229.223.542	24.441.661	2.817.748	196.630.047	22.899.200	789.385
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	50.947.811	17.656.854	3.087.531	43.450.450	17.035.784	3.874.364
Positiva Seguros y Reaseguros S.A.A.	662.258.433	234.580.281	43.913.924	650.365.664	202.172.649	54.443.705
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros S.A.	1.934.151.584	40.997.103	84.462.142	1.856.464.398	42.376.930	122.844.643
Alianza Vida Seguros y Reaseguros S.A.	46.364.591	18.274.636	6.029.029	62.511.453	18.159.936	7.304.177
Alianza Compañia de Seguros y Reaseguros E.M.A. S.A.	94.212.200	39.133.519	8.091.274	28.497.558	36.378.535	7.181.367
Alianza Garantía Seguros Y Reasseguros S.A.	34.191.031	11.229.686	1.041.056	28.222.784	8.873.052	2.342.743

(continuação)

(valores em euros)

Setor de atividade/Entidade	2025 Ativo	2025 Capital Próprio	2025 Resultado líquido do exercício	2024 Ativo	2024 Capital Próprio	2024 Resultado líquido do exercício
La Positiva S.A. – Entidad Prestadora de Salud	18.915.199	3.755.927	(770.950)	18.333.198	1.713.864	1.837.407
FID Chile Seguros Generales, S.A.	143.944.111	30.373.516	3.147.026	144.041.682	29.865.859	1.085.198
Seguradora Internacional Moçambique, S.A.	111.406.599	56.589.020	5.400.281	128.924.832	61.724.429	7.344.637
Liechtenstein Life Assurance AG	1.774.596.313	74.373.116	15.307.668	1.355.112.245	58.688.524	14.818.635
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	1.587.112.561	1.622.841.788	(49.516.093)	1.650.109.859	1.653.071.587	(20.310.372)
Fundo de Investimento Imobiliário						
Fechado IMOFID	339.719.940	281.981.211	15.011.194	326.436.544	265.920.852	15.429.589
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	70.727.190	117.182.628	(47.205.216)	133.031.301	144.915.091	(15.732.463)
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	68.510.587	114.063.022	(45.552.435)	132.436.795	142.790.026	(10.353.231)
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	159.850.474	248.540.860	(92.214.183)	298.067.448	318.654.411	(28.097.016)
FPE (IT) Società per Azioni	645.655.178	587.768.008	9.442.347	633.211.661	593.860.095	(6.092.087)
Fondo Broggi – Fondo di investimento						
Alternativo Immobiliare di Tipo Chiuso Riservato	644.027.114	629.138.234	12.584.998	634.148.780	636.984.379	(7.846.145)
FPE (BE) Holding	158.598.048	155.393.736	395.927	158.582.135	154.203.142	1.190.384
FPE (UK) 1 LIMITED	230.891.283	206.592.933	8.164.174	257.173.303	223.862.972	(1.347.188)
FPE (PT), SGPS, S.A.	324.470.087	321.682.529	2.742.085	351.302.144	351.473.105	(249.442)
FPE (PT) OFFICE A, S.A.	118.598.898	66.684.572	4.490.882	93.748.018	89.410.429	2.166.488
FPE (PT) 2 OFFICE B, S.A.	115.643.623	112.386.734	(2.602.441)	99.019.223	93.611.586	4.089.336
FPE (PT) 3 RESIDENTIAL, S.A.	91.954.675	88.390.435	(964.339)	86.643.645	83.778.543	(988.108)
FPE (PT) 4 RET, S.A.	55.281.638	43.391.073	3.169.880	46.690.076	43.952.273	1.753.873
FPE (PT) 5 PARK, S.A.	58.848.738	37.058.867	3.072.862	58.036.213	56.095.534	2.061.448
EA One Holding, Inc	48.525.054	51.909.941	(5.593.677)	103.882.561	76.150.705	(20.678.682)
Saúde						
Luz Saúde, S.A.	1.162.911.273	345.176.069	62.131.828	946.917.247	341.332.470	38.047.604
Holdings de seguros						
FID Peru, S.A.	389.732.625	348.186.948	41.290.541	376.447.114	317.919.954	57.060.128
Outros setores						
FID Loans 1 (Ireland) Limited	270.066.861	252.653.058	5.069.592	277.534.319	252.752.910	12.984.730
Tenax UCITS ICAV	382.822.664	349.258.482	24.766.687	345.320.996	333.823.040	-
Tenax QIAIF ICAV	1.013.763.982	972.887.977	33.663.971	1.003.959.421	986.346.829	-

(continuação) (valores em euros)

Setor de atividade/Entidade	2025 Ativo	2025 Capital Próprio	2025 Resultado líquido do exercício	2024 Ativo	2024 Capital Próprio	2024 Resultado líquido do exercício
Empresas Associadas						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas						
Derivadas de Acidentes, S.A.	5.186.278	4.427.767	1.714.546	6.179.061	4.062.755	1.349.534
Serfun Portugal, SGPS, S.A	2.243.631	2.232.509	114.820	2.138.443	2.117.689	(50.907)
BLUEOPCO - Exploração e Gestão						
de Ativos Turisticos, S.A.	181.325	(97.806)	(381.419)	267.014	73.613	(352.895)
Constellation SA	30.085.031	22.269.439	(152.617)	28.858.811	21.581.889	(141.928)
Beiranave (1)	4.338.113	763.673	(80.724)	4.097.218	841.401	671

Durante o exercício de 2025 ocorreram as seguintes alterações:

- Em março de 2025 houve uma aquisição sucessiva dos restantes 49,5% da participação do Grupo na sociedade prosperity solutions (Switzerland) AG;
- Em abril de 2025 foi liquidada a entidade GK Lisbon;
- Em agosto de 2025 foi liquidada a entidade FPI (UK) 1 Limited;
- Em agosto de 2025 foi efetuado um aumento de capital pelo Grupo na entidade FPE (HU) Kft, no montante de 2.500.000 Euros;
- Em outubro de 2025, a entidade Obedientbenefit – Lda. saíu do perímetro do Grupo;
- Em outubro de 2025 foi constituída a entidade FinEasy - Soluções Financeiras, S.A., detida a 70%; e
- Em dezembro de 2025 foi liquidada a entidade EAPS - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Caixa	2.996.242	2.430.005
Depósitos à ordem	880.943.393	753.524.977
	883.939.635	**755.954.982**

Para efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as empresas associadas incluídas no perímetro de consolidação e registadas pelo método de equivalência patrimonial, são como segue:

(valores em euros)

Setor de atividade/Entidade	País	2025		2024	
		% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
Outros setores					
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas					
Derivadas de Acidentes, S.A.	Portugal	34,78%	1.540.004	34,78%	1.413.022
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	49,00%	1.093.877	49,00%	1.037.668
Constellation, S.A.	Moçambique	20,00%	5.159.284	20,00%	5.835.101
Beiranave, S.A.	Moçambique	22,84%	60.035	22,84%	67.898
BLUE OPCO – Exploração e Gestão de Ativos Turísticos, S.A.	Portugal	20,00%	835.918	20,00%	763.723
			8.689.117		**9.117.412**

O movimento ocorrido no valor das participações é como segue:

(valores em euros)

	2025	2024
Apropriação dos capitais próprios das associadas a 1 de janeiro	**9.117.412**	**9.226.367**
Apropriação do resultado líquido do exercício	594.136	373.593
Dividendos	(469.338)	(359.359)
Flutuação cambial	(683.680)	350.000
Outras variações de capital próprio	130.588	148.000
Liquidação	-	(621.188)
Valor da participação no final do exercício	**8.689.117**	**9.117.412**

Os principais indicadores das respetivas associadas são analisadas na nota 3.

6. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	491.223.616	401.339.283
De outros emissores públicos	128.284.497	92.525.970
De outros emissores	2.353.299.730	2.367.955.362
De empresas do Grupo [1]	12.760.027	38.252.256
	2.985.567.870	**2.900.072.871**
Instrumentos de capital	**379.283.594**	**288.423.651**
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação	2.458.963.925	2.010.812.352
Outros	233.578	131.999
	2.459.197.503	**2.010.944.351**
Crédito e outros valores a receber	**49.864.471**	**124.408.946**
Outros depósitos	**658.455**	**560.066**
Instrumentos derivados com justo valor positivo		
Swaps de divisas	775.881	-
Futuros sobre divisas	1.242.447	276.208
Futuros de taxas de juro	786.082	1.438.750
Forwards cambiais	1.190.680	-
Outros derivados	1.089.145	291.981
	5.084.235	**2.006.939**
	5.879.656.127	**5.326.416.824**

[1] Os instrumentos incluídos nas empresas do Grupo correspondem a títulos de empresas do grupo FOSUN.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 171.279.757 Euros e 153.668.581 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 4.506.750 Euros e 4.601.958 Euros, respetivamente, incluídos na nota 37.

A rubrica instrumentos derivados com justo valor positivo no montante de 159.628.732 Euros (2024: 113.036.155 Euros) diz respeito à componente a receber dos swaps de retorno total que está associado um contrato de resseguro financeiro cuja contraparte é a Munich RE.

Durante o exercício de 2025, o Grupo passou a apresentar os swaps de retorno total registados na rubrica de outros derivados pelo seu valor líquido, justificando nessa base o aumento face ao exercício de 2024.

7. DERIVADOS

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6.c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	2025							
	Montante Nocional			Valor Contabilístico				
	Derivados ao Justo Valor através de resultados	Derivados de cobertura	Total	Derivados ao Justo Valor através de resultados		Derivados de cobertura		Total
				Ativo [1]	Passivo	Ativo	Passivo	
Gestão de risco								
Swaps de divisas	290.629.650	-	290.629.650	775.881	(9.150.095)	-	-	(8.374.214)
Futuros sobre divisas	494.875.000	42.000.000	536.875.000	1.242.447	(2.282.756)	4.807	(57.793)	(1.093.295)
Futuros de taxa de juro	151.200.000	-	151.200.000	786.082	(431.227)	-	-	354.855
Forwards cambiais	558.916.514	-	558.916.514	1.190.680	(1.898.089)	9.096	-	(698.313)
	1.495.621.164	**42.000.000**	**1.537.621.164**	**3.995.090**	**(13.762.167)**	**13.903**	**(57.793)**	**(9.810.967)**
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	39.150.000	39.150.000	-	-	-	5.822	5.822
Swaps de divisas	-	488.790.334	488.790.334	-	-	10.398.022	-	10.398.022
	-	**527.940.334**	**527.940.334**	**-**	**-**	**10.398.022**	**5.822**	**10.403.844**
Cobertura de investimento líquido								
Futuros sobre divisas	-	19.125.000	19.125.000	-	-	-	(50.323)	(50.323)
Forwards cambiais	-	353.402.007	353.402.007	-	-	-	(3.174.976)	(3.174.976)
	-	**372.527.007**	**372.527.007**	**-**	**-**	**-**	**(3.225.299)**	**(3.225.299)**
Outros Derivados	**158.959.865**	**-**	**158.959.865**	**1.089.145**	**(6.513.991)**			**(5.424.846)**
	1.654.581.029	**942.467.341**	**2.597.048.370**	**5.084.235**	**(20.276.158)**	**10.411.925**	**(3.277.270)**	**(8.057.268)**

(valores em euros)

	2024							
	Montante Nocional			Valor Contabilístico				
	Derivados ao Justo Valor através de resultados	Derivados de cobertura	Total	Derivados ao Justo Valor através de resultados		Derivados de cobertura		Total
				Ativo [1]	Passivo	Ativo	Passivo	
Gestão de risco								
Swaps de divisas	290.629.650	-	290.629.650	-	(21.813.928)	-	-	(21.813.928)
Futuros sobre divisas	1.040.750.000	51.750.000	1.092.500.000	276.208	(35.723.353)	-	(2.428.941)	(37.876.086)
Futuros de taxa de juro	93.100.000	-	93.100.000	1.438.750	(592.800)	-	-	845.950
Forwards cambiais	351.241.355	-	351.241.355	-	(16.998.860)	-	-	(16.998.860)
	1.775.721.005	**51.750.000**	**1.827.471.005**	**1.714.958**	**(75.128.941)**	**-**	**(2.428.941)**	**(75.842.924)**
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	-	-	-	-	873.599	-	873.599
Swaps de divisas	-	280.187.961	280.187.961	-	-	895.470	(21.658)	873.812
	-	**280.187.961**	**280.187.961**	**-**	**-**	**1.769.069**	**(21.658)**	**1.747.411**
Cobertura de investimento líquido								
Futuros sobre divisas	-	12.750.000	12.750.000	-	-	12.408	-	12.408
Forwards cambiais	-	495.472.366	495.472.366	-	-	111.980	(10.599.775)	(10.487.795)
	-	**508.222.366**	**508.222.366**	**-**	**-**	**124.388**	**(10.599.775)**	**(10.475.387)**
Outros Derivados	**129.637.720**	**-**	**129.637.720**	**291.981**	**(1.323.289)**	**-**	**-**	**(1.031.308)**
	1.905.358.725	**840.160.327**	**2.745.519.051**	**2.006.939**	**(76.452.230)**	**1.893.457**	**(13.050.374)**	**(85.602.209)**

O valor contabilístico dos derivados incorpora os valores incluídos nas carteiras de Unit-linked (nota 21).

Os swaps de taxa de juro contratados pelo Grupo e classificados como derivados ao justo valor através de resultados, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos Unit-linked, são valorizados ao custo amortizado (nota 21).

Os swaps de taxa de juro contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura, destinam-se à cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos contraídos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Os swaps de divisa contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura de fluxos de caixa, destinam-se à cobertura do risco de flutuação cambial PEN/USD refentes a títulos de dívida em moeda dólar.

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na Chicago Mercantile Exchange (CME), e forwards negociados em mercado de balcão de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. Relativamente a posições estratégicas de longo prazo em obrigações denominadas em GBP o Grupo contratou swaps de divisas, para cobertura do risco cambial, em que tal cobertura inclui o pagamento de cupões ao longo da vida da obrigação e pagamento do valor nominal em GBP ocorrido na maturidade.

O Grupo contrata futuros de taxa de juro no âmbito de mandatos de gestão de obrigações corporate para cobertura de risco de taxa de juro em títulos denominados em EUR e USD. Adicionalmente são contratados futuros de taxa de juro em EUR para cobertura de carteiras Unit-linked por forma a reduzir a duração destas carteiras.

O Grupo contrata posições longas e curtas de futuros sobre divisas e futuros de taxa de juro com depósitos de conta margem. A componente de valorização destes depósitos referente aos futuros encontra-se refletida na rubrica de Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Resultados. Adicionalmente estes contratos exigem também uma margem inicial que são registadas nas rubricas de Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado ou Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Resultados caso se trate de carteiras Unit-linked.

A componente do depósito registada nesta rubrica pode ser negativa no caso de desvalorizações diárias significativas. Os montantes são repostos no dia útil seguinte.

Os outros derivados incluem uma opção de venda e uma opção de compra sobre a totalidade das ações da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A. detidas pelo Banco Internacional de Moçambique, S.A. à data de exercício de opção, deduzidas de um número inteiro de ações mais próximo daquele que represente 9,9% do capital social da sociedade em causa. A opção de compra poderá ser exercida pela Fidelidade no período de 1 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a opção de venda poderá ser exercida pelo Banco Internacional de Moçambique, S.A. no período de 1 de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2027.

Os Futuros sobre divisas contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura correspondem à cobertura de instrumentos de capital classificados na rubrica de Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Reservas.

O Grupo faz a gestão da contabilidade de cobertura tendo por base a sua exposição carteira a carteira. Durante os exercícios de 2025 e 2024, o Grupo cumpriu com os critérios necessários para a aplicação da contabilidade de cobertura de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.6 c).

Nos exercícios de 2025 e 2024, foram gerados os seguintes movimentos na Reserva de Reavaliação referentes à contabilidade de cobertura de justo valor de instrumentos de capital classificados na rubrica de Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Reservas:

(valores em euros)

	2025	2024
Variação de justo valor	(4.008.473)	6.284.541
Cobertura de justo valor	3.496.477	(7.871.517)
	(511.996)	**(1.586.976)**

Os valores acima apresentados incluem as valias reclassificadas entre as rubricas de Reserva de Reavaliação e a rubrica de Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas.

Nos exercícios de 2025 e 2024, foram gerados os seguintes movimentos na Reserva de Reavaliação referentes à contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras:

(valores em euros)

	2025		2024	
	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido
Swaps de taxa de juro	(504.698)	-	(77.763)	-
Swaps de divisas	(1.255.177)	-	2.685.491	-
Futuros sobre divisas	-	195.989	-	(2.844.395)
Forwards cambiais	-	14.052.476	-	(33.909.052)
	(1.759.875)	**14.248.465**	**2.607.728**	**(36.753.447)**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2025						
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Sem maturidade	Total
Cobertura de justo valor							
Swaps de divisas	-	277.129.074	-	13.500.576	-	-	290.629.650
Futuros sobre divisas	520.875.000	-	16.000.000	-	-	-	536.875.000
Futuros de taxa de juro	151.200.000	-	-	-	-	-	151.200.000
Forwards cambiais	89.380.287	1.800.897	11.488.666	481.549.050	-	(25.302.387)	558.916.514
	761.455.287	**278.929.971**	**27.488.666**	**495.049.626**	**-**	**(25.302.387)**	**1.537.621.164**
Cobertura de fluxos de caixa							
Swaps de taxa de juro	-	-	39.150.000	-	-	-	39.150.000
Swaps de divisas	13.101.800	-	-	158.908.650	316.779.884	-	488.790.334
	13.101.800	**-**	**39.150.000**	**158.908.650**	**316.779.884**	**-**	**527.940.334**
Cobertura de investimento líquido							
Futuros sobre divisas	19.125.000	-	-	-	-	-	19.125.000
Forwards cambiais	353.402.007	-	-	-	-	-	353.402.007
	372.527.007	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**372.527.007**
Outros Derivados	**-**	**-**	**-**	**(1.051.718)**	**-**	**160.011.583**	**158.959.865**
	1.147.084.094	**278.929.971**	**66.638.666**	**652.906.558**	**316.779.884**	**134.709.196**	**2.597.048.370**

(valores em euros)

	2024						
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Sem maturidade	Total
Cobertura de justo valor							
Swaps de divisas	-	-	-	290.629.650	-	-	290.629.650
Futuros sobre divisas	1.067.625.000	10.750.000	14.125.000	-	-	-	1.092.500.000
Futuros de taxa de juro	93.100.000	-	-	-	-	-	93.100.000
Forwards cambiais	252.527.245	94.060.367	-	11.488.666	-	(6.834.923)	351.241.355
	1.413.252.245	**104.810.367**	**14.125.000**	**302.118.316**	**-**	**(6.834.923)**	**1.827.471.005**
Cobertura de fluxos de caixa							
Swaps de divisas	1.817.554	-	10.024.500	41.809.550	226.536.357	-	280.187.961
	1.817.554	**-**	**10.024.500**	**41.809.550**	**226.536.357**	**-**	**280.187.961**
Cobertura de investimento líquido							
Futuros sobre divisas	12.750.000	-	-	-	-	-	12.750.000
Forwards cambiais	495.472.366	-	-	-	-	-	495.472.366
	508.222.366	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**508.222.366**
Outros Derivados					**-**	**129.637.720**	**129.637.720**
	1.923.292.166	**104.810.367**	**24.149.500**	**343.927.866**	**226.536.357**	**122.802.796**	**2.745.519.051**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as contrapartes das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo, são instituições financeiras não relacionadas com o Grupo.

8. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025					
	Valor nominal	Custo amortizado	Valorização Cambial	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública	3.930.028.906	4.227.007.571	13.694.740	(23.482.946)	62.137.661	4.279.357.026
De outros emissores públicos	457.255.000	456.651.927	-	(4.722.866)	2.760.888	454.689.949
De organismos financeiros internacionais	13.524.447	13.454.998	(2.535)	34.447	126.427	13.613.337
De outros emissores	6.436.285.439	5.533.457.204	(57.236.204)	13.343.797	75.913.923	5.565.478.720
De empresas do Grupo [1]	25.000.000	25.169.841	-	956.433	789.987	26.916.261
	10.862.093.792	**10.255.741.541**	**(43.543.999)**	**(13.871.135)**	**141.728.886**	**10.340.055.293**
Instrumentos de capital						
Ações	94.780.296	123.110.747	(645.695)	34.357.939	-	156.822.991
Crédito e outros valores a receber	**210.997.294**	**209.718.660**	**(111.578)**	**(3.614.526)**	**1.364.452**	**207.357.008**
	11.167.871.382	**10.588.570.948**	**(44.301.272)**	**16.872.278**	**143.093.338**	**10.704.235.292**

(valores em euros)

	2024					
	Valor nominal	Custo amortizado	Valorização Cambial	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública	8.581.000.592	3.420.899.503	11.270.733	(86.704.519)	56.092.921	3.401.558.638
De outros emissores públicos	568.619.500	566.250.264	-	(6.891.366)	2.672.302	562.031.200
De organismos financeiros internacionais	38.067.000	37.875.514	-	33.213	199.157	38.107.884
De outros emissores	8.762.395.326	5.033.086.661	89.484.649	(90.409.892)	61.379.487	5.093.540.905
De empresas do Grupo [1]	44.500.000	44.524.488	-	1.155.461	1.420.371	47.100.320
	17.994.582.418	**9.102.636.430**	**100.755.382**	**(182.817.103)**	**121.764.238**	**9.142.338.947**
Instrumentos de capital						
Ações	97.436.524	128.830.778	4.921.859	(9.935.820)	-	123.816.817
	97.436.524	**128.830.778**	**4.921.859**	**(9.935.820)**	**-**	**123.816.817**
Crédito e outros valores a receber	**140.776.480**	**139.962.623**	**55.788**	**725.291**	**1.193.863**	**141.937.565**
	18.232.795.422	**9.371.429.831**	**105.733.029**	**(192.027.632)**	**122.958.101**	**9.408.093.329**

[1] Os instrumentos incluídos nas empresas do Grupo correspondem a títulos de empresas do grupo FOSUN.

No que se refere aos instrumentos de capital, a informação referida no custo amortizado corresponde ao custo de aquisição.

As perdas por imparidade desta carteira associadas aos stage 1 e 2 ascendem ao montante de 13.960.200 Euros (2024: 41.762.240 Euros) e ao stage 3 no montante de 86.090.413 Euros (2024: 70.089.132 Euros), conforme Nota 40.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os instrumentos de capital e os outros instrumentos nesta rubrica correspondem aos instrumentos de capital designados ao justo valor através de reservas, tendo o Grupo reconhecido rendimentos destes investimentos nos resultados no montante de 6.513.337 Euros e 16.889.212 Euros, respetivamente, conforme Nota 35.

Os montantes referentes a Crédito e outros valores a receber dizem respeito a investimentos detidos pela subsidiária FID Loans 1 (Ireland) Limited.

9. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025					
	Valor nominal	Custo amortizado	Perda de crédito esperada (Nota 40)	Valorização Cambial	Juros a receber	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública	155.635.852	173.832.384	(1.252.217)	198.960	2.742.839	175.521.966
De outros emissores	285.603	3.003.088	(706.334)	-	160.325	2.457.079
	155.921.455	**176.835.472**	**(1.958.551)**	**198.960**	**2.903.164**	**177.979.045**
Outros Empréstimos						
Depósitos em empresas cedentes	-	1.574.698	-	-	-	1.574.698
Empréstimos	186.593.186	183.291.469	(7.010.552)	-	1.297.746	177.578.663
Empréstimos sob apólices	-	1.698.084	-	-	310.461	2.008.545
	186.593.186	**186.564.251**	**(7.010.552)**	**-**	**1.608.207**	**181.161.906**
Aplicações financeiras em instituições de crédito						
Depóstos a prazo	-	263.840.209	-	622.586	5.153.709	269.616.504
Outros depósitos	-	36.694.063	-	(60.058)	-	36.634.005
Repos	-	205.569	-	-	-	205.569
	-	**300.739.841**	**-**	**562.528**	**5.153.709**	**306.456.078**
	342.514.641	**664.213.426**	**(8.969.103)**	**761.488**	**9.665.080**	**665.670.891**

(valores em euros)

	2024					
	Valor nominal	Custo amortizado	Perda de crédito esperada (Nota 40)	Valorização Cambial	Juros a receber	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública	209.223.326	232.561.284	(1.373.525)	225.596	3.064.705	234.478.060
De outros emissores	271.442	2.929.383	(655.580)	-	157.551	2.431.354
	209.494.768	**235.490.667**	**(2.029.105)**	**225.596**	**3.222.256**	**236.909.414**
Outros Empréstimos						
Depósitos em empresas cedentes	-	936.309	-	-	-	936.309
Empréstimos	164.151.048	144.046.916	(7.168.545)	-	792.926	137.671.297
Empréstimos sob apólices	-	1.847.860	-	-	234.323	2.082.183
	164.151.048	**146.831.085**	**(7.168.545)**	**-**	**1.027.249**	**140.689.789**
Aplicações financeiras em instituições de crédito						
Depóstos a prazo	-	194.101.885	-	1.741.004	5.043.438	200.886.327
Depósitos obrigatórios	-	115.041	-	-	-	115.041
Outros depósitos	-	56.194.073	-	572.552	-	56.766.625
Repos	-	34.200.597	-	-	46.068	34.246.665
	-	**284.611.596**	**-**	**2.313.556**	**5.089.506**	**292.014.658**
	373.645.816	**670.357.608**	**(9.197.650)**	**2.560.342**	**9.339.040**	**673.059.340**

De acordo com o modelo de imparidade definido, em 31 de dezembro de 2025, o montante de imparidade reconhecido associado aos instrumentos de dívida ascende a 8.969.103 Euros (2024: 9.197.650 Euros), conforme Nota 40.

10. TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na rubrica de Terrenos e edifícios de uso próprio foi o seguinte:

(valores em euros)

	De uso próprio		
	Direito de propriedade	Direito de uso	Total
Valor bruto			
Saldo em 31 de dezembro 2024	647.115.326	181.436.216	828.551.542
Aumentos			
Adições por aquisições realizadas no período	112.607.444	44.810.931	157.418.375
Entrada no perímetro de consolidação	9.435.151	-	9.435.151
Transferências de imóveis de rendimento	20.745.566	-	20.745.566
Outros movimentos	2.642.294	1.128.406	3.770.700
Diminuições			
Saída do perímetro de consolidação	(14.149)	-	(14.149)
Transferências para imóveis de rendimento	(454.527)	-	(454.527)
Alienações e abates	-	(8.594.589)	(8.594.589)
Diferenças de cambio	(3.625.676)	(958.876)	(4.584.552)
Saldo em 31 de dezembro 2025	788.451.429	217.822.088	1.006.273.517
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro 2024	(150.916.552)	(78.011.864)	(228.928.416)
Aumentos			
Amortização do exercício	(13.726.747)	(23.102.161)	(36.828.908)
Entrada no perímetro de consolidação	(2.895.209)	-	(2.895.209)
Outros movimentos	(2.485.963)	-	(2.485.963)
Diminuições			
Transferências para imóveis de rendimento	114.872	-	114.872
Alienações e abates	-	5.603.783	5.603.783
Outros movimentos	1.731.905	35.410	1.767.315
Diferenças de cambio	170.300	590.391	760.691
Saldo em 31 de dezembro 2025	(168.007.394)	(94.884.441)	(262.891.835)

(continuação)

(valores em euros)

	De uso próprio		
	Direito de propriedade	Direito de uso	Total
Imparidade acumulada			
Saldo em 31 de dezembro 2024	(2.034.023)	(1.098.953)	(3.132.976)
Aumentos			
Reforços e reversão da imparidade do exercício	859.043	-	859.043
Outros movimentos	(1.442.950)	-	(1.442.950)
Diminuições			
Outros movimentos	-	1.098.953	1.098.953
Saldo em 31 de dezembro 2025	(2.617.930)	-	(2.617.930)
Valor líquido			
Saldo em 31 de dezembro 2024	494.164.751	102.325.399	596.490.150
Saldo em 31 de dezembro 2025	617.826.105	122.937.647	740.763.751

(valores em euros)

	De uso próprio		
	Direito de propriedade	Direito de uso	Total
Valor bruto			
Saldo em 31 de dezembro 2023	578.053.821	186.095.751	764.149.572
Aumentos			
Adições por aquisições realizadas no período	96.348.769	8.388.593	104.737.362
Transferências de imóveis de rendimento	6.577.673	-	6.577.673
Diminuições			
Alienações e abates	(9.462.023)	(3.975.907)	(13.437.930)
Transferências para ANCDV	(23.040.922)	-	(23.040.922)
Outros movimentos	(3.560.516)	(9.666.829)	(13.227.345)
Diferenças de cambio	2.198.524	594.608	2.793.132
Saldo em 31 de dezembro 2024	647.115.326	181.436.216	828.551.542
Amortização acumulada			
Saldo em 31 de dezembro 2023	(138.035.958)	(60.671.691)	(198.707.649)

(continuação)

(valores em euros)

	De uso próprio		
	Direito de propriedade	Direito de uso	Total
Aumentos			
Amortização do exercício	(12.239.136)	(21.799.558)	(34.038.694)
Outros movimentos	(2.549.311)	-	(2.549.311)
Diminuições			
Alienações e abates	2.005.643	734.890	2.740.533
Outros movimentos	10.322	4.033.464	4.043.786
Diferenças de cambio	(108.112)	(308.969)	(417.081)
Saldo em 31 de dezembro 2024	(150.916.552)	(78.011.864)	(228.928.416)
Imparidade acumulada			
Saldo em 31 de dezembro 2023	(14.990.223)	(1.098.953)	(16.089.176)
Aumentos			
Reforços e reversão da imparidade do exercício	4.736.809	-	4.736.809
Diminuições			
Transferências para ANCDV	8.305.286	-	8.305.286
Diferenças de cambio	(85.895)	-	(85.895)
Saldo em 31 de dezembro 2024	(2.034.023)	(1.098.953)	(3.132.976)
Valor líquido			
Saldo em 31 de dezembro 2023	425.027.640	124.325.107	549.352.747
Saldo em 31 de dezembro 2024	494.164.750	102.325.399	596.490.149

11. TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na rubrica de Terrenos e edifícios de rendimento foi o seguinte:

(valores em euros)

	De rendimento		
	Direito de propriedade	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro 2024	**2.232.615.214**	**30.511.191**	**2.263.126.404**
Aumentos			
Adições por aquisições realizadas no período	15.156.266	5.961.740	21.118.006
Adições por dispêndios subsequentes	51.690.131	-	51.690.131
Transferências de imóveis de uso próprio	339.655	-	339.655
Revalorização por contrapartida de resultados	-	14.252	14.252
Diminuições			
Alienações e abates	(1.167.562)	-	(1.167.562)
Transferências para imóveis de uso próprio	(20.745.566)	-	(20.745.566)
Revalorização por contrapartida de resultados	(37.764.353)	-	(37.764.353)
Outros movimentos	(6.251.451)	(933.548)	(7.184.999)
Diferenças de cambio	(24.869.651)	(1.623.575)	(26.493.226)
Saldo em 31 de dezembro 2025	**2.231.922.692**	**33.930.060**	**2.265.852.750**

(valores em euros)

	De rendimento		
	Direito de propriedade	Direito de uso	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	**2.313.182.379**	**29.190.017**	**2.342.372.395**
Aumentos			
Adições por aquisições realizadas no período	1.058.438	-	1.058.438
Adições por dispêndios subsequentes	60.466.847	-	60.466.847
Diminuições			
Alienações e abates	(18.072.821)	-	(18.072.821)
Transferências para imóveis de uso próprio	(6.577.673)	-	(6.577.673)
Transferências para ANCDV (nota 20)	(92.790.451)	-	(92.790.451)
Revalorização por contrapartida de resultados	(38.564.073)	(26.024)	(38.590.097)
Outros movimentos	(23.472.205)	(46.641)	(23.518.846)
Diferenças de cambio	37.384.773	1.393.839	38.778.612
Saldo em 31 de dezembro 2024	**2.232.615.214**	**30.511.191**	**2.263.126.404**

Em 2024, as alienações e abates líquidos de Imóveis de Rendimento, no valor de 18.072.821 Euros, dizem respeito, essencialmente à venda de um conjunto de imóveis por parte da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. e da Fidelidade – Property Europe, S.A. (7.509.547 Euros e 9.288.856 Euros, respetivamente).

Em 2025, na rubrica Direitos de Uso, está reconhecido a renegociação do ground lease no valor do imóvel de rendimento da FPE (UK) 1 LIMITED no montante de 5.975.992 euros. Em 2024, nos outros movimentos, está a transferência dos 14,4 milhões de euros corresponde à recuperação dos custos com obras de fit-out anteriormente suportados pelo Fundo, os quais estão agora a ser cobrados ao inquilino por incumprimento contratual, refletindo uma reclassificação entre rubricas do balanço, sem impacto na demonstração dos resultados.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40 e referido na Nota 2.7.

A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar renda é como segue:

(valores em euros)

	2025	2024
Imóveis que geraram rendimento de rendas	1.417.552.230	1.507.991.360
Imóveis que não geraram rendimento de rendas	848.300.521	755.135.044
	2.265.852.751	**2.263.126.404**

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos com propriedades de investimento são como segue, conforme apresentado na nota 35:

(valores em euros)

	2025	2024
Rendimentos de rendas	85.725.463	90.447.293

Os principais inputs e técnicas de avaliação utilizados nos principais projetos/ativos do portfolio imobiliário podem ser resumidos da seguinte forma:

Portugal

2025

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos[1]	Valores considerados
Entrecampos	Portugal	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Valor estimado de venda Custo de construção	Taxa de capitalização: 4,5%-6,0% Taxa de desconto: 7,25%-8,0% Valor estimado de renda (serviços): EUR 28/m2/mês Valor estimado de renda (comércio): EUR 25/m2/mês Valor estimado de renda (garagens): EUR 150-384/lugar/mês Valor estimado de venda (habitação): EUR 6.553/m2 (habitação) Custo de construção (comércio): EUR 1.629/m2 Custo de construção (habitação): EUR 2.808/m2
Nova Sede	Portugal	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Custo de construção	Taxa de capitalização: 5,25%-5,5% Taxa de desconto: 7,0% Valor estimado de renda (serviços): EUR 26-31,5/m2/mês Valor estimado de renda (garagens): EUR 150-290/lugar/mês Custo de construção (serviços): EUR 1.899/m2 Custo de construção (garagens): EUR 670/m2
VDA Extension	Portugal	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Valor estimado de renda	Taxa de capitalização (retalho): 5,50% Taxa de capitalização (serviços): 4,88% Taxa de desconto: 6,2% Valor estimado de renda (retalho): EUR 28,26/m2 Valor estimado de renda (serviços): EUR 26,43/m2

2024

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos[1]	Valores considerados
Entrecampos	Portugal	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Valor estimado de venda Custo de construção	Taxa de capitalização: 5,0%-7,0% Taxa de desconto: 6,5%-7,0% Valor estimado de renda (serviços): EUR 27/m2/mês Valor estimado de renda (comércio): EUR 19-24/m2/mês Valor estimado de renda (garagens): EUR 180/lugar/mês Valor estimado de venda (habitação): EUR 6.500/m2 (habitação) Custo de construção (serviços): EUR 1.700/m2 Custo de construção (comércio): EUR 800-1.100/m2 Custo de construção (garagens): EUR 500/m2 Custo de construção (habitação): EUR 2.500/m2
Nova Sede	Portugal	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Custo de construção	Taxa de capitalização: 5,0%-7,5% Taxa de desconto: 6,5% Valor estimado de renda (serviços): EUR 27/m2/mês Valor estimado de renda (garagens): EUR 180/lugar/mês Custo de construção (serviços): EUR 1.170-1.398/m2 Custo de construção (garagens): EUR 455/m2
VDA Extension	Portugal	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa de desconto Valor estimado de renda Custo de construção	Taxa de capitalização: 5,0%-6,0% Taxa de desconto: 7,5% Valor estimado de renda (serviços): EUR 23/m2/mês Valor estimado de renda (comércio): EUR 45/m2/mês Custo de construção (serviços): EUR 2.000/m2 Custo de construção (comércio): EUR 700/m2

A área do ativo "Nova Sede" afeta a uso próprio da Companhia está reconhecida ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade e não é amortizável enquanto o ativo se encontrar em construção (Nota 2.8).

Europa

2025

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos[1]	Valores considerados
Smithson Plaza	Reino Unido	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 4,63% Taxa de capitalização: 4,85% Valor estimado de renda: GBP 24-250/sq.ft/mês
Medelan[2]	Itália	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 3.75% Taxa de capitalização: 4.00% Valor estimado de renda (escritórios): EUR 702/m2 Valor de estimado de renda (retalho): EUR 1.797/m2;
Pegasus Park	Bélgica	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de capitalização: 6,75%-10,50% Valor estimado de renda (escritório): EUR 135-180/m2/ano Valor estimado de renda (arquivo): EUR 50-70/m2/ano Valor estimado de renda (estacionamento interior): EUR 1.050/unidade/ano Valor estimado de renda (estacionamento exterior): EUR 950/unidade/ano
BC140	Hungria	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 7,90% Taxa de capitalização: 7,90% Valor estimado de renda (escritórios): EUR 13,5/m2/mês Valor estimado de renda (retalho): EUR 13,5/m2/mês Valor estimado de renda (arquivo): EUR 8,1/m2/mês Valor estimado de renda (estacionamentos): EUR 110 /unidade/mês
Moretown	Reino Unido	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 6,9%-10,6% Taxa de capitalização: 7,0%-8,6% Valor estimado de renda (escritórios): GBP 35,0-54,5/sq.ft./ano

2024

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos[1]	Valores considerados
Smithson Plaza	Reino Unido	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 5,56% Taxa de capitalização: 5,90% Valor estimado de renda: GBP 87,50-235/sq.ft/mês
Medelan(2)	Itália	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 3,75% Taxa de capitalização: 3,95% Valor estimado de renda (escritório): EUR 650/m2/mês Valor de estimado de renda (retalho): EUR 1.687/m2/mês
Pegasus Park	Bélgica	Método do Rendimento	Taxa de capitalização Valor estimado de renda Valor estimado do terreno	Taxa de capitalização: 6,00%-10,50% Valor estimado de renda (escritório): EUR 120-140/m2/ano Valor estimado de renda (arquivo): EUR 60-67,5/m2/ano Valor estimado de renda (estacionamento interior): EUR 1.250/unidade/ano Valor estimado de renda (estacionamento exterior): EUR 975/unidade/ano Valor estimativo do terreno: EUR 300,2/m2
BC140	Hungria	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 10,50% Taxa de capitalização: 9,50% Valor estimado de renda (escritórios): EUR 14/m2/mês Valor estimado de renda (retalho): EUR 14,5/m2/mês Valor estimado de renda (arquivo): EUR 7/m2/mês Valor estimado de renda (estacionamentos): EUR 95 /unidade/mês
Moretown	Reino Unido	Método do Rendimento	Taxa de desconto Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa de desconto: 7,79% Taxa de capitalização: 8,70% Valor estimado de renda (escritórios): GBP 30-56/sq.ft./ano

Resto do mundo

2025

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos[1]	Valores considerados
Rendina	Estados Unidos da América	Método Comparativo e Método do Rendimento	Taxa de capitalização Taxa Interna de Rentabilidade Valor estimado de renda	Taxa de capitalização: 8,25%-8,50% Taxa de desconto: 9,50%-11,00% Valor Estimado de Renda: USD 17,00-30,00/pé2/ano

[1] Terminologia homogeneizada para efeitos de divulgação nas demonstrações financeiras;
[2] Avaliação de junho 2025.

2024

Ativo	Geografia	Método de avaliação	Principais pressupostos[1]	Valores considerados
Rendina	Estados Unidos da América	Método Comparativo e Método do Rendimento	Taxa Interna de Rentabilidade Taxa de capitalização Valor estimado de renda	Taxa Interna de Rentabilidade: 7,50-9,00% Taxa de capitalização: 6,75-8,75% Valor Estimado de Renda: USD 17.0-36.0/pé2/mês

[1] Terminologia homogeneizada para efeitos de divulgação nas demonstrações financeiras;
[2] Avaliação de junho 2025.

O Grupo considera que as valorizações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa do justo valor destes ativos na data do balanço.

As análises de sensibilidade foram efetuadas considerando variações razoáveis dos principais pressupostos observados acima, assumindo todas as outras variáveis constantes, identificando o impacto no justo valor dos imóveis. As variações assumidas nesta análise de sensibilidade têm também em conta a conjuntura económica atual.

Em 31 de dezembro de 2025 e 202, a análise de sensibilidade quantitativa dos principais imóveis de rendimento é apresentada abaixo:

(valores em euros)

	2025						
	Avaliação	**Aumento do ERV[1] 10%**	**Aumento de renda por ano 1 pp**	**Aumento da taxa de vagas de longa duração 1 pp**	**Aumento da taxa de desconto 0,25 pp**	**Aumento do custo de construção €100/m2**	**Aumento do período de construção 6 meses**
Moretown (GBP)	130.000.000	150.125.000	n.a.	n.a.	121.900.000	n.a.	n.a.
BC140* (EUR)	24.020.000	26.155.000	24.065.000	23.737.500	23.242.500	n.a.	n.a.
Rendina (USD)	23.500.000	29.020.000	26.800.000	22.690.000	22.860.000	n.a.	n.a.
Pegasus (EUR)	126.980.000	134.550.000	n.a.	n.a.	124.000.000	n.a.	n.a.
Smithson Plaza (GBP)	181.750.000	196.500.000	n.a.	n.a.	167.750.000	n.a.	n.a.
Medelan (EUR)	606.660.000	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Entrecampos - Parcela A (EUR)	161.739.900	188.746.000	164.440.500	159.122.200	160.696.000	156.299.100	152.809.600
Entrecampos - Parcela B1 (EUR)	149.957.500	175.278.000	152.489.500	147.425.400	148.831.800	149.957.500	148.726.100
Entrecampos - Parcela B2 (EUR)	128.267.900	134.586.000	128.899.800	127.636.100	127.648.900	125.448.200	125.327.800
Entrecampos - Parcela B3 (EUR)	-9.785.100	-7.522.100	-9.558.800	-10.011.300	-9.751.200	-10.592.700	-10.015.800
Nova Sede - Parcela C (EUR)	198.551.400	203.278.200	190.717.000	196.623.600	196.234.500	194.403.500	169.771.100
VDA Largo Conde Barão (EUR)	8.163.800	13.0005.800(2)	11.942.800(2)	11.705.200(2)	11.261.200(2)	7.678.000	7.839.500

(valores em euros)

	2024						
	Avaliação	Aumento do ERV[1] 10%	Aumento de renda por ano 1 pp	Aumento da taxa de vagas de longa duração 1 pp	Aumento da taxa de desconto 0,25 pp	Aumento do custo de construção €100/m2	Aumento do período de construção 6 meses
Moretown (GBP)	219.150.000	240.100.000	Não disponível	217.195.000	208.645.000	Não disponível	Não disponível
BC140* (EUR)	22.000.000	24.500.000	22.800.000	21.700.000	21.300.000	Não disponível	Não disponível
Rendina (USD)	101.000.000	114.000.000	106.900.000	98.500.000	98.000.000	Não disponível	Não disponível
Pegasus (EUR)	126.925.000	132.136.000	Não disponível	Não disponível	116.068.000	Não disponível	Não disponível
Smithson Plaza (GBP)	151.800.000	166.820.00	Não disponível	150.400.000	145.190.000	Não disponível	Não disponível
Medelan (EUR)	623.920.000	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Entrecampos - Todos (EUR)	378.217.489	446.064.520	Não disponível	Não disponível	362.598.783	359.344.691	Não disponível
Nova Sede - Parcela C (EUR)	143.513.910	162.836.438	Não disponível	Não disponível	140.747.970	138.385.348	Não disponível
VDA Largo Conde Barão (EUR)	6.319.100	7.354.000	6.406.304	6.260.964	6.180.080	6.092.244	5.960.175

* avaliações em euros
(1) Estimated Rental Value: A renda atual pela qual se pode razoavelmente esperar arrendar espaço numa propriedade dadas as condições de mercado atuais (fonte: INREV).

Durante o ano de 2025, o Moretown teve uma desvalorização de cerca de 105 000 000 Euros. Esta desvalorização ocorreu devido a um conjunto de fatores, nomeadamente: i) redução da taxa de ocupação pela necessidade de adaptação do edifício às exigências do mercado; e ii) aumento da yield de 7,5% para 8,6%

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

12. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento na rubrica de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	Equipamento administrativo	Máquinas e ferramentas	Equipamento informático	Instalações interiores	Equipamento hospitalar	Outro Equipamento	Material de transporte	Património artístico	Ativos tangíveis em curso	Outros	Direito de uso	Total
Valor bruto												
Saldo em 31 de dezembro 2024	**29.982.067**	**11.225.617**	**36.802.282**	**21.083.754**	**155.106.666**	**36.771.997**	**6.265.103**	**2.169.685**	**17.974.628**	**6.613.781**	**166.346.018**	**490.341.598**
Aumentos												
Adições	915.392	169.230	2.999.842	358.682	1.232.601	302.607	1.910.923	2.028	15.263.855	418.827	36.777.117	60.351.104
Entrada no perímetro												
de consolidação	773.257	-	-	-	-	6.321.345	233.118	-	-	452.319		7.780.039
Transferências												
e regularizações	26.306	-	68.803	2.849.195	-	8.945.078	-	-	-	-	-	11.889.382
Diminuições												
Saída do perímetro												
de consolidação	(24.727)	-	-	-	-	(69.251)	-	-	-	(3.000)	-	(96.978)
Alienações e abates	(258.306)	(894.965)	(1.682.451)	(80.224)	(23.644)	(307.676)	(740.936)	-	(776)	-	(7.305.655)	(11.294.633)
Transferências												
e regularizações	(527.868)	-	(66.512)	(1.010.196)	-	(6.291.704)	(264.928)	-	(1.157.576)	-	(377.050)	(9.695.834)
Transferência de construções												
em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.889.382)	-	-	(11.889.382)
Diferenças de cambio	(331.154)	(59.660)	(484.087)	(504.852)	(3.370)	(81.032)	(466.335)	(5.950)	(14.257)	-	(101.502)	(2.052.201)
Saldo em 31 de dezembro 2025	**30.554.967**	**10.440.222**	**37.637.877**	**22.696.359**	**156.312.253**	**45.591.364**	**6.936.945**	**2.165.763**	**20.176.491**	**7.481.927**	**195.338.928**	**535.333.096**
Amortização acumulada												
Saldo em 31 de dezembro 2024	**(26.887.203)**	**(10.860.147)**	**(28.933.738)**	**(10.663.350)**	**(144.271.946)**	**(20.262.191)**	**(3.387.744)**	**-**	**-**	**(4.955.488)**	**(100.818.986)**	**(351.040.793)**
Aumentos												
Amortização do exercício	(1.177.856)	(153.949)	(3.320.475)	(1.676.854)	(6.323.359)	(2.244.517)	(1.164.865)	-	-	(362.769)	(22.615.116)	(39.039.760)
Entrada no perímetro												
de consolidação	(650.390)	-	-	-	-	(2.904.468)	(13.230)	-	-	(290.392)		(3.858.479)
Diminuições												
Saída do perímetro												
de consolidação	4.747	-	-	-	-	1.527	-	-	-	398	-	6.672
Alienações e abates	254.371	888.828	1.620.324	75.931	23.096	270.854	620.414	-	-	-	7.306.412	11.060.229
Transferências												
e regularizações	517.746	-	10.859	-	2.978.769	54.157	70.608	-	-	8.258	968.812	4.609.210
Diferenças de cambio	188.382	50.635	324.680	149.240	3.092	44.058	317.373	-	-	-	96.285	1.173.745
Saldo em 31 de dezembro 2025	**(27.750.203)**	**(10.074.634)**	**(30.298.349)**	**(12.115.034)**	**(147.590.348)**	**(25.040.580)**	**(3.557.444)**	**-**	**-**	**(5.599.992)**	**(115.062.593)**	**(377.089.176)**
Imparidade acumulada												
Saldo em 31 de dezembro 2024	**(13.755)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(28.990)**	**(243.037)**	**-**	**-**	**(420)**	**-**	**(286.202)**
Aumentos												
Reforços e reversão da												
imparidade do exercício	6.653	-	-	-	-	(13.203)	(8.058)	-	-	-	-	(14.608)
Entrada no perímetro												
de consolidação	-	-	-	-	-	1.928	6.606	-	-	420	-	8.954
Saldo em 31 de dezembro 2025	**(7.102)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(40.266)**	**(244.489)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(291.856)**
Valor líquido												
Saldo em 31 de dezembro 2024	**3.094.863**	**365.470**	**7.868.545**	**10.420.403**	**10.834.720**	**16.509.806**	**2.877.360**	**2.169.685**	**17.974.628**	**1.658.293**	**65.527.032**	**139.014.604**
Saldo em 31 de dezembro 2025	**2.804.764**	**365.588**	**7.339.527**	**10.581.325**	**8.721.905**	**20.550.784**	**3.379.501**	**2.165.763**	**20.176.491**	**1.881.935**	**80.276.335**	**157.952.064**

(valores em euros)

	Equipamento administrativo	Máquinas e ferramentas	Equipamento informático	Instalações interiores	Equipamento hospitalar	Outro Equipamento	Material de transporte	Património artístico	Ativos tangíveis em curso	Outros	Direito de uso	Total
Valor bruto												
Saldo em 31 de dezembro 2023	**28.436.877**	**11.066.949**	**34.007.181**	**34.734.601**	**152.032.819**	**36.515.212**	**5.506.593**	**2.166.060**	**17.196.243**	**7.596.001**	**148.091.801**	**477.350.338**
Aumentos												
Adições	1.870.446	148.738	2.522.582	1.491.887	4.349.363	2.294.793	1.362.743	3.888	1.148.254	562.645	23.397.866	39.153.206
Transferências												
e regularizações	-	-	1.364.694	81.652	-	-	4.131	-	-	-	-	1.450.478
Diminuições												
Alienações e abates	(351.954)	(11.836)	(1.537.583)	(15.758.499)	-	(2.011.082)	(748.378)	(2.564)	-	(235.058)	(5.253.392)	(25.910.347)
Transferências												
e regularizações	(54.888)	-	-	-	(1.275.000)	(142.122)	-	-	-	(1.309.807)	(4.130)	(2.785.948)
Transferência de construções												
em curso	-	25.548	41.822	260.705	-	42.858	-	-	(370.934)	-	-	-
Diferenças de cambio	81.585	(3.781)	403.587	273.407	(515)	72.339	140.014	2.301	1.065	-	113.874	1.083.873
Saldo em 31 de dezembro 2024	**29.982.067**	**11.225.617**	**36.802.282**	**21.083.754**	**155.106.666**	**36.771.997**	**6.265.103**	**2.169.685**	**17.974.628**	**6.613.781**	**166.346.018**	**490.341.599**
Amortização acumulada												
Saldo em 31 de dezembro 2023	**(25.645.354)**	**(10.687.754)**	**(26.087.042)**	**(23.916.701)**	**(139.893.300)**	**(20.336.551)**	**(2.716.854)**	**-**	**-**	**(4.680.489)**	**(85.214.388)**	**(339.178.432)**
Aumentos												
Amortização do exercício	(1.328.307)	(186.981)	(4.084.051)	(1.771.443)	(6.849.958)	(2.029.804)	(1.357.739)	-	-	(338.178)	(19.972.019)	(37.918.480)
Transferências												
e regularizações	(174.614)	-	-	(6.822)	-	-	-	-	-	-	-	(181.436)
Diminuições												
Alienações e abates	318.408	11.836	1.518.150	15.104.166	-	2.009.967	707.362	-	-	-	3.894.469	23.564.358
Transferências												
e regularizações	-	-	6.248	-	2.471.008	137.866	58.024	-	-	63.179	578.953	3.315.280
Diferenças de cambio	(57.336)	2.752	(287.043)	(72.550)	304	(43.670)	(78.537)	-	-	-	(106.001)	(642.082)
Saldo em 31 de dezembro 2024	**(26.887.203)**	**(10.860.147)**	**(28.933.738)**	**(10.663.350)**	**(144.271.946)**	**(20.262.191)**	**(3.387.744)**	**-**	**-**	**(4.955.488)**	**(100.818.986)**	**(351.040.793)**
Imparidade acumulada												
Saldo em 31 de dezembro 2023	**(7.522)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(8.440)**	**(127.715)**	**-**		**-**	**-**	**(143.677)**
Aumentos												
Reforços e reversão da												
imparidade do exercício	(6.234)					(20.550)	(115.322)			(420)	-	(142.525)
Saldo em 31 de dezembro 2024	**(13.755)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(28.990)**	**(243.037)**	**-**	**-**	**(420)**	**-**	**(286.202)**
Valor líquido												
Saldo em 31 de dezembro 2023	**2.791.523**	**379.195**	**7.920.139**	**10.817.900**	**12.139.518**	**16.178.661**	**2.789.739**	**2.166.060**	**17.196.243**	**2.915.512**	**62.877.413**	**138.028.228**
Saldo em 31 de dezembro 2024	**3.094.863**	**365.470**	**7.868.545**	**10.420.403**	**10.834.720**	**16.509.806**	**2.877.360**	**2.169.685**	**17.974.628**	**1.658.293**	**65.527.032**	**139.014.604**

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica Outros ativos tangíveis inclui ativos totalmente depreciados, mas que ainda se encontram em uso, no montante bruto de 308.020.433 Euros (2024: 246.585.035 Euros).

13. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Mercadorias hospitalares	17.220.209	14.968.560
Mercadorias	1.559.850	1.265.885
Produtos e trabalhos em curso	(280.249)	(188.926)
Salvados	11.284	9.125
	18.511.093	**16.054.644**
Imparidade de mercadorias	(312.596)	(566.601)
	18.198.498	**15.488.043**

A rubrica de Mercadorias hospitalares diz respeito, essencialmente, aos fármacos e consumíveis clínicos utilizados no âmbito da atividade operacional das unidades clínicas do Grupo Luz Saúde.

14. GOODWILL

O Goodwill registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Valor Bruto	Perda por imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda por imparidade	Valor Líquido
Goodwill						
Luz Saúde, S.A.	359.254.032	-	359.254.032	359.254.032	-	359.254.032
La Positiva Seguros y Reaseguros S.A.	41.925.780	-	41.925.780	42.476.205	-	42.476.205
HL - Hospital de Loulé S.A.	34.107.400	-	34.107.400	-		-
Capital Criativo Health Care Investments II, S.A.	26.683.569	-	26.683.569	26.683.569	-	26.683.569
Hospital da Luz Guimarães, S.A.	14.665.075	-	14.665.075	14.665.075	-	14.665.075
C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.	8.720.683	-	8.720.683	8.720.683	-	8.720.683
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	6.403.011	-	6.403.011	6.403.011	-	6.403.011
Tenax Capital Limited	4.433.235	-	4.433.235	4.433.235	-	4.433.235
Veterinários Sobre Rodas, Lda	3.691.608	-	3.691.608	3.691.608	-	3.691.608
S.C.H. - Soc. Clínica Hospitalar S.A.	3.126.025	-	3.126.025	3.126.025	-	3.126.025
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2.281.095	-	2.281.095	2.281.095	-	2.281.095
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	2.198.779	-	2.198.779	2.198.779	-	2.198.779
Fidelidade Assistência - Companhia						
de Seguros, S.A.	1.663.226	-	1.663.226	1.663.226	-	1.663.226
Garantia - Companhia de Seguros						
de Cabo Verde, S.A.	342.311	-	342.311	342.311	-	342.311
Clínica Fisiátrica das Antas, Lda	246.080	-	246.080	246.080	-	246.080
Cetra - Centro Técnico de Reparação						
Automóvel, S.A.	8.665	-	8.665	8.665	-	8.665
	509.750.574	**-**	**509.750.574**	**476.193.598**	**-**	**476.193.598**

Nos exercícios de 2025 e 2024 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(valores em euros)

Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2023	**475.851.759**
Goodwill La Positiva Seguros y Reaseguros S.A. - variação cambial	2.002.958
Compra de 88% da Veterinários Sobre Rodas, Lda	(1.661.119)
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2024	**476.193.598**
Goodwill La Positiva Seguros y Reaseguros S.A. - variação cambial	(550.425)
Compra de 51% da HL - Hospital de Loulé S.A.	34.107.400
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2025	**509.750.574**

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não se verificar no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Para determinar os fluxos de caixa futuros de cada entidade, quando utilizado o método de fluxos de caixa descontados no âmbito do teste de imparidade, o cálculo é baseado no modelo de negócios aprovado pela gestão de cada entidade, para um período de 5 anos. Os fluxos de caixa são então descontados com uma taxa de desconto que reflete adequadamente o risco de cada negócio e do mercado em que a entidade opera, variando entre 7,1% e 23,5% para dezembro de 2025.

Para os períodos posteriores ao modelo de negócio, os fluxos de caixa baseiam-se numa perpetuidade que reflete as taxas de crescimento a longo prazo esperadas para cada entidade com base nas taxas de crescimento previstas de inflação, sendo 2,0% para dezembro de 2025.

Abaixo encontram-se informações adicionais relativas a taxas de desconto e taxas de crescimento perpétuo por geografia considerando apenas as operações com goodwill reconhecido no Goodwill do Grupo a 31 de dezembro de 2025:

Região	Setor	Taxa de desconto	Taxa de crescimento perpétuo
Europa		7,1% - 9,1%	2,00%
Portugal			
Luz Saúde	Saúde		
Fidelidade Assistência	Seguros Não Vida		
Multicare	Seguros Não Vida		
Veterinários Sobre Rodas	Serviços		
Reino Unido			
Tenax	Gestão de Ativos		
África		15,4% - 20,6%	2,00%
Angola	Seguros Vida e Não Vida		
Moçambique	Seguros Vida e Não Vida		
América Latina		7,1% - 23,5%	2,00%
Peru	Seguros Vida e Não Vida		
Bolívia	Seguros Vida e Não Vida		
Paraguai	Seguros Vida e Não Vida		

A fim de avaliar a sensibilidade do montante recuperável aos principais pressupostos identificados foram efetuados testes de sensibilidade, principalmente à taxa de desconto e à taxa de crescimento perpétuo. Um aumento de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto e uma diminuição de 0,5 pontos percentuais na taxa de crescimento perpétuo não resulta numa potencial perda de imparidade.

Relativamente à operação da Luz Saúde, não foi realizado teste de imparidade, por se ter verificado não existirem indícios de perda de valor, com base na avaliação efetuada aquando da venda de 40% da participação ao Macquarie Group, pelo montante de 310 milhões de euros.

No que respeita às operações La Positiva Vida e La Positiva Generales, no Peru, duas das unidades com maior relevância para o Grupo, ambas apresentam perspetivas de crescimento sustentado, não existindo quaisquer indícios de imparidade. As projeções apontam para uma taxa média de crescimento anual entre 8% e 10% nos próximos cinco anos. No caso da La Positiva Generales, esta evolução é acompanhada por uma melhoria do rácio combinado, decorrente de ganhos de eficiência operacional, resultando numa expectativa de valorização positiva da unidade. Foram ainda efetuadas análises de sensibilidade adicionais, considerando um aumento de 2,0 pontos percentuais na taxa de desconto, não se tendo identificado, em qualquer dos cenários, sinais de imparidade.

Taxa de desconto	-2pp	7.1%	+2pp
LPG (€)	734.410.667	431.932.595	300.534.594

Taxa de desconto	-2pp	8.5%	+2pp
LPV (€)	1.114.793.723	763.345.187	577.269.985

15. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento na rubrica de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	Marca	Software	Ativos tangíveis em curso	Value of current business	Outros ativos	Total
Valor bruto						
Saldo em 31 de dezembro 2024	**89.834.920**	**204.229.386**	**73.390.590**	**97.305.923**	**5.789.492**	**470.550.311**
Aumentos						
Adições	-	8.855.683	19.935.371	-	-	28.791.054
Entrada no perímetro de consolidação	-	279.414	-	-	-	279.414
Transferências e regularizações	-	-	-	-		-
Diminuições						
Alienações e abates	-	(4.661.747)	(133.740)	-	(65.984)	(4.861.471)
Transferências e regularizações	-	3.509.264	2.825.948	-	(51.141)	6.284.071
Transferências de ativos intangíveis em curso	-	59.878.739	(59.878.739)		-	-
Diferenças de cambio	(4.134.287)	(1.021.257)	(73.474)	1.023.833	(15.757)	(4.220.942)
Saldo em 31 de dezembro 2025	**85.700.634**	**271.069.482**	**36.065.955**	**98.329.756**	**5.656.610**	**496.822.436**
Amortização acumulada						
Saldo em 31 de dezembro 2024	**-**	**(136.720.936)**	**-**	**(50.466.547)**	**(1.686.728)**	**(188.874.211)**
Aumentos						
Amortização do exercício	-	(21.857.915)	-	(9.928.889)	(742.290)	(32.529.094)
Entrada no perímetro de consolidação	-	(213.108)	-	-	-	(213.108)
Diminuições						
Alienações e abates	-	4.630.230	-	-	65.984	4.696.213
Transferências e regularizações	-	475.188	-	-	4.113	479.301
Diferenças de cambio	-	525.751	-	(591.015)	1.089	(64.175)
Saldo em 31 de dezembro 2025	**-**	**(153.160.790)**	**-**	**(60.986.451)**	**(2.357.832)**	**(216.505.074)**
Valor líquido						
Saldo em 31 de dezembro 2024	**89.834.920**	**67.508.450**	**73.390.590**	**46.839.376**	**4.102.764**	**281.676.101**
Saldo em 31 de dezembro 2025	**85.700.634**	**117.908.692**	**36.065.955**	**37.343.305**	**3.298.778**	**280.317.362**

(valores em euros)

	Marca	Software	Ativos tangíveis em curso	Value of current business	Outros ativos	Total
Valor bruto						
Saldo em 31 de dezembro 2023	**85.239.380**	**171.969.169**	**74.199.106**	**98.903.170**	**4.629.476**	**434.940.301**
Aumentos						
Adições	-	9.215.272	25.118.880	-	621.583	34.955.735
Transferências e regularizações	-	4.159.062	-	-	-	4.159.062
Diminuições						
Alienações e abates	-	(7.724.878)	(10.423)	-	-	(7.735.302)
Transferências de ativos intangíveis em curso	-	25.561.281	(26.098.880)	-	537.600	-
Diferenças de cambio	4.595.540	1.049.480	181.908	(1.597.246)	834	4.230.515
Saldo em 31 de dezembro 2024	**89.834.920**	**204.229.386**	**73.390.590**	**97.305.923**	**5.789.492**	**470.550.311**
Amortização acumulada						
Saldo em 31 de dezembro 2023	**-**	**(123.272.993)**	**-**	**(6.651.383)**	**(1.039.620)**	**(130.963.995)**
Aumentos						
Amortização do exercício	-	(18.824.469)	-	(13.666.011)	(681.860)	(33.172.340)
Diminuições						
Alienações e abates	-	6.181.078	-	-	-	6.181.078
Transferências e regularizações	-	10.903	-	-	35.321	46.224
Diferenças de cambio	-	(815.456)	-	(58.544)	(569)	(874.568)
Saldo em 31 de dezembro 2024	**-**	**(136.720.936)**	**-**	**(50.466.547)**	**(1.686.728)**	**(188.874.211)**
Valor líquido						
Saldo em 31 de dezembro 2023	**85.239.380**	**48.696.177**	**74.199.106**	**92.251.787**	**3.589.856**	**303.976.306**
Saldo em 31 de dezembro 2024	**89.834.920**	**67.508.450**	**73.390.590**	**46.839.376**	**4.102.764**	**281.676.100**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Ativos intangíveis em curso, refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (software).

Durante o exercício de 2025, foi concluída a implementação da plataforma tecnológica da IFRS17. Em consequência, os custos que se encontravam registados na rubrica ativos intangíveis em curso, foram transferidos para a rubrica Software, passando o respetivo ativo a ser amortizado a partir da data em que ficou disponível para utilização por 10 anos.

Nos exercícios de 2025 e 2024, o Grupo reconheceu diretamente na Demonstração dos Resultados despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 48.212.174 Euros e 46.944.041 Euros, respetivamente.

O valor do negócio adquirido (Value of current business) no âmbito de uma concentração de atividades empresariais associado aos contratos de investimento (enquadrados no âmbito da IFRS 9) é reconhecido como um ativo intangível e corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição. Este intangível é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado aos contratos adquiridos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, este ativo diz respeito aos contratos adquiridos associados à entidade Liechtenstein Life Assurance, AG.

O saldo remanescente do Value of current business será amortizado como segue:

(valores em euros)

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	Após	Total
Amortização esperada	(5.957.144)	(3.935.590)	(3.584.585)	(3.228.393)	(2.834.514)	(2.475.391)	(2.230.901)	(1.961.447)	(1.738.513)	(1.490.346)	(7.906.480)	(37.343.305)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a análise por entidade das marcas reconhecidas é analisada como segue:

(valores em euros)

	2025	2024
Marca		
La Positiva Seguros Y Reaseguros, S.A.	34.484.011	34.936.736
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros, S.A.	25.271.081	25.602.853
Alianza Compañia de Seguros y Reaseguros, S.A.	13.152.976	14.854.379
Alianza Vida Seguros y Reaseguros, S.A.	7.420.060	8.379.881
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.	5.265.140	5.954.823
Liechtenstein Life Assurance AG	107.365	106.247
	85.700.634	**89.834.920**

Tal como referido na política contabilística 2.3, com a referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024, com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade aos ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas). O teste de imparidade é efetuado em conjunto com o teste de imparidade do Goodwill. Os pressupostos utilizados estão descritos na Nota 14.

16. CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os valores dos Ativos de contratos de resseguro e dos Passivos de contratos de seguro, apresentam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

		Não Vida						
	Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil Geral	Outros	Sub-Total	Total
31 de dezembro de 2025								
Contratos de seguro								
Passivos de contratos de seguro								
mensurados pelo PAA								
Serviços Futuros	41.262.506	102.849.744	134.054.922	249.833.913	32.386.956	48.908.803	568.034.337	609.296.844
Serviços Passados	252.505.430	1.807.685.825	296.866.815	518.778.501	220.273.930	86.816.522	2.930.421.593	3.182.927.023
Passivos de contratos de seguro								
não mensurados pelo PAA								
Serviços Futuros	2.254.461.402	-	-	-	-	-	-	2.254.461.402
Serviços Passados	92.023.589	-	-	-	-	-	-	92.023.589
	2.640.252.927	**1.910.535.569**	**430.921.737**	**768.612.414**	**252.660.886**	**135.725.325**	**3.498.455.931**	**6.138.708.858**
Contratos de resseguro								
Ativos de contratos de resseguro								
Serviços Futuros	40.919.246	10.709.248	113.044.973	11.798.576	15.219.365	23.276.422	174.048.583	214.967.828
Serviços Passados	111.188.392	40.360.553	187.156.900	41.692.354	136.376.728	42.492.354	448.078.890	559.267.281
	152.107.637	**51.069.801**	**300.201.873**	**53.490.930**	**151.596.093**	**65.768.775**	**622.127.472**	**774.235.110**

(continuação)

(valores em euros)

	Vida	Não Vida						
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil Geral	Outros	Sub-Total	Total
31 de dezembro de 2024								
Contratos de seguro								
Passivos de contratos de seguro								
mensurados pelo PAA								
Serviços Futuros	38.176.191	85.326.337	131.987.948	246.404.049	29.069.325	40.046.701	532.834.361	571.010.552
Serviços Passados	239.077.580	1.691.620.997	289.888.182	457.523.077	209.005.628	93.713.774	2.741.751.659	2.980.829.239
Passivos de contratos de seguro								
não mensurados pelo PAA								
Serviços Futuros	2.399.737.205	-	-	-	-	-	-	2.399.737.205
Serviços Passados	74.223.008	-	-	-	-	-	-	74.223.008
	2.751.213.984	**1.776.947.334**	**421.876.130**	**703.927.126**	**238.074.954**	**133.760.476**	**-**	**6.025.800.003**
Contratos de resseguro								
Ativos de contratos de resseguro								
Serviços Futuros	36.650.152	10.754.418	121.637.878	18.390.095	18.773.922	23.351.230	-	229.557.696
Serviços Passados	104.241.269	37.332.652	198.658.703	24.623.425	134.512.217	53.160.938	-	552.529.204
	140.891.421	**48.087.071**	**320.296.580**	**43.013.520**	**153.286.139**	**76.512.168**	**-**	**782.086.900**

O movimento ocorrido nos ativos e passivos de contratos de seguro direto e resseguro aceite, mensurados pela abordagem de imputação do prémio, durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025				
		Serviços passados			
		Valorizados pela abordagem de imputação dos prémios			
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	**571.010.552**	**2.862.568.378**	**118.260.860**	**2.980.829.239**	**3.551.839.791**
Alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral					
Réditos de contratos de seguro	**(3.816.598.039)**	**-**	**-**	**-**	**(3.816.598.039)**
Gastos de contratos de seguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	-	2.553.590.094	56.242.758	2.609.832.852	2.609.832.852
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	528.632.052	-	-	-	528.632.052
Perdas e reversão de perdas em contratos onerosos	495.472	-	-	-	495.472
Alterações relativas a serviços passados	-	(12.895.902)	(45.488.750)	(58.384.652)	(58.384.652)
Outras despesas	175.442.620	-	-	-	175.442.620
	704.570.145	**2.540.694.192**	**10.754.008**	**2.551.448.200**	**3.256.018.345**
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito					
de resseguro cedido	**(3.112.027.894)**	**2.540.694.192**	**10.754.008**	**2.551.448.200**	**(560.579.694)**
Alterações da componente financeira em resultados					
e outro rendimento integral	-	51.709.218	6.912.202	58.621.420	58.621.420
Diferenças de câmbio	(13.178.847)	(17.432.841)	(764.566)	(18.197.407)	(31.376.254)
Outras alterações em outro rendimento integral	-	(74.157.553)	(6.788.739)	(80.946.292)	(80.946.292)
Total de alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral	**(3.125.206.741)**	**2.500.813.015**	**10.112.906**	**2.510.925.921**	**(614.280.820)**
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos	3.877.967.269	-	-	-	3.877.967.269
Custos com sinistros e outras despesas pagas,					
incluindo componente de investimento	-	(2.308.828.136)	-	(2.308.828.136)	(2.308.828.136)
Custos de aquisição pagos	(714.474.236)	-	-	-	(714.474.236)
Total de fluxos de caixa	**3.163.493.033**	**(2.308.828.136)**	**-**	**(2.308.828.136)**	**854.664.897**
Transferência para outros itens na demonstração					
da posição financeira	**-**	**275.418**	**(275.418)**	**-**	**-**
Saldo final	**609.296.844**	**3.054.828.676**	**128.098.348**	**3.182.927.024**	**3.792.223.867**

(valores em euros)

	2024				
		Serviços passados			
		Valorizados pela abordagem de imputação dos prémios			
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	**430.184.923**	**2.633.655.999**	**106.429.919**	**2.740.085.919**	**3.170.270.842**
Alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral					
Réditos de contratos de seguro	**(3.638.213.823)**	**-**	**-**	**-**	**(3.638.213.823)**
Gastos de contratos de seguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	-	2.459.525.243	53.009.773	2.512.535.016	2.512.535.016
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	655.719.674	-	-	-	655.719.674
Alterações relativas a serviços passados	-	(150.044.597)	(46.856.412)	(196.901.009)	(196.901.009)
	655.719.674	**2.309.480.646**	**6.153.361**	**2.315.634.007**	**2.971.353.681**
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito					
de resseguro cedido	**(2.982.494.149)**	**2.309.480.646**	**6.153.361**	**2.315.634.007**	**(666.860.142)**
Alterações da componente financeira em resultados					
e outro rendimento integral	-	62.362.370	2.830.975	65.193.345	65.193.345
Diferenças de câmbio	7.176.878	25.000.001	1.081.457	26.081.458	33.258.336
Outras alterações em outro rendimento integral	-	54.750.298	1.748.000	56.498.298	56.498.298
Total de alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral	**(2.975.317.271)**	**2.451.593.316**	**11.813.793**	**2.463.407.109**	**(511.910.162)**
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos	3.779.168.842	-	-	-	3.779.168.842
Custos com sinistros e outras despesas pagas,					
incluindo componente de investimento	-	(2.222.852.419)	-	(2.222.852.419)	(2.222.852.419)
Custos de aquisição pagos	(663.012.192)	-	-	-	(663.012.192)
Total de fluxos de caixa	**3.116.156.650**	**(2.222.852.419)**	**-**	**(2.222.852.419)**	**893.304.230**
Saldo final	**571.010.552**	**2.862.568.378**	**118.260.860**	**2.980.829.239**	**3.551.839.791**

O movimento ocorrido nos ativos e passivos de contratos de resseguro cedido, mensurados pela abordagem de imputação do prémio, durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025				
		Serviços passados			
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	**229.557.696**	**519.659.004**	**32.870.201**	**552.529.205**	**782.086.900**
Alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral					
Gastos de contratos de resseguro	**(635.625.913)**	**-**	**-**	**-**	**(635.625.913)**
Réditos de contratos de resseguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis					
a contratos de resseguro	-	334.009.281	16.021.147	350.030.428	350.030.428
Alterações relativas a serviços passados	-	(30.973.207)	(15.171.487)	(46.144.694)	(46.144.694)
	-	**303.036.075**	**849.659**	**303.885.734**	**303.885.734**
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	(363.451)	(3.662)	(367.112)	(367.112)
Resultado de contratos de resseguro	**(635.625.913)**	**302.672.624**	**845.998**	**303.518.622**	**(332.107.292)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira					
dos contratos de resseguro	-	11.874.984	551.986	12.426.970	12.426.970
Diferenças de câmbio	(4.315.010)	(7.223.960)	(341.524)	(7.565.484)	(11.880.494)
Outras alterações em outro rendimento integral	-	(1.536.603)	(10.010)	(1.546.613)	(1.546.613)
Total de alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral	**(639.940.923)**	**305.787.045**	**1.046.450**	**306.833.495**	**(333.107.428)**
Fluxos de caixa					
Prémios pagos	625.351.056	-	-	-	625.351.056
Montantes recebidos	-	(300.095.417)	-	(300.095.417)	(300.095.417)
Total de fluxos de caixa	**625.351.056**	**(300.095.417)**	**-**	**(300.095.417)**	**325.255.638**
Saldo final	**214.967.828**	**525.350.632**	**33.916.650**	**559.267.282**	**774.235.110**

(valores em euros)

	2024				
		Serviços passados			
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	**229.302.108**	**466.968.362**	**27.950.545**	**494.918.907**	**724.221.016**
Gastos de contratos de resseguro	**(683.090.081)**	**-**	**-**	**-**	**(683.090.081)**
Réditos de contratos de resseguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis					
a contratos de resseguro	-	350.042.548	15.584.318	365.626.866	365.626.866
Alterações relativas a serviços passados	-	(15.107.930)	(12.124.802)	(27.232.733)	(27.232.733)
	-	**334.934.618**	**3.459.516**	**338.394.134**	**338.394.134**
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	2.105.557	114.211	2.219.768	2.219.768
Resultado de contratos de resseguro	**(683.090.081)**	**337.040.175**	**3.573.727**	**340.613.902**	**(342.476.179)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira					
dos contratos de resseguro	-	16.981.695	913.572	17.895.266	17.895.266
Diferenças de câmbio	1.011.686	7.638.635	243.337	7.881.971	8.893.657
Outras alterações em outro rendimento integral	-	3.782.886	189.021	3.971.907	3.971.907
Total de alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral	**(682.078.395)**	**365.443.391**	**4.919.656**	**370.363.046**	**(311.715.349)**
Fluxos de caixa					
Prémios pagos	682.479.151	-	-	-	682.479.151
Montantes recebidos	-	(312.752.749)	-	(312.752.749)	(312.752.749)
Total de fluxos de caixa	**682.479.151**	**(312.752.749)**	**-**	**(312.752.749)**	**369.726.402**
Transferência para outros itens na demonstração					
da posição financeira	**(145.169)**	**-**	**-**	**-**	**(145.169)**
Saldo final	**229.557.696**	**519.659.004**	**32.870.201**	**552.529.205**	**782.086.900**

O movimento ocorrido nos ativos e passivos de contratos de seguro direto e resseguro aceite, mensurados pelo modelo geral, durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025						
	Serviços Futuros			Serviços Passados			
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Subtotal	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldos iniciais	**2.367.814.349**	**31.922.857**	**2.399.737.206**	**68.064.217**	**6.158.791**	**74.223.008**	**2.473.960.214**
Alterações nas demonstrações de resultados							
e outro rendimento integral							
Réditos de contratos de seguro							
Contratos mensurados na transição através							
da abordagem do justo valor	(195.410.812)	-	(195.410.812)	-	-	-	(195.410.812)
Outros contratos	(20.976.858)	-	(20.976.858)	-	-	-	(20.976.858)
	(216.387.670)	**-**	**(216.387.670)**	**-**	**-**	**-**	**(216.387.670)**
Gastos de contratos de seguros							
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis							
a contratos de seguros	-	-	-	43.704.654	708.411	44.413.065	44.413.065
Custos de aquisição atribuíveis a contratos							
de seguros	15.270.839	-	15.270.839	-	-	-	15.270.839
Perdas e reversão de perdas em contratos onerosos	-	177.936	177.936	-	-	-	177.936
Alterações relativas a serviços passados	-	-	-	72.410.516	(102.952)	72.307.564	72.307.564
Outras despesas	10.524.248	-	10.524.248	-	-	-	10.524.248
	25.795.087	**177.936**	**25.973.023**	**116.115.170**	**605.459**	**116.720.629**	**142.693.652**
Componente de investimento e reembolsos de prémios	(166.809.533)	-	(166.809.533)	166.809.533	-	166.809.533	-
Resultado de contratos de seguros, antes do efeito							
de reeseguro cedido	**(357.402.116)**	**177.936**	**(357.224.180)**	**282.924.703**	**605.459**	**283.530.162**	**(73.694.017)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira							
dos contratos de seguro	69.352.925	1.983.261	71.336.186	(548.859)	1.031.008	482.149	71.818.335
Outras alterações na demonstração							
de outro rendimento integral	60.881.053	1.801.352	62.682.405	8.229.866	(8.776)	8.221.089	70.903.495
Diferenças de câmbio	(13.527.995)	(69.091)	(13.597.086)	(74.132)	(4.162)	(78.294)	(13.675.380)

(continuação)

(valores em euros)

	2025						
	Serviços Futuros			Serviços Passados			
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Subtotal	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Total de alterações nas demonstrações de resultados							
e outro rendimento integral	**(240.696.133)**	**3.893.458**	**(236.802.674)**	**290.531.578**	**1.623.528**	**292.155.106**	**55.352.432**
Fluxos de caixa							
Prémios recebidos	114.227.290	-	114.227.290	-	-	-	114.227.290
Custos com sinistros e outras despesas pagas,							
incluindo componente de investimento	-	-	-	(274.354.526)	-	(274.354.526)	(274.354.526)
Custos de aquisição pagos	(22.700.419)	-	(22.700.419)	-	-	-	(22.700.419)
Total de fluxos de caixa	**91.526.871**	**-**	**91.526.871**	**(274.354.526)**	**-**	**(274.354.526)**	**(182.827.655)**
Saldos finais	**2.218.645.088**	**35.816.315**	**2.254.461.403**	**84.241.269**	**7.782.319**	**92.023.588**	**2.346.484.991**

(valores em euros)

	2024						
	Serviços Futuros			Serviços Passados			
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Subtotal	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldos iniciais	**2.452.907.655**	**17.959.886**	**2.470.867.541**	**71.422.632**	**6.528.636**	**77.951.268**	**2.548.818.809**
Alterações nas demonstrações de resultados							
e outro rendimento integral							
Réditos de contratos de seguro							
Contratos mensurados na transição através							
da abordagem do justo valor	(180.537.546)	-	(180.537.546)	-	-	-	(180.537.546)
Outros contratos	(41.021.470)	-	(41.021.470)	-	-	-	(41.021.470)
	(221.559.016)	**-**	**(221.559.016)**	**-**	**-**	**-**	**(221.559.016)**
Gastos de contratos de seguros							
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis							
a contratos de seguros	-	-	-	75.208.083	3.406.544	78.614.626	78.614.626
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	26.334.435	-	26.334.435	-	-	-	26.334.435
Perdas e reversão de perdas em contratos onerosos	-	9.349.893	9.349.893	-	-	-	9.349.893
Alterações relativas a serviços passados	-	-	-	26.458.873	(3.912.435)	22.546.439	22.546.439
	26.334.435	**9.349.893**	**35.684.327**	**101.666.956**	**(505.891)**	**101.161.065**	**136.845.392**

(continuação)

(valores em euros)

	2024						
	Serviços Futuros			Serviços Passados			
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Subtotal	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Componente de investimento e reembolsos de prémios	(259.314.356)	-	(259.314.356)	259.314.356	-	259.314.356	-
Resultado de contratos de seguros, antes do efeito							
de reeseguro cedido	**(454.538.937)**	**9.349.893**	**(445.189.045)**	**360.981.312**	**(505.891)**	**360.475.421**	**(84.713.624)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira							
dos contratos de seguro	84.122.731	876.247	84.998.978	1.293.775	120.468	1.414.242	86.413.221
Outras alterações na demonstração							
de outro rendimento integral	136.703.566	3.734.600	140.438.166	193.578	16.493	210.071	140.648.237
Diferenças de câmbio	44.196.355	680.508	44.876.864	289.292	16.233	305.525	45.182.389
Total de alterações nas demonstrações de resultados							
e outro rendimento integral	**(189.516.285)**	**14.641.248**	**(174.875.037)**	**362.757.956**	**(352.697)**	**362.405.260**	**187.530.223**
Fluxos de caixa							
Prémios recebidos	132.867.318	-	132.867.318	-	-	-	132.867.318
Custos com sinistros e outras despesas pagas,							
incluindo componente de investimento	-	-	-	(365.944.888)	-	(365.944.888)	(365.944.888)
Custos de aquisição pagos	(29.122.617)	-	(29.122.617)	-	-	-	(29.122.617)
Total de fluxos de caixa	**103.744.702**	**-**	**103.744.702**	**(365.944.888)**	**-**	**(365.944.888)**	**(262.200.187)**
Transferência para outros itens na demonstração							
da posição financeira	**678.277**	**(678.277)**	**-**	**(171.483)**	**(17.148)**	**(188.631)**	**(188.631)**
Saldos finais	**2.367.814.349**	**31.922.857**	**2.399.737.206**	**68.064.217**	**6.158.791**	**74.223.008**	**2.473.960.214**

A análise por componente de seguro dos contratos não mensurados pela abordagem de imputação de prémios, relativa aos exercícios de 2025 e 2024, é como segue:

(valores em euros)

	2025			
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Margem de serviço contratual	Total
Saldo de abertura	**1.981.582.608**	**80.909.494**	**411.468.111**	**2.473.960.213**
Alterações nas demonstrações de resultados e outro rendimento integral				
Alterações em serviços correntes				
Reconhecimento da CSM para serviços prestados	-	-	(66.178.367)	(66.178.367)
Alterações ao ajustamento de risco, referente ao risco expirado	-	(3.365.852)	-	(3.365.852)
Ajustes de experiência	(76.635.299)	-	-	(76.635.299)
	(76.635.299)	**(3.365.852)**	**(66.178.367)**	**(146.179.517)**
Alterações em serviços futuros				
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(24.330.832)	2.073.827	26.321.288	4.064.283
Alterações em estimativas que impactam CSM	(36.037.880)	(14.715.207)	50.753.087	-
Alterações em estimativas que não impactam CSM	(1.952.587)	(1.933.760)	-	(3.886.347)
	(62.321.299)	**(14.575.139)**	**77.074.375**	**177.936**
Alterações relativas a serviços passados				
Alterações a serviços passados	72.410.516	(102.952)	-	72.307.564
	72.410.516	**(102.952)**	**-**	**72.307.564**
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito de resseguro cedido	**(66.546.082)**	**(18.043.943)**	**10.896.008**	**(73.694.017)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira dos contratos de seguro	60.626.960	1.922.405	9.268.970	71.818.335
Diferenças de câmbio	(12.712.251)	428.912	(1.392.042)	(13.675.381)
Outras alterações na demonstração de outro rendimento integral	72.402.213	(1.498.718)	-	70.903.495
Total de alterações nas demonstrações de resultados e outro rendimento integral	**53.770.840**	**(17.191.344)**	**18.772.936**	**55.352.432**
Fluxos de caixa				
Prémios recebidos	114.227.291	-	-	114.227.291
Custos de aquisição pagos	(22.700.419)	-	-	(22.700.419)
Custos com sinistros e outras despesas pagas, incluindo				
componente de investimento	(274.354.527)	-	-	(274.354.527)
Total de fluxos de caixa	**(182.827.655)**	**-**	**-**	**(182.827.655)**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	**13.901**	**(13.901)**	**-**	**-**
Saldo final	**1.852.539.694**	**63.704.249**	**430.241.047**	**2.346.484.990**

(valores em euros)

	2024			
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Margem de serviço contratual	Total
Saldo de abertura	**2.053.783.070**	**66.509.598**	**428.612.554**	**2.548.905.222**
Alterações nas demonstrações de resultados e outro rendimento integral				
Alterações em serviços correntes				
Reconhecimento da CSM para serviços prestados	-	-	(78.898.182)	(78.898.182)
Alterações ao ajustamento de risco, referente ao risco expirado	-	(2.306.557)	-	(2.306.557)
Ajustes de experiência	(35.405.216)	-	-	(35.405.216)
	(35.405.216)	**(2.306.557)**	**(78.898.182)**	**(116.609.955)**
Alterações em serviços futuros				
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(25.620.553)	7.457.429	22.881.587	4.718.463
Alterações em estimativas que impactam CSM	(28.560.792)	4.175.355	24.385.438	-
Alterações em estimativas que não impactam CSM	4.506.216	125.214	-	4.631.430
	(49.675.130)	**11.757.998**	**47.267.025**	**9.349.893**
Alterações relativas a serviços passados				
Alterações a serviços passados	26.458.873	(3.912.435)	-	22.546.439
	26.458.873	**(3.912.435)**	**-**	**22.546.439**
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito de resseguro cedido	**(58.621.473)**	**5.539.006**	**(31.631.157)**	**(84.713.624)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira dos contratos de seguro	76.976.575	1.932.947	7.503.699	86.413.221
Diferenças de câmbio	36.472.329	1.727.045	6.983.015	45.182.389
Outras alterações na demonstração de resultados	135.343.776	5.304.461	-	140.648.237
Total de alterações nas demonstrações de resultados e outro rendimento integral	**190.171.208**	**14.503.459**	**(17.144.444)**	**187.530.222**
Fluxos de caixa				
Prémios recebidos	132.867.318	-	-	132.867.318
Custos de aquisição pagos	(29.122.617)	-	-	(29.122.617)
Custos com sinistros e outras despesas pagas, incluindo componente de investimento	(365.944.888)	-	-	(365.944.888)
Total de fluxos de caixa	**(262.200.187)**	**-**	**-**	**(262.200.187)**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	**(171.483)**	**(103.563)**	**-**	**(275.046)**
Saldo final	**1.981.582.608**	**80.909.494**	**411.468.111**	**2.473.960.213**

A análise do efeito dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos nos exercícios de 2025 e 2024, é como segue:

(valores em euros)

	Contratos Rentáveis	Contratos Onerosos	Total
31 de dezembro de 2025			
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	69.366.277	22.881.412	92.247.688
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	29.048.523	858.082	29.906.605
Valor atual estimado de saídas de fluxos de caixa	98.414.799	23.739.494	122.154.293
Valor atual estimado de entradas de fluxos de caixa	(126.245.497)	(20.239.628)	(146.485.125)
Ajustamento de risco	1.509.410	564.418	2.073.827
CSM	26.321.288	-	26.321.288
Perdas reconhecidas inicialmente	**-**	**4.064.283**	**4.064.283**
31 de dezembro de 2024			
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	101.166.344	21.989.846	123.156.190
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	21.178.144	665.049	21.843.193
Valor atual estimado de saídas de fluxos de caixa	122.344.488	22.654.895	144.999.383
Valor atual estimado de entradas de fluxos de caixa	(152.005.382)	(18.614.554)	(170.619.935)
Ajustamento de risco	6.779.307	678.123	7.457.429
CSM	22.881.587	-	22.881.587
Perdas reconhecidas inicialmente	**-**	**4.718.464**	**4.718.464**

O padrão de libertação da margem de serviço contratual ocorrido nos ativos e passivos de contratos de seguro direto e resseguro aceite, mensurados pelo modelo geral, durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

(valores em euros)

	1 anos ou menos	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 dezembro 2025							
Contratos de seguro direto							
Seguros com participação nos resultados	14.379.806	13.514.165	12.678.385	10.518.995	8.696.774	70.115.379	129.903.504
Outros seguros de vida	15.325.684	12.364.376	10.910.004	9.375.616	8.162.044	244.199.819	300.337.543
	29.705.490	**25.878.541**	**23.588.389**	**19.894.611**	**16.858.818**	**314.315.198**	**430.241.047**
31 dezembro 2024							
Contratos de seguro direto							
Seguros com participação nos resultados	33.882.433	15.525.178	14.823.258	11.957.489	10.252.151	92.205.144	178.645.653
Outros seguros de vida	8.669.481	8.165.692	6.922.032	5.859.057	5.123.977	198.082.219	232.822.458
	42.551.914	**23.690.870**	**21.745.291**	**17.816.546**	**15.376.127**	**290.287.363**	**411.468.111**

A reconciliação dos montantes acumulados da reserva de justo valor, para ativos de investimento medidos ao justo valor por rendimento integral, relacionados com os grupos de contratos de participação direta para os quais o Grupo aplicou a abordagem de justo valor na data de transição, é apresentada na tabela abaixo:

(valores em euros)

	Justo valor através de reservas 2025	2024
Saldo em 1 de janeiro	**(17.920.462)**	**(86.471.427)**
Variação líquida no justo valor	57.446.886	70.726.137
Montante líquido reclassificado para resultados	4.858.377	(2.175.172)
Saldo em 31 de dezembro	**44.384.801**	**(17.920.462)**

Na Nota 47 é divulgada informação detalhada sobre a determinação das responsabilidades bem como dos métodos e principais pressupostos considerados.

17. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	257.003.481	217.567.737
Comissões de contratos investimentos	247.530.198	255.836.566
Mediadores	59.500.767	66.149.077
Co-seguradores	11.862.787	10.698.885
Fundo de Acidentes de Trabalho	3.399.203	3.194.934
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	308.680	8.369.956
	579.605.116	**561.817.156**
(Ajustamentos de recibos por cobrar)	(21.189.180)	(21.538.067)
(Ajustamentos IFAP)	(712.211)	(1.136.745)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa)	(1.251.825)	(3.447.212)
	(23.153.217)	**(26.122.024)**
	556.451.899	**535.695.131**
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	121.923.889	128.785.545
Contas correntes de ressegurados	12.227.572	10.463.595
	134.151.460	**139.249.139**
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa)	(9.150.057)	(12.160.654)
	125.001.403	**127.088.485**
Contas a receber por outras operações		
Filiais		
Imposto agregado	-	177.796
Outras operações	2.614.284	2.005.540
Clientes - contas correntes	117.006.956	93.003.208
Adiantamento a fornecedores	28.256.428	27.393.063

(continuação) (valores em euros)

	2025	2024
Contas de regularização interna	3.347.890	9.320.484
Arrendamentos imobiliários	2.569.470	5.114.631
Devedores por valores em depósito	2.754.507	2.601.950
Pessoal	3.438.051	3.587.418
Comissões gestão UL	-	3.231.024
Relações com Companhias de Seguros	1.244.135	1.244.135
Outros	43.580.931	49.465.060
	204.812.651	**197.144.307**
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa)	(35.895.038)	(33.264.065)
	168.917.613	**163.880.242**
	850.370.914	**826.663.859**

O saldo a receber relativo às comissões de contratos de investimento, diz respeito à atividade do Grupo no Liechtenstein através da entidade Liechtenstein Life Assurance AG.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas de 2024 e 2025.

Nos exercícios de 2025 e 2024 o valor na rubrica Clientes – contas correntes inclui os montantes de 111.060.770 Euros e 79.926.877 Euros, respetivamente, correspondentes ao setor hospitalar.

18. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos correntes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

(valores em euros)

	2025	2024
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	12.387.670	12.944.302
Reclamações fiscais	59.190.177	39.265.018
Outros	274.272	270.792
	71.852.118	**52.480.111**
Passivos por impostos correntes		
Imposto complementar – Pilar II	(18.462.828)	(11.724.355)
Outros		
Imposto do selo	(9.619.317)	(9.429.691)
Imposto sobre o valor acrescentado	(26.576.674)	(26.318.895)
Taxa para o fundo de garantia automóvel	(2.857.868)	(2.595.156)
Taxa para o fundo de acidentes de trabalho	(5.203.089)	(4.886.762)
Taxa para a autoridade nacional para proteção civil	(3.335.971)	(3.356.812)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(3.655.011)	(3.513.067)
Taxa para o instituto nacional de emergência médica	(4.864.065)	(4.445.286)
Segurança social	(9.018.883)	(9.138.079)
Retenções	(8.865.742)	(8.670.707)
Outros	(4.377.828)	(5.818.333)
	(96.837.277)	**(89.897.144)**

Regime do Imposto Mínimo Global - Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 14 de dezembro de 2022

Em outubro de 2021, no âmbito do projeto Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros ("BEPS 2.0 – Base Erosion and Profit Shifting 2.0") da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"), os quais representam, em conjunto, mais de 90% do PIB mundial, alcançaram um acordo global para uma reforma do sistema tributário internacional, através do qual foi aprovado um quadro geral para um regime de imposto mínimo mundial, designado por "Pilar II".

O Pilar II do BEPS 2.0, que a nível europeu foi consagrado na Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, estabelece, através da aplicação das regras GloBE ("Global Anti-Base Erosion Rules"), um nível mínimo mundial de tributação de 15% aplicável às grandes empresas multinacionais e aos grandes grupos nacionais, o qual poderá resultar no pagamento de um imposto complementar ("Top-up Tax").

No contexto português, a Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, foi transposta para a legislação interna portuguesa, através da Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro, a qual aprovou o Regime do Imposto Mínimo Global ("RIMG").

O Grupo Fosun, no qual se inserem as entidades incluídas no perímetro de consolidação da Fidelidade, tem vindo a desenvolver esforços por forma a identificar os potenciais impactos associados à implementação das regras do Pilar II, tendo concluído que cumpre com os critérios de elegibilidade para a sua aplicação, nomeadamente, por apresentar rendimentos anuais consolidados superiores a 750.000 Milhares de Euros em, pelo menos, dois dos últimos quatro exercícios.

Com referência a 31 de dezembro de 2025, e de acordo com a análise efetuada, o perímetro do Grupo de consolidação da Fidelidade para efeitos do Pilar II inclui entidades localizadas nas seguintes jurisdições – Alemanha, Angola, Bélgica, Bolívia, Cabo Verde, Chile, China, Espanha, Estados Unidos da América, França, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Liechtenstein, Luxemburgo, Macau, Moçambique, Paraguai, Perú, Portugal, Reino Unido e Suíça.

Não obstante, o RIMG estabelece no seu artigo 4.º uma disposição de salvaguarda transitória com base na declaração de informação financeira e fiscal por país ou jurisdição, no âmbito da qual é instituído que, em cada um dos exercícios fiscais que se inicie até 31 de dezembro de 2026 e que não termine após 30 de junho de 2028, o imposto complementar devido, por jurisdição, será igual a zero, caso se verifique alguma das seguintes condições: (i) teste de minimis (se o montante total de rendimentos for inferior a 10.000 Milhares de Euros e RAI inferior a 1.000 Milhares de Euros), (ii) teste da taxa efetiva simplificada (se igual ou superior à taxa de transição, i.e., 15% em 2024, 16% em 2025, 17% em 2026) e o (iii) teste de exclusão de rendimentos com base na substância (os quais deverão ser superiores ao resultado antes de imposto apurado).

De notar que esta é uma análise que deverá ser realizada anualmente e por jurisdição.

Relativamente à análise da aplicação das disposições de salvaguarda transitórias, o Grupo encontra-se atualmente a desenvolver, a análise necessária para testar a sua eventual aplicação às jurisdições onde o Grupo detém entidades constituintes para efeitos do Pilar II. À data de preparação deste Relatório e Contas, esta análise encontra-se ainda em curso, aguardando-se, igualmente, a disponibilização de informação adicional por parte da entidade mãe final do Grupo (Fosun International Limited), essencial para a realização da referida análise.

No que diz respeito à jurisdição do Perú, e de acordo com a informação disponibilizada pela entidade mãe final do Grupo até à data, foi apurado imposto complementar no montante de 6.738.473 Euros, o qual se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2025.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço pelo seu valor líquido, são analisados como se segue:

(valores em euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Valorização de ativos financeiros valorizados						
ao justo valor através de reservas	53.173.941	75.998.163	(22.993.871)	(18.660.661)	30.180.070	57.337.503
Valorização de ativos financeiros valorizados						
ao justo valor através de resultados	14.305.491	16.041.334	(69.109.771)	(61.698.898)	(54.804.280)	(45.657.564)
Perdas de crédito esperadas	714.935		-	-	714.935	-
Terrenos e edifícios						
De uso próprio	4.657.343	10.317.723	(7.891.673)	(11.363.591)	(3.234.331)	(1.045.869)
De rendimento	6.715.938	5.636.196	(26.672.553)	(21.761.568)	(19.956.614)	(16.125.373)
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	18.828.177	60.882.271	-	-	18.828.177	60.882.271
Benefícios com trabalhadores	14.117.264	13.488.800	-	-	14.117.264	13.488.800
Por prejuízos fiscais reportáveis	47.400.160	39.350.531	-	-	47.400.160	39.350.531
Créditos fiscais - SIFIDE II	38.421.671	27.223.879	(28.170)	-	38.393.501	27.223.879
Regime transitório – Contratos de Seguro (IFRS9/IFRS17)	106.434.303	133.203.681	(23.442.035)	(31.017.486)	82.992.268	102.186.194
Efeito financeiro dos contratos de seguro e resseguro	114.080	231.154	(77.651.353)	(61.782.352)	(77.537.273)	(61.551.198)
Outros	33.062.536	27.990.821	(46.036.054)	(49.091.137)	(12.973.518)	(21.100.316)
	337.945.840	**410.364.551**	**273.825.480)**	**255.375.694)**	**64.120.360**	**154.988.857**
Compensação entre ativos e passivos de impostos diferidos	(156.050.003)	(191.448.713)	156.050.003	191.448.713	-	-
	181.895.837	**218.915.838**	**(117.775.477)**	**(63.926.981)**	**64.120.360**	**154.988.857**

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2025 e 2024 foram reconhecidos como se segue:

(valores em euros)

2025	Variação			
	Reservas	Resultados	Outros	Total
Imposto corrente				
Estimativa de IRC	(7.102.830)	(6.635.509)	-	(13.738.340)
Pilar II	-	(6.738.473)	-	(6.738.473)
Outros	-	25.252.767	-	25.252.767
	(7.102.830)	**11.878.785**	**-**	**4.775.955**
Imposto diferido				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(25.561.266)	(1.596.166)	-	(27.157.433)
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	626.832	(9.773.548)	-	(9.146.716)
Perdas de crédito esperadas	(42.533)	757.468	-	714.935
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(5.721)	(2.182.741)	-	(2.188.462)
De rendimento	(155.809)	(3.675.433)	-	(3.831.242)
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	-	(42.054.094)	-	(42.054.094)
Benefícios com empregados	(837.141)	1.465.606	-	628.465
Por prejuízos fiscais reportáveis	330.290	7.719.340	-	8.049.630
Créditos fiscais - SIFIDE II	-	3.887.401	7.282.221	11.169.622
Regime transitório – Contratos de Seguro (IFRS9/IFRS17)	3.195.305	(22.389.231)	-	(19.193.926)
Efeito financeiro dos contratos de seguro e resseguro	(15.986.073)	-	-	(15.986.073)
Outros	(303.386)	3.540.337	4.889.845	8.126.796
	(38.739.502)	**(64.301.061)**	**12.172.066**	**(90.868.497)**
	(45.842.333)	**(52.422.276)**	**12.172.066**	**(86.092.542)**

(valores em euros)

2024	Variação			
	Reservas	Resultados	Outros	Total
Imposto corrente				
Estimativa de IRC	11.860.081	(49.696.118)	-	(37.836.037)
Pilar II	-	(11.724.355)	-	(11.724.355)
Outros	2.221.911	3.999.427	-	6.221.338
	14.081.992	**(57.421.046)**	**-**	**(43.339.054)**
Imposto diferido				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(69.776.156)	(3.996.569)	-	(73.772.725)
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	-	(10.364.732)	-	(10.364.732)
Perdas de crédito esperadas	(122.973)	122.973	-	-
Terrenos e edifícios				-
De uso próprio	(1.945.192)	4.941.206	-	2.996.014
De rendimento	-	(46.793.181)	-	(46.793.181)
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	-	20.651.770	-	20.651.770
Benefícios com empregados	1.455.251	1.806.822	-	3.262.073
Por prejuízos fiscais reportáveis	6.382.717	15.317.421	-	21.700.138
Créditos fiscais - SIFIDE II	-	8.860.651	6.869.394	15.730.045
Regime transitório – Contratos de Seguro (IFRS9/IFRS17)	2.334.524	(8.032.029)	-	(5.697.506)
Efeito financeiro dos contratos de seguro e resseguro	13.378.741	-	-	13.378.741
Outros	(219.726)	154.539	7.554.860	7.489.673
	(48.512.815)	**(17.331.130)**	**14.424.254**	**(51.419.691)**
	(34.430.823)	**(74.752.176)**	**14.424.254**	**(94.758.745)**

Em 31 de dezembro de 2025, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta, maioritariamente, da variação da reserva de justo valor dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e do efeito financeiro dos contratos de seguro e resseguro.

No exercício de 2025 os impostos diferidos encontram-se mensurados com base na taxa de imposto que se espera ser aplicada quando os ativos ou passivos diferidos forem realizados ou liquidados.

Com referência a 31 de dezembro de 2025, o montante reconhecido nas Demonstrações Financeiras referente a SIFIDE II ascende a 38.393.501 Euros.

O Orçamento do Estado para 2025, aprovado pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, aprovou a redução da taxa de IRC em 1% passando a taxa nominal de 21% para 20%. Adicionalmente, o Orçamento do Estado para 2026, aprovado pela Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, prevê uma redução progressiva da taxa nominal com o objetivo de atingir 17% em 2028 (19% em 2026, 18% em 2027 e 17% nos anos seguintes).

Na sequência da adoção da norma contabilística IFRS 17 - Contratos de Seguros, foi publicada a Lei n.º 82-A/2023, de 29 de dezembro, a qual estabeleceu um regime transitório de adaptação das regras de determinação do lucro tributável, previstas no Código do IRC, à nova regulamentação contabilística aplicável ao setor segurador, aplicável no período de tributação iniciado em 2023 e em cada um dos nove períodos de tributação subsequentes.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2025 e 2024 pode ser demonstrada como se segue:

(valores em euros)

	2025		2024	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		**310.283.173**		**327.905.845**
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,82%	(83.227.837)	24,44%	(80.155.962)
Diferenças				
Dividendos de instrumentos de capital	0,03%	(95.576)	1,96%	(6.422.546)
Mais e menos valias contabilísticas	1,37%	(4.247.631)	(0,13%)	428.646
Mais e menos valias fiscais	4,03%	(12.515.998)	0,90%	(2.937.565)
Imparidades não dedutíveis	0,00%	-	(4,77%)	15.640.836
Correções relativas a exercícios anteriores	0,09%	(268.534)	(2,40%)	7.861.952
Prejuízos fiscais utilizados	(8,90%)	27.605.615	(12,25%)	40.169.989
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma				
e outros benefícios pós emprego ou a longo-prazo dos empregados	0,00%	(9.623)	0,00%	(13.374)
Alteração de estimativa	(9,11%)	28.268.269	0,05%	(149.353)
Isenção ICAV	(4,71%)	14.607.664	0,00%	-
Outras	(4,44%)	13.765.529	4,67%	(15.304.863)
Benefícios fiscais				
Dupla tributação internacional	(0,07%)	211.076	(0,16%)	532.726
SIFIDE II	(1,56%)	4.839.939	0,00%	8.860.651
Imposto suportado no estrangeiro	**1,06%**	**(3.298.571)**	**0,13%**	**(430.967)**
Pilar II	**2,47%**	**(7.659.910)**	**3,84%**	**(12.585.364)**
Tributação autónoma	**0,50%**	**(1.548.959)**	**0,08%**	**(259.673)**
Derramas	**2,13%**	**(6.617.247)**	**0,48%**	**(1.576.167)**
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito da alteração da taxa	**4,92%**	**(15.281.039)**	**4,56%**	**(14.946.151)**
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito diferenças de taxa	**2,24%**	**(6.949.444)**	**4,11%**	**(13.464.993)**
	16,89%	**(52.422.276)**	**25,50%**	**(74.752.176)**

Em 2025, o valor registado em "Alteração de estimativa" resulta da revisão da avaliação do risco fiscal no âmbito do normativo IFRIC 23.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto nos exercícios em que seja apurado prejuízo fiscal), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Fidelidade e das empresas do Grupo, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Prejuízos fiscais

O reporte de prejuízos ficais reconhecido nos exercícios de 2025 e 2024 por ano é como segue:

(valores em euros)

	2025	2024
Anteriores	37.008.824	36.386.189
Ano 2023	34.318.250	55.722.291
Ano 2024	100.594.372	96.905.994
Ano 2025	79.196.512	-
Total de reporte	**251.117.957**	**189.014.474**
Total ID	**47.400.160**	**39.350.531**

De acordo com a regulamentação em vigor, o reporte de prejuízos fiscais não tem prazo de caducidade.

Apresentamos abaixo o detalhe dos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias das sucursais do Grupo, para as quais não foi reconhecido imposto diferido por não existir perspetiva de recuperabilidade num futuro previsível:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Prejuízos fiscais dedutíveis	Créditos fiscais	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais dedutíveis	Créditos fiscais	Diferenças temporárias
Espanha	19.539.314	351.483	1.536.276	18.259.115	355.426	1.347.186
França	19.930.311	-	-	10.218.944	-	-
	39.469.625	**351.483**	**1.536.276**	**28.478.059**	**355.426**	**1.347.186**

19. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados e não faturados da Luz Saúde	22.526.012	19.264.721
Estimativa de profit commissions	-	3.200.000
Outros	20.229.925	15.410.900
Gastos diferidos		
Licenças de software	5.082.112	9.936.117
Seguros	2.491.932	2.317.008
Conservação e reparação	913.916	1.863.384
Rendas e alugueres	16.101.428	16.068.569
Publicidade	543.144	780.284
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	400.990	515.822
Trabalhos especializados	80.941	124.787
Outros	22.333.564	26.153.461
	90.703.964	**95.635.052**

A rubrica Gastos diferidos – Outros inclui 1.395.922 Euros (2024: 3.238.207 Euros) relativos ao projeto de parceria entre a Luz Saúde, S.A. e a Universidade Católica Portuguesa.

20. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de ativos, passivos e ganhos e perdas não correntes detidos para venda, apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Ativos não correntes detidos para venda		
Terrenos e edifícios de uso próprio	19.063.830	22.692.166
Terrenos e edifícios de rendimento	10.351.060	92.790.451
Outros ativos	36.731.402	10.965.654
	66.146.292	**126.448.272**
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
Outros passivos	10.757.957	10.451.722
	10.757.957	**10.451.722**
Ganhos e perdas de ativos não correntes classificados como detidos para venda		
Ganhos		
Ganhos realizados	2.227.932	-
Alterações de justo valor	18.472.967	3.271.247
	20.700.899	**3.271.247**
Perdas		
Perdas realizadas	(1.021.478)	-
Alterações de justo valor	(4.374.396)	(18.317.882)
Outros custos	-	(272.954)
	(5.395.874)	**(18.590.836)**
	15.305.025	**(15.319.590)**

Em 31 de dezembro de 2025, o grupo classificou as seguintes operações como ativos detidos para venda e por operações descontinuadas:

• Processo de alienação do projeto imobiliário denominado Tivoli Porto;

• Processo de alienação do projeto imobiliário denominado Rendina Project no EUA; e

• Processo de alienação do imóvel situado no Edifício das Olaias.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica Outros ativos corresponde i) ao imóvel localizado no Porto, com valor estimado de cerca de 8,2 milhões de euros, e, ii) no âmbito das operações descontinuadas, indemnização associada à COVID-19 – Hospital Beatriz Ângelo, estimada em cerca de 28 milhões de euros.

21. PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025					
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	3.821.581.877	831.471.152	(454.242.939)	199.406.371	(594.358)	4.397.622.103
Unit-linked capitalização grupo	1.405.658	-	(60.947)	174.158	-	1.518.869
Unit-linked PPR	478.291.682	83.866.615	(44.481.415)	33.393.404	(3.750.432)	547.319.854
	4.301.279.218	**915.337.767**	**(498.785.302)**	**232.973.933**	**(4.344.790)**	**4.946.460.826**
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa Individual	2.363.585.377	431.070.845	(442.609.026)	52.720.903	5.174.231	2.409.942.330
Vida Taxa Fixa Individual	3.084.959.545	1.186.169.710	(400.210.430)	80.749.027	572.061	3.952.239.913
Vida Taxa Fixa Grupo	1.028.022	41.787	-	37.102	-	1.106.911
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	1.822	-	1	-	-	1.823
	5.449.574.766	**1.617.282.342**	**(842.819.456)**	**133.507.032**	**5.746.292**	**6.363.290.976**
	9.750.853.984	**2.532.620.109**	**(1.341.604.758)**	**366.480.964**	**1.401.502**	**11.309.751.802**

(valores em euros)

	2024					
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	3.325.343.614	607.311.512	(340.612.811)	230.134.968	(595.405)	3.821.581.877
Unit-linked capitalização grupo	1.117.983	332.929	(30.681)	(14.573)	-	1.405.658
Unit-linked PPR	419.819.145	65.710.506	(23.707.009)	22.255.337	(5.786.298)	478.291.682
	3.746.280.743	**673.354.947**	**(364.350.502)**	**252.375.733**	**(6.381.703)**	**4.301.279.218**
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa Individual	2.624.705.779	277.575.783	(593.751.830)	49.263.861	5.791.785	2.363.585.377
Vida Taxa Fixa Individual	2.156.420.834	1.457.206.250	(626.811.003)	97.547.494	595.970	3.084.959.545
Vida Taxa Fixa Grupo	953.217	40.335	0	34.469	-	1.028.022
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	1.518	-	(17.374)	17.678	-	1.822
	4.782.081.349	**1.734.822.368**	**(1.220.580.207)**	**146.863.501**	**6.387.755**	**5.449.574.766**
	8.528.362.091	**2.408.177.316**	**(1.584.930.709)**	**399.239.234**	**6.052**	**9.750.853.984**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros e outros ativos afetos aos contratos Unit-linked apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Depósitos à ordem	191.516.934	67.839.165
	191.516.934	**67.839.165**
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida	2.589.178.656	2.543.605.244
Instrumentos de capital	146.276.691	131.998.067
Outros instrumentos financeiros	1.593.907.704	1.204.677.458
Crédito e outros valores a receber	56.474	42.967
Outros depósitos	658.455	560.066
Instrumentos derivados com justo valor positivo	159.970.085	113.036.155
	4.490.048.065	**3.993.919.956**

(continuação) (valores em euros)

	2025	2024
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado		
Instrumentos de dívida	573.770	677.927
Crédito e outros valores a receber	131.261.000	101.011.034
Outros depósitos	540.000	540.000
Aplicações financeiras em instituições de crédito	557.050	602.824
	132.931.820	**102.831.785**
Terrenos e edifícios		
Terrenos e edifícios	135.380.557	124.256.751
	135.380.557	**124.256.751**
	4.949.877.376	**4.288.847.657**

Os investimentos relativos a contratos Unit-linked correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os Outros contratos de investimento correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

22. PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Gestão de risco	13.762.167	75.128.940
Outros derivados	6.513.991	1.323.289
Outros passivos financeiros	3.441.518	4.691.020
	23.717.675	**81.143.249**
Outros passivos financeiros		
Derivados de cobertura		
Cobertura justo valor	57.793	2.428.940
Cobertura fluxos de caixa	(5.822)	21.658
Cobertura inv. Líquido - ME	3.225.299	10.599.775
	3.277.270	**13.050.374**
Passivos subordinados	1.006.267.138	1.004.455.911
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	2.242.887	2.224.361
Não Vida	69.611.458	57.513.056
	71.854.345	**59.737.417**
Empréstimos	353.637.124	342.478.643
Locações	220.951.684	200.691.232
Interesses não controlados em Fundos	404.380.748	226.392.770
	625.332.432	**427.084.002**
	2.060.368.309	**1.846.806.347**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Outros derivados" inclui uma opção de compra e uma opção de venda sobre as ações não controladas da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A. e swaps de retorno total referentes a produtos Unit-linked nos montantes de 1.051.718 Euros e 491.672 Euros, e 837.606 Euros e 193.703 Euros, respetivamente.

Durante o exercício de 2025, o Grupo passou a apresentar os swaps de retorno total registados na rubrica de outros derivados pelo seu valor líquido, justificando nessa base o aumento face ao exercício de 2024.

A rubrica "Empréstimos", em 31 de dezembro de 2025, inclui empréstimos bancários, programas de papel comercial e empréstimos obrigacionistas, contraídos na sua maioria pela Luz Saúde. Com base nos contratos de financiamento ativos e na taxa Euribor à data de 31 de dezembro de 2025, a taxa de financiamento média do grupo em termos de facilidades de crédito é de 3,2% (2024: 3,8%).

A rubrica "Passivos subordinados" diz respeito: (i) a uma emissão de dívida emitida pela Fidelidade no dia 4 de junho de 2021, no valor de 500.000.000 Euros, com prazo de maturidade de 10 anos, com call option a 5 anos e uma taxa de remuneração de 4,25% e, (ii) a uma emissão de dívida subordinada perpétua emitida pela Fidelidade no dia 22 de maio de 2024, no valor de 500.000.000 Euros, classificada como Tier 1 para efeitos de rácio de capital, cuja taxa do primeiro cupão é de 7,750% e após a first reset date em 29 de novembro de 2029, a taxa passa a ser soma de um spread de 5,039% ao ano, acrescido de um índice a determinar pela Caixa – Banco de Investimento, S.A. (o agente).

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

A rubrica Interesses não controlados em Fundos reflete a obrigação de recompra das unidades de participação detidas por investidores minoritários nos fundos Fundo de Investimento Imobiliário Aberto IMOFID, Tenax QIAIF ICAV e TENAX UCITS ICAV. De acordo com a IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, a existência desta obrigação, por se tratarem de fundos abertos, exige a classificação dos interesses não controlados como passivo financeiro.

Os valores registados associados aos passivos de Locações durante o ano foram reconhecidos de acordo com os princípios definidos na IFRS 16 – Locações. O passivo de locação é inicialmente mensurado ao present value dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental do Grupo.

Os movimentos ocorridos nos passivos de locações (pagamentos mínimos futuros relativos a contratos de locação operacional) durante o exercício de 2025 foram os seguintes:

(valores em euros)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**200.691.232**
Incremento do Período	**92.882.910**
Adições	71.252.293
Aquisições	7.075.991
Juros	10.556.722
Outros	3.997.904
Decréscimo do Período	**(72.622.458)**
Pagamentos	(72.622.458)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**220.951.683**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos de locações apresentam a seguinte maturidade:

(valores em euros)

	2025				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Locações	31.907.356	27.202.068	81.606.205	80.236.054	220.951.683

(valores em euros)

	2024				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Locações	38.106.761	20.266.941	60.800.822	81.516.709	200.691.232

23. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	155.081.877	128.403.506
Mediadores	110.821.687	123.784.052
Co-seguradoras	11.365.103	10.565.495
Outros	-	7.525
	277.268.666	**262.760.578**
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	433.192.397	489.394.237
Contas correntes de ressegurados	14.192.663	8.190.283
	447.385.060	**497.584.521**
Contas a pagar por outras operações		
Filiais		
Outras operações	4.785.146	653.131
Fornecedores conta corrente	73.840.146	70.325.278
Garantias - Inquilinos	9.459.754	-
Adiantamentos de clientes	8.920.844	-

(continuação) (valores em euros)

	2025	2024
Operações de bolsa a regularizar	61.925.160	19.568.794
Operações fora de bolsa	11.952.935	11.197.647
Transações a liquidar	51.200.528	-
Pessoal	-	14.635
Fundos de pensões	-	569.943
Credores diversos	92.187.350	72.723.244
	314.271.862	**175.052.672**
	1.038.925.588	**935.397.771**

A rubrica Tomadores de seguro inclui o reconhecimento de prémios recebidos antecipadamente no montante de 143.675.873 Euros (2024: 120.872.960 Euros).

A rubrica Contas correntes de resseguradores inclui 147.905.430 Euros afetos a contratos de investimento, ver também nota 17, referente à atividade do Grupo no Liechtenstein através da entidade Liechtenstein Life Assurance AG (2024: 159.946.600 Euros).

O montante da rubrica de operações de bolsa a regularizar corresponde a compras e vendas de títulos de dívida pública cuja liquidação ocorreu nos primeiros dias do ano de 2026.

A rubrica Transações a liquidar regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

24. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	8.931.012	12.033.071
Outros	4.220.370	7.346.458
	13.151.382	**19.379.529**
Acréscimos de gastos		
Comissões a pagar	100.843.755	91.803.950
Férias e subsídios a pagar	57.260.442	53.513.004
Honorários médicos/enfermagem	46.571.380	40.065.514
Prémios de desempenho da empresa	20.192.878	20.562.055
Remunerações variáveis, incluindo encargos	21.535.814	17.204.385
Faturas em conferência	12.868.494	8.272.545
Outsourcing (exceto contabilidade e informática)	4.781.650	4.835.566
Benefícios optativos de carreira	4.093.641	4.114.733
Pagamentos diferidos - Marketing	2.454.730	3.802.707
Juros a liquidar	2.745.667	2.934.905
Seguros	3.142.808	2.095.270
Serviços de Saúde	1.712.633	2.084.803
Outros custos com pessoal	1.461.897	1.955.410
Trabalhos especializados	2.195.806	1.848.105
Auditoria	1.496.701	1.746.320
Outros	41.240.269	37.944.870
	324.598.566	**294.784.141**
	337.749.948	**314.163.670**

A rubrica Comissões a pagar inclui:

- Estimativa das over commissions a pagar aos mediadores e corretores, nos montantes de 56.728.136 Euros e 51.440.224 Euros, relativas aos exercícios de 2025 e 2024, respetivamente;

- Estimativa de comissões a pagar à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD), no âmbito do acordo de distribuição, nos montantes de 39.713.368 Euros e 34.709.111 Euros, relativas aos exercícios de 2025 e 2024, respetivamente.

25. OUTRAS PROVISÕES

O movimento na rubrica de Outras provisões, durante os exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Provisões para impostos	42.765.949	1.565.650	-	-	515.425	44.847.025
Provisão para reestruturação	7.637.327	-	-	(3.215.673)	-	4.421.654
Provisão para contingências judiciais	8.023.507	-	-	(1.058.014)	-	6.965.493
Outras	9.598.161	12.947.986	(3.741.050)	(115.068)	-	18.690.029
	68.024.944	**14.513.637**	**(3.741.050)**	**(4.388.756)**	**515.425**	**74.924.200**

(valores em euros)

	2024					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Provisões para impostos	37.496.406	5.403.235	-	(133.692)	-	42.765.949
Provisão para reestruturação	2.757.779	7.637.326	(2.757.778)	-	-	7.637.327
Provisão para contingências judiciais	9.023.211	-	(868.367)	(131.337)	-	8.023.507
Outras	3.492.217	4.349.180	-	-	1.756.763	9.598.161
	52.769.614	**17.389.741**	**(3.626.145)**	**(265.029)**	**1.756.763**	**68.024.944**

O Grupo tem constituída em "provisão para reestruturação" uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma.

26. CAPITAL E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O capital social no valor de 509.263.524 Euros é constituído por 161,7 milhões de ações com o valor nominal unitário de 3,15 Euros e encontra-se integralmente realizado.

No exercício de 2015 foram adquiridas, em cumprimento do deliberado no ponto 9 da ordem de trabalhos da Assembleia Geral de 31 de março de 2015, 13.300 ações próprias, ao preço unitário de 11,20 Euros, perfazendo o valor total de 148.960 Euros. A liquidação desta aquisição foi feita em 22 de dezembro de 2015.

Em maio de 2018 foi realizado um aumento de capital no valor de 76.230.000 Euros, com um Prémio de Emissão de 67.276.000 Euros.

Em setembro de 2020 foi realizado um aumento de capital por novas entradas em espécie, no montante de 38.912.643 Euros, com subscrição reservada aos titulares de ações das sociedades comerciais Multicare e Fidelidade Assistência.

Em outubro de 2020 foi realizado um aumento por novas entradas em dinheiro, no montante remanescente de 12.970.881 Euros. O aumento de capital realizou-se com um Prémio de Emissão de 63.042.599 Euros.

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição de 80% do capital social da Fidelidade pela Longrun, o Grupo Fidelidade passou a integrar o Grupo Fosun.

Com a dissolução e liquidação da Longrun em 26 de setembro de 2024, a Fidelidade passou a ser detida pela Millennium Gain Limited.

A estrutura acionista, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem a seguinte composição:

	2025	
Acionistas	**Número de Ações**	**% de Participação**
Millennium Gain Limited	137.402.839	84,9892%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24.250.644	15,0000%
Colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	4.177	0,0026%
Ações Próprias	13.300	0,0082%
	161.670.960	**100%**

Acionistas	2024 Número de Ações	% de Participação
Millennium Gain Limited	137.402.839	84,9892%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24.250.644	15,0000%
Colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	4.177	0,0026%
Ações Próprias	13.300	0,0082%
	161.670.960	**100%**

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025	2024
Resultado líquido consolidado do exercício	276.484.751	253.153.668
Número de ações (no final do exercício)	161.670.960	161.670.960
Resultado por ação (em Euros)	1,71	1,57

No exercício de 2025, a Fidelidade distribuiu reservas e resultados transitados aos seus acionistas, no montante de 85.678.560 Euros (2024: 399.294.420 Euros).

27. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Reservas de reavaliação	(42.363.959)	(164.025.968)
Reserva por impostos diferidos	(59.921.865)	(42.624.268)
Reserva por impostos correntes	(23.170.282)	5.686.569
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	257.033.327	218.518.950
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	(5.764.092)	(4.329.212)
Outras reservas		
- Reserva legal	360.855.972	346.070.988
- Prémios de emissão	382.666.154	382.666.154
- Outras reservas	606.318.810	695.994.814
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	(1.110.277)	(22.977.783)
Resultados transitados	505.448.187	406.322.031
Resultado líquido consolidado do exercício	201.001.918	173.505.909
	2.180.993.893	**1.994.808.184**

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos mensurados ao justo valor através de reservas, incluindo as perdas por imparidade dos instrumentos de dívida nos stages 1 e 2.

Abaixo encontra-se detalhada a movimentação das reservas de reavaliação para os exercícios de 2025 e 2024:

(valores em euros)

	2025	2024
Saldo 1 de janeiro	**(164.025.968)**	**(455.069.583)**
Variação Justo Valor	107.622.212	257.409.720
Imparidade	(10.582.495)	12.565.496
Alienações	24.622.293	21.068.399
Saldo 31 dezembro	**(42.363.959)**	**(164.025.968)**

28. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O valor das participações de terceiros em filiais e a respetiva parcela do resultado consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2025 e 2024 tem a seguinte distribuição por entidade:

(valores em euros)

	2025			2024		
	% interesses não controlados	Balanço	Resultado	% interesses não controlados	Balanço	Resultado
Alianza Compañia de Seguros						
y Reaseguros E.M.A. S.A.	44,00%	23.289.713	2.602.327	44,00%	24.217.002	2.256.114
Alianza Garantía Seguros Y Reasseguros, S.A.	64,87%	4.774.068	455.418	64,87%	3.864.059	1.859.875
Alianza Vida Seguros y Reaseguros, S.A.	52,87%	14.019.834	2.582.609	52,87%	13.812.361	2.842.294
EA One Holding, Inc	26,76%	12.423.514	(759.923)	26,76%	16.300.763	(5.109.088)
Fid Chile & MT JV SpA	6,57%	2.961.638	812	3,27%	1.497.796	796
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	29,97%	4.137.244	870.458	29,97%	4.162.248	(913.707)
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto IMOFID	39,96%	-	-	39,83%	112.071.746	6.146.241
Garantia - Companhia de Seguros						
de Cabo Verde, S.A.	44,11%	9.174.449	2.159.824	44,11%	9.237.541	2.181.878
La Positiva Seguros y Reaseguros, S.A.	6,07%	7.424.140	425.837	6,07%	7.741.765	1.175.022
La Positiva Vida Seguros Y Reaseguros, S.A.	44,02%	78.636.129	39.340.933	44,02%	67.903.602	57.975.619
Liechtenstein Life Assurance, AG	30,00%	50.484.237	5.307.800	30,00%	44.637.318	6.975.322
Fidelidade Moçambique - Companhia						
de Seguros, S.A.	30,00%	20.511.717	1.464.084	30,00%	22.987.539	2.081.265
Tenax Capital Limited	20,00%	2.694.974	1.627.116	20,00%	2.348.999	1.116.404
Outras entidades		4.872.055	781.683		1.062.591	1.059.725
		235.403.713	**56.858.978**		**331.845.330**	**79.647.760**

29. RÉDITOS E GASTOS RELATIVOS A CONTRATOS DE SEGURO E DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Réditos e gastos relativos a contratos de seguro

(valores em euros)

2025	Seguros Vida	Seguros Não Vida						Total
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total	
Contratos não mensurados pela abordagem								
da alocação de prémio								
Montantes relacionados as variações								
nos passivos de serviços futuros								
– Libertação da margem de serviços								
contratuais pelos serviços transferidos	66.178.367	-	-	-	-	-	-	66.178.367
– Variações no ajustamento de risco								
(risco não financeiro) pelo risco expirado	3.015.116	-	-	-	-	-	-	3.015.116
– Libertação do valor esperado dos sinistros								
ocorridos e gastos atribuíveis a contratos								
de seguros	121.399.100	-	-	-	-	-	-	121.399.100
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis								
a contratos de seguros	25.795.087	-	-	-	-	-	-	25.795.087
	216.387.670	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**216.387.670**
Contratos mensurados pela abordagem								
da alocação de prémio	**483.291.550**	**1.327.268.952**	**720.870.496**	**938.210.996**	**138.340.957**	**208.615.088**	**3.333.306.488**	**3.816.598.039**
Total dos réditos dos contratos de seguro	**699.679.220**	**1.327.268.952**	**720.870.496**	**938.210.996**	**138.340.957**	**208.615.088**	**3.333.306.488**	**4.032.985.709**
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis								
a contratos de seguro	(340.104.797)	(1.024.900.792)	(360.908.857)	(737.405.709)	(60.806.145)	(130.119.618)	(2.314.141.121)	(2.654.245.918)
Custo de aquisição atribuíveis								
a contratos de seguro	(123.526.409)	(219.034.740)	(142.715.083)	(183.944.327)	(27.336.858)	(33.312.721)	(606.343.729)	(729.870.138)
Alterações relativas a serviços passados	(33.720.243)	(40.542.678)	26.849.306	16.899.068	4.797.033	11.794.602	19.797.331	(13.922.912)
Alterações relativas a serviços futuros	(177.566)	(259.008)	(235.682)	-	-	(1.152)	(495.842)	(673.408)
Total dos gastos dos contratos de seguro	**(497.529.015)**	**(1.284.737.218)**	**(477.010.316)**	**(904.450.967)**	**(83.345.971)**	**(151.638.890)**	**(2.901.183.361)**	**(3.398.712.376)**
Resultado de contratos de seguro	**202.150.205**	**42.531.734**	**243.860.181**	**33.760.029**	**54.994.986**	**56.976.198**	**432.123.127**	**634.273.332**

(valores em euros)

2024	Seguros Vida	Seguros Não Vida						Total
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total	
Contratos não mensurados pela abordagem								
da alocação de prémio								
Montantes relacionados as variações								
nos passivos de serviços futuros								
– Libertação da margem de serviços								
contratuais pelos serviços transferidos	78.898.182	-	-	-	-	-	-	78.898.182
– Variações no ajustamento de risco								
(risco não financeiro) pelo risco expirado	5.713.101	-	-	-	-	-	-	5.713.101
– Libertação do valor esperado dos sinistros								
ocorridos e gastos atribuíveis a contratos								
de seguros	121.987.504	-	-	-	-	-	-	121.987.504
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis								
a contratos de seguros	14.960.229	-	-	-	-	-	-	14.960.229
	221.559.016	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**221.559.016**
Contratos mensurados pela abordagem								
da alocação de prémio	**488.831.983**	**1.202.972.575**	**691.706.782**	**893.155.851**	**129.324.367**	**232.222.265**	**3.149.381.840**	**3.638.213.823**
Total dos réditos dos contratos de seguro	**649.494.583**	**1.202.972.575**	**691.706.782**	**893.155.851**	**129.324.367**	**232.222.265**	**3.149.381.840**	**3.859.772.839**
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis								
a contratos de seguro	(358.623.293)	(960.350.899)	(347.996.127)	(708.113.531)	(49.833.797)	(166.231.996)	(2.232.526.350)	(2.591.149.643)
Custo de aquisição atribuíveis								
a contratos de seguro	(114.836.324)	(195.880.530)	(134.103.222)	(175.195.942)	(24.619.063)	(37.419.028)	(567.217.785)	(682.054.109)
Alterações relativas a serviços passados	4.158.967	106.258.766	56.879.785	17.856.492	331.678	(11.131.118)	170.195.604	174.354.570
Alterações relativas a serviços futuros	(9.349.893)	-	-	-	-	-	-	(9.349.893)
Total dos gastos dos contratos de seguro	**(478.650.542)**	**(1.049.972.663)**	**(425.219.564)**	**(865.452.980)**	**(74.121.182)**	**(214.782.142)**	**(2.629.548.531)**	**(3.108.199.074)**
Resultado de contratos de seguro	**170.844.041**	**152.999.912**	**266.487.218**	**27.702.871**	**55.203.186**	**17.440.122**	**519.833.309**	**751.573.765**

Réditos e gastos relativos a contratos de resseguro

(valores em euros)

2025	Seguros Vida	Seguros Não Vida						Total
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total	
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis								
a contratos de seguro - parte dos resseguradores	113.397.540	20.059.261	127.386.368	32.427.498	28.634.292	28.125.469	236.632.889	350.030.428
Alterações relativas a serviços passados - parte								
dos resseguradores	(12.373.526)	2.878.379	(17.734.408)	1.038.584	(11.182.494)	(8.771.231)	(33.771.169)	(46.144.694)
Efeito da variação do risco de incumprimento								
do ressegurador	-	42.533	336.618	34.181	(846.089)	65.646	(367.112)	(367.112)
Total dos réditos dos contratos de resseguro	101.024.014	22.980.173	109.988.578	33.500.263	16.605.709	19.419.885	202.494.607	303.518.622
Contratos mensurados pela abordagem da								
alocação de prémio - parte dos resseguradores	(123.445.269)	(26.575.753)	(334.064.997)	(27.744.047)	(53.690.395)	(70.105.452)	(512.180.644)	(635.625.913)
Total dos gastos dos contratos de resseguro	**(123.445.269)**	**(26.575.753)**	**(334.064.997)**	**(27.744.047)**	**(53.690.395)**	**(70.105.452)**	**(512.180.644)**	**(635.625.913)**
Resultado de contratos de resseguro	**(22.421.255)**	**(3.595.581)**	**(224.076.419)**	**5.756.216**	**(37.084.686)**	**(50.685.567)**	**(309.686.037)**	**(332.107.292)**

(valores em euros)

2024	Seguros Vida	Seguros Não Vida						Total
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total	
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis								
a contratos de seguro - parte dos resseguradores	86.946.474	30.737.086	155.853.221	25.337.100	26.794.023	39.958.962	278.680.392	365.626.866
Alterações relativas a serviços passados - parte								
dos resseguradores	12.722.683	(18.159.142)	(43.495.673)	348.181	3.404.812	17.946.407	(39.955.416)	(27.232.733)
Efeito da variação do risco de incumprimento								
do ressegurador	(229.302)	28.559	421.213	1.348	1.901.528	96.421	2.449.070	2.219.768
Total dos réditos dos contratos de resseguro	99.439.855	12.606.503	112.778.762	25.686.628	32.100.363	58.001.790	241.174.046	340.613.902
Contratos mensurados pela abordagem da								
alocação de prémio - parte dos resseguradores	(166.495.857)	(24.951.892)	(332.915.900)	(25.436.356)	(56.122.929)	(77.167.145)	(516.594.224)	(683.090.081)
Total dos gastos dos contratos de resseguro	**(166.495.857)**	**(24.951.892)**	**(332.915.900)**	**(25.436.356)**	**(56.122.929)**	**(77.167.145)**	**(516.594.224)**	**(683.090.081)**
Resultado de contratos de resseguro	**(67.056.002)**	**(12.345.389)**	**(220.137.139)**	**250.272**	**(24.022.566)**	**(19.165.355)**	**(275.420.177)**	**(342.476.179)**

30. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nos exercícios de 2025 e 2024 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços foram as seguintes:

(valores em euros)

	2025	2024
De contratos de investimento	148.718.001	170.725.151
De contratos de prestação de serviços	8.783.351	7.334.816
	157.501.353	**178.059.967**

As comissões acima dizem respeito a essencialmente às comissões recebidas pela Liechtenstein Life Assurance AG relativos aos contratos de investimento comercializados.

31. GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos de exploração por natureza, são imputados tendo por base determinados critérios às seguintes funções: (i) sinistros (custos com sinistros – montantes pagos), (ii) aquisição (custos de exploração – custos de aquisição), (iii) administrativa (custos de exploração – custos administrativos), e, (iv) investimento (gastos financeiros – outros).

Nos exercícios de 2025 e 2024, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

(valores em euros)

	2025	2024
Custos com pessoal	597.874.233	548.213.674
Fornecimentos e serviços externos		
Subcontratos	172.704.868	159.548.509
Trabalhos especializados	169.646.218	142.704.689
Gastos com trabalho independente	133.188.181	123.196.180
Despesas do Hospital	101.705.964	93.444.724
Conservação e reparação	40.019.391	41.123.289
Publicidade e propaganda	34.450.739	29.392.996
Licenças de software	28.837.002	26.452.776
Comunicação	11.230.947	11.364.910
Rendas e alugueres	5.050.893	6.425.523
Deslocações e Estadas	6.775.134	6.313.461
Vigilância e segurança	5.200.269	5.294.363
Combustível	3.981.041	3.989.144
Seguros	5.724.571	4.625.597
Despesas de representação	2.229.621	2.980.443
Eletricidade	8.547.491	7.199.978
Limpeza, higiene e conforto	3.320.500	3.175.652
Material de escritório	2.174.622	2.205.643
Outros	42.734.739	48.698.837
	777.522.191	**718.136.714**

(continuação) (valores em euros)

	2025	2024
Impostos e taxas	46.536.473	43.854.418
Depreciações e amortizações do exercício	108.434.009	105.129.513
Outras provisões	(6.542.575)	12.832.743
Comissões	20.496.261	19.902.022
Juros suportados		
Locações	10.558.895	9.097.590
Empréstimos obtidos	84.242.313	72.802.852
Depósitos recebidos de resseguradores	1.935.316	1.733.372
	1.641.057.116	**1.531.702.898**

Na rubrica "Fornecimentos e serviços externos - Trabalhos especializados" encontram-se reconhecidos gastos, a 31 de dezembro de 2025 referente aos honorários da KPMG & Associados, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia e de outras firmas membro da KPMG , relativo ao exercício de 2025, que ascendem a 2.809.766 euros (2024: 2.648.093 Euros) (valor sem IVA), dos quais 2.468.350 euros (2024: 2.185.007 Euros) relativos à Revisão Legal de Contas e 353.415 euros (2024: 463.086 Euros) relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

Os serviços de garantia de fiabilidade referem-se essencialmente a:

- Certificação do Relatório Anual sobre a Solvência e Situação Financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

- Parecer sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, quanto aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude de seguros e de branqueamento de capitais, nos termos do n.º 4º do art.º 36 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF; e

- Parecer sobre a adequação da política de remuneração, nos termos do n.º 4 do art.º 90 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF.

Nos exercícios de 2025 e 2024, as rubricas da Demonstração dos Resultados onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Gastos diretamente atribuíveis	Gastos não atribuíveis	Total	Gastos diretamente atribuíveis	Gastos não atribuíveis	Total
Função de sinistros						
Gastos Diretos	1.937.042.611	-	1.937.042.611	1.948.808.269	-	1.948.808.269
Gastos Imputados	274.281.053	6.386.754	280.667.807	272.552.351	26.698.279	299.250.630
Função de aquisição						
Gastos Diretos	517.535.037	66.449.276	583.984.313	515.438.016	74.382.123	589.820.139
Gastos Imputados	186.002.219	39.863.550	225.865.768	166.616.093	38.775.590	205.391.683
Função administrativa						
Gastos Diretos	14.753.011	20.793.223	35.546.234	15.817.033	22.327.017	38.144.050
Gastos Imputados	196.574.030	63.841.280	260.415.310	171.606.115	72.271.687	243.877.802
Função gestão de investimentos						
Gastos Diretos	-	615.874	615.874	-	1.206.617	1.206.617
Gastos Imputados	4.821.150	96.047.904	100.869.053	8.011.304	69.939.485	77.950.789
Outros gastos não relacionados						
Gastos Imputados	-	773.239.178	773.239.178	-	705.231.995	705.231.995
Total de Gastos Diretos	**2.469.330.659**	**87.858.373**	**2.557.189.032**	**2.480.063.318**	**97.915.757**	**2.577.979.075**
Total de Gastos Imputados	**661.678.451**	**979.378.664**	**1.641.057.116**	**618.785.863**	**912.917.036**	**1.531.702.899**
	3.131.009.110	**1.067.237.037**	**4.198.246.147**	**3.098.849.181**	**1.010.832.793**	**4.109.681.974**

32. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Remunerações		
Órgãos sociais	23.342.566	24.545.046
Pessoal	417.550.732	395.261.743
Encargos sobre remunerações	78.489.741	73.850.063
Beneficios pós-emprego		
Beneficio definido	10.531.622	3.948.857
Contribuição definida	3.235.815	3.659.806
Outros benefícios	1.083.495	-
Outros beneficíos a longo prazo	2.277.071	140.536
Beneficios de cessação de emprego	28.037.127	16.050.240
Seguros obrigatórios	4.802.502	5.088.463
Gastos de ação social	25.291.083	21.515.450
Outros gastos com pessoal	3.232.479	4.153.468
	597.874.233	**548.213.674**

Em 2025 e 2024, o número de trabalhadores ao serviço no Grupo, por categorias, é o seguinte:

	2025	2024
Executivos	159	218
Gestores	1.243	1.203
Técnicos	6.077	5.839
Assistentes	5.981	5.929
Apoio	976	1.047
	14.436	**14.236**

Em 2025 e 2024, a rubrica Remunerações – Pessoal inclui uma estimativa para benefícios optativos de carreira no montante de 622.329 Euros e 651.661 Euros.

A 31 de dezembro de 2025, a Fid Chile SpA possui um acordo de pagamento com base em ações (Acordo) estabelecida com a Comissão Executiva da Fid Chile Generales S.A..

Este acordo define que tal órgão, terá direito de subscrever ações na FID Chile & MT, JV SpA, até ao total de 20% desta empresa, e consequentemente, indiretamente na Companhia de Seguros. O número de ações sobre as quais a Comissão Executiva da Fid Chile Generales S.A. terá direito de aumentar a sua participação anual está sujeito aos termos e condições descritos no Scorecard que faz parte dos anexos do Acordo. Estas ações devem ser subscritas e pagas dentro dos prazos estabelecidos no Acordo.

Abaixo são detalhadas as principais características do Plano de Stock Option:

Características	Plano de Stock Option
Data de concessão	22-11-2022
N° de ações concedidas	5.032.680
Período contratual	12 anos
Forma de pagamento	Ações
Condições de irrevogabilidade (ou consolidação) da concessão	O direito de subscrição das ações está sujeito às seguintes condições cumulativas e suspensivas: (i) Que, no ano imediatamente anterior àquele em que o Executivo exerce a opção de subscrição de ações da Companhia de Seguros, o Plano de Negócios da Companhia de Seguros contido no documento conhecido como Scorecard tenha sido cumprido, no todo ou em parte. (ii) O Executivo deve ser empregado da Companhia de Seguros no momento do exercício da opção.
Preço de subscrição (EUR)	0,00071000
Valorização das ações (EUR)	0,6387
Valor (milhares de EUR)	3.214

Considerando que a empresa que fornece os instrumentos de capital (FID Chile & MT JV SpA) não está cotada na bolsa de valores, o Grupo considerou como valor por ação desta empresa o valor histórico de subscrição das suas respetivas ações.

Abaixo são apresentadas as ações executáveis a 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

(valores em euros)

	2025		2024	
	Número de ações	Preço médio de subscrição	Número de ações	Preço médio de subscrição
Saldo inicial	**2.469.924,00**	**0,00071**	**1.545.229,00**	**0,00075**
Concedidas	882.606,00	0,00071	924.695,00	0,00075
Anuladas	18.210,00	0,00000	-	0,00000
Executadas	2.451.714,00	0,00000	-	0,00000
Saldo final	**882.606,00**		**2.469.924,00**	
Executáveis no final do exercício	882.606,00		2.469.924,00	

No ano de 2025, o impacto em resultados referente a este acordo ascende a 478.947 Euros (2024: 401.210 Euros).

33. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo e Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Ativo		
Plano de benefício definido	2.013.448	2.013.950
Passivo		
Plano de contribuição definida	(151.312)	-
Outros benefícios a longo prazo	(7.447.138)	(5.973.288)
Outros benefícios pós-emprego	(9.808)	(175.718)
Plano Beneficios de Saúde	(20.018.151)	(22.385.321)
	(27.626.410)	**(28.534.328)**

Os Outros benefícios a longo prazo dizem respeito à remuneração variável dos Órgãos Sociais, nos termos previstos na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais do Grupo, e dos empregados, conforme decidido em Comité de Pessoas e em Comissão Executiva. Esta remuneração é diferida e paga decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), têm direito a um plano de pensões ("PIR"), plano este, de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT's.

Este plano, para além de assegurar garantia de capital, perfaz os requisitos de classificação de planos de contribuição definida, uma vez que a quantia dos benefícios pós-emprego recebida pelo trabalhador é determinada pela quantia de contribuições pagas por uma entidade para um plano de benefícios, juntamente com os retornos do investimento provenientes das contribuições.

Em conformidade com as regras previstas no referido IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo para o atual plano de pensões são efetuadas de acordo com o previsto no ACT 2019, correspondendo ao valor que resulta da aplicação da percentagem de 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador.

Relativamente ao exercício de 2025, no "Plano de contribuição definida" o Grupo teve um custo de 3.235.815 Euros (2024: 3.659.806 Euros), não ficando pendente quaisquer pagamentos com referência 2025.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades e ativos do Plano de Pensões de Contribuição Definida - "Fundo de Pensões PIR Fidelidade e Associadas" das empresas do Grupo Fidelidade, ascendiam a 40.597.680 Euros (2024: 38.370.798 Euros) e 40.446.368 Euros (2024: 38.217.407 Euros).

Plano de benefício definido

O exercício de 2025 caracterizou-se pela reorganização da estrutura de financiamento de três Fundos de Pensões, materializada, como já foi referido, na extinção dos FP IB e FP MC e na consequente integração dos respetivos ativos e responsabilidades no Fundo de Pensões Fidelidade.

Embora a transferência formal tenha ocorrido em 29 de dezembro de 2025, data a partir da qual o Fundo de Pensões Fidelidade passou a concentrar a totalidade das obrigações, os quadros abaixo apresentam uma perspetiva consolidada da evolução na anuidade. Esta opção visa refletir, de forma alinhada com os registos contabilísticos, o conjunto da variação das responsabilidades dos três fundos, proporcionando uma leitura integral da realidade económica dos planos de pensões no período em análise.

Foram extintos os FP IB e o FP MC, por transferência dos respetivos patrimónios e responsabilidades para o Fundo de Pensões Fidelidade, que ficou responsável pelo pagamento dos benefícios a que os participantes e beneficiários daqueles tenham ou venham a ter direito.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades com o plano de benefícios (pensões e saúde) foram as seguintes:

	2025	2024
Pressupostos financeiros		
Taxas de evolução salarial	2,20%	2,40%
Taxa de crescimento das pensões	1,10%	0,75%
Taxa de Crescimento das Despesas - por envelhecimento		
Reformados Imperio - Ap. 4930	9,41%	9,41%
Seguro Saúde ex-IB - Ap. 3002/6470	2,20%	0,75%
Taxa de crescimento salarial das pre-reformas	1,25%	1,25%
Taxa de desconto	3,25%	3,00%
Probabilidade de passagem à pré-reforma	0,00%	0,00%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	FM IB_2011	FM IB_2011
Mulheres	FM IB_2011	FM IB_2011
Método de valorização atuarial	Project Unit	Project Unit
	Credit Method	Credit Method

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia considerou no cálculo das responsabilidades a tábua de mortalidade FMIB -2011, em consistência com os produtos de rendas vitalícias, no âmbito da IFRS 17. Esta tábua carateriza-se por ser uma tábua geracional e baseia-se na tábua austríaca AVO2005.

De acordo com a política contabilística, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durations médias:

Duration		
Fundo de Pensões da Fidelidade	7,6 anos	7,76 anos
Fundo de Pensões da Ex-Império	12,1 anos	12,3 anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Re	5,36 anos	6 anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Property Europe	15,53 anos	16 anos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o número de beneficiários era o seguinte:

	2025	**2024**
Ativos	846	983
Reformados e pré-reformados	1 507	1 534
	2 353	**2 517**

As responsabilidades por serviços passados do Grupo de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
(Responsabilidades) em 31 de dezembro	(77.945.735)	(20.018.151)	(97.963.886)	(77.548.788)	(22.385.321)	(99.934.109)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	79.959.182	-	79.959.182	79.562.738	-	79.562.738
Ativos/ (responsabilidades) líquidas						
em balanço em 31 de dezembro	**2.013.447**	**(20.018.151)**	**(18.004.704)**	**2.013.950**	**(22.385.321)**	**(20.371.371)**

Importa ainda referir que, no passado, parte das responsabilidades com pensões de reforma foram transferidos pelos Fundos para o Grupo através da aquisição de apólices de seguros de Vida (rendas). O montante de responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2025 ascende a 28.947.044 Euros a que correspondem 232 rendeiros (2024: 30.632.757 euros e 258 rendeiros).

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros em Portugal devem assegurar no final de cada exercício: (i) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e (ii) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia, excluindo o fundo de pensões da Ex-Império (Níveis XVII e XVIII) que é dependente da segurança social.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	**77.548.788**	**22.385.321**	**99.934.109**	**65.146.639**	**17.311.487**	**82.458.126**
Custo do serviço corrente	613	351.578	352.192	12.709	215.706	228.415
Custo dos juros	2.173.620	648.924	2.822.543	2.555.232	716.121	3.271.353
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	1.593.430	(2.204.681)	(611.252)	18.645.210	5.143.918	23.789.128
Pensões pagas pelo fundo	(12.734.938)	-	(12.734.938)	(12.363.141)	-	(12.363.141)
Benefícios pagos pela Companhia	-	(1.569.676)	(1.569.676)	-	(1.422.341)	(1.422.341)
Restruturação	9.364.222	406.685	9.770.907	3.552.139	420.430	3.972.569
Responsabilidades em 31 de dezembro	**77.945.735**	**20.018.151**	**97.963.886**	**77.548.788**	**22.385.321**	**99.934.109**

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Saldo do fundo em 1 de janeiro	**79.562.738**	**-**	**79.562.738**	**87.936.025**	**-**	**87.936.025**
Rendimento real do fundo						
Rendimentos de juros	2.414.020	-	2.414.020	3.523.480	-	3.523.480
Ganhos e perdas atuariais	217.362	-	217.362	266.374	-	266.374
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	6.485.581	-	6.485.581	6.200.000	-	6.200.000
Pensões pagas pelo fundo	(12.720.519)	-	(12.720.519)	(12.363.141)	-	(12.363.141)
Asset ceilling	4.000.000	-	4.000.000	(6.000.000)	-	(6.000.000)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	**79.959.182**	**-**	**79.959.182**	**79.562.738**	**-**	**79.562.738**

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos nas reservas pode ser analisada como segue:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Desvios reconhecidos nas reservas						
em 1 de janeiro	**59.890.836**	**9.710.776**	**69.601.612**	**35.512.000**	**4.566.858**	**40.078.858**
(Ganhos) e perdas atuariais						
- nas responsabilidades	1.593.430	(2.204.681)	(611.252)	18.645.210	5.143.918	23.789.128
- nos ativos do plano	(217.362)	-	(217.362)	(266.374)	-	(266.374)
Asset ceilling	(4.000.000)	-	(4.000.000)	6.000.000	-	6.000.000
Desvios reconhecidos nas reservas						
em 31 de dezembro	**57.266.904**	**7.506.095**	**64.772.998**	**59.890.836**	**9.710.776**	**69.601.612**

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar pode ser analisada como segue:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar						
em 1 de janeiro	**(2.013.950)**	**22.385.321**	**20.371.371**	**(22.789.386)**	**17.311.487**	**(5.477.899)**
(Ganhos) e perdas atuariais das responsabilidades	1.593.430	(2.204.681)	(611.252)	18.645.210	5.143.918	23.789.128
(Ganhos) e perdas atuariais dos fundos	(217.362)	-	(217.362)	(266.374)	-	(266.374)
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	613	351.578	352.192	12.709	215.706	228.415
- Custo dos juros líquidos no saldo						
da cobertura das responsabilidades	(240.400)	648.924	408.524	(968.248)	716.121	(252.127)
Contribuições efectuadas no ano						
e pensões pagas pela Companhia	(6.500.000)	(1.569.676)	(8.069.676)	(6.200.000)	(1.422.341)	(7.622.341)
Asset ceilling	(4.000.000)	-	(4.000.000)	6.000.000	-	6.000.000
Restruturação	9.364.222	406.685	9.770.907	3.552.139	420.430	3.972.569
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar						
em 31 de dezembro	**(2.013.447)**	**20.018.151**	**18.004.704**	**(2.013.950)**	**22.385.321**	**20.371.371**

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Custo do serviço corrente	613	351.578	352.192	12.709	215.706	228.415
Custo dos juros líquidos no saldo						
da cobertura das responsabilidades	(240.400)	648.924	408.524	(968.248)	716.121	(252.127)
Restruturação	9.364.222	406.685	9.770.907	3.552.139	420.430	3.972.569
Custos do exercício	**9.124.435**	**1.407.187**	**10.531.622**	**2.596.600**	**1.352.257**	**3.948.857**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a alteração das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Fidelidade, face a variações na taxa de desconto nas responsabilidades é a seguinte:

(valores em euros)

	2025	
	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	(1.806.033)	1.879.785

(valores em euros)

	2024	
	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	(1.868.742)	2.273.314

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos dos fundos de pensões apresentavam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Instrumentos de capital	**1.374.833**	**1.389.441**
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	36.074.674	34.399.810
De outros emissores	30.026.898	29.002.180
	66.101.571	**63.401.990**
Imóveis	171.315	203.752
Fundos de investimento		
Ações	4.553.954	3.938.336
Imóveis	466.113	843.943
Obrigações	2.761.772	4.817.934
Tesouraria	4.148.514	4.171.852
Outros	-	12.651
	11.930.354	**13.784.716**
Outros	**2.380.885**	**6.782.838**
	81.958.958	**85.562.738**

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(valores em euros)

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	**2.007.609**	**6.617.298**
Instrumentos de dívida	**25.213**	**111.910**
Fundos de investimento		
Imóveis	277.411	673.093
Obrigações	9.086	10.008
Outros	-	12.651
	286.497	**695.753**
	2.319.319	**7.424.960**

O valor total dos ativos dos seis fundos de pensões a cobrir as responsabilidades, estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis descritos na Nota 46, é analisado como segue:

(valores em euros)

	2025	2024
Nível 1	78.145.204	84.492.575
Nível 2	475.198	866.411
	78.620.402	**85.358.986**

34. RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO

(valores em euros)

	2025						
		Seguros Não Vida					
	Seguros Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total
Efeito da componente financeira dos contratos de seguro							
Montantes reconhecidos em resultados	(76.735.817)	(34.709.618)	(6.650.652)	(7.982.636)	(2.626.835)	(1.734.195)	(130.439.755)
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	(70.844.419)	78.918.766	291.255	1.409.844	435.325	28.303.605	38.514.377
	(147.580.236)	**44.209.148**	**(6.359.397)**	**(6.572.792)**	**(2.191.510)**	**26.569.410**	**(91.925.377)**
Efeito da componente financeira dos contratos de resseguro							
Montantes reconhecidos em resultados	2.611.341	1.569.007	4.907.316	275.732	1.813.481	1.250.093	12.426.970
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	(226.242)	(1.002.088)	129.154	(1.167.864)	682.912	149.248	(1.434.880)
	2.385.099	**566.919**	**5.036.470**	**(892.132)**	**2.496.393**	**1.399.341**	**10.992.090**

(valores em euros)

	2024						
		Seguros Não Vida					
	Seguros Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total
Efeito da componente financeira dos contratos de seguro							
Montantes reconhecidos em resultados	(94.396.727)	(33.502.233)	(11.056.576)	(9.032.545)	(1.618.218)	(2.000.267)	(151.606.566)
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	(140.800.448)	(48.428.174)	(911.508)	(3.938.033)	(2.817.065)	(251.307)	(197.146.535)
	(235.197.175)	**(81.930.407)**	**(11.968.084)**	**(12.970.579)**	**(4.435.283)**	**(2.251.574)**	**(348.753.102)**
Efeito da componente financeira dos contratos de resseguro							
Montantes reconhecidos em resultados	3.717.289	2.322.705	9.000.320	855.775	752.069	1.247.109	17.895.266
Montantes reconhecidos em outro rendimento integral	71.700	1.686.483	634.693	136.512	1.379.507	63.013	3.971.907
	3.788.989	**4.009.188**	**9.635.012**	**992.287**	**2.131.575**	**1.310.122**	**21.867.173**

35. RENDIMENTOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, a rubrica Rendimentos apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida				
Investimentos em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	-	(417)	-	(417)
Terrenos e edifícios	-	-	827.641	827.641
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	1.602.755	2.571.434	-	4.174.189
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	90.773.914	98.036	-	90.871.951
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.376.855	-	-	1.376.855
Depósitos à ordem	802.264	-	-	802.264
Outros empréstimos	14.142	-	-	14.142
	94.569.929	**2.669.053**	**827.641**	**98.066.624**
Afetos a contratos considerados para efeitos contabilísticos				
como contratos de investimento				
Investimentos em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	-	(10.435)	-	(10.435)
Terrenos e edifícios	-	-	24.262.504	24.262.504
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	79.784.605	11.935.771	-	91.720.377
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	161.074.944	60.472	-	161.135.416
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2.168.007	-	-	2.168.007
Depósitos à ordem	3.357.127	-	-	3.357.127
Outros empréstimos	8.051.954	-	-	8.051.954
	254.436.638	**11.985.809**	**24.262.504**	**290.684.951**
	349.006.568	**14.654.862**	**25.090.145**	**388.751.575**
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida				
Investimentos em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	-	(15.460)	-	(15.460)
Terrenos e edifícios	-	-	25.990.342	25.990.342
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	4.326.522	16.238.910	-	20.565.432
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	73.054.740	6.354.829	-	79.409.569
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	5.525.694	-	-	5.525.694
Depósitos à ordem	887.270	-	-	887.270
Outros empréstimos	737.138	-	-	737.138
	84.531.364	**22.578.278**	**25.990.342**	**133.099.985**

(continuação)

(valores em euros)

	2025			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Não afetos				
Investimentos em filiais associadas e empreendimentos conjuntos	-	26.312	-	26.312
Terrenos e edifícios	-	-	34.644.976	34.644.976
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	9.537.226	7.034.387	-	16.571.613
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	28.005.323	-	-	28.005.323
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	8.732.763	-	-	8.732.763
Depósitos à ordem	4.188.441	-	-	4.188.441
Outros empréstimos	2.038.999	-	-	2.038.999
	52.502.751	**7.060.700**	**34.644.976**	**94.208.426**
	486.040.683	**44.293.840**	**85.725.463**	**616.059.986**

(valores em euros)

	2024			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Ramo vida				
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida				
Terrenos e edifícios	-	-	754.281	754.281
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	1.674.158	1.604.648	-	3.278.806
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	94.293.648	474.903	-	94.768.552
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	895.636	-	-	895.636
Depósitos à ordem	378.769	-	-	378.769
	97.242.212	**2.079.551**	**754.281**	**100.076.044**
Contratos de investimento				
Afetos a contratos considerados para efeitos contabilísticos				
como contratos de investimento				
Terrenos e edifícios	-	-	24.541.504	24.541.504
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	37.328.151	7.967.873	-	45.296.023
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	113.074.483	294.774	-	113.369.257
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	2.179.067	-	-	2.179.067
Depósitos à ordem	4.149.047	-	-	4.149.047
	156.730.748	**8.262.647**	**24.541.504**	**189.534.898**
	253.972.960	**10.342.198**	**25.295.785**	**289.610.942**

(continuação)

(valores em euros)

	2024			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Ramo não vida:				
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida				
Terrenos e edifícios	-	-	31.445.519	31.445.519
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	4.711.762	16.408.925	-	21.120.687
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	73.151.186	16.119.101	-	89.270.286
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	4.975.003	-	-	4.975.003
Depósitos à ordem	411.228	-	-	411.228
	83.249.179	**32.528.026**	**31.445.519**	**147.222.724**
Não afectos:				
Não afetos				
Terrenos e edifícios	-	-	33.705.990	33.705.990
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	4.265.823	1.305.154	-	5.570.977
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	19.854.940	434	-	19.855.374
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	8.873.623	-	-	8.873.623
Depósitos à ordem	6.678.973	-	-	6.678.973
	39.673.358	**1.305.588**	**33.705.990**	**74.684.936**
	376.895.497	**44.175.812**	**90.447.293**	**511.518.602**

36. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	3.163.544	(8.018.778)	(4.855.235)
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	9.031	(36.080)	(27.050)
	3.172.575	**(8.054.859)**	**(4.882.284)**
Afetos a contratos considerados para efeitos contabilísticos			
como contratos de investimento			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.030.609	(13.357.896)	(6.327.286)
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	5.141.963	(5.538.226)	(396.263)
Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	887.324	(134.394.355)	(133.507.032)
	13.059.896	**(153.290.477)**	**(140.230.581)**
	16.232.471	**(161.345.336)**	**(145.112.865)**
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	3.740.678	(3.532.648)	208.030
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	470.735	(526.504)	(55.769)
	4.211.413	**(4.059.152)**	**152.262**
Não afetos			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	15.936.070	(29.583.872)	(13.647.802)
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.302.101	(1.374.782)	(72.681)
	17.238.171	**(30.958.654)**	**(13.720.483)**
Ganhos líquidos ao justo valor através de resultados	**37.682.055**	**(196.363.141)**	**(158.681.086)**

(valores em euros)

	2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.557.150	(3.599.172)	(2.042.022)
	1.557.150	**(3.599.172)**	**(2.042.022)**
Afetos a contratos considerados para efeitos contabilísticos			
como contratos de investimento			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	2.505.430	(12.305.164)	(9.799.734)
Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	597.686	(146.573.898)	(145.976.212)
	3.103.116	**(158.879.062)**	**(155.775.946)**
	4.660.266	**(162.478.234)**	**(157.817.968)**
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	2.234.870	(8.516.026)	(6.281.156)
	2.234.870	**(8.516.026)**	**(6.281.156)**
Não afetos			
Investimentos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	190.165	(324.565)	(134.400)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.933.248	(8.842.855)	(2.909.607)
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado		-	
	6.123.413	**(9.167.420)**	**(3.044.007)**
Ganhos líquidos ao justo valor através de resultados	**13.018.549**	**(180.161.680)**	**(167.143.131)**

As perdas líquidas de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de investimento sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

37. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	102.726.736	(73.547.452)	29.179.284
	102.726.736	**(73.547.452)**	**29.179.284**
Afetos a contratos considerados para efeitos contabilísticos			
como contratos de investimento			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	395.984.468	(364.164.940)	31.819.528
	395.984.468	**(364.164.940)**	**31.819.528**
	498.711.204	**(437.712.392)**	**60.998.812**
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	150.367.562	(93.334.206)	57.033.356
	150.367.562	**(93.334.206)**	**57.033.356**
Não afetos			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	729.460.783	(728.166.922)	1.293.861
	729.460.783	**(728.166.922)**	**1.293.861**
Ganhos líquidos ao justo valor através de resultados	**1.378.539.548**	**(1.259.213.520)**	**119.326.029**

(valores em euros)

	2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	47.105.646	(68.547.713)	(21.442.067)
	47.105.646	**(68.547.713)**	**(21.442.067)**
Afetos a contratos considerados para efeitos contabilísticos			
como contratos de investimento			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	399.449.639	(523.420.521)	(123.970.883)
	399.449.639	**(523.420.521)**	**(123.970.883)**
	446.555.284	**(591.968.234)**	**(145.412.950)**
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	73.349.261	(90.324.752)	(16.975.491)
	73.349.261	**(90.324.752)**	**(16.975.491)**
Não afetos			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	343.027.531	(347.429.026)	(4.401.495)
	343.027.531	**(347.429.026)**	**(4.401.495)**
Ganhos líquidos ao justo valor através de resultados	**862.932.076**	**(1.029.722.012)**	**(166.789.936)**

38. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Afetas aos passivos de contratos de seguro do ramo vida		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	(1.520.302)	882.736
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(27.080.794)	21.355.716
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	(506.176)	49.481
Depósitos à ordem	(1.252.244)	242.919
Outros	(121)	121
	(30.359.637)	**22.530.973**
Afetas a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	(35.079.936)	18.003.116
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(66.577.001)	62.253.012
Ativos valorizados ao custo amortizado	(753.388)	(710)
Depósitos à ordem	(844.925)	(512.730)
Outros	(5.831)	5.668
	(103.261.081)	**79.748.356**
	(133.620.718)	**102.279.329**

(continuação)

(valores em euros)

	2025	2024
Afetas aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	(9.593.125)	8.390.518
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(23.525.542)	20.622.743
Ativos valorizados ao custo amortizado	(403.427)	185.603
Depósitos à ordem	(600.421)	(396.859)
Outros	(49.951)	48.617
	(34.172.467)	**28.850.622**
Não afetas		
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(8.993.452)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	(1.442.417)	790.309
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(6.975.721)	560.661
Ativos valorizados ao custo amortizado	(6.315.158)	1.050.493
Depósitos à ordem	(6.059.428)	3.823.668
Outros	11.928.739	98.398
	(8.863.985)	**(2.669.923)**
	(176.657.169)	**128.460.028**

39. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025			2024		
Ganhos e perdas realizados	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos						
de seguro dos ramos vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	-	(306.098)	(306.098)	38.063	(2.410)	35.652
	-	**(306.098)**	**(306.098)**	**38.063**	**(2.410)**	**35.652**
Afetos aos passivos de contratos						
de seguro dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	1.217.445	1.959	1.219.404
Terrenos e edifícios de rendimento	185.660	(553.354)	(367.694)	4.239.804	(19.122)	4.220.683
	185.660	**(553.354)**	**(367.694)**	**5.457.250**	**(17.163)**	**5.440.086**
Não afetos						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	31.442	31.442	115.517	(194.757)	(79.240)
Terrenos e edifícios de rendimento	12.572	(12.589)	(17)	535.771	(10.064)	525.707
Investimentos em associadas						
e empreendimentos conjuntos	168.033	(583.843)	(415.810)	11	2.711	2.722
	180.606	**(564.991)**	**(384.385)**	**651.299**	**(202.110)**	**449.189**
	366.266	**(1.424.443)**	**(1.058.177)**	**6.146.611**	**(221.683)**	**5.924.928**

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2025 Ganhos	2025 Perdas	2025 Líquido	2024 Ganhos	2024 Perdas	2024 Líquido
Afetos aos passivos de contratos						
de seguro dos ramos vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	34.047.715	(39.090.920)	(5.043.205)	16.986.182	(23.543.944)	(6.557.763)
	34.047.715	**(39.090.920)**	**(5.043.205)**	**16.986.182**	**(23.543.944)**	**(6.557.763)**
Afetos aos passivos de contratos						
de seguro dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	41.354.292	(54.715.673)	(13.361.382)	17.913.668	(38.388.883)	(20.475.214)
	41.354.292	**(54.715.673)**	**(13.361.382)**	**17.913.668**	**(38.388.883)**	**(20.475.214)**
Não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	20.382.291	(39.781.455)	(19.399.164)	23.185.061	(34.690.133)	(11.505.072)
	20.382.291	**(39.781.455)**	**(19.399.164)**	**23.185.061**	**(34.690.133)**	**(11.505.072)**
	95.784.297	**(133.588.048)**	**(37.803.750)**	**58.084.911**	**(96.622.960)**	**(38.538.049)**

(valores em euros)

Total	2025 Ganhos	2025 Perdas	2025 Líquido	2024 Ganhos	2024 Perdas	2024 Líquido
Afetos aos passivos de contratos						
de seguro dos ramos vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	34.047.715	(39.397.018)	(5.349.303)	17.024.244	(23.546.355)	(6.522.110)
	34.047.715	**(39.397.018)**	**(5.349.303)**	**17.024.244**	**(23.546.355)**	**(6.522.110)**
Afetos aos passivos de contratos						
de seguro dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	1.217.445	1.959	1.219.404
Terrenos e edifícios de rendimento	41.539.952	(55.269.027)	(13.729.076)	22.153.473	(38.408.005)	(16.254.532)
	41.539.952	**(55.269.027)**	**(13.729.076)**	**23.370.918**	**(38.406.046)**	**(15.035.128)**
Não afetos						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	31.442	31.442	115.517	(194.757)	(79.240)
Terrenos e edifícios de rendimento	20.394.863	(39.794.044)	(19.399.180)	23.720.832	(34.700.197)	(10.979.365)
Investimentos em associadas						
e empreendimentos conjuntos	168.033	(583.843)	(415.810)	11	2.711	2.722
	20.562.897	**(40.346.445)**	**(19.783.549)**	**23.836.360**	**(34.892.243)**	**(11.055.883)**
	96.150.563	**(135.012.490)**	**(38.861.927)**	**64.231.522**	**(96.844.643)**	**(32.613.121)**

40. PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros						
valorizados ao justo valor através de reservas						
Instrumentos de dívida						
Estágios 1 e 2	41.762.240	6.926.253	(33.468.394)	(1.259.899)	-	13.960.200
Estágio 3	70.089.132	16.618.412	(658.767)	-	41.635	86.090.413
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros						
valorizados ao custo amortizado						
Instrumentos de dívida	2.029.105	600.862	(505.791)	(165.624)	-	1.958.551
Outros instrumentos	7.168.545	-	-	(157.993)	-	7.010.552
Imparidade de imóveis de serviço próprio	3.132.977	-	(515.043)	-	-	2.617.933
Imparidade de inventários	566.601	150.000	(404.005)	-	-	312.596
Ajustamentos de recibos por cobrar	21.538.067	1.326.723	(7.680.836)	(1.123.015)	7.128.241	21.189.180
Ajustamentos IFAP	1.136.745	-	(424.533)	(712.212)	-	-
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	48.878.905	302.923	-	(2.172.695)	-	47.009.132
	196.302.317	**25.925.172**	**(43.657.370)**	**(5.591.437)**	**7.169.876**	**180.148.558**

(valores em euros)

	2024					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros						
valorizados ao justo valor através de reservas						
Instrumentos de dívida						
Estágios 1 e 2	21.104.624	24.006.417	(4.669.754)	-	1.320.952	41.762.240
Estágio 3	80.466.026	21.368	(6.792.535)	(3.605.726)	-	70.089.132
Outros instrumentos	-					-
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros						
valorizados ao custo amortizado						
Instrumentos de dívida	1.927.171	288.871	(172.537)	(14.400)	-	2.029.105
Outros instrumentos	180.719	-	-	(1.245)	6.989.071	7.168.545
Imparidade de imóveis de serviço próprio	16.089.176	-	(12.932.230)	(23.970)		3.132.977
Imparidade de inventários	707.392	335.102	(475.893)	-	-	566.601
Ajustamentos de recibos por cobrar	14.378.390	16.947.277	-	(9.787.599)	-	21.538.067
Ajustamentos IFAP	584.864	551.881	-	-	-	1.136.745
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	45.972.868	3.480.647	-	(574.609)	-	48.878.905
	181.411.230	**45.631.562**	**(25.042.948)**	**(14.007.550)**	**8.310.023**	**196.302.317**

Nos exercícios de 2025 e 2024, a rubrica Perdas de imparidade (líquidas de reversão) inclui reforços de 17.315.162 Euros e utilizações de 930.583 Euros de Outras provisões (nota 25), respetivamente.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a decomposição por rating e estágio de perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço de instrumentos de dívida foi a seguinte:

(valores em euros)

	2025			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	292.526.791	-	-	292.526.791
AA- até AA+	234.183.060	-	-	234.183.060
A- até A+	3.635.816.740	-	-	3.635.816.740
BBB- até BBB+	5.362.351.223	14.219.164	-	5.376.570.387
BB- até BB+	670.675.188	20.253.392	-	690.928.580
B- até B+	190.226.454	13.385.366	-	203.611.820
CCC- até CCC+	6.771.881	60.343.810	51.021.074	118.136.765
Sem rating	2.030.371	1.377.343	78.320.857	81.728.571
	10.394.581.708	**109.579.075**	**129.341.931**	**10.633.502.714**
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
A- até A+	160.290.550	-	-	160.290.550
B- até B+	-	15.319.344	-	15.319.344
CCC- até CCC+	-	1.164.288	-	1.164.288
Sem rating	-	3.163.414	-	3.163.414
	160.290.550	**19.647.046**	**-**	**179.937.596**

(valores em euros)

	2024			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	420.128.657	-	-	420.128.657
AA- até AA+	692.630.484	-	-	692.630.484
A- até A+	1.715.702.042	-	-	1.715.702.042
BBB- até BBB+	5.285.920.514	-	-	5.285.920.514
BB- até BB+	840.695.303	22.213.384	-	862.908.687
B- até B+	123.934.362	34.579.708	-	158.514.070
CCC- até CCC+	24.184	120.320.968	-	120.345.152
Sem rating	2.845.897	20.376.091	71.911.028	95.133.016
	9.081.881.443	**200.573.173**	**71.911.028**	**9.354.365.644**
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
A- até A+	218.235.488	-	-	218.235.488
B- até B+	-	15.475.158	-	15.475.158
CCC- até CCC+	-	2.085.142	-	2.085.142
Sem rating	55.797	2.559.659	527.275	3.142.731
	218.291.285	**20.119.959**	**527.275**	**238.938.519**

O movimento ocorrido no valor bruto de balanço com base nas perdas de crédito esperadas durante os exercícios de 2025 e 2024 foi a seguinte:

(valores em euros)

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Valor de Balanço a 31/12/2024	**9.081.881.443**	**200.573.173**	**71.911.028**	**9.354.365.644**
Novos ativos originados ou comprados	3.150.847.910	10.928.291	68.044.182	3.229.820.383
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(1.864.562.418)	(49.402.353)	(70.993.967)	(1.984.958.738)
Juros acumulados capitalizados	1.313.778	3.014.359	(2.839.103)	1.489.034
Alteração do Justo valor	131.539.982	(1.363.279)	16.074.408	146.251.111
Despesa / (receita) cambial líquida	(94.996.580)	(2.326.357)	(16.141.783)	(113.464.720)
Movimento entre 12mECL e LTECL	(11.442.407)	(51.844.759)	63.287.166	-
Valor de Balanço a 31/12/2025	**10.394.581.708**	**109.579.075**	**129.341.931**	**10.633.502.714**
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Valor de Balanço a 31/12/2024	**218.291.285**	**20.119.959**	**527.275**	**238.938.519**
Novos ativos originados ou comprados	-	17.453.051	(416.858)	17.036.193
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(55.097.270)	(19.316.628)	416.858	(73.997.040)
Juros acumulados capitalizados	(2.903.465)	664.429	-	(2.239.036)
Despesa / (receita) cambial líquida	-	198.960	-	198.960
Movimento entre 12mECL e LTECL	-	527.275	(527.275)	-
Valor de Balanço a 31/12/2025	**160.290.550**	**19.647.046**	**-**	**179.937.596**

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a decomposição por rating e estágio de perdas de crédito esperadas com base nas perdas de crédito esperadas foi a seguinte:

(valores em euros)

	2025			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AA- até AA+	20.248	-	-	20.248
A- até A+	438.624	-	-	438.624
BBB- até BBB+	2.725.199	255.482	-	2.980.681
BB- até BB+	1.458.748	623.775	-	2.082.523
B- até B+	3.962.847	1.363.419	-	5.326.266
CCC- até CCC+	-	2.963.473	9.736.851	12.700.324
Sem rating	66.874	81.511	76.353.562	76.501.947
	8.672.540	**5.287.660**	**86.090.413**	**100.050.613**
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
B- até B+	-	1.125.297	-	1.125.297
CCC- até CCC+	-	126.920	-	126.920
Sem rating	-	706.334	-	706.334
	-	**1.958.551**	**-**	**1.958.551**

(valores em euros)

	2024			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AA- até AA+	11.921	-	-	11.921
A- até A+	499.858	-	-	499.858
BBB- até BBB+	3.452.441	-	-	3.452.441
BB- até BB+	2.699.050	622.937	-	3.321.987
B- até B+	2.620.591	1.479.718	-	4.100.309
CCC- até CCC+	-	22.420.861	-	22.420.861
CC- até CC+	-	1.214.876	-	1.214.876
Sem rating	65.236	6.674.751	70.089.132	76.829.119
	9.349.097	**32.413.143**	**70.089.132**	**111.851.372**
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
B- até B+	-	1.325.380	-	1.325.380
CCC- até CCC+	-	48.145	-	48.145
Sem rating	-	128.305	527.275	655.580
	-	**1.501.830**	**527.275**	**2.029.105**

O movimento ocorrido no valor bruto de balanço com base nas perdas de crédito esperadas durante os exercícios de 2025 e 2024 foi a seguinte:

(valores em euros)

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Valor de ECL a 31/12/2024	**9.349.097**	**32.413.143**	**70.089.132**	**111.851.372**
Novos ativos originados ou comprados	5.244.078	3.643.915	-	8.887.993
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(3.983.467)	(6.179.100)	-	(10.162.567)
Remensuração da perda de crédito esperada	(1.976.306)	619.185	(9.169.064)	(10.526.185)
Movimento entre 12mECL e LTECL	39.138	(25.209.483)	25.170.345	-
Valor de ECL a 31/12/2024	**8.672.540**	**5.287.660**	**86.090.413**	**100.050.613**
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Valor de ECL a 31/12/2024	**-**	**1.501.830**	**527.275**	**2.029.105**
Novos ativos originados ou comprados	-	1.397.695	-	1.397.695
Ativos desreconhecidos ou vencidos	-	(1.420.320)	-	(1.420.320)
Remensuração da perda de crédito esperada	-	(47.929)	-	(47.929)
Valor de ECL a 31/12/2024	**-**	**1.958.551**	**-**	**1.958.551**

41. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida						
Comissões de gestão de co-seguro	100.639	(339.823)	(239.184)	33.796	(339.829)	(306.033)
Comissões de gestão de fundos de pensões	1.483.772	-	1.483.772	1.413.559	-	1.413.559
Outros	543.696	(448.364)	95.332	4.709	(123.044)	(118.336)
	2.128.107	**(788.187)**	**1.339.920**	**1.452.064**	**(462.873)**	**989.190**
Relativos ao ramo não vida						
Comissões de gestão de co-seguro	233.489	(1.686.732)	(1.453.243)	4.350.494	(1.378.611)	2.971.883
Outros	(771.531)	(7.151.892)	(7.923.423)	2.664.655	(10.663.373)	(7.998.718)
	(538.041)	**(8.838.624)**	**(9.376.665)**	**7.015.149**	**(12.041.985)**	**(5.026.836)**
	1.590.065	**(9.626.811)**	**(8.036.745)**	**8.467.213**	**(12.504.858)**	**(4.037.645)**

42. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	943.656	348.247
Outros	9.442.724	10.132.258
	10.386.380	**10.480.504**
Rendimentos e ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	35.974.865	29.701.958
Juros obtidos	3.949.939	3.513.863
Descontos de pronto pagamento	1.086.107	970.421
Outros	3.017.452	5.384.632
	44.028.363	**39.570.874**
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	948.967	2.772.134
Ganhos em outros ativos intangíveis	22.702	-
	971.668	**2.772.134**
Ganhos com planos de pensões		
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Suc. Macau Vida)	2.265	2.345
Outros ganhos	54.193	95.492
	56.457	**97.837**
Outros Rendimentos não técnicos		
Prestação de serviços		
Clientes	683.758.885	611.416.238
Outros	26.087.566	30.899.411
Regularização de saldos	2.202.164	2.604.570
	712.048.615	**644.920.219**
Outros Rendimentos	**767.491.483**	**697.841.568**
Gastos e perdas não correntes		
Quotizações diversas	(122.702)	(134.957)
Mecenato	(144.226)	(196.752)
Dívidas incobráveis	(527.480)	(231.686)

(continuação)

(valores em euros)

	2025	2024
Regularização de saldos	(44.262)	(253.488)
Multas e penalidades	(759.050)	(460.105)
Insuficiência estimativa impostos	(915.850)	(1.061.678)
Donativos	(1.699.688)	(2.060.453)
Ofertas a clientes	(99.018)	(2.104.513)
Correções a exercícios anteriores	(2.022.062)	(6.912.389)
Outros	(7.496.193)	(7.711.359)
	(13.830.530)	**(21.127.380)**
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(92.207)	(842.393)
Serviços bancários	(1.900.068)	(1.560.271)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(70.546.113)	(6.322.751)
Outros	(8.086.471)	(7.191.217)
	(80.624.859)	**(15.916.632)**
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	(412.040)	(1.443.721)
Perdas em outros ativos tangíveis	(1.033.607)	(2.388.629)
	(1.445.646)	**(3.832.350)**
Outros Gastos não técnicos		
Alocação de Gastos não Técnicos		
Juros	(16.991.237)	(17.508.695)
Amortizações do Exercício	(41.880.641)	(37.920.795)
Custos com Pessoal	(169.637.653)	(159.537.143)
Fornecimento de Serviços Externos	(388.341.839)	(356.998.282)
Outros	(13.690.918)	(10.700.692)
	(630.542.288)	**(582.665.607)**
Custo das mercadorias vendidas	**-**	**(4.602.056)**
Outros Gastos	**(726.443.323)**	**(628.144.025)**
Outros rendimentos / gastos	**41.048.160**	**69.697.544**

A 31 de dezembro 2025 e 2024, a decomposição das prestações de serviços a clientes foi a seguinte:

(valores em euros)

	2025	2024
Prestações de Serviços		
Serviço Hospitalar	642.031.126	572.708.872
Gestão de carteiras	17.768.009	4.396.080
Serviços Financeiros e de Contabilidade	2.334.907	3.048.174
Serviço de Saúde	835.381	844.851
Serviço de Assistência	278.714	612.354
Serviços Peritagens/ Avaliação de Sinistros	148.477	-
Estudos atuariais	76.517	-
Avaliação de risco	51.286	-
Descontos e abatimentos dos serviços prestados	-	285.057
Reparação Automóvel	-	10.662
Outros serviços prestados	20.234.467	29.510.187
	683.758.885	**611.416.238**

43. GANHOS E PERDAS DE ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (MEP)

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	596.319	469.368
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	56.209	(24.944)
BLUE ADCO - Consultoria e Assessoria em Investimentos Turísticos, S.A.	-	(252)
BLUE OPCO – Exploração e Gestão de Ativos Turísticos, S.A.	(58.393)	(70.579)
	594.136	**373.593**

44. RELATO POR RAMO DE NEGÓCIO

O Grupo apresenta ramos de negócios baseados na informação de gestão produzida internamente. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais para efeitos de imputação de recursos ao segmento e avaliação de desempenho.

Um ramo de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico, dos quais pode obter receitas e incorrer em despesas, que estejam sujeitos a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os resultados podem ser segmentados por atividades sendo que existe informação financeira distinta.

O Grupo não adotou a IFRS 8 uma vez que não é uma entidade com instrumentos de dívida ou de capital próprio negociados em mercado público, nem tem em vista a sua emissão. A informação apresentada respeita aos requisitos de divulgações definidos pela ASF.

Segmento Segurador

O segmento segurador, inclui seguros vida e não vida.

Os seguros vida incluem os seguintes ramos:

- Risco e Participação nos resultados, que compreende contratos através dos quais o segurador se compromete a pagar o capital seguro em caso de morte da pessoa segura (seguro em caso de morte) ou sobrevivência da pessoa segura (seguro em caso de vida) e se compromete a pagar um determinado capital no final dos contratos e o direito do tomador do seguro, segurado ou beneficiário de receber parte dos resultados gerados pelo contrato; e

- Contratos de investimento, que compreende instrumentos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os seguros não vida incluem os seguintes ramos:

- Acidentes de Trabalho, que tem como finalidade assegurar os trabalhadores em caso de danos decorrentes no local e no tempo de trabalho ou a caminho de ou para o trabalho, do qual resulte lesão corporal, perturbação funcional ou doença que provoque redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte;

- Acidentes e Doença, que tem como finalidade assegurar os trabalhadores em caso de danos decorrentes no local e no tempo de trabalho ou a caminho de ou para o trabalho, do qual resulte lesão corporal, perturbação funcional ou doença que provoque redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte e que cobre os riscos relacionados com a prestação de cuidados de saúde nas modalidades prestações convencionadas, prestações indemnizatórias e combinações dos dois tipos de prestações;

- Automóvel, que cobre os riscos a que estão expostos os veículos terrestres a motor (automóveis, motociclos, etc.), incluindo a responsabilidade civil decorrente da respetiva circulação, bem como coberturas facultativas, tais como danos próprios, assistência em viagem e proteção jurídica;

- Incêndio e Outros Danos, que cobre os riscos relacionados com perdas de bens patrimoniais causadas por Incêndio e outros danos que danifiquem o património;

- Responsabilidade Civil, que cobre o risco de o segurado ter que vir a indemnizar terceiros por danos que resultem em lesões corporais ou materiais pelos quais seja responsável, incluindo os seguros Responsabilidade Civil-Geral, Responsabilidade Civil-Familiar, Responsabilidade Civil-Animais, Responsabilidade Civil-Exploração, Responsabilidade Civil-Profissional e Responsabilidade Civil-Produtos; e

- Outros, que abrange os danos sofridos por Mercadorias Transportadas, Proteção jurídica, Assistência, Crédito, Caução e seguros diversos não referidos anteriormente.

Segmento Imobiliário

O segmento imobiliário inclui as seguintes atividades:

- Compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos;

- Aquisição e alienação de participações em sociedades, de direito nacional ou estrangeiro, com objeto igual ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em sociedades de responsabilidade ilimitada, nos termos da lei; e

- Associação com outras pessoas jurídicas para, nomeadamente, formar novas sociedades, agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico, consórcios e associação em participação nos termos legais.

Segmento Saúde

O segmento saúde inclui as seguintes atividades:

- Cuidados de saúde privados, que inclui as principais unidades hospitalares de prestação de cuidados agudos e a rede de clínicas em regime de ambulatório do Grupo; e

- Outras atividades.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

(valores em euros)

	2025								
	Ramos Vida		Ramos Não-Vida						
Demonstração dos resultados	Risco e Participação nos resultados	Contratos de investimento	Acidentes e Doença	Riscos Múltiplos	Automóvel	Responsabilidade Civil Geral	Outros	Não técnico	Total
Réditos de contratos de seguro									
Mensurados pela abordagem									
da alocação de prémio	482.948.016	343.534	1.327.268.952	720.870.496	938.210.996	138.340.957	208.615.088	-	3.816.598.039
Não mensurados pela abordagem									
da alocação de prémio	216.387.670	-	-	-	-	-	-	-	216.387.670
Gastos de contratos de seguros	(497.524.583)	(4.682)	(1.284.737.218)	(477.010.316)	(904.450.967)	(83.345.971)	(151.638.640)	-	(3.398.712.376)
Réditos de contratos de resseguro	101.024.014	-	22.980.173	109.988.578	33.500.263	16.605.709	19.419.885	-	303.518.622
Gastos de contratos de resseguro								-	
Mensurados pela abordagem da alocação									
de prémio – parte dos resseguradores	(122.241.544)	(1.203.725)	(26.575.753)	(334.064.997)	(27.744.047)	(53.690.395)	(70.105.452)	-	(635.625.913)
Resultado líquido da componente financeira									
dos contratos de seguro	(76.735.817)	-	(34.709.618)	(6.650.652)	(7.982.636)	(2.626.835)	(1.734.195)	-	(130.439.755)
Resultado líquido da componente financeira									
dos contratos de resseguro	2.611.341	-	1.569.007	4.907.316	275.732	1.813.481	1.250.093	-	12.426.970
Comissões de contratos de seguro e operações									
considerados para efeitos contabilísticos como									
contratos de investimento ou como contratos									
de prestação de serviços	-	157.501.353	-	-	-	-	-	-	157.501.353
Rendimentos	98.066.624	290.684.951	75.862.915	13.026.889	22.817.398	7.742.834	13.649.948	94.208.426	616.059.986
Gastos de investimentos	(100.633)	(248.707)	(72.926)	(23.840)	(43.609)	(15.152)	(6.320)	(104.688)	(615.874)
Ganhos líquidos de ativos e passivos									
financeiros não valorizados ao justo valor									
através de resultados	(4.882.284)	(140.230.581)	296.554	(57.762)	(228.527)	(63.892)	205.888	(13.720.483)	(158.681.086)
Ganhos líquidos de ativos e passivos									
financeiros valorizados ao justo valor									
através de resultados	29.179.284	31.819.528	34.705.236	6.964.427	12.279.407	3.902.192	(817.906)	1.293.861	119.326.029
Diferenças de câmbio	(30.359.637)	(103.261.081)	(18.617.070)	(4.303.301)	(7.269.832)	(2.826.489)	(1.155.775)	(8.863.985)	(176.657.169)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros									
que não estejam classificados como ativos									
não correntes detidos para venda e unidades									
operacionais descontinuadas	(496.562)	(4.852.740)	(9.854.982)	(2.145.323)	(4.137.307)	(1.540.464)	3.949.001	(19.783.549)	(38.861.927)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	1.229.960	(1.149.872)	(2.558.839)	(863.467)	(318.405)	5.852.914	6.429.805	(8.205.059)	417.036
Gastos não atribuíveis	(5.268.706)	(198.989.454)	(23.085.749)	(12.940.306)	(16.735.069)	(3.770.208)	(4.086.254)	(176.393.260)	(441.269.006)
Outros rendimentos / gastos técnicos,									
líquidos de resseguro	1.472.128	(132.208)	(1.761.844)	(3.836.140)	(2.315.059)	(1.535.994)	72.372	(0)	(8.036.745)
Outras rendimentos / gastos	545.261	220.032	(4.868)	(10.653)	52.321	(30.392)	160.301	40.116.157	41.048.160
Ganhos e perdas de associadas									
e empreendimentos conjuntos contabilizados									
pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	594.136	594.136
Ganhos e perdas de ativos não correntes									
(ou grupos para alienação) classificados									
como detidos para venda	(43.198)	(1.080.814)	(855.037)	(63.378)	(86.270)	(68.470)	(18.810)	17.521.001	15.305.025
Resultado líquido antes de impostos	**195.811.334**	**29.415.534**	**59.848.932**	**13.787.573**	**35.824.388**	**24.743.826**	**24.189.028**	**(73.337.442)**	**310.283.173**
Imposto sobre o rendimento do exercício									(52.422.276)
Resultado líquido do exercício									
(Antes de Interesses Não Controlados)									**257.860.897**
Interesses não controlados									(56.858.978)
Resultado líquido consolidado do exercício									**201.001.918**

(valores em euros)

	2024								
	Ramos Vida		Ramos Não-Vida						
Demonstração dos resultados	Risco e Participação nos resultados	Contratos de investimento	Acidentes e Doença	Riscos Múltiplos	Automóvel	Responsabilidade Civil Geral	Outros	Não técnico	Total
Réditos de contratos de seguro									
Mensurados pela abordagem									
da alocação de prémio	481.142.147	7.689.836	1.202.972.575	350.330.164	893.155.851	129.324.367	573.598.883	-	3.638.213.823
Não mensurados pela abordagem									
da alocação de prémio	166.239.319	55.319.697	-	-	-	-	-	-	221.559.016
Gastos de contratos de seguros	(458.035.317)	(20.615.225)	(1.050.000.088)	(271.878.280)	(865.452.980)	(74.121.182)	(368.096.002)	0	(3.108.199.074)
Réditos de contratos de resseguro	98.531.431	908.424	12.606.503	62.407.295	25.686.628	32.100.363	108.373.257	-	340.613.902
Gastos de contratos de resseguro		-	-	-	-	-	-	-	-
Mensurados pela abordagem da alocação									
de prémio – parte dos resseguradores	(165.774.174)	(721.683)	(24.951.892)	(130.254.434)	(25.436.356)	(56.122.929)	(279.828.612)	-	(683.090.081)
Resultado líquido da componente financeira									
dos contratos de seguro	(46.919.055)	(47.477.672)	(33.502.233)	(3.758.727)	(9.032.545)	(1.618.218)	(9.298.116)	-	(151.606.566)
Resultado líquido da componente financeira									
dos contratos de resseguro	3.634.380	82.909	2.322.705	2.588.245	855.775	752.069	7.659.183	-	17.895.266
Comissões de contratos de seguro e operações									
considerados para efeitos contabilísticos como									
contratos de investimento ou como contratos									
de prestação de serviços	-	178.059.967	-	-	-	-	-	-	178.059.967
Rendimentos	67.127.925	223.746.873	82.130.189	11.510.447	27.524.216	9.747.244	16.866.567	72.865.141	511.518.602
Gastos de investimentos	(15.708)	(890.950)	(85.483)	(18.667)	(47.666)	(13.695)	(11.883)	(122.566)	(1.206.617)
Ganhos líquidos de ativos e passivos									
financeiros não valorizados ao justo valor									
através de resultados	173.542	(157.991.510)	(5.749.199)	(145.284)	(662.275)	(69.351)	344.953	(3.044.007)	(167.143.132)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros									
valorizados ao justo valor através de resultados	(1.841.188)	(143.571.762)	(4.050.081)	(2.174.282)	(4.993.356)	(2.110.035)	(3.647.738)	(4.401.495)	(166.789.936)
Diferenças de câmbio	7.066.657	95.212.672	13.919.413	2.726.237	7.111.308	2.285.379	2.808.286	(2.669.923)	128.460.028
Ganhos líquidos de ativos não financeiros									
que não estejam classificados como ativos									
não correntes detidos para venda e unidades									
operacionais descontinuadas	(459.022)	(6.063.088)	(11.484.874)	(1.368.315)	(2.360.148)	(1.455.457)	1.633.666	(11.055.883)	(32.613.121)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(254.031)	(1.138.654)	3.314.113	(96.537)	(1.443.887)	(4.281.365)	2.885.657	(20.504.764)	(21.519.467)
Gastos não atribuíveis	(5.842.531)	(209.105.239)	(23.211.217)	(8.653.636)	(17.767.485)	(3.628.028)	(7.674.149)	(151.078.383)	(426.960.668)
Outros rendimentos / gastos técnicos,									
líquidos de resseguro	1.112.235	(123.044)	(1.736.581)	(177.171)	(1.960.135)	275.083	(1.428.031)	(0)	(4.037.645)
Outras rendimentos / gastos	-	-	-	-	-	-	-	69.697.544	69.697.544
Ganhos e perdas de associadas									
e empreendimentos conjuntos contabilizados									
pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	373.593	373.593
Ganhos e perdas de ativos não correntes									
(ou grupos para alienação) classificados									
como detidos para venda	(93.384)	(3.631.767)	(2.543.702)	(411.896)	(868.789)	(353.547)	(4.737.132)	(2.679.374)	(15.319.590)
Resultado líquido antes de impostos	**145.793.225**	**(30.310.215)**	**159.950.148**	**10.625.159**	**24.308.155**	**30.710.698**	**39.448.791**	**(52.620.116)**	**327.905.845**
Imposto sobre o rendimento do exercício									(74.752.176)
Resultado líquido do exercício									
(Antes de Interesses Não Controlados)									**253.153.668**
Interesses não controlados									(79.647.760)
Resultado líquido consolidado do exercício									**173.505.909**

45. ENTIDADES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas do Grupo Fidelidade as entidades sob controlo ou influência significativa, os fundos de pensões e os respetivos órgãos de gestão.
Para além dos membros dos órgãos gestão atrás referidos são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exerçam influência significativa.

São igualmente consideradas entidades relacionadas, todas as entidades que integram o Grupo Fosun, ao qual pertence o atual acionista, bem como o Grupo Caixa Geral de Depósitos.

As notas 3 e 5 fornecem informações sobre a estrutura do Grupo, incluindo detalhes das filiais e associadas

As transações e saldos entre entidades totalmente consolidadas do Grupo são eliminadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

(valores em euros)

2025	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	Total
Demonstração de Resultados				
Réditos de contratos de seguro	3.498.250	-	-	3.498.250
Gastos de contratos de seguros	(101.212.799)	(1.512.028)	(58.437)	(102.783.264)
Réditos de contratos de resseguro	-	-	6.729.682	6.729.682
Gastos de contratos de resseguro	-	-	(6.345.295)	(6.345.295)
Rendimentos	3.791.999	10.760	2.805.254	6.608.014
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	168.893	-	163.257	332.150
Diferenças de câmbio	(1.420.762)	-	(1.320.339)	(2.741.101)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	38.924	-	80.726	119.650
Gastos não atribuíveis	(30.714.431)	-	(12.709.102)	(43.423.534)
Outros rendimentos e gastos	(136.411)	(13.030)	(7.586)	(157.027)
	(125.986.337)	**(1.514.297)**	**(10.661.841)**	**(138.162.475)**
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	106.702.640	-	33.997.784	140.700.424
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	8.689.118	-	8.689.118
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	13.958.216	-	12.760.027	26.718.244
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	30.768.702	-	26.916.261	57.684.963
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	42.592.090	327.960	4.140.027	47.060.077
Terrenos e edifícios de uso próprio	7.109	-	-	7.109
Ativos de contratos de resseguro do ramo não vida	-	-	13.249.128	13.249.128
Contas a receber por operações de seguro direto	3.085.038	-	-	3.085.038
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	4.525.524	4.525.524
Contas a receber por outras operações	1.534	5.915	300	7.749
Ativos por impostos	84.719	-	1.035	85.753
Acréscimos e diferimentos	1.904	-	-	1.904
	197.201.954	**9.022.992**	**95.590.086**	**301.815.032**
Passivos				
Passivos de contratos de seguro do ramo vida	162.408	-	-	162.408
Passivos de contratos de seguro dos ramos não vida	(13.624.170)	-	-	(13.624.170)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(46.900)	-	-	(46.900)
Outros passivos financeiros	7.335	-	7.291.685	7.299.020

(continuação)

(valores em euros)

2025	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	Total
Contas a pagar por operações de seguro direto	8.621.922	-	-	8.621.922
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	3.620.220	3.620.220
Passivos por impostos	-	-	199.348	199.348
Acréscimos e diferimentos	36.300.789	-	2.260.518	38.561.307
	31.421.384	**-**	**13.371.771**	**44.793.155**

(valores em euros)

2024	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	Total
Demonstração de Resultados				
Réditos de contratos de seguro	4.780.591	-	-	4.780.591
Gastos de contratos de seguros	(108.923.991)	(1.487.234)	(59.199)	(110.470.424)
Réditos de contratos de resseguro	-	-	2.001.067	2.001.067
Gastos de contratos de resseguro	-	-	(5.582.085)	(5.582.085)
Rendimentos	6.835.261	11.294	5.204.310	12.050.865
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	821.648	-	1.755.119	2.576.766
Diferenças de câmbio	405.942	-	443.836	849.778
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	34.727	(90.887)	56.290	130
Gastos não atribuíveis	(29.697.492)	-	(11.537.963)	(41.235.456)
Outros rendimentos e gastos	870.954	2.901	(1.077)	872.778
	(124.872.360)	**(1.563.926)**	**(7.719.704)**	**(134.155.989)**
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	119.651.230	-	23.770.536	143.421.766
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	9.117.181	-	9.117.181
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	25.238.010	-	38.252.256	63.490.266
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	36.583.723	-	47.100.320	83.684.043
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	61.760	359.201	9.297.596	9.718.556
Terrenos e edifícios de uso próprio	370.726	-	-	370.726
Ativos de contratos de resseguro do ramo não vida	-	-	8.475.197	8.475.197
Contas a receber por operações de seguro direto	19.813.273	-	-	19.813.273
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	360.615	360.615
Contas a receber por outras operações	733	-	331	1.064
	201.719.455	**9.476.382**	**127.256.850**	**338.452.687**
Passivos				
Passivos de contratos de seguro do ramo vida	616.010	-	-	616.010
Passivos de contratos de seguro dos ramos não vida	(12.950.534)	-	-	(12.950.534)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(46.900)	-	-	(46.900)
Outros passivos financeiros	119.523	-	4.016.168	4.135.691
Contas a pagar por operações de seguro direto	28.189.630	-	-	28.189.630
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	366.486	366.486
Acréscimos e diferimentos	36.132.390	-	1.889.628	38.022.018
	52.060.119	**-**	**6.272.282**	**58.332.402**

Os valores registados em ativos e passivos dizem respeito na sua maioria a depósitos bancários, investimentos em entidades do grupo Fosun, e saldos a receber/pagar.

No que diz respeito ao Grupo Caixa Geral Depósitos, as transações dizem sobretudo respeito a gastos associados no âmbito do acordo de distribuição de produtos; ativos associados à carteira de investimento da Companhia, bem como outras transações na qualidade de instituição financeira.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o ano de 2025 têm a seguinte composição:

(valores em euros)

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Membros não executivos					
Presidente					
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	462.000	-	-	1.131	-
Vogais					
Eduardo José Stock da Cunha	46.662	-	-	-	-
Carlos António Torroaes Albuquerque	70.000	-	-	-	-
Lingjiang XU	70.000	-	-	-	-
Maria João de Sales Luis	70.000	-	-	-	-
José João Guilherme	23.091	-	-	-	-
Nuno Alexandre de Carvalho Martins	23.091	-	-	-	-
Membros executivos					
Presidente da comissão executiva					
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	525.000	556.296	3.025	2.030	134
Vogais Comissão Executiva					
António Manuel Marques de Sousa Noronha	406.588	470.934	3.025	869	134
Wai Lam William MAK	255.201	1.466.505	1.713	1.054	70
André Simões Cardoso	406.588	470.934	3.025	2.928	134
Hui Chen	360.010	385.537	3.025	1.580	134
Juan Ignacio Arsuaga Serrats	406.588	470.934	3.025	1.580	134
Miguel Barroso Abecasis	406.588	181.652	3.025	2.479	134
Sijie DONG	172.831	-	1.475	331	-

(valores em euros)

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Presidente					
Jorge Manuel de Sousa Marrão	57.600	-	-	-	-

46. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras do Grupo, pode ser resumida como se segue:

(valores em euros)

	2025				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	883.939.635	883.939.635
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	4.828.923.998	298.862.207	751.869.922	-	5.879.656.127
Instrumentos de dívida	2.681.267.073	84.856.026	219.444.770	-	2.985.567.869
Instrumentos de capital	348.355.289	288.550	30.639.755	-	379.283.594
Outros instrumentos financeiros	1.796.614.652	161.558.412	501.024.439	-	2.459.197.503
Crédito e outros valores a receber	-	49.864.471	-	-	49.864.471
Outros depósitos	658.455	-	-	-	658.455
Instrumentos derivados com justo valor positivo	2.028.529	2.294.748	760.958	-	5.084.235
Derivados de cobertura	4.807	10.407.118	-	-	10.411.925
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	9.282.608.872	1.329.365.468	92.260.952	-	10.704.235.292
Instrumentos de dívida	9.125.785.879	1.123.352.229	90.917.183	-	10.340.055.291
Instrumentos de capital	156.822.993	-	-	-	156.822.993
Crédito e outros valores a receber	-	206.013.239	1.343.769	-	207.357.008
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	665.670.891	665.670.891
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	850.370.914	850.370.914
	14.111.537.677	**1.638.634.793**	**844.130.874**	**2.399.981.440**	**18.994.284.784**

(continuação)

(valores em euros)

	2025				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Passivo					
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados					
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	4.946.460.826	-	6.363.290.976	11.309.751.802
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	2.713.983	19.460.303	1.543.390	-	23.717.675
Passivos subordinados	-	-	-	1.006.267.138	1.006.267.138
Derivados de cobertura	108.116	3.169.154	-	-	3.277.270
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	71.854.345	71.854.345
Outros passivos financeiros	-	-	-	978.969.557	978.969.557
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	1.038.925.588	1.038.925.588
	2.822.099	**4.969.090.283**	**1.543.390**	**9.459.307.603**	**14.432.763.374**
	14.108.715.578	**(3.330.455.490)**	**842.587.484**	**(7.059.326.162)**	**4.561.521.410**

(valores em euros)

	2024				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	755.954.982	755.954.982
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	4.303.919.551	293.927.177	728.570.096	-	5.326.416.824
Instrumentos de dívida	2.615.617.935	74.826.637	209.628.298	-	2.900.072.870
Instrumentos de capital	259.368.557	-	29.055.094	-	288.423.651
Outros instrumentos financeiros	1.426.658.035	94.691.594	489.594.723	-	2.010.944.352
Crédito e outros valores a receber	-	124.408.946	-	-	124.408.946
Outros depósitos	560.066	-	-	-	560.066
Instrumentos derivados com justo valor positivo	1.714.958	-	291.981	-	2.006.939
Derivados de cobertura	12.408	1.881.049	-	-	1.893.457
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	8.193.869.245	1.113.600.812	100.623.272	-	9.408.093.329
Instrumentos de dívida	8.070.052.380	973.703.990	98.582.529	-	9.142.338.899
Instrumentos de capital	123.816.865	-	-	-	123.816.865
Crédito e outros valores a receber	-	139.896.822	2.040.743	-	141.937.565
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	673.059.340	673.059.340
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	826.663.859	826.663.859
	12.497.801.204	**1.409.409.038**	**829.193.368**	**2.255.678.180**	**16.992.081.790**
Passivo					
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados					
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	4.301.279.218	-	5.449.574.766	9.750.853.984
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	38.544.060	41.275.900	1.323.289	-	81.143.249
Passivos subordinados	-	-	-	1.004.455.911	1.004.455.911
Derivados de cobertura	2.428.941	10.621.433	-	-	13.050.374
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	59.737.417	59.737.417
Outros passivos financeiros	-	-	-	769.562.645	769.562.645
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	935.397.771	935.397.771
	40.973.001	**4.353.176.551**	**1.323.289**	**8.218.728.511**	**12.614.201.352**
	12.456.828.203	**(2.943.767.513)**	**827.870.079**	**(5.963.050.331)**	**4.377.880.439**

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13, dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo a 31 de dezembro de 2025 e 2024 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que o Grupo tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;

- **Nível 2** - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;

- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2 em que a informação referida nos níveis anteriores não se encontra disponível. O Grupo utiliza preços disponíveis na Bloomberg, através de uma metodologia de scoring mais baixo, sendo que, neste caso a avaliação corresponde a observações indiretas baseados em ativos comparáveis com a mesma qualidade creditícia e a mesma maturidade do instrumento. Existem ainda alguns casos onde os preços são fornecidos por entidades terceiras como market makers ou através do NAV ajustado pelos rácios dos eventos corporativos subsequentes (no caso de fundos de investimento).

O movimento ocorrido entre 31 de dezembro de 2025 e 2024, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(valores em euros)

	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**243.224.691**	**1.390.613.663**	**(265.956.367)**
Aquisições	71.800.197	61.388.951	-
Revalorizações			
por contrapartida de resultados	4.389.850	19.868.168	(222.473)
por contrapartida de capitais próprios	(72.785)	-	-
Reforços / reversões de ECL no exercício	3.889.829	-	-
Alienações	(50.091.545)	(161.106.800)	-
Outros	-	(266.662.512)	264.855.551
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**100.623.272**	**728.570.096**	**(1.323.289)**
Aquisições	70.152.447	188.889.041	-
Revalorizações			
por contrapartida de resultados	-	(561.727)	(267.811)

(continuação) (valores em euros)

	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados
por contrapartida de capitais próprios	41.727	-	-
Transferências			
de nível 1 para nível 3	-	9.222.860	-
de nível 2 para nível 3	-	1.392.809	-
de nível 3 para nível 1	-	(25.076.756)	-
de nível 3 para nível 2	-	(77.767)	47.710
Alienações	(78.556.494)	(129.412.830)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**92.260.952**	**751.869.922**	**(1.543.390)**

No decorrer do exercício de 2025, o Grupo realizou uma análise relativamente à composição dos ativos de um conjunto de fundos de investimento. Decorrente deste processo, o Grupo transferiu 9.222.860 Euros para nível 3 e 25.076.756 Euros de nível 3 para nível 1.

Adicionalmente, conforme descrito na nota 6, a Companhia realizou a compensação de ativos e passivos financeiros valorizados através de justo valor através de resultados relativamente aos swaps de retorno total, no montante de 220.101 Euros.

O nível 3 é representado essencialmente por fundos de investimento de obrigações e a variação de justo valor dos mesmos em cerca de 10% corresponderia a uma perda ou ganho estimado de 84.258.748 Euros (2024: 82.787.008 Euros).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado era o seguinte:

(valores em euros)

	2025		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	883.939.635	883.939.635	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	665.670.891	661.100.798	4.570.093
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	850.370.914	850.370.914	-
	2.399.981.441	**2.395.411.348**	**4.570.093**

(valores em euros)

	2025		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Passivo			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados			
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	6.363.290.976	6.466.872.203	(103.581.227)
Passivos subordinados	1.006.267.138	1.062.224.722	(55.957.584)
Depósitos recebidos de resseguradores	71.854.345	71.854.345	-
Outros passivos financeiros	978.969.557	978.969.557	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1.038.925.588	1.038.925.588	-
	3.096.016.627	**3.151.974.211**	**(55.957.584)**

(valores em euros)

	2024		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	755.954.982	755.954.982	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	673.059.340	649.275.601	23.783.739
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	826.663.859	826.663.859	-
	2.255.678.180	**2.231.894.441**	**23.783.739**

(valores em euros)

	2024		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Passivo			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados			
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.449.574.766	5.592.446.205	(142.871.439)
Passivos subordinados	1.004.455.911	1.011.122.852	(6.666.941)
Depósitos recebidos de resseguradores	59.737.417	59.737.417	-
Outros passivos financeiros	769.562.645	769.562.645	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	935.397.771	935.397.771	-
	2.769.153.745	**2.775.820.686**	**(6.666.941)**

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos e passivos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo; e

- Na rubrica Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado estão incluídos empréstimos, aplicações em instituições de crédito e títulos de dívida pública maioritariamente em nível 1 e o remanescente em nível 3. Relativamente ao justo valor dos depósitos a prazo e outros empréstimos, atendendo a sua maturidade e ao montante, o Grupo considerou que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor. No que respeita à dívida pública, os ativos foram avaliados de acordo com os critérios definidos para a restante carteira de títulos;

- Passivos financeiros da componente de depósito e outos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento – os respetivos passivos em nível 3 são registados ao custo amortizado tendo por base as taxas de juro garantidas aos tomadores. O justo valor foi determinado tendo por base a estrutura temporal de taxa de juro sem risco e os custos imputados;

- Passivos subordinados – os respetivos passivos em nível 1 são inicialmente reconhecidos ao justo valor (menos os custos de transação diretamente atribuíveis) e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O justo valor foi determinado tendo por base a estrutura temporal de taxa de juro sem risco;

- Para as rubricas "Outros devedores por operações de seguros e outras operações", "Outros credores por operações de seguros e outras operações", "Depósitos recebidos de resseguradores" em nível 3 (na sua totalidade com partes relacionadas) e "Outros passivos financeiros", tendo em consideração que os respetivos ativos e passivos financeiros referidos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data de balanço.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado no Grupo estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento da empresa e/ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como o Grupo avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;

- as atividades relacionadas ao processo de investimento do Grupo, que vão da Strategic Asset Allocation (SAA) à Tactical Asset Allocation (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e reporting;

- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento do Grupo.

A composição de um adequado portfólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pelo Grupo e no seu apetite ao risco;

- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;

- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;

- adequados procedimentos de reporting.

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos do Grupo é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);

- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);

• **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;

• **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, benchmarks e limites de acordo com as atuais e futuras condições/ expectativas do mercado e capacidade interna de risco;

• **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento do Grupo são ainda determinantes:

1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos do Grupo é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portfólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco do Grupo e as suas necessidades de liquidez.

2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos do Grupo são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pelo Grupo, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um cash return regular, permitindo, assim, ao Grupo uma adequada gestão da sua liquidez.

3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira do Grupo é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis. As classes de ativos elegíveis para investimento pelo Grupo são:

• Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
• Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
• Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
• Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
• Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (swaps, forwards, futuros, etc.), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

4. Os limites de exposição

De forma a permitir ao Grupo, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de targets e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

• Classe de ativo;
• Qualidade creditícia e duração;
• Setor de atividade;

• Geografia;
• Concentração por posição;
• Moeda.

5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por **controlar e monitorizar a alocação de ativos**, face aos targets e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos targets e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos **mecanismos de controlo de perdas nos ativos**, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência. Assim, com base na evolução da time weighted return (TWR) e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um **processo de reporte** regular para os vários níveis do Grupo envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição ao risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	880.943.393	-	880.943.393	753.524.977	-	753.524.977
Ativos financeiros valorizados ao justo valor						
através de resultados	3.035.432.341	-	3.035.432.341	3.024.481.817	-	1.997.307.707
Ativos financeiros valorizados ao justo valor						
através de reservas	10.547.412.301	-	10.547.412.301	9.142.338.947	-	9.142.338.947
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	674.639.994	(8.969.103)	665.670.891	682.256.990	(9.197.650)	673.059.340
Outros devedores por operações de seguros						
e outras operações	918.569.227	(68.198.313)	850.370.914	898.210.602	(71.546.744)	826.663.858
Exposição máxima a risco de crédito	**16.056.997.256**	**(77.167.416)**	**15.979.829.841**	**14.500.813.333**	**(80.744.394)**	**13.392.894.829**

Qualidade de crédito

Nas classificações de risco apresentadas foi considerado o rating correspondente de acordo com a metodologia identificada na Nota 2.6. Os quadros seguintes apresentam a desagregação do valor de balanço a qual é apresentada de acordo com uma escala equivalente às da Standard & Poor's e Fitch.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor de balanço das aplicações financeiras tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

	2025				
	País de origem				
Classe de ativo	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	7.742.262	-	-	97.259.752	105.002.014
A- até A+	14.110.444	391.750.206	-	58.441.668	464.302.318
BBB- até BBB+	221.920.344	34.161.013	-	67.243.368	323.324.725
BB- até BB+	-	-	415	51.481.980	51.482.395
B- até B+	-	-	-	16.612.844	16.612.844
CCC- até CCC+	-	-	-	12.441.488	12.441.488
D	-	-	-	127.142	127.142
Sem rating	20.389.591	109.896.002	38.061.436	46.212.402	214.559.431
	264.162.641	**535.807.221**	**38.061.851**	**349.820.644**	**1.187.852.357**
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
A- até A+	1.574.698	-	-	-	1.574.698
	1.574.698	**-**	**-**	**-**	**1.574.698**
	265.737.339	**535.807.221**	**38.061.851**	**349.820.644**	**1.189.427.055**

(valores em euros)

	2024				
	País de origem				
Classe de ativo	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	6.696.970	-	-	94.377.291	101.074.261
A- até A+	28.602.020	318.020.359	-	70.069.184	416.691.563
BBB- até BBB+	151.779.019	32.624.794	-	46.772.634	231.176.447
BB- até BB+	-	-	421	42.102.110	42.102.531
B- até B+	-	-	-	23.515.764	23.515.764
CCC- até CCC+	-	-	-	30.215.127	30.215.127
CC- até CC+	-	-	-	492.647	492.647
Sem rating	17.554.838	78.755.324	16.586.825	53.687.708	166.584.695
	204.632.847	**429.400.477**	**16.587.246**	**361.232.465**	**1.011.853.035**
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
A- até A+	936.309	-	-	-	936.309
	936.309	**-**	**-**	**-**	**936.309**
	205.569.156	**429.400.477**	**16.587.246**	**361.232.465**	**1.012.789.344**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

	2025				
	País de origem				
Classe de ativo	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados					
Corporate					
AA- até AA+	-	10.751.242	1.063.193	-	11.814.435
A- até A+	2.946.606	57.905.473	8.534.457	14.299.687	83.686.223
BBB- até BBB+	23.140.917	303.121.414	81.157.081	60.259.961	467.679.373
BB- até BB+	6.123.560	116.162.796	13.355.965	16.080.858	151.723.179
B- até B+	-	35.658.504	2.824.391	24.621.029	63.103.924
CCC- até CCC+	39.075	2.225.589	2.382.945	14.782.166	19.429.775
Sem rating	136.910.708	371.920.678	35.961.325	293.001.790	837.794.501
	169.160.866	**897.745.696**	**145.279.357**	**423.045.491**	**1.635.231.410**
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	34.148.392	-	-	34.148.392
AA- até AA+	-	16.468.657	-	-	16.468.657
A- até A+	48.027.608	281.898.343	-	1.355.820	331.281.771
BBB- até BBB+	14.604.864	152.683.626	3.622.200	1.882.543	172.793.233

(continuação)

(valores em euros)

	2025				
	País de origem				
Classe de ativo	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
BB- até BB+	14.495.462	-	-	3.618.229	18.113.691
B- até B+	-	-	-	675.063	675.063
Sem rating	53.983.085	45.438.525	-	-	99.421.610
	131.111.019	**530.637.543**	**3.622.200**	**7.531.655**	**672.902.417**
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	-	6.743.667	4.008.298	-	10.751.965
A- até A+	-	133.433.120	48.892.606	29.793.300	212.119.026
BBB- até BBB+	22.262.539	270.273.187	56.128.162	47.979.693	396.643.581
BB- até BB+	4.401.513	62.900.783	4.445.734	13.298.834	85.046.864
B- até B+	-	480.120	-	911.063	1.391.183
Sem rating	-	-	-	21.289.421	21.289.421
	26.664.052	**473.830.877**	**113.474.800**	**113.272.311**	**727.242.040**
	326.935.937	**1.902.214.116**	**262.376.357**	**543.849.457**	**3.035.375.867**

(valores em euros)

	2024				
	País de origem				
Classe de ativo	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados					
Corporate					
AA- até AA+	-	12.565.484	5.515.609	3.433.492	21.514.585
A- até A+	16.917.971	105.837.549	11.406.424	28.610.247	162.772.191
BBB- até BBB+	83.984.482	394.315.891	96.754.159	151.884.569	726.939.101
BB- até BB+	42.471.687	240.896.813	33.168.144	48.483.099	365.019.743
B- até B+	1.977.167	73.738.757	17.570.315	26.316.801	119.603.040
CCC- até CCC+	2.817.632	3.608.583	2.278.011	5.260.945	13.965.171
Sem rating	81.102.687	97.248.915	310.373	137.320.210	315.982.185
	229.271.626	**928.211.992**	**167.003.035**	**401.309.363**	**1.725.796.016**
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	25.448.372	-	-	25.448.372
AA- até AA+	-	13.239.263	979.716	-	14.218.979
A- até A+	58.217.382	90.584.538	-	1.341.754	150.143.674
BBB- até BBB+	29.167.855	173.282.221	1.184.718	2.773.377	206.408.171
BB- até BB+	14.723.770	-	-	1.890.443	16.614.213
	141.263.967	**356.700.565**	**2.164.434**	**6.005.574**	**506.134.540**
Instituições Financeiras					
AAA	-	3.903.151	-	-	3.903.151
AA- até AA+	-	8.614.520	2.423.161	243.091	11.280.772
A- até A+	-	107.947.201	42.833.090	24.467.570	175.247.861
BBB- até BBB+	52.746.546	214.888.989	28.147.373	32.110.975	327.893.883
BB- até BB+	26.954.146	94.443.224	-	1.514.565	122.911.935
B- até B+	-	-	-	688.429	688.429
Sem rating	-	3.023.693	53.004.006	53.576.027	109.603.726
	79.700.692	**432.820.778**	**126.407.630**	**112.600.657**	**751.529.757**
Outros emitentes					
AA- até AA+	-	40.978.538	-	-	40.978.538
	-	**40.978.538**	**-**	**-**	**40.978.538**
	450.236.285	**1.758.711.873**	**295.575.099**	**519.915.594**	**3.024.438.851**

(valores em euros)

Classe de ativo	2025 País de origem Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Corporate					
AA- até AA+	-	9.260.356	25.986.731	3.768.714	39.015.801
A- até A+	339.917	142.109.054	67.654.452	112.667.671	322.771.094
BBB- até BBB+	5.389.938	787.804.289	502.354.924	722.600.580	2.018.149.731
BB- até BB+	14.462.047	106.170.761	106.216.317	209.516.465	436.365.590
B- até B+	990.484	98.868.773	44.163.644	49.619.708	193.642.609
CCC- até CCC+	-	3.183.144	590.795	41.284.223	45.058.162
Sem rating	-	2.030.371	-	1.377.343	3.407.714
	21.182.386	**1.149.426.748**	**746.966.863**	**1.140.834.704**	**3.058.410.701**
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	261.604.832	872.652	10.980.970	273.458.454
AA- até AA+	-	30.767.759	9.166.432	17.062.058	56.996.249
A- até A+	78.418.445	1.990.328.465	-	31.415.464	2.100.162.374
BBB- até BBB+	57.970.017	1.600.476.774	24.965.217	624.475.605	2.307.887.613
BB- até BB+	18.136.102	-	-	2.727.909	20.864.011
B- até B+	-	-	-	4.753.453	4.753.453
CCC- até CCC+	-	-	-	63.341.752	63.341.752
	154.524.564	**3.883.177.830**	**35.004.301**	**754.757.211**	**4.827.463.906**

(continuação)

(valores em euros)

Classe de ativo	2025 País de origem Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	7.422.296	7.422.296
AA- até AA+	-	2.223.376	77.914.593	50.096.991	130.234.960
A- até A+	-	435.601.276	237.919.949	539.362.045	1.212.883.270
BBB- até BBB+	59.139.898	568.310.871	146.767.884	276.314.387	1.050.533.040
BB- até BB+	-	-	-	233.698.979	233.698.979
B- até B+	-	-	-	5.215.758	5.215.758
	59.139.898	**1.006.135.523**	**462.602.426**	**1.112.110.456**	**2.639.988.303**
Outros emitentes					
AAA	-	11.646.041	-	-	11.646.041
AA- até AA+	-	-	-	7.936.051	7.936.051
Sem rating	-	-	-	1.967.296	1.967.296
	-	**11.646.041**	**-**	**9.903.347**	**21.549.388**
	234.846.848	**6.050.386.142**	**1.244.573.590**	**3.017.605.718**	**10.547.412.298**

(valores em euros)

Classe de ativo	2024 País de origem Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Corporate					
AA- até AA+	-	4.169.919	4.325.921	4.445.861	12.941.701
A- até A+	-	92.819.348	47.776.471	128.004.531	268.600.350
BBB- até BBB+	10.785.963	626.073.080	529.986.303	702.233.432	1.869.078.778
BB- até BB+	18.682.707	75.454.733	165.807.502	261.235.819	521.180.761
B- até B+	-	-	-	34.299.126	34.299.126
Sem rating	-	-	-	20.376.091	20.376.091
	29.468.670	**798.517.080**	**759.009.369**	**1.200.355.069**	**2.787.350.188**
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	345.868.254	16.832.294	12.718.115	375.418.663
AA- até AA+	-	505.680.345	14.852.892	42.006.209	562.539.446
A- até A+	114.489.113	257.523.882	-	25.789.973	397.802.968
BBB- até BBB+	62.985.302	1.911.056.318	11.983.846	571.723.953	2.557.749.419
BB- até BB+	18.557.377	-	-	3.074.445	21.631.822
B- até B+	-	-	-	4.567.038	4.567.038
CCC- até CCC+	-	-	-	62.530.610	62.530.610
	196.031.792	**3.020.128.799**	**43.669.032**	**722.410.343**	**3.982.239.966**

(continuação)

(valores em euros)

Classe de ativo	2024 País de origem Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	8.424.006	8.424.006
AA- até AA+	-	1.642.619	44.296.216	5.945.285	51.884.120
A- até A+	-	353.002.677	212.209.854	484.086.191	1.049.298.722
BBB- até BBB+	38.648.423	420.993.402	113.253.989	286.196.504	859.092.318
BB- até BB+	37.181.786	7.853.834	3.211.246	252.429.660	300.676.526
	75.830.209	**783.492.532**	**372.971.305**	**1.037.081.646**	**2.269.375.692**
Outros emitentes					
AAA	-	36.285.988	-	-	36.285.988
AA- até AA+	-	57.352.926	-	7.912.291	65.265.217
	-	**93.638.914**	**-**	**9.734.187**	**103.373.101**
	301.330.671	**4.695.777.325**	**1.175.649.706**	**2.969.581.245**	**9.142.338.947**

(valores em euros)

Classe de ativo	2025 País de origem Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado					
Corporate					
B- até B+				213.586	213.586
Sem rating	81.170	105.274.991	20.026.753	53.578.184	178.961.098
	81.170	**105.274.991**	**20.026.753**	**53.791.770**	**179.174.684**
Governos e outras autoridades locais					
A- até A+	160.290.550	-	-	-	160.290.550
B- até B+	-	-	-	14.194.048	14.194.048
CCC- até CCC+	-	-	-	1.037.368	1.037.368
	160.290.550	**-**	**-**	**15.231.416**	**175.521.966**
Instituições Financeiras					
Sem rating	-	-	-	861.059	861.059
	-	**-**	**-**	**861.059**	**861.059**
	160.290.550	**105.274.991**	**20.026.753**	**69.884.245**	**355.557.709**

(valores em euros)

	2024				
	País de origem				
Classe de ativo	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado					
Corporate					
Sem rating	-	104.466.357	6.038.646	28.780.568	139.285.571
	-	**104.466.357**	**6.038.646**	**28.780.568**	**139.285.571**
Governos e outras autoridades locais					
A- até A+	218.235.481	-	-	-	218.235.481
B- até B+	-	-	-	14.149.780	14.149.780
CCC- até CCC+	-	-	-	2.036.997	2.036.997
Sem rating	-	-		55.797	55.797
	218.235.481	**-**	**-**	**16.242.574**	**234.478.055**
Instituições Financeiras					
Sem rating	-	-	-	817.080	817.080
	-	**-**	**-**	**817.080**	**817.080**
	218.235.481	**104.466.357**	**6.038.646**	**45.840.222**	**374.580.706**

(valores em euros)

Classe de ativo	2025 País de origem Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Corporate				
Sem rating	-	-	1.596.020	1.596.020
	-	**-**	**1.596.020**	**1.596.020**
Governos e outras autoridades locais				
A- até A+	160.290.550	-	-	160.290.550
B- até B+	-	-	14.194.048	14.194.048
CCC- até CCC+	-	-	1.037.368	1.037.368
	160.290.550	**-**	**15.231.416**	**175.521.966**
Instituições Financeiras				
Sem rating	-	-	861.059	861.059
	-	**-**	**861.059**	**861.059**
	160.290.550	**-**	**17.688.495**	**177.979.045**

(valores em euros)

Classe de ativo	2024 País de origem Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Corporate				
Sem rating	-	-	1.614.274	1.614.274
	-	**-**	**1.614.274**	**1.614.274**
Governos e outras autoridades locais				
A- até A+	218.235.481	-	-	218.235.481
B- até B+	-	-	14.149.780	14.149.780
CCC- até CCC+	-	-	2.036.997	2.036.997
	218.235.481	**-**	**16.242.574**	**234.478.055**
Instituições Financeiras				
Sem rating	-	-	817.080	817.080
	-	**-**	**817.080**	**817.080**
	218.235.481	**-**	**18.673.928**	**236.909.409**

Risco de liquidez

O Grupo tem uma política de gestão de ativo e passivo e liquidez de forma a gerir o risco de liquidez, incluindo um plano de contingência em caso de necessidade. Esta política é monitorizada mensalmente e contempla também cenários de stress de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fluxos de caixa previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2025									
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	883.939.635	-	-	-	-	-	-	-	-	883.939.635
Ativos financeiros valorizados										
ao justo valor através										
de resultados	142.824.988	90.867.251	212.254.217	220.079.919	1.393.971.214	434.502.207	447.201.426	248.630.879	2.741.130.789	5.931.462.891
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	10.411.925	10.411.925
Ativos financeiros valorizados										
ao justo valor através										
de reservas	298.901.994	371.373.258	647.400.576	440.866.426	2.675.583.853	1.835.571.762	4.735.980.857	1.094.842.388	156.822.993	12.257.344.109
Ativos financeiros valorizados										
ao custo amortizado	128.079.626	112.369.366	18.091.362	98.714.942	61.565.304	166.305.866	108.493.325	5.500.724	-	699.120.515
Outros devedores por										
operações de seguros										
e outras operações	850.370.914	-	-	-	-	-	-	-	-	850.370.914
	2.304.117.157	**574.609.875**	**877.746.156**	**759.661.287**	**4.131.120.372**	**2.436.379.834**	**5.291.675.609**	**1.348.973.992**	**2.908.365.708**	**20.632.649.989**
Passivo										
Passivos financeiros										
valorizados ao justo valor										
através de resultados	3.469.552	2.730.442	9.150.095	31.251	2.874.062	-	-	-	5.462.273	23.717.675
Passivos financeiros da										
componente de depósito										
de contratos de seguros e de										
contratos de seguro e										
operações considerados para										
efeitos contabilísticos como										
contratos de investimento	287.702.514	168.089.059	320.269.122	944.419.916	3.200.765.974	3.125.145.973	1.522.167.099	2.161.921.515	1.394.115	11.731.875.287
Passivos subordinados	-	-	19.375.000	540.625.000	77.500.000	519.375.000	-	-	-	1.156.875.000
Depósitos recebidos										
de resseguradores	-	-	-	71.854.345	-	-	-	-	-	71.854.345
Outros passivos financeiros	-	502.927	158.627	34.320.521	111.806.705	236.030.904	90.273.806	94.137.520	7.357.797	574.588.807
Outros credores por operações										
e seguros e outras operações	1.038.925.588	-	-	-	-	-	-	-	-	1.038.925.588
	1.330.097.653	**171.322.428**	**348.952.844**	**1.591.251.033**	**3.392.946.742**	**3.880.551.877**	**1.612.440.905**	**2.256.059.035**	**14.214.185**	**14.597.836.702**
	974.019.504	**403.287.447**	**528.793.312**	**(831.589.747)**	**738.173.630**	**(1.444.172.042)**	**3.679.234.704**	**(907.085.044)**	**2.894.151.523**	**6.034.813.287**

(valores em euros)

	2024									
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	755.954.982	-	-	-	-	-	-	-	-	755.954.982
Ativos financeiros valorizados										
ao justo valor através										
de resultados	21.918.412	31.161.208	44.655.346	168.712.440	1.487.885.668	781.384.337	389.343.853	1.117.913.869	2.294.680.974	6.337.656.107
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	1.893.457	1.893.457
Ativos financeiros valorizados										
ao justo valor através										
de reservas	155.018.041	329.732.266	257.465.192	647.451.732	2.666.645.457	2.283.969.024	3.173.070.033	1.129.178.290	123.816.865	10.766.346.899
Ativos financeiros valorizados										
ao custo amortizado	73.652.234	140.616.331	22.876.617	76.152.190	150.999.201	130.636.869	93.694.252	2.706.123	-	691.333.818
Outros devedores por										
operações de seguros										
e outras operações	826.663.859	-	-	-	-	-	-	-	-	826.663.859
	1.833.207.528	**501.509.805**	**324.997.155**	**892.316.362**	**4.305.530.326**	**3.195.990.230**	**3.656.108.137**	**2.249.798.282**	**2.420.391.295**	**19.379.849.120**
Passivo										
Passivos financeiros										
valorizados ao justo valor										
através de resultados	2.184.258	48.158.929	7.258.573	2.543.353	26.378.288	130.868	-	-	-	86.654.268
Passivos financeiros da										
componente de depósito										
de contratos de seguros e de										
contratos de seguro e										
operações considerados para										
efeitos contabilísticos como										
contratos de investimento	349.449.377	191.135.739	293.556.168	915.382.890	2.664.018.690	3.040.316.491	1.357.905.561	1.816.871.294	-	10.628.636.210
Passivos subordinados	-	-	19.375.000	40.625.000	598.750.000	558.125.000	-	-	439.227.886	1.656.102.886
Depósitos recebidos										
de resseguradores	-	-	-	59.737.417	-	-	-	-		59.737.417
Outros passivos financeiros	20.000	25.779.130	21.160.599	43.719.679	118.050.219	165.527.528	92.268.602	76.619.119	25.000	543.169.875
Outros credores por operações										
de seguros e outras operações	935.397.771	-	-	-	-	-	-	-	-	935.397.771
	1.287.051.406	**265.073.798**	**341.350.340**	**1.062.008.339**	**3.407.197.197**	**3.764.099.887**	**1.450.174.162**	**1.893.490.413**	**439.252.886**	**13.909.698.427**
	546.156.121	**236.436.007**	**(16.353.184)**	**(169.691.977)**	**898.333.129**	**(568.109.656)**	**2.205.933.975**	**356.307.869**	**1.981.138.409**	**5.470.150.693**

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos uma vez que dizem respeito a fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos fluxos de caixa previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgações aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificados como exigíveis à vista, incluídos na maturidade Até 1 mês;

- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade Até 1 mês;

- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade Indeterminado;

- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;

- Os montantes registados na rubrica Depósitos recebidos de resseguradores correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;

- Os Derivados de Cobertura foram classificados com maturidade Indeterminado, por se tratar de contratos de futuros e forwards cambiais;

- Para o cálculo dos fluxos de caixa previsionais dos Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;

- No apuramento dos fluxos de caixa previsionais das responsabilidades do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:

    - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos do Grupo;

    - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;

    - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos-valias potenciais;

    - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados no ano.

Risco de mercado

A Companhia realiza regularmente análises de sensibilidade a um conjunto de fatores que podem influenciar materialmente a valorização dos ativos (alargamento dos spreads, movimentos no preço das ações e do imobiliário) no âmbito da monitorização da sua posição de solvência. Estes resultados são disponibilizados à equipa de gestão e à entidade de supervisão (através do Exercício de Auto Avaliação do Risco e da Solvência).

Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o impacto nos capitais próprios sem efeito fiscal (reservas de reavaliação e resultados) à sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(valores em euros)

	2025				
	Valor de balanço	Variação +100 bp's		Variação -100 bp's	
		Impacto em Resultado	Impacto em Capital Próprio	Impacto em Resultado	Impacto em Capital Próprio
Ativo					
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de resultados	396.389.214	(5.214.040)	-	5.184.162	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de reservas	10.340.055.293	-	(430.429.880)	-	474.429.980
	10.736.444.507	**(5.214.040)**	**(430.429.880)**	**5.184.162**	**474.429.980**

(valores em euros)

	2024				
	Valor de balanço	Variação +100 bp's		Variação -100 bp's	
		Impacto em Resultado	Impacto em Capital Próprio	Impacto em Resultado	Impacto em Capital Próprio
Ativo					
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de resultados	356.467.627	(2.826.054)	-	2.692.581	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor					
através de reservas	9.142.338.947	-	(370.122.222)	-	407.164.609
	9.498.806.574	**(2.826.054)**	**(370.122.222)**	**2.692.581**	**407.164.609**

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os fluxos de caixa futuros atualizados considerando a respetiva YTM, com variações positivas e negativas de 100 bp's, nas respetivas yields.

Relativamente aos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, apenas é apresentada a sensibilidade aos ativos não afetos aos produtos Unit-linked dado que quaisquer variações de justo valor nos ativos são automaticamente refletidas nas responsabilidades decorrentes de contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Unit-linked).

Importa referir que o impacto das alterações das taxas de juros nos instrumentos financeiros, têm um impacto de natureza inversa nos passivos decorrentes de contratos de seguro, tal como evidenciado na Nota 47.

Risco de Moeda

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(valores em euros)

	2025				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	640.152.401	27.323.172	-	216.464.062	883.939.635
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	4.028.851.981	-	-	1.850.804.146	5.879.656.127
Derivados de cobertura	13.903	-	-	10.398.022	10.411.925
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	8.750.387.128	-	-	1.953.848.164	10.704.235.292
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	492.707.094	-	-	172.963.798	665.670.891
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	321.971.159	1.459.020	-	526.940.735	850.370.914
	14.234.083.666	**28.782.192**	**-**	**4.731.418.928**	**18.994.284.786**
Passivo					
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	18.747.074	-	-	4.970.601	23.717.675
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados					
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	9.285.468.468	-	-	2.024.283.334	11.309.751.802
Derivados de cobertura	3.277.270	-	-	-	3.277.270
Passivos subordinados	1.006.267.138	-	-	-	1.006.267.138
Depósitos recebidos de resseguradores	69.831.747	-	-	2.022.598	71.854.345
Outros passivos financeiros	946.020.510	518.186	-	32.430.861	978.969.557
Outros credores por operações de seguros e outras operações	451.784.881	1.578.972	-	585.561.735	1.038.925.588
	11.781.397.088	**2.097.157**	**-**	**2.649.269.129**	**14.432.763.374**

(valores em euros)

	2024				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	442.327.421	110.832.958	1.313.892	201.480.710	755.954.982
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	4.234.197.900	418.350.920	32.353.343	641.514.660	5.326.416.824
Derivados de cobertura	985.579	895.470	-	12.408	1.893.457
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	6.164.621.496	1.508.879.002	42.885.018	1.691.707.814	9.408.093.329
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	444.275.264	54.746.450	4.800.591	169.237.036	673.059.340
Contas a receber por operações de seguro direto e resseguro	309.511.837	83.478.956	14.333	433.658.733	826.663.859
	11.595.919.497	**2.177.183.755**	**81.367.177**	**3.137.611.361**	**16.992.081.790**
Passivo					
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	30.021.234	49.931.397	-	1.190.619	81.143.249
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados					
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.668.440.203	208.699.263	-	873.714.518	9.750.853.984
Derivados de cobertura	10.599.775	2.428.940	-	21.658	13.050.374
Passivos subordinados	1.004.455.911	-	-	-	1.004.455.911
Depósitos recebidos de resseguradores	58.585.686	-	-	1.151.732	59.737.418
Outros passivos financeiros	688.793.678	40.236.759	-	40.532.208	769.562.645
Contas a pagar por operações de seguro direto e resseguro	627.610.409	197.017.022	-	110.770.340	935.397.771
	11.088.506.896	**498.313.381**	**-**	**1.027.381.074**	**12.614.201.351**

Conforme descrito na Nota 7, o Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição às flutuações do risco cambial EUR/USD, EUR/GBP, EUR/JPY, EUR/USD. Assim, o impacto da sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo com exposição ao risco cambial a variações positivas e negativas é reduzido.

47. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

47.1. Subscrição de riscos

Os princípios de aceitação de riscos são descritos na Política de Subscrição, aprovada a 24/01/2024, a qual responde aos requisitos estabelecidos para a gestão de riscos de subscrição no Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

A Política de Subscrição divide, num primeiro nível, os riscos em duas categorias:

- Riscos Não Aceitáveis: aqueles que, em situação alguma, o Grupo estará disponível para aceitar e que se encontram listados na Política;

- Riscos Aceitáveis: aqueles que o Grupo poderá aceitar, após a avaliação adequada das suas características, nas condições definidas por entidade com delegação para tal.

Tendo em conta a diversidade de tipologia de riscos, a subscrição e gestão de riscos aceitáveis encontra-se estruturada em dois tipos de aceitação:

- Subscrição técnica;

- Aceitação delegada nos Canais de Distribuição Internos e Externos.

O modelo de delegação de competências contempla até a um máximo de 12 níveis de aceitação (máximo de 9 níveis técnicos, que inclui Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição (CAAPS), 4 níveis de delegação nos canais comerciais internos e/ou 1 nível de aceitação delegada nos canais externos). No entanto, um processo de aceitação pretende-se ágil, pelo que, não deve ter intervenção de mais de 4 níveis. O processo deve, no entanto, garantir o conhecimento do risco por parte de todos os níveis da estrutura envolvida.

Cada nível de aceitação dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo tipo de aceitação de riscos, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada nos canais de distribuição internos e externos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulado standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição, algoritmos que identificam riscos que exigem análise técnica cuidada e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro tipo de aceitação de riscos, o de Subscrição Técnica, corresponde às Direções de Negócio – órgãos de estrutura responsáveis pela gestão dos ramos de negócio, desde o desenho de produtos à gestão de sinistros, passando pela subscrição e gestão de carteira – e ao CAAPS, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções de Negócio estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado integrados numa equipa que presta apoio na estimação do risco técnico a todas as diversas Direções. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções de Negócio, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções de Negócio têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções de Negócio, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

47.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a seleção e revisão de condições da carteira de apólices, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica. Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

Com o objetivo específico de definir e rever as políticas tarifárias e ajustar critérios de delegação de descontos e gestão de carteira, realizam-se, com periodicidade tendencialmente mensal, reuniões em que participam membros da Comissão Executiva e responsáveis das áreas de Negócio, Comerciais, Operações, Marketing e Pricing.

47.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção da Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Líquido de resseguro

Concentração e mitigação dos riscos

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, o Grupo possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

Existe um tratado específico do tipo Excess of Loss para garantia de riscos catastróficos, com uma prioridade de 15.000.000 Euros para eventos não sísmicos e de 60.000.000 Euros para eventos sísmicos, e com capacidade de 600.000.000 Euros.

Na Fidelidade 50,18% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I e II, as mais gravosas em termos de risco sísmico.

Riscos de Seguros

O Grupo subscreve contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;

- Alterações climáticas e catástrofes naturais;

- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;

- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices do Grupo e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. O Grupo efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

O Grupo também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos não vida

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades do Grupo é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

• Alteração nos fatores de mercado tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;

• Condições económicas;

• Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias das apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;

• Fatores externos nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

A valoração contabilística das responsabilidades associadas a contratos de seguros é efetuada de acordo com a IFRS 17. Conforme referido na nota 2.13., o Grupo adotou o modelo de imputação de prémios PAA para os produtos não vida. Este método é uma simplificação do modelo de mensuração General Measurement Model (GMM), podendo ser aplicado: (i) aos contratos de seguro com período de vigência igual ou inferior a um ano; e, (ii) aos contratos de seguro com período de vigência superior a um ano, sempre que seja expectável que este método origine uma avaliação das responsabilidades por cobertura remanescente que não difira materialmente da produzida aplicando o GMM.

A avaliação dos passivos de contratos de seguros compreende a mensuração de:

• Responsabilidades de serviços futuros – Liability for Remaining Coverage (LRC);

• Responsabilidades de serviços passados - Liability for Incurred Claims (LIC);

• Valor atual estimado dos fluxos de caixa; e,

• Ajustamento de Risco.

A mensuração dos passivos de serviços passados, independentemente da metodologia usada, corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa associados aos sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR e ao ajustamento de risco correspondente ao risco não financeiro dos contratos de seguros, nos termos do parágrafo 40 da norma IFRS17.

Valor estimado dos fluxos de Caixa (determinação das responsabilidade de serviços passados)

Ramos Não Vida e Assistência Temporária de Acidentes de Trabalho

No cálculo do valor estimado dos fluxos de caixa de seguro direto são construídas matrizes de run-off trimestrais, com base em informação recolhida dos sistemas operacionais do Grupo, sendo a informação obtida validada e reconciliada com os registos contabilísticos, assegurando-se assim a fiabilidade da informação usada.

As matrizes são analisadas com a finalidade de detetar eventuais evoluções atípicas nos padrões de desenvolvimento implícitos, procedendo-se, se necessário, a ajustamentos nomeadamente: (i) separação da informação relativa a sinistros grandes, os quais são considerados caso a caso, ou através da construção de matriz de run-off específica, caso o seu número ou custo associado seja relevante; e, (ii) tratamento por forma a obviar efeitos pontuais de alterações na gestão administrativa dos sinistros, irrepetíveis e que por isso não deverão condicionar a estimativa dos cash-flows futuros.

Para obtenção dos cash-flows futuros são aplicados vários métodos determinísticos e estocásticos, baseados no Chain-Ladder, com ajustamentos nos fatores por forma a apresentarem uma melhor aderência à realidade da matriz. Os valores de montantes pagos históricos das matrizes de run-off são transformados a preços constantes através da utilização do índice de preços harmonizado. Aos cash-flows futuros obtidos a partir destas matrizes a preços constantes aplicam-se as estruturas de inflação futuras publicadas pelo Banco de Portugal, bem como a estrutura de taxas de juro sem risco estabelecidas no Regulamento de Execução (UE) 2025/216 da Comissão, de 6 de fevereiro de, com o ajustamento de volatilidade, tal como referido na nota 2.13.

Para os anos anteriores ao primeiro ano das matrizes de run-off e para o resseguro aceite, consideram-se como adequados os valores das responsabilidades registadas de acordo com os critérios da IFRS 4, aos quais são aplicados padrões de pagamentos futuros. Estes cash-flows são posteriormente inflacionados e descontados.

Na componente das despesas de regularização de sinistros são construídas matrizes de custos de gestão de sinistros, com base nos valores registados contabilisticamente, os quais são redistribuídos de acordo com número de sinistros geridos em cada um dos anos considerados.

O desenvolvimento dos últimos 10 anos dos montantes pagos dos ramos Não Vida, líquidos de reembolsos de seguro direto e resseguro aceite é como segue:

MONTANTES PAGOS LÍQUIDOS DE REEMBOLSOS (VALORES ACUMULADOS) (*)
SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE

(valores em euros)

ANOS DECORRIDOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
0	477.307.154	525.104.731	564.765.776	613.591.206	561.560.490	688.885.784	770.721.445	895.178.802	992.288.992	1.058.870.758
1	668.691.448	752.850.304	790.133.454	855.973.344	770.525.712	986.846.425	1.097.223.844	1.281.571.175	1.378.829.030	
2	744.354.371	798.285.139	826.681.250	897.424.770	807.022.956	1.037.475.824	1.158.853.718	1.359.740.738		
3	788.463.645	816.931.041	844.399.566	922.842.462	827.341.932	1.058.361.211	1.187.213.897			
4	799.661.645	828.726.072	860.532.730	948.435.580	837.282.179	1.035.200.684				
5	808.646.641	835.289.000	868.523.560	959.547.552	826.640.640					
6	813.452.402	841.956.855	872.612.853	907.682.077						
7	814.533.363	850.482.476	880.330.353							
8	818.217.033	851.733.895								
9	821.164.942									

(*) Estes montantes não incluem nem Pensões nem Assistência Vitalícia.

Acidentes de Trabalho – Pensões e Assistência Vitalícia – (apenas aplicável ao negócio em Portugal)

Os passivos de contratos de seguro direto de serviços passados, compreendem e são mensurados com a seguinte desagregação:

- Pensões – (i) conciliadas, homologadas e definidas (pensões declaradas); (ii) pensões presumíveis; e, (iii) fundo de Acidentes de Trabalho;

- Assistência Vitalícia - (i) assistência vitalícia declarada; e, (ii) assistência vitalícia presumível.

Em 31 de dezembro de 2025, os principais pressupostos utilizados para determinar as responsabilidades por serviços passados das pensões são as seguintes:

Ano	Tipo de Remição	Género	Tábua	Juro	Encargos	Inflação
2025 IFRS 17	Obrigatoriamente remíveis	-	TB 88/90	Taxas de Juro sem risco com ajustamento de volatilidade (*)	2,40%	-
	Não obrigatoriamente remíveis	Homens	INE 2022/2024 Masculina		3%	-
		Mulheres	INE 2022/2024 Feminina			

(*) Estabelecida no Regulamento de Execução (EU) 2025/16 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2025, conforme nota 2.11

Pensões homologadas, conciliadas e definidas

Para os pensionistas não obrigatoriamente remíveis, é apurado um fluxo de pagamentos mensais, tendo em conta a probabilidade de o pensionista estar vivo em cada momento, que é posteriormente anualizado. No cálculo das probabilidades assume-se a distribuição uniforme das mortes ao longo do ano.

Para os pensionistas obrigatoriamente remíveis, é calculado um capital de remição com base na tábua de mortalidade TD88/90 com uma taxa de juro de 5,25%. Este capital é posteriormente transformado em pagamentos futuros anuais através da cadência histórica observada nos pagamentos das pensões obrigatoriamente remíveis. Posteriormente estes fluxos são descontados aplicando a curva sem risco com ajustamento de volatilidade, estabelecida no Regulamento de Execução (UE) 2025/216 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2025.

Pensões Presumíveis

A determinação da responsabilidade para pensões presumíveis resulta do somatório da: (i) estimativa para sinistros IBNR (incurred but not reported) e IBNER (incurred but not enough reported); (ii) estimativa para agravamento de pensão definida a homologada; e, estimativa para revisões de processos já homologados (revisão de incapacidades).

As responsabilidades para pensões presumíveis inclui igualmente uma a avaliação das situações em que as pensões que já se encontrando homologadas são revistas (revisão de incapacidades), sofrendo um incremento ou uma redução do seu valor inicial, que se estima ser 2%. Este agravamento é aplicado aos passivos associados às pensões em vigor e das presumíveis, como forma de apurar a responsabilidade com revisões futuras.

Responsabilidades com Serviços Passados - Assistência Vitalícia – (apenas aplicável ao negócio em Portugal)

A mensuração das responsabilidades com serviços passados de assistência vitalícia (AV) realiza-se com a seguinte segregação: (i) assistência vitalícia declarada; e, (ii) assistência vitalícia presumível.

Em 31 de dezembro de 2025, os principais pressupostos utilizados para determinar as responsabilidades por serviços passados com a assistência vitalícia são as seguintes:

Ano	Tipo de Sinistrado AV	Género	Tábua	Juro	Encargos	Inflação
2025 IFRS 17	Grandes inválidos (***)	Homens	300% da INE 2022/2024 Masculina	Taxas de Juro sem risco com ajustamento de volatilidade (*)	2,00%	2026 - 2,1% >2026 - 2% (**)
		Mulheres	300% da INE 2022/2024 Feminina			
	Não grandes inválidos	Homens	INE 2022/2024 Masculina			
		Mulheres	INE 2022/2024 Feminina			

(*) Estabelecida no Regulamento de Execução (UE) 2025/216 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2025

(**) Índice de preços harmonizados divulgado no Boletim Económico do Banco de Portugal de janeiro de 2025

(***) sinistrados cujo pagamento médio, a preços constantes do ano de análise, é superior a 10.000 euros

Assistência Vitalícia Presumível – (apenas aplicável ao negócio em Portugal)

As responsabilidades são determinadas com base no número de assistências vitalícias ainda por declarar, estimadas com base em matrizes de run-off e na responsabilidade média obtida a partir das assistências vitalícias já declaradas com mais de 5 anos.

Acidentes de trabalho – (aplicável ao negócio no Perú)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a constituição das responsabilidades com serviços passados associadas aos seguros de rendas do Sistema Privado de Pensões (SPP) e do Seguro Complementar de Trabalho de Risco (SCTR) é determinada com base na Resolução SBS nº 886-2018 de 7 de março de 2018, emitida pelo regulador, com as seguintes tábuas de mortalidade:

- SPP-S-2017 (homens e mulheres saudáveis), no caso de pensionistas, reformados antecipados e beneficiários em substituição das tábuas de mortalidade RV-2004 modificadas e B-85 ajustadas para homens e mulheres;

- SPP-I-2017 (homens e mulheres com estatuto de invalidez) no caso dos pensionistas por invalidez parcial e total, substituindo as tábuas de mortalidade B-85 e MI-85 ajustadas para homens e mulheres.

Ajustamento de Risco

De acordo com os números 37 e BC208 da IFRS 17, o ajustamento de risco corresponde à compensação pela incerteza associada ao montante e momento dos cash flows resultantes de risco não financeiro. Adicionalmente o parágrafo BC215, refere que o ajustamento de risco reflete a perceção da entidade relativamente à sua a aversão ao risco e que grupos de contratos similares podem ter diferentes ajustamentos de risco. Para cálculo do ajustamento de risco, foi usada a abordagem Value at Risk (VaR), quantificando as perdas potenciais decorrentes de riscos não financeiros, com um nível de confiança de 75%.

Análise de sensibilidade

O Grupo considerou como pressupostos significativos na determinação do valor atual dos passivos por serviços passados: (i) taxa de desconto; (ii) inflação e (iii) longevidade no que respeita ao ramo Acidentes de Trabalho, que inclui Pensões, FAT e Assistência Vitalícia.

A análise de sensibilidade aos pressupostos significativos associados à determinação das responsabilidades por serviços passados do risco de seguros não vida, líquidos de resseguro cedido e de reembolsos, é como segue:

(valores em euros)

Cenários	Impacto em Capitais Próprios (incluindo Resultados) 2025	2024
Redução de 1% na taxa de desconto no valor atual dos fluxos de caixa futuros	(166.249.146)	(169.820.852)
Aumento de 1% na taxa de desconto no valor atual dos fluxos de caixa futuros	138.562.951	140.533.410
Aumento de 1% na taxa de inflação no valor atual dos fluxos de caixa futuros (*)	(12.317.424)	(45.099.542)
Aumento de 20% na longevidade dos segurados do ramo de Acidentes de Trabalho (**)	(57.982.001)	(70.886.907)

(*) No que diz respeito aos Acidentes de Trabalho, apenas a Assistência Temporária e Vitalícia são inflacionadas.

(**) Este choque apenas foi aplicado às componentes de longo prazo, que incluem Pensões, FAT e Assistência Vitalícia.

47.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco de contratos de seguro estão em consonância com a natureza dos seguros e capitais dos riscos a segurar, distinguindo-se essencialmente entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multirriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Outros.

O cumprimento de Normas de Subscrição está intrinsecamente associado aos contratos disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de riscos e sua tarifação.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

No cumprimento da sua política de Resseguro, o Grupo tem recorrido à cedência de riscos via Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro quando se revelam necessárias para uma proteção de Resseguro adequada dos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Outros Danos, Engenharia e Aviação, o Grupo tem Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo considerada suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

As acumulações resultantes da Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza, de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes deste tipo em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário com um período de retorno de 390 anos, o que é inusual em mercados com exposição catastrófica.

As acumulações resultantes de catástrofes naturais que não as referentes a fenómenos sísmicos são protegidas por um Tratado de Excesso de Perdas, sendo a Retenção e a Capacidade definidas com base no histórico de eventos ocorridos nos últimos 15 anos e na capacidade financeira do Grupo.

Os ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil são protegidos por tratados de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para diferentes níveis da mesma.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços. Este processo de seleção requer uma constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de Rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de rating atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de Rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O rating mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de A-.

47.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 17, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 17 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

Bases técnicas para a determinação da responsabilidade de serviços futuros

Com referência a 31 de dezembro de 2025, as tábuas de mortalidade consideradas na avaliação de cerca 95% de produção do Grupo foram as abaixo indicadas, não tendo sido alteradas relativamente a 2024:

Portugal

Tipo de produto	Modelo de mensuração	1º Ano apólice	Anos seguintes
Rendas (**)	GMM	FMIB2011 (*)	
Capitalização		35% da Tábua INE 2022/2024	
Risco		123% da tábua INE 2022/2024	30% da tábua INE 2022/2024
Resseguro	PAA	Seguro de Funeral 100% das taxas fornecidas pelo ressegurador	

*Tábua interna da Companhia

** Relativamente ao produto rendas de Espanha, a Companhia utiliza a tábua de mortalidade PER2020.

A tábua de mortalidade FMIB -2011 carateriza-se por ser uma tábua geracional e baseia-se na tábua austríaca AVO2005.

Perú

Modalidade	Tábuas (*)
Anuidades	- Apólices emitidas até agosto de 2006: RV-85, B-85 e MI-85.
	- Apólices emitidas de setembro de 2006 a maio de 2011: RV-2004 modificada, B-85 e MI-85.
	- Apólices emitidas a partir de junho de 2011: RV-2004 modificada ajustada, B-85 ajustada e MI-85.
	- Apólices emitidas a partir de janeiro de 2019: SPP-S-2017 e SPP-I-2017.
Rendas particulares	- Apólices emitidas desde janeiro de 2019: SPP-S-2017 e SPP-I-2017.
Vida individual	- CSO 2017 ajustada por faixa etária, a partir de janeiro de 2023.
	- CSO 1980 ajustada para 54,5% até dezembro de 2022.

(*) Corresponde às tábuas de mortalidade autorizadas pela Superintendencia de Banca, Seguros Y AFP.

Anuidades

As responsabilidades para anuidades é a soma do valor atual dos fluxos dos passivos atuariais, utilizando a taxa de custo equivalente, consoante a moeda e a cobertura em que estes passivos estão expressos. Para cada moeda, cobertura e apólice, a taxa de custo equivalente é determinada como o valor mais baixo entre a taxa de venda da apólice, a taxa média de venda do mercado e a taxa livre de risco no início da apólice. A taxa de custo equivalente mantém-se constante ao longo da vida da apólice.

Rendas particulares

Corresponde ao passivo decorrente de um produto de seguro de vida com um prémio único e uma duração conhecida, que pode ir até um máximo de 15 anos a contar da data de início do contrato.

De referir que para este tipo de contrato, a Companhia compromete-se a pagar uma renda mensal durante i) a vigência da apólice; ii) período garantido da renda; iii) devolução do prémio no final do período; e iv) indemnização por funeral ou falecimento, conforme acordado com o tomador do seguro, desde que o evento seguro ocorra durante a vigência do contrato.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade aos pressupostos significativos associados à determinação das responsabilidades por serviços futuros do risco de seguros associado ao seguro direto e resseguro aceite, é como segue:

(valores em euros)

Cenários	Impacto em Capitais Próprios (incluindo Resultados) 2025	2024
Redução de 1% na taxa de desconto no valor atual dos fluxos de caixa futuros	(156.126.457)	(171.526.981)
Aumento de 1% na taxa de desconto no valor atual dos fluxos de caixa futuros	130.179.734	126.887.726
Aumento de 10% nas despesas sobre os portfólios mensurados por GMM e GMMm	(4.981.456)	(6.945.560)
Aumento de 10% na mortalidade dos segurados do ramo Vida sobre os portfólios mensurados por GMM e GMMm	(11.664.937)	(10.759.035)

48. GESTÃO DE CAPITAL

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.
Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposto, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;

- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;

- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital na Fidelidade obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Fidelidade está obrigada;

- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;

- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Fidelidade está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, a Fidelidade definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias do Grupo, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus stakeholders.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do Relatório sobre a solvência e a situação financeira, que permite dispor de informação detalhada sobre a Companhia relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no Relatório sobre a solvência e situação financeira, importa referir que a Companhia cumpre, de forma confortável, quer com os requisitos de capital regulamentares, quer com o apetite ao risco definido internamente considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, a Companhia implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, uma estrutura organizativa que incorpora diversos órgãos que desempenham funções chave em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Direção de Compliance, Direção de Auditoria, Gabinete de Capital Planning and Financial Optimization, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos (Vida e Não Vida) e Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Capital.

49. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Fidelidade Macau Vida tem sob gestão fundos de pensões, com a seguinte composição de ativos:

(valores em euros)

	2025	2024
Ativo		
Caixa e depósitos	11.861.425	16.016.184
Instrumentos de dívida	133.850.634	156.913.055
Instrumentos de capital	61.132.127	63.530.642
Devedores	47.380	1.227.378
Outros	-	7.444.824
	206.891.566	**245.132.084**

50. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

O Grupo contratou um conjunto de garantias bancárias junto de instituições financeiras para fazer face a obrigações com concursos públicos, processos judiciais e projetos de investimento, que à data de 31 de dezembro de 2025 perfazem um total de 10.395.841 Euros (2024: 8.328.325 Euros).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Grupo apresenta compromissos de capital no montante de 256.477.624 Euros e 353.893.898 Euros, respetivamente, relativos a fundos de investimento já contratualizados, cuja realização ocorrerá em períodos subsequentes.

51. EVENTOS SUBSEQUENTES E OUTROS FACTOS RELEVANTES

No decurso dos meses de janeiro e fevereiro de 2026 verificaram-se, em Portugal, diversos fenómenos meteorológicos adversos, incluindo precipitação intensa, ventos fortes e inundações, que afetaram várias regiões do país. Esta combinação de eventos criou o maior "comboio de tempestades" de que há registo nos tempos recentes e o maior nível de danos em várias décadas, superando amplamente os gerados pela Tempestade Leslie, de 2018.

O Grupo registou aproximadamente 40.000 participações de sinistros associadas a estes fenómenos, correspondendo a custos brutos estimados de aproximadamente 180 milhões de euros. No entanto, tendo em conta o programa de resseguro robusto e adequado à natureza dos riscos identificados, estima-se que o impacto líquido de resseguro para o Grupo ronde os 30 milhões de euros.

Ainda assim, o processo de receção, avaliação e regularização dos sinistros encontra-se em curso, pelo que o montante final das perdas poderá diferir das estimativas atualmente disponíveis, não sendo, por esse motivo, possível determinar com exatidão o impacto financeiro final associado a estes eventos.

A Administração continuará a acompanhar a evolução da situação, procedendo às atualizações que se revelem necessárias nos períodos subsequentes.

Em 29 de janeiro de 2026, foi concluída a venda de uma participação de 40% no capital da Luz Saúde ao Grupo Macquarie Asset Management, após a verificação de todas as condições usuais, incluindo autorizações regulatórias necessárias. A operação valorou a Luz Saúde num enterprise value superior a 1,1 mil milhões de euros.

O Grupo acordou, em 19 de dezembro de 2025, o reforço da sua participação na The Prosperity Company (TPC), passando a deter 100% do capital social da TPC após a aquisição adicional de uma participação de 30% aos atuais acionistas, esta aquisição está sujeita à obtenção das autorizações regulatórias competentes que se espera fiquem concluídas no primeiro trimestre.

O Grupo, através da FID Asset Management, assinou a 30 de dezembro de 2025 o contrato para a aquisição de 70% do capital da gestora de ativos IM Gestão de Ativos, SGOIC (IMGA). Esta operação aguarda a obtenção das autorizações regulatórias aplicáveis.

O Grupo, no dia 10 de fevereiro, comunicou ao mercado a conclusão de uma emissão de obrigações subordinadas Tier 2 no montante de 500 milhões de euros, com maturidade contratual a 20 anos e cupão de 4,25% ao ano. Adicionalmente, foi lançada simultaneamente uma tender Ofir dirigida aos detentores das obrigações subordinadas Tier 2 emitidas em junho de 2021, com o objetivo de gerir proativamente o perfil de vencimentos da dívida subordinada do Grupo.

A Assembleia Geral realizada a 2 de fevereiro de 2026 aprovou a distribuição de dividendos a partir de reservas livres no montante total de 221.470.994 Euros.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

RELATÓRIO E PARECERES ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808
2025

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 24.162.655.671 euros e um total de capital próprio atribuível aos acionistas do Grupo de 2.690.108.457 euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Grupo de 201.001.918 euros), a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração de variações do capital próprio consolidada, a demonstração do rendimento integral consolidada e a demonstração dos fluxos de caixa consolidada relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

KPMG & Associados –Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489
Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração de ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, as carteiras de (i) ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados e (ii) ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, totalizam 5.879.656.127 euros e 10.704.235.292 euros, respetivamente, conforme notas 6 e 8 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, representando cerca de 24,3% e 44,3% do ativo, respetivamente.

O Risco

A classificação dos instrumentos financeiros nas diferentes carteiras previstas nas normas internacionais de relato financeiro aplicáveis (IFRS 9) determina os critérios a adotar na sua valorização posterior, de acordo com a respetiva política contabilística descrita na nota 2.6.a) – Ativos financeiros anexa às demonstrações financeiras consolidadas.

A mensuração do justo valor dos ativos financeiros é efetuada de acordo com a respetiva política contabilística descrita na nota anexa às demonstrações financeiras consolidadas, acima referida. No que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, as variações de justo valor são inscritas no resultado líquido do exercício ou rendimento integral, respetivamente.

O justo valor para a maioria dos ativos financeiros acima referidos que compõem a respetiva carteira de ativos financeiros é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo, através de *price providers* ou com base em metodologias de avaliação. Conforme referido na nota 2.17 - Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias que requerem a utilização de pressupostos ou julgamento na determinação de estimativas de justo valor.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e a implementação dos controlos relevantes efetuados pelo Grupo ao nível da mensuração da carteira de ativos financeiros;
- Analisámos as metodologias e pressupostos utilizados pelo Grupo na determinação do justo valor, considerando as características dos instrumentos financeiros;
- Testámos a valorização da carteira de ativos financeiros, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pelo Grupo, tendo em consideração fontes de preços externas e análise dos principais pressupostos; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Recuperabilidade do *goodwill* e dos ativos intangíveis sem vida útil definida

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes reconhecidos de *goodwill* e de ativos intangíveis sem vida útil definida, no âmbito de concentrações de atividades empresariais, nas demonstrações financeiras consolidadas, totalizam 509.750.574 euros e 85.700.634 euros, respetivamente, conforme notas 14 e 15 anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

O Risco

Conforme referido nas notas 2.3 – Concentrações de atividades empresariais e *goodwill* e 2.10 – Ativos intangíveis, anexas às demonstrações financeiras consolidadas, no âmbito das concentrações de atividades empresariais, são reconhecidos *goodwill* e ativos intangíveis sem vida útil definida ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Tal como referido na nota 2.17 - Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas anexa às demonstrações financeiras consolidadas, a recuperabilidade do *goodwill* e dos ativos intangíveis sem vida útil definida é crítica devido à materialidade dos valores envolvidos e à complexidade e subjetividade associada aos testes de imparidade, nomeadamente decorrente da incerteza inerente às projeções financeiras, as quais se baseiam em expetativas do Conselho de Administração, materializadas em planos de negócio, que têm por base diversos pressupostos, associados a taxas de desconto, margens perspetivadas, taxas de crescimento de curto e longo prazo, planos de investimento e comportamentos da procura, pressupostos não observáveis no mercado.

Adicionalmente, a evolução da conjuntura económica influenciada pela incerteza geopolítica que caracterizou o ano de 2025 e se mantém no início de 2026, vem aumentar a subjetividade e a incerteza associada às projeções financeiras efetuadas pelo Grupo.

Nesta base, face à incerteza, complexidade e julgamento que envolve o cálculo da estimativa, a recuperabilidade do *goodwill* e dos ativos intangíveis sem vida útil definida foi considerada como uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Analisámos os procedimentos de orçamentação em que as projeções se baseiam e a integridade do modelo de fluxos de caixa descontados;
- Efetuámos análises de *backtesting* por referência à comparação do desempenho atual com estimativas efetuadas em períodos anteriores;
- Analisámos os pressupostos internos e externos utilizados e aferimos quanto à razoabilidade dos mesmos, tais como as tendências atuais do negócio, o desempenho do mercado, inflação, crescimento económico projetado e taxas de desconto;
- Executámos análises de sensibilidade à robustez dos pressupostos e previsões utilizados;
- Envolvemos especialistas na aferição das metodologias de avaliação, das taxas de custo médio de capital utilizadas, dos pressupostos e dados e na validação dos cálculos matemáticos; e
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Mensuração de terrenos e edifícios de rendimento

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes reconhecidos de terrenos e edifícios de rendimento, nas demonstrações financeiras consolidadas, totalizam 2.265.852.751 euros, conforme nota 11 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, representando cerca de 9,4% do ativo.

O Risco

Conforme referido na nota 2.7 - Terrenos e edifícios de rendimento anexa às demonstrações financeiras consolidadas, estes ativos são avaliados subsequentemente ao justo valor através de resultados.

A determinação do justo valor, encontra-se suportada em avaliações realizadas por peritos avaliadores externos e validadas pelo Grupo. Estas avaliações têm subjacentes um conjunto de pressupostos, nomeadamente preços de venda por metro quadrado, custos de construção, taxa de desconto, finalidade do imóvel, e expetativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários, conforme aplicável.

A utilização de diferentes pressupostos, nomeadamente os decorrentes da evolução do mercado imobiliário ou alterações na estratégia de venda ou nas expetativas quanto ao desenvolvimento de projetos imobiliários, podem ter impactos relevantes na valorização destes imóveis e, consequentemente na determinação do seu justo valor.

Adicionalmente, a evolução da conjuntura económica influenciada pela incerteza geopolítica que caracterizou o ano de 2025 e se mantém no início de 2026, vem aumentar a subjetividade e a incerteza associada ao apuramento do justo valor dos imóveis.

Nesta base, face à incerteza, complexidade e julgamento que envolve o cálculo da estimativa, a mensuração de terrenos e edifícios de rendimento foi considerada como uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Analisámos, para uma amostra de imóveis, a razoabilidade da valorização registada nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente a razoabilidade da metodologia e dos principais pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos nas avaliações por eles efetuadas;
- Envolvemos especialistas na validação da metodologia e pressupostos utilizados pelos peritos avaliadores externos; e
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Avaliação dos passivos de contratos de seguro do ramo vida por serviços futuros não mensurados pela abordagem de imputação dos prémios

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos decorrentes de contratos de seguro do ramo vida por serviços futuros não mensurados pela abordagem de imputação dos prémios, conforme nota 16 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, ascendem ao montante de 2.254.461.402 euros.

O Risco

A avaliação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo vida por serviços futuros, não mensurados pela abordagem de imputação dos prémios, inclui: (i) a determinação do valor atual dos fluxos de caixa futuros relativos ao serviço dos portfolios dos contratos em gestão; (ii) a determinação do ajustamento de risco não financeiro; e (iii) a determinação da margem de serviço contratual ou, quando existente, a componente de perda.

A estimativa da responsabilidade por serviços futuros requer o uso de modelos atuariais complexos, assim como de pressupostos e julgamentos significativos, que individualmente ou em conjunto quando não aplicados adequadamente ou não determinados apropriadamente, podem resultar em distorções materiais na sua mensuração.

Por estas razões esta estimativa é considerada uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria, com a colaboração dos nossos especialistas em matérias atuariais, incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e a implementação dos controlos relevantes efetuados pelo Grupo ao nível da mensuração destas responsabilidades;
- Avaliámos os métodos e pressupostos considerados na estimação destas responsabilidades, por forma a aferir da sua adequação;
- Avaliámos a qualidade da informação usada na mensuração das responsabilidades;
- Analisámos os desenvolvimentos das responsabilidades reconhecidas, face ao período transato, por forma a aferir da adequação do processo de estimação;
- Avaliámos a adequação da determinação das unidades de cobertura, assim como os movimentos na margem de serviço contratual; e
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Avaliação dos passivos de contratos de seguro do ramo não vida por serviços passados mensurados pela abordagem de imputação dos prémios

Em 31 de dezembro de 2025, as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não vida por serviços passados mensurados pela abordagem de imputação dos prémios, conforme nota 16 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, ascendem ao montante de 2.930.421.593 euros.

O Risco

A avaliação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não vida por serviços passados, mensurados pela abordagem de imputação dos prémios, é relativa aos sinistros ocorridos até à data de reporte (estimativa da responsabilidade com os sinistros em gestão, assim como dos sinistros não reportados – IBNR).

Esta avaliação inclui: (i) a determinação do valor atual dos fluxos de caixa futuros relativos às responsabilidades a liquidar resultantes de sinistros (elevado grau de incerteza); e (ii) a determinação do ajustamento de risco não financeiro.

A estimativa desta responsabilidade requer o uso de modelos atuariais complexos, assim como de pressupostos, julgamentos significativos, que individualmente ou em conjunto quando não aplicados adequadamente ou não determinados apropriadamente, podem resultar em distorções materiais na sua mensuração. Estes aspetos assumem maior relevância quando se trata da avaliação de responsabilidades de longa duração, tais como as decorrentes de sinistros do ramo de acidentes de trabalho, que resultam em responsabilidades com pensões e/ou assistência vitalícia.

Por estas razões esta estimativa é considerada uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria, com a colaboração dos nossos especialistas em matérias atuariais, incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e a implementação dos controlos relevantes efetuados pelo Grupo ao nível da sua mensuração destas responsabilidades;
- Avaliámos os métodos e pressupostos considerados na estimativa destas responsabilidades, por forma a aferir da sua adequação;
- Avaliámos a qualidade da informação usada na mensuração das responsabilidades;
- Para uma amostra estimámos os fluxos de caixa futuros relativos às responsabilidades por serviços passados, tendo por base a nossa experiência, por forma a avaliar a adequação das responsabilidades reconhecidas;
- Analisámos os desenvolvimentos nas responsabilidades reconhecidas, face ao período transato, por forma a aferir a adequação do processo de estimativa; e
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório consolidado de gestão e demonstração não financeira consolidada, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,

- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório consolidado de gestão.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2023 para um mandato compreendido entre 2024 e 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 16 de março de 2026.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

16 de março de 2026

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Manuel Alexandre Veríssimo da Luz
(ROC n.º 1553 e registado na CMVM com o n.º 20161163)

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2025 RELATIVO ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2025, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração, demais órgãos sociais e direções da Companhia, com os quais reunimos sempre que considerado conveniente, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios, designadamente quanto: às políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração, ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e estatutárias, à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas e ao processo de preparação da informação financeira e não financeira. Adicionalmente, fomos informados sobre o funcionamento e a eficácia do sistema de governação e do sistema de gestão de riscos da sociedade, incluindo as funções-chave de gestão de riscos, atuariado, conformidade e auditoria interna, bem como sobre as políticas adotadas no âmbito da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em particular, no acompanhamento da revisão legal de contas reunimos com a SROC, sempre que considerado adequado, com o objetivo de analisar e discutir questões várias da vida da sociedade e acompanhar, nomeadamente, o planeamento da revisão legal das contas, o decurso dos trabalhos, o reporte financeiro e as matérias relevantes de auditoria, tendo igualmente acompanhado as matérias relativas à independência do revisor oficial de contas e às principais conclusões resultantes dos trabalhos de auditoria.

Apreciámos o Relatório Único Integrado de Gestão que inclui o reporte sobre o governo societário, a informação não financeira, a informação de sustentabilidade, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação do resultado individual apresentada pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que sejam aprovados o Relatório Único Integrado de Gestão, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2025 e os demais documentos de prestação de contas, tal como apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 16 de março de 2026.

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

O CONSELHO FISCAL,

Jorge Manuel de Sousa Marrão – Presidente

Pedro Antunes de Almeida – Vogal

Teófilo César Ferreira da Fonseca – Vogal

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2025

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa do grupo.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 16 de março de 2026.

O CONSELHO FISCAL,

Jorge Manuel de Sousa Marrão – Presidente

Pedro Antunes de Almeida – Vogal

Teófilo César Ferreira da Fonseca – Vogal

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

		2025			
ATIVO	**Notas**	**Valor bruto**	**Imparidade depreciações / amortizações e ajustamentos**	**Valor líquido**	**2024**
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	362.070.483	-	362.070.483	309.031.703
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	4	3.193.398.856	(27.899.496)	3.165.499.360	3.179.107.073
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	5	4.083.574.892	-	4.083.574.892	3.916.835.540
Derivados de cobertura	6	4.807	-	4.807	-
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7	8.095.077.029	-	8.095.077.029	7.096.761.907
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	8	293.013.480	-	293.013.480	340.442.643
Terrenos e edifícios		92.872.955	(52.522.733)	40.350.222	41.217.896
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	90.431.855	(52.522.733)	37.909.122	38.165.896
Terrenos e edifícios de rendimento	10	2.441.100	-	2.441.100	3.052.000
Outros ativos tangíveis	11	92.063.417	(57.958.199)	34.105.218	21.154.999
Outros ativos intangíveis	12	162.480.999	(76.018.184)	86.462.814	84.918.956
Ativos de contratos de resseguro do ramo vida		53.856.164	-	53.856.164	48.107.830
De serviços futuros	13	37.776.233	-	37.776.233	33.482.631
De serviços passados	13	16.079.931	-	16.079.931	14.625.200
Ativos de contratos de resseguro do ramo não vida		535.125.466	-	535.125.466	497.583.138
De serviços futuros	13	115.293.254	-	115.293.254	110.714.478
De serviços passados	13	419.832.212	-	419.832.212	386.868.659
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	29	1.841.449	-	1.841.449	1.852.985
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		275.569.111	(22.099.521)	253.469.590	179.735.229
Contas a receber por operações de seguro direto	14	122.374.990	(8.319.322)	114.055.668	117.152.482
Contas a receber por outras operações de resseguro	14	74.683.680	(8.049.215)	66.634.465	32.422.767
Contas a receber por outras operações	14	78.510.442	(5.730.984)	72.779.458	30.159.979
Ativos por impostos		158.827.196	-	158.827.196	205.111.872
Ativos por impostos correntes	15	67.160.113	-	67.160.113	46.857.352
Ativos por impostos diferidos	15	91.667.083	-	91.667.083	158.254.521
Acréscimos e diferimentos	16	6.705.994	-	6.705.994	12.625.914
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17	2.434.000	-	2.434.000	14.735.635
TOTAL ATIVO		**17.408.916.296**	**(236.498.132)**	**17.172.418.164**	**15.949.223.320**

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2025	2024
PASSIVO			
Passivos de contratos de seguro do ramo vida		1.330.401.594	1.500.490.020
De serviços futuros	13	1.166.916.445	1.344.537.539
De serviços passados	13	163.485.149	155.952.480
Passivos de contratos de seguro dos ramos não vida		2.739.982.920	2.554.760.984
De serviços futuros	13	428.688.510	387.249.030
De serviços passados	13	2.311.294.410	2.167.511.954
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro			
e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	18	9.285.468.468	8.185.733.627
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	19	21.924.663	89.555.651
Outros passivos financeiros		1.120.033.138	1.252.764.477
Derivados de cobertura	6 e 19	57.793	2.428.940
Passivos subordinados	19	1.006.267.138	1.004.455.911
Depósitos recebidos de resseguradores	19	71.482.674	205.976.471
Outros	19	42.225.534	39.903.154
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	29	26.427.428	27.769.730
Outros credores por operações de seguros e outras operações		308.098.248	237.062.170
Contas a pagar por operações de seguro direto	20	89.076.573	100.026.761
Contas a pagar por outras operações de resseguro	20	86.202.052	88.581.341
Contas a pagar por outras operações	20	132.819.623	48.454.068
Passivos por impostos		61.965.817	54.361.905
Passivos por impostos correntes	15	61.965.817	54.361.905
Acréscimos e diferimentos	21	152.113.437	140.664.819
Outras provisões	22	13.990.821	16.353.828
TOTAL PASSIVO		**15.060.406.535**	**14.059.517.210**

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2025	2024
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	23	509.263.524	509.263.524
(Ações Próprias)	23	(148.960)	(148.960)
Reservas de reavaliação	24	(29.047.865)	(157.469.162)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas		34.121.377	(9.874.392)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		(67.335.752)	(157.754.022)
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		56.872	57.292
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura do justo valor		1.112.008	(2.375.373)
De diferenças de câmbio		(630.409)	4.921.859
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas		3.628.039	7.555.474
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	24	343.084.015	267.850.885
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	24	(7.348.314)	(5.914.505)
Reserva por impostos	24	(94.401.965)	(52.152.562)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	24	(1.110.277)	(22.977.783)
Outras reservas	24	1.258.008.347	1.308.246.818
Resultados transitados	24	(10.269.243)	31.565.857
Resultado líquido do exercício	24	143.982.367	11.441.997
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		**2.112.011.631**	**1.889.706.110**
TOTAL PASSIVOS E CAPITAL PRÓPRIO		**17.172.418.164**	**15.949.223.320**

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

Diretor Financeiro
Filipe Casimiro Costa Nunes Almeida

Contabilista Certificado
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Vogal

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Sijie DONG
Vogal

Hui CHEN
Vogal

Miguel Barroso Abecasis
Vogal

André Simões Cardoso
Vogal

António Manuel Marques Sousa Noronha
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

		2025				
Demonstração dos resultados	**Notas**	**Técnica Vida**	**Técnica Não Vida**	**Não Técnica**	**Total**	**2024**
Réditos de contratos de seguro		296.623.655	2.355.094.566	-	2.651.718.221	2.497.728.888
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio	25	176.061.707	2.355.094.566	-	2.531.156.273	2.370.926.029
Não mensurados pela abordagem da alocação de prémio		120.561.948	-	-	120.561.948	126.802.858
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos						
e gastos atribuíveis a contratos de seguros	25	51.118.100	-	-	51.118.100	53.312.685
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	25	27.600	-	-	27.600	2.794.467
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	25	51.792.200	-	-	51.792.200	60.363.576
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	25	17.624.048	-	-	17.624.048	10.332.131
Gastos de contratos de seguros		(162.581.775)	(2.099.383.075)	-	(2.261.964.850)	(2.083.923.474)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	25	(111.379.906)	(1.688.076.499)	-	(1.799.456.405)	(1.719.668.112)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	25	(49.487.255)	(422.201.230)	-	(471.688.485)	(441.054.365)
Alterações relativas a serviços passados	25	(9.419.064)	10.895.813	-	1.476.750	81.783.331
Alterações relativas a serviços futuros	25	7.704.450	(1.160)	-	7.703.291	(4.984.329)
Réditos de contratos de resseguro		23.078.043	575.134.249	-	598.212.292	550.739.576
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos						
de seguros – parte dos resseguradores	25	18.274.042	563.590.816	-	581.864.858	535.514.150
Alterações relativas a serviços passados – parte dos resseguradores	25	4.804.001	11.910.647	-	16.714.648	12.881.834
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	25	-	(367.213)	-	(367.213)	2.343.592
Gastos de contratos de resseguro		(27.749.143)	(791.923.932)	-	(819.673.074)	(753.881.322)
Mensurados pela abordagem da alocação de prémio – parte dos resseguradores	25	(27.749.143)	(791.923.932)	-	(819.673.074)	(753.881.322)
RESULTADO DE CONTRATOS DE SEGURO		**129.370.780**	**38.921.809**	**-**	**168.292.589**	**210.663.667**
Rendimentos da componente financeira dos contratos de seguro	30	773.368	-	-	773.368	7.851.157
Rendimentos da componente financeira dos contratos de resseguro	30	234.805	5.029.977	-	5.264.782	4.214.271
Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	30	(28.855.224)	(33.344.049)	-	(62.199.273)	(84.485.380)
Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro	30	-	(54.836)	-	(54.836)	(8.180)
RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO		**(27.847.051)**	**(28.368.907)**	**-**	**(56.215.959)**	**(72.428.132)**
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos						
como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	26	38.707.387	-	-	38.707.387	37.641.654
Rendimentos		234.007.711	57.809.405	112.420.227	404.237.343	293.691.990
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor através de resultados	31	165.222.733	38.187.339	24.025.648	227.435.720	196.720.524
De outros	31	68.784.979	19.622.066	88.394.578	176.801.623	96.971.466
Gastos financeiros		(348.513)	(155.784)	(103.951)	(608.248)	(1.201.160)
De outros	27	(348.513)	(155.784)	(103.951)	(608.248)	(1.201.160)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de resultados		(129.099.470)	(544.092)	(2.976.926)	(132.620.488)	(150.563.667)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	32	(9.851.086)	(544.092)	12.847	(10.382.331)	(17.798.011)
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	32	(386.422)	-	-	(386.422)	284.951
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	32	(118.861.961)	-	-	(118.861.961)	(132.669.594)
De outros	32	-	-	(2.989.773)	(2.989.773)	(381.014)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de resultados	33	69.589.856	51.804.884	2.901.852	124.296.592	(168.892.982)
Diferenças de câmbio	34	(116.727.347)	(36.229.300)	(9.309.968)	(162.266.615)	127.132.788
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como						
ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	35	-	(8.641)	6.183	(2.458)	5.387.936

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

Demonstração dos resultados	Notas	2025 Técnica Vida	2025 Técnica Não Vida	2025 Não Técnica	2025 Total	2024
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		2.542.880	9.934.045	1.373.020	13.849.946	(15.997.208)
De ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	36	3.011.265	813.072	248.499	4.072.835	4.411.685
De ativos financeiros valorizados ao custo amortizado		1	-	-	1	-
De outros	36	(468.386)	9.120.974	1.124.522	9.777.109	(20.408.892)
Gastos não atribuíveis	27	(73.795.607)	(25.505.015)	(151.161.415)	(250.462.036)	(222.907.709)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	37	233.018	1.119.602	-	1.352.620	1.177.915
Outros rendimentos	38	-	-	18.332.377	18.332.377	9.433.608
Outros gastos	38	-	-	(15.880.378)	(15.880.378)	(12.299.759)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação)						
classificados como detidos para venda	17	-	509.393	50.823	560.216	(4.652.187)
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		**126.633.645**	**69.287.397**	**(44.348.155)**	**151.572.888**	**36.186.754**
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	15	-	-	22.718.433	22.718.433	(7.668.129)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	15	-	-	(30.308.954)	(30.308.954)	(17.076.628)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**126.633.645**	**69.287.397**	**(51.938.676)**	**143.982.367**	**11.441.997**

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

Diretor Financeiro
Filipe Casimiro Costa Nunes Almeida

Contabilista Certificado
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Vogal

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Sijie DONG
Vogal

Hui CHEN
Vogal

Miguel Barroso Abecasis
Vogal

André Simões Cardoso
Vogal

António Manuel Marques Sousa Noronha
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
NO EXERCÍCIO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Rerserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Reservas por impostos diferidos e correntes	Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**509.114.564**	**(416.270.785)**	**357.989.487**	**(10.163.019)**	**15.494.956**	**(4.799.661)**
Aplicação do resultado e cobertura de resultados transitados	-	-	-	-	(27.269.626)	4.799.661
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos						
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	173.861.054	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações						
de terrenos e edifícios de uso próprio	-	(53.465)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital						
valorizados ao justo valor através de reservas	-	(12.009.860)	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor						
de instrumentos de cobertura do justo valor	-	(3.725.380)	-	-	-	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos						
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	1.080.083	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos						
de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	-	99.649.191	-	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	(90.138.602)	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	4.248.516	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	-	(40.377.892)	
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio						
valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	(22.977.784)
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
NO EXERCÍCIO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Rerserva da componente financeira dos contratos de seguro	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	Reservas por impostos diferidos e correntes	Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**509.114.564**	**(157.469.162)**	**267.850.885**	**(5.914.505)**	**(52.152.562)**	**(22.977.783)**
Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	-
Transferência de valias realizadas para resultados transitados	-	-	-	-	(312.116)	22.977.783
Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos						
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	90.418.270	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações						
de terrenos e edifícios de uso próprio	-	(419)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital						
valorizados ao justo valor através de reservas	-	(5.552.269)	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor						
de instrumentos de cobertura do justo valor	-	3.487.381	-	-	-	-
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos						
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	(3.927.435)	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos						
de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	-	43.995.769	-	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	75.233.130	-	-	-
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	(1.433.809)	-	-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	-	(41.937.287)	-
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio						
valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	(1.110.277)
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**509.114.564**	**(29.047.865)**	**343.084.015**	**(7.348.314)**	**(94.401.965)**	**(1.110.277)**

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
NO EXERCÍCIO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

	Reserva legal	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
		Prémios de emissão	Outras reservas			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**258.793.938**	**382.666.154**	**1.174.021.746**	**(153.300.563)**	**83.588.918**	**2.197.135.738**
Aplicação do resultado e cobertura de resultados transitados	8.358.891	-	(86.622.374)	184.322.366	(83.588.918)	-
Distribuição de reservas	-	-	(399.294.420)	-	-	(399.294.420)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos						
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	173.861.054
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações						
de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	(53.465)
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital						
valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	(12.009.860)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor						
de instrumentos de cobertura do justo valor	-	-	-	-	-	(3.725.380)
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos						
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	1.080.083
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos						
de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	99.649.191
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	-	-	(90.138.602)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	-	4.248.516
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	-	-	(40.377.892)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio						
valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	(22.977.784)
Desvios atuariais	-	-	(29.677.118)	-	-	(29.677.118)
Outros movimentos	-	-	-	544.054	-	544.054
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	11.441.997	11.441.997

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
NO EXERCÍCIO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

	Reserva legal	Outras Reservas		Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
		Prémios de emissão	Outras reservas			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**267.152.829**	**382.666.154**	**658.427.834**	**31.565.857**	**11.441.997**	**1.889.706.110**
Aplicação do resultado	1.144.200	-	-	10.297.798	(11.441.997)	-
Transferência de valias realizadas para resultados transitados	-	-	29.474.114	(52.139.782)	-	-
Distribuição de reservas	-	-	(85.678.560)	-	-	(85.678.560)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos						
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	90.418.270
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações						
de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	(419)
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital						
valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	(5.552.269)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor						
de instrumentos de cobertura do justo valor	-	-	-	-	-	3.487.381
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos						
de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	(3.927.435)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos						
de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	43.995.769
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	-	-	-	-	-	75.233.130
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	-	-	-	-	-	(1.433.809)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	-	-	-	(41.937.287)
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio						
valorizados ao justo valor através de reservas	-	-	-	-	-	(1.110.277)
Desvios atuariais	-	-	4.821.775	-	-	4.821.775
Outros movimentos	-	-	-	6.884	-	6.884
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	143.982.367	143.982.367
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**268.297.029**	**382.666.154**	**607.045.163**	**(10.269.243)**	**143.982.367**	**2.112.011.631**

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

Diretor Financeiro
Filipe Casimiro Costa Nunes Almeida

Contabilista Certificado
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Vogal

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Sijie DONG
Vogal

Hui CHEN
Vogal

Miguel Barroso Abecasis
Vogal

André Simões Cardoso
Vogal

António Manuel Marques Sousa Noronha
Vogal

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

	2025	2024
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**143.982.367**	**11.441.997**
Items que poderão ser reclassificados posteriormente para resultados		
Variação no justo valor de instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	90.418.270	173.861.054
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas	(3.927.435)	1.080.083
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro	75.233.130	(90.138.603)
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de resseguro	(1.433.809)	4.248.514
Impacto imposto diferido e corrente	(37.193.108)	(26.228.088)
Items que não serão reclassificados posteriormente para resultados		
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	43.995.769	99.649.191
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	(1.110.277)	(22.977.783)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura do justo valor	3.487.381	(3.725.380)
Diferenças de câmbio em instrumentos de capital valorizados ao justo valor através de reservas	(5.552.269)	(12.009.860)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorizações de terrenos e edifícios de uso próprio	(419)	(53.465)
Devios atuariais	4.821.775	(29.677.118)
Outros ganhos/(perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio	6.884	544.054
Impacto imposto diferido e corrente	(4.744.179)	(14.149.804)
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	**164.001.715**	**80.422.797**
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	**307.984.082**	**91.864.794**

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

Diretor Financeiro
Filipe Casimiro Costa Nunes Almeida

Contabilista Certificado
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Vogal

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Sijie DONG
Vogal

Hui CHEN
Vogal

Miguel Barroso Abecasis
Vogal

André Simões Cardoso
Vogal

António Manuel Marques Sousa Noronha
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Nº de Identificação Fiscal: 500 918 880

(valores em euros)

	2025	2024
1. Fluxo de Caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	143.982.367	11.441.997
Ajustamentos por:		
Depreciações e amortizações do exercício	29.319.095	27.824.244
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	(13.849.946)	15.997.208
Variação dos contratos de seguro direto	90.366.641	(94.690.682)
Variação dos contratos de resseguro cedido	(44.724.472)	(49.772.179)
Variação de passivos por contratos de investimento	1.099.734.841	840.336.733
Variação de outras provisões	(2.363.006)	(13.337.936)
Variação de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	(73.734.361)	43.653.911
Variação de outros ativos e passivos por impostos	11.639.186	(26.196.008)
Variação de outros ativos e passivos	(111.498.823)	43.104.649
Variação de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	71.036.078	(1.879.817)
Caixa líquida das atividades operacionais	**1.199.907.599**	**796.482.121**
2. Fluxo de Caixa das atividades de investimento		
Variação de Investimentos	(1.094.190.041)	(750.543.637)
Variação de Investimentos de capital em filiais e associadas	13.607.713	(42.236.768)
Dividendos Recebidos	127.155.288	63.969.545
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(29.695.935)	(27.714.213)
Alienações de ativos tangíveis e intangíveis	226	(701.217)
Aquisição de imóveis	(14.135.515)	(15.834.603)
Alienação de imóveis	821.800	10.040.098
Caixa líquida das atividades de investimento	**(996.436.464)**	**(763.020.795)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(continuação) (valores em euros)

	2025	2024
3. Fluxos de Caixa das atividades de financiamento		
Emissão de dívida	-	500.000.000
Juros suportados	(64.756.009)	(50.513.816)
Distribuição de reservas	(85.676.346)	(399.294.420)
Caixa líquida das atividades de financiamento	**(150.432.355)**	**50.191.763**
4. Aumento/diminuição líquido de caixa e seus equivalentes	**53.038.780**	**83.653.089**
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	309.031.703	225.378.614
5. Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**362.070.483**	**309.031.703**

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

Diretor Financeiro
Filipe Casimiro Costa Nunes Almeida

Contabilista Certificado
Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Presidente

Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogal

Hui CHEN
Vogal

André Simões Cardoso
Vogal

Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Vogal

Sijie DONG
Vogal

Miguel Barroso Abecasis
Vogal

António Manuel Marques Sousa Noronha
Vogal

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

2025

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade" ou "Companhia"), com sede em Lisboa, Portugal, no Largo do Calhariz nº 30, é uma sociedade anónima resultante da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros Português (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou "ASF") através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012. Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Fidelidade, a Companhia via Longrun Portugal, SGPS, S.A. ("Longrun") passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd. Com a dissolução e liquidação da Longrun em 26 de setembro de 2024, a Fidelidade passou a ser detida pela Millennium Gain Limited ("Millennium Gain").

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos. Tradicionalmente, o ramo técnico vida, incluindo contratos de investimento, é o mais importante em termos dos passivos técnicos sob gestão. Relativamente aos ramos técnicos não vida, os que têm maior expressão em volume de prémios são o automóvel, incêndio e outros danos, doença e acidentes de trabalho.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Companhia está presente através de sucursais em Espanha, França, Luxemburgo e China e através de livre prestação de serviços (LPS) em Itália, Alemanha, República Checa, Espanha, Polónia e Eslováquia.

As demonstrações financeiras individuais ("demonstrações financeiras") da Fidelidade em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2026.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

2.1. Bases de preparação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma Regulamentar nº 9/2022-R, de 2 de novembro de 2022, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2025, a Companhia adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2025. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 2.16. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os princípios do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2025, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2024. As políticas contabilísticas que sofreram alterações apresentam-se discriminadas na nota 2.16.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Os totais nas demonstrações financeiras e nos quadros das notas às demonstrações financeiras poderão não corresponder à soma das parcelas devido a arredondamentos. Os valores 0 e (0) indicam montantes positivos ou negativos arredondados para zero, ao passo que o traço (-) indica zero.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados, ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e imóveis de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Os ativos correntes detidos para venda e os grupos detidos para venda são registados ao menor do seu custo ou do seu justo valor deduzido dos custos de venda. O passivo sobre as responsabilidades por serviços prestados associado a benefícios definidos é reconhecido ao valor presente das responsabilidades líquidas dos fundos de pensões.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.15.

2.2. Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais as entidades (incluindo fundos de investimento) sobre as quais a Fidelidade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades associadas aquelas em que a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Companhia pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo sobre a atividade da Companhia na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11 – Acordos Conjuntos, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente e sempre que existam indícios que determinado investimento possa estar em imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma filial, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (euros) com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As taxas de câmbio utilizadas na conversão de valores de balanço em moeda estrangeira são as taxas de referência do Banco de Portugal. Na conversão de resultados em moeda estrangeira, são calculadas taxas médias em função das taxas de câmbio de fecho de cada mês do ano.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor através de reservas.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (trade date) pelo respetivo justo valor. No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

i) Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado;
ii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas; ou
iii) Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

A classificação efetuada depende dos seguintes aspetos, exceto quando seja aplicada a opção de mensurar o instrumento financeiro pelo seu justo valor através de resultados:

• O modelo de negócio da entidade para a gestão do ativo financeiro;

• As características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

A Companhia procedeu a uma avaliação do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos ao nível do portefólio, dado que esta abordagem reflete da melhor forma como é que os ativos são geridos e como é que a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão.

A informação considerada nesta avaliação inclui:

- as políticas e objetivos estabelecidos para o portefólio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia de gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, mantendo um determinado perfil de taxa de juro, adequando a duração dos ativos financeiros à duração dos passivos que financiem estes ativos ou na realização de cash-flows através da venda dos ativos;

- a forma como a performance do portefólio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão da Companhia;

- a avaliação dos riscos que afetam a performance do modelo de negócio (e dos ativos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como esses riscos são geridos;

- a remuneração dos gestores de negócio, i.e., em que medida a compensação depende do justo valor dos ativos sob gestão ou cash-flows contratuais recebidos; e,

- a frequência, volume e periodicidade das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas e as expectativas sobre as vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como a Companhia estabelece objetivos de gestão dos ativos financeiros e de como os cash-flows são obtidos.

Avaliação se os fluxos de caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI - Solely Payments of Principal and Interest)

Para efeitos desta avaliação, capital é definido como o justo valor do ativo financeiro no seu reconhecimento inicial. Juro é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, pelo risco de crédito associado ao montante em dívida durante um determinado período e para outros riscos e custos associados à atividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, a Companhia considerou os termos contratuais originais do instrumento. Esta avaliação incluiu a análise da existência de situações em que os termos contratuais possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa de forma a que não cumpram a condição de SPPI. No processo de avaliação, a Companhia tem em consideração:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;

- Características que resultem em alavancagem;

- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;

- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se:

- O ativo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
- O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados, mas não pagos (poderá incluir uma compensação razoável pelo pagamento antecipado);
- O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

A classificação dos ativos financeiros segue assim o seguinte esquema:

Fluxos de Caixa Contratuais	Modelo de Negócio	Classificação dos ativos financeiros
Fluxos de Caixa contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros (SPPI)	Receber fluxos de caixa contratuais	Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado
	Receber fluxos de caixa contratuais e venda	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas ou ao justo valor através de resultados
Outros (não-SPPI)	Derivados e outros instrumentos financeiros utilizados para cobertura de riscos	Derivados de cobertura ou Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados
	Adquiridos para venda a curto prazo	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados
	Grupo de instrumentos financeiros identificados e geridos em conjunto, para os quais existe uma tendência para tomada de lucros no curto prazo	
	Outros	

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente investimentos em instrumentos de capital próprio como ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas quando estes atendem à definição de instrumentos de capital da IAS 32 e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

i. Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objetivo principal é a detenção de ativos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

A categoria de Ativos financeiros ao custo amortizado inclui aplicações em instituições de crédito, instrumentos de dívida e outros empréstimos com base num modelo de negócio cujo objetivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os ativos financeiros valorizados ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas, as quais são registadas por contrapartida da rubrica Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado da Demonstração de Resultados.

Os juros dos ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de resultados, com base no método da taxa de juro efetiva. Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao custo amortizado.

ii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas (FVOCI) se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objetivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse ativo financeiro;

- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida (SPPI).

Estes instrumentos são essencialmente compostos por instrumentos de dívida à exceção de títulos de capital considerados estratégicos para a Companhia para os quais, no reconhecimento inicial, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar em outro rendimento integral as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas e, no momento da sua alienação, os respetivos ganhos ou perdas acumulados em reservas são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas".

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas estão também sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas. As perdas por imparidade estimadas são reconhecidas em resultados, na rubrica "Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas", por contrapartida de reservas, e não reduzem a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Os juros, prémios ou descontos dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas são reconhecidos na rubrica de Rendimentos de juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de resultados com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos de capital ao justo valor através de reservas são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transação, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes ativos financeiros são registadas por contrapartida de reservas. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respetivos ganhos ou perdas acumuladas registadas por ajustamento no justo valor de instrumentos de capital próprio ao justo valor através de reservas transferidas para resultados transitados no momento do seu desreconhecimento.

iii. Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados

Classificação

Um ativo financeiro é classificado na categoria de Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados (FVPL) se o modelo de negócio definido pela Companhia para a sua gestão ou as características dos seus fluxos de caixa contratuais não cumprirem as condições acima descritas para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI.

Adicionalmente, a Companhia pode designar irrevogavelmente um ativo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de resultados sobre os mesmos em diferentes bases.

A Companhia classificou como Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados os seguintes tipos de ativos:

- Os ativos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo (ativos de negociação); no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (exceto no caso de um derivado classificado como de cobertura);

- Os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI);

- Os ativos financeiros que a Companhia optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o accounting mismatch (fair value option);

- Os ativos financeiros que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de reservas, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de reservas.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Considerando que as transações efetuadas pela Companhia no decurso normal da sua atividade são em condições de mercado, os ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transações reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes ativos financeiros são reconhecidas em resultados.

A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na rubrica de Rendimentos de outros com base na taxa de juro efetiva de cada transação, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu recebimento.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

iv. Ativos vendidos com acordo de recompra (repos) e ativos comprados com acordo de revenda (reverse repos)

Os ativos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em Outros Passivos Financeiros. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os ativos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço da compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado em Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

v. Justo valor

Os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados e Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

No caso dos futuros de moeda, estes são valorizados tendo por base o mesmo time stamp dos respetivos instrumentos cobertos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;

- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;

- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados encontram-se valorizados tendo por base o price to book value e modelos internos de desconto de fluxos de caixa futuros.

vi. Desreconhecimento de ativos financeiros

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia de receber os seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Companhia considera que reteve ou não o controlo dos ativos financeiros transferidos se, e só se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência.

vii. Transferências entre categorias de ativos financeiros

Os ativos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado. Neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados.

A reclassificação é aplicada prospectivamente a partir da data da reclassificação, não sendo reexpressos quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionadas com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos.

Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de reservas, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva ou ao justo valor através de resultados. A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa e os passivos associados aos produtos Unit Linked (ver nota 2.11.). Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados na rubrica de Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados.

Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores, valores recebidos em operações de reporte e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em Outros credores por operações de seguros e outras operações.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo justo valor através dos resultados na data da sua contratação. Adicionalmente são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);

- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em contratos não derivados ou em contratos de base em passivos financeiros são separados e tratados como derivados autónomos, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base;

- Um instrumento separado com os mesmos termos que o derivado embutido satisfizesse a definição de um derivado; e

- O contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

A Companhia adotou disposições da IFRS 9 em relação à contabilidade de cobertura por entender que esta opção é a mais alinhada com a sua gestão de risco.

A Companhia investe em derivados com o objetivo de cobertura da sua exposição a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), que aplica para cobrir instrumentos de capital próprio relativamente ao qual a Companhia optou por apresentar as alterações no justo valor em outro rendimento integral.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- deve existir uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;

- o risco de crédito da contraparte do item coberto ou do instrumento de cobertura não deve ter um efeito dominante sobre as alterações de valor resultantes dessa relação económica; e

- o rácio de cobertura da relação de contabilidade de cobertura, entendida como a parte do item coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão. Aquando do estabelecimento de uma relação de cobertura, a Companhia procede à formalização de toda a informação relativa às diferentes relações de cobertura onde se encontram identificados os instrumentos de cobertura e o item coberto, a natureza do risco a ser coberto e como a Companhia avalia se a relação de cobertura cumpre os requisitos de eficácia da cobertura. Estes pressupostos são monitorizados de forma a garantir a efetividade da cobertura.

Para todas as relações de cobertura, a Companhia prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;

• Descrição do(s) risco(s) coberto(s);

• Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;

• Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Os derivados de cobertura de justo valor em instrumentos de capital próprio são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em outro rendimento integral, caso se demonstre que a cobertura é eficaz, pela diferença entre a variação do justo valor do item coberto e o justo valor do derivado. Neste caso, a ineficácia da cobertura reconhecida é apresentada em outro rendimento integral.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

Derivados ao justo valor através de resultados

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, nomeadamente:

• Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;

• Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IFRS 9, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos de macro ou cobertura de carteiras, ou por os resultados dos testes de eficácia revelarem que a mesma não é eficaz;

• Derivados contratados com o objetivo de trading.

Os derivados ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e gastos do exercício, na rubrica de Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em Rendimentos de outros. As reavaliações positivas e negativas são registadas na rubrica Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados e Outros passivos financeiros, respetivamente.

d) Perdas por imparidade

Instrumentos financeiros sujeitos ao reconhecimento de perdas por imparidade

A Companhia reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros registados nas seguintes rubricas contabilísticas:

• Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado - As perdas por imparidade em ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros por contrapartida da rubrica Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado.

• Instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas - As perdas por imparidade em instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas são reconhecidas em resultados, na rubrica Perdas de imparidade de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, por contrapartida de reservas (não reduzem o valor de balanço destes ativos financeiros).

As perdas por imparidade são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa de juro efetiva original.

Abordagem Geral

A provisão para perdas de créditos esperadas é apurada considerando no momento da avaliação, a exposição ao risco (valor monetário do empréstimo), a respetiva probabilidade de default (PD), a respetiva severidade expectável da perda (LGD), incorporando o efeito de forward looking, bem como o relevante fator de desconto. Trata-se um aferimento do risco tendo em conta uma estimativa de probabilidade e valor temporal dos fluxos de caixa futuros a serem avaliados.

Esta avaliação é complementada por avaliação da degradação ou não da notação de crédito desde o momento de reconhecimento inicial. Uma deterioração significativa da notação de crédito implica que a avaliação deixe de ser feita numa perspetiva anual, passando a ser feita para a duração remanescente do empréstimo. Empréstimos sem deterioração de rating são assim considerados em estágio 1, empréstimos com deterioração de rating são considerados em estágio 2, sendo o estágio 3 constituídos por empréstimos com evidência objetiva de default.

Em termos genéricos, uma degradação significativa de rating a partir do reconhecimento inicial, para um ativo financeiro cujo rating no momento de reconhecimento inicial seja superior a BBB, é dada pela descida de pelo menos 2 notações de rating abaixo de BBB. Para um ativo financeiro cujo rating no momento de reconhecimento inicial seja BBB ou inferior, é considerada uma degradação significativa de rating quando existe uma descida de pelo menos 2 notações de rating face à notação inicial. Esta decisão será sempre suportada numa análise caso a caso dos fatores da descida do rating.

As provisões para perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, a provisão para perdas de créditos esperadas reflete quantitativamente a perda expectável de um evento de incumprimento nos próximos 12 meses (12 month expected credit losses).

No caso das outras exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, é requerida uma provisão para as perdas de crédito ao longo da vida restante da exposição, independentemente do momento do incumprimento, o que é qualificado como uma perda de crédito lifetime (lifetime expected credit losses).

À data de cada reporte, a Companhia avalia se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer a avaliação, a Companhia compara o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reporte com o risco de incumprimento do instrumento financeiro à data do reconhecimento inicial e considera todas as informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos.

A Companhia utiliza para a avaliação creditícia os ratings de pelo menos 3 agências credenciadas pelo regulador European Insurance and Occupational Pensions Authority (EIOPA) aplicando o critério do segundo melhor rating, limitado, em termos gerais, ao rating da emissão ou, caso não disponível ou não aplicável, ao rating do emitente ou alternativamente ao rating do grupo financeiro correspondente. Em último caso, numa situação em que esta informação não esteja disponível, a Companhia procura aferir, através de uma metodologia de scoring, um rating interno baseado numa análise das demonstrações financeiras disponíveis.

A Companhia considera um ativo financeiro como estando em incumprimento quando este estiver vencido há 90 dias, sendo improvável que a Companhia receba os valores contratuais em aberto na íntegra. O valor contabilístico de um ativo financeiro nesta fase, estágio 3, é reduzido refletindo meramente o recovery value não havendo expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Classificação dos instrumentos financeiros por estágios

	Variação do risco de crédito desde o reconhecimento inicial		
	Estágio 1	**Estágio 2**	**Estágio 3**
Critério de classificação	Reconhecimento inicial	Aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	Em situação de imparidade
Perdas por imparidade	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas e ativos financeiros ao custo amortizado estão sujeitos à aplicação do modelo de imparidade sob a abordagem geral e são classificados nos seguintes estágios para mensuração das provisões para perdas de crédito esperadas:

- **Estágio 1:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito não aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e para os quais a provisão para perdas é mensurada por um valor igual a uma perda de crédito esperada a 12 meses;

- **Estágio 2:** Instrumentos financeiros para os quais o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, mas que não são ativos financeiros com redução ao valor recuperável e para os quais a provisão para perdas é avaliada num valor igual à perda de crédito lifetime;

- **Estágio 3:** Ativos financeiros com redução ao valor recuperável à data do reporte (mas que não foram comprados ou originados com redução ao valor recuperável) e que estão em imparidade (ativos em default).

Abordagem Simplificada

A Companhia avalia as perdas de crédito esperadas associadas à rubrica de Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações, tendo por base informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis e que sejam suscetíveis de afetar o risco de crédito. A avaliação depende da natureza do ativo, sendo para os recibos por cobrar efetuada uma análise de incobrabilidade dos prémios e para os mediadores, resseguradores e outros devedores uma análise baseada no negócio e experiência passada das perdas.

2.5. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento, são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, na rubrica Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efetuadas por peritos independentes.

2.6. Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida.

Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao uso destes ativos são reconhecidos como gastos do exercício, exceto no que se refere às despesas que reúnam as condições passíveis de serem capitalizáveis e as quais são depreciadas ao longo da respetiva vida útil.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, de acordo com as taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos ativos e são registadas em gastos do exercício, às seguintes taxas de depreciação:

Tipo de ativos	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento administrativo	8-10
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	6
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5-10
Direito de uso - Imóveis	3-19
Direito de uso - Frota automóvel	4-5

Os terrenos não são objeto de depreciação, tendo em conta que estes não têm uma vida útil definida. A Companhia avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas nos resultados do exercício, na rubrica Perdas de imparidade (líquidas de reversão) de outros. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do respetivo ativo.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo tangível é determinado como base na diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do respetivo ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Adicionalmente, os imóveis em construção são reconhecidos ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade e não são amortizáveis. Os custos dos mesmos compreendem o custo direto de construção e os custos inerentes ao empréstimo obtido para a construção destes imóveis. Os imóveis em construção são reclassificados para imóveis firmes, quando se encontrarem disponíveis para uso.

2.7. Locações

Na data de início de um contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é, ou contém, uma locação se transmitir o direito de controlo de uso de um ativo identificável para um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato transmite esse direito, a Companhia avalia o seguinte: i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável - este poderá ser implícito ou explícito, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade do ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substantivo, então o ativo não é identificável; ii) a Companhia tem direito a obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o período de uso, e iii) a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo. A Companhia tem esse direito quando tem os direitos de tomada de decisão mais relevantes para alterar como e com que objetivo o ativo é usado. Raras vezes, quando o local onde as referidas decisões são tomadas é predeterminado, a Companhia tem o direito de definir o uso do ativo caso: (i) a Companhia tem o direito para operar o ativo; ou (ii) a Companhia projeta um ativo de uma forma que determina o como e com que objetivo este irá ser utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que que contenha uma componente de locação, a Companhia aloca a contrapartida no contrato para cada componente de locação com base no seu preço relativo individual. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios nas quais a entidade é locatário, a Companhia optou por não separar as componentes de não locação e contabilizar as componentes de locação e não locação como uma única componente de locação.

Locatário

Na data de início de uma locação, o locatário reconhece um passivo pela obrigação de efetuar pagamentos ao locatário e um ativo que representa o direito de uso do ativo subjacente durante o prazo da locação. Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O locatário deve mensurar o passivo da locação pelo valor presente dos pagamentos de locação que não estejam liquidados nessa data. A taxa de desconto dos pagamentos será determinada como a taxa implícita no contrato de locação, ou seja, a taxa que faz com que o valor atualizado dos pagamentos de locação e o valor residual não garantido seja igual ao justo valor do ativo subjacente acrescido dos custos diretos suportados pelo locador. Se a taxa implícita na locação não for facilmente determinável, irá ser usada a taxa incremental de financiamento, isto é, uma taxa de desconto que é possível obter para conseguir, com a mesma maturidade e garantia semelhante, os fundos necessários para a aquisição do ativo subjacente.

Após essa data, o locatário deve mensurar o passivo:

i) Aumentando a quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o passivo da locação;
ii) Reduzindo a quantia escriturada de modo a refletir os pagamentos de locação efetuados;
iii) Remensurando a quantia escriturada para refletir qualquer reavaliação ou alteração da locação.

A Companhia optou por utilizar as isenções aplicáveis à norma sobre contratos de locação para os quais os termos do arrendamento terminam dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial (com exceção das locações relativas a arrendamento de imóveis), e sobre contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. A Companhia possui locações de determinados equipamentos de escritório (por exemplo, computadores pessoais) consideradas de baixo valor. A Companhia elegeu ainda a opção de separar as locações das componentes que não são locação (serviço) e considerar apenas a componente de locação na aplicação desta norma.

Para todos os contratos de locação abrangidos pelas isenções, os pagamentos de locações associados a esses contratos são reconhecidos como gastos.

2.8. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos, com exceção dos projetos informáticos estruturantes, podendo ir até a um período de 10 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gastos no exercício em que são incorridas.

2.9. Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2025 e 2024 é de 21,5% e 22,5%, respetivamente, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 9% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

As contas das sucursais da Companhia são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

A Companhia é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Fidelidade (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das sociedades dominadas que integram o RETGS.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a (i) regime transitório estabelecido na Lei n.º 82-A/2023, de 29 de dezembro decorrente da adoção da norma contabilística IFRS 17 – Contratos de Seguros, (ii) efeito financeiro dos contratos de seguro e resseguro e (iii) valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa que venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

A Companhia procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e, (ii) os ativos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

A Companhia cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas suas demonstrações financeiras.

2.10. Provisões, passivos e ativos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As Outras provisões destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas às contas, quando for provável a existência de influxo de benefícios económicos futuros.

2.11. Contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento

A Companhia adota a IFRS 17 – Contratos de seguro, que estabelece os princípios contabilísticos que uma entidade deve aplicar ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro.

Ativos e passivos cobertos por contratos de seguro e resseguro

a) Classificação

Contratos de seguro e contratos de resseguro aceite

Atualmente a Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, financeiro ou de ambos. Assim, foi avaliado se os contratos detidos pela Companhia aceitam um risco de seguro significativo de outra parte, concordando em compensar o tomador do seguro se ocorrer um evento futuro incerto que o afete adversamente. A Companhia também comercializa contratos com risco maioritariamente financeiro (com risco de seguro não significativo) em que existe uma participação nos resultados discricionária atribuída aos tomadores de seguro, sendo os mesmos considerados como contratos de seguro.

No caso de contratos em que o risco é essencialmente financeiro, sem a participação discricionária nos resultados referida anteriormente, a Companhia regista estes contratos como instrumentos financeiros e assim mensurados conforme a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

Contratos de resseguro cedido

A Companhia celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro para uma ou mais entidades resseguradoras, sendo estes acordos também mensurados no âmbito da IFRS 17.

b) Agrupamento

A Companhia agrupa os contratos de seguro em função:

• de estarem sujeitos a riscos similares e serem geridos em conjunto;

• da sua rentabilidade ou onerosidade;

• do seu ano de emissão ou cohort (coincidente com o ano civil).

De um modo geral, a Companhia classifica a rendibilidade dos contratos em dois grupos:

• contratos onerosos;

• contratos não onerosos ou sem probabilidade significativa de se tornarem onerosos.

De acordo com a IFRS 17, a Companhia aplica esta metodologia também para os contratos de resseguro cedido.

c) Reconhecimento

A Companhia reconhece um grupo de contratos de seguro a partir da primeira das seguintes datas:

• início do período de cobertura dos contratos;

• em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro se torna exigível;

• para um grupo de contratos onerosos, a data em que o mesmo se torna oneroso.

d) Modelos de mensuração dos contratos de seguro

A avaliação dos contratos de seguro baseia-se num modelo que utiliza pressupostos atualizados em cada data de reporte, existindo várias abordagens de cálculo.

i) Modelo geral (GMM)

Este é o método por defeito para a avaliação dos contratos de seguro, exceto se estiverem reunidas as condições para a aplicação da Abordagem da imputação do prémio ou da Abordagem de taxa variável. O Modelo geral exige que as entidades valorizem os contratos de seguro pelo total de:

1. Cumprimento de fluxos de caixa, que incluem:

a. estimativas dos fluxos de caixa futuros que estejam dentro das fronteiras contratuais;

b. descontados de forma a refletir o valor temporal do dinheiro, e os riscos financeiros inerentes a estes fluxos; e

c. ajustamento do risco dos fluxos de caixa futuros para a incerteza associada aos pressupostos não financeiros.

2. Margem de Serviço Contratual (CSM): que representa o lucro esperado ainda não realizado dos grupos de contratos de seguro e será reconhecido em Réditos de contratos de seguro na Demonstração dos Resultados à medida que o serviço for prestado.

ii) Abordagem de imputação do prémio (PAA)

Este é um método simplificado do modelo geral, aplicável a contratos com um período de cobertura igual ou inferior a um ano, ou para contratos com uma duração superior em que a avaliação do passivo de cobertura remanescente não difere significativamente da apurada pelo modelo geral.

O passivo relativo a sinistros ocorridos deve ser calculado através da inclusão de todos os fluxos de caixa futuros decorrentes do cumprimento de sinistros ocorridos que não tenham sido pagos, utilizando as taxas de desconto e o ajustamento de risco para o risco não financeiro.

No reconhecimento inicial, o ativo/passivo de contratos de seguro por serviços futuros deve consistir em:

• prémios recebidos no reconhecimento inicial;

• menos os fluxos de caixa da aquisição de seguros nessa data; e

• qualquer montante resultante do desreconhecimento nessa data do ativo ou passivo reconhecido para os fluxos de caixa da aquisição do seguro.

No reconhecimento inicial, bem como ao longo do período de cobertura dos contratos, é feita uma avaliação para determinar se existem factos e circunstâncias que indiquem que os contratos são onerosos. Um grupo de contratos é considerado oneroso na medida em que os fluxos de caixa decorrentes da sua execução excedam o seu valor contabilístico.

Nestes casos, é registada uma perda na rubrica Gastos de contratos de seguro da Demonstração dos Resultados e a rubrica Passivos por contratos de seguro é acrescida da cobertura remanescente, que é amortizada durante o período de vigência dos contratos.

Por tipologia de produtos, os modelos adotados para a mensuração de contratos de seguro e resseguro da Companhia são:

Segmento	Tipo de produto	Modelo de mensuração
Ramo vida	Rendas	GMM
	Capitalização	
	Risco [1]	
	Risco [2]	PAA
	Resseguro	
Ramo não vida	Resseguro	PAA
	Seguro Direto	

[1] Com limite contratual superior a um ano;
[2] Produtos cujo período de cobertura seja igual ou inferior a um ano; e/ou aqueles cuja mensuração de contratos sob PAA e GMM (i) não difere significativamente e (ii) não é expectável uma variabilidade significativa na estimativa de fluxos de caixa futuros.

Estimativa de fluxos de caixa futuros

O apuramento das estimativas de fluxos de caixa futuros tem em consideração:

- a incorporação, de forma imparcial, de todas as informações disponíveis razoáveis e suportáveis sem custos ou esforços excessivos sobre o montante, momento e incerteza desses fluxos de caixa futuros. Para tal, a Companhia estima o valor esperado para um vasto leque de resultados possíveis;

- refletir a perspetiva da Companhia, desde que as estimativas das variáveis de mercado relevantes sejam consistentes com os preços de mercado observáveis para estas mesmas variáveis;

- as estimativas refletirem as condições existentes à data da mensuração, incluindo pressupostos à data sobre o futuro (serem correntes); e

- que a Companhia estima o ajustamento para o risco não financeiro separadamente das outras estimativas, assim como o ajustamento para o valor temporal do dinheiro e o risco financeiro.

Relativamente ao resseguro cedido, por serviços passados, a Companhia apura o ajustamento de risco, para o risco não financeiro, de modo a representar o montante de risco transferido pelo tomador da Companhia de contratos de resseguro para emitente desses contratos.

Taxa de desconto – valor temporal do dinheiro

A Companhia realiza o ajustamento às estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros relacionados com estes fluxos de caixa utilizando taxas de desconto que, de acordo com o normativo:

- reflitam o valor temporal do dinheiro, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;

- sejam consistentes com os preços de mercado atuais observáveis para os instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características sejam consistentes com as dos contratos de seguro; e

- excluam o efeito dos fatores que influenciam os preços de mercado observáveis que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Assim, a Companhia optou por utilizar, a curva sem risco fornecida pela EIOPA adicionando o ajustamento de volatilidade (bottom-up), para os ramos não vida e vida risco.

Adicionalmente, é utilizada a metodologia top-down para obter as taxas de desconto a aplicar à nova produção dos grupos de contratos vida, partindo de uma taxa de desconto de um instrumento financeiro de referência com características semelhantes às do passivo e eliminando a probabilidade de incumprimento, para produtos vida.

Para a apresentação dos custos e proveitos financeiros dos contratos de seguro decorrentes da alteração da taxa de desconto, quer pelo efeito do valor temporal do dinheiro, quer pelo efeito do risco financeiro, a Companhia optou pela política contabilística de repartir estes custos e proveitos financeiros entre o registo no Resultado da componente financeira e no Outro rendimento integral, de forma a minimizar as assimetrias contabilísticas na valorização e reconhecimento dos investimentos financeiros no âmbito da IFRS 9 e dos contratos de seguro no âmbito da IFRS 17.

Por tipologia de produtos, as abordagens para determinação das taxas de desconto aplicadas são:

Segmento	Tipo de produto	Modelo de mensuração
Ramo vida	Rendas	Top-down
	Risco	Bottom-up
	Capitalização com taxa garantida	Abordagem estocástica
Ramo não vida	Resseguro	Bottom-up
	Seguro Direto	

As taxas de desconto utilizadas com referência a 31 de dezembro de 2025 e 2024 são como se segue:

Maturidade (ANOS)	Grupo de Contratos mensurados pelo PAA		Grupo de Contratos mensurados pelo GMMm*	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
1	2,216%	2,466%	2,574%	2,736%
2	2,303%	2,323%	2,786%	2,731%
3	2,423%	2,323%	2,903%	2,848%
4	2,526%	2,350%	3,034%	3,058%
5	2,619%	2,372%	3,233%	3,265%
6	2,705%	2,400%	3,329%	3,401%
7	2,791%	2,428%	3,549%	3,426%
8	2,864%	2,452%	3,671%	3,569%
9	2,933%	2,473%	3,753%	3,596%
10	3,003%	2,497%	3,828%	3,619%
15	3,247%	2,562%	3,924%	3,352%
20	3,349%	2,489%	3,871%	3,370%
25	3,393%	2,510%	3,863%	3,695%
30	3,406%	2,576%	3,849%	3,908%
35	3,407%	2,648%	3,849%	3,908%
40	3,403%	2,713%	3,849%	3,908%
45	3,397%	2,770%	3,849%	3,908%
50	3,390%	2,819%	3,849%	3,908%

(*) Produtos de capitalização com taxa garantida com participação nos resultados.

Maturidade (ANOS)	Bottom Up Grupo de Contratos mensurados pelo GMM 31.12.2025	 31.12.2024	Top Down Grupo de Contratos mensurados pelo GMM 31.12.2025	 31.12.2024
1	2,216%	2,466%	2,897%	2,835%
2	2,303%	2,323%	3,046%	2,960%
3	2,423%	2,323%	3,254%	3,056%
4	2,526%	2,350%	3,377%	3,135%
5	2,619%	2,372%	3,502%	3,204%
6	2,705%	2,400%	3,526%	3,263%
7	2,791%	2,428%	3,626%	3,346%
8	2,864%	2,452%	3,729%	3,394%
9	2,933%	2,473%	3,794%	3,422%
10	3,003%	2,497%	3,828%	3,440%
15	3,247%	2,562%	3,799%	3,456%
20	3,349%	2,489%	3,685%	3,433%
25	3,393%	2,510%	3,579%	3,406%
30	3,406%	2,576%	3,493%	3,382%
35	3,407%	2,648%	3,427%	3,361%
40	3,403%	2,713%	3,375%	3,344%
45	3,397%	2,770%	3,333%	3,330%
50	3,390%	2,819%	3,299%	3,319%

Ajustamento do risco não financeiro

O ajustamento do risco não financeiro reflete a compensação necessária para suportar a incerteza quanto ao montante e ao momento dos fluxos de caixa associados, que decorrem do risco não financeiro. A determinação do ajustamento deste risco baseia-se maioritariamente em informações sobre a melhor estimativa do passivo e dos requisitos de capital, que se baseiam no cálculo do Value at Risk (VaR) e Cost of Capital (CoC), com intervalo de confiança de 75%, das obrigações associadas aos contratos de seguro e, no caso do resseguro cedido, do risco transferido pela Companhia para o emitente dos contratos de resseguro.

A Companhia optou por desagregar as variações do risco financeiro e do risco não financeiro, pelo que a variação do valor do ajustamento de risco resultante do efeito do valor temporal do dinheiro é registada como resultado financeiro de seguros.

Margem de serviços contratuais (CSM)

A CSM representa o lucro esperado, ainda não realizado, dos grupos de contratos de seguro que será reconhecido à medida que o serviço for prestado. A CSM é, no final de cada período de reporte, o montante determinado no início do período, ajustado por:

- o efeito de novos contratos;
- juros creditados à CSM durante o período de reporte, calculados às taxas de desconto determinadas à data do reconhecimento inicial;
- alterações nos fluxos de caixa relacionados com o serviço futuro, a não ser que o aumento exceda o montante da CSM, gerando uma perda, ou que as reduções dos mesmos sejam imputadas à componente de perda do passivo de cobertura remanescente;
- o efeito das variações cambiais na CSM; e
- o montante reconhecido nos lucros ou prejuízos do período devido a serviços prestados nesse período.

O critério geral para a libertação da CSM deve ter como principal fator o serviço de seguro prestado, dependendo da tipologia do produto, sendo que o método considerado reflete a cobertura de seguro prestada em cada período. Para o efeito, será tido em consideração o montante das prestações concedidas aos tomadores de seguros em cada momento, de acordo com os diferentes níveis de cobertura.

Relativamente ao resseguro cedido, não existe um lucro esperado ainda não realizado, mas sim um gasto/rédito líquido na aquisição do contrato de resseguro. Deste modo, no reconhecimento inicial a Companhia reconhece um gasto/rédito líquido na aquisição pela Companhia de contratos de resseguro como uma margem de serviços contratuais apurada de acordo com:

- o cumprimento dos fluxos de caixa;
- o montante desreconhecido na data de reporte de qualquer ativo/passivo reconhecido anteriormente pelos fluxos de caixa da Companhia de contratos de resseguro;
- novos fluxos de caixa; e
- rendimentos reconhecidos na Demonstração de Resultados do exercício.

Contratos onerosos

A Companhia classificou os contratos mensurados pelo modelo geral em grupos de onerosidade, tendo em conta o cumprimento dos fluxos de caixa, os custos de aquisição e quaisquer outros fluxos atribuíveis aos contratos de seguro. A avaliação é normalmente efetuada contrato a contrato. Os contratos mensurados através da Abordagem da imputação do prémio são, por defeito, assumidos como não onerosos no reconhecimento inicial, a não ser que factos e circunstâncias indiquem o contrário.

À semelhança da margem de serviço contratual, que representa o lucro futuro estimado do contrato de seguro, a componente de perda é a perda estimada do contrato. O reconhecimento contabilístico destes dois elementos acontece em momentos distintos: enquanto a margem é diferida ao longo da vida do contrato de acordo com os seus limites contratuais, a componente de perda é reconhecida na Demonstração de Resultados logo que a sua existência seja conhecida. Assim, durante a vida de um contrato, os pressupostos utilizados para projetar os fluxos de caixa futuros podem mudar e, consequentemente, a rentabilidade esperada de um contrato pode aumentar ou diminuir.

Isto significa que um grupo de contratos inicialmente classificados como onerosos pode tornar-se mais oneroso ou, inversamente, numa mensuração subsequente, os pressupostos utilizados nos fluxos de caixa podem alterar-se de tal forma que a perda anteriormente reconhecida possa ser revertida.

Responsabilidades para com subscritores de produtos Unit-linked e seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pela Companhia em que o risco é suportado pelo tomador (produtos Unit-linked) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento.

As carteiras de investimentos afetas a produtos Unit-linked são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na Demonstração dos Resultados.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as responsabilidades são reconhecidas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo do contrato descontado até à data de cálculo à taxa garantida. Estes passivos encontram-se registados na rubrica Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento.

Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 17, e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IFRS 9 e registadas na rubrica Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados.

O registo de imparidade sobre estes saldos obedece à IFRS 9 conforme o processo descrito na nota 2.4 d).

2.12. Comissões

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na Demonstração dos Resultados ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.13. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – Benefícios dos empregados.

Benefícios pós emprego

Plano de benefício definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador (CCT 2008), a Companhia concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora. Atualmente este Plano abrange os já beneficiários dos Fundos de Pensões (reformados) e os trabalhadores que transitaram à situação de pré-reforma e que a essa data se encontravam abrangidos pelo CCT 2008.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;

- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millennium BCP, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do Fundo de Pensões do Pessoal da Império Bonança;

- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (no ativo, atualmente 2), com níveis salariais internos XVII, oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação. Ao complemento à pensão da Segurança Social são deduzidos eventuais benefícios de reforma decorrentes dos outros planos de pensões.

Os planos de benefício definido são financiados através de fundos de pensões fechados. Nestes fundos encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas. Estes planos perfazem os requisitos de classificação de planos de benefício definido, uma vez que cumprem os critérios de determinação do valor da pensão que um trabalhador receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método Unit Credit Projected, e pressupostos atuariais considerados adequados (nota 29). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e, (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento estimado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral (Outras reservas).

O gasto do exercício que inclui: (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões e outros benefícios, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e, (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período, é refletido pelo valor líquido na rubrica de Gastos com pessoal. O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em Gastos com pessoal.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), têm direito a um plano de pensões (PIR), plano este, de contribuição definida e que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT's.

Em conformidade com as regras previstas no referido IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições da Companhia para o atual plano de pensões são efetuadas de acordo com o previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, publicado a 8 de fevereiro de 2019 (ACT 2019), correspondendo ao valor que resulta da aplicação da percentagem de 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador.

Benefícios de saúde

A Companhia comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação entre junho de 1998 e julho de 2005, suportando a quase totalidade dos respetivos encargos.

Tratando-se de um benefício definido, o seu reconhecimento e mensuração é equivalente ao plano de benefício com pensões.

Benefícios de longo prazo

É atribuível aos administradores executivos, uma componente de remuneração variável com uma parcela de curto prazo e outra de médio prazo, ambas condicionadas ao desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos e quantificáveis, de carácter financeiro e não financeiro. A componente variável é dividida em duas parcelas, denominadas Remuneração Variável de Curto Prazo ("RVCP") e Remuneração Variável de Longo Prazo ("RVLP"), ocorrendo a sua atribuição posteriormente à aprovação das contas de cada exercício e uma vez verificado o cumprimento de objetivos predefinidos, ambas condicionadas ao desempenho individual de cada administrador executivo e organizacional. A RVLP é diferida durante 3 anos e está sujeita ao cumprimento de determinadas condições.

Benefícios de curto prazo

Os restantes benefícios de curto prazo, como sejam comparticipações de despesas de educandos de colaboradores, seguros de Vida, descontos em outros tipos de seguros e remunerações variáveis quando haja lugar ao seu pagamento aos empregados, são contabilizados como custo do exercício a que respeitam.

2.14. Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes, grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata, sujeita aos termos de venda habitualmente aplicáveis a estes tipos de ativos, e a sua venda seja altamente provável, de acordo com o definido na IFRS 5.

Imediatamente antes da sua classificação como ativos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes é efetuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

2.15. Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e os resultados das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Justo valor dos instrumentos financeiros e de perdas por imparidade em ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

Estas metodologias requerem a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor. Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na nota 2.4. d). No que respeita à definição do rating interno é utilizada uma metodologia de scoring baseada em indicadores financeiros que pretendem avaliar a capacidade de solvência dos compromissos financeiros do emitente.

A avaliação do rating interno consiste na análise de uma variedade de fatores quantitativos e qualitativos para avaliar a solvabilidade de uma empresa, incluindo a sua vantagem competitiva, escala e diversificação, eficiência operacional e rentabilidade. Esses fatores são avaliados para determinar a probabilidade de uma empresa ser capaz de cumprir as suas obrigações financeiras. Os principais fatores considerados são os seguintes:

- Vantagem competitiva - A Companhia considera a posição estratégica e atratividade para os clientes de uma empresa. Isto inclui fatores como a sua estratégia geral, a singularidade e qualidade dos seus produtos ou serviços, a sua quota de mercado e quaisquer barreiras à entrada que existam nessa indústria. Além disso, a vantagem tecnológica da empresa ou vulnerabilidade à substituição tecnológica também é considerada;

- Escala, alcance e diversificação - É analisada a concentração ou diversificação das atividades comerciais de uma empresa. Isso inclui fatores como diversificação de produtos e diversificação geográfica, que é conjugado com fatores quantitativos como a dimensão do mercado em que opera e as suas receitas;

- Eficiência operacional - A Companhia avalia a qualidade e flexibilidade da base de ativos de uma empresa e a sua capacidade de gerir a sua base de custos. Isto inclui fatores como estrutura de custos, processos de fabricação e gestão de capital de trabalho;

- Rentabilidade - São conjugadas várias métricas quantitativas como projeções ou a volatilidade da rentabilidade ao longo do tempo.

Desta avaliação resulta uma avaliação concreta, um rating interno preliminar, o qual poderá ainda ser ajustado em ambos os sentidos com outros fatores qualitativos, tais como a constituição da equipa de gestão e a sua governança ou a influência de um acionista maioritário, de um grupo ou do Estado.

A Companhia considera as Probabilidades de Default (PD) e Loss Given Default (LGD) com base em informação pública disponibilizada pelas principais agências de rating.

Em emissões que são repack, e na medida em que temos visibilidade dos ativos subjacentes, usamos o rating médio das emissões consideradas no veículo. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IFRS 9.

Imparidade de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia avalia anualmente ou sempre que existam indícios de que determinado investimento possa estar em imparidade, com referência ao final do exercício o valor recuperável dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos. Sempre que possível, o valor recuperável é determinado com base em metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando a estratégia para cada entidade, as condições de mercado e o valor temporal e os riscos de negócio para os quais são utilizados determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor. Nos restantes casos, o valor recuperável é determinado com base nos Capitais Próprios de cada entidade.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de valorização dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos, com impacto nos resultados da Companhia.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na nota 2.11. O cálculo das responsabilidades reflete uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

As responsabilidades relativas aos produtos Vida tradicionais e rendas foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

As responsabilidades relativas aos produtos Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos, nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas, incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária incluem (i) responsabilidade de serviços futuros, desagregado por estimativa do valor atual dos fluxos de caixa esperados, ajustamento de risco (RA) e margem de serviço contratual (CSM), e (ii) responsabilidade de serviços passados.

A responsabilidade de serviços passados tem por base a responsabilidade para sinistros ocorridos à data do balanço.

A Companhia estabelece passivos para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados e na sua determinação avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As responsabilidades são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A Companhia regista passivos ("provisões" ou "responsabilidades") do ramo Não Vida para cobrir os pagamentos a efetuar considerando a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. Os passivos para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estes passivos estimados correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência e custo da sinistralidade e outros fatores.

As variáveis utilizadas na determinação da estimativa das responsabilidades podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos, nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva. Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As responsabilidades são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação dos passivos de contratos de seguro de serviços passados e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas. Na nota 42 é divulgada informação adicional sobre pressupostos na avaliação dos riscos e análises de sensibilidade.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

2.16. Adoção das normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

Alterações à IAS 21 - Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio: Falta de Convertibilidade

Em 15 de agosto de 2023, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu Alterações à IAS 21 - Efeitos de Alterações nas Taxas de Câmbio.

As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se uma moeda é convertível ou não e como deve determinar uma taxa de câmbio à vista em situações de falta de convertibilidade.

Uma moeda é convertível por outra moeda quando uma entidade é capaz de trocar essa moeda por outra moeda na data de mensuração e para uma finalidade específica. Quando uma moeda não é convertível, a entidade tem de estimar uma taxa de câmbio à vista.

De acordo com as alterações, as entidades terão de fornecer novas divulgações para ajudar os utilizadores a avaliarem o impacto da utilização de uma taxa de câmbio estimada nas demonstrações financeiras. Essas divulgações poderão incluir:

(i) a natureza e os impactos financeiros da moeda não ser convertível;
(ii) a taxa de câmbio à vista utilizada;
(iii) o processo de estimativa; e
(iv) os riscos para a entidade decorrentes de a moeda ser convertível.

As alterações aplicam-se aos períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2025. A aplicação antecipada é permitida.

Esta norma não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

Melhoramentos anuais

Em 18 de julho de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações limitadas às IFRS e respetivas orientações, decorrentes da manutenção regular efetuada às normas. As alterações incluem clarificações, simplificações, correções e modificações efetuadas com o objetivo de melhorar a consistência de várias IFRS.

O IASB alterou a:

- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, para clarificar alguns aspetos relacionados com a aplicação da contabilidade de cobertura por uma entidade que está a preparar pela primeira vez demonstrações financeiras de acordo com as IFRS;

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e o respetivo guia de implementação, de forma a clarificar: (i) o guia de aplicação, no que se refere ao ganho e perda no desreconhecimento; e (ii) o guia de implementação, nomeadamente a sua introdução, parágrafo do justo valor (divulgações referentes à diferença entre justo valor e preço de transação) e à divulgação do risco de crédito;

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros para: (i) exigir que as entidades mensurem inicialmente uma conta a receber sem uma componente de financiamento significativa pela quantia determinada pela aplicação da IFRS 15, e (ii) esclarecer que, quando um passivo de locação é desreconhecido, o desreconhecimento é contabilizado ao abrigo da IFRS 9. No entanto, quando um passivo de locação é modificado, a modificação é contabilizada ao abrigo da IFRS 16 Locações. A alteração estabelece que, quando os passivos de locação são desreconhecidos ao abrigo da IFRS 9, a diferença entre a quantia escriturada e a retribuição paga é reconhecida nos resultados;

- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidada, clarificação na determinação de "agente de facto"; e,

- IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa, alteração de pormenor no parágrafo relacionado com Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.

As alterações aplicam-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2026. A aplicação antecipada é permitida.

A Companhia não antecipa quaisquer impactos nas demonstrações financeiras decorrentes da introdução destas alterações.

Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As alterações visam resolver a diversidade na aplicação da norma, tornando os requisitos mais compreensíveis e consistentes.

Estas alterações têm como objetivos:

- Clarificar a classificação de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governo corporativo (ESG) e similares, uma vez que estas características em empréstimos podem afetar se os empréstimos são mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor. Para resolver qualquer potencial diversidade na aplicação prática, as alterações esclarecem como os fluxos de caixa contratuais dos empréstimos devem ser avaliados.

- Clarificar a data em que um ativo financeiro ou passivo financeiro é desreconhecido quando a sua liquidação é efetuada por meio de sistemas de pagamento eletrónicos. Existe uma opção de política contabilística que permite o desreconhecimento de um passivo financeiro antes de entregar o dinheiro na data de liquidação, caso certos critérios sejam cumpridos.

- Melhorar a descrição do termo "sem recurso", de acordo com as alterações, um ativo financeiro possui características de sem recurso se o direito final de receber fluxos de caixa de uma entidade for contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. A presença de características sem recurso não exclui necessariamente o ativo financeiro de cumprir com o SPPI, mas as suas características precisam ser cuidadosamente analisadas.

- Clarificar que um instrumento contratualmente vinculado (linked instrument) deve apresentar uma estrutura de pagamento em cascata que cria uma concentração de risco de crédito ao alocar as perdas de forma desproporcional entre as diferentes tranches. A pool subjacente pode incluir instrumentos financeiros que não estão no âmbito da classificação e mensuração da IFRS 9 (por exemplo, contratos de locação financeira), mas deve ter fluxos de caixa equivalentes ao critério SPPI.

- O IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação referentes a investimentos em ações designados a justo valor através de outro rendimento integral e instrumentos financeiros com características contingentes, por exemplo características ligadas a metas ESG.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026. A adoção antecipada é permitida. A Companhia irá avaliar os impactos que esta alteração terá nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em 9 de abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB ou Conselho) emitiu a nova norma, IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras.

As principais mudanças introduzidas por esta norma são:

- Promoção de uma demonstração dos resultados mais estruturada. Em particular, introduz um novo subtotal "lucro operacional" (bem como a respetiva definição) e o requisito que todas as receitas e despesas sejam classificadas em três novas categorias distintas com base nas principais atividades comerciais de uma entidade: Operacional, Investimento e Financiamento.

- Exigência para que as entidades analisem as suas despesas operacionais diretamente na face da demonstração dos resultados – seja por natureza, por função ou de forma mista.

• Exigência para que algumas das medidas 'não-GAAP' que a Companhia utiliza sejam relatadas nas demonstrações financeiras. A norma define MPMs (Medidas de Desempenho não-GAAP) como um subtotal de receitas e despesas que:

- são utilizadas em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras; e,

- comunicam a visão do conselho de administração sobre o desempenho financeiro.

Para cada MPM apresentada, as entidades necessitam explicar numa única nota das demonstrações financeiras o motivo pelo qual a medida fornece informações úteis, como é calculada, e reconciliá-la com um valor determinado de acordo com as IFRS.

• Introdução de orientações aperfeiçoadas sobre como as entidades agrupam informações nas demonstrações financeiras. Inclui orientações sobre se as informações materiais estão incluídas nas demonstrações financeiras primárias ou estão mais detalhadas nas notas.

A norma aplica-se a períodos de reporte anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2027 e aplica-se retrospetivamente. A aplicação antecipada é permitida.

A Companhia irá avaliar os impactos que a norma terá nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, identificamos as seguintes normas, que não são aplicáveis à Companhia:

- IFRS 19 - Subsidiárias sem Prestação de Contas Públicas: Divulgações;

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos referentes a eletricidade dependente da natureza; e

- Alterações para conversão de informação financeira de uma moeda não-hiperinflacionária para uma moeda hiperinflacionária.

3. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Caixa	801.716	500.478
Depósitos à ordem	361.268.767	308.531.225
	362.070.483	**309.031.703**

Para efeitos da Demonstração de Fluxos de Caixa, a rubrica Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

4. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

		2025			
Setor de atividade/Entidade	País	% Participação efetiva	Valor bruto	Imparidade	Valor de balanço
Filiais					
Segurador					
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Portugal	100,00%	113.205.508	-	113.205.508
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	75.922.290	-	75.922.290
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	41.000.000	-	41.000.000
Fidelidade Re - Companhia de Resseguros, S.A. (anterior CPR)	Portugal	100,00%	14.315.928	-	14.315.928
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	Angola	69,51%	13.239.203	(2.896.909)	10.342.294
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde	55,89%	6.260.184	-	6.260.184
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	17.889.052	-	17.889.052
Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	18.811.806	-	18.811.806
Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros, S.A.	Moçambique	70,00%	47.070.607	-	47.070.607
			347.714.578	**(2.896.909)**	**344.817.669**
Imobiliário					
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Portugal	100,00%	1.637.559.930	-	1.637.559.930
Fidelidade - Property International, S.A.	Portugal	100,00%	56.664.012	(12.741.438)	43.922.574
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Portugal	100,00%	1.500.000	-	1.500.000
EA One Holding, Inc.	EUA	73,24%	51.150.305	(12.261.149)	38.889.157
			1.746.874.248	**(25.002.587)**	**1.721.871.661**
Saúde					
Luz Saúde, S.A.	Portugal	99,86%	526.240.020	-	526.240.020
Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	1.584.757	-	1.584.757
			527.824.778	**-**	**527.824.778**

(continuação)

(valores em euros)

Setor de atividade/Entidade	País	2025			
		% Participação efetiva	Valor bruto	Imparidade	Valor de balanço
Holding de seguros					
FID Peru, S.A.	Perú	99,88%	232.392.342	-	232.392.342
FID Chile, SpA	Chile	100,00%	50.430.574	-	50.430.574
the prosperity company AG	Liechtenstein	70,00%	27.513.859	-	27.513.859
			310.336.775	**-**	**310.336.775**
Outros setores					
Cetra - Centro Técnico de Reparação					
Automóvel, S.A.	Portugal	100,00%	2.273.053	-	2.273.053
GEP - Gestão de Peritagens, S.A.	Portugal	100,00%	100.000	-	100.000
FID Loans 1 (Ireland) Limited	Irlanda	100,00%	240.000.000	-	240.000.000
FID I&D, S.A.	Portugal	100,00%	3.345.000	-	3.345.000
Tenax Capital Limited	Reino Unido	80,00%	5.838.692	-	5.838.692
Fid Asset Management, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	1.692.588	-	1.692.588
Veterinários Sobre Rodas, Lda	Portugal	100,00%	5.365.575	-	5.365.575
Fineasy - Soluções Financeiras, S.A.	Portugal	70,00%	245.000	-	245.000
			258.859.908	**-**	**258.859.908**
			3.191.610.286	**(27.899.496)**	**3.163.710.790**
Associadas					
Outros setores					
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas					
Derivadas de Acidentes, S.A.	Portugal	34,78%	641.091		641.091
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	49,00%	1.147.479		1.147.479
			1.788.569	**-**	**1.788.569**
			3.193.398.856	**(27.899.496)**	**3.165.499.360**

(valores em euros)

Setor de atividade/Entidade	País	2024			
		% Participação efetiva	Valor bruto	Imparidade	Valor de balanço
Filiais					
Segurador					
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Portugal	100,00%	113.205.508	-	113.205.508
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	75.922.290	-	75.922.290
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal	100,00%	41.000.000	-	41.000.000
Fidelidade Re - Companhia de Resseguros, S.A. (anterior CPR)	Portugal	100,00%	14.315.928	-	14.315.928
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	Angola	69,25%	13.203.495	(3.633.783)	9.569.713
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	Cabo Verde	55,89%	6.260.184	-	6.260.184
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	17.889.052	-	17.889.052
Fidelidade Macau Vida – Companhia de Seguros, S.A.	Macau	99,99%	18.811.806	-	18.811.806
Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros, S.A.	Moçambique	70,00%	47.070.607	-	47.070.607
			347.678.870	**(3.633.783)**	**344.045.088**
Imobiliário					
Fidelidade - Property Europe, S.A.	Portugal	100,00%	1.652.559.930	-	1.652.559.930
Fidelidade - Property International, S.A.	Portugal	100,00%	56.664.012	(12.741.438)	43.922.574
Fidelidade - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Portugal	100,00%	1.500.000	-	1.500.000
EA One Holding, Inc.	EUA	73,24%	51.150.305	(12.411.093)	38.739.212
			1.761.874.248	**(25.152.531)**	**1.736.721.717**
Saúde					
Luz Saúde, S.A.	Portugal	99,86%	526.240.020	-	526.240.020
Clínica Fisiátrica das Antas, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00%	1.584.757	-	1.584.757
			527.824.778	**-**	**527.824.778**

(continuação)

(valores em euros)

Setor de atividade/Entidade	País	2024			
		% Participação efetiva	Valor bruto	Imparidade	Valor de balanço
Holding de seguros					
FID Peru, S.A.	Perú	99,88%	232.392.342	-	232.392.342
FID Chile, SpA	Chile	100,00%	50.430.574	-	50.430.574
the prosperity company AG	Liechtenstein	70,00%	27.513.859	-	27.513.859
			310.336.775	**-**	**310.336.775**
Outros setores					
Cetra - Centro Técnico de Reparação					
Automóvel, S.A.	Portugal	100,00%	2.273.053	-	2.273.053
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção					
e Segurança, S.A.	Portugal	100,00%	849.880	-	849.880
GEP - Gestão de Peritagens, S.A.	Portugal	100,00%	100.000	-	100.000
FID Loans 1 (Ireland) Limited	Irlanda	100,00%	240.000.000	-	240.000.000
FID I&D, S.A.	Portugal	100,00%	3.345.000	-	3.345.000
Tenax Capital Limited	Reino Unido	80,00%	5.838.692	-	5.838.692
Fid Asset Management, SGPS, S.A.	Portugal	100,00%	1.462.000	-	1.462.000
Veterinários Sobre Rodas, Lda	Portugal	88,00%	4.521.522	-	4.521.522
			258.390.146	**-**	**258.390.146**
			3.206.104.817	**(28.786.314)**	**3.177.318.504**
Associadas					
Outros setores					
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas					
Derivadas de Acidentes, S.A.	Portugal	34,78%	641.091	-	641.091
Serfun Portugal, SGPS, S.A.	Portugal	49,00%	1.147.479	-	1.147.479
			1.788.569	**-**	**1.788.569**
			3.207.893.386	**(28.786.314)**	**3.179.107.073**

Durante o exercício de 2025 ocorreram as principais alterações:

- reembolsos líquidos de reforços de prestações suplementares da Fidelidade - Property Europe, S.A. no montante global de 15.000.000 Euros;

- reforço de prestações suplementares da Fid Asset Management, SGPS, S.A. no montante de 230.588 Euros;

- em outubro de 2025 foi constituída a entidade FinEasy - Soluções Financeiras, S.A., detida a 70%;

- reforços de prestações suplementares da Veterinários Sobre Rodas, Lda. no montante global de 698.546 Euros;

- em outubro de 2025 a Veterinários Sobre Rodas, Lda passou a ser detida a 100%; e

- em dezembro de 2025 foi liquidada a entidade EAPS - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.

Com referência a 31 de dezembro de 2025, a Companhia procedeu à análise do valor recuperável das entidades que controla ou que tem influência significativa tendo registado as seguintes alterações:

- reversão de imparidade no montante de 736.873 Euros relativamente à Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.;

- reversão de imparidade no montante de 149.944 Euros relativamente à entidade EA One Holding, Inc.

Para determinar os fluxos de caixa futuros de cada entidade, quando utilizado o método de fluxos de caixa descontados no âmbito do teste de imparidade, o cálculo é baseado no modelo de negócios aprovado pela gestão de cada entidade, para um período de 5 anos. Os fluxos de caixa são então descontados com uma taxa de desconto que reflete adequadamente o risco de cada negócio e do mercado em que a empresa opera, variando entre 5,5% e 23,5% para dezembro de 2025.

Para os períodos posteriores ao modelo de negócio, os fluxos de caixa baseiam-se numa perpetuidade que reflete as taxas de crescimento a longo prazo esperadas para cada entidade com base nas taxas de crescimento previstas de inflação, variando entre 1,0% e 2,0% para dezembro de 2025.

Abaixo encontram-se informações adicionais relativas a taxas de desconto e taxas de crescimento perpétuo por geografia:

Região	Setor	Taxa de desconto	Taxa de crescimento perpétuo
Europa		5,5% - 9,1%	2,00%
Portugal			
Luz Saúde	Saúde		
Fidelidade Assistência	Seguros Não Vida		
Multicare	Seguros Não Vida		
Veterinários Sobre Rodas	Serviços		
Reino Unido			
Tenax	Gestão de Ativos		
África		15,4% - 20,6%	2,00%
Angola	Seguros Vida e Não Vida		
Moçambique	Seguros Vida e Não Vida		
América Latina		7,1% - 23,5%	2,00%
Peru	Seguros Vida e Não Vida		
Bolívia	Seguros Vida e Não Vida		
Paraguai	Seguros Vida e Não Vida		

A fim de avaliar a sensibilidade do montante recuperável aos principais pressupostos identificados foram efetuados testes de sensibilidade, principalmente à taxa de desconto e à taxa de crescimento perpétuo. Um aumento de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto e uma diminuição de 0,5 pontos percentuais na taxa de crescimento perpétuo não resulta numa potencial perda de imparidade.

5. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	387.451.965	306.147.709
De outros emissores públicos	128.284.497	92.525.970
De outros emissores	1.511.451.788	1.514.874.569
De empresas do Grupo (1)	12.760.027	38.252.256
	2.039.948.277	**1.951.800.504**
Instrumentos de capital		
De residentes	1.484.505	1.952.237
De não residentes	61.420.322	44.936.446
	62.904.827	**46.888.683**
Outros instrumentos financeiros		
Unidades de participação (2)	1.971.374.550	1.904.812.219
	1.971.374.550	**1.904.812.219**
Crédito e outros valores a receber	**56.474**	**42.967**
Outros depósitos	**658.455**	**560.066**
Instrumentos derivados com justo valor positivo		
Swaps de divisas	775.881	-
Futuros sobre divisas	1.948.395	4.245.849
Futuros de taxas de juro	786.082	1.438.749
Forwards cambiais	4.032.807	6.754.522
Outros derivados	1.089.145	291.981
	8.632.310	**12.731.101**
	4.083.574.892	**3.916.835.540**

(1) Os instrumentos incluídos nas empresas do Grupo correspondem a títulos de empresas do grupo FOSUN, ver nota 40.

(2) Este montante inclui 1.230.437.122 Euros relativo a filiais da Companhia, ver nota 40.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a rubrica inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 131.193.673 Euros e 133.904.514 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras. A Companhia reconheceu perdas com a valorização destes investimentos no montante de 5.546.985 Euros (2024: 4.848.227 Euros).

A rubrica outros derivados inclui o montante de 159.628.732 Euros que diz respeito à componente a receber dos swaps de retorno total (apresentado pelo líquido) que está associado a um contrato de resseguro financeiro cuja contraparte é a Munich RE. Durante o exercício de 2025, o Grupo passou a apresentar os swaps de retorno total registados na rubrica de outros derivados pelo seu valor líquido, justificando nessa base o aumento face ao exercício de 2024.

6. DERIVADOS

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

A Companhia controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na nota 2.4.c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	2025							
	Montante Nocional			Valor Contabilístico				
	Derivados ao Justo Valor através de ganhos e perdas	Derivados de cobertura	Total	Derivados ao Justo Valor através de ganhos e perdas		Derivados de cobertura		Total
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Cobertura de justo valor								
Swaps de divisas	290.629.650	-	290.629.650	775.881	(9.150.095)	-	-	(8.374.214)
Futuros sobre divisas	514.000.000	42.000.000	556.000.000	1.948.395	(2.333.079)	4.807	(57.793)	(437.670)
Futuros de taxa de juro	151.200.000	-	151.200.000	786.082	(431.227)	-	-	354.855
Forwards cambiais	932.469.632	-	932.469.632	4.032.807	(5.025.354)	-	-	(992.547)
	1.888.299.282	**42.000.000**	**1.930.299.282**	**7.543.165**	**(16.939.755)**	**4.807**	**(57.793)**	**(9.449.576)**
Outros Derivados	**158.959.865**	**-**	**158.959.865**	**1.089.145**	**(1.543.390)**			**(454.245)**
	2.047.259.147	**42.000.000**	**2.089.259.147**	**8.632.310**	**(18.483.145)**	**4.807**	**(57.793)**	**(9.903.821)**

(valores em euros)

	2024							
	Montante Nocional			Valor Contabilístico				
	Derivados ao Justo Valor através de ganhos e perdas	Derivados de cobertura	Total	Derivados ao Justo Valor através de ganhos e perdas		Derivados de cobertura		Total
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Cobertura de justo valor								
Swaps de divisas	290.629.650	-	290.629.650	-	(21.813.928)	-	-	(21.813.928)
Futuros sobre divisas	1.053.500.000	51.750.000	1.105.250.000	4.245.849	(35.735.760)	-	(2.428.940)	(33.918.851)
Futuros de taxa de juro	93.100.000	-	93.100.000	1.438.749	(592.800)	-	-	845.949
Forwards cambiais	851.047.769	-	851.047.769	6.754.522	(25.398.853)	-	-	(18.644.331)
	2.288.277.419	**51.750.000**	**2.340.027.419**	**12.439.120**	**(83.541.341)**	**-**	**(2.428.940)**	**(73.531.161)**
Outros Derivados	**129.637.720**	**-**	**129.637.720**	**291.981**	**(1.323.290)**	**-**	**-**	**(1.031.309)**
	2.417.915.139	**51.750.000**	**2.469.665.139**	**12.731.101**	**(84.864.631)**	**-**	**(2.428.940)**	**(74.562.470)**

O valor contabilístico dos derivados incorpora os valores incluídos nas carteiras de Unit-linked (nota 18).

Os swaps de taxa de juro contratados pela Companhia e classificados como derivados ao justo valor através de resultados, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos Unit-linked, são valorizados ao custo amortizado (nota 18).

A Fidelidade contrata posições longas e curtas de futuros sobre divisas e futuros de taxa de juro com depósitos de conta margem. A componente de valorização dos respetivos depósitos referente aos futuros encontra-se refletida na rubrica de Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Resultados. Adicionalmente estes contratos exigem também uma margem inicial que são registadas nas rubricas de Ativos Financeiros Valorizados ao Custo Amortizado ou Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Resultados caso se trate de carteiras Unit-linked.

A componente do depósito registada nesta rubrica pode ser negativa no caso de desvalorizações diárias significativas. Os montantes são repostos no dia útil seguinte.

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na Chicago Mercantile Exchange (CME), e forwards negociados em mercado de balcão de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. Relativamente a posições estratégicas de longo prazo em obrigações denominadas em GBP a Companhia contratou swaps de divisas, para cobertura do risco cambial, em que tal cobertura inclui o pagamento de cupões ao longo da vida da obrigação e pagamento do valor nominal em GBP ocorrido na maturidade.

A Companhia contrata futuros de taxa de juro no âmbito de mandatos de gestão de obrigações corporate para cobertura de risco de taxa de juro em títulos denominados em EUR e USD. Adicionalmente são contratados futuros de taxa de juro em EUR para cobertura de carteiras Unit-linked por forma a reduzir a duração destas carteiras.

Os outros derivados incluem uma opção de venda e uma opção de compra sobre a totalidade das ações da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A. detidas pelo Banco Internacional de Moçambique, S.A. à data de exercício de opção, deduzidas de um número inteiro de ações mais próximo daquele que represente 9,9% do capital social da sociedade em causa. A opção de compra poderá ser exercida pela Fidelidade no período de 1 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e a opção de venda poderá ser exercida pelo Banco Internacional de Moçambique, S.A. no período de 1 de janeiro de 2027 a 31 de dezembro de 2027.

Os futuros sobre divisas contratados pela Companhia e classificados como derivados de cobertura correspondem à cobertura de instrumentos de capital classificados na rubrica de Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Reservas.

A Companhia faz a gestão da contabilidade de cobertura tendo por base a sua exposição carteira a carteira. Durante os exercícios de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu com os critérios necessários para a aplicação da contabilidade de cobertura de acordo com a metodologia descrita na nota 2.4.c).

Nos exercícios de 2025 e 2024, foram gerados os seguintes movimentos na Reserva de Reavaliação referentes à contabilidade de cobertura de justo valor de instrumentos de capital classificados na rubrica de Ativos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Reservas:

(valores em euros)

	2025	2024
Variação de justo valor	(3.993.187)	6.284.541
Cobertura de justo valor	3.487.381	(7.871.517)
	(505.806)	**(1.586.976)**

Os valores acima apresentados incluem as valias reclassificadas entre as rubricas de Reserva de Reavaliação e a rubrica de Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas.

A 30 de junho de 2016, a Companhia celebrou, com as filiais Fidelidade – Property Europe, S.A., Fidelidade – Property International, S.A. e FPE (Lux) Holding S.à r.l. um contrato mandato. Este contrato confere à Fidelidade poderes para, em nome das suas filiais identificar, negociar e celebrar todos e quaisquer acordos e mecanismos considerados adequados para cobrir o risco cambial a que estão sujeitas. Este tratamento deriva das especificidades das operações de cobertura nas filiais. Com este tratamento a Fidelidade protege riscos cambiais nas filiais sendo que os efeitos económicos desta cobertura são passados para estas entidades.

A 31 de dezembro de 2025, o contrato de mandato com a Fidelidade – Property International já não se encontra em atividade uma vez que os instrumentos financeiros subjacentes atingiram a sua data de maturidade.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia, tem na sua carteira os seguintes derivados negociados no âmbito do referido contrato mandato:

(valores em euros)

	2025			
	Montante Nocional	Derivados de mandantes		Total
		Ativo	Passivo	
Cobertura de justo valor				
Futuros sobre divisas	19.125.000	-	-	-
Forwards cambiais	353.402.007	-	(3.174.976)	(3.174.976)
	372.527.007	**-**	**(3.174.976)**	**(3.174.976)**

(valores em euros)

	2024			
	Montante Nocional	Derivados de mandantes		Total
		Ativo	Passivo	
Cobertura de justo valor				
Futuros sobre divisas	12.750.000	12.408	-	12.408
Forwards cambiais	495.472.366	111.980	(10.599.775)	(10.487.795)
	508.222.366	**124.388**	**(10.599.775)**	**(10.475.387)**

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em (31 de dezembro de 2025 e 2024) por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2025					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sem maturidade	Total
Cobertura de justo valor						
Swaps de divisas	-	277.129.074	-	13.500.576	-	290.629.650
Futuros sobre divisas	540.000.000	-	16.000.000	-	-	556.000.000
Futuros de taxa de juro	151.200.000	-	-	-	-	151.200.000
Forwards cambiais	437.631.018	1.800.897	11.488.666	481.549.050	-	932.469.632
	1.128.831.018	**278.929.971**	**27.488.666**	**495.049.626**	**-**	**1.930.299.282**
Outros Derivados	**-**	**-**	**-**	**(1.051.718)**	**160.011.583**	**158.959.865**
	1.128.831.018	**278.929.971**	**27.488.666**	**493.997.908**	**160.011.583**	**2.089.259.147**

(valores em euros)

	2024					
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sem maturidade	Total
Cobertura de justo valor						
Swaps de divisas	-	-	-	290.629.650	-	290.629.650
Futuros sobre divisas	1.080.375.000	10.750.000	14.125.000	-	-	1.105.250.000
Futuros de taxa de juro	93.100.000	-	-	-	-	93.100.000
Forwards cambiais	745.498.736	94.060.367	-	11.488.666	-	851.047.769
	1.918.973.736	**104.810.367**	**14.125.000**	**302.118.316**	**-**	**2.340.027.419**
Outros Derivados	**-**	**-**	**-**	**(634.860)**	**130.272.580**	**129.637.720**
	1.918.973.736	**104.810.367**	**14.125.000**	**301.483.456**	**130.272.580**	**2.469.665.139**

As contrapartes das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em (31 de dezembro de 2025 e 2024) são instituições financeiras não relacionadas com a Companhia.

7. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025					
	Valor nominal	Custo amortizado	Valorização Cambial	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública	3.141.190.040	3.405.871.648	1.832.850	(45.075.014)	43.409.646	3.406.039.130
De outros emissores públicos	418.732.000	418.308.794	-	(4.440.145)	2.425.369	416.294.018
De organismos financeiros internacionais	13.524.447	13.454.998	(2.535)	34.447	126.427	13.613.337
De outros emissores	4.116.454.537	4.061.924.661	(15.298.684)	(18.789.616)	51.825.249	4.079.661.610
De empresas do Grupo [1]	22.800.000	22.884.907	-	934.576	749.132	24.568.615
	7.712.701.024	**7.922.445.008**	**(13.468.369)**	**(67.335.752)**	**98.535.823**	**7.940.176.710**
Instrumentos de capital						
Ações	94.396.812	121.409.353	(630.409)	34.121.376	-	154.900.319
	94.396.812	**121.409.353**	**(630.409)**	**34.121.377**	**-**	**154.900.319**
	7.807.097.836	**8.043.854.361**	**(14.098.778)**	**(33.214.375)**	**98.535.823**	**8.095.077.029**

(valores em euros)

	2024					
	Valor nominal	Custo amortizado	Valorização Cambial	Reserva de justo valor	Juros a receber	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública	2.381.061.830	2.678.027.675	997.580	(76.456.246)	36.299.326	2.638.868.335
De outros emissores públicos	535.209.500	533.211.200	-	(6.198.421)	2.430.285	529.443.064
De organismos financeiros internacionais	35.567.000	35.327.313	-	40.914	175.424	35.543.651
De outros emissores	3.811.766.408	3.648.928.839	111.680.009	(76.220.663)	41.179.735	3.725.567.920
De empresas do Grupo [1]	41.800.000	41.797.495	-	1.080.394	1.372.936	44.250.825
	6.805.404.738	**6.937.292.522**	**112.677.589**	**(157.754.022)**	**81.457.706**	**6.973.673.795**
Instrumentos de capital						
Ações	97.116.896	128.040.645	4.921.859	(9.874.392)	-	123.088.112
	97.116.896	**128.040.645**	**4.921.859**	**(9.874.392)**	**-**	**123.088.112**
	6.902.521.634	**7.065.333.167**	**117.599.448**	**(167.628.414)**	**81.457.706**	**7.096.761.907**

[1] Os instrumentos incluídos nas empresas do Grupo correspondem a títulos de empresas do grupo FOSUN, ver nota 40.

No que se refere aos instrumentos de capital, a informação referida no custo amortizado corresponde ao custo de aquisição.

As perdas por imparidade desta carteira associadas aos stage 1 e 2 ascendem ao montante de 3.628.039 Euros (2024: 7.555.474 Euros) e ao stage 3 no montante de 69.345.909 Euros (2024: 69.491.309 Euros), conforme nota 36.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os instrumentos de capital e os outros instrumentos nesta rubrica correspondem aos instrumentos de capital designados ao justo valor através de reservas, tendo a Companhia reconhecido rendimentos destes investimentos nos resultados no montante de 6.409.949 Euros e 16.828.586 Euros, respetivamente, conforme nota 31.

8. ATIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025				
	Valor nominal	Custo amortizado	Valorização Cambial	Juros a receber	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
De dívida pública	153.700.000	158.230.122	-	2.060.428	160.290.550
	153.700.000	**158.230.122**	**-**	**2.060.428**	**160.290.550**
Outros Empréstimos					
Depósitos em empresas cedentes	-	1.732.358	-	-	1.732.358
Empréstimos	4.081.000	3.925.675	449.935	170	4.375.780
Empréstimos sob apólices	-	1.052.676	-	310.461	1.363.137
	4.081.000	**6.710.709**	**449.935**	**310.631**	**7.471.275**
Aplicações financeiras em intituições de crédito					
Depóstos a prazo	-	88.907.340	(203.325)	99.844	88.803.859
Outros depósitos	-	36.433.992	(60.058)	-	36.373.934
	-	**125.341.332**	**(263.383)**	**99.844**	**125.177.793**
Outros	**-**	**73.862**	**-**	**-**	**73.862**
	157.781.000	**290.356.025**	**186.552**	**2.470.903**	**293.013.480**

(valores em euros)

	2024				
	Valor nominal	Custo amortizado	Valorização Cambial	Juros a receber	Valor de balanço
Instrumentos de dívida					
De dívida pública	207.450.000	215.849.056	-	2.386.425	218.235.481
	207.450.000	**215.849.056**	**-**	**2.386.425**	**218.235.481**
Outros Empréstimos					
Depósitos em empresas cedentes	-	1.157.123	-	-	1.157.123
Empréstimos	21.000.000	20.184.544	2.127.398	-	22.311.942
Empréstimos sob apólices	-	1.270.293	-	234.323	1.504.616
	21.000.000	**22.611.960**	**2.127.398**	**234.323**	**24.973.681**
Aplicações financeiras em intituições de crédito					
Depóstos a prazo	-	8.816.267	419.397	61.932	9.297.596
Outros depósitos	-	55.934.001	572.553	-	56.506.554
	-	**94.750.268**	**991.950**	**108.000**	**95.850.218**
	228.450.000	**334.573.328**	**3.140.538**	**2.728.777**	**340.442.643**

Em 2025, as aplicações financeiras em instituições de crédito, inclui o montante 42.589.468 Euros relativo à Caixa Geral de Depósitos, ver nota 40.

9. TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na rubrica de Terrenos e edifícios de uso próprio foi o seguinte:

(valores em euros)

	De uso próprio		
	Direito de propriedade	Direito de uso	Total
Valor bruto			
Saldo em 31 de dezembro 2024	3.520.229	76.189.630	79.709.859
Aumentos			
Adições por aquisições realizadas no período	-	14.135.515	14.135.515
Diminuições			
Transferências para imóveis de rendimento	(281.739)	-	(281.739)
Alienações e abates	-	(3.016.908)	(3.016.908)
Outros movimentos	(114.872)	-	(114.872)
Saldo em 31 de dezembro 2025	3.123.618	87.308.237	90.431.855
Depreciação acumulada			
Saldo em 31 de dezembro 2024	(641.416)	(40.902.547)	(41.543.963)
Aumentos			
Amortização do exercício	(69.654)	(14.040.897)	(14.110.551)
Diminuições			
Alienações e abates	-	3.016.908	3.016.908
Outros movimentos	114.872	-	114.872
Saldo em 31 de dezembro 2025	(596.198)	(51.926.536)	(52.522.733)
Valor líquido			
Saldo em 31 de dezembro 2024	2.878.812	35.287.083	38.165.896
Saldo em 31 de dezembro 2025	2.527.419	35.381.701	37.909.122

(valores em euros)

	De uso próprio		
	Direito de propriedade	Direito de uso	Total
Valor bruto			
Saldo em 31 de dezembro 2023	22.562.070	66.935.943	89.498.012
Aumentos			
Adições por aquisições realizadas no período	206.944	9.669.393	9.876.338
Adições por dispêndios subsequentes	5.958.265	-	5.958.265
Transferências para imóveis de rendimento	576.000	-	576.000
Diminuições			
Alienações e abates	(2.526.588)	(415.706)	(2.942.293)
Transferências para ANCDV	(23.114.663)	-	(23.114.663)
Outros movimentos	(141.802)	-	(141.802)
Saldo em 31 de dezembro 2024	3.520.229	76.189.630	79.709.859
Depreciação acumulada			
Saldo em 31 de dezembro 2023	(3.278.916)	(27.321.836)	(30.600.752)
Aumentos			
Amortização do exercício	(249.906)	(13.992.454)	(14.242.360)
Diminuições			
Alienações e abates	440.193	411.743	851.936
Transferência de ANCDV	2.447.213	-	2.447.213
Saldo em 31 de dezembro 2024	(641.416)	(40.902.547)	(41.543.963)
Imparidade acumulada			
Saldo em 31 de dezembro 2023	(4.512.676)	-	(4.512.676)
Aumentos			
Reversão da imparidade do exercício	4.512.676	-	4.512.676
Saldo em 31 de dezembro 2024	-	-	-
Valor líquido			
Saldo em 31 de dezembro 2023	14.770.477	39.614.107	54.384.584
Saldo em 31 de dezembro 2024	2.878.812	35.287.083	38.165.896

10. TERRENOS E EDIFÍCIOS DE RENDIMENTO

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na rubrica de Terrenos e edifícios de rendimento foi o seguinte:

(valores em euros)

Saldo em 31 de dezembro 2024	**3.052.000**
Aumentos	
Transferências de direito de propriedade	281.739
Diminuições	
Alienações e abates	(821.800)
Revalorização por contrapartida de resultados	(70.839)
Saldo em 31 de dezembro 2025	**2.441.100**

(valores em euros)

	De rendimento
Saldo em 31 de dezembro 2023	**11.060.680**
Aumentos	
Revalorização por contrapartida de resultados	76.867
Diminuições	
Alienações e abates	(7.509.547)
Transferências de direito de propriedade	(576.000)
Saldo em 31 de dezembro 2024	**3.052.000**

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40 e referido na nota 2.5.

A análise dos imóveis de rendimento consoante a sua capacidade de gerar rendas é analisada como segue:

(valores em euros)

	2025	2024
Imóveis que geraram rendimento de rendas	1.442.100	1.515.200
Imóveis que não geraram rendimento de rendas	999.000	1.536.800
	2.441.100	**3.052.000**

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos com propriedades de investimento são como segue, conforme apresentado na nota 31:

(valores em euros)

	2025	2024
Rendimentos de rendas	3.059.121	3.678.113

11. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento nas rubricas de Outros ativos tangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	Equipamento administrativo	Máquinas e ferramentas	Equipamento informático	Instalações interiores	Outro Equipamento	Património artístico	Ativos tangíveis em curso	Direito de uso	Total
Valor bruto									
Saldo em 31 de dezembro 2024	19.497.628	8.878.113	16.306.464	11.307.421	970.215	1.998.063	5.252.268	16.582.556	80.792.728
Aumentos									
Adições	282.428	5.815	703.101	197.886	11.310	-	13.767.349	3.017.416	17.985.305
Diminuições									
Alienações e abates	(85.659)	(6.745)	(322.306)	-	(96.024)	-	-	(6.210.794)	(6.721.528)
Transferências e regularizações	-	-	-	-	6.911	-	-	-	6.911
Saldo em 31 de dezembro 2025	19.694.398	8.877.183	16.687.259	11.505.307	892.412	1.998.063	19.019.617	13.389.178	92.063.417
Depreciações acumulada									
Saldo em 31 de dezembro 2024	(19.228.757)	(8.833.241)	(13.126.511)	(6.849.404)	(916.286)	-	-	(10.683.530)	(59.637.729)
Aumentos									
Amortização do exercício	(327.656)	(33.711)	(998.455)	(963.267)	(16.609)	-	-	(2.702.073)	(5.041.772)
Diminuições									
Alienações e abates	85.659	6.745	322.306	-	96.024	-	-	6.210.569	6.721.302
Saldo em 31 de dezembro 2025	(19.470.754)	(8.860.207)	(13.802.660)	(7.812.671)	(836.871)	-	-	(7.175.034)	(57.958.199)
Valor líquido									
Saldo em 31 de dezembro 2024	268.871	44.872	3.179.953	4.458.017	53.929	1.998.063	5.252.268	5.899.026	21.155.000
Saldo em 31 de dezembro 2025	223.643	16.976	2.884.599	3.692.636	55.541	1.998.063	19.019.617	6.214.144	34.105.218

(valores em euros)

	Equipamento administrativo	Máquinas e ferramentas	Equipamento informático	Instalações interiores	Outro Equipamento	Património artístico	Ativos tangíveis em curso	Direito de uso	Total
Valor bruto									
Saldo em 31 de dezembro 2023	18.873.210	8.855.065	15.635.290	26.780.727	2.919.551	1.998.063	1.461.254	16.756.200	93.279.362
Aumentos									
Adições	624.418	23.048	624.980	93.105	12.798	-	5.100.821	3.980.847	10.460.018
Diminuições									
Alienações e abates	-	-	(1.263.614)	(15.566.412)	(1.962.435)	-	-	(4.154.491)	(22.946.951)
Transferências e regularizações	-	-	1.309.807	-	300	-	(1.309.807)	-	300
Saldo em 31 de dezembro 2024	19.497.628	8.878.113	16.306.464	11.307.421	970.215	1.998.063	5.252.268	16.582.556	80.792.728
Depreciações acumulada									
Saldo em 31 de dezembro 2023	(18.669.005)	(8.768.648)	(12.713.995)	(20.681.692)	(2.859.411)	-	-	(10.935.316)	(74.628.067)
Aumentos									
Amortização do exercício	(559.752)	(64.593)	(1.676.130)	(1.082.859)	(19.310)	-	-	(2.543.539)	(5.946.184)
Diminuições									
Alienações e abates	-	-	1.263.614	14.915.147	1.962.435	-	-	2.795.325	20.936.522
Saldo em 31 de dezembro 2024	(19.228.757)	(8.833.241)	(13.126.511)	(6.849.404)	(916.286)	-	-	(10.683.530)	(59.637.729)
Valor líquido									
Saldo em 31 de dezembro 2023	204.205	384.759	2.921.295	6.099.035	60.140	1.998.063	1.461.254	5.820.884	18.651.295
Saldo em 31 de dezembro 2024	268.871	86.417	3.179.953	6.099.035	53.929	1.998.063	1.461.254	5.899.026	21.154.999

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica Ativos tangíveis inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, no montante bruto de 50.871.813 Euros (2024: 50.914.318 Euros).

12. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios de 2025 e 2024, o movimento na rubrica outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	Software	Ativos intangíveis em curso	Outros ativos	Total
Valor bruto				
Saldo em 31 de dezembro 2024	93.873.391	54.935.854	4.208.708	153.017.951
Aumentos				
Adições	209.265	11.501.365	-	11.710.630
Diminuições				
Alienações e abates	(2.247.583)	-	-	(2.247.583)
Transferências de ativos intangíveis em curso	54.381.569	(54.381.569)	-	-
Saldo em 31 de dezembro 2025	146.216.642	12.055.650	4.208.708	162.480.999
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro 2024	(66.803.633)	-	(1.295.363)	(68.098.996)
Aumentos				
Amortização do exercício	(9.460.038)	-	(706.734)	(10.166.772)
Diminuições				
Alienações e abates	2.247.583	-	-	2.247.583
Saldo em 31 de dezembro 2025	(74.016.088)	-	(2.002.097)	(76.018.184)
Valor líquido				
Saldo em 31 de dezembro 2024	27.069.758	54.935.854	2.913.345	84.918.956
Saldo em 31 de dezembro 2025	72.200.554	12.055.650	2.206.611	86.462.814

(valores em euros)

	Software	Ativos intangíveis em curso	Outros ativos	Total
Valor bruto				
Saldo em 31 de dezembro 2023	81.853.859	56.680.866	3.671.108	142.205.832
Aumentos				
Adições	-	17.254.195	-	17.254.195
Diminuições				
Alienações e abates	(6.442.076)	-	-	(6.442.076)
Transferências de ativos intangíveis em curso	18.461.608	(18.999.208)	537.600	-
Saldo em 31 de dezembro 2024	93.873.391	54.935.854	4.208.708	153.017.951
Amortização acumulada				
Saldo em 31 de dezembro 2023	(64.792.821)	-	(669.706)	(65.462.527)
Aumentos				
Amortização do exercício	(7.010.043)	-	(625.657)	(7.635.700)
Diminuições				
Alienações e abates	4.999.231	-	-	4.999.231
Saldo em 31 de dezembro 2024	(66.803.633)	-	(1.295.363)	(68.098.996)
Valor líquido				
Saldo em 31 de dezembro 2023	17.061.038	56.680.866	3.001.402	76.743.305
Saldo em 31 de dezembro 2024	27.069.758	54.935.854	2.913.345	84.918.956

Durante o exercício de 2025, foi concluída a implementação da plataforma tecnológica da IFRS17. Em consequência, os custos que se encontravam registados na rubrica ativos intangíveis em curso, foram transferidos para a rubrica Software, passando o respetivo ativo a ser amortizado a partir da data em que ficou disponível para utilização por 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica Ativos intangíveis em curso refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (software).

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu diretamente na Demonstração nos Resultados despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas, nos montantes de 25.848.228 Euros e 26.719.961 Euros, respetivamente.

13. CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os Ativos de contratos de resseguro e dos Passivos de contratos de seguro, apresentam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

		Não Vida						
	Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil Geral	Outros	Total	Total
31 de dezembro de 2025								
Contratos de seguro								
Passivo de contratos de seguro								
mensurados pelo PAA								
Serviços Futuros	9.069.474	83.271.485	106.697.873	188.991.169	19.956.221	29.771.762	428.688.510	437.757.985
Serviços Passados	78.217.202	1.442.929.253	211.170.537	428.639.867	197.311.278	31.243.475	2.311.294.410	2.389.511.611
Passivo de contratos de seguro								
não mensurados pelo PAA								
Serviços Futuros	1.157.846.971	-	-	-	-	-	-	1.157.846.971
Serviços Passados	85.267.947	-	-	-	-	-	-	85.267.947
	1.330.401.594	**1.526.200.737**	**317.868.410**	**617.631.036**	**217.267.499**	**61.015.237**	**2.739.982.920**	**4.070.384.514**
Contratos de resseguro								
Ativos de contratos de resseguro								
Serviços Futuros	37.776.233	63.800.543	38.962.905	7.544	5.736.101	6.786.161	115.293.254	153.069.487
Serviços Passados	16.079.931	140.079.297	114.232.095	31.387.692	119.144.235	14.988.893	419.832.212	435.912.143
	53.856.164	**203.879.840**	**153.195.000**	**31.395.236**	**124.880.336**	**21.775.054**	**535.125.466**	**588.981.630**

(continuação)

(valores em euros)

	Vida	Não Vida						Total
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil Geral	Outros	Total	
31 de dezembro de 2024								
Contratos de seguro								
Passivo de contratos de seguro								
mensurados pelo PAA								
Serviços Futuros	7.584.826	68.469.292	103.238.145	173.046.575	16.224.259	26.270.758	387.249.030	394.833.856
Serviços Passados	88.251.057	1.382.445.354	188.242.303	376.514.980	190.413.325	29.895.992	2.167.511.954	2.255.763.011
Passivo de contratos de seguro								
não mensurados pelo PAA								
Serviços Futuros	1.336.952.713	-	-	-	-	-	-	1.336.952.713
Serviços Passados	67.701.424	-	-	-	-	-	-	67.701.424
	1.500.490.020	**1.450.914.646**	**291.480.448**	**549.561.555**	**206.637.585**	**56.166.751**	**2.554.760.984**	**4.055.251.004**
Contratos de resseguro								
Ativos de contratos de resseguro								
Serviços Futuros	33.482.631	55.884.994	41.610.369	9.802	8.458.324	4.750.990	110.714.478	144.197.109
Serviços Passados	14.625.200	130.913.605	105.501.524	16.014.486	120.936.348	13.502.697	386.868.659	401.493.859
	48.107.830	**186.798.599**	**147.111.893**	**16.024.288**	**129.394.671**	**18.253.686**	**497.583.138**	**545.690.968**

O movimento ocorrido nos ativos e passivos de contratos de seguro direto e resseguro aceite, mensurados pela abordagem de imputação do prémio, durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025				
		Serviços passados			
		Valorizados pela abordagem de imputação dos prémios			
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	**394.833.856**	**2.183.607.614**	**72.155.398**	**2.255.763.011**	**2.650.596.867**
Alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral					
Réditos de contratos de seguro	**(2.531.156.273)**	**-**	**-**	**-**	**(2.531.156.273)**
Gastos de contratos de seguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis					
a contratos de seguros	-	1.733.955.338	32.366.134	1.766.321.472	1.766.321.472
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	361.584.072		-	-	361.584.072
Alterações relativas a serviços passados	-	(2.877.351)	(18.368.135)	(21.245.486)	(21.245.486)
Perdas e reversão de perdas em contratos onerosos	-	789		789	789
Outras despesas	88.220.780	-	-	-	88.220.780
	449.804.852	**1.731.078.776**	**13.997.999**	**1.745.076.776**	**2.194.881.628**
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito					
de resseguro cedido	**(2.081.351.421)**	**1.731.078.776**	**13.997.999**	**1.745.076.776**	**(336.274.645)**
Alterações da componente financeira em resultados					
e outro rendimento integral	-	28.877.345	5.457.558	34.334.903	34.334.903
Outras alterações em outro rendimento integral	-	(81.201.763)	(7.198.187)	(88.399.950)	(88.399.950)
Total de alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral	**(2.081.351.421)**	**1.678.754.358**	**12.257.370**	**1.691.011.729**	**(390.339.692)**
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos	2.576.237.865	-	-	-	2.576.237.865
Custos com sinistros e outras despesas pagas,					
incluindo componente de investimento	-	(1.557.262.339)	-	(1.557.262.339)	(1.557.262.339)
Custos de aquisição pagos	(451.963.105)	-	-	-	(451.963.105)
Total de fluxos de caixa	**2.124.274.760**	**(1.557.262.339)**	**-**	**(1.557.262.339)**	**567.012.421**
Saldo final	**437.757.195**	**2.305.099.633**	**84.412.768**	**2.389.512.401**	**2.827.269.596**

(valores em euros)

	2024				
		Serviços passados			
		Valorizados pela abordagem de imputação dos prémios			
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	**338.371.671**	**2.035.896.482**	**64.881.699**	**2.100.778.181**	**2.439.149.852**
Alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral					
Réditos de contratos de seguro	**(2.370.926.029)**	**-**	**-**	**-**	**(2.370.926.029)**
Gastos de contratos de seguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis					
a contratos de seguros	-	1.628.021.201	26.330.376	1.654.351.577	1.654.351.577
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	334.888.218	-	-	-	334.888.218
Alterações relativas a serviços passados	-	(30.325.559)	(20.964.907)	(51.290.467)	(51.290.467)
Outras despesas	88.376.437	-	-	-	88.376.437
	423.264.655	**1.597.695.641**	**5.365.469**	**1.603.061.110**	**2.026.325.765**
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito					
de resseguro cedido	**(1.947.661.374)**	**1.597.695.641**	**5.365.469**	**1.603.061.110**	**(344.600.264)**
Alterações da componente financeira em resultados					
e outro rendimento integral		26.914.055	913.961	27.828.015	27.828.015
Outras alterações em outro rendimento integral		37.817.599	977.121	38.794.720	38.794.720
Total de alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral	**(1.947.661.374)**	**1.662.427.295**	**7.256.550**	**1.669.683.845**	**(277.977.529)**
Fluxos de caixa					
Prémios recebidos	2.450.315.424		-	-	2.450.315.424
Custos com sinistros e outras despesas pagas,					
incluindo componente de investimento		(1.514.827.972)	-	(1.514.827.972)	(1.514.827.972)
Custos de aquisição pagos	(446.178.231)		-	-	(446.178.231)
Total de fluxos de caixa	**2.004.137.193**	**(1.514.827.972)**	**-**	**(1.514.827.972)**	**489.309.221**
Transferência para outros itens na demonstração					
da posição financeira	**(13.634)**	**111.808**	**17.148**	**128.956**	**115.323**
Saldo final	**394.833.856**	**2.183.607.614**	**72.155.398**	**2.255.763.011**	**2.650.596.867**

Na nota 42 é divulgada informação detalhada sobre a determinação das responsabilidades bem como dos métodos e principais pressupostos considerados.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos de contratos de resseguro cedido, mensurados pela abordagem de imputação do prémio, durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025				
		Serviços passados			
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	**144.197.109**	**379.815.847**	**21.678.013**	**401.493.860**	**545.690.969**
Alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral					
Gastos de contratos de resseguro	**(819.673.074)**	**-**	**-**	**-**	**(819.673.074)**
Réditos de contratos de resseguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis					
a contratos de resseguro	-	570.044.066	11.820.792	581.864.858	581.864.858
Alterações relativas a serviços passados	-	24.583.819	(7.869.171)	16.714.648	16.714.648
	-	**594.627.885**	**3.951.621**	**598.579.505**	**598.579.505**
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	-	(363.544)	(3.670)	(367.213)	(367.213)
Resultado de contratos de resseguro	**(819.673.074)**	**594.264.341**	**3.947.951**	**598.212.292**	**(221.460.782)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente					
financeira dos contratos de resseguro	-	4.919.226	290.721	5.209.946	5.209.946
Outras alterações em outro rendimento integral	-	(1.345.134)	(88.676)	(1.433.809)	(1.433.809)
Total de alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral	**(819.673.074)**	**597.838.433**	**4.149.996**	**601.988.429**	**(217.684.645)**
Fluxos de caixa					
Prémios pagos	828.545.452	-	-	-	828.545.452
Montantes recebidos	-	(567.570.145)	-	(567.570.145)	(567.570.145)
Total de fluxos de caixa	**828.545.452**	**(567.570.145)**	**-**	**(567.570.145)**	**260.975.308**
Saldo final	**153.069.487**	**410.084.136**	**25.828.009**	**435.912.145**	**588.981.630**

(valores em euros)

	2024				
		Serviços passados			
	Serviços futuros	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	**129.646.058**	**344.722.685**	**17.301.533**	**362.024.218**	**491.670.276**
Alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral					
Gastos de contratos de resseguro	**(753.881.322)**	**-**	**-**	**-**	**(753.881.322)**
Réditos de contratos de resseguro					
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis					
a contratos de resseguro	-	526.128.381	9.385.769	535.514.150	535.514.150
Alterações relativas a serviços passados	-	18.474.777	(5.592.944)	12.881.834	12.881.834
	-	**544.603.158**	**3.792.826**	**548.395.984**	**548.395.984**
Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador		2.226.044	117.547	2.343.592	2.343.592
Resultado de contratos de resseguro	**(753.881.322)**	**546.829.203**	**3.910.373**	**550.739.576**	**(203.141.747)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente					
financeira dos contratos de resseguro	-	3.962.730	243.362	4.206.091	4.206.091
Diferenças de câmbio	-	-			
Outras alterações em outro rendimento integral		4.026.094	222.745	4.248.840	4.248.840
Total de alterações nas demonstrações de resultados					
e outro rendimento integral	**(753.881.322)**	**554.818.026**	**4.376.480**	**559.194.507**	**(194.686.816)**
Fluxos de caixa					
Prémios pagos	768.433.530	-	-	-	768.433.530
Montantes recebidos	-	(519.724.864)	-	(519.724.864)	(519.724.864)
Total de fluxos de caixa	**768.433.530**	**(519.724.864)**	**-**	**(519.724.864)**	**248.708.665**
Transferência para outros itens na demonstração					
da posição financeira	**(1.157)**	**-**	**-**	**-**	**(1.157)**
Saldo final	**144.197.109**	**379.815.847**	**21.678.013**	**401.493.860**	**545.690.969**

O movimento ocorrido nos ativos e passivos de contratos de seguro direto e resseguro aceite, mensurados pelo modelo geral, durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025						
	Serviços futuros			Serviços passados			
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Subtotal	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	**1.322.980.182**	**13.972.531**	**1.336.952.713**	**61.888.835**	**5.812.588**	**67.701.423**	**1.404.654.136**
Alterações nas demonstrações de resultados							
e outro rendimento integral							
Réditos de contratos de seguro							
Contratos mensurados na transição através							
da abordagem do justo valor	(116.650.679)	-	(116.650.679)	-	-	-	(116.650.679)
Outros contratos	(3.911.268)	-	(3.911.268)	-	-	-	(3.911.268)
	(120.561.948)	**-**	**(120.561.948)**	**-**	**-**	**-**	**(120.561.948)**
Gastos de contratos de seguro							
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis							
a contratos de seguros	-	-	-	32.566.538	568.395	33.134.933	33.134.933
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	14.074.853	-	14.074.853	-	-	-	14.074.853
Perdas e reversão de perdas em contratos onerosos	-	(7.704.080)	(7.704.080)	-	-	-	(7.704.080)
Alterações relativas a serviços passados	-	-	-	19.739.442	29.294	19.768.736	19.768.736
Outras despesas	7.812.834	-	7.812.834	-	-	-	7.812.834
	21.887.688	**(7.704.080)**	**14.183.607**	**52.305.980**	**597.689**	**52.903.669**	**67.087.277**

(continuação)

(valores em euros)

	2025						
	Serviços futuros			Serviços passados			
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Subtotal	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Componente de investimento e reembolsos de prémios	(166.809.533)	-	(166.809.533)	166.809.533	-	166.809.533	-
Resultado de contratos de seguro,							
antes do efeito de resseguro cedido	**(265.483.793)**	**(7.704.080)**	**(273.187.873)**	**219.115.513**	**597.689**	**219.713.203**	**(53.474.671)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente							
financeira dos contratos de seguro	25.708.443	1.096.811	26.805.254	(734.932)	1.020.680	285.747	27.091.002
Outras alterações na demonstração							
de outro rendimento integral	4.261.546	648.943	4.910.489	8.263.253	(6.923)	8.256.330	13.166.819
Total de alterações nas demonstrações							
de resultados e outro rendimento integral	**1.087.466.379**	**8.014.204**	**1.095.480.583**	**288.532.669**	**7.424.034**	**295.956.703**	**1.391.437.286**
Fluxos de caixa							
Prémios recebidos	81.159.407	-	81.159.407	-	-	-	81.159.407
Custos com sinistros e outras despesas pagas,							
incluindo componente de investimento	-	-	-	(210.688.757)	-	(210.688.757)	(210.688.757)
Custos de aquisição pagos	(18.793.020)	-	(18.793.020)	-	-	-	(18.793.020)
Total de fluxos de caixa	**62.366.387**	**-**	**62.366.387**	**(210.688.757)**	**-**	**(210.688.757)**	**(148.322.370)**
Saldo final	**1.149.832.766**	**8.014.204**	**1.157.846.970**	**77.843.912**	**7.424.034**	**85.267.946**	**1.243.114.916**

(valores em euros)

	2024						
	Serviços futuros			Serviços passados			
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Subtotal	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Saldo de abertura	**1.540.816.175**	**8.151.733**	**1.548.967.908**	**65.490.584**	**6.194.738**	**71.685.322**	**1.620.653.230**
Alterações nas demonstrações de resultados							
e outro rendimento integral							
Réditos de contratos de seguro							
Contratos mensurados na transição através							
da abordagem do justo valor	(104.348.605)	-	(104.348.605)	-	-	-	(104.348.605)
Outros contratos	(22.454.253)		(22.454.253)				(22.454.253)
	(126.802.858)	**-**	**(126.802.858)**	**-**	**-**	**-**	**(126.802.858)**
Gastos de contratos de seguro							
Sinistros ocorridos e outros gastos							
atribuíveis a contratos de seguros				62.034.396	3.282.138	65.316.535	65.316.535
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	17.789.710	-	17.789.710	-	-	-	17.789.710
Perdas e reversão de perdas em contratos onerosos	-	4.984.329	4.984.329	-	-	-	4.984.329
Alterações relativas a serviços passados	-	-	-	(26.723.452)	(3.769.413)	(30.492.865)	(30.492.865)
	17.789.710	**4.984.329**	**22.774.039**	**35.310.944**	**(487.274)**	**34.823.670**	**57.597.709**

(continuação)

(valores em euros)

	2024						
	Serviços futuros			Serviços passados			
	Excluindo componente de perda	Componente de perda	Subtotal	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Subtotal	Total
Componente de investimento e reembolsos de prémios	(259.314.356)	-	(259.314.356)	259.314.356	-	259.314.356	-
Resultado de contratos de seguro,							
antes do efeito de resseguro cedido	**(368.327.504)**	**4.984.329**	**(363.343.175)**	**294.625.300**	**(487.274)**	**294.138.026**	**(69.205.149)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente							
financeira dos contratos de seguro	47.270.133	333.189	47.603.322	1.093.533	109.353	1.202.887	48.806.208
Outras alterações na demonstração							
de outro rendimento integral	49.921.817	1.280.273	51.202.090	129.199	12.920	142.118	51.344.208
Total de alterações nas demonstrações							
de resultados e outro rendimento integral	**1.269.680.621**	**14.749.524**	**1.284.430.145**	**361.338.616**	**5.829.737**	**367.168.353**	**1.651.598.498**
Fluxos de caixa							
Prémios recebidos	73.100.459	-	73.100.459	-	-	-	73.100.459
Custos com sinistros e outras despesas pagas,							
incluindo componente de investimento	-	-	-	(299.278.299)	-	(299.278.299)	(299.278.299)
Custos de aquisição pagos	(20.577.892)	-	(20.577.892)	-	-	-	(20.577.892)
Total de fluxos de caixa	**52.522.568**	**-**	**52.522.568**	**(299.278.299)**	**-**	**(299.278.299)**	**(246.755.731)**
Transferência para outros itens na demonstração							
da posição financeira	**776.993**	**(776.993)**	**-**	**(171.483)**	**(17.148)**	**(188.631)**	**(188.631)**
Saldo final	**1.322.980.182**	**13.972.531**	**1.336.952.713**	**61.888.835**	**5.812.588**	**67.701.423**	**1.404.654.136**

A análise por componente de seguro dos contratos não mensurados pela abordagem de imputação de prémios relativa aos exercícios de 2025 e 2024 é como segue:

(valores em euros)

	2025			
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Margem de serviço contratual	Total
Saldo de abertura	**1.102.986.226**	**40.975.058**	**260.692.856**	**1.404.654.140**
Alterações nas demonstrações de resultados e outro rendimento integral				
Alterações em serviços correntes				
Reconhecimento da CSM para serviços prestados	-	-	(51.792.200)	(51.792.200)
Alterações ao ajustamento de risco, referente ao risco expirado	-	(518.352)	-	(518.352)
Ajustes de experiência	(13.228.779)	-	-	(13.228.779)
	(13.228.779)	**(518.352)**	**(51.792.200)**	**(65.539.330)**
Alterações em serviços futuros				
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(17.790.007)	911.054	18.159.476	1.280.522
Alterações em estimativas que impactam CSM	(3.452.037)	(10.122.895)	13.574.933	-
Alterações em estimativas que não impactam CSM	(7.565.419)	(1.419.183)	-	(8.984.602)
	(28.807.464)	**(10.631.025)**	**31.734.408**	**(7.704.080)**
Alterações relativas a serviços passados				
Alterações a serviços passados	18.744.739	1.023.997	-	19.768.736
	18.744.739	**1.023.997**	**-**	**19.768.736**
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito de resseguro cedido	**(23.291.504)**	**(10.125.380)**	**(20.057.791)**	**(53.474.675)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira dos contratos de seguro	24.002.858	263.810	2.824.335	27.091.002
Outras alterações na demonstração de outro rendimento integral	16.694.862	(3.528.042)	-	13.166.819
Total de alterações nas demonstrações de resultados e outro rendimento integral	**17.406.216**	**(13.389.613)**	**(17.233.456)**	**(13.216.854)**
Fluxos de caixa				
Prémios recebidos	81.159.407	-	-	81.159.407
Custos de aquisição pagos	(18.793.020)	-	-	(18.793.020)
Custos com sinistros e outras despesas pagas,				
incluindo componente de investimento	(210.688.756)	-	-	(210.688.756)
Total de fluxos de caixa	**(148.322.369)**	**-**	**-**	**(148.322.369)**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	**13.898**	**(13.898)**	**-**	**-**
Saldo final	**972.083.971**	**27.571.547**	**243.459.400**	**1.243.114.918**

(valores em euros)

	2024			
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	Ajustamento de risco	Margem de serviço contratual	Total
Saldo de abertura	**1.292.968.992**	**30.469.190**	**297.215.053**	**1.620.653.235**
Alterações nas demonstrações de resultados e outro rendimento integral				
Alterações em serviços correntes				
Reconhecimento da CSM para serviços prestados	-	-	(60.363.576)	(60.363.576)
Alterações ao ajustamento de risco, referente ao risco expirado	-	487.671	-	487.671
Ajustes de experiência	16.179.291	-	-	16.179.291
	16.179.291	**487.671**	**(60.363.576)**	**(43.696.614)**
Alterações em serviços futuros				
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(21.382.655)	6.008.134	17.762.481	2.387.960
Alterações em estimativas que impactam CSM	(9.417.071)	5.416.096	4.000.975	(0)
Alterações em estimativas que não impactam CSM	2.449.967	146.402		2.596.369
	(28.349.759)	**11.570.632**	**21.763.456**	**4.984.329**
Alterações relativas a serviços passados				
Alterações a serviços passados	(26.723.452)	(3.769.413)	-	(30.492.865)
	(26.723.452)	**(3.769.413)**	**-**	**(30.492.865)**
Resultado de contratos de seguro, antes do efeito de resseguro cedido	**(38.893.921)**	**8.288.891**	**(38.600.120)**	**(69.205.149)**
Rendimentos/perdas líquidos de componente financeira dos contratos de seguro	46.196.678	531.607	2.077.923	48.806.208
Outras alterações na demonstração de outro rendimento integral	49.641.690	1.702.518	-	51.344.208
Total de alterações nas demonstrações de resultados e outro rendimento integral	**56.944.448**	**10.523.016**	**(36.522.197)**	**30.945.267**
Fluxos de caixa				
Prémios recebidos	73.100.459	-	-	73.100.459
Custos de aquisição pagos	(20.577.892)	-	-	(20.577.892)
Custos com sinistros e outras despesas pagas,				
incluindo componente de investimento	(299.278.299)	-	-	(299.278.299)
Total de fluxos de caixa	**(246.755.731)**	**-**	**-**	**(246.755.731)**
Transferência para outros itens na demonstração da posição financeira	**(171.483)**	**(17.148)**		**(188.631)**
Saldo final	**1.102.986.226**	**40.975.058**	**260.692.856**	**1.404.654.140**

A análise do efeito dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos nos exercícios de 2025 e 2024, é a seguinte:

(valores em euros)

	Contratos Rentáveis	Contratos Onerosos	Total
2025			
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	52.329.711	9.134.817	61.464.528
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	27.015.889	410.240	27.426.129
Valor atual estimado de saídas de fluxos de caixa	79.345.600	9.545.057	88.890.657
Valor atual estimado de entradas de fluxos de caixa	(98.368.202)	(8.312.462)	(106.680.664)
Ajustamento de risco	863.126	47.928	911.054
CSM	18.159.476	-	18.159.476
Perdas reconhecidas inicialmente	**-**	**1.280.522**	**1.280.522**
2024			
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	80.265.324	8.591.982	88.857.306
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	20.056.746	109.291	20.166.036
Valor atual estimado de saídas de fluxos de caixa	100.322.070	8.701.273	109.023.343
Valor atual estimado de entradas de fluxos de caixa	(123.978.997)	(6.426.999)	(130.405.997)
Ajustamento de risco	5.894.447	113.688	6.008.134
CSM	17.762.481	-	17.762.481
Perdas reconhecidas inicialmente	**-**	**2.387.961**	**2.387.961**

O padrão de libertação da margem de serviço contratual ocorrido nos ativos e passivos de contratos de seguro direto e resseguro aceite, mensurados pelo modelo geral, durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

(valores em euros)

	1 anos ou menos	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 dezembro 2025							
Contratos de seguro direto							
Seguros com participação nos resultados	14.379.806	13.514.165	12.678.385	10.518.995	8.696.774	70.115.379	129.903.504
Outros seguros de vida	9.268.772	7.265.942	5.756.554	4.648.801	3.704.603	82.911.225	113.555.896
	23.648.578	**20.780.107**	**18.434.938**	**15.167.796**	**12.401.377**	**153.026.604**	**243.459.400**
31 dezembro 2024							
Contratos de seguro direto							
Seguros com participação nos resultados	33.882.433	15.525.178	14.823.258	11.957.489	10.252.151	92.205.144	178.645.653
Outros seguros de vida	4.305.528	3.565.388	2.719.005	2.052.559	1.553.343	67.851.381	82.047.204
	38.187.960	**19.090.566**	**17.542.263**	**14.010.049**	**11.805.493**	**160.056.525**	**260.692.856**

A reconciliação dos montantes acumulados da reserva de justo valor, para ativos de investimento medidos ao justo valor por rendimento integral, relacionados com os grupos de contratos de participação direta para os quais a Companhia aplicou a abordagem de justo valor na data de transição, é apresentada na tabela abaixo:

(valores em euros)

	Justo valor através de reservas 2025	2024
Saldo em 1 de janeiro	**(38.626.327)**	**(77.004.642)**
Variação líquida no justo valor	27.360.123	41.315.448
Montante líquido reclassificado para resultados	(4.804.783)	(2.937.133)
Saldo em 31 de dezembro	**(16.070.987)**	**(38.626.327)**

Na nota 42 é divulgada informação detalhada sobre a determinação das responsabilidades bem como dos métodos e principais pressupostos considerados.

14. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	61.186.281	66.836.888
Mediadores	47.198.185	53.242.978
Co-seguradores	9.387.791	9.978.779
Fundo de Acidentes de Trabalho	3.399.203	3.194.934
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	1.203.529	8.369.956
	122.374.990	**141.623.535**
(Ajustamentos de recibos por cobrar)	(6.352.091)	(20.044.706)
(Ajustamentos IFAP)	(712.211)	(1.136.745)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa)	(1.255.019)	(3.289.603)
	(8.319.322)	**(24.471.053)**
	114.055.668	**117.152.482**
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores - Empresas do grupo	27.855.539	260.826
Contas correntes de ressegurados - Empresas do grupo	1.441.945	2.049.075
Outros	45.386.196	38.417.679
	74.683.680	**40.727.580**
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa)	(8.049.215)	(8.304.813)
	66.634.465	**32.422.767**

(continuação) (valores em euros)

	2025	2024
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo		
Imposto agregado	46.906.814	4.790.613
Outras operações	15.277.119	8.199.155
Impostos a recuperar sobre dividendos	205.486	215.924
Contas de regularização interna	2.452.837	7.482.259
Arrendamentos imobiliários	2.146.891	1.353.266
Adiantamento a fornecedores	2.697.799	1.673.329
Clientes - contas correntes	582.467	332.236
Comissões gestão UL	3.453.992	3.231.024
Relações com Companhias de Seguros	1.033.820	2.012.438
Outros	3.753.215	4.614.210
	78.510.442	**33.904.454**
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa)	(5.730.984)	(3.744.475)
	72.779.458	**30.159.979**
	253.469.590	**179.735.229**

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas de 2024 e 2025.

A rubrica "Contas correntes de ressegurados - Empresas do grupo" reflete os saldos a receber da Multicare – Seguros de Saúde, S.A., da Fidelidade Re - Companhia de Resseguros, S.A., e da Peak Reinsurance Company, no âmbito dos tratados de resseguro aceite celebrados entre a Companhia e estas entidades, tal como evidenciado na nota 40.

O saldo da rubrica Imposto agregado corresponde ao valor de imposto a receber das Empresas do Grupo resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

15. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Os saldos de ativos e passivos por impostos correntes em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são os seguintes:

(valores em euros)

	2025	2024
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	7.966.742	7.492.564
Reclamações fiscais	59.190.177	39.265.018
Outros	3.194	99.769
	67.160.113	**46.857.352**
Passivos por impostos correntes		
Imposto complementar – Pilar II	(18.462.828)	(11.724.355)
Imposto do selo	(8.931.677)	(8.793.275)
Imposto sobre o valor acrescentado	(2.319.318)	(1.480.563)
Taxa para o fundo de garantia automóvel	(2.397.850)	(2.200.486)
Taxa para o fundo de acidentes de trabalho	(5.203.089)	(4.886.762)
Taxa para a autoridade nacional para proteção civil	(3.298.164)	(3.324.251)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(3.186.763)	(3.117.906)
Taxa para o instituto nacional de emergência médica	(4.699.106)	(4.309.271)
Segurança social	(3.838.773)	(4.496.159)
Retenções	(5.648.939)	(5.306.824)
Outros	(3.979.309)	(4.722.053)
	(61.965.817)	**(54.361.905)**

Regime do Imposto Mínimo Global - Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 15 de dezembro de 2022

Em outubro de 2021, no âmbito do projeto Erosão da Base Tributável e Transferência de Lucros ("BEPS 2.0 – Base Erosion and Profit Shifting 2.0") da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"), os quais representam, em conjunto, mais de 90% do PIB mundial, alcançaram um acordo global para uma reforma do sistema tributário internacional, através do qual foi aprovado um quadro geral para um regime de imposto mínimo mundial, designado por "Pilar II".

O Pilar II do BEPS 2.0, que a nível europeu foi consagrado na Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, estabelece, através da aplicação das regras GloBE ("Global Anti-Base Erosion Rules"), um nível mínimo mundial de tributação de 15% aplicável às grandes empresas multinacionais e aos grandes grupos nacionais, o qual poderá resultar no pagamento de um imposto complementar ("Top-up Tax").

No contexto português, a Diretiva (UE) 2022/2523 do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, foi transposta para a legislação interna portuguesa, através da Lei n.º 41/2024, de 8 de novembro, a qual aprovou o Regime do Imposto Mínimo Global ("RIMG").

O Grupo Fosun, no qual se inserem as entidades incluídas no perímetro de consolidação da Fidelidade, tem vindo a desenvolver esforços por forma a identificar os potenciais impactos associados à implementação das regras do Pilar II, tendo concluído que cumpre com os critérios de elegibilidade para a sua aplicação, nomeadamente, por apresentar rendimentos anuais consolidados superiores a 750.000 Milhares de Euros em, pelo menos, dois dos últimos quatro exercícios.

Com referência a 31 de dezembro de 2025, e de acordo com a análise efetuada, o perímetro do Grupo de consolidação da Fidelidade para efeitos do Pilar II inclui entidades localizadas nas seguintes jurisdições – Alemanha, Angola, Bélgica, Bolívia, Cabo Verde, Chile, China, Espanha, Estados Unidos da América, França, Hungria, Irlanda, Itália, Japão, Liechtenstein, Luxemburgo, Macau, Moçambique, Paraguai, Perú, Portugal, Reino Unido e Suíça.

Não obstante, o RIMG estabelece no seu artigo 4.º uma disposição de salvaguarda transitória com base na declaração de informação financeira e fiscal por país ou jurisdição, no âmbito da qual é instituído que, em cada um dos exercícios fiscais que se inicie até 31 de dezembro de 2026 e que não termine após 30 de junho de 2028, o imposto complementar devido, por jurisdição, será igual a zero, caso se verifique alguma das seguintes condições: (i) teste de minimis (se o montante total de rendimentos for inferior a 10.000 Milhares de Euros e RAI inferior a 1.000 Milhares de Euros), (ii) teste da taxa efetiva simplificada (se igual ou superior à taxa de transição, i.e., 15% em 2024, 16% em 2025, 17% em 2026) e o (iii) teste de exclusão de rendimentos com base na substância (os quais deverão ser superiores ao resultado antes de imposto apurado).

De notar que esta é uma análise que deverá ser realizada anualmente e por jurisdição.

Relativamente à análise da aplicação das disposições de salvaguarda transitórias, o Grupo encontra-se atualmente a desenvolver, a análise necessária para testar a sua eventual aplicação às jurisdições onde o Grupo detém entidades constituintes para efeitos do Pilar II. À data de preparação deste Relatório e Contas, esta análise encontra-se ainda em curso, aguardando-se, igualmente, a disponibilização de informação adicional por parte da entidade mãe final do Grupo (Fosun International Limited), essencial para a realização da referida análise.

No que diz respeito à jurisdição do Perú, e de acordo com a informação disponibilizada pela entidade mãe final do Grupo até à data, foi apurado imposto complementar no montante de 6.738.473 Euros, o qual se encontra reconhecido nas demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2025.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço pelo seu valor líquido, são analisados como se segue:

(valores em euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Valorização de ativos financeiros valorizados						
ao justo valor através de reservas	50.422.837	72.760.234	(21.295.304)	(16.276.455)	29.127.533	56.483.779
Valorização de ativos financeiros valorizados						
ao justo valor através de resultados	13.022.031	10.817.148	(19.714.259)	(15.177.563)	(6.692.228)	(4.360.415)
Perdas de crédito esperadas	-	1	-	-	-	1
Terrenos e edifícios						
De uso próprio	3.025.432	5.354.780	-	(488.608)	3.025.432	4.866.173
De rendimento	197.010	474.145	(159.031)	(185.682)	37.979	288.464
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	4.641.906	5.876.337	-	-	4.641.906	5.876.337
Benefícios com empregados	13.854.842	13.191.930	-	-	13.854.842	13.191.930
Por prejuízos fiscais reportáveis	28.798.572	30.867.329	-	-	28.798.572	30.867.329
Créditos fiscais - SIFIDE II	14.875.951	11.022.152	-	-	14.875.951	11.022.152
Regime transitório – Contratos de Seguro (IFRS9/IFRS17)	104.468.886	129.848.390	(22.897.156)	(28.460.282)	81.571.730	101.388.108
Efeito financeiro dos contratos de seguro e resseguro	-	-	(77.574.634)	(61.369.336)	(77.574.634)	(61.369.336)
	233.307.468	**280.212.446**	**(141.640.385)**	**(121.957.925)**	**91.667.083**	**158.254.521**

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2025 e 2024 foram reconhecidos como se segue:

(valores em euros)

	Variação			
2025	**Reservas**	**Resultados**	**Outros**	**Total**
Imposto corrente				
Estimativa de IRC	(5.658.804)	3.889.877	-	(1.768.927)
Pilar II	-	(6.738.473)	-	(6.738.473)
Outros	-	25.567.029	-	25.567.029
	(5.658.804)	**22.718.433**	**-**	**17.059.629**
Imposto diferido				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(25.696.463)	(1.659.783)	-	(27.356.246)
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	-	(2.331.813)	-	(2.331.813)
Perdas de crédito esperadas	722.812	(722.813)	-	(1)
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(155.809)	(1.684.932)	-	(1.840.741)
De rendimento	-	(250.485)	-	(250.485)
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	-	(1.234.431)	-	(1.234.431)
Créditos fiscais - SIFIDE II	-	3.853.799	-	3.853.799
Benefícios com empregados	(837.141)	1.500.053	-	662.912
Por prejuízos fiscais reportáveis	330.290	(2.399.046)	-	(2.068.756)
Regime transitório – Contratos de Seguro (IFRS9/IFRS17)	5.563.126	(25.379.504)	-	(19.816.378)
Efeito financeiro dos contratos de seguro e resseguro	(16.205.298)	-	-	(16.205.298)
	(36.278.484)	**(30.308.954)**	**-**	**(66.587.438)**
	(41.937.287)	**(7.590.521)**	**-**	**(49.527.808)**

(valores em euros)

2025	Variação			
	Reservas	Resultados	Outros	Total
Imposto corrente				
Estimativa de IRC	2.577.177	4.805.181	-	7.382.358
Pilar II	-	(11.724.355)	-	(11.724.355)
Outros	2.221.911	(748.955)	-	1.472.956
	4.799.088	**(7.668.129)**	**-**	**(2.869.041)**
Imposto diferido				
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(69.348.634)	(4.006.844)	-	(73.355.478)
Valorização de ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	-	(8.512.860)	-	(8.512.860)
Perdas de crédito esperadas	(137.914)	137.914	-	-
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(33.153)	5.291.692	-	5.258.539
De rendimento	-	(4.103.886)	-	(4.103.886)
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	-	(19.663.648)	-	(19.663.648)
Créditos fiscais SIFIDE II	-	4.152.758	6.869.394	11.022.152
Benefícios com empregados	1.455.251	1.802.248	-	3.257.499
Por prejuízos fiscais reportáveis	6.382.717	16.484.084	-	22.866.800
Regime transitório – Contratos de Seguro (IFRS9/IFRS17)	2.334.524	(8.658.086)	-	(6.323.562)
Efeito financeiro dos contratos de seguro e resseguro	14.170.230	-	-	14.170.230
	(45.176.979)	**(17.076.628)**	**6.869.394**	**(55.384.213)**
	(40.377.892)	**(24.744.757)**	**6.869.394**	**(58.253.255)**

Em 31 de dezembro de 2025, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta, maioritariamente, da variação da reserva de justo valor dos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas e do efeito financeiro dos contratos de seguro e resseguro.

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica SIFIDE II corresponde à estimativa do benefício fiscal do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE II) no montante de 3.853.799 Euros.

Com efeito, no exercício de 2024, a Companhia suportou despesas relacionadas com projetos de Investigação e Desenvolvimento ("I&D"), no montante de 12.929.323 Euros, tendo, em maio de 2025, efetuado uma candidatura ao SIFIDE II no montante global de 5.033.241 Euros.

O Orçamento do Estado para 2025, aprovado pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, aprovou a redução da taxa de IRC em 1% passando a taxa nominal de 21% para 20%. Adicionalmente, o Orçamento do Estado para 2026, aprovado pela Lei n.º 64/2025, de 7 de novembro, prevê uma redução progressiva da taxa nominal com o objetivo de atingir 17% em 2028 (19% em 2026, 18% em 2027 e 17% nos anos seguintes).

Assim, nos termos da IAS 12, no exercício de 2025 os impostos diferidos encontram-se mensurados à taxa de 27,4% (2024: 29,8%), exceto, quando aplicável, na componente dos prejuízos fiscais, os quais são mensurados à taxa expectável da realização do ativo, 18% e 19% (2024: 20%).

Na sequência da adoção da norma contabilística IFRS 17 - Contratos de Seguros, foi publicada a Lei n.º 82-A/2023, de 29 de dezembro, a qual estabeleceu um regime transitório de adaptação das regras de determinação do lucro tributável, previstas no Código do IRC, à nova regulamentação contabilística aplicável ao setor segurador, aplicável no período de tributação iniciado em 2023 e em cada um dos nove períodos de tributação subsequentes.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2025 e 2024 pode ser demonstrada como se segue:

(valores em euros)

	2025		2024	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		151.572.888		36.186.754
Imposto apurado com base na taxa nominal	20,00%	(30.314.578)	21,00%	(7.599.218)
Diferenças				
Dividendos de instrumentos de capital	(12,72%)	19.278.386	(22,51%)	8.144.416
Mais e menos valias fiscais	(0,07%)	104.034	6,33%	(2.289.554)
Correções relativas a exercícios anteriores	0,58%	(882.442)	(15,71%)	5.685.444
Passivo fiscal	(18,65%)	28.268.269	(0,41%)	149.353
Outras	0,30%	(454.429)	2,95%	(1.066.769)
Benefícios fiscais				
Dupla tributação internacional	(0,14%)	211.076	(0,82%)	297.454
SIFIDE II	(2,54%)	3.853.799	(11,48%)	4.152.758
Outros	(0,47%)	714.685	(0,70%)	251.804
Imposto suportado no estrangeiro	**1,10%**	**(1.671.829)**	**(4,79%)**	**1.734.682**
Pilar II	**4,45%**	**(6.738.473)**	**32,40%**	**(11.724.355)**
Tributação autónoma	**0,72%**	**(1.097.249)**	**2,46%**	**(888.459)**
Derramas	**(0,25%)**	**384.613**	**0,00%**	**-**
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito da alteração da taxa	**8,89%**	**(13.479.340)**	**32,85%**	**(11.885.740)**
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito diferenças de taxa	**3,80%**	**(5.767.046)**	**26,82%**	**(9.706.572)**
	5,01%	**(7.590.521)**	**68,39%**	**(24.744.757)**

Em 2025, o valor registado em "alterações de estimativas" resulta da reversão de provisões anteriormente constituídas no âmbito do normativo IFRC 23. A reversão ocorreu após uma revisão da avaliação de risco realizada no ano de 2025.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (exceto nos exercícios em que seja apurado prejuízo fiscal), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Prejuízos fiscais

O reporte de prejuízos ficais reconhecidos por ano é como segue:

(valores em euros)

	2025
Ano 2022	36.389.007
Ano 2023	21.625.925
Ano 2024	100.532.691
	158.547.623
ID 19%	4.940.000
ID 18%	23.858.572
	28.798.572

(valores em euros)

	2024
Ano 2022	36.386.189
Ano 2023	21.044.462
Ano 2024	96.905.994
	154.336.645
ID 20%	30.867.329

De acordo com a regulamentação em vigor, o reporte de prejuízos fiscais não tem prazo de caducidade.

Apresentamos abaixo o detalhe dos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias das sucursais da Companhia, para as quais não foi reconhecido imposto diferido por não existir perspetiva de recuperabilidade num futuro previsível:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Prejuízos fiscais dedutíveis	**Créditos fiscais**	**Diferenças temporárias**	**Prejuízos fiscais dedutíveis**	**Créditos fiscais**	**Diferenças temporárias**
Espanha	19.539.314	351.483	1.536.276	18.259.115	355.426	1.347.186
França	19.930.311	-	-	10.218.944	-	-
	39.469.625	**351.483**	**1.536.276**	**28.478.059**	**355.426**	**1.347.186**

16. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (ATIVO)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Acréscimos de rendimentos		
Outros	130.298	121.548
Gastos diferidos		
Licenças de software	4.274.452	8.646.979
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	336.880	494.365
Seguros	10.253	223.666
Rendas e alugueres	36.675	38.353
Outros	1.917.436	3.101.004
	6.705.994	**12.625.914**

17. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de ativos, passivos e ganhos e perdas não correntes detidos para venda, apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Ativos não correntes detidos para venda		
Terrenos e edifícios de uso próprio	2.434.000	14.735.635
	2.434.000	**14.735.635**
Ganhos e perdas de ativos não correntes classificadas como detidos para venda		
Ganhos		
Ganhos realizados	2.227.932	-
	2.227.932	**-**
Perdas		
Perdas Realizadas	(1.667.716)	(4.652.187)
	(1.667.716)	**(4.652.187)**
	560.216	**(4.652.187)**

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da rubrica "Ativos não correntes detidos para venda" refere-se ao imóvel situado no Edifício das Olaias, que não foi alienado até final de 2025, por não reunir todas as condições negociadas para a venda. O imóvel cumpre os requisitos da IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas para ser classificado com não corrente detido para venda, estando a Fidelidade a desenvolver esforços para a venda do imóvel, prevendo-se que a venda ocorra até junho de 2026.

18. PASSIVOS FINANCEIROS DA COMPONENTE DE DEPÓSITO DE CONTRATOS DE SEGUROS E DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025					
	Saldo inicial	Subscrições	Reembolsos e resgates	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	2.632.213.796	400.506.463	(267.870.435)	67.029.153	(594.358)	2.831.284.619
Unit-linked PPR	478.291.682	83.866.615	(44.481.415)	33.393.404	(3.750.432)	547.319.854
	3.110.505.478	**484.373.079**	**(312.351.850)**	**100.422.557**	**(4.344.790)**	**3.378.604.473**
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa Individual	1.989.238.760	292.168.941	(371.142.417)	38.075.833	5.174.231	1.953.515.348
Vida Taxa Fixa Individual	3.084.959.545	1.186.169.710	(400.210.430)	80.749.027	572.061	3.952.239.913
Vida Taxa Fixa Grupo	1.028.022	41.787	-	37.102	-	1.106.911
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	1.823	-	-	-	-	1.823
	5.075.228.149	**1.478.380.438**	**(771.352.846)**	**118.861.961**	**5.746.292**	**5.906.863.995**
	8.185.733.627	**1.962.753.517**	**(1.083.704.696)**	**219.284.518**	**1.401.502**	**9.285.468.468**

(valores em euros)

	2024					
	Saldo inicial	Subscrições	Reembolsos e resgates	Rendimentos e gastos	Recomposição de carteira	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	2.428.841.130	257.221.208	(165.850.392)	112.597.256	(595.405)	2.632.213.796
Unit-linked PPR	419.819.145	65.710.506	(23.707.009)	22.255.337	(5.786.298)	478.291.682
	2.848.660.275	**322.931.714**	**(189.557.402)**	**134.852.593**	**(6.381.703)**	**3.110.505.478**
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa Individual	2.464.650.955	172.639.340	(719.366.531)	65.523.212	5.791.785	1.989.238.760
Vida Taxa Fixa Individual	2.031.130.927	1.457.206.250	(471.067.838)	67.094.235	595.970	3.084.959.545
Vida Taxa Fixa Grupo	953.218	40.335	-	34.469	-	1.028.022
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	1.518	-	(17.373)	17.678	-	1.823
	4.496.736.619	**1.629.885.925**	**(1.190.451.743)**	**132.669.594**	**6.387.755**	**5.075.228.149**
	7.345.396.894	**1.952.817.639**	**(1.380.009.144)**	**267.522.187**	**6.052**	**8.185.733.627**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros afetos aos contratos Unit-linked apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem		
Depósitos à ordem	187.821.903	62.362.322
	187.821.903	**62.362.322**
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de dívida	1.906.040.951	1.815.260.723
Instrumentos de capital	24.453.500	24.934.024
Outros instrumentos financeiros	1.102.269.272	1.080.318.406
Crédito e outros valores a receber	56.474	42.967
Outros depósitos	658.455	560.066
Instrumentos derivados com justo valor positivo	160.180.469	113.036.154
	3.193.659.121	**3.034.152.340**
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado		
Outros depósitos	540.000	540.000
	540.000	**540.000**
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Transações a liquidar	(3.441.518)	(2.484.098)
Instrumentos derivados com justo valor negativo	24.967	15.934.914
	(3.416.551)	13.450.816
	3.378.604.473	3.110.505.478

Os investimentos relativos a contratos Unit-linked correspondem a ativos geridos pela Companhia cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os Outros contratos de investimento correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se mensurados ao custo amortizado.

19. PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estas rubricas têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Derivado de gestão de risco	16.939.755	83.541.341
Outros derivados	1.543.390	1.323.290
Outros passivos financeiros	3.441.518	4.691.020
	21.924.663	**89.555.651**
Outros passivos financeiros		
Derivados de cobertura	57.793	2.428.940
Passivos subordinados	1.006.267.138	1.004.455.911
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	2.242.887	2.224.361
Não Vida	69.239.787	203.752.110
	71.482.674	**205.976.471**
Locações	42.225.534	39.903.154
	1.120.033.138	**1.252.764.476**

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica "Outros derivados" inclui uma opção de venda sobre as ações não controladas da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A. e swaps de retorno total referentes a produtos Unit-linked nos montantes de 1.051.718 Euros e 491.672 Euros.

Em 31 de dezembro de 2024, a rubrica "Outros derivados" inclui uma opção de compra e uma opção de venda sobre as ações não controladas da Fidelidade Moçambique - Companhia de Seguros S.A. e swaps de retorno total referentes a produtos Unit-linked nos montantes de 837.606 Euros e 193.703 Euros respetivamente.

A rubrica "Passivos subordinados" diz respeito: (i) a uma emissão de dívida emitida pela Companhia no dia 4 de junho de 2021, no valor de 500.000.000 Euros, com prazo de maturidade de 10 anos, com call option a 5 anos e uma taxa de remuneração de 4,25% e, (ii) a uma emissão de dívida subordinada perpétua emitida pela Companhia no dia 22 de maio de 2024, no valor de 500.000.000 Euros, classificada como Tier 1 para efeitos de rácio de capital, cuja taxa do primeiro cupão é de 7.750% e após a first reset date em 29 de novembro de 2029, a taxa passa a ser soma de um spread de 5.039% ao ano, acrescido de um índice a determinar pela Caixa – Banco de Investimento, S.A. (o agente).

Os Depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

Os valores registados associados aos passivos Locações durante o ano foram reconhecidos de acordo comos princípios definidos na IFRS 16 – Locações. O passivo de locação é inicialmente mensurado ao present value dos pagamentos de locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juro implícita na locação ou, caso a taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa de juro incremental da Companhia.

Os movimentos ocorridos nos passivos de locações (pagamentos mínimos futuros relativos a contratos de locação operacional) durante o exercício de 2025 foram os seguintes:

(valores em euros)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**39.903.154**
Incremento do Período	**19.912.086**
Adições	11.809.898
Juros	1.205.592
Outros	6.896.596
Decréscimo do Período	**(17.589.705)**
Pagamentos	(17.589.705)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**42.225.534**

(valores em euros)

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**44.191.653**
Incremento do Período	**13.447.294**
Adições	9.382.244
Juros	1.199.800
Outros	2.865.250
Decréscimo do Período	**(17.735.793)**
Pagamentos	(17.735.793)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**39.903.154**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos de locações apresentam a seguinte maturidade:

(valores em euros)

	2025				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Locações	8.253.931	5.953.138	14.146.465	13.872.000	42.225.534
	8.253.931	**5.953.138**	**14.146.465**	**13.872.000**	**42.225.534**

(valores em euros)

	2024				
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Locações	10.439.762	8.477.542	12.426.034	8.559.816	39.903.154
	10.439.762	**8.477.542**	**12.426.034**	**8.559.816**	**39.903.154**

20. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Tomadores de seguro	61.518.788	49.852.812
Mediadores	21.791.731	45.004.386
Co-seguradoras	5.766.054	5.169.564
	89.076.573	**100.026.761**
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores - Empresas do grupo	5.748.607	8.997.389
Contas correntes de ressegurados - Empresas do grupo	1.889.749	83.740
Outros	78.563.696	79.500.212
	86.202.052	**88.581.341**
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do grupo		
Imposto agregado	44.871.147	11.130.902
Fornecedores conta corrente	10.655.615	275.934
Outras operações	1.838.380	685.961
Fornecedores conta corrente (outros)	8.255.728	11.146.421
Contas de regularização interna	5.383.556	2.772.014
Operações de bolsa a regularizar e outras transações	61.289.201	19.545.001
Outros	525.997	2.897.835
	132.819.623	**48.454.068**
	308.098.248	**237.062.170**

Em 2025, a rubrica Contas a pagar por operações de seguro direto inclui o montante de 10.550.895 Euros (2024: 44.699.703 Euros) relativamente a saldos com empresas do Grupo, conforme nota 40.

A rubrica Contas de regularização interna regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

O saldo da rubrica Imposto agregado corresponde ao valor de imposto a pagar às Empresas do Grupo resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

O montante da rubrica de operações de bolsa a regularizar corresponde a compras e vendas de títulos de dívida pública cuja liquidação ocorreu nos primeiros dias do ano de 2026.

21. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS (PASSIVO)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	137.749	156.068
Acréscimos de gastos		
Comissões a pagar	97.833.386	88.423.882
Férias e subsídios a pagar	19.489.246	19.454.684
Prémios de desempenho da Companhia	12.302.544	12.754.703
Faturas em conferência	9.021.176	6.367.804
Pagamentos diferidos - Marketing	2.454.730	3.802.707
Remunerações variáveis, incluindo encargos	1.370.496	2.316.503
Trabalhos especializados	1.780.000	1.760.610
Benefícios optativos de carreira	917.309	957.410
Seguros	1.412.757	592.550
Auditoria	601.206	743.514
Outros custos com pessoal	24.951	117.417
Imposto municipal de imóveis	87.055	109.517
Outros	4.680.832	3.107.452
	151.975.688	**140.508.751**
	152.113.437	**140.664.819**

A rubrica Comissões a pagar inclui:

- Estimativa das over commissions a pagar aos mediadores e corretores, nos montantes de 56.296.399 Euros e 51.440.224 Euros, relativas aos exercícios de 2025 e 2024, respetivamente;

- Estimativa de comissões a pagar à CGD no âmbito do acordo de distribuição, nos montantes de 39.713.368 Euros e 34.709.111 Euros, relativas aos exercícios de 2025 e 2024, respetivamente.

22. OUTRAS PROVISÕES

O movimento na rubrica de Outras provisões, durante os exercícios de 2025 e 2024, foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025			
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Saldos finais
Provisões para impostos	8.018.326	408.975	-	8.427.301
Provisão para reestruturação	7.030.418	4.253.368	(7.123.666)	4.160.120
Provisão para contingências judiciais	897.403	90.378	(17.481)	970.300
Outras	407.681	155.113	(129.694)	433.100
	16.353.828	**4.907.834**	**(7.270.840)**	**13.990.821**

(valores em euros)

	2024			
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Saldos finais
Provisões para impostos	8.547.481	826.161	(1.355.316)	8.018.326
Provisão para reestruturação	2.757.778	7.030.418	(2.757.778)	7.030.418
Provisão para contingências judiciais	170.904	1.000.000	(273.501)	897.403
Outras	904.113	2.812.125	(3.308.558)	407.681
	12.380.276	**11.668.704**	**(7.695.153)**	**16.353.828**

A Fidelidade tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma.

Em 2025 e 2024, a rubrica "Outras provisões" inclui utilizações de 25.419 Euros e de 3.308.558 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica Perdas de imparidade (líquidas de reversão).

Os outros montantes registados na rubrica "Outras" destinam-se a fazer face a outras contingências decorrentes da atividade da Companhia.

23. CAPITAL

O capital social no valor de 509.263.524 Euros é constituído por 161,7 milhões de ações com o valor nominal unitário de 3,15 Euros e encontra-se integralmente realizado.

No exercício de 2015 foram adquiridas, em cumprimento do deliberado no ponto 9 da ordem de trabalhos da Assembleia Geral de 31 de março de 2015, 13.300 ações próprias, ao preço unitário de 11,20 Euros, perfazendo o valor total de 148.960 Euros. A liquidação desta aquisição foi feita em 22 de dezembro de 2015.

Em maio de 2018 foi realizado um aumento de capital no valor de 76.230.000 Euros, com um Prémio de Emissão de 67.276.000 Euros.

Em setembro de 2020 foi realizado um aumento de capital por novas entradas em espécie, no montante de 38.912.643 Euros, com subscrição reservada aos titulares de ações das sociedades comerciais Multicare e Fidelidade Assistência.

Em outubro de 2020 foi realizado um aumento por novas entradas em dinheiro, no montante remanescente de 12.970.881 Euros. O aumento de capital realizou-se com um Prémio de Emissão de 63.042.599 Euros.

A estrutura acionista da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025		2024	
Acionistas	**Número de Ações**	**% de Participação**	**Número de Ações**	**% de Participação**
Millennium Gain Limited	137.402.839	84,9892%	137.402.839	84,9892%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24.250.644	15,0000%	24.250.644	15,0000%
Colaboradores e antigos colaboradores				
da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	4.177	0,0026%	4.177	0,0026%
Ações Próprias	13.300	0,0082%	13.300	0,0082%
	161.670.960	**100%**	**161.670.960**	**100%**

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição de 80% do capital social da Fidelidade pela Longrun, a Companhia passou a integrar o Grupo Fosun. Com a dissolução e liquidação da Longrun em 26 de setembro de 2024, a Fidelidade passou a ser detida pela Millennium Gain Limited (Millennium Gain).

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício	143.982.367	11.441.997
Número de ações (no final do exercício)	161.670.960	161.670.960
Resultado por ação (em Euros)	**0,89**	**0,07**

No exercício de 2025, a Fidelidade distribuiu reservas e resultados transitados aos seus acionistas, no montante de 85.678.560 Euros (2024: 399.294.420 Euros).

24. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Reservas de reavaliação	(29.047.865)	(157.469.162)
Reserva por impostos diferidos	(84.777.486)	(47.043.751)
Reserva por impostos correntes	(9.624.479)	(5.108.811)
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	343.084.015	267.850.885
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	(7.348.314)	(5.914.505)
Outras reservas		
- Reserva legal	268.297.029	267.152.829
- Prémio de emissão	382.666.154	382.666.154
- Outras reservas	607.045.163	658.427.834
Ganhos e perdas da venda de instrumentos de capital próprio valorizados ao justo valor através de reservas	(1.110.277)	(22.977.783)
Resultados transitados	(10.269.243)	31.565.857
Resultado líquido do exercício	143.982.367	11.441.997
	1.602.897.065	**1.380.591.544**

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos mensurados ao justo valor através de reservas, incluindo as perdas por imparidade dos instrumentos de dívida nos stages 1 e 2.

Abaixo encontra-se detalhada a movimentação das reservas de reavaliação para os exercícios de 2025 e 2024:

(valores em euros)

	2025	2024
Saldo 1 de janeiro	**(157.469.162)**	**(416.270.785)**
Variação Justo Valor	122.111.801	245.415.297
Imparidade	(4.072.835)	(4.411.685)
Alienações	10.382.331	17.798.011
Saldo 31 dezembro	**(29.047.865)**	**(157.469.162)**

25. RÉDITOS E GASTOS RELATIVOS A CONTRATOS DE SEGURO E DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Réditos e gastos relativos a contratos de seguro

(valores em euros)

2025	Seguros Vida	Seguros Não Vida						Total
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total	
Contratos não mensurados pela abordagem								
da alocação de prémio								
Montantes relacionados as variações								
nos passivos de serviços futuros								
– Libertação da margem de serviços								
contratuais pelos serviços transferidos	51.792.200	-	-	-	-	-	-	51.792.200
– Variações no ajustamento de risco								
(risco não financeiro) pelo risco expirado	27.600	-	-	-	-	-	-	27.600
– Libertação do valor esperado dos sinistros								
ocorridos e gastos atribuíveis a contratos								
de seguros	51.118.100	-	-	-	-	-	-	51.118.100
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis								
a contratos de seguros	17.624.048	-	-	-	-	-	-	17.624.048
	120.561.948	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**120.561.948**
Contratos mensurados pela abordagem								
da alocação de prémio	**176.061.707**	**1.080.214.174**	**419.411.838**	**642.248.422**	**96.206.849**	**117.013.284**	**2.355.094.566**	**2.531.156.273**
Total dos réditos dos contratos de seguro	**296.623.655**	**1.080.214.174**	**419.411.838**	**642.248.422**	**96.206.849**	**117.013.284**	**2.355.094.566**	**2.651.718.221**
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis								
a contratos de seguro	(111.379.906)	(829.131.847)	(253.406.944)	(521.904.362)	(48.669.996)	(34.963.350)	-	(1.799.456.405)
Custo de aquisição atribuíveis								
a contratos de seguro	(49.487.255)	(175.400.510)	(84.415.571)	(122.876.069)	(20.712.498)	(18.796.582)	-	(471.688.485)
Alterações relativas a serviços passados	(9.419.064)	(28.845.108)	10.262.660	20.797.482	12.555.417	(3.874.637)	-	1.476.750
Alterações relativas a serviços futuros	7.704.450	(8)	-	-	-	(1.152)	(1.160)	7.703.291
Total dos gastos dos contratos de seguro	**(162.581.775)**	**(1.033.377.473)**	**(327.559.855)**	**(623.982.949)**	**(56.827.077)**	**(57.635.721)**	**(1.160)**	**(2.261.964.850)**
Resultado de contratos de seguro	**134.041.880**	**46.836.701**	**91.851.983**	**18.265.473**	**39.379.771**	**59.377.562**	**2.355.093.406**	**389.753.371**

(valores em euros)

2024	Seguros Vida	Seguros Não Vida						Total
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total	
Contratos não mensurados pela abordagem								
da alocação de prémio								
Montantes relacionados as variações								
nos passivos de serviços futuros								
– Libertação da margem de serviços								
contratuais pelos serviços transferidos	60.363.576	-	-	-	-	-	-	60.363.576
– Variações no ajustamento de risco								
(risco não financeiro) pelo risco expirado	2.794.467	-	-	-	-	-	-	2.794.467
– Libertação do valor esperado dos sinistros								
ocorridos e gastos atribuíveis a contratos								
de seguros	53.312.685	-	-	-	-	-	-	53.312.685
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis								
a contratos de seguros	10.332.131	-	-	-	-	-	-	10.332.131
	126.802.858	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**126.802.858**
Contratos mensurados pela abordagem								
da alocação de prémio	**179.062.788**	**976.973.369**	**402.827.627**	**606.723.129**	**86.755.336**	**118.583.780**	**2.191.863.241**	**2.370.926.029**
Total dos réditos dos contratos de seguro	**305.865.647**	**976.973.369**	**402.827.627**	**606.723.129**	**86.755.336**	**118.583.780**	**2.191.863.241**	**2.497.728.888**
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis								
a contratos de seguro	(167.773.416)	(752.558.298)	(249.877.153)	(471.650.852)	(37.960.236)	(39.848.158)	(1.551.894.696)	(1.719.668.112)
Custo de aquisição atribuíveis								
a contratos de seguro	(50.412.945)	(151.550.832)	(79.383.359)	(117.306.092)	(18.061.143)	(24.339.993)	(390.641.420)	(441.054.365)
Alterações relativas a serviços passados	31.444.527	46.804.158	18.738.284	(5.906.369)	1.583.344	(10.880.613)	50.338.805	81.783.331
Alterações relativas a serviços futuros	(4.984.329)	-	-	-	-	-	-	(4.984.329)
Total dos gastos dos contratos de seguro	**(191.726.163)**	**(857.304.971)**	**(310.522.228)**	**(594.863.313)**	**(54.438.035)**	**(75.068.764)**	**(1.892.197.311)**	**(2.083.923.474)**
Resultado de contratos de seguro	**114.139.484**	**119.668.398**	**92.305.399**	**11.859.816**	**32.317.301**	**43.515.016**	**299.665.930**	**413.805.413**

Réditos e gastos relativos a contratos de resseguro

(valores em euros)

2025	Seguros Vida	Seguros Não Vida						Total
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total	
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis								
a contratos de seguro - parte dos resseguradores	18.274.042	448.581.209	67.320.583	16.121.916	20.213.788	11.353.319	563.590.816	581.864.858
Alterações relativas a serviços passados - parte								
dos resseguradores	4.804.001	24.261.793	(696.941)	(351.541)	(14.573.875)	3.271.210	11.910.647	16.714.648
Efeito da variação do risco de incumprimento								
do ressegurador	-	42.515	336.619	34.096	(846.089)	65.646	(367.213)	(367.213)
Total dos réditos dos contratos de resseguro	**23.078.043**	**472.885.517**	**66.960.261**	**15.804.471**	**4.793.824**	**14.690.175**	**575.134.249**	**598.212.292**
Contratos mensurados pela abordagem da								
alocação de prémio - parte dos resseguradores	(27.749.143)	(542.867.735)	(139.991.472)	(4.322.921)	(32.750.760)	(71.991.044)	(791.923.932)	(819.673.074)
Total dos gastos dos contratos de resseguro	**(27.749.143)**	**(542.867.735)**	**(139.991.472)**	**(4.322.921)**	**(32.750.760)**	**(71.991.044)**	**(791.923.932)**	**(819.673.074)**
Resultado de contratos de resseguro	**(4.671.100)**	**(69.982.218)**	**(73.031.210)**	**11.481.550**	**(27.956.936)**	**(57.300.868)**	**(216.789.682)**	**(221.460.782)**

(valores em euros)

2024	Seguros Vida	Seguros Não Vida						Total
		Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total	
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis								
a contratos de seguro - parte dos resseguradores	12.438.159	416.294.084	75.461.686	1.280.794	16.453.297	13.586.131	523.075.991	535.514.150
Alterações relativas a serviços passados - parte								
dos resseguradores	6.907.431	(8.003.036)	(7.745.439)	(223.970)	3.257.594	18.689.254	5.974.403	12.881.834
Efeito da variação do risco de incumprimento								
do ressegurador	-	(64.590)	412.257	794	1.899.522	95.608	2.343.592	2.343.592
Total dos réditos dos contratos de resseguro	**19.345.590**	**408.226.459**	**68.128.504**	**1.057.617**	**21.610.413**	**32.370.993**	**531.393.986**	**550.739.576**
Contratos mensurados pela abordagem da								
alocação de prémio - parte dos resseguradores	(26.044.018)	(475.226.471)	(141.780.568)	(4.085.284)	(31.878.466)	(74.866.516)	(727.837.304)	(753.881.322)
Total dos gastos dos contratos de resseguro	**(26.044.018)**	**(475.226.471)**	**(141.780.568)**	**(4.085.284)**	**(31.878.466)**	**(74.866.516)**	**(727.837.304)**	**(753.881.322)**
Resultado de contratos de resseguro	**(6.698.428)**	**(67.000.012)**	**(73.652.064)**	**(3.027.667)**	**(10.268.053)**	**(42.495.522)**	**(196.443.318)**	**(203.141.747)**

26. COMISSÕES DE CONTRATOS DE SEGURO E OPERAÇÕES CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO OU COMO CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 38.707.387 Euros e 37.641.654 Euros, respetivamente.

27. GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO E NATUREZA

Os custos de exploração por natureza, são imputados tendo por base determinados critérios às seguintes funções: (i) sinistros (custos com sinistros – montantes pagos), (ii) aquisição (custos de exploração – custos de aquisição), (iii) administrativa (custos de exploração – custos administrativos), (iv) investimento (gastos financeiros – outros), e (v) outros (gastos não relacionados).

Nos exercícios de 2025 e 2024, os custos de exploração incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição por natureza:

(valores em euros)

	2025	2024
Custos com pessoal	217.123.019	196.343.450
Fornecimentos e serviços externos		
Trabalhos especializados	73.577.529	64.329.600
Licenças de software	22.092.067	21.478.425
Publicidade e propaganda	13.498.689	12.907.377
Conservação e reparação	4.989.862	5.979.901
Comunicação	4.856.749	5.070.477
Rendas e alugueres	1.884.526	2.190.979
Deslocações e estadas	2.600.367	2.680.385
Despesas de representação	649.614	1.341.916
Gastos com cobrança de prémios	1.909.224	1.805.300
Limpeza, higiene e conforto	1.594.300	1.609.109
Vigilância e segurança	1.243.815	1.307.076
Quotizações	1.710.132	1.646.678
Outros	11.876.588	9.173.680
	142.483.463	**131.520.905**

(continuação) (valores em euros)

	2025	2024
Impostos e taxas	16.690.485	17.062.102
Depreciações e amortizações do exercício	29.319.094	27.824.244
Outras provisões	(2.388.426)	6.282.109
Comissões	7.329.011	7.912.764
Juros suportados		
Locações	1.207.794	1.199.800
Depósitos de resseguradores	1.717.479	2.985.286
Passivos Subordinados	61.811.226	46.328.315
Outros	19.510	416
	64.756.009	**50.513.816**
	475.312.656	**437.459.389**

Na rubrica "Fornecimentos e serviços externos - Trabalhos especializados" encontram-se reconhecidas despesas, a 31 de dezembro de 2025 referente aos honorários da KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A, revisor oficial de contas da Companhia, relativo ao exercício de 2025 que ascendem a 1.240.759 euros (2024: 855.442 Euros), dos quais 1.014.609 euros (2024: 561.851 Euros) relativos à Revisão Legal de Contas e 226.150 euros (2024: 293.591 Euros) (faturados e a faturar) relativos a outros serviços de garantia de fiabilidade.

Os serviços de garantia de fiabilidade referem-se a:

- Certificação do Relatório Anual sobre a Solvência e Situação Financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

- Parecer sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, quanto aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude de seguros e de branqueamento de capitais, nos termos do n.º 4º do art.º 36 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF; e

- Parecer sobre a adequação da política de remuneração, nos termos do n.º 4 do art.º 90 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF.

Nos exercícios de 2025 e 2024, as rubricas da Demonstração dos Resultados onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Gastos diretamente atribuíveis	**Gastos não atribuíveis**	**Total**	**Gastos diretamente atribuíveis**	**Gastos não atribuíveis**	**Total**
Função de sinistros						
Gastos Diretos	1.420.255.233	-	1.420.255.233	1.474.978.364	-	1.474.978.364
Gastos Imputados	50.547.239	2.194.150	52.741.389	53.196.224	1.269.015	54.465.239
Função de aquisição						
Gastos Diretos	354.123.375	14.677.640	368.801.015	345.204.327	9.484.228	354.688.555
Gastos Imputados	96.029.571	12.452.301	108.481.872	95.850.038	12.186.875	108.036.913
Função administrativa						
Gastos Diretos	11.592.385	20.793.223	32.385.608	12.393.429	22.327.017	34.720.446
Gastos Imputados	113.057.326	26.460.460	139.517.786	95.508.254	28.588.676	124.096.930
Função gestão de investimentos						
Gastos Diretos	-	608.248	608.248	-	1.201.160	1.201.160
Gastos Imputados	687.345	26.551.559	27.238.904	1.808.509	26.485.411	28.293.920
Outros gastos não relacionados						
Gastos Imputados	-	147.332.704	147.332.704	-	122.566.487	122.566.487
Total de Gastos Diretos	1.785.970.994	36.079.110	1.822.050.104	1.832.576.120	33.012.405	1.865.588.526
Total de Gastos Imputados	260.321.481	214.991.173	475.312.656	246.363.025	191.096.464	437.459.389
	2.046.292.475	**251.070.284**	**2.297.362.760**	**2.078.939.145**	**224.108.869**	**2.303.047.915**

28. GASTOS COM PESSOAL

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Remunerações		
Órgãos sociais	8.071.437	6.470.808
Pessoal	122.742.807	126.255.812
Encargos sobre remunerações	30.253.212	29.377.038
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido	10.535.819	3.957.359
Plano de contribuição definida	2.425.486	1.988.241
Outros benefícios	1.054.682	-
Outros benefícios a longo prazo	1.027.346	105.343
Benefícios de cessação de emprego	21.781.690	13.550.733
Seguros obrigatórios	2.450.300	2.652.336
Gastos de ação social	15.273.533	10.927.621
Outros gastos com pessoal	1.506.707	1.058.159
	217.123.019	**196.343.450**

Em 2025 e 2024, a rubrica Remunerações – Pessoal inclui uma estimativa para benefícios optativos de carreira no montante de 167.847 Euros e 487.013 Euros, respetivamente.

A existência de estruturas transversais a algumas empresas do Grupo conduz à necessidade de efetuar a alocação de custos comuns entre as várias empresas, baseada em chaves de repartição subordinadas ao princípio custo-benefício.

Consequentemente, nos exercícios de 2025 e 2024, os gastos com pessoal incluem o impacto decorrente dos seguintes movimentos com entidades relacionadas:

(valores em euros)

	2025	2024
Gastos com pessoal da Companhia a desempenhar funções para a:		
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(2.873.900)	(2.920.737)
Fidelidade - Property Europe, S.A.	(769.353)	(665.117)
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	(343.934)	(344.407)
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	(191.240)	(151.957)
FID I&D, S.A.	(562.822)	(579.273)
Outras	(635.533)	(554.989)
	(5.376.782)	**(5.216.480)**

Em 2025 e 2024, o número de trabalhadores ao serviço na Companhia, por categorias, é o seguinte:

	2025	2024
Executivos	44	50
Gestores	341	370
Técnicos	1.871	1.892
Assistentes	441	571
Apoio	16	12
	2.713	**2.895**

29. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo e passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Ativo		
Plano de benefício definido	1.841.449	1.852.985
Passivo		
Plano de contribuição definida	(132.080)	(134.559)
Outros benefícios a longo prazo	(6.277.197)	(5.249.850)
Plano Beneficios de Saúde	(20.018.151)	(22.385.321)
	(26.427.428)	**(27.769.730)**

Os Outros benefícios a longo prazo dizem respeito à remuneração variável dos Órgãos Sociais, nos termos previstos na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais da Companhia, e dos empregados, conforme decidido em Comité de Pessoas e em Comissão Executiva. Esta remuneração é diferida e paga decorridos 3 anos sobre a data da sua atribuição.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012, em 29 de janeiro de 2016 e em 8 de fevereiro de 2019, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), têm direito a um plano de pensões (PIR), plano este, de contribuição definida e que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT's.

Este plano, para além de assegurar garantia de capital, perfaz os requisitos de classificação de planos de contribuição definida, uma vez que a quantia dos benefícios pós-emprego recebida pelo trabalhador é determinada pela quantia de contribuições pagas por uma entidade para um plano de benefícios, juntamente com os retornos do investimento provenientes das contribuições.

Em conformidade com as regras previstas no referido IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições da Companhia para o atual plano de pensões são efetuadas de acordo com o previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, publicado a 8 de fevereiro de 2019 (ACT 2019), correspondendo ao valor que resulta da aplicação da percentagem de 3,25% sobre o ordenado base anual do trabalhador.

Relativamente ao exercício de 2025, no Plano de contribuição definida a Fidelidade teve um custo de 2.425.486 Euros (2024: 1.986.182) Euros, não ficando pendente quaisquer pagamentos com referência 2024.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades e ativos do Plano de Pensões de Contribuição Definida – "Fundo de Pensões PIR Fidelidade e Associadas", ascendiam a 37.818.408 Euros (2024: 35.861.953 Euros) e 37.686.328 Euros (2024: 35.727.395 Euros).

Plano de benefício definido

O exercício de 2025 caracterizou-se pela reorganização da estrutura de financiamento de três Fundos de Pensões do Associado, materializada, como já foi referido, na extinção dos FP IB e FP MC e na consequente integração dos respetivos ativos e responsabilidades no Fundo de Pensões Fidelidade.

Embora a transferência formal tenha ocorrido em 29 de dezembro de 2025, data a partir da qual o Fundo de Pensões Fidelidade passou a concentrar a totalidade das obrigações, os quadros abaixo apresentam uma perspetiva consolidada da evolução na anuidade. Esta opção visa refletir, de forma alinhada com os registos contabilísticos do Associado, o conjunto da variação das responsabilidades dos três fundos, proporcionando uma leitura integral da realidade económica dos planos de pensões no período em análise.

Foram extintos o FP IB e o FP MC, por transferência dos respetivos patrimónios e responsabilidades para o Fundo de Pensões Fidelidade, que ficou responsável pelo pagamento dos benefícios a que os participantes e beneficiários daqueles tenham ou venham a ter direito.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades com o plano de benefícios (pensões e saúde) foram as seguintes:

(valores em euros)

	2025	2024
Pressupostos financeiros		
Taxas de evolução salarial	2,20%	2,40%
Taxa de crescimento das pensões	1,10%	0,75%
Taxa de Crescimento das Despesas - por envelhecimento		
Reformados Imperio - Ap. 4930	9,41%	9,41%
Seguro Saúde ex-IB - Ap. 3002/6470	2,20%	0,75%
Taxa de crescimento salarial das pre-reformas	1,25%	1,25%
Taxa de desconto	3,25%	3,00%
Probabilidade de passagem à pré-reforma	0,00%	0,00%
Rendimentos de outros ativos		
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade		
Homens	FM IB_2011	FM IB_2011
Mulheres	FM IB_2011	FM IB_2011
Método de valorização atuarial	Project Unit	Project Unit
	Credit Method	Credit Method

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia alterou o cálculo das responsabilidades para a tábua de mortalidade FMIB -2011, em consistência com os produtos de rendas vitalícias, no âmbito da IFRS 17. Esta tábua carateriza-se por ser uma tábua geracional e baseia-se na tábua austríaca AVO2005.

De acordo com a política contabilística, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de rating elevado para maturidades similares às das responsabilidades.

Os fundos de pensões de benefício definido da Companhia apresentam as seguintes durations médias:

	2025	2024
Fundo de Pensões da Fidelidade	7,60 anos	7,66 anos
Fundo de Pensões da Ex-Império	12,1 anos	12,3 anos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o número de beneficiários era o seguinte:

	2025	2024
Ativos	845	982
Reformados e pre-reformados	1 503	1 530
	2 348	**2 512**

As responsabilidades por serviços passados da Companhia, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
(Responsabilidades) em 31 de dezembro	(77.837.161)	(20.018.151)	(97.855.312)	(77.423.367)	(22.385.321)	(99.808.688)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	79.678.609	-	79.678.609	79.276.353	-	79.276.353
Ativos/ (responsabilidades) líquidas						
em 31 de dezembro	**1.841.449**	**(20.018.151)**	**(18.176.703)**	**1.852.986**	**(22.385.321)**	**(20.532.335)**

Importa ainda referir que, no passado, parte das responsabilidades com pensões de reforma foram transferidos pelos Fundos para a Companhia através da aquisição de apólices de seguros de Vida (rendas). O montante de responsabilidades à data de 31 de dezembro de 2025 ascende a 28.947.044 Euros a que correspondem 232 rendeiros (2024: 30.632.757 euros e 258 rendeiros).

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício: (i) o financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e (ii) o financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia, excluindo o fundo de pensões da Ex-Império (Níveis XVII e XVIII) que é dependente da segurança social.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de janeiro	**77.423.367**	**22.385.321**	**99.808.688**	**65.052.911**	**17.311.487**	**82.364.398**
Custo do serviço corrente	-	351.578	351.578	12.401	215.706	228.107
Custo dos juros	2.170.044	648.924	2.818.967	2.551.451	716.121	3.267.572
(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades	1.600.049	(2.204.681)	(604.633)	18.603.272	5.143.918	23.747.190
Pensões pagas pelo fundo	(12.720.519)	-	(12.720.519)	(12.348.807)	-	(12.348.807)
Benefícios pagos pela Companhia	-	(1.569.676)	(1.569.676)	-	(1.422.341)	(1.422.341)
Restruturação	9.364.222	406.685	9.770.907	3.552.139	420.430	3.972.569
Responsabilidades em 31 de dezembro	**77.837.162**	**20.018.151**	**97.855.313**	**77.423.367**	**22.385.321**	**99.808.688**

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Saldo do fundo em 1 de janeiro	**79.276.353**	**-**	**79.276.353**	**87.641.196**	**-**	**87.641.196**
Rendimentos de juros	2.405.633	-	2.405.633	3.510.889	-	3.510.889
Ganhos e perdas atuariais	217.144	-	217.144	273.075	-	273.075
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	6.500.000	-	6.500.000	6.200.000	-	6.200.000
Pensões pagas pelo fundo	(12.720.519)	-	(12.720.519)	(12.348.807)	-	(12.348.807)
Asset ceilling	4.000.000	-	4.000.000	(6.000.000)	-	(6.000.000)
Saldo do fundo em 31 de dezembro	**79.678.610**	**-**	**79.678.610**	**79.276.353**	**-**	**79.276.353**

A evolução dos desvios atuariais reconhecidos nas reservas pode ser analisada como segue:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Desvios reconhecidos nas reservas						
em 1 de janeiro	**59.843.156**	**9.710.775**	**69.553.931**	**35.512.959**	**4.566.857**	**40.079.816**
(Ganhos) e perdas atuariais						
- nas responsabilidades	1.600.049	(2.204.681)	(604.633)	18.603.272	5.143.918	23.747.190
- nos ativos do plano	(217.144)	-	(217.144)	(273.075)	-	(273.075)
Asset ceilling	(4.000.000)	-	(4.000.000)	6.000.000	-	6.000.000
Desvios reconhecidos nas reservas						
em 31 de dezembro	**57.226.062**	**7.506.094**	**64.732.155**	**59.843.156**	**9.710.775**	**69.553.931**

A evolução dos ativos a receber/passivos a entregar pode ser analisada como segue:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar						
em 1 de janeiro	**(1.852.986)**	**22.385.321**	**20.532.335**	**(22.588.285)**	**17.311.487**	**(5.276.798)**
(Ganhos) e perdas atuariais das responsabilidades	1.600.049	(2.204.681)	(604.633)	18.603.272	5.143.918	23.747.190
(Ganhos) e perdas atuariais dos fundos	(217.144)	-	(217.144)	(273.075)	-	(273.075)
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	-	351.578	351.578	12.401	215.706	228.107
- Custo dos juros líquidos no saldo						
da cobertura das responsabilidades	(235.589)	648.924	413.334	(959.438)	716.121	(243.317)
Contribuições efectuadas no ano						
e pensões pagas pela Companhia	(6.500.000)	(1.569.676)	(8.069.676)	(6.200.000)	(1.422.341)	(7.622.341)
Asset ceilling	(4.000.000)	-	(4.000.000)	6.000.000	-	6.000.000
Restruturação	9.364.222	406.685	9.770.907	3.552.139	420.430	3.972.569
(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar						
em 31 de dezembro	**(1.841.448)**	**20.018.151**	**18.176.703**	**(1.852.986)**	**22.385.321**	**20.532.335**

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(valores em euros)

	2025			2024		
	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total	Pensões Reforma	Benef. Saúde	Total
Custo do serviço corrente	-	351.578	351.578	12.401	215.706	228.107
Custo dos juros líquidos no saldo						
da cobertura das responsabilidades	(235.589)	648.924	413.334	(959.438)	716.121	(243.317)
Restruturação	9.364.222	406.685	9.770.907	3.552.139	420.430	3.972.569
Custos do exercício	**9.128.632**	**1.407.187**	**10.535.819**	**2.605.102**	**1.352.257**	**3.957.359**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a alteração das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Fidelidade, face a variações na taxa de desconto nas responsabilidades é a seguinte:

(valores em euros)

	2025		
	Cenário Final	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	97.028.197	(1.803.963)	1.877.624

(valores em euros)

	2024		
	Cenário Final	+25 p.p.	-25 p.p.
Variação na taxa de desconto das responsabilidades	99.808.688	(1.856.046)	2.281.294

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos dos fundos de pensões apresentavam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Instrumentos de capital	**1.372.585**	**1.387.420**
Instrumentos de dívida		
De dívida pública	36.042.429	34.376.865
De outros emissores	29.983.366	28.958.329
	66.025.795	**63.335.195**
Imóveis	164.073	195.511
Fundos de investimento		
Ações	4.523.053	3.908.764
Imóveis	444.995	820.721
Obrigações	2.628.604	4.687.927
Tesouraria	4.146.329	4.152.527
Outros	-	12.139
	11.742.981	**13.582.078**
Outros	**2.372.952**	**6.776.147**
	81.678.386	**85.276.351**

Nestas datas, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(valores em euros)

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	**1.996.993**	**6.607.912**
Instrumentos de dívida	**24.147**	**111.258**
Fundos de investimento		
Imóveis	259.992	653.221
Outros	-	12.139
	259.992	**665.360**
	2.281.132	**7.384.530**

O valor total dos ativos dos fundos de pensões a cobrir as responsabilidades, estratificado pelo método utilizado de valorização e de acordo com os níveis descritos na nota 41, é analisado como segue:

(valores em euros)

	2025	2024
Nível 1	77.910.965	84.248.154
Nível 2	444.994	832.686
	78.355.959	**85.080.840**

30. RESULTADO DA COMPONENTE FINANCEIRA DOS CONTRATOS DE SEGURO

(valores em euros)

	2025							
		Seguros Não Vida						
	Seguros Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total	Total
Efeito da componente financeira								
dos contratos de seguro								
Montantes reconhecidos em resultados	(28.081.856)	(20.911.784)	(3.227.345)	(6.518.802)	(2.244.082)	(442.035)	(33.344.049)	(61.425.905)
Montantes reconhecidos em outro								
rendimento integral	(13.328.280)	86.301.752	905.034	687.110	709.698	(42.184)	88.561.410	75.233.131
	(41.410.136)	**65.389.968**	**(2.322.312)**	**(5.831.692)**	**(1.534.384)**	**(484.219)**	**55.217.362**	**13.807.226**
Efeito da componente financeira								
dos contratos de resseguro								
Montantes reconhecidos em resultados	234.805	1.521.114	1.552.410	100.139	1.597.613	203.865	4.975.141	5.209.946
Montantes reconhecidos em outro								
rendimento integral	(39.443)	(1.106.273)	(485.653)	(380.160)	592.608	(14.889)	(1.394.367)	(1.433.809)
	195.362	**414.841**	**1.066.757**	**(280.021)**	**2.190.221**	**188.977**	**3.580.775**	**3.776.137**

(valores em euros)

	2024							
		Seguros Não Vida						
	Seguros Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Total	Total
Efeito da componente financeira								
dos contratos de seguro								
Montantes reconhecidos em resultados	(50.166.644)	(17.568.949)	(2.979.410)	(4.747.996)	(950.401)	(220.824)	(26.467.580)	(76.634.224)
Montantes reconhecidos em outro								
rendimento integral	(51.530.316)	(30.398.590)	(1.099.600)	(4.192.088)	(2.751.932)	(166.077)	(38.608.287)	(90.138.603)
	(101.696.960)	**(47.967.539)**	**(4.079.011)**	**(8.940.084)**	**(3.702.333)**	**(386.900)**	**(65.075.867)**	**(166.772.826)**
Efeito da componente financeira								
dos contratos de resseguro								
Montantes reconhecidos em resultados	194.453	1.659.375	1.843.528	76.912	402.263	29.561	4.011.639	4.206.092
Montantes reconhecidos em outro								
rendimento integral	53.918	1.914.095	746.147	122.064	1.334.121	78.169	4.194.596	4.248.514
	248.371	**3.573.471**	**2.589.675**	**198.976**	**1.736.384**	**107.730**	**8.206.234**	**8.454.605**

31. RENDIMENTOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, a rubrica Rendimentos apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	375.829	2.050.337	-	2.426.166
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	34.769.036	98.036	-	34.867.073
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	207.006	-	-	207.006
Depósitos à ordem	743.934	-	-	743.934
	36.095.805	**2.148.374**	**-**	**38.244.178**
Afetos a contratos considerados para efeitos				
contabilísticos como contratos de investimento				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	10.275.346	-	10.275.346
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	49.379.460	6.704.007	-	56.083.467
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	124.849.537	60.472	-	124.910.009
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.240.979	-	-	1.240.979
Depósitos à ordem	3.253.732	-	-	3.253.732
	178.723.707	**17.039.826**	**-**	**195.763.533**
	214.819.512	**19.188.199**	**-**	**234.007.711**
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida				
Terrenos e edifícios	-	-	1.236.531	1.236.531
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	3.517.065	-	3.517.065
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	871.147	13.997.323	-	14.868.470
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	31.250.002	6.251.441	-	37.501.443
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	35.463	-	-	35.463
Depósitos à ordem	650.433	-	-	650.433
	32.807.046	**23.765.828**	**1.236.531**	**57.809.405**

(continuação)

(valores em euros)

	2025			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Não afetos				
Terrenos e edifícios	-	-	1.822.590	1.822.590
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	79.604.351	-	79.604.351
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	2.370.728	4.596.909	-	6.967.637
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	16.895.059	-	-	16.895.059
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	3.543.481	-	-	3.543.481
Depósitos à ordem	3.587.108	-	-	3.587.108
	26.396.376	**84.201.260**	**1.822.590**	**112.420.227**
	274.022.934	**127.155.288**	**3.059.121**	**404.237.343**

(valores em euros)

	2024			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	754.246	1.302.685	-	2.056.931
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	39.334.968	474.903	-	39.809.872
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	48.334	-	-	48.334
Depósitos à ordem	325.323	-	-	325.323
	40.462.871	**1.777.589**	**-**	**42.240.460**
Afetos a contratos considerados para efeitos				
contabilísticos como contratos de investimento				
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	37.328.151	6.537.863	-	43.866.013
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	79.366.980	294.774	-	79.661.754
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	1.454.304	-	-	1.454.304
Depósitos à ordem	4.081.530	-	-	4.081.530
	122.230.965	**6.832.637**	**-**	**129.063.601**
	162.693.836	**8.610.225**	**-**	**171.304.061**

(continuação)

(valores em euros)

	2024			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida				
Terrenos e edifícios	-	-	1.646.940	1.646.940
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	4.320.378	14.001.782	-	18.322.160
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	31.023.597	16.058.909	-	47.082.505
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	10.342	-	-	10.342
Depósitos à ordem	316.963	-	-	316.963
	35.671.279	**30.060.691**	**1.646.940**	**67.378.910**
Não afetos				
Terrenos e edifícios	-	-	2.031.173	2.031.173
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	25.298.629	-	25.298.629
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	3.749.620	-	-	3.749.620
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	10.728.626	-	-	10.728.626
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	6.642.928	-	-	6.642.928
Depósitos à ordem	6.558.043	-	-	6.558.043
	27.679.218	**25.298.629**	**2.031.173**	**55.009.020**
	226.044.333	**63.969.545**	**3.678.113**	**293.691.990**

32. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	349.076	(5.149.127)	(4.800.051)
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	(26.985)	(26.985)
	349.076	**(5.176.112)**	**(4.827.036)**
Afetos a contratos considerados para efeitos			
contabilísticos como contratos de investimento			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.638.119	(10.689.154)	(5.051.035)
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	(359.438)	(359.438)
Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	887.324	(119.749.285)	(118.861.961)
	6.525.443	**(130.797.877)**	**(124.272.434)**
	6.874.519	**(135.973.989)**	**(129.099.470)**
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	314.486	(858.578)	(544.092)
	314.486	**(858.578)**	**(544.092)**
Não afetos			
Investimentos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	-	(2.989.773)	(2.989.773)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	205.808	(192.961)	12.847
	205.808	**(3.182.734)**	**(2.976.926)**
Ganhos líquidos ao justo valor através de resultados	**7.394.813**	**(140.015.300)**	**(132.620.488)**

(valores em euros)

	2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	203.218	(3.162.625)	(2.959.407)
	203.218	**(3.162.625)**	**(2.959.407)**
Afetos a contratos considerados para efeitos			
contabilísticos como contratos de investimento			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	1.797.673	(12.276.366)	(10.478.694)
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	(28.797)	(28.797)
Passivos financeiros valorizados ao custo amortizado	597.686	(133.267.280)	(132.669.594)
	2.395.359	**(145.572.443)**	**(143.177.084)**
	2.598.577	**(148.735.068)**	**(146.136.491)**
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida			
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	101.835	(4.544.248)	(4.442.413)
	101.835	**(4.544.248)**	**(4.442.413)**
Não afetos			
Investimentos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	-	(381.014)	(381.014)
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	153.827	(71.325)	82.503
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	313.748	-	313.748
	467.575	**(452.338)**	**15.237**
Ganhos líquidos ao justo valor através de resultados	**3.167.987**	**(153.731.654)**	**(150.563.667)**

As perdas líquidas de passivos valorizados a custo amortizado correspondem ao juro técnico atribuído aos contratos de investimento sem participação nos resultados discricionária, para os quais as responsabilidades são valorizadas ao custo amortizado.

33. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	30.903.564	(3.594.392)	27.309.172
	30.903.564	**(3.594.392)**	**27.309.172**
Afetos a contratos considerados para efeitos contabilísticos			
como contratos de investimento			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	258.485.311	(216.204.627)	42.280.684
	258.485.311	**(216.204.627)**	**42.280.684**
	289.388.875	**(219.799.019)**	**69.589.856**
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	68.623.328	(16.818.443)	51.804.884
	68.623.328	**(16.818.443)**	**51.804.884**
Não afetos			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	67.425.698	(64.523.846)	2.901.852
	67.425.698	**(64.523.846)**	**2.901.852**
	425.437.900	**(301.141.308)**	**124.296.592**

(valores em euros)

	2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro do ramo vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	10.169.303	(34.070.085)	(23.900.782)
	10.169.303	**(34.070.085)**	**(23.900.782)**
Afetos a contratos considerados para efeitos contabilísticos			
como contratos de investimento			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	264.090.743	(374.205.546)	(110.114.803)
	264.090.743	**(374.205.546)**	**(110.114.803)**
	274.260.046	**(408.275.631)**	**(134.015.585)**
Afetos aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	32.958.503	(54.231.499)	(21.272.996)
	32.958.503	**(54.231.499)**	**(21.272.996)**
Não afetos			
Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	47.463.182	(61.067.583)	(13.604.401)
	47.463.182	**(61.067.583)**	**(13.604.401)**
	354.681.731	**(523.574.714)**	**(168.892.982)**

34. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Afetas aos passivos de contratos de seguro do ramo vida		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	(556.438)	567.765
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(30.349.385)	20.332.251
Ativos valorizados ao custo amortizado	(500.146)	335.275
Depósitos à ordem	(1.252.479)	242.919
Outros	7.606	(2.253)
	(32.650.842)	**21.475.957**
Afetas a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	(14.394.261)	9.915.706
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(68.096.956)	62.360.150
Ativos valorizados ao custo amortizado	(748.088)	346.767
Depósitos à ordem	(829.807)	(437.017)
Outros	(7.393)	5.774
	(84.076.505)	**72.191.379**
	(116.727.347)	**93.667.336**

(continuação) (valores em euros)

	2025	2024
Afetas aos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	(10.139.213)	8.037.494
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(25.179.549)	18.673.353
Ativos valorizados ao custo amortizado	(370.150)	366.986
Depósitos à ordem	(577.356)	(70.506)
Outros	36.968	119.107
	(36.229.300)	**27.126.434**
Não afetas		
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	444.134	529.186
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	(699.097)	296.328
Ativos valorizados ao custo amortizado	(3.198.344)	1.695.336
Depósitos à ordem	(5.852.252)	3.814.855
Outros	(4.409)	3.313
	(9.309.968)	**6.339.018**
	(162.266.615)	**127.132.788**

A variação desta rubrica reflete essencialmente o comportamento cambial USD Dólar em 2025, quando comparado com 2024.

35. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS QUE NÃO ESTEJAM CLASSIFICADOS COMO ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA E UNIDADES OPERACIONAIS DESCONTINUADAS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2025			2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro						
dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	1.217.445	1.959	1.219.404
Terrenos e edifícios de rendimento	185.660	(117.263)	68.397	4.235.044	(15.241)	4.219.804
	185.660	**(117.263)**	**68.397**	**5.452.489**	**(13.282)**	**5.439.207**
Não afetos						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	(131.139)	(131.139)
Terrenos e edifícios de rendimento	12.572	(12.589)	(17)	10.951	(7.951)	3.000
	12.572	**(12.589)**	**(17)**	**10.951**	**(139.090)**	**(128.139)**
	198.233	**(129.852)**	**68.381**	**5.463.440**	**(152.372)**	**5.311.069**

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2025			2024		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro						
dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	166.808	(243.847)	(77.039)	332.425	(313.848)	18.577
	166.808	**(243.847)**	**(77.039)**	**332.425**	**(313.848)**	**18.577**
Não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	14.029	(7.829)	6.200	196.176	(137.885)	58.290
	14.029	**(7.829)**	**6.200**	**196.176**	**(137.885)**	**58.290**
	180.837	**(251.676)**	**(70.839)**	**528.601**	**(451.733)**	**76.867**

(valores em euros)

Total	2025 Ganhos	2025 Perdas	2025 Líquido	2024 Ganhos	2024 Perdas	2024 Líquido
Afetos aos passivos de contratos de seguro						
dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	1.217.445	1.959	1.219.404
Terrenos e edifícios de rendimento	352.468	(361.109)	(8.641)	4.567.469	(329.089)	4.238.381
	352.468	**(361.109)**	**(8.641)**	**5.784.915**	**(327.130)**	**5.457.784**
Não afetos						
Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	(131.139)	(131.139)
Terrenos e edifícios de rendimento	26.602	(20.418)	6.183	207.127	(145.836)	61.290
	26.602	**(20.418)**	**6.183**	**207.127**	**(276.975)**	**(69.848)**
	379.070	**(381.528)**	**(2.458)**	**5.992.041**	**(604.105)**	**5.387.936**

36. PERDAS DE IMPARIDADE (LÍQUIDAS DE REVERSÃO)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2025					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Imparidade de investimentos em filiais	28.786.314	-	(886.818)	-	-	27.899.496
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros						
valorizados ao justo valor através de reservas						
Instrumentos de dívida (Nota 7)						
Estágios 1 e 2	7.555.474	2.198.604	(6.126.040)	-	-	3.628.039
Estágio 3	69.491.309	-	(145.400)	-	-	69.345.909
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros						
valorizados ao custo amortizado (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	1	-	-	-	-	1
Ajustamentos de recibos por cobrar	20.044.706	-	(8.228.054)	(283.309)	(5.181.251)	6.352.091
Ajustamentos IFAP	1.136.745	(424.533)	-	-	-	712.211
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	15.338.890	-	(263.123)	(40.549)	-	15.035.218
	142.353.439	**1.774.071**	**(15.649.435)**	**(323.858)**	**(5.181.251)**	**122.972.966**

(valores em euros)

	2024					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Imparidade de investimentos em filiais	11.353.559	23.838.271	(6.208.843)	(196.673)	-	28.786.314
Imparidade de investimentos em associadas	77.665	13.222	(90.887)	-	-	-
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros						
valorizados ao justo valor através de reservas						
Instrumentos de dívida (Nota 7)						
Estágios 1 e 2	6.475.391	4.322.842	(3.242.759)	-	-	7.555.474
Estágio 3	78.568.717	21.368	(5.513.136)	(3.585.640)	-	69.491.309
Perdas de crédito esperadas de ativos financeiros						
valorizados ao custo amortizado (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	1	-	-	-		1
Imparidade de imóveis de serviço próprio	4.512.676	-	(4.402.812)	(109.865)	-	-
Ajustamentos de recibos por cobrar	11.137.912	12.677.110	-	(3.770.316)	-	20.044.706
Ajustamentos IFAP	584.864	551.881	-	-		1.136.745
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	14.577.024	-	(2.660.492)	-	3.422.358	15.338.890
	127.287.810	**41.424.693**	**(22.118.928)**	**(7.662.494)**	**3.422.358**	**142.353.439**

Nos exercícios de 2025 e 2024, a rubrica Perdas de imparidade (líquidas de reversão) inclui utilizações 25.419 Euros e de 3.308.558 Euros de Outras provisões (nota 22), respetivamente.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a decomposição por rating e estágio de perdas de crédito esperadas com base no valor bruto de balanço, de instrumentos de dívida, foi a seguinte:

(valores em euros)

	2025			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	285.390.006	-	-	285.390.006
AA- até AA+	208.152.710	-	-	208.152.710
A- até A+	3.302.487.290	-	-	3.302.487.290
BBB- até BBB+	3.778.969.092	14.219.164	-	3.793.188.256
BB- até BB+	319.376.550	15.095.987	-	334.472.537
B- até B+	5.943.731	1.803.005	-	7.746.736
CCC- até CCC+	6.771.881	-	-	6.771.881
Sem rating	-	-	71.313.204	71.313.204
	7.907.091.260	**31.118.156**	**71.313.204**	**8.009.522.620**
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
A- até A+	160.290.550	-	-	160.290.550
	160.290.550	**-**	**-**	**160.290.550**

(valores em euros)

	2024			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AAA	398.396.325	-	-	398.396.325
AA- até AA+	653.375.598	-	-	653.375.598
A- até A+	1.493.520.506	-	-	1.493.520.506
BBB- até BBB+	3.913.257.656	-	-	3.913.257.656
BB- até BB+	471.207.854	15.715.000	-	486.922.854
B- até B+	3.925.727	8.257.041	-	12.182.768
CCC- até CCC+	-	11.113.171	-	11.113.171
CC- até CC+	-	3.083.022	-	3.083.022
Sem rating	-	-	71.313.204	71.313.204
	6.933.683.666	**38.168.234**	**71.313.204**	**7.043.165.104**
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
A- até A+	218.235.481	-	-	218.235.481
	218.235.481	**-**	**-**	**218.235.481**

O movimento ocorrido no valor bruto de balanço com base nas perdas de crédito esperadas durante os exercícios de 2025 e 2024 foi a seguinte:

(valores em euros)

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Valor de Balanço a 31/12/2024	**6.933.683.666**	**38.168.234**	**71.313.204**	**7.043.165.104**
Novos ativos originados ou comprados	2.554.546.370	16.706.381	-	2.571.252.751
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(1.549.485.845)	(29.956.448)	-	(1.579.442.293)
Juros acumulados capitalizados	(9.262.786)	(53.581)	-	(9.316.367)
Alteração do Justo valor	72.609.643	459.480	-	73.069.123
Despesa / (receita) cambial líquida	(87.906.476)	(1.299.222)	-	(89.205.698)
Movimento entre 12mECL e LTECL	(7.093.312)	7.093.312	-	-
Valor de Balanço a 31/12/2025	**7.907.091.260**	**31.118.156**	**71.313.204**	**8.009.522.620**
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado				
Valor de Balanço a 31/12/2024	**218.235.481**	**-**	**-**	**218.235.481**
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(55.041.466)	-	-	(55.041.466)
Juros acumulados capitalizados	(2.903.465)	-	-	(2.903.465)
Valor de Balanço a 31/12/2025	**160.290.550**	**-**	**-**	**160.290.550**

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a decomposição por rating e estágio de perdas de crédito esperadas com base nas perdas de crédito esperadas foi a seguinte:

(valores em euros)

	2025			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AA- até AA+	19.666	-	-	19.666
A- até A+	378.800	-	-	378.800
BBB- até BBB+	1.862.437	255.482	-	2.117.919
BB- até BB+	700.744	267.792	-	968.536
B- até B+	70.351	72.767	-	143.118
Sem rating	-	-	69.345.909	69.345.909
	3.031.998	**596.041**	**69.345.909**	**72.973.948**

(valores em euros)

	2024			
	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
AA- até AA+	10.486	-	-	10.486
A- até A+	429.451	-	-	429.451
BBB- até BBB+	2.476.148	-	-	2.476.148
BB- até BB+	1.534.725	166.569	-	1.701.294
B- até B+	49.540	124.284	-	173.824
CCC- até CCC+	-	1.549.395	-	1.549.395
CC- até CC+	-	1.214.876	-	1.214.876
Sem rating	-	-	69.491.309	69.491.309
	4.500.350	**3.055.124**	**69.491.309**	**77.046.783**

O movimento ocorrido no valor bruto de balanço com base nas perdas de crédito esperadas durante os exercícios de 2025 e 2024 foi a seguinte:

(valores em euros)

	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas lifetime	Incumprimento	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas				
Valor de Balanço a 31/12/2024	**4.500.350**	**3.055.124**	**69.491.309**	**77.046.783**
Novos ativos originados ou comprados	898.780	142.873	-	1.041.653
Ativos desreconhecidos ou vencidos	(1.067.284)	(2.830.234)	-	(3.897.518)
Remensuração da perda de crédito esperada	(1.362.094)	290.524	(145.400)	(1.216.970)
Movimento entre 12mECL e LTECL	62.246	(62.246)	-	-
Valor de ECL a 31/12/2025	**3.031.998**	**596.041**	**69.345.909**	**72.973.948**

A 31 de dezembro de 2025, o montante registado na rubrica de "Perdas de crédito esperadas em instrumentos de dívida valorizados ao justo valor através de reservas", referente a títulos cujo rating de referência utilizado corresponde a um rating interno ascende a 465.146 Euros (2024: 349.991 Euros).

37. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025		
	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida			
Comissões de gestão de co-seguro	527.435	(425.393)	102.042
	527.435	**(425.393)**	**102.042**
Relativos ao ramo não vida			
Comissões de gestão de co-seguro	476.006	(199.095)	276.911
Outros	1.327.782	(354.115)	973.667
	1.803.788	**(553.210)**	**1.250.578**
	2.331.223	**(978.603)**	**1.352.620**

(valores em euros)

	2024		
	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida			
Comissões de gestão de co-seguro		(60.382)	(60.382)
	-	**(60.382)**	**(60.382)**
Relativos ao ramo não vida			
Comissões de gestão de co-seguro	471.853	(202.881)	268.972
Outros	1.084.477	(115.152)	969.326
	1.556.330	**(318.033)**	**1.238.297**
	1.556.330	**(378.415)**	**1.177.915**

38. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Nos exercícios de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025	2024
Rendimentos e ganhos não correntes		
Outros	425.547	808.958
	425.547	**808.958**
Rendimentos e ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	1.076.059	1.201.071
Juros obtidos	194.362	708.884
Outros	1.415.660	492.861
	2.686.081	**2.402.816**
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	67.945	2.279.985
	67.945	**2.279.985**
Outros rendimentos não técnicos		
Prestação de serviços	4.388.179	2.155.846
Regularização de saldos	1.138.846	1.207.769
Outros	947.511	578.235
	6.474.536	**3.941.850**
Outros rendimentos	**9.654.109**	**9.433.608**

(continuação)

(valores em euros)

	2025	2024
Gastos e perdas não correntes		
Quotizações diversas	(16.041)	(13.553)
Regularização de saldos	(26.056)	(230.466)
Mecenato	(124.900)	(144.969)
Dívidas incobráveis	(99.097)	(84.133)
Ofertas a clientes	(81.310)	(1.161.080)
Multas e penalidades	(49.271)	(192.201)
Indemnizações	-	(18.546)
Donativos	(1.408.137)	(1.819.825)
Outros	(611.027)	(4.084.167)
	(2.415.839)	**(7.748.940)**
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(64.223)	(107.574)
Serviços bancários	(198.129)	(279.011)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.982.989)	(296.741)
Outros	(1.317.654)	(359.191)
	(3.562.995)	**(1.042.517)**
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	(412.040)	(1.442.845)
Perdas em outros ativos tangíveis	(811.237)	(2.065.456)
	(1.223.277)	**(3.508.301)**
Outros gastos	**(7.202.111)**	**(12.299.759)**
Outros rendimentos/gastos	**2.451.999**	**(2.866.151)**

A 31 de dezembro 2025 e 2024, a decomposição das prestações de serviços a clientes foi a seguinte:

(valores em euros)

	2025	2024
Prestações de Serviços		
Estudos atuariais	76.517	77.687
Serviços financeiros e de contabilidade	10.437	851.606
Serviços de IT	1.867.364	-
Serviços de Direção Jurídica	543.292	-
Outros serviços prestados	1.890.570	1.226.553
	4.388.179	**2.155.846**

39. RELATO POR RAMO DE NEGÓCIO

A Companhia apresenta ramos de negócios baseados na informação de gestão produzida internamente. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais para efeitos de imputação de recursos ao segmento e avaliação de desempenho.

Os resultados podem ser segmentados por atividades sendo que existe informação financeira distinta.

A Companhia não adotou a IFRS 8 uma vez que não é uma entidade com instrumentos de dívida ou de capital próprio negociados em mercado público, nem tem em vista a sua emissão. A informação apresentada respeita aos requisitos de divulgações definidos pela ASF.

Um ramo de negócio é uma componente identificável que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico, dos quais pode obter receitas e incorrer em despesas, que estejam sujeitos a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

A Companhia considera como segmento principal o segmento segurador, explorando seguros vida e não vida.

Os seguros vida incluem os seguintes ramos:

- Risco e Participação nos resultados, que compreende contratos através dos quais o segurador se compromete a pagar o capital seguro em caso de morte da pessoa segura (seguro em caso de morte) ou sobrevivência da pessoa segura (seguro em caso de vida) e se compromete a pagar um determinado capital no final dos contratos e o direito do tomador do seguro, segurado ou beneficiário de receber parte dos resultados gerados pelo contrato; e

- Contratos de investimento, que compreende instrumentos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento.

Os seguros não vida incluem os seguintes ramos:

- Acidentes e Doença, que tem como finalidade assegurar os trabalhadores em caso de danos decorrentes no local e no tempo de trabalho ou a caminho de ou para o trabalho, do qual resulte lesão corporal, perturbação funcional ou doença que provoque redução na capacidade de trabalho ou de ganho ou a morte e que cobre os riscos relacionados com a prestação de cuidados de saúde nas modalidades prestações convencionadas, prestações indemnizatórias e combinações dos dois tipos de prestações;

- Automóvel, que cobre os riscos a que estão expostos os veículos terrestres a motor (automóveis, motociclos, etc.), incluindo a responsabilidade civil decorrente da respetiva circulação, bem como coberturas facultativas, tais como danos próprios, assistência em viagem e proteção jurídica;

- Incêndio e Outros Danos, que cobre os riscos relacionados com perdas de bens patrimoniais causadas por Incêndio e outros danos que danifiquem o património;

- Responsabilidade Civil, que cobre o risco de o segurado ter que vir a indemnizar terceiros por danos que resultem em lesões corporais ou materiais pelos quais seja responsável, incluindo os seguros Responsabilidade Civil-Geral, Responsabilidade Civil-Familiar, Responsabilidade Civil-Animais, Responsabilidade Civil-Exploração, Responsabilidade Civil-Profissional e Responsabilidade Civil-Produtos; e

- Outros, que abrange os danos sofridos por Mercadorias Transportadas, Crédito, Caução e seguros diversos não referidos anteriormente.

A distribuição dos resultados por linhas de negócio nos exercícios de 2025 e 2024 é a seguinte:

(valores em euros)

	2025								
	Ramos Vida		Ramos Não-Vida						
Demonstração dos resultados	Seguros Vida	Contratos de investimento	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Não afetos	Total
Réditos de contratos de seguro									
Mensurados pela abordagem									
da alocação de prémio	176.061.707	-	1.080.214.174	419.411.838	642.248.422	96.206.849	117.013.284	-	2.531.156.273
Não mensurados pela abordagem									
da alocação de prémio	120.561.948	-	-	-	-	-	-	-	120.561.948
Gastos de contratos de seguros	(162.581.775)	-	(1.033.377.473)	(327.559.855)	(623.982.949)	(56.827.077)	(57.635.721)	-	(2.261.964.850)
Réditos de contratos de resseguro	23.078.043	-	472.885.517	66.960.261	15.804.471	4.793.824	14.690.175	-	598.212.292
Gastos de contratos de resseguro			-	-	-	-	-	-	-
Mensurados pela abordagem da alocação									
de prémio – parte dos resseguradores	(27.749.143)	-	(542.867.735)	(139.991.472)	(4.322.921)	(32.750.760)	(71.991.044)	-	(819.673.074)
Resultado líquido da componente									
financeira dos contratos de seguro	(28.081.856)	-	(20.911.784)	(3.227.345)	(6.518.802)	(2.244.082)	(442.035)	-	(61.425.905)
Resultado líquido da componente									
financeira dos contratos de resseguro	234.805	-	1.521.114	1.552.410	100.139	1.597.613	203.865	-	5.209.946
Comissões de contratos de seguro e operações									
considerados para efeitos contabilísticos como									
contratos de investimento ou como contratos									
de prestação de serviços	-	38.707.387	-	-	-	-	-	-	38.707.387
Rendimentos	38.244.178	195.763.533	34.904.062	6.390.624	11.256.499	4.338.330	919.890	112.420.227	404.237.343
Gastos de investimentos	(100.601)	(247.912)	(71.904)	(23.665)	(41.861)	(15.055)	(3.299)	(103.951)	(608.248)
Ganhos líquidos de ativos e passivos									
financeiros não valorizados ao justo valor									
através de resultados	(4.827.036)	(124.272.434)	(35.437)	(133.524)	(288.220)	(68.486)	(18.425)	(2.976.926)	(132.620.488)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros									
valorizados ao justo valor através de resultados	27.309.172	42.280.684	30.511.847	6.042.411	10.779.421	3.647.787	823.418	2.901.852	124.296.592
Diferenças de câmbio	(32.650.842)	(84.076.505)	(20.001.324)	(4.864.278)	(7.742.413)	(2.982.492)	(638.794)	(9.309.968)	(162.266.615)
Ganhos líquidos de ativos não financeiros									
que não estejam classificados como ativos									
não correntes detidos para venda e unidades									
operacionais descontinuadas	-	-	(1.232)	(1.920)	(4.196)	(1.023)	(271)	6.183	(2.458)
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	1.357.913	1.184.967	(1.355.017)	(176.383)	595.150	5.842.134	5.028.162	1.373.020	13.849.946
Gastos não atribuíveis	(3.226.249)	(70.569.358)	(7.782.198)	(7.900.228)	(7.508.805)	(1.495.673)	(818.111)	(151.161.415)	(250.462.036)
Outros rendimentos / gastos técnicos,									
líquidos de resseguro	233.018	-	439.335	181.065	-	(30.989)	530.190	-	1.352.620
Outras rendimentos / gastos	-	-	-	-	-	-	-	2.451.999	2.451.999
Ganhos e perdas de ativos não correntes									
(ou grupos para alienação) classificados									
como detidos para venda	-	-	72.488	113.778	246.966	60.199	15.962	50.823	560.216
Resultado Líquido Antes de Imposto	**127.863.283**	**(1.229.639)**	**(5.855.566)**	**16.773.718**	**30.620.900**	**20.071.099**	**7.677.246**	**(44.348.155)**	**151.572.888**
Imposto sobre o rendimento do exercício									(7.590.521)
Resultado líquido do exercício									**143.982.367**

(valores em euros)

	2024								
	Ramos Vida		Ramos Não-Vida						
Demonstração dos resultados	Seguros Vida	Contratos de investimento	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Responsabilidade Civil	Outros	Não afetos	Total
Réditos de contratos de seguro									
Mensurados pela abordagem									
da alocação de prémio	179.062.788	-	976.973.369	402.827.627	606.723.129	86.755.336	118.583.780	-	2.370.926.029
Não mensurados pela abordagem									
da alocação de prémio	126.802.858	-	-	-	-	-	-	-	126.802.858
Gastos de contratos de seguros	(191.726.163)	-	(857.304.971)	(310.522.228)	(594.863.313)	(54.438.035)	(75.068.764)	-	(2.083.923.474)
Réditos de contratos de resseguro	19.345.590	-	408.226.459	68.128.504	1.057.617	21.610.413	32.370.993	-	550.739.576
Gastos de contratos de resseguro									
Mensurados pela abordagem da alocação									
de prémio – parte dos resseguradores	(26.044.018)	-	(475.226.471)	(141.780.568)	(4.085.284)	(31.878.466)	(74.866.516)	-	(753.881.322)
Resultado líquido da componente									
financeira dos contratos de seguro	(50.166.644)	-	(17.568.949)	(2.979.410)	(4.747.996)	(950.401)	(220.824)	-	(76.634.224)
Resultado líquido da componente									
financeira dos contratos de resseguro	194.453	-	1.659.375	1.843.528	76.912	402.263	29.561	-	4.206.091
Comissões de contratos de seguro e operações									
considerados para efeitos contabilísticos como									
contratos de investimento ou como contratos									
de prestação de serviços	-	37.641.654	-	-	-	-	-	-	37.641.654
Rendimentos	42.240.460	129.063.601	34.228.932	7.827.667	16.012.005	6.167.774	3.142.531	55.009.020	293.691.990
Gastos de investimentos	(115.469)	(790.038)	(83.607)	(21.989)	(47.003)	(13.515)	(8.192)	(121.348)	(1.201.160)
Ganhos líquidos de ativos e passivos									
financeiros não valorizados ao justo valor									
através de resultados	(2.959.407)	(143.177.084)	(3.856.548)	(147.139)	(322.996)	(75.657)	(40.073)	15.237	(150.563.667)
Ganhos líquidos de ativos e passivos									
financeiros valorizados ao justo valor									
através de resultados	(23.900.782)	(110.114.803)	(9.888.501)	(2.573.869)	(5.252.430)	(2.132.836)	(1.425.359)	(13.604.401)	(168.892.982)
Diferenças de câmbio	21.475.957	72.191.379	12.914.700	3.312.117	6.948.156	2.272.379	1.679.082	6.339.018	127.132.788
Ganhos líquidos de ativos não financeiros									
que não estejam classificados como ativos									
não correntes detidos para venda e unidades									
operacionais descontinuadas	-	-	799.615	1.207.129	2.637.257	643.212	170.572	(69.848)	5.387.936
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(49.793)	845.203	2.712.154	(3.009.684)	(187.009)	(6.312.806)	(620.209)	(9.375.063)	(15.997.208)
Gastos não atribuíveis	(3.621.614)	(69.905.043)	(7.765.979)	(6.640.956)	(7.746.309)	(1.004.425)	(1.054.740)	(125.168.643)	(222.907.709)
Outros rendimentos / gastos técnicos,									
líquidos de resseguro	(60.382)	-	289.722	1.126.469	(3)	(178.867)	976	-	1.177.915
Outras rendimentos / gastos	-	-	-	-	-	-	-	(2.866.151)	(2.866.151)
Ganhos e perdas de ativos não correntes									
(ou grupos para alienação) classificados									
como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	(4.548.364)	(103.823)	(4.652.187)
Resultado Líquido Antes de Imposto	**90.477.835**	**(84.245.131)**	**66.109.301**	**18.597.196**	**16.202.732**	**20.866.368**	**(1.875.545)**	**(89.946.003)**	**36.186.754**
Imposto sobre o rendimento do exercício									(24.744.757)
Resultado líquido do exercício									**11.441.997**

40. ENTIDADES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24 são consideradas partes relacionadas da Companhia as entidades sob controlo ou influência significativa, os fundos de pensões e os respetivos órgãos de gestão. Para além dos membros dos órgãos gestão atrás referidos são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas (relacionamentos familiares) e as entidades por eles controladas ou em cuja gestão exerçam influência significativa.

São igualmente consideradas entidades relacionadas, todas as entidades que integram o Grupo Fosun, ao qual pertence o atual acionista, bem como o Grupo Caixa Geral de Depósitos, o qual exerce influência significativa na Companhia. A nota 4 fornece informações sobre a estrutura do Grupo, incluindo detalhes das filiais e associadas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

(valores em euros)

2025	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	Total
Demonstração de Resultados					
Réditos de contratos de seguro	3.163.649	8.975.813	-	-	12.139.462
Gastos de contratos de seguros	(92.997.512)	(6.029.289)	(25.818)	(53.705)	(99.106.324)
Réditos de contratos de resseguro	-	444.727.330	-	6.006.065	450.733.394
Gastos de contratos de resseguro	-	(568.556.432)	-	(5.494.264)	(574.050.696)
Rendimentos	3.576.043	98.413.231	596.281	2.657.841	105.243.396
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	173.137	38.388.151	-	163.237	38.724.524
Diferenças de câmbio	(1.418.941)	165.387	-	(1.320.339)	(2.573.893)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	36.977	886.818	-	78.652	1.002.447
Gastos não atribuíveis	(90.411.817)	(15.018.498)	-	(24.854.058)	(130.284.373)
Outros rendimentos e gastos	(3.735)	4.134.552	4.809	(178)	4.135.448
Imposto sobre o rendimento do período	(4.138)	(764.710)	-	(119.108)	(887.956)
	(177.886.338)	**5.322.353**	**575.272**	**(22.935.857)**	**(194.924.570)**
Ativos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	30.909.571	-	-	752.450	31.662.021
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	3.163.710.790	1.788.569	-	3.165.499.360
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	13.958.216	1.230.437.122	-	12.760.027	1.257.155.366
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	29.227.610	-	-	24.568.615	53.796.225
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	42.589.468	4.492.315	-	4.140.027	51.221.810
Terrenos e edifícios de uso próprio	7.109	842.956	-	-	850.066
Ativos de contratos de resseguro do ramo não vida	-	169.139.250	-	13.188.615	182.327.866
Contas a receber por operações de seguro direto	232.726	682.794	-	-	915.520
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	24.771.958	-	4.525.526	29.297.484
Contas a receber por outras operações	-	62.177.719	5.915	300	62.183.934
Ativos por impostos	77.690	1.546.804	-	848	1.625.343
Acréscimos e diferimentos	-	26.970	-	-	26.970
	117.002.391	**4.657.828.679**	**1.794.484**	**59.936.409**	**4.836.561.964**

(continuação) (valores em euros)

2025	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	Total
Passivos					
Passivos de contratos de seguro do ramo vida	218.810	2.732.208	-	-	2.951.018
Passivos de contratos de seguro dos ramos não vida	(13.047.361)	6.349.437	-	-	(6.697.924)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos					
como contratos de investimento	(46.900)	-	-	-	(46.900)
Outros passivos financeiros	7.335	2.228.944	-	7.252.190	9.488.469
Contas a pagar por operações de seguro direto	5.986.393	4.564.592	-	-	10.550.985
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	4.429.228	-	3.209.128	7.638.356
Contas a pagar por outras operações	-	57.357.990	-	-	57.357.990
Passivos por impostos	-	1.849.195	-	194.247	2.043.441
Acréscimos e diferimentos	36.285.656	1.420.782	-	2.238.500	39.944.938
	29.403.934	**80.932.375**	**-**	**12.894.065**	**123.230.373**

(valores em euros)

2024	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Filiais da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Associadas	Grupo Fosun International Holdings Ltd	Total
Demonstração de Resultados					
Réditos de contratos de seguro	4.240.467	21.557.348	-	-	25.797.815
Gastos de contratos de seguros	(88.996.295)	(15.397.728)	(9.345)	(48.914)	(104.452.282)
Réditos de contratos de resseguro	-	363.390.671	-	1.809.939	365.200.610
Gastos de contratos de resseguro	-	(507.647.763)	-	(4.985.003)	(512.632.766)
Rendimentos	6.621.562	27.941.073	469.338	5.042.247	40.074.220
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	821.646	33.503.494	-	1.755.119	36.080.259
Diferenças de câmbio	398.491	(625.659)	-	443.836	216.668
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	32.115	(17.551.763)	-	57.705	(17.461.943)
Gastos não atribuíveis	(77.793.788)	(18.432.619)	-	(18.864.918)	(115.091.325)
Outros rendimentos e gastos	(4.482)	7.076.529	-	(123)	7.071.924
	(154.680.284)	**(106.186.417)**	**459.993**	**(14.790.112)**	**(275.196.820)**
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	44.522.714	-	-	2.075.351	46.598.065
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	-	3.178.465.982	641.091	-	3.179.107.073
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	25.238.010	1.228.397.149	-	38.252.256	1.291.887.415
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	34.751.904	-	-	44.250.825	79.002.729
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	93.054	22.577.587	-	9.297.596	31.968.237
Terrenos e edifícios de uso próprio	119.641	1.193.676	-	-	1.313.317
Ativos de contratos de resseguro do ramo não vida	-	154.754.801	-	7.918.171	162.672.972
Contas a receber por operações de seguro direto	21.084.955	419.100	-	-	21.504.055
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	2.049.075	-	260.824	2.309.899
Contas a receber por outras operações	-	12.989.468	-	300	12.989.768
Ativos por impostos	148.060	1.024.051	-	1.810	1.173.921
Acréscimos e diferimentos	-	557.950	-	-	557.950
	125.958.338	**4.602.428.839**	**641.091**	**102.057.133**	**4.831.085.401**
Passivos					
Passivos de contratos de seguro do ramo vida	386.768	3.142.762	-	-	3.529.531
Passivos de contratos de seguro dos ramos não vida	(13.821.277)	10.635.404	-	-	(3.185.873)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos					
como contratos de investimento	(46.900)	-	-	-	(46.900)
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	-	124.388	-	-	124.388
Outros passivos financeiros	119.523	148.169.086	-	3.976.673	152.265.282
Contas a pagar por operações de seguro direto	44.370.388	329.315	-	-	44.699.703
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	14.051.217	-	366.484	14.417.701
Contas a pagar por outras operações	-	12.092.797	-	-	12.092.797
Passivos por impostos	-	561.731	-	207.655	769.386
Acréscimos e diferimentos	35.222.355	1.440.614	-	1.867.610	38.530.579
	66.230.858	**190.547.314**	**-**	**6.418.422**	**263.196.594**

Os valores registados em ativos e passivos dizem respeito na sua maioria a investimentos nas entidades em que a Companhia exerce controlo ou influência significativa, depósitos bancários e saldos a receber/pagar no âmbito do resseguro cedido e aceite intragrupo.

Os rendimentos e gastos estão relacionados na sua maioria com o negócio de resseguro cedido e aceite intragrupo e a rendimentos e ganhos líquidos dos investimentos.

No que diz respeito ao Grupo Caixa Geral Depósitos, as transações estão sobretudo referentes a gastos associados no âmbito do acordo de distribuição de produtos; ativos associados à carteira de investimento da Companhia, bem como outras transações na qualidade de instituição financeira.

Com referência a 31 de dezembro de 2025, verificou-se uma variação significativa a rubrica Outros Passivos Financeiros, face a 2024 derivado de terem sido desreconhecidos os valores de depósitos de resseguro do tratado da Companhia com a Multicare - , Seguros de Saúde, S.A. Esta anulação teve origem numa alteração ao tratado de resseguro com término dos depósitos de resseguro.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o ano de 2025 têm a seguinte composição:

(valores em euros)

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Membros não executivos					
Presidente					
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	462.000	-	-	1130,88	-
Vogais					
Eduardo José Stock da Cunha	46.662	-	-	-	-
Carlos António Torroaes Albuquerque	70.000	-	-	-	-
Lingjiang XU	70.000	-	-	-	-
Maria João de Sales Luis	70.000	-	-	-	-
José João Guilherme	23.091	-	-	-	-
Nuno Alexandre de Carvalho Martins	23.091	-	-	-	-
Membros executivos					
Presidente da comissão executiva					
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	525.000	556.296	3.025	2.030	134

(continuação)

(valores em euros)

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Vogais Comissão Executiva					
António Manuel Marques de Sousa Noronha	406.588	470.934	3.025	869	134
Wai Lam William MAK	255.201	1.466.505	1.713	1.054	70
André Simões Cardoso	406.588	470.934	3.025	2.928	134
Hui Chen	360.010	385.537	3.025	1.580	134
Juan Ignacio Arsuaga Serrats	406.588	470.934	3.025	1.580	134
Miguel Barroso Abecasis	406.588	181.652	3.025	2.479	134
Sijie DONG	172.831	-	1.475	331	-

(valores em euros)

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Presidente					
Jorge Manuel de Sousa Marrão	57.600	-	-	-	-
Vogais					
Teófilo César Ferreira da Fonseca	54.000	-	-	-	-
Pedro Antunes de Almeida	54.000	-	-	-	-

41. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(valores em euros)

	2025				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	362.070.483	362.070.483
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	2.969.947.732	302.346.488	811.280.672	-	4.083.574.892
Instrumentos de dívida	1.949.880.626	68.874.220	21.193.432	-	2.039.948.278
Instrumentos de capital	61.053.363	288.550	1.562.913	-	62.904.826
Outros instrumentos financeiros	956.276.435	227.662.932	787.435.182	-	1.971.374.549
Crédito e outros valores a receber	-	56.474	-	-	56.474
Outros depósitos	658.455	-	-	-	658.455
Instrumentos derivados com justo valor positivo	2.078.853	5.464.312	1.089.145	-	8.632.310
Derivados de cobertura	4.807	-	-	-	4.807
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.382.773.978	684.086.535	28.216.516	-	8.095.077.029
Instrumentos de dívida	7.227.873.660	684.086.535	28.216.516	-	7.940.176.711
Instrumentos de capital	154.900.318	-	-	-	154.900.318
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	293.013.480	293.013.480
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	253.469.590	253.469.590
	10.352.726.517	**986.433.023**	**839.497.188**	**908.553.553**	**13.087.210.281**
Passivo					
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	3.378.604.473	-	5.906.863.995	9.285.468.468
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	2.764.306	17.616.967	1.543.390	-	21.924.663
Derivados de cobertura	57.793	-	-	-	57.793
Passivos subordinados	-	-	-	1.006.267.138	1.006.267.138
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	71.482.674	71.482.674
Outros passivos financeiros [1]	-	-	-	42.225.534	42.225.534
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	308.098.248	308.098.248
	2.822.099	**3.396.221.441**	**1.543.390**	**7.334.937.588**	**10.735.524.518**
	10.349.904.418	**(2.409.788.418)**	**837.953.798**	**(6.426.384.035)**	**2.351.685.764**

(valores em euros)

	2024				
	Metodologia de apuramento do justo valor			Não valorizados ao justo valor	Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	309.031.703	309.031.703
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	2.954.438.834	85.581.361	876.815.345	-	3.916.835.540
Instrumentos de dívida	1.769.068.108	74.826.639	107.905.759	-	1.951.800.506
Instrumentos de capital	45.040.596	-	1.848.086	-	46.888.682
Outros instrumentos financeiros	1.138.042.698	-	766.769.519	-	1.904.812.217
Crédito e outros valores a receber	-	42.967	-	-	42.967
Outros depósitos	560.066	-	-	-	560.066
Instrumentos derivados com justo valor positivo	1.727.366	10.711.755	291.981	-	12.731.102
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	6.519.927.412	548.513.446	28.321.049	-	7.096.761.907
Instrumentos de dívida	6.396.839.299	548.513.446	28.321.049	-	6.973.673.794
Instrumentos de capital	123.088.113	-	-	-	123.088.113
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	-	-	-	340.442.643	340.442.643
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	179.735.229	179.735.229
	9.474.366.246	**634.094.807**	**905.136.394**	**829.209.575**	**11.842.807.022**
Passivo					
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados					
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	3.110.505.478	-	5.075.228.149	8.185.733.627
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	36.328.560	51.903.802	1.323.289	-	89.555.651
Derivados de cobertura	2.428.940	-	-	-	2.428.940
Passivos subordinados	-	-	-	1.004.455.911	1.004.455.911
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	205.976.471	205.976.471
Outros passivos financeiros [1]	-	-	-	39.903.154	39.903.154
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	237.062.170	237.062.170
	38.757.500	**3.162.409.280**	**1.323.289**	**6.562.625.855**	**9.765.115.924**
	9.435.608.746	**(2.528.314.473)**	**903.813.105**	**(5.733.416.280)**	**2.077.691.098**

[1] Valor referente aos passivos de locação operacional

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- **Nível 1** - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;

- **Nível 2** - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado:

- **Nível 3** - Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2 em que a informação referida nos níveis anteriores não se encontra disponível. A Companhia utiliza preços disponíveis na Bloomberg, através de uma metodologia de scoring mais baixo, sendo que, neste caso a avaliação corresponde a observações indiretas baseados em ativos comparáveis com a mesma qualidade creditícia e a mesma maturidade do instrumento. Existem ainda alguns casos onde os preços são fornecidos por entidades terceiras como market makers ou através do NAV ajustado pelos rácios dos eventos corporativos subsequentes (no caso de fundos de investimento).

Durante o ano de 2025, não existiram reclassificações de nível nos ativos valorizados ao justo valor da Companhia.

O movimento ocorrido nos exercícios de 2024 e 2025, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

(valores em euros)

	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**181.688.655**	**1.520.083.299**	**(265.956.367)**
Aquisições	10.442.073	60.838.005	-
Revalorizações			
por contrapartida de resultados	(413.023)	38.144.049	(222.473)
Reforços / reversões de ECL no exercício	3.889.829	-	-
Transferências			
de nível 2 para nível 3	16.252.813	20.030.961	-
de nível 3 para nível 1	-	(303.351.173)	-
de nível 3 para nível 2	(181.688.655)	(32.370.845)	-
Alienações	(1.850.643)	(159.896.439)	-
Outros	-	(266.662.512)	264.855.551

(continuação) (valores em euros)

	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**28.321.049**	**876.815.345**	**(1.323.289)**
Aquisições	12.269.109	17.734.750	-
Revalorizações			
por contrapartida de resultados	-	12.291.707	(220.101)
por contrapartida de capitais próprios	(61.358)	-	-
Alienações	(12.312.284)	(95.561.132)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**28.216.516**	**811.280.670**	**(1.543.390)**

Adicionalmente, conforme descrito na nota 5, a Companhia realizou a compensação de ativos e passivos financeiros valorizados através de justo valor através de ganhos e perdas relativamente aos swaps de retorno total, no montante de 220.101 Euros.

O nível 3 é representado essencialmente por fundos de investimento de obrigações e a variação de justo valor dos mesmos em cerca de 10% corresponderia a uma perda ou ganho estimado de 83.455.004 Euros (2024: 90.381.311 Euros).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros valorizados ao custo amortizado era o seguinte:

(valores em euros)

	2025		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	362.070.483	362.070.483	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	293.013.480	288.443.387	4.570.093
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	253.469.590	253.469.590	-
	908.553.553	**903.983.460**	**4.570.093**
Passivo			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados			
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.906.863.995	6.010.445.222	(103.581.227)
Passivos subordinados	1.006.267.138	1.062.224.722	(55.957.584)
Depósitos recebidos de resseguradores	71.482.674	71.482.674	-
Outros passivos financeiros [1]	42.225.534	42.225.534	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	308.098.248	308.098.248	-
	7.334.937.588	**7.494.476.400**	**(159.538.812)**

(valores em euros)

	2024		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	309.031.703	309.031.703	-
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	340.442.643	332.901.483	7.541.160
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	179.735.229	179.735.229	-
	829.209.575	**821.668.415**	**7.541.160**
Passivo			
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados			
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	5.075.228.149	5.171.489.571	(96.261.422)
Passivos subordinados	1.004.455.911	992.849.728	11.606.183
Depósitos recebidos de resseguradores	205.976.471	205.976.471	-
Outros passivos financeiros [1]	39.903.154	39.903.154	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	237.062.170	237.062.170	-
	6.562.625.855	**6.647.281.094**	**(84.655.239)**

[1] Valor referente aos passivos de locação operacional

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;

- Na rubrica Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado estão incluídos empréstimos, aplicações em instituições de crédito e títulos de dívida pública, que se correspondem ao nível 1 na hierarquia de justo valor. Relativamente ao justo valor dos depósitos a prazo e outros empréstimos, atendendo a sua maturidade e ao montante, a Companhia considerou que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor. No que respeita à dívida pública, os ativos foram avaliados de acordo com os critérios definidos para a restante carteira de títulos;

- Passivos financeiros da componente de depósito e outros considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento – os respetivos passivos são registados ao custo amortizado tendo por base as taxas de juro garantidas aos tomadores. O justo valor de nível 3 dos respetivos passivos foi determinado tendo por base a estrutura temporal de taxa de juro sem risco e os custos imputados;

- Passivos subordinados – os respetivos passivos, que correspondem ao nível 1 da hierarquia de justo valor, são inicialmente reconhecidos ao justo valor (menos os custos de transação diretamente atribuíveis) e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O justo valor foi determinado tendo por base a estrutura temporal de taxa de juro sem risco;

- Para as rubricas "Outros devedores por operações de seguros e outras operações", "Outros credores por operações de seguros e outras operações", "Depósitos recebidos de resseguradores" (na sua totalidade com partes relacionadas) e "Outros passivos financeiros", tendo em consideração que os respetivos ativos e passivos financeiros referidos são de curto prazo e correspondem ao nível 3 da hierarquia de justo valor, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo à data de balanço.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Fidelidade

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento da empresa e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como a Companhia avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;

- as atividades relacionadas ao processo de investimento da Companhia, que vão da Strategic Asset Allocation (SAA) à Tactical Asset Allocation (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e reporting;

- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

A composição de um adequado portefólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pela Companhia e no seu apetite ao risco;

- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;

- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;

- adequados procedimentos de reporting;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos da Companhia é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);

- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);

• **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portefólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;

• **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, benchmarks e limites de acordo com as atuais e futuras condições/ expectativas do mercado e capacidade interna de risco;

• **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento da Companhia são ainda determinantes:

1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos da Companhia é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portefólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco da Companhia e as suas necessidades de liquidez.

2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos da Companhia são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pela Companhia, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um cash return regular, permitindo, assim, à Companhia uma adequada gestão da sua liquidez.

3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira da Companhia é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pela Companhia são:

• Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
• Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
• Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
• Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
• Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (swaps, forwards, futuros, etc.), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

4. Os limites de exposição

De forma a permitir à Companhia, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de targets e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

• Classe de ativo;
• Qualidade creditícia e duração;
• Setor de atividade;

• Geografia;
• Concentração por posição;
• Moeda.

5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por **controlar e monitorizar a alocação de ativos**, face aos targets e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos targets e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos mecanismos de controlo de perdas nos ativos, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência.

Assim, com base na evolução da time weighted return (TWR) e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um **processo de reporte** regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco.

Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição ao risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2025		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	361.268.767	-	361.268.767
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	2.039.948.277	-	2.039.948.277
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.940.176.710	-	7.940.176.710
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	293.013.480	-	293.013.480
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	275.569.111	(22.099.521)	253.469.590
Exposição máxima a risco de crédito	**10.909.976.345**	**(22.099.521)**	**10.887.876.825**

(valores em euros)

	2024		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	308.531.225	-	308.531.225
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	1.951.800.504	-	1.951.800.504
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	6.973.673.795	-	6.973.673.795
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	340.442.643	-	340.442.643
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	216.255.570	(36.520.341)	179.735.229
Exposição máxima a risco de crédito	**9.790.703.737**	**(36.520.341)**	**9.754.183.396**

Qualidade de crédito

Nas classificações de risco apresentadas foi considerado o rating correspondente de acordo com a metodologia identificada na nota 2.4.e). Os quadros seguintes apresentam a desagregação do valor de balanço a qual é apresentada de acordo com uma escala equivalente às da Standard & Poor's e Fitch.

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

(valores em euros)

	2025			
	País de origem			
Classe de ativo	Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	250.543	347.868.164	17.533.416	365.652.123
BBB- até BBB+	100.091.418	7.512.304	8.548.595	116.152.317
Sem rating	-	5.300.576	-	5.300.576
	100.341.961	**360.681.044**	**26.082.011**	**487.105.016**
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
A- até A+	1.534.654	-	197.704	1.732.358
	1.534.654	**-**	**197.704**	**1.732.358**
	101.876.615	**360.681.044**	**26.279.715**	**488.837.374**

(valores em euros)

Classe de ativo	2024 País de origem Portugal	Resto União Europeia	Outros	Total
Depósitos em Instituições de Crédito				
A- até A+	249.293	292.936.138	9.825.723	303.011.154
BBB- até BBB+	46.510.193	6.821.925	13.495.363	66.827.481
Sem rating	553.860	4.502.946	-	5.056.806
	47.313.346	**304.261.009**	**23.321.086**	**374.895.441**
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
A- até A+	891.478	-	265.645	1.157.123
	891.478	**-**	**265.645**	**1.157.123**
	48.204.824	**304.261.009**	**23.586.731**	**376.052.564**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

	2025				
	País de origem				
Classe de ativo	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados					
Corporate					
AA- até AA+	-	10.751.242	1.063.193	-	11.814.435
A- até A+	2.946.606	57.905.473	8.534.457	14.299.687	83.686.223
BBB- até BBB+	23.140.917	299.495.796	81.113.733	57.732.847	461.483.293
BB- até BB+	6.123.560	111.138.165	13.355.965	13.987.505	144.605.195
B- até B+	-	7.330.401	-	15.734.045	23.064.446
Sem rating	26.466.354	-	1.568.458	4.172.340	32.207.152
	58.677.437	**486.621.077**	**105.635.806**	**105.926.424**	**756.860.744**
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	34.148.392	-	-	34.148.392
AA- até AA+	-	16.468.657	-	-	16.468.657
A- até A+	48.027.608	281.898.342	-	1.355.820	331.281.770
BBB- até BBB+	14.604.864	152.683.626	3.622.200	1.825.794	172.736.484
BB- até BB+	14.495.462	-	-	-	14.495.462
	77.127.934	**485.199.017**	**3.622.200**	**3.181.614**	**569.130.765**

(continuação)

(valores em euros)

Classe de ativo	2025 País de origem Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	-	6.743.667	4.008.298	-	10.751.965
A- até A+	-	132.553.530	48.892.606	23.427.769	204.873.905
BBB- até BBB+	22.262.539	269.803.719	56.128.162	45.131.512	393.325.932
BB- até BB+	4.401.513	62.900.783	4.445.734	12.110.458	83.858.488
B- até B+	-	480.120	-	466.827	946.947
Sem rating	-	-	-	20.199.530	20.199.530
	26.664.052	**472.481.819**	**113.474.800**	**101.336.096**	**713.956.767**
	162.469.423	**1.444.301.913**	**222.732.806**	**210.444.134**	**2.039.948.276**

(valores em euros)

Classe de ativo	2024 País de origem Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados					
Corporate					
AA- até AA+	-	3.856.742	1.084.213	-	4.940.955
A- até A+	9.571.791	32.717.250	3.774.905	8.627.577	54.691.523
BBB- até BBB+	18.943.777	280.227.799	78.213.966	74.296.467	451.682.009
BB- até BB+	11.714.938	119.713.756	28.776.276	10.330.767	170.535.737
B- até B+	-	-	-	12.368.886	12.368.886
CCC- até CCC+	-	-	1.189.367	-	1.189.367
Sem rating	55.481.445	1.511.670	-	-	56.993.115
	95.711.951	**438.027.217**	**113.038.727**	**105.623.697**	**752.401.592**
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	25.448.372	-	-	25.448.372
AA- até AA+	-	13.239.263	979.717	-	14.218.980
A- até A+	58.217.382	90.584.538	-	1.341.754	150.143.674
BBB- até BBB+	29.167.855	173.282.220	1.184.718	2.773.377	206.408.170
BB- até BB+	14.723.770	-	-	-	14.723.770
	102.109.007	**302.554.393**	**2.164.435**	**4.115.131**	**410.942.966**
Instituições Financeiras					
AAA	-	3.903.151	-	-	3.903.151
AA- até AA+	-	8.614.520	2.423.161	-	11.037.681
A- até A+	-	107.141.163	42.833.090	23.934.009	173.908.262
BBB- até BBB+	52.746.546	214.888.989	28.147.373	31.990.978	327.773.886
BB- até BB+	26.954.146	94.443.224	-	-	121.397.370
Sem rating	-	3.023.693	53.004.006	53.429.360	109.457.059
	79.700.692	**432.014.740**	**126.407.630**	**109.354.347**	**747.477.409**
Outros emitentes					
AA- até AA+	-	40.978.538	-	-	40.978.538
	-	**40.978.538**	**-**	**-**	**40.978.538**
	277.521.650	**1.213.574.888**	**241.610.792**	**219.093.175**	**1.951.800.505**

(valores em euros)

	2025				
	País de origem				
Classe de ativo	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Corporate					
AA- até AA+	-	9.260.356	25.310.697	3.768.714	38.339.767
A- até A+	339.917	134.866.582	55.179.230	85.840.120	276.225.849
BBB- até BBB+	5.389.938	696.831.191	351.118.553	326.880.228	1.380.219.910
BB- até BB+	13.935.514	78.575.409	100.041.812	39.960.459	232.513.194
B- até B+	-	-	4.287.213	3.459.524	7.746.737
	19.665.369	**919.533.538**	**535.937.505**	**459.909.045**	**1.935.045.457**
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	256.401.027	-	10.980.970	267.381.997
AA- até AA+	-	27.700.023	-	13.683.295	41.383.318
A- até A+	76.623.043	1.882.249.592	-	13.864.982	1.972.737.617
BBB- até BBB+	45.884.978	1.531.171.527	10.229.868	19.661.625	1.606.947.998
BB- até BB+	16.686.556	-	-	-	16.686.556
CCC- até CCC+	-	-	-	6.771.881	6.771.881
	139.194.577	**3.697.522.169**	**10.229.868**	**64.962.753**	**3.911.909.367**
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	6.361.968	6.361.968
AA- até AA+	-	2.223.376	69.545.846	48.724.352	120.493.574
A- até A+	-	391.575.864	187.118.990	474.828.968	1.053.523.822
BBB- até BBB+	54.981.756	502.999.038	114.908.749	133.130.805	806.020.348
BB- até BB+	-	-	-	85.272.787	85.272.787
	54.981.756	**896.798.278**	**371.573.585**	**748.318.880**	**2.071.672.499**
Outros emitentes					
AAA	-	11.646.042	-	-	11.646.042
AA- até AA+	-	-	-	7.936.051	7.936.051
Sem rating	-	-	-	1.967.296	1.967.296
	-	**11.646.042**	**-**	**9.903.347**	**21.549.389**
	213.841.702	**5.525.500.027**	**917.740.958**	**1.283.094.025**	**7.940.176.712**

(valores em euros)

Classe de ativo	2024 País de origem Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas					
Corporate					
AA- até AA+	-	4.169.919	2.397.317	4.445.861	11.013.097
A- até A+	-	88.279.132	32.248.561	102.906.644	223.434.337
BBB- até BBB+	10.785.963	566.927.903	405.121.970	369.060.167	1.351.896.003
BB- até BB+	18.164.099	70.689.553	162.606.398	78.013.893	329.473.943
B- até B+	-	-	-	12.182.768	12.182.768
CCC- até CCC+	-	-	11.113.172	-	11.113.172
CC- até CC+	-	-	-	3.083.022	3.083.022
	28.950.062	**730.066.507**	**613.487.418**	**569.692.355**	**1.942.196.342**
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	339.795.367	4.802.519	12.718.115	357.316.001
AA- até AA+	-	485.160.200	7.211.011	39.552.204	531.923.415
A- até A+	109.711.981	234.050.627	-	12.714.792	356.477.400
BBB- até BBB+	49.152.473	1.853.374.443	4.572.014	11.128.685	1.918.227.615
BB- até BB+	17.147.070	-	-	-	17.147.070
	176.011.524	**2.912.380.637**	**16.585.544**	**76.113.796**	**3.181.091.501**
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	7.358.568	7.358.568
AA- até AA+	-	1.642.619	38.833.149	4.698.100	45.173.868
A- até A+	-	334.582.210	151.185.933	427.840.629	913.608.772
BBB- até BBB+	34.751.903	376.237.390	87.953.536	144.191.207	643.134.036
BB- até BB+	37.181.786	7.069.038	3.211.246	92.839.770	140.301.840
	71.933.689	**719.531.257**	**281.183.864**	**676.928.274**	**1.749.577.084**
Outros emitentes					
AAA	-	33.721.755	-	-	33.721.755
AA- até AA+	-	57.352.926	-	7.912.291	65.265.217
Sem rating	-	-	-	1.821.896	1.821.896
	-	**91.074.681**	**-**	**9.734.187**	**100.808.868**
	276.895.275	**4.453.053.082**	**911.256.826**	**1.332.468.612**	**6.973.673.795**

(valores em euros)

	2025		
	País de origem		
	Portugal	Resto União Europeia	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado			
Corporate			
Sem rating	81.170	4.294.610	4.375.780
	81.170	4.294.610	4.375.780
Governos e outras autoridades locais			
A- até A+	160.290.550	-	160.290.550
	160.290.550		**160.290.550**
	160.371.720	**4.294.610**	**164.666.330**

(valores em euros)

	2024		
	País de origem		
	Portugal	Resto União Europeia	Total
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado			
Corporate			
Sem rating	-	22.311.942	22.311.942
	-	**22.311.942**	**22.311.942**
Governos e outras autoridades locais			
A- até A+	218.235.481	-	218.235.481
	218.235.481		**218.235.481**
	218.235.481	**22.311.942**	**240.547.423**

Risco de liquidez

A Companhia tem uma política de gestão de ativo e passivo e liquidez de forma a gerir o risco de liquidez, incluindo um plano de contingência em caso de necessidade. Esta política é monitorizada mensalmente e contempla também cenários de stress de liquidez.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os fluxos de caixa previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2025									
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	362.070.483	-	-	-	-	-	-	-	-	362.070.483
Ativos financeiros valorizados										
ao justo valor através										
de resultados	88.818.655	70.951.597	97.647.683	150.059.321	965.008.087	435.415.961	391.727.364	158.425.890	1.773.586.017	4.131.640.575
Derivados de cobertura	-	4.807	-	-	-	-	-	-	-	4.807
Ativos financeiros valorizados										
ao justo valor através										
de reservas	279.758.432	327.977.185	567.239.673	354.209.094	2.293.173.616	1.397.546.095	3.732.853.586	15.561.014	154.900.318	9.123.219.013
Ativos financeiros valorizados										
ao custo amortizado	48.374.189	81.482.442	1.985.713	77.758.777	22.731.511	71.359.343	-	-	-	303.691.975
Outros devedores por										
operações de seguros										
e outras operações	253.469.590	-	-	-	-	-	-	-	-	253.469.590
	1.032.491.349	**480.416.031**	**666.873.070**	**582.027.191**	**3.280.913.214**	**1.904.321.399**	**4.124.580.950**	**173.986.904**	**1.928.486.335**	**14.174.096.443**
Passivo										
Passivos financeiros valorizados										
ao justo valor através										
de resultados	4.467.149	4.910.434	9.150.095	31.251	2.874.062	-	-	-	491.672	21.924.663
Passivos financeiros da										
componente de depósito de										
contratos de seguros e de										
contratos de seguro e										
operações considerados para										
efeitos contabilísticos como										
contratos de investimento	287.355.699	167.172.037	319.048.040	938.895.512	3.170.636.676	3.088.850.744	1.402.471.006	897.355.826	-	10.271.785.539
Passivos subordinados	-	-	19.375.000	540.625.000	77.500.000	519.375.000	-	-	-	1.156.875.000
Depósitos recebidos										
de resseguradores	-	-	-	71.482.674	-	-	-	-	-	71.482.674
Outros passivos financeiros [1]	-	-	-	8.253.931	5.953.138	14.146.465	13.872.000	-	-	42.225.534
Outros credores por operações										
de seguros e outras operações	308.098.248	-	-	-	-	-	-	-	-	308.098.248
	599.921.096	**172.082.471**	**347.573.135**	**1.559.288.368**	**3.256.963.876**	**3.622.372.209**	**1.416.343.006**	**897.355.826**	**491.672**	**11.872.391.658**
	432.570.253	**308.333.560**	**319.299.934**	**(977.261.177)**	**23.949.338**	**(1.718.050.810)**	**2.708.237.944**	**(723.368.922)**	**1.927.994.663**	**2.301.704.785**

(valores em euros)

	2024									
	Até 1 mês	De 1 até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	309.031.703	-	-	-	-	-	-	-	-	309.031.703
Ativos financeiros valorizados										
ao justo valor através										
de resultados	10.273.991	18.159.020	25.290.356	137.715.620	904.937.128	501.369.226	212.008.679	279.654.688	1.274.398.302	3.363.807.011
Ativos financeiros valorizados										
ao justo valor através										
de reservas	129.447.309	327.097.812	195.060.314	568.619.878	2.335.289.749	1.885.137.575	2.541.313.216	369.171.238	969.536.583	9.320.673.674
Ativos financeiros valorizados										
ao custo amortizado	141.635	19.177.613	2.035.729	94.868.300	93.349.925	68.781.800	-	-	-	278.355.001
Outros devedores por										
operações de seguros										
e outras operações	179.735.229	-	-	-	-	-	-	-	-	179.735.229
	628.629.867	**364.434.445**	**222.386.399**	**801.203.798**	**3.333.576.802**	**2.455.288.602**	**2.753.321.895**	**648.825.926**	**2.243.934.885**	**13.451.602.618**
Passivo										
Passivos financeiros valorizados										
ao justo valor através										
de resultados	2.184.258	39.746.527	7.258.573	2.543.353	26.378.288	130.868	-	-	-	78.241.867
Passivos financeiros da										
componente de depósito de										
contratos de seguros e de										
contratos de seguro e										
operações considerados para										
efeitos contabilísticos como										
contratos de investimento	348.768.857	190.394.681	290.753.108	902.863.707	2.637.006.098	3.007.184.183	1.253.911.255	808.386.239	-	9.439.268.129
Passivos subordinados	-	-	19.375.000	40.625.000	598.750.000	558.125.000	-	-	439.227.886	1.656.102.886
Depósitos recebidos										
de resseguradores	-	-	-	205.976.471	-	-	-	-	-	205.976.471
Outros passivos financeiros [1]	-	-	-	10.439.762	8.477.542	12.426.034	8.559.816	-	-	39.903.154
Outros credores por operações										
de seguros e outras operações	237.062.170	-	-	-	-	-	-	-	-	237.062.170
	588.015.284	**230.141.208**	**317.386.681**	**1.162.448.294**	**3.270.611.928**	**3.577.866.085**	**1.262.471.072**	**808.386.239**	**439.227.886**	**11.656.554.677**
	40.614.582	**134.293.237**	**(95.000.282)**	**(361.244.496)**	**62.964.875**	**(1.122.577.484)**	**1.490.850.823**	**(159.560.313)**	**1.804.706.999**	**1.795.047.940**

[1] Valor referente aos passivos de locação operacional

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos uma vez que dizem respeito a fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos fluxos de caixa previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Fidelidade na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgações aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificados como exigíveis à vista, incluídos na maturidade Até 1 mês;

- Os valores que constam das rubricas de Outros devedores e Outros credores são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade Até 1 mês;

- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade Indeterminado;

- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;

- Os montantes registados na rubrica Depósitos recebidos de resseguradores correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;

- Os Derivados de Cobertura foram classificados com maturidade Indeterminado, por se tratar de contratos de futuros e forwards cambiais;

- Para o cálculo dos fluxos de caixa previsionais dos Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;

- No apuramento dos fluxos de caixa previsionais das responsabilidades do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:

- A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos;

- A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;

- Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos valias potenciais;

- Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados no ano.

Risco de mercado

A Companhia realiza regularmente análises de sensibilidade a um conjunto de fatores que podem influenciar materialmente a valorização dos ativos (alargamento dos spreads, movimentos no preço das ações e do imobiliário) no âmbito da monitorização da sua posição de solvência. Estes resultados são disponibilizados à equipa de gestão e à entidade de supervisão (através do Exercício de Auto Avaliação do Risco e da Solvência).

Risco de taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o impacto nos capitais próprios sem efeito fiscal (reservas de reavaliação e resultados) à sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, a variações positivas e negativas de 100 basis points (bp's), respetivamente, corresponde a:

(valores em euros)

	2025				
	Valor de balanço	Variação +100 bp's		Variação -100 bp's	
		Impacto em Resultado	Impacto em Capital Próprio	Impacto em Resultado	Impacto em Capital Próprio
Ativo					
Ativos financeiros valorizados					
ao justo valor através de resultados	133.907.325	(3.402.103)	-	3.779.410	-
Ativos financeiros valorizados					
ao justo valor através de reservas	7.940.176.710	-	(337.364.834)	-	397.968.757
	8.074.084.035	**(3.402.103)**	**(337.364.834)**	**3.779.410**	**397.968.757**

(valores em euros)

	2024				
	Valor de balanço	Variação +100 bp's		Variação -100 bp's	
		Impacto em Resultado	Impacto em Capital Próprio	Impacto em Resultado	Impacto em Capital Próprio
Ativo					
Ativos financeiros valorizados					
ao justo valor através de resultados	136.539.782	(2.175.372)	-	2.305.070	-
Ativos financeiros valorizados					
ao justo valor através de reservas	6.973.673.795	-	(299.594.027)	-	360.306.886
	7.110.213.577	**(2.175.372)**	**(299.594.027)**	**2.305.070**	**360.306.886**

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os fluxos de caixa futuros atualizados considerando a respetiva YTM, com variações positivas e negativas de 100 bp's, nas respetivas yields.

Relativamente aos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, apenas é apresentada a sensibilidade aos ativos não afetos aos produtos Unit-linked dado que quaisquer variações de justo valor nos ativos são automaticamente refletidas nas responsabilidades decorrentes de contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento (Unit-linked).

Importa referir que o impacto das alterações das taxas de juros nos instrumentos financeiros, têm um impacto de natureza inversa nos passivos decorrentes de contratos de seguro, tal como evidenciado na nota 42.

Risco de Moeda

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(valores em euros)

	2025				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	309.939.943	36.378.446	571.236	15.180.858	362.070.483
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	3.765.390.344	253.450.332	32.949.097	31.785.119	4.083.574.892
Derivados de cobertura	-	4.807	-	-	4.807
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	7.112.764.684	584.835.377	39.592.006	357.884.962	8.095.077.029
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	213.809.429	69.418.775	-	9.785.276	293.013.480
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	250.944.445	354.191	-	2.170.954	253.469.590
	11.652.848.845	**944.441.928**	**73.112.338**	**416.807.169**	**13.087.210.281**
Passivo					
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	18.537.614	2.345.460	-	1.041.589	21.924.663
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados					
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	9.285.468.468	-	-	-	9.285.468.468
Derivados de cobertura	-	57.793	-	-	57.793
Passivos subordinados	1.006.267.138	-	-	-	1.006.267.138
Depósitos recebidos de resseguradores	71.482.674	-	-	-	71.482.674
Outros passivos financeiros [1]	42.225.534	-	-	-	42.225.534
Outros credores por operações de seguros e outras operações	279.683.642	21.617.786	-	6.796.820	308.098.248
	10.703.665.070	**24.021.038**	**-**	**7.838.409**	**10.735.524.517**

(valores em euros)

	2024				
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	196.460.902	105.463.300	625.802	6.481.699	309.031.703
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	3.661.057.598	193.266.653	32.337.004	30.174.285	3.916.835.540
Ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas	5.729.980.461	944.957.152	42.885.018	378.939.277	7.096.761.907
Ativos financeiros valorizados ao custo amortizado	290.177.950	16.899.134	-	33.365.559	340.442.643
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	179.735.229	-	-	-	179.735.229
	10.057.412.141	**1.260.586.239**	**75.847.823**	**448.960.820**	**11.842.807.022**
Passivo					
Passivos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	38.518.683	49.931.397	-	1.105.571	89.555.651
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados					
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.185.733.627	-	-	-	8.185.733.627
Derivados de cobertura	-	2.428.940	-	-	2.428.940
Passivos subordinados	1.004.455.911				1.004.455.911
Depósitos recebidos de resseguradores	205.976.471	-	-	-	205.976.471
Outros passivos financeiros [1]	39.903.154	-	-	-	39.903.154
Outros credores por operações de seguros e outras operações	237.062.170				237.062.170
	9.711.650.016	**52.360.338**	**-**	**1.105.571**	**9.765.115.925**

[1] Valor referente aos passivos de locação operacional

Conforme descrito na nota 6, a Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição às flutuações do risco cambial EUR/USD, EUR/GBP, EUR/JPY, EUR/USD. Assim, o impacto da sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros da Companhia com exposição ao risco cambial a variações positivas e negativas é reduzido.

42. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A RISCO DE CONTRATOS DE SEGURO

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

42.1. Subscrição de riscos

Os princípios de aceitação de riscos são descritos na Política de Subscrição, aprovada a 24/01/2024, a qual responde aos requisitos estabelecidos para a gestão de riscos de subscrição no Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

A Política de Subscrição divide, num primeiro nível, os riscos em duas categorias:

- Riscos Não Aceitáveis: aqueles que, em situação alguma, a Companhia estará disponível para aceitar e que se encontram listados na Política;

- Riscos Aceitáveis: aqueles que a Companhia poderá aceitar, após a avaliação adequada das suas características, nas condições definidas por entidade com delegação para tal.

Tendo em conta a diversidade de tipologia de riscos, a subscrição e gestão de riscos aceitáveis encontra-se estruturada em dois tipos de aceitação:

- Subscrição técnica;

- Aceitação delegada nos Canais de Distribuição Internos e Externos.

O modelo de delegação de competências contempla até a um máximo de 12 níveis de aceitação (máximo de 9 níveis técnicos, que inclui Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição (CAAPS), 4 níveis de delegação nos canais comerciais internos e/ou 1 nível de aceitação delegada nos canais externos). No entanto, um processo de aceitação pretende-se ágil, pelo que, não deve ter intervenção de mais de 4 níveis. O processo deve, no entanto, garantir o conhecimento do risco por parte de todos os níveis da estrutura envolvida.
Cada nível de aceitação dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo tipo de aceitação de riscos, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada nos canais de distribuição internos e externos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulado standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição, algoritmos que identificam riscos que exigem análise técnica cuidada e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro tipo de aceitação de riscos, o de Subscrição Técnica, corresponde às Direções de Negócio – órgãos de estrutura responsáveis pela gestão dos ramos de negócio, desde o desenho de produtos à gestão de sinistros, passando pela subscrição e gestão de carteira – e ao CAAPS, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções de Negócio estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado integrados numa equipa que presta apoio na estimação do risco técnico a todas as diversas Direções. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções de Negócio, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções de Negócio têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções de Negócio, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

42.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a seleção e revisão de condições da carteira de apólices, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica. Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

Com o objetivo específico de definir e rever as políticas tarifárias e ajustar critérios de delegação de descontos e gestão de carteira, realizam-se, com periodicidade tendencialmente mensal, reuniões em que participam membros da Comissão Executiva e responsáveis das áreas de Negócio, Comerciais, Operações, Marketing e Pricing.

42.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção da Companhia. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Líquido de resseguro

Concentração e mitigação dos riscos

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a Companhia possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

Existe um tratado específico do tipo Excess of Loss para garantia de riscos catastróficos, com uma prioridade de 15.000.000 Euros para eventos não sísmicos e de 60.000.000 Euros para eventos sísmicos, e com capacidade de 600.000.000 Euros.

Na Fidelidade 50,18% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I e II, as mais gravosas em termos de risco sísmico.

Riscos de seguros não vida

A Companhia subscreve contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;

- Alterações climáticas e catástrofes naturais;

- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;

- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices da Companhia e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. A Companhia efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

A Companhia também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos não vida

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

• Alteração nos fatores de mercado tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;

• Condições económicas;

• Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias das apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;

• Fatores externos nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

A valoração contabilística das responsabilidades associadas a contratos de seguros é efetuada de acordo com a IFRS 17. Conforme referido na nota 2.11., a Companhia adotou o modelo de imputação de prémios PAA para os produtos não vida. Este método é uma simplificação do modelo de mensuração General Measurement Model (GMM), podendo ser aplicado: (i) aos contratos de seguro com período de vigência igual ou inferior a um ano; e, (ii) aos contratos de seguro com período de vigência superior a um ano, sempre que seja expectável que este método origine uma avaliação das responsabilidades por cobertura remanescente que não difira materialmente da produzida aplicando o GMM.

A avaliação dos passivos de contratos de seguros compreende a mensuração de:

• Responsabilidades de serviços futuros – Liability for Remaining Coverage (LRC);

• Responsabilidades de serviços passados - Liability for Incurred Claims (LIC);

• Valor atual estimado dos fluxos de caixa; e,

• Ajustamento de Risco.

A mensuração dos passivos de serviços passados, independentemente da metodologia usada, corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa associados aos sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), e aos custos diretos e indiretos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR e ao ajustamento de risco correspondente ao risco não financeiro dos contratos de seguros, nos termos do parágrafo 40 da norma IFRS17.

Valor estimado dos fluxos de Caixa (determinação das responsabilidades de serviços passados)

Ramos Não Vida e Assistência Temporária de Acidentes de Trabalho

No cálculo do valor estimado dos fluxos de caixa de seguro direto são construídas matrizes de run-off trimestrais, com base em informação recolhida dos sistemas operacionais da Companhia, sendo a informação obtida validada e reconciliada com os registos contabilísticos, assegurando-se assim a fiabilidade da informação usada.

As matrizes são analisadas com a finalidade de detetar eventuais evoluções atípicas nos padrões de desenvolvimento implícitos, procedendo-se, se necessário, a ajustamentos nomeadamente: (i) separação da informação relativa a sinistros grandes, os quais são considerados caso a caso, ou através da construção de matriz de run-off específica, caso o seu número ou custo associado seja relevante; e, (ii) tratamento por forma a obviar efeitos pontuais de alterações na gestão administrativa dos sinistros, irrepetíveis e que por isso não deverão condicionar a estimativa dos cash-flows futuros.

Para obtenção dos cash-flows futuros são aplicados vários métodos determinísticos e estocásticos, baseados no Chain-Ladder, com ajustamentos nos fatores por forma a apresentarem uma melhor aderência à realidade da matriz. Os valores de montantes pagos históricos das matrizes de run-off são transformados a preços constantes através da utilização do índice de preços harmonizado. Aos cash-flows futuros obtidos a partir destas matrizes a preços constantes aplicam-se as estruturas de inflação futuras publicadas pelo Banco de Portugal, bem como a estrutura de taxas de juro sem risco estabelecidas no Regulamento de Execução (UE) 2025/216 da Comissão, de 6 de fevereiro de, com o ajustamento de volatilidade, tal como referido na nota 2.11.

Para os anos anteriores ao primeiro ano das matrizes de run-off e para o resseguro aceite, consideram-se como adequados os valores das responsabilidades registadas de acordo com os critérios da IFRS 4, aos quais são aplicados padrões de pagamentos futuros. Estes cash-flows são posteriormente inflacionados e descontados.

Na componente das despesas de regularização de sinistros são construídas matrizes de custos de gestão de sinistros, com base nos valores registados contabilisticamente, os quais são redistribuídos de acordo com número de sinistros geridos em cada um dos anos considerados.

O desenvolvimento dos últimos 10 anos dos montantes pagos dos ramos Não Vida, líquidos de reembolsos de seguro direto e resseguro cedido é como segue:

MONTANTES PAGOS LÍQUIDOS DE REEMBOLSOS (VALORES ACUMULADOS) (*)
SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE

(valores em euros)

ANOS DECORRIDOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
0	425.240.938	469.379.232	505.842.839	519.070.667	482.829.347	553.951.287	620.632.770	712.362.474	815.012.869	857.245.688
1	602.059.354	676.395.678	711.541.996	724.728.241	645.880.303	778.162.578	870.065.148	1.005.738.041	1.119.231.617	
2	670.240.646	716.033.219	742.651.448	755.020.998	674.590.353	818.668.467	923.077.922	1.068.044.131		
3	704.660.350	732.758.133	756.889.570	776.726.135	691.205.576	833.524.553	948.543.519			
4	714.744.844	743.251.146	770.406.419	793.367.707	698.769.206	845.894.200				
5	721.830.960	747.596.379	777.263.946	802.121.118	709.168.757					
6	725.665.152	752.303.032	781.100.362	810.124.425						
7	726.197.638	757.014.235	786.404.556							
8	728.567.395	762.886.367								
9	730.775.935									

Acidentes de Trabalho – Pensões e Assistência Vitalícia

Os passivos de contratos de seguro direto de serviços passados, compreendem e são mensurados com a seguinte desagregação:

- Pensões – (i) conciliadas, homologadas e definidas (pensões declaradas); (ii) pensões presumíveis; e, (iii) fundo de Acidentes de Trabalho;

- Assistência Vitalícia - (i) assistência vitalícia declarada; e, (ii) assistência vitalícia presumível.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais pressupostos utilizados para determinar as responsabilidades por serviços passados das pensões são as seguintes:

Ano	Tipo de Remição	Género	Tábua	Juro	Encargos	Inflação
2025 IFRS 17	Obrigatoriamente remíveis	-	TB 88/90	Taxas de Juro sem risco com ajustamento de volatilidade (*)	2,40%	-
	Não obrigatoriamente remíveis	Homens	INE 2022/2024 Masculina		3%	-
		Mulheres	INE 2022/2024 Feminina			

Pensões homologadas, conciliadas e definidas

Para os pensionistas não obrigatoriamente remíveis, é apurado um fluxo de pagamentos mensais, tendo em conta a probabilidade de o pensionista estar vivo em cada momento, que é posteriormente anualizado. No cálculo das probabilidades assume-se a distribuição uniforme das mortes ao longo do ano.

Para os pensionistas obrigatoriamente remíveis, é calculado um capital de remição com base na tábua de mortalidade TD88/90 com uma taxa de juro de 5,25%. Este capital é posteriormente transformado em pagamentos futuros anuais através da cadência histórica observada nos pagamentos das pensões obrigatoriamente remíveis. Posteriormente estes fluxos são descontados aplicando a curva sem risco com ajustamento de volatilidade, estabelecida no Regulamento de Execução (UE) 2025/216 da Comissão, de 6 de fevereiro de 2025.Pensões Presumíveis

A determinação da responsabilidade para pensões presumíveis resulta do somatório da: (i) estimativa para sinistros IBNR (incurred but not reported) e IBNER (incurred but not enough reported); (ii) estimativa para agravamento de pensão definida a homologada; e, estimativa para revisões de processos já homologados (revisão de incapacidades).

As responsabilidades para pensões presumíveis incluem igualmente uma a avaliação das situações em que as pensões que já se encontrando homologadas são revistas (revisão de incapacidades), sofrendo um incremento ou uma redução do seu valor inicial, que se estima ser 2%. Este agravamento é aplicado aos passivos associados às pensões em vigor e das presumíveis, como forma de apurar a responsabilidade com revisões futuras.

Responsabilidades com Serviços Passados - Assistência Vitalícia

A mensuração das responsabilidades com serviços passados de assistência vitalícia (AV) realiza-se com a seguinte segregação: (i) assistência vitalícia declarada; e, (ii) assistência vitalícia presumível.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os principais pressupostos utilizados para determinar as responsabilidades por serviços passados com a assistência vitalícia são as seguintes:

Ano	Tipo de Sinistrado AV	Género	Tábua	Juro	Encargos	Inflação
2025	Grandes	Homens	300% da INE 2022/2024	Taxas de Juro sem	2,00%	2026 - 2,1%
IFRS 17	inválidos (***)	Mulheres	Masculina	risco com		>2026 - 2%
			300% da INE 2022/2024	ajustamento de		(**)
			Feminina	volatilidade (*)		
	Não grandes	Homens	INE 2022/2024 Masculina			
	inválidos	Mulheres	INE 2022/2024 Feminina			

Assistência Vitalícia Presumível

As responsabilidades são determinadas com base no número de assistências vitalícias ainda por declarar, estimadas com base em matrizes de run-off e na responsabilidade média obtida a partir das assistências vitalícias já declaradas com mais de 5 anos.

Ajustamento de Risco

De acordo com os números 37 e BC208 da IFRS 17, o ajustamento de risco corresponde à compensação pela incerteza associada ao montante e momento dos cash-flows resultantes de risco não financeiro. Adicionalmente o parágrafo BC215, refere que o ajustamento de risco reflete a perceção da entidade relativamente à sua a aversão ao risco e que grupos de contratos similares podem ter diferentes ajustamentos de risco. Para cálculo do ajustamento de risco, foi usada a abordagem Value at Risk (VaR), quantificando as perdas potenciais decorrentes de riscos não financeiros, com um nível de confiança de 75%.

Análise de sensibilidade

A Companhia considerou como pressupostos significativos na determinação do valor atual dos passivos por serviços passados: (i) taxa de desconto; (ii) inflação e (iii) longevidade no que respeita ao ramo Acidentes de Trabalho, que inclui Pensões, FAT e Assistência Vitalícia.

A análise de sensibilidade aos pressupostos significativos associados à determinação das responsabilidades por serviços passados do risco de seguros não vida, líquidos de resseguro cedido e de reembolsos, é como segue:

(valores em euros)

Cenários	Impacto em Capitais Próprios (incluindo Resultados) 2025	2024
Redução de 1% na taxa de desconto no valor atual dos fluxos de caixa futuros	(141.984.077)	(144.643.567)
Aumento de 1% na taxa de desconto no valor atual dos fluxos de caixa futuros	118.316.195	122.272.207
Aumento de 1% na taxa de inflação no valor atual dos fluxos de caixa futuros (*)	(12.317.424)	(45.099.542)
Aumento de 20% na longevidade dos segurados do ramo de Acidentes de Trabalho (**)	(51.918.936)	(58.754.294)

(*) No que diz respeito aos Acidentes de Trabalho, apenas a Assistência Temporária e Vitalícia são inflacionadas.

(**) Este choque apenas foi aplicado às componentes de longo prazo, que incluem Pensões, FAT e Assistência Vitalícia.

42.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco de contratos de seguro estão em consonância com a natureza dos seguros e capitais dos riscos a segurar, distinguindo-se essencialmente entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multirriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Outros.

O cumprimento de Normas de Subscrição está intrinsecamente associado aos contratos disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de riscos e sua tarifação.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

No cumprimento da sua política de Resseguro, a Companhia tem recorrido à cedência de riscos via Tratados de Resseguro Proporcional e Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro quando se revelam necessárias para uma proteção de Resseguro adequada dos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Outros Danos, Engenharia e Aviação, a Companhia tem Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira da Companhia, considerada suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

As acumulações resultantes da Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza, de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes deste tipo em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais da Companhia e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário com um retorno de 390 anos, o que é inusual em mercados com exposição catastrófica.

As acumulações resultantes de catástrofes naturais que não as referentes a fenómenos sísmicos são protegidas por um Tratado de Excesso de Perdas, sendo a Retenção e a Capacidade definidas com base no histórico de eventos ocorridos nos últimos 15 anos e na capacidade financeira da Companhia.

Os ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil são protegidos por tratados de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira da Companhia. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas para diferentes níveis da mesma.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços. Este processo de seleção requer uma constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de Rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de rating atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de Rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O rating mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de A-.

42.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 17, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 17 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade da Companhia.

Bases técnicas para a determinação da responsabilidade de serviços futuros

Com referência a 31 de dezembro de 2025, as tábuas de mortalidade consideradas na avaliação dos produtos foram as abaixo indicadas:

Tipo de produto	Modelo de mensuração	1º Ano apólice	Anos seguintes
Rendas (**)	GMM	FMIB2011 (*)	
Capitalização		35% da Tábua INE 2022/2024	
Risco		13% da tábua INE 2022/2024	30% da tábua INE 2022/2024
Resseguro	PAA	Seguro de Funeral	
		100% das taxas fornecidas pelo ressegurador	

A tábua de mortalidade FMIB -2011 carateriza-se por ser uma tábua geracional e baseia-se na tábua austríaca AVO2005.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade aos pressupostos significativos associados à determinação das responsabilidades por serviços futuros do risco de seguros associado ao seguro direto e resseguro aceite, é como segue:

(valores em euros)

Cenários	Impacto em reservas		Impacto em resultados	
	2025	2024	2025	2024
Redução de 1% na taxa de desconto				
no valor atual dos fluxos de caixa futuros	(44.649.677)	(156.217.780)	(3.906.065)	(17.589.256)
Aumento de 1% na taxa de desconto				
no valor atual dos fluxos de caixa futuros	38.176.491	126.733.225	3.773.932	15.575.908
Aumento de 10% nas despesas sobre os portfólios				
mensurados por GMM e GMMm	4.520.926	1.194.868	(3.800.530)	(3.309.197)
Redução de 10% na mortalidade dos segurados				
do ramo Vida sobre os portfólios mensurados por GMM e GMMm	(1.918.593)	(4.126.687)	3.192.668	4.309.322

43. GESTÃO DE CAPITAL

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposto, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;

- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;

- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital na Fidelidade obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Fidelidade está obrigada;

- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;

- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Fidelidade está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, a Fidelidade definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus stakeholders.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do Relatório sobre a solvência e a situação financeira, que permite dispor de informação detalhada sobre a Companhia relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no Relatório sobre a solvência e situação financeira, importa referir que a Companhia cumpre, de forma confortável, quer com os requisitos de capital regulamentares, quer com o apetite ao risco definido internamente considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, a Companhia implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, uma estrutura organizativa que incorpora diversos órgãos que desempenham funções chave em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Direção de Compliance, Direção de Auditoria, Gabinete de Capital Planning and Financial Optimization, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos (Vida e Não Vida) e Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Capital.

44. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia contratou um conjunto de garantias bancárias junto de instituições financeiras para fazer face a obrigações com concursos públicos, processos judiciais e projetos de investimento, que à data de 31 de dezembro de 2025 perfazem um total de 10.395.841 Euros (2024: 8.328.325 Euros).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresenta compromissos de capital no montante de 256.477.624 Euros e 353.460.747 Euros, respetivamente, relativos a fundos de investimento já contratualizados, cuja realização ocorrerá em períodos subsequentes.

45. EVENTOS SUBSEQUENTES E OUTROS FACTOS RELEVANTES

No decurso dos meses de janeiro e fevereiro de 2026 verificaram-se, em Portugal, diversos fenómenos meteorológicos adversos, incluindo precipitação intensa, ventos fortes e inundações, que afetaram várias regiões do país. Esta combinação de eventos criou o maior "comboio de tempestades" de que há registo nos tempos recentes e o maior nível de danos em várias décadas, superando amplamente os gerados pela Tempestade Leslie, de 2018.

A Companhia registou aproximadamente 40.000 participações de sinistros associadas a estes fenómenos, correspondendo a custos brutos estimados de aproximadamente 178 milhões de euros.

No entanto, tendo em conta o programa de resseguro robusto e adequado à natureza dos riscos identificados, estima-se que o impacto líquido de resseguro para a Companhia ronde os 30 milhões de euros.

Ainda assim, o processo de receção, avaliação e regularização dos sinistros encontra-se em curso, pelo que o montante final das perdas poderá diferir das estimativas atualmente disponíveis, não sendo, por esse motivo, possível determinar com exatidão o impacto financeiro final associado a estes eventos.

A Administração continuará a acompanhar a evolução da situação, procedendo às atualizações que se revelem necessárias nos períodos subsequentes.

Em 29 de janeiro de 2026, concluiu a venda de uma participação de 40% no capital da Luz Saúde ao Grupo Macquarie Asset Management, após a verificação de todas as condições usuais, incluindo autorizações regulatórias necessárias. A operação valorou a Luz Saúde num enterprise value superior a 1,1 mil milhões de euros.

A Companhia acordou, em 19 de dezembro de 2025, o reforço da sua participação na The Prosperity Company (TPC), passando a deter 100% do capital social da TPC após a aquisição adicional de uma participação de 30% aos atuais acionistas, está sujeita à obtenção das autorizações regulatórias competentes que se espera fiquem concluídas no primeiro trimestre.

A Fidelidade, através da FID Asset Management, assinou a 30 de dezembro o contrato para a aquisição de 70% do capital da gestora de ativos IM Gestão de Ativos, SGOIC (IMGA). Esta operação aguarda a obtenção das autorizações regulatórias aplicáveis.

A Fidelidade, no dia 10 de fevereiro, comunicou ao mercado a conclusão de uma emissão de obrigações subordinadas Tier 2 no montante de 500 milhões de euros, com maturidade contratual a 20 anos e cupão de 4,25% ao ano. Adicionalmente, foi lançada simultaneamente uma tender offer dirigida aos detentores das obrigações subordinadas Tier 2 emitidas em junho de 2021, com o objetivo de gerir proativamente o perfil de vencimentos da dívida subordinada do Grupo.

A Assembleia Geral realizada a 2 de fevereiro de 2026 aprovou a distribuição de dividendos a partir de reservas livres no montante total de 221.470.994 Euros.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026

RELATÓRIO E PARECERES ÀS CONTAS SEPARADAS

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808
2025

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 17.172.418.164 euros e um total de capital próprio de 2.112.011.631 euros, incluindo um resultado líquido de 143.982.367 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

KPMG & Associados –Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., sociedade anónima portuguesa e membro da rede global KPMG, composta por firmas membro independentes associadas com a KPMG International Limited, uma sociedade inglesa de responsabilidade limitada por garantia.

KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Capital Social: 3.916.000 Euros - Pessoa Coletiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 20161489
Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078

Mensuração de ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, as carteiras de (i) ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados, e (ii) ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, totalizam 4.083.574.892 euros e 8.095.077.029 euros, respetivamente, conforme notas 5 e 7 anexas às demonstrações financeiras, representando cerca de 23,8% e 47,1% do ativo, respetivamente.

O Risco

A classificação dos instrumentos financeiros nas diferentes carteiras previstas nas normas internacionais de relato financeiro aplicáveis (IFRS 9) determina os critérios a adotar na sua valorização posterior, de acordo com a respetiva política contabilística descrita na nota 2.4.a) – Ativos financeiros anexa às demonstrações financeiras.

A mensuração do justo valor dos ativos financeiros é efetuada de acordo com a respetiva política contabilística descrita na nota anexa às demonstrações financeiras, acima referida. No que respeita aos ativos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados e ativos financeiros valorizados ao justo valor através de reservas, as variações de justo valor são inscritas no resultado líquido do exercício ou rendimento integral, respetivamente.

O justo valor para a maioria dos ativos financeiros acima referidos que compõem a respetiva carteira de ativos financeiros é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo, através de *price providers* ou com base em metodologias de avaliação. Conforme referido na nota 2.15 - Estimativas contabilísticas críticas e julgamentos mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de metodologias que requerem a utilização de pressupostos ou julgamento na determinação de estimativas de justo valor.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e a implementação dos controlos relevantes efetuados pela Entidade ao nível da mensuração da carteira de ativos financeiros;
- Analisámos as metodologias e pressupostos utilizados pela Entidade na determinação do justo valor, considerando as características dos instrumentos financeiros;
- Testámos a valorização da carteira de ativos financeiros, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade, tendo em consideração fontes de preços externas e análise dos principais pressupostos; e,
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Avaliação dos passivos de contratos de seguro do ramo vida por serviços futuros não mensurados pela abordagem de imputação dos prémios

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos decorrentes de contratos de seguro do ramo vida por serviços futuros não mensurados pela abordagem de imputação dos prémios, conforme nota 13 anexa às demonstrações financeiras, ascendem ao montante de 1.157.846.971 euros.

O Risco

A avaliação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo vida por serviços futuros, não mensurados pela abordagem de imputação dos prémios, inclui: (i) a determinação do valor atual dos fluxos de caixa futuros relativos ao serviço dos portfolios dos contratos em gestão; (ii) a determinação do ajustamento de risco não financeiro; e (iii) a determinação da margem de serviço contratual ou, quando existente, a componente de perda.

A estimativa da responsabilidade por serviços futuros requer o uso de modelos atuariais complexos, assim como de pressupostos e julgamentos significativos, que individualmente ou em conjunto quando não aplicados adequadamente ou não determinados apropriadamente, podem resultar em distorções materiais na sua mensuração.

Por estas razões esta estimativa é considerada uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria, com a colaboração dos nossos especialistas em matérias atuariais, incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e a implementação dos controlos relevantes efetuados pela Entidade ao nível da mensuração destas responsabilidades;
- Avaliámos os métodos e pressupostos considerados na estimação destas responsabilidades, por forma a aferir da sua adequação;
- Avaliámos a qualidade da informação usada na mensuração das responsabilidades;
- Analisámos os desenvolvimentos das responsabilidades reconhecidas, face ao período transato, por forma a aferir da adequação do processo de estimação;
- Avaliámos a adequação da determinação das unidades de cobertura, assim como os movimentos na margem de serviço contratual; e
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Avaliação dos passivos de contratos de seguro do ramo não vida por serviços passados mensurados pela abordagem de imputação dos prémios

Em 31 de dezembro de 2025, as responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não vida por serviços passados mensurados pela abordagem de imputação dos prémios, conforme nota 13 anexa às demonstrações financeiras, ascendem ao montante de 2.311.294.410 euros.

O Risco

A avaliação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não vida por serviços passados, mensurados pela abordagem de imputação dos prémios, é relativa aos sinistros ocorridos até à data de reporte (estimativa da responsabilidade com os sinistros em gestão, assim como dos sinistros não reportados – IBNR).

Esta avaliação inclui: (i) a determinação do valor atual dos fluxos de caixa futuros relativos às responsabilidades a liquidar resultantes de sinistros (elevado grau de incerteza); e (ii) a determinação do ajustamento de risco não financeiro.

A estimativa desta responsabilidade requer o uso de modelos atuariais complexos, assim como de pressupostos, julgamentos significativos, que individualmente ou em conjunto quando não aplicados adequadamente ou não determinados apropriadamente, podem resultar em distorções materiais na sua mensuração. Estes aspetos assumem maior relevância quando se trata da avaliação de responsabilidades de longa duração, tais como as decorrentes de sinistros do ramo de acidentes de trabalho, que resultam em responsabilidades com pensões e/ou assistência vitalícia.

Por estas razões esta estimativa é considerada uma matéria relevante de auditoria.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria, com a colaboração dos nossos especialistas em matérias atuariais, incluíram, entre outros aspetos, os que de seguida descrevemos:

- Avaliámos o desenho e a implementação dos controlos relevantes efetuados pela Entidade ao nível da sua mensuração destas responsabilidades;
- Avaliámos os métodos e pressupostos considerados na estimativa destas responsabilidades, por forma a aferir da sua adequação;
- Avaliámos a qualidade da informação usada na mensuração das responsabilidades;
- Para uma amostra estimámos os fluxos de caixa futuros relativos às responsabilidades por serviços passados, tendo por base a nossa experiência, por forma a avaliar a adequação das responsabilidades reconhecidas;
- Analisámos os desenvolvimentos nas responsabilidades reconhecidas, face ao período transato, por forma a aferir a adequação do processo de estimativa; e
- Avaliámos a adequação das respetivas divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor Segurador, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF);
- elaboração do relatório de gestão e demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e,
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2023 para um mandato compreendido entre 2024 e 2025.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 16 de março de 2026.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

16 de março de 2026

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
Manuel Alexandre Veríssimo da Luz
(ROC n.º 1553 e registado na CMVM com o n.º 20161163)

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2025 RELATIVO ÀS CONTAS INDIVIDUAIS

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais do exercício de 2025, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração, demais órgãos sociais e direções da Companhia, com os quais reunimos sempre que considerado conveniente, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios, designadamente quanto: às políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração, ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e estatutárias, à adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas e ao processo de preparação da informação financeira. Adicionalmente, fomos informados da eficácia do sistema de governação e sistema de gestão de riscos da sociedade, incluindo as funções-chave de gestão de riscos, atuariado, conformidade e auditoria interna, nos termos do regime jurídico da atividade seguradora e resseguradora, bem como sobre as políticas adotadas no âmbito da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em particular, no acompanhamento da revisão legal de contas reunimos com a SROC, sempre que considerado adequado, com o objetivo de analisar e discutir questões várias da vida da sociedade e acompanhar, nomeadamente, o planeamento da revisão legal das contas, o decurso dos trabalhos, o reporte financeiro e não financeiro, e as matérias relevantes de auditoria. Tendo igualmente acompanhado as matérias relativas à independência do revisor oficial de contas.

Apreciámos o Relatório Único Integrado de Gestão que inclui o reporte sobre o governo societário, a informação não financeira e a informação de sustentabilidade, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e a proposta de aplicação do resultado individual apresentada pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que sejam aprovados o Relatório Único Integrado de Gestão, as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2025 e os demais documentos de prestação de contas, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório Único Integrado de Gestão;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 16 de março de 2026.

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

O CONSELHO FISCAL,

Jorge Manuel de Sousa Marrão – Presidente

Pedro Antunes de Almeida – Vogal

Teófilo César Ferreira da Fonseca – Vogal

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A. RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2025

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da sociedade.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 16 de março de 2026.

O CONSELHO FISCAL

Jorge Manuel de Sousa Marrão – Presidente

Pedro Antunes de Almeida – Vogal

Teófilo César Ferreira da Fonseca – Vogal

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808
2025

INTRODUÇÃO

A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., (doravante "Sociedade", "Companhia" ou "Fidelidade") elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade, de forma clara e transparente, à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.
O presente Relatório de Governo da Sociedade, respeitante ao exercício de 2025, foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, n.º 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do n.º 1 do artigo 35º da Norma Regulamentar n.º 4/2023 – R, de 11 de julho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da Fidelidade, no montante de 509.263.524,00 euros, é representado por 161.670.960 ações nominativas, com o valor nominal de 3,15 euros cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

De acordo com os seus estatutos, a Fidelidade, para além das ações ordinárias, pode emitir ações preferenciais sem voto, até ao montante de 20% do capital social. A Fidelidade apenas emitiu ações ordinárias.

A estrutura acionista da Companhia é a seguinte:

Acionista	% de Capital	N.º de ações
Millennium Gain Limited	84,9892%	137.402.839
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	15,0000%	24.250.644
Trabalhadores	0,0026%	4.177
Ações Próprias	0,0082%	13.300
TOTAL:	**100%**	**161.670.960**

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

3. NÚMERO DE AÇÕES PRÓPRIAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL SOCIAL CORRESPONDENTE E PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO A QUE CORRESPONDERIAM AS AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Fidelidade detinha 13.300 ações próprias, que correspondem a 0,0082% do capital social e percentagem de votos.

4. REGIME A QUE SE ENCONTRE SUJEITA A RENOVAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS, EM PARTICULAR AQUELAS QUE PREVEJAM A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA DE FORMA INDIVIDUAL OU EM CONCERTAÇÃO COM OUTROS ACIONISTAS

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE AÇÕES OU DE DIREITOS DE VOTO

Ver ponto n.º 2 supra.

II. Participações Sociais

6. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS QUE SÃO TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, COM INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM DE CAPITAL E DE VOTOS IMPUTÁVEL E DA FONTE E CAUSAS DE IMPUTAÇÃO

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2025, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no quadro seguinte:

Acionista	N.º de ações	% de Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Millennium Gain Limited	137.402.839	84,9892%	84,9892%	Aquisição
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24.250.644	15%	15%	Aquisição

7. INDICAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2025, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham ações, nem obrigações da Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. IDENTIFICAÇÃO E CARGO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL E RESPETIVO MANDATO

A Mesa da Assembleia Geral tinha, em 31 de dezembro de 2025, a seguinte composição:

Cargo	Nome
Presidente	Nuno Azevedo Neves
Secretário	Paula Cristina Rodrigues Morais

b) Exercício do direito de voto

9. EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PERCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL

Nos termos do artigo 10º dos Estatutos da Sociedade, a cada 100 (cem) ações corresponde um voto. Os acionistas possuidores de um número de ações que não atinja esse número mínimo podem agrupar-se de forma a, em conjunto, e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o número necessário ao exercício do voto.

Os acionistas da Fidelidade apenas podem participar, discutir e votar na Assembleia Geral, pessoalmente ou através de representante, se, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral, forem titulares de ações que lhes confiram, segundo a lei e os Estatutos, pelo menos um voto e que cumpra as formalidades legais aplicáveis, nos termos descritos na correspondente convocatória.

Nenhum acionista se pode fazer representar por duas ou mais pessoas.

Não é permitido o voto por correspondência.

10. INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM MÁXIMA DOS DIREITOS DE VOTO QUE PODEM SER EXERCIDOS POR UM ÚNICO ACIONISTA OU POR ACIONISTAS QUE COM AQUELE SE ENCONTREM EM ALGUMA DAS RELAÇÕES DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. IDENTIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES ACIONISTAS QUE, POR IMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, SÓ PODEM SER TOMADAS COM MAIORIA QUALIFICADA, PARA ALÉM DAS LEGALMENTE PREVISTAS, E INDICAÇÃO DESSAS MAIORIAS

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral, sempre que a lei ou os Estatutos não exijam maior número (n.º 3 do artigo 11.º dos Estatutos).

As deliberações relativas a quaisquer alterações dos Estatutos da Sociedade, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade, à supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas da Sociedade em aumentos do capital social, à amortização de ações representativas do capital social, à suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social da Sociedade, à autorização de compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata, bem como a nomeação do órgão de fiscalização da Sociedade e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria, só podem ser aprovadas desde que seja obtido o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de voto representativos da totalidade do capital social.

II. Administração

Conselho de Administração

Composição

12. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO

A Fidelidade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva e um órgão de fiscalização que integra um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

13. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral. O presidente e os vice-presidentes do Conselho de Administração são escolhidos pelo próprio Conselho de Administração, salvo quando sejam designados pela Assembleia Geral de acionistas que eleja o Conselho de Administração.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

14. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS, DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO, NÚMERO DE MEMBROS EFETIVOS, DATA DA DESIGNAÇÃO E DURAÇÃO DO MANDATO DE CADA MEMBRO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de cinco e um máximo de dezassete membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

O Conselho de Administração, a 31 de dezembro de 2025, é composto por dezassete membros, designados para exercer funções no triénio 2023/2025, dos quais dez são membros não executivos e sete são executivos, situação que se espelha no quadro seguinte:

Conselho de Administração	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Presidente	30-05-2023	2023/2025	Não executivo*
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	Vice-Presidente	30-05-2023	2023/2025	Executivo
André Simões Cardoso	Vogal	30-05-2023	2023/2025	Executivo
António Manuel Marques de Sousa Noronha	Vogal	30-05-2023	2023/2025	Executivo
Carlos António Torroaes Albuquerque	Vogal	28-06-2023	2023/2025	Não executivo
Donghui PAN	Vogal	07-07-2025	2023/2025	Não executivo
Hui CHEN	Vogal	30-05-2023	2023/2025	Executivo
Jiefei WANG	Vogal	30-05-2023	2023/2025	Não executivo
José João Guilherme	Vogal	03-09-2025	2023/2025	Não executivo

(continuação)

Conselho de Administração	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Juan Ignacio Arsuaga Serrats	Vogal	30-05-2023	2023/2025	Executivo
Lingjiang XU	Vogal	30-05-2023	2023/2025	Não executivo
Maria João Vellez Caroço Honório Paulino de Sales Luís	Vogal	30-05-2023	2023/2025	Não executivo
Miguel Barbosa Namorado Rosa	Vogal	30-05-2023	2023/2025	Não executivo
Miguel Barroso Abecasis	Vogal	30-05-2023	2023/2025	Executivo
Nuno Alexandre de Carvalho Martins	Vogal	03-09-2025	2023/2025	Não executivo
Sijie DONG	Vogal	07-07-2025	2023/2025	Executivo
Tao LI	Vogal	30-05-2023	2023/2025	Não executivo

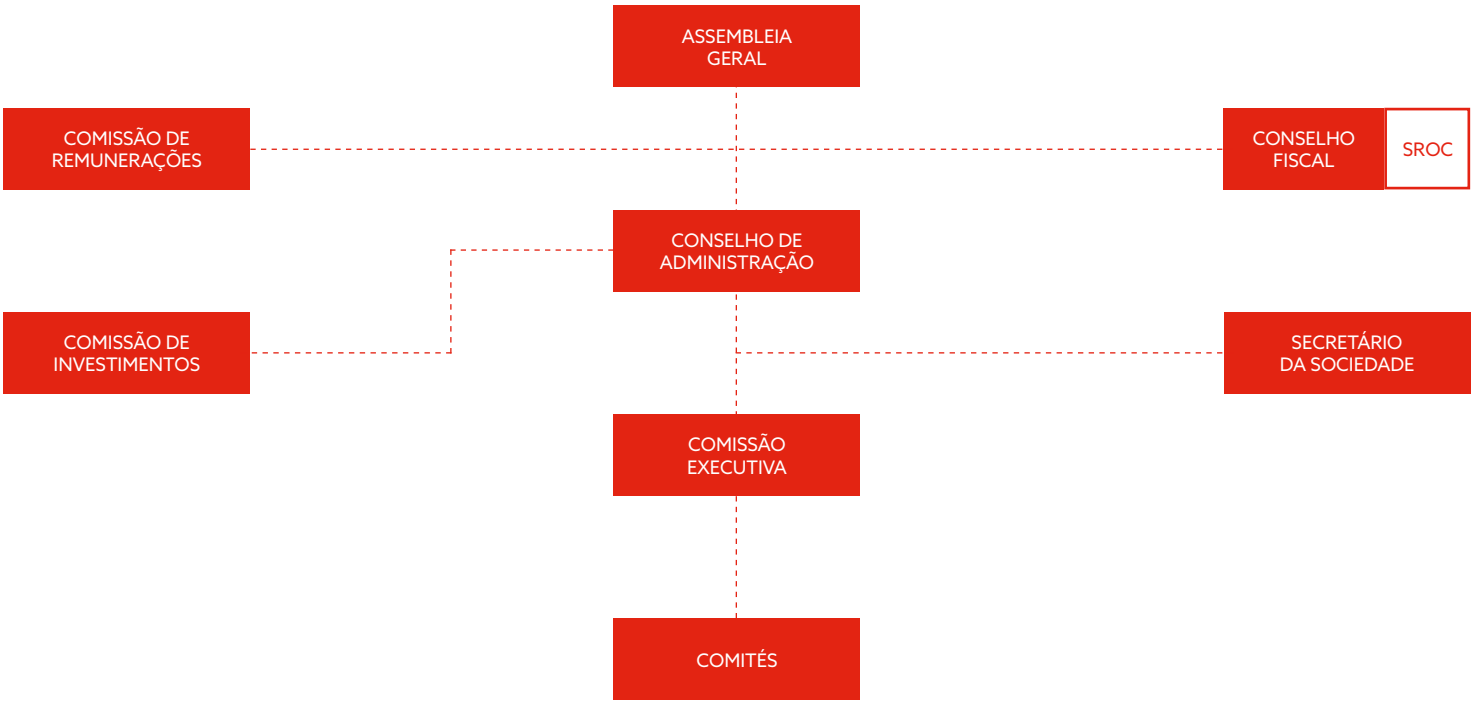
* Administrador Não Executivo embora com o encargo especial de fazer o acompanhamento de determinados assuntos.

A Comissão Executiva tem, em 31 de dezembro de 2025, a seguinte composição:

Comissão Executiva	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	Presidente	21-06-2023	2023/2025
António Manuel Marques de Sousa Noronha	Vogal	21-06-2023	2023/2025
André Simões Cardoso	Vogal	21-06-2023	2023/2025
Hui CHEN	Vogal	21-06-2023	2023/2025
Juan Ignacio Arsuaga Serrats	Vogal	21-06-2023	2023/2025
Miguel Barroso Abecasis	Vogal	21-06-2023	2023/2025
Sijie DONG	Vogal	07-07-2025	2023/2025

15. ORGANOGRAMA RELATIVO À REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE OS VÁRIOS ÓRGÃOS SOCIAIS, INCLUINDO INFORMAÇÃO SOBRE DELEGAÇÕES DE COMPETÊNCIAS

O quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Fidelidade durante o exercício de 2025:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade. Nos termos do n.º 1 do artigo 15º dos Estatutos da Sociedade, ao Conselho de Administração compete, além das atribuições gerais que por lei lhe são conferidas:

a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;

b) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;

c) Adquirir, vender ou, por outra forma, alienar ou onerar direitos e bens, móveis e imóveis;

d) Constituir sociedades, subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;

e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade, as normas de funcionamento interno, designadamente sobre o pessoal e sua remuneração; e,

f) Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer.

As deliberações do Conselho de Administração que versem sobre as seguintes matérias só podem ser tomadas por uma maioria de 6/7 dos seus membros:

a) Alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da Sociedade;

b) Celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a Sociedade e qualquer acionista, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista; e,

c) Definição do sentido de voto a ser adotado pelos representantes da Sociedade nas assembleias gerais e no conselho de administração das sociedades comerciais nas quais a Sociedade detenha a maioria dos direitos de voto ou o direito a nomear a maioria dos membros do órgão de administração, quando esteja em causa deliberação sobre as seguintes matérias:

i. alterações aos Estatutos, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade;

ii. supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas em aumentos de capital;

iii. amortização de ações representativas do capital social;

iv. suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social;

v. autorização para a compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata;

vi. nomeação do órgão de fiscalização e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria;

vii. alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da Sociedade em causa; e,

viii. celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a Sociedade em causa e qualquer acionista da Sociedade, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista da Sociedade.

Ao Presidente do Conselho de Administração encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe, nos termos do artigo 16º dos Estatutos:

a) Representar o Conselho de Administração em juízo e fora dele;

b) Coordenar a atividade do Conselho de Administração e convocar e dirigir as respetivas reuniões; e,

c) Zelar pela correta execução das deliberações do Conselho de Administração.

Comissão Executiva

Sem prejuízo da possibilidade de avocação de poderes sobre qualquer matéria delegada na Comissão Executiva, o Conselho de Administração delegou nesta a gestão corrente da Sociedade, compreendendo os seguintes poderes:

a) Todas as operações de seguro e resseguro e operações conexas ou complementares das de seguro ou resseguro, nomeadamente no que respeita a atos e contratos relativos a salvados, à reedificação e reparação de imóveis, à reparação de veículos, e à aplicação de provisões, reservas e capitais;

b) Representação da Sociedade perante as entidades supervisoras e associações setoriais;

c) Aquisição de serviços;

d) Admissões, definição dos níveis, categorias, condições remuneratórias e outras regalias dos colaboradores, bem como atribuição de cargos diretivos;

e) Exercício do poder disciplinar e aplicação de quaisquer sanções;

f) Representação da Sociedade perante as estruturas representativas dos trabalhadores;

g) Abertura ou encerramento de sucursais ou agências;

h) Designação de quem deverá representar a Sociedade nas assembleias gerais das sociedades em que detenha participações, fixando o sentido de voto aí expresso;

i) Designação das pessoas que deverão exercer os cargos sociais para os quais a Sociedade venha a ser eleita, bem como das pessoas que a Sociedade deva indicar para exercerem cargos sociais em sociedades em que detenha uma participação;

j) Emissão de instruções vinculantes às sociedades que estiverem com a Sociedade em relação de grupo constituído por domínio total;

k) Representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, compreendendo a instauração e contestação de quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, bem como a confissão, desistência ou transação em quaisquer ações e a assunção de compromissos arbitrais; e,

l) Constituição de mandatários, com ou sem procuração, para a prática de determinados atos, ou categorias de atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos.

A delegação de poderes na Comissão Executiva não abrange as matérias mantidas na exclusiva competência do Conselho de Administração.

Comissão de Investimento

Todas as decisões de investimento da Sociedade estão sujeitas à supervisão da Comissão de Investimento, devendo a Comissão Executiva reportar à Comissão de Investimento as operações realizadas.

Compete à Comissão de Investimento definir as diretrizes de investimento e as decisões que carecerem da sua aprovação prévia.

Os membros da Comissão de Investimento são designados pelo Conselho de Administração, coincidindo o respetivo mandato com o mandato deste.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

Composição

16. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2023/2025.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

17. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL, COM INDICAÇÃO DO CARGO DE CADA MEMBRO, DATA DE NOMEAÇÃO E DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e um suplente, com mandato de três anos, renováveis, tendo, em 31 de dezembro de 2025, a seguinte composição:

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Jorge Manuel de Sousa Marrão	Presidente	30-05-2023	2023/2025
Teófilo César Ferreira da Fonseca	Vogal	30-05-2023	2023/2025
Pedro Antunes de Almeida	Vogal	30-05-2023	2023/2025
Carla Alexandra de Almeida Viana	Suplente	07-12-2023	2023/2025

IV. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

18. IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE A REPRESENTA

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 31 de dezembro de 2025, é a KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Manuel Alexandre Veríssimo da Luz, ROC n.º 189, registado na CMVM sob o n.º 20161163.

19. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE AO SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E OU GRUPO

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi designada em 31 de março de 2023, para exercer funções nos exercícios de 2024 e 2025 do triénio 2023/2025.

20. DESCRIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELA SROC À SOCIEDADE

Para além dos trabalhos de revisão legal de contas e auditoria, a KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., prestou, com referência ao exercício de 2025, os seguintes serviços:

- Certificação do Relatório Anual sobre a Solvência e Situação Financeira no âmbito da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da ASF;

- Parecer sobre a avaliação periódica de eficácia das políticas e procedimentos e controlos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, nos termos do n.º 2 do artigo 35.º da Norma Regulamentar n.º 4/2023-R, de 11 de julho da ASF;

- Parecer sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, quanto aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude de seguros, nos termos do n.º 4º do art.º 36 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF;

- Parecer sobre a adequação da política de remuneração, nos termos do n.º 4 do art.º 90 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF;; e,

- Relatório de garantia limitada de fiabilidade sobre o relato de sustentabilidade.

Para além dos trabalhos acima referidos, a KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A não presta, de forma recorrente, qualquer outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

21. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

Qualquer alteração dos Estatutos da Sociedade carece de deliberação da Assembleia Geral com o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de votos representativos da totalidade do capital social.

II. Comunicação de irregularidades e mecanismos de prevenção da corrupção

22. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES E MECANISMOS DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

A Fidelidade tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, desde cedo reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades, como instrumento de boa prática societária.

Considerando a entrada em vigor, no exercício de 2022, da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que aprovou o regime geral de proteção de denunciantes, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção de denunciantes de infrações e implementação

de canais e procedimentos de denúncia internos, procedeu-se a uma revisão dos já instituídos meios de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade, à luz das obrigações legais decorrentes do regime geral de proteção de denunciantes.

Desde logo, foi aprovada a Política de Comunicação de Irregularidades, a qual se encontra devidamente divulgada no site da Sociedade, bem como instituído o Canal de Denúncia do Grupo Fidelidade, materializado no estabelecimento de uma plataforma interna, um endereço eletrónico e um endereço postal, destinados à receção das irregularidades previstas regime geral de proteção de denunciantes.

Podem comunicar irregularidades todos os colaboradores com vínculo laboral, independentemente da modalidade, formandos e estagiários, voluntários, ex-colaboradores, mediadores, prestadores de serviço, fornecedores, consultores, titulares de participações sociais e as pessoas pertencentes a órgãos de administração ou de gestão ou a órgãos de fiscalização ou de supervisão de pessoas coletivas.

A denúncia de irregularidades desencadeia um processo de receção, tratamento e investigação das mesmas, de acordo com os princípios gerais e garantias legais do denunciante (descritas na Política de Comunicação de Irregularidades), o qual culmina na produção de um relatório, recebendo, sempre, o denunciante resposta à denúncia efetuada, nos termos e prazos estabelecido na Lei e na Política de Comunicação de Irregularidades.

A Sociedade assegura os mecanismos de formação, relativamente à Política de Comunicação de Irregularidades, de modo a construir uma cultura de responsabilidade e de ética profissional, pessoal e empresarial.

É ainda de referir que considerando a entrada em vigor, em 7 de junho de 2022, do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/2025, de 29 de abril, que criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabeleceu o Regime Geral de Prevenção da Corrupção, a Sociedade:

- Adotou um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas destinado a identificar as situações potenciadoras de riscos, incluindo os de fraude e de corrupção, bem como elenca as medidas de prevenção que visam minimizar a respetiva probabilidade de ocorrência e impacto, bem como os respetivos responsáveis pela sua aplicação.

- Consolidou o já existente Código de Conduta, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais.

III. Controlo interno e gestão de riscos

23. ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Neste contexto, a Companhia implementou um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Fidelidade se insere.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, a realização do exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

Relativamente ao sistema de governação a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Em termos de estrutura organizativa, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Direção de Compliance, Comité de Risco, Comité de Produtos Vida e Não Vida, e Comité de Gestão de Ativos e Passivos.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes, também, assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, o Grupo Fidelidade tem um Plano de Continuidade de Negócio ("PCN") de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

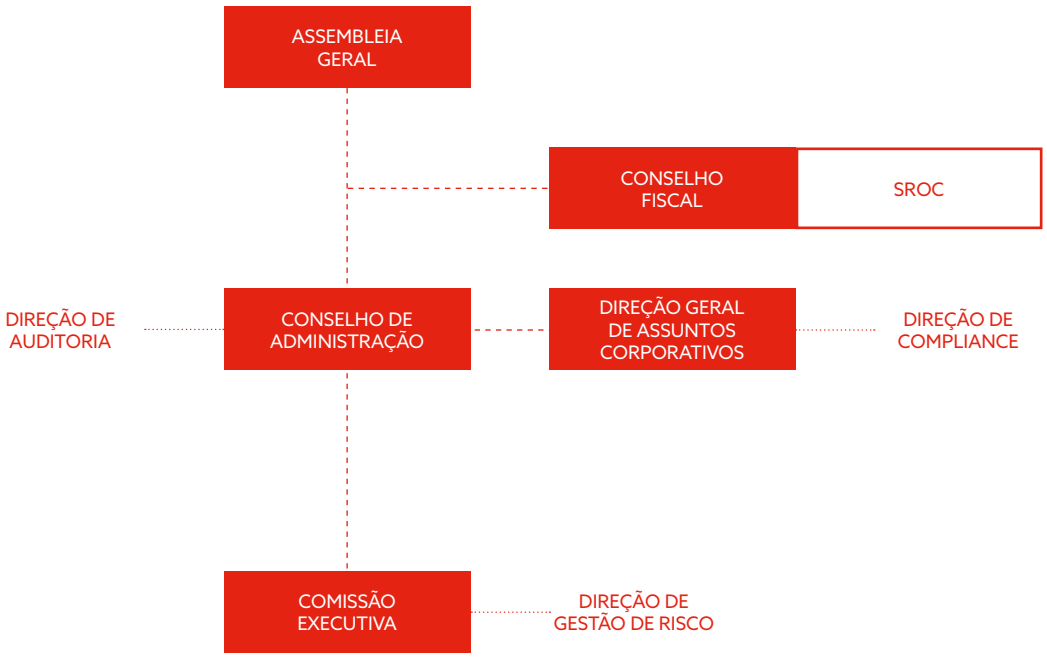
Quanto às obrigações de informação ao público, a Companhia, em 2025, preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o "Relatório sobre a solvência e a situação financeira 2024" contendo informação detalhada relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital do exercício de 2024. Este relatório, juntamente com os mapas anuais de reporte quantitativo submetidos à ASF, foi sujeito a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável.

Também durante o ano de 2025, a Companhia efetuou o exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência ("ORSA"), tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão, e prestou a informação quantitativa trimestral para efeitos de supervisão.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime Solvência II, bem como a sua consolidação ao longo dos primeiros anos da sua vigência, colocam a Fidelidade num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

24. EXPLICITAÇÃO DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA HIERÁRQUICA E OU FUNCIONAL FACE A OUTROS ÓRGÃOS OU COMISSÕES DA SOCIEDADE

A dependência hierárquica e ou funcional da Direção de Gestão de Risco, da Direção de Auditoria e da Direção de Compliance, face a outros órgãos ou comissões da Sociedade, encontra-se espelhada no quadro seguinte:



25. EXISTÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS FUNCIONAIS COM COMPETÊNCIAS NO CONTROLO DE RISCOS

A par das áreas com funções-chave no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, e do controlo do risco legal levado a cabo pelas Direções Jurídicas (Negócio e Corporativa), existe um sistema de informação e comunicação que suporta as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno, como externo, da competência da Direção de Estratégia e da Direção Financeira que garantem a existência de informação substantiva, atual, coerente, tempestiva e fiável, permitindo uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, a identificação do perfil de risco da Companhia e o comportamento e perspetivas de evolução do mercado.

O processo de informação financeira e de gestão é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de suporte à gestão que registam, classificam, associam e arquivam de forma, sistematizada, atempada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas da Comissão Executiva.

Assim, a Direção de Gestão de Risco, a Direção de Compliance, a Direção de Auditoria, a Direção Financeira e a Direção de Estratégia asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação e de informação ao nível da Sociedade – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e ao acompanhamento e controlo dos riscos – que devem contemplar, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;

- A identificação e controlo das operações intra Companhia; e,

- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

26. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS (ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS) A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada nas notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

27. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS

O sistema de gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

O exercício ORSA tem um papel fundamental na monitorização do perfil de risco da Companhia e da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

IV. Sítio de Internet

28. ENDEREÇO(S)

O endereço da Fidelidade na Internet é o seguinte:

www.fidelidade.pt

29. LOCAL ONDE SE ENCONTRA INFORMAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE, ÓRGÃOS SOCIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas, encontra-se disponível no sítio da Companhia, no endereço da Internet, atrás indicado.

30. LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS ESTATUTOS E OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e comissões estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretariado da Sociedade.

31. LOCAL ONDE SÃO DIVULGADOS A CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E TODA A INFORMAÇÃO PREPARATÓRIA E SUBSEQUENTE COM ELA RELACIONADA

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretariado da Sociedade.

32. LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA O ACERVO HISTÓRICO COM AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SOCIEDADE, O CAPITAL SOCIAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES, COM REFERÊNCIA AOS 3 ANOS ANTECEDENTES

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretariado da Sociedade.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

33. INDICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA E DOS DIRIGENTES DA SOCIEDADE

A fixação da remuneração dos membros dos órgãos sociais cabe à Comissão de Remunerações.

A fixação da remuneração dos restantes colaboradores cabe à Comissão Executiva.

II. Comissão de Remunerações

34. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Remunerações foi nomeada em 30 de maio de 2023, para exercer funções até ao termo do mandato em curso correspondente ao triénio 2023-2025, tendo a seguinte composição a 31 de dezembro de 2025:

Presidente:	Jiefei WANG
Vogais:	Ana Isabel dos Santos de Pina Cabral
	Pedro Antunes de Almeida

35. CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações, não tendo havido recurso a serviços prestados neste domínio por consultores externos.

III. Estrutura das remunerações

36. DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Comissão de Remunerações submeteu à Assembleia Geral de 09 de abril de 2025, a Política de Remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada, por unanimidade, dos acionistas presentes ou representados.

A Política de Remuneração dos Órgãos Sociais foi, em cumprimento do estabelecido na alínea c) do n.º 6 do artigo 89.º da Norma Regulamentar N.º 4/2022-R, de 26 de abril, objeto de revisão anual, aprovada por deliberação da Comissão de Remunerações de 24 de outubro de 2025, e tem os seguintes objetivos e orientações:

- Incentiva uma gestão e controlo eficaz de riscos, com a manutenção de uma base de fundos próprios adequada, evitando uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses e assegurando coerência com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da Sociedade, designadamente com as perspetivas de crescimento e rendibilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários;

- É adequada à dimensão, natureza, âmbito e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela Sociedade e bem assim face aos riscos assumidos ou a assumir;

- É estruturada de forma clara, transparente no que respeita à sua definição, implementação e monitorização;

- Assegura uma remuneração total competitiva e equitativa, alinhada com as tendências verificadas a nível nacional e europeu, em particular com os peers da Sociedade;

- Incorpora, no que respeita aos administradores executivos, uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidade dos mesmos, adequadamente equilibrada com uma componente variável com uma parcela de curto prazo e outra de médio prazo, ambas condicionadas ao desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos e quantificáveis, de caráter financeiro e não financeiro, assentes na sustentabilidade a longo prazo da Sociedade e na gestão e controlo eficaz dos riscos por ela assumidos, e alinhados com os interesses da Sociedade, dos seus acionistas e bem assim dos tomadores de seguro, segurados e beneficiários;

- Integra indicadores relacionados com a sustentabilidade, de acordo com as melhores práticas, atendendo ao objetivo estratégico definido nessa matéria;

- A componente variável tem em consideração os benefícios para a organização, pelo que, em casos excecionais, a saber: i) não existir uma base adequada de fundos próprios; ii) a sua atribuição limitar indevidamente a capacidade da Sociedade de reforçar os seus capitais próprios; iii) quando se verifique que a sua atribuição não é conforme ao estabelecido na legislação, regulamentação ou orientações aplicáveis, pode não ser atribuída; e,

- Por outro lado, a remuneração variável está sujeita a mecanismos de redução ou reversão sempre que se comprove que um administrador executivo com dolo ou negligencia grave participou ou foi responsável por uma atuação de que resultaram perdas significativas para o Grupo. A aplicação do mecanismos da reversão tem caráter supletivo em relação ao mecanismo da redução de tal forma que em caso de verificação de um evento significativo a aplicação do mecanismo da redução será prioritária e apenas quando esta seja esgotada, for insuficiente ou decorrer da verificação de que o administrador executivo contribuiu significativamente para que o desempenho financeiro do Grupo seja negativo, ou para a aplicação de sanções regulatórias ou ainda em caso de fraude, dolo ou negligencia grave que tenha provocado perdas significativas, deverá ser considerado o recurso ao mecanismo da reversão.

Com base nestes princípios, a remuneração dos membros dos órgãos sociais foi estruturada da seguinte forma:

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral aufere uma remuneração fixa anual pelo exercício do seu cargo, paga de uma única vez até 30 de junho de cada ano. O Secretário da Mesa da Assembleia Geral não aufere qualquer remuneração.

Os membros do Conselho Fiscal auferem uma remuneração mensal fixa, paga doze vezes por ano.

Os membros não executivos do Conselho de Administração apenas auferirão, quando assim for deliberado pela Comissão de Remunerações, uma remuneração fixa, podendo as remunerações, quando existam, ser distintas entre eles e inclusive uns serem remunerados e outros não.

Com vista a permitir o alinhamento dos interesses dos administradores executivos com os interesses de longo prazo da Sociedade, a remuneração dos administradores executivos incorpora uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidade dos administradores, adequadamente equilibrada com uma componente variável com uma parcela de curto prazo e outra de médio prazo, ambas condicionadas ao desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos e quantificáveis, de caráter financeiro e não financeiro, assentes na sustentabilidade a longo prazo da Sociedade e na gestão e controlo eficaz dos riscos por ela assumidos, e alinhados com os interesses da Sociedade, dos seus acionistas e bem assim dos tomadores de seguro, segurados e beneficiários.

A componente fixa da remuneração dos administradores executivos representará tendencialmente entre 50% a 52% do total da remuneração anual.

A parte restante da remuneração anual, atribuída como remuneração variável, quando se verifiquem os pressupostos respetivos, compreende:

a. Uma componente associada ao desempenho de curto prazo, que representará, no momento de atribuição, entre 38% e 50% do valor da remuneração fixa anual; e,

b. Uma componente associada ao desempenho de longo prazo, que representará, no momento da sua atribuição, entre 50% e 62% do valor da remuneração fixa anual.

A componente fixa da remuneração é paga em numerário, em 14 prestações mensais, nelas se incluindo as correspondentes aos subsídios de férias e de natal nos termos da legislação em vigor.

A componente variável é dividida em duas parcelas, denominadas Remuneração Variável de Curto Prazo ("RVCP") e Remuneração Variável de Longo Prazo ("RVLP"), ocorrendo a sua atribuição posteriormente à aprovação das contas de cada exercício e uma vez verificado o cumprimento de objetivos predefinidos, ambas condicionadas ao desempenho individual de cada administrador executivo e ao desempenho organizacional.

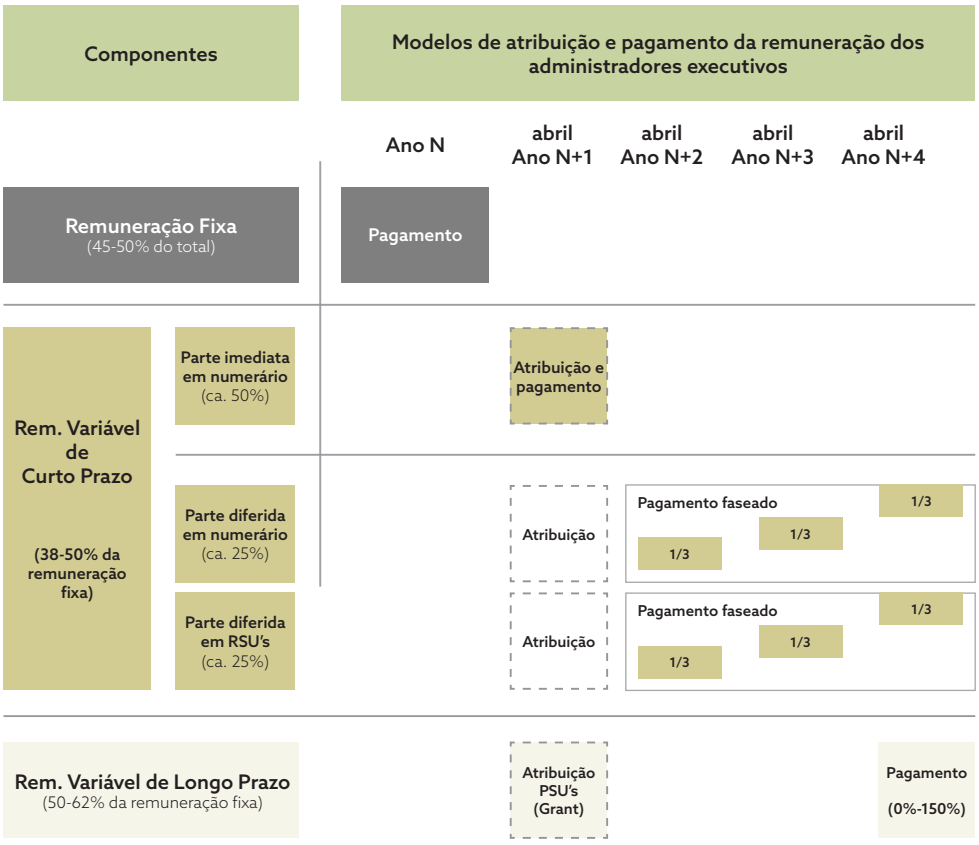
Para efeitos de atribuição da RVCP, o orçamento anual do grupo segurador, elaborado em base consolidada, define anualmente um conjunto de indicadores financeiros, bem como as respetivas metas a atingir, assentes na sustentabilidade a longo prazo da Companhia e na gestão e controlo eficazes dos riscos por ela assumidos.

Aos indicadores financeiros contemplados no orçamento acrescem os não financeiros, incluindo indicadores de Environmental, Social and Governance ("ESG"), bem como operacionais e estratégicos, fixados anualmente.

A RVCP é calculada no início de cada ano, pela Comissão de Remunerações, em função do atingimento das metas definidas para este conjunto de indicadores, por referência a 31 de dezembro do ano anterior.

A RVCP inclui uma parcela de pagamento imediato em numerário, a ter lugar em abril do ano seguinte ao ano de referência, e uma parcela de pagamento diferido por um período de 3 anos, que deverá, tendencialmente, representar 50% da RVCP, e contemplar duas formas de atribuição: uma em numerário (tendencialmente, representando 25% do RVCP) e outra em unidades remuneratórias ("Restricted Stock Units" ou "RSU's") (tendencialmente, representando 25% da RVCP).

O quadro abaixo sintetiza o modelo de atribuição e pagamento da remuneração dos administradores executivos:



O número de unidades remuneratórias a atribuir corresponde ao valor monetário associado a esta componente dividido pelo valor da RSU à data de atribuição, calculado em conformidade com a fórmula definida para o efeito, tomando por base os indicadores e respetiva metodologia de cálculo. Em abril de cada ano subsequente, àquele em que foram atribuídas, 1/3 das unidades anteriormente atribuídas são convertidas e pagas em numerário, de acordo com o seu valor no final do exercício do ano anterior.

A RVLP tem por objetivo reforçar o alinhamento dos interesses dos administradores executivos com os interesses da Sociedade, bem como reter e incentivar os administradores a contribuírem para o crescimento a longo-prazo e resultados da Sociedade.

A RVLP deverá representar indicativamente entre 50 e 60% da Remuneração Fixa Anual, sendo atribuído através de unidades remuneratórias ("Performance Stock Units" ou "PSU's"), cujo valor unitário é calculado nos termos anteriormente referidos para as RSU's, estando, porém, o seu pagamento sujeito à verificação futura de condições adicionais de desempenho de médio-longo prazo.

A RVLP é calculada no início de cada ano pela Comissão de Remunerações em termos idênticos aos definidos para a RVCP, em função do atingimento das metas definidas por referência a 31 de dezembro do ano anterior.

A atribuição da RVLP será comunicada a cada administrador executivo, através de um Certificado emitido pela Sociedade, descrevendo o seguinte:

• A data de atribuição ("Granting Date");

• O número total de PSU's atribuídas;

• A data de aquisição ("Vesting Date");

• As condições de performance que condicionam o exercício das PSU's na data de aquisição; e,

• Quaisquer outros termos e condições que, no parecer da Comissão de Remunerações, sejam pertinentes.

O número definitivo de PSU's a atribuir no final do período de desempenho (3 anos) será calculado em função do Return on Equity ("ROE"), considerando o ROE médio ao longo deste período de três anos. O número inicial de PSU's será ponderado por um multiplicador de desempenho, que é definido tendo por base o ROE da Sociedade, comparativamente com um conjunto de outras empresas de seguros de referência (peers), Não Vida e Vida, com presença global no mercado, maioritariamente europeu (excluindo resseguradoras), nos termos definidos na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais.

As PSU's serão automaticamente convertidas e pagas em numerário decorridos 3 anos ("Vesting Period") sobre a data de atribuição, sendo, por isso, o seu valor concreto apurado no ano N+4, em que N é o ano a que se reporta a RVLP em causa.

Se algum administrador executivo, durante o período de diferimento da RVCP ou da RVLP, cessar funções como administrador por motivos que lhe não sejam imputáveis, designadamente, doença, morte, incapacidade, ou por não renovação do mandato, antecipar-se-á o momento do vencimento dos montantes atribuídos para a data em que ocorrer a cessação de funções, sendo as RSU's e as PSU's, anteriormente atribuídas, convertidas e pagas em numerário nessa data.

Se durante o período de diferimento da RVCP ou da RVLP algum administrador executivo renunciar ao cargo de administrador por sua iniciativa, salvo quando tal ocorra no quadro da normal rotatividade entre as empresas do Grupo, ou se cessar o mandato por falta que lhe seja imputável, a componente da RVLP ainda não adquirida é cancelada. Em caso de alteração de controlo acionista que determine uma alteração do Grupo em que a Sociedade se integra, os administradores beneficiários de RSU's e as PSU's poderão optar por antecipar para a data em que ocorrer tal alteração o momento de vencimento dos montantes acumulados, sendo as RSU's e as PSU's, anteriormente atribuídas, convertidas e pagas em numerário nessa data.

Tendo em conta os objetivos considerados no modelo de remuneração, os administradores executivos não devem celebrar contratos destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da sua remuneração.

Adicionalmente, as unidades remuneratórias da remuneração variável ou quaisquer direitos a elas relativos não podem ser vendidos, cedidos, transferidos, dados em penhor ou onerados por qualquer forma.

Não existem outras formas de remuneração, relativamente aos administradores executivos, para além da remuneração fixa e variável supra-descritas.

Não existem quaisquer outros pagamentos previstos, em caso de destituição de administradores, e qualquer cessação de funções, por acordo, carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de aprovação pela Comissão de Remunerações.

As verbas atribuídas pela Sociedade, quando seja o caso, a título de participação nos lucros, são consideradas, para efeitos da Política de Remuneração, para o cômputo da remuneração variável de curto prazo, pese embora não revistam tal natureza.

Aos administradores executivos são atribuídos, ainda, um conjunto de benefícios de natureza não remuneratória, nos seguintes termos:

- Utilização de telemóvel e equipamento informático nas condições em cada momento em vigor;

- Utilização de viatura: integrando, para além da utilização de viatura, ao abrigo de um contrato de renting nas condições em cada momento em vigor, custos associados e seguros;

- Seguro de saúde: com as mesmas coberturas que as da atual apólice "Premium" destinada a colaboradores da Sociedade;

- Seguro de Vida: com as mesmas condições que as aplicáveis aos restantes colaboradores da Sociedade;

- Seguro de Acidentes Pessoais: com as coberturas de morte por acidente e invalidez permanente por acidente; e,

- Outras condições e benefícios contratuais e extra-contratuais, nos exatos termos em que, em cada momento, sejam aplicáveis aos restantes colaboradores da Sociedade.

Os administradores executivos beneficiam, também, de um Plano Complementar de Reforma, através de contrato de seguro, aprovado, sob proposta da Comissão de Remunerações, na Assembleia Geral de 25 de setembro de 2020. O complemento de reforma por velhice e invalidez e de sobrevivência será o que resultar do valor das contribuições pagas enquanto exercerem funções como administradores executivos da Sociedade, acrescido do respetivo rendimento.
A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta neste Relatório do Governo da Sociedade.

Os aspetos acima divulgados, em cumprimento do estabelecido no artigo 91º da Norma Regulamentar N.º 4/2022-R, de 26 de abril, no que toca à Política de Remuneração dos Órgãos Sociais, devem ser complementados, no que respeita aos colaboradores, com a informação constante da Política de Remuneração dos Colaboradores do Grupo Fidelidade, cujo teor aqui se dá por reproduzido, cuja revisão foi aprovada por deliberação da Comissão Executiva de 4 de novembro de 2025 e que está disponível em www.fidelidade.pt

IV. Divulgação das remunerações

37. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, PROVENIENTE DA SOCIEDADE, INCLUINDO REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL E, RELATIVAMENTE A ESTA, MENÇÃO ÀS DIFERENTES COMPONENTES QUE LHE DERAM ORIGEM

Os membros não executivos do Conselho de Administração, quando remunerados, apenas auferem uma remuneração fixa.

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros não executivos do órgão de administração da Sociedade, consta do quadro seguinte:

Membros não executivos do Conselho de Administração	Remuneração Fixa relativa a 2025 (EUR)	Observações
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	462.000	01.01.2025 a 31.12.2025
Carlos António Torroaes Albuquerque	70.000	01.01.2025 a 31.12.2025
Donghui PAN	0	Renunciou à remuneração que lhe foi atribuída
Jiefei Wang	0	Renunciou à remuneração que lhe foi atribuída
José João Guilherme	23.091	02.09.2025 a 31.12.2025
Lingjiang XU	70.000	01.01.2025 a 31.12.2025
Maria João de Sales Luis	70.000	01.01.2025 a 31.12.2025
Miguel Barbosa Namorado Rosa	0	Renunciou à remuneração que lhe foi atribuída
Nuno Alexandre de Carvalho Martins	23.091	02.09.2025 a 31.12.2025
Tao LI	0	Renunciou à remuneração que lhe foi atribuída
Eduardo José Stock da Cunha	46.662	01.01.2025 a 31.08.2025
TOTAL	**764.844**	

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, no exercício do cargo de administrador executivo, consta do quadro seguinte:

Membros executivos do Conselho de Administração	Remuneração Fixa relativa a 2025 (EUR)	Observações
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	525.000	01.01.2025 a 31.12.2025
António Manuel Marques de Sousa Noronha	406.588	01.01.2025 a 31.12.2025
Wai Lam William Mak	255.201	01.01.2025 a 02.07.2025
André Simões Cardoso	406.588	01.01.2025 a 31.12.2025
Hui CHEN	360.010	01.01.2025 a 31.12.2025
Juan Ignacio Arsuaga Serrats	406.588	01.01.2025 a 31.12.2025
Miguel Barroso Abecasis	406.588	01.01.2025 a 31.12.2025
Sijie DONG	172.831	07.07.2025 a 31.12.2025
TOTAL	**2.939.394**	

Membros executivos do Conselho de Administração	Remuneração variável de curto prazo imediata e diferida paga em 2025 e relativa a anos anteriores (EUR)			
	2021	2022	2023	2024
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	44.084	36.822	39.066	151.704
António Manuel Marques de Sousa Noronha	38.797	32.408	31.756	117.488
Wai Lam William Mak *	38.797	64.816	95.268	234.977
André Simões Cardoso	38.797	32.408	31.756	117.488
Hui CHEN	31.488	26.303	27.195	104.029
Juan Ignacio Arsuaga Serrats	38.797	32.408	31.756	117.488
Miguel Barroso Abecasis	0	32.408	31.756	117.488
Sijie DONG	0	0	0	0
TOTAL	**230.760**	**257.573**	**288.553**	**960.662**

* Em exercício de funções até 02.07.2025.

Membros executivos do Conselho de Administração	Remuneração variável de longo prazo paga em 2025 e relativa a anos anteriores (EUR) 2021	2022	2023	2024
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	284.619	-	-	-
António Manuel Marques de Sousa Noronha	250.485	-	-	-
Wai Lam William Mak *	250.485	278.032	260.178	243.952
André Simões Cardoso	250.485	-	-	-
Hui CHEN	196.522	-	-	-
Juan Ignacio Arsuaga Serrats	250.485	-	-	-
Miguel Barroso Abecasis	0	-	-	-
Sijie DONG	0	0	0	0
Total:	**1.483.081**	**278.032**	**260.178**	**243.952**

* Em exercício de funções até 02.07.2025.

38. INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-ADMINISTRADORES EXECUTIVOS RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício de 2025.

39. INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O montante da remuneração bruta auferida em 2025, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do quadro seguinte:

Membros do Conselho Fiscal	Valor (EUR)	Observações
Jorge Manuel de Sousa Marrão	57.600	01.01.2025 a 31.12.2025
Teófilo César Ferreira da Fonseca	54.000	01.01.2025 a 31.12.2025
Pedro Antunes de Almeida	54.000	01.01.2025 a 31.12.2025
Carla Alexandra de Almeida Viana (Suplente)	0	01.01.2025 a 31.12.2025
TOTAL	**165.600**	

40. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO ANO DE REFERÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral aufere uma remuneração bruta anual de 10.000 EUR.

V. Acordos com implicações remuneratórias

41. REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA E DESCRIÇÃO, COM INDICAÇÃO DOS MONTANTES ENVOLVIDOS, DE ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO, QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE DEMISSÃO, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO NA SEQUÊNCIA DE UMA MUDANÇA DE CONTROLO ACIONISTA DA SOCIEDADE

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')

42. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO E DOS RESPETIVOS DESTINATÁRIOS

Não existem planos com estas caraterísticas.

43. DIREITOS DE OPÇÃO ATRIBUÍDOS PARA A AQUISIÇÃO DE AÇÕES ('STOCK OPTIONS') DE QUE SEJAM BENEFICIÁRIOS OS TRABALHADORES E COLABORADORES DA EMPRESA

Não existem direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores ou membros dos órgãos sociais.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

44. MECANISMOS IMPLEMENTADOS PELA SOCIEDADE PARA EFEITOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Fidelidade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

45. INDICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE FORAM SUJEITAS A CONTROLO NO ANO DE REFERÊNCIA

As transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

46. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS A REALIZAR ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELES ESTEJAM EM RELAÇÃO DE DOMÍNIO OU DE GRUPO, NOS TERMOS DO ARTIGO 21.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em relação de domínio ou de grupo, são objeto de apreciação e de deliberação por maioria qualificada do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

II. Elementos relativos às transações

47. INDICAÇÃO DO LOCAL DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ONDE ESTÁ DISPONÍVEL INFORMAÇÃO SOBRE OS NEGÓCIOS COM PARTES RELACIONADAS

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se divulgada nas notas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Lisboa, 24 de fevereiro de 2026.

O Conselho de Administração,

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
André Simões Cardoso
António Manuel Marques de Sousa Noronha
Carlos António Torroaes Albuquerque
Donghui PAN
Hui CHEN
Jiefei WANG
José João Guilherme
Juan Ignacio Arsuaga Serrats
Lingjiang XU
Maria João Vellez Caroço Honório Paulino de Sales Luís
Miguel Barbosa Namorado Rosa
Miguel Barroso Abecasis
Nuno Alexandre de Carvalho Martins
Sijie DONG
Tao LI

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1808
2025